

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

MUITAS
VOZES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR	Miguel Sanches Neto
VICE-REITORA	Everson Augusto Krum
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Giovani Marino Favero
COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM	Eunice de Moraes
EDITOR GERAL	Evanir Pavloski
EDITORA DO DOSSIÉ	Márcia Cristina do Carmo
DIAGRAMAÇÃO	Jackson Luiz Caillot
CRIAÇÃO DE CAPA	Dyego Chrystenson Marçal

CONSELHO EDITORIAL

Benito Martinez Rodriguez -UFPR
Claudia Mendes Campos - UFPR
Desirée Motta-Roth - UFSM
Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira - UECE
Julio Pimentel Pinto - USP
Kanavillil Rajagopalan - UNICAMP
Maria Ceres Pereira - UFGD
Naira de Almeida Nascimento - UTFPR
Orlando Grosseguesse - Universidade do Minho
Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh - (UEPG)
Regina Dalcastané - UNB
Rosana Gonçalves - Unicentro
Rosane Rocha Pessoa - UFG
Waldir do Nascimento Flores - UFRGS

PARECERISTAS

Adelaide Hercília Pescatori Silva
Alessandra Mara de Assis
Álvaro Kasuaki Fujihara
Ana Carolina Freitas Gentil Almeida Cangemi
Ana Helena Rufo Fiamengui
André Campos Mesquita
Andrea Knöpfle
Anna Flora Brunelli
Aquiles Tescari Neto
Charlot Eloize Leviski
Daniela Cristina Dias Menezes
Dantielli Assumpção Garcia
Douglas Altamiro Consolo
Dulce Elena Coelho Barros
Edair Maria Görski
Edson Carlos Romualdo
Erotilde Goreti Pezatti
Fabiana dos Santos Lima
Fabio Jose Rauen

Gabriel Leopoldino dos Santos
Gabriela Maria de Oliveira-Codimhoto
George Henrique Nagamura
Geovana Soncin
Hélén Cristina da Silva
Ilana da Silva Rebello Viegas
Jane Rita Caetano da Silveira
Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque
Joceli Catarina Stassi-Sé
Joyce Elaine de Almeida Baronas
Julia Lourenço Costa
Julio Cesar Machado
Julio William Curvelo Barbosa
Kevin Tang
Leilane Ramos da Silva
Letícia Fraga
Lígia Negri
Lilian Maria da Silva
Lisangela Aparecida Guiraldelli

Lorena Cayré Baito
Luana de Conto
Luciana de Paula
Luciane Trennephol da Costa
Máira Sueco Maegava Córdula
Maisa de Alcântara Zakir
Marcelo Módolo
Márcia Verônica Ramos de Macêdo
Marco Antônio Almeida Ruiz
Marcos Barbosa Carreira
Marcos Luiz Wiedemer
Maria Eduarda Giering
Mariangela Rios de Oliveira
Marina Chiara Legroski
Marize Mattos Dall'aglio-Hattner
Maurício Alejandro Figueiroa Candia
Michel Gustavo Fontes
Monica Mano Trindade Ferraz
Mônica Marisel Medina

Natália Cristine Prado
Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh
Paula Roberta Gabbaí Armelin
Renata de Oliveira Carreón
Renato Miguel Bassó
Roberto Gomes Camacho
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Seung-Hwa Lee
Silvia Etel Gutierrez Bottaro
Solange Aranha
Solange de Carvalho Fortilli
Taisa Barbosa Robuste
Taisa Peres de Oliveira
Valdemir Miottello
Valeska Gracioso Carlos
Valter Pereira Romano
Viviane Vomiero Luiz Sobrinho
Welton Pereira e Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

MUITAS VOZES

REVISTA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DA
LINGUAGEM
UEPG



*Editora
UEPG*

Muitas Vozes / Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem,
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Editora UEPG.
Vol. 1, n.1 (jan–jun. 2012). Ponta Grossa, 2012–
Semestral.

Vol. 9, n.1 (jan–jun. 2020)

ISSN 2238-717X (Versão impressa)
ISSN 2238-7196 (Versão online)

1- Linguagem. 2- Identidade. 3- Subjetividade.

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

INFORMAÇÕES / DISTRIBUIÇÃO / PERMUTAS

Muitas Vozes

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade
Praça Santos Andrade n.1
Sala 115 – Bloco B
84.030-900 Ponta Grossa - PR

Endereço eletrônico: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes>

E-mail: revistamuitasvozes@gmail.com
Permutas - E-mail: <intercambio@uepg.br>

VENDAS

Editora e Livrarias UEPG
Fone/fax: (42) 3220-3306
Email: <editora@uepg.br>
<<http://www.uepg.br/editora>>

Pede-se permuta
Exchanged Requested

2020

SUMÁRIO

SUMMARY

APRESENTAÇÃO	7
SOBRE A NOÇÃO DE PALAVRA	
ABOUT THE NOTION OF WORD	
José Borges Neto	10
A ELISÃO DE V ₁ NO PORTUGUÊS ARCAICO: DUAS ABORDAGENS FONOLÓGICAS	
THE V ₁ ELISION IN OLD PORTUGUESE: TWO PHONOLOGICAL APPROACHES	
Ana Carolina Cangemi e Gladis Massini-Cagliari	27
TEORIAS FONOLÓGICAS E SEUS PRIMITIVOS DE ANÁLISE	
PHONOLOGICAL THEORIES AND THEIR PRIMITIVES OF ANALYSIS	
Luciane Trennephel da Costa	48
PONTUAÇÃO E PROSÓDIA À LUZ DO CONCEITO DE HETEROTÓPIA: UMA REFLEXÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA SOBRE A ESCRITA	
PUNCTUATION AND PROSODY UNDER THE PERSPECTIVE OF HETEROTOPY: A LINGUISTIC AND DISCURSIVE REFLEXION ABOUT WRITING	
Geovana Soncin	60
ASPECTOS PROSÓDICOS NA LEITURA ORAL	
PROSODIC ASPECTS IN ORAL READING	
Nair Daiane de Souza Suaia Vansiler	79
ESTUDO PILOTO: A REALIZAÇÃO VARIÁVEL DO DITONGO /ow/ EM AMOSTRA DE FALA DA PRAÇA 14 DE JANEIRO EM MANAUS (AM)	
PILOT STUDY: THE VARIABLE REALIZATION OF THE DIPHTHONG /ow/ IN SPEECH SAMPLE OF THE PRAÇA 14 DE JANEIRO IN MANAUS (AM)	
Geise Freitas de Oliveira e Flávia Santos Martins	94
O PADRÃO SILÁBICO CVC DO INGLÊS POR APRENDIZES BRASILEIROS	
THE ENGLISH SYLLABIC CVC PATTERN BY BRAZILIAN LEARNERS	
Anilda Costa Alves, Daiane Aparecida Cavalcante e Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa	113
ARGUMENTOS FRONTEADOS NA PERIFERIA À ESQUERDA DE ORAÇÕES CONDICIONAIS CENTRAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM PROCESSO DE CLITIC LEFT DISLOCATION COM RETOMADA PRONOMINAL VISÍVEL OU NULA	
FRONTED ARGUMENTS IN THE LEFT PERIPHERY OF CENTRAL CONDITIONAL SENTENCES IN BRAZILIAN PORTUGUESE: A CLITIC LEFT DISLOCATION PROCESS WITH VISIBLE OR NULL RESUMPTIVE PRONOUNS	
Vanessa Leme Fadel Steinhauser e André Antonelli	127
A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: INVESTIGANDO ALGUMAS ESTRATÉGIAS PRONOMINAIS EM ORAÇÕES FINITAS	
SUBJECT INDETERMINATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE: INVESTIGATING SOME PRONOMINAL STRATEGIES IN FINITE CLAUSES	
Gabriel de Ávila Othero e Susana Miranda da Silva	144
MUDANÇA CONSTRUCIONAL, CONSTRUCIONALIZAÇÃO E (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES [V1+VER]	
CONSTRUCTIONAL CHANGE, CONSTRUCTIONALIZATION AND (INTER)SUBJETIVIZATION IN CONSTRUCTIONS [V1+VER]	
Taísa Barbosa Robuste e Sebastião Carlos Leite Gonçalves	161
ORDEM DE PALAVRAS E EXPRESSÃO DA ÊNFASE EM PORTUGUÊS	
WORD ORDER AND EMPHASIS EXPRESSION IN PORTUGUESE	
Michel Gustavo Fontes e Kátia Roberta Rodrigues-Pinto	184
A NATUREZA INTERFACIAL DA LEXICOGENÉSE: A FORMAÇÃO DE PALAVRAS E ALGUMAS DAS SUAS INTERCONEXÕES COM A GRAMATICALIZAÇÃO, A FILOLOGIA E A SINTAXE	
THE INTERFACE NATURE OF LEXICOGENESIS: WORD FORMATION AND SOME OF ITS INTERCONNECTIONS WITH GRAMMATICALIZATION, PHILOLOGY AND SYNTAX	
Mailson Lopes	206

DESCRIÇÃO QUALITATIVA DA CONCORDÂNCIA VERBAL: A ALTERNÂNCIA PRONOMINAL ENTRE NÓS E A GENTE <i>QUALITATIVE DESCRIPTION OF VERBAL AGREEMENT: PRONOMINAL ALTERNANCE BETWEEN NÓS AND A GENTE</i>	
João Miguel Lahoz Rinaldi, João Wilson Lima e Silva, Rafael Gardiolo, Renata dos Santos Martins Alves, Vinícius Troncoso e Gustavo da Silva Andrade	237
GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE COMPARATIVA DA CLASSE DOS PRONOMES PESSOAIS <i>GRAMMARS AND BRAZILIAN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: COMPARATIVE ANALYSIS OF PERSONAL PRONOUNS WORD CLASS</i>	
Maíra Avelar e Ana Claudia Oliveira Azevedo	250
VERBOS “SER” E “ESTAR”: CONTÍNUO PERMANENTE-TEMPORÁRIO E O ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA <i>“SER” AND “ESTAR” VERBS: PERMANENT-TEMPORARY CONTINUUM AND PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE TEACHING</i>	
Carmelita Minelio da Silva Amorim, Renata Rocha Vieira de Mello e Santinho Ferreira de Souza	269
O PRÍNCIPE DO BRASIL: O PROBLEMA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS ILUSTRADO <i>O PRÍNCIPE DO BRASIL: AN ILLUSTRATION FOR THE PROBLEM OF DEFINITE DESCRIPTIONS</i>	
Luana de Conto	284
REESCRITURAÇÕES DO SENTIDO DE LÍNGUA NO IMAGINÁRIO DO SENSO COMUM: O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO DO (RE)DIZER ¹ <i>REWITING OF THE SENSE OF LANGUAGE IN THE COMMON SENSE IMAGERY: THE SEMANTIC FUNCTIONING OF (RE)SAYING</i>	
Rejane Fiepke Carpenedo e Eliana Rosa Sturza	298
O DEBATE EVOLUTIVO É RELEVANTE PARA A LINGUÍSTICA? <i>IS THE EVOLUTIONARY DEBATE RELEVANT FOR LINGUISTICS?</i>	
Maurício Fernandes Neves Benfatti e Elena Godoy	310
O GÊNERO TEXTUAL FAKE NEWS <i>FAKE NEWS AS A TEXT GENRE</i>	
Marina Chiara Legroski	328
UMA ANÁLISE DOS COMANDOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL DO LIVRO DIDÁTICO DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SOB A PERSPECTIVA DIALÓGICA E INTERACIONAL DE LINGUAGEM <i>AN ANALYSIS OF THE TEXTUAL PRODUCTION COMMANDS OF THE 3RD GRADE OF MIDDLE SCHOOL TEXTBOOK FROM THE DIALOGICAL AND INTERACTIONAL LANGUAGE PERSPECTIVE</i>	
Fernanda Sacomori Candido Pedro, Terezinha da Conceição Costa-Hübels e Vilson Pruzak dos Santos	341
O EFEITO METAFÓRICO NA AAD-69: UM GESTO DE LEITURA MEDIADO NO DIÁLOGO COM OS ESCRITOS DE LINGUÍSTICA GERAL <i>THE METAPHORICAL EFFECT IN ADA69: A MEDIATED READING STANCE IN DIALOGUE WITH WRITINGS IN GENERAL LINGUISTICS</i>	
Júlio César dos Reis Petter, Clara Állyegra Lyra Petter e Luciene Jung de Campos	355
COMO TRABALHAR (N)A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E DIREITO NO BRASIL? CAMINHOS, DESAFIOS – E UMA QUESTÃO DE CLASSE <i>HOW TO WORK (ON) THE RELATIONSHIP BETWEEN LINGUISTICS AND LAW IN BRAZIL? PATHS, CHALLENGES – AND A CLASS ISSUE</i>	
Jael Sânera Sigales-Gonçalves	369
DIALETOLOGIA: DE GILLIÉRON À ATUALIDADE <i>DIALECTOLOGY: FROM GILLIÉRON TO NOWADAYS</i>	
Rictor de Oliveira Dantas e Valeska Gracioso Carlos	388
IMMIGRATION AND THE CONTEXT OF BREXIT: COLLOCATE NETWORK AND MULTIDIMENSIONAL FRAMEWORKS APPLIED TO APPRAISAL IN SFL <i>IMIGRAÇÃO E O CONTEXTO DO BREXIT: REDES DE COLOCADOS E ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL APLICADAS À AVALIAÇÃO NA SFL</i>	
Rodrigo Esteves de Lima-Lopes	410
NORMAS PARA COLABORADORES	442

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê temático, intitulado “Teoria e análise linguística: diferentes abordagens”, é fruto de atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Teoria e Análise Linguística (LABTAL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Iniciado em 2017, o LABTAL objetiva reunir pesquisas e propor eventos científicos voltados à área de Linguística Formal, a partir da atuação de quatro docentes vinculados ao Departamento de Estudos da Linguagem (DEEL/UEPG): Prof. Dr. Álvaro Kasuaki Fujihara, Prof.a Dr.a Márcia Cristina do Carmo, Prof. Dr. Marcos Barbosa Carreira e Prof.a Dr.a Marina Chiara Legroski.

De 2017 a 2019, o LABTAL promoveu a realização de dezesseis palestras presenciais, em suas duas edições do Ciclo de Palestras em Teoria e Análise Linguística (CTAL), e de cinco cursos, durante duas edições da Escola de Teoria e Análise Linguística (ETAL). Em 2020, no âmbito do I Ciclo Virtual de Atividades Complementares (CiVAC), organizou uma semana de palestras remotas com os professores orientadores/supervisores de seus integrantes, dentre os quais o professor Dr. José Borges Neto, que inicia o presente dossiê com o artigo (i) Sobre a noção de palavra.

Embora o LABTAL tenha se originado a partir de um interesse inicial por Linguística Formal, a qual analisa a sistematicidade das estruturas linguísticas, o desenvolvimento das atividades o levou, naturalmente, a um diálogo com pesquisadores funcionalistas, que investigam o uso da língua motivado pelo contexto comunicativo em que se insere.

Dante desse cenário, o presente dossiê reúne não somente textos oriundos das palestras proferidas nas duas edições do CTAL do LABTAL, como também textos que apresentam resultados de pesquisas conduzidas sob perspectiva formal ou funcional, submetidos à revista Muitas Vozes no período de abril a julho de 2020.

De um total de 43 artigos submetidos ao dossiê, 24 foram aceitos, correspondendo a 55,8% de aprovação. Participaram da avaliação 75 pareceristas, vinculados a universidades no Brasil e no exterior.

A pluralidade de regiões brasileiras contemplada nas palestras do LABTAL é verificada também no presente dossiê, que é formado por 24 artigos de 47 pesquisadores vinculados a 19 instituições, representativas das cinco regiões do país: UFPA, UFAM, UFPB, UFBA, UESB, UFMS, Ufes, Unicamp, Unesp (campi de Araraquara, Marília e São José do Rio Preto), UFRGS, UFSM, PUCRS, UCS, UFPR, Unioeste, Unicentro, Unespar, UEM e UEPG.

Os artigos foram distribuídos considerando os diferentes níveis de análise linguística, como o nível fonético-fonológico, morfossintático, semântico, textual, discursivo, etc. Há também artigos que estão em áreas de interface com a linguística e com suas interdisciplinaridades. Esta organização, portanto, é apenas indicativa, tendo em vista que vários trabalhos podem se inserir em diferentes níveis/áreas de pesquisa.

No que tange ao nível fonético-fonológico, o presente dossiê é formado pelos artigos (ii) A elisão de V1 no português arcaico: duas abordagens fonológicas, de Ana Carolina Cangemi e Gladis Massini-Cagliari; (iii) Teorias fonológicas e seus primitivos de análise, de Luciane Trennephel da Costa; (iv) Pontuação e prosódia à luz do conceito de heterotopia: uma reflexão linguístico-discursiva sobre a escrita, de Geovana Soncin; (v) Aspectos prosódicos na leitura oral, de Nair Daiane de Souza Sauaia Vansiler; (vi) Estudo piloto: a realização variável do ditongo /

ow/ em amostra de fala da praça 14 de Janeiro em Manaus (AM), de Geise Freitas de Oliveira e Flávia Santos Martins; e (vii) O padrão silábico CVC do inglês por aprendizes brasileiros, de Anilda Costa Alves, Daiane Aparecida Cavalcante e Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa.

No nível de análise linguística morfossintático, o volume conta com os seguintes trabalhos: (viii) Argumentos fronteados na periferia à esquerda de orações condicionais centrais no Português Brasileiro: um processo de clitic left dislocation com retomada pronominal visível ou nula, de Vanessa Leme Fadel Steinhauer e André Antonelli; (ix) A indeterminação do sujeito no Português Brasileiro: investigando algumas estratégias pronominais em orações finitas, de Gabriel de Ávila Othero e Susana Miranda da Silva; (x) Mudança construcional, construcionalização e (inter)subjetivização em construções [V1+ver], de Taísa Barbosa Robuste e Sebastião Carlos Leite Gonçalves; (xi) Ordem de palavras e expressão da ênfase em português, de Michel Gustavo Fontes e Kátia Roberta Rodrigues-Pinto; (xii) A natureza interfacial da lexicogênese: a formação de palavras e algumas das suas interconexões com a gramaticalização, a filologia e a sintaxe, de Mailson Lopes; e (xiii) Descrição qualitativa da concordância verbal: a alternância pronominal entre nós e a gente, de João Miguel Lahoz Rinaldi, João Wilson Lima e Silva, Rafael Gardiolo, Renata dos Santos Martins Alves, Vinícius Troncoso e Gustavo da Silva Andrade. Aplicados ao ensino, têm-se os artigos (xiv) Gramáticas e ensino de língua portuguesa: análise comparativa da classe dos pronomes pessoais, de Maíra Avelar e Ana Claudia Oliveira Azevedo; e (xv) Verbos “ser” e “estar”: contínuo permanente-temporário e o ensino de português língua estrangeira, de Carmelita Minelio da Silva Amorim, Renata Rocha Vieira de Mello e Santinho Ferreira de Souza.

Em seguida, adentram o campo da semântica os artigos: (xvi) O princípio do Brasil: o problema das descrições definidas ilustrado, de Luana de Conto; e (xvii) Reescriturações do sentido de língua no imaginário do senso comum, o funcionamento semântico do (re)dizer, de Rejane Fiepke Carpenedo e Eliana Rosa Sturza.

Outras áreas, como Evolução da Linguagem, Linguística Textual, Análise do Discurso, Linguística Forense, Dialetologia e Linguística de Córpus, são contempladas nos artigos (xviii) O debate evolutivo é relevante para a Linguística?, de Maurício Fernandes Neves Benfatti e Elena Godoy; (xix) O gênero textual Fake News, de Marina Chiara Legroski; (xx) Uma análise dos comandos de produção textual do livro didático do 8º ano do Ensino Fundamental sob a perspectiva dialógica e interacional de linguagem, de Fernanda Sacomori Cândido Pedro, Terezinha da Conceição Costa-Hübes e Vilson Pruzak dos Santos; (xxi) O efeito metafórico na AAD-69: um gesto de leitura mediado no diálogo com os Escritos de Linguística Geral, de Júlio César dos Reis Petter, Clara Állyegra Lyra Petter e Luciene Jung de Campos; (xxii) Como trabalhar (n)a relação entre Linguística e Direito no Brasil? Caminhos, desafios - e uma questão de classe, de Jael Sânera Sigales-Gonçalves; (xxiii) Dialetologia: de Gilliéron à atualidade, de Rictor de Oliveira Dantas e Valeska Gracioso Carlos; e (xxiv) Immigration and the context of Brexit: Collocate Network and Multidimensional Frameworks applied to Appraisal in SFL, de Rodrigo Esteves de Lima-Lopes.

Este volume é fruto do crescente amadurecimento e da atuação do LABTAL e apresenta parte dos resultados obtidos, a despeito de sua fundação relativamente recente. A qualidade dos artigos aqui reunidos, bem como a inserção/aprovação de nossos alunos na pós-graduação em linguística em diferentes universidades brasileiras, servem de testemunho da seriedade do

nosso trabalho. Agradecemos a participação de todos os autores que submeteram seus textos, dos pareceristas ad hoc, bem como de todos os ministrantes e participantes ao longo das atividades desenvolvidas, sem os quais a existência deste volume e do próprio LABTAL não seriam possíveis. Certos de que se trata ainda dos primeiros passos dados em uma longa e frutífera caminhada, esperamos que os textos aqui fornecem uma contribuição - modesta, mas sólida - ao desenvolvimento da pesquisa em linguística no Brasil.

Uma ótima leitura a todos!

Márcia Cristina do Carmo - Organizadora do dossiê e membro do LABTAL

Álvaro Kasuaki Fujihara - Membro do LABTAL

Marcos Barbosa Carreira - Membro do LABTAL

Marina Chiara Legroski - Membro do LABTAL

SOBRE A NOÇÃO DE PALAVRA

ABOUT THE NOTION OF WORD

José Borges Neto*

UFPR e UNIOESTE

Resumo: Este texto discute a indeterminação da noção de palavra, mostrando que as tentativas frustradas de a definir – por critérios ortográficos, fonológicos, morfossintáticos ou semânticos – acabam definindo objetos teóricos distintos e incompatíveis entre si. Na medida em que a noção de palavra é central para as teorias da linguagem e que sem uma noção clara de palavra não é possível distinguir morfologia de sintaxe, duas alternativas se apresentam: ou definimos claramente o que é palavra, ou abandonamos essa noção em favor de alguma outra.

Palavras-chave: Filosofia da Linguística. Palavra. Morfologia. Sintaxe.

Abstract: This text discusses the indeterminacy of the notion of word, showing that the unsuccessful attempts to define it - by orthographic, phonological, morphosyntactic or semantic criteria - end up defining distinct and incompatible theoretical objects. To the extent that the notion of word is central to theories of language and that without a clear notion of word it is not possible to distinguish morphology from syntax, two alternatives are presented: either we clearly define what a word is, or we abandon this notion in favor of some other.

Keywords: Philosophy of Linguistics. Word. Morphology. Syntax.

A ORIGEM

Os gregos da Antiguidade clássica criaram uma noção que se tornou a base dos estudos linguísticos até nossos dias: a noção de **palavra**. Uma primeira definição de palavra pode ser encontrada no livro *Da interpretação* (*Perì hermēneías*) de Aristóteles¹, onde ele define a palavra como um símbolo (oral) das imagens ou afeições (paixões) que estão na alma dos interlocutores². Aristóteles entende a palavra como parte do discurso (“*mérōs lógou*”), isto é, como a unidade que, combinada com outras, vai resultar nos enunciados linguísticos. Para Aristóteles, na mente humana há imagens das coisas do mundo, juntamente com as paixões, e as palavras são representações linguísticas desses “objetos mentais”. Ou seja, como frequentemente se diz, as palavras são símbolos de **ideias**.

* Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com atuação junto aos programas de Pós-Graduação em Letras da UFPR (Professor Sênior) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Professor Visitante). E-mail: borgesnetojose@gmail.com.

¹ Uso a tradução espanhola feita por Miguel Candel Samartín (ver ARISTÓTELES, 1988). Os trechos citados estão identificados pela numeração convencional para que possam ser consultados em qualquer edição (os números seguidos de letras – “16a”, por exemplo – indicam parágrafos, e os números que se seguem indicam as linhas no interior dos parágrafos). Todas as traduções para o português de citações originalmente em espanhol ou inglês são de minha responsabilidade.

² Aristóteles define a palavra escrita como um símbolo (gráfico) da palavra oral. O termo “símbolo” (*symbola*) significa algo como “contrato” ou “convênio”, no grego clássico, o que revela que Aristóteles atribui um caráter convencional às relações entre escrita e fala e entre fala e pensamento.

Na verdade, há duas expressões em grego que são usadas para os sentidos que damos a *palavra*: *mérōs lógoū* (“parte do discurso” – literalmente, parte do *lógos*) e *léksis*. Jean Lallot (1989, p. 119) diz que as duas expressões “[...] funcionam como sinônimos em variação livre”; Gissele Chapanski (2003, p. 143-144), por outro lado, diz que as *lékseis* são instanciações (realizações físicas) das partes do discurso e que a expressão *mérōs lógoū* seria melhor entendida como **classe de palavras**.

O que podemos dizer com certeza é que, para os gregos, **palavra** é um conjunto de sons que corresponde, de maneira razoavelmente estável, a uma **ideia**. Dessa forma, na ontologia da teoria grega, há uma entidade “híbrida”, de dupla face, que, por um lado, é uma forma fisicamente manifestada como sons, e, por outro lado, é uma imagem ou uma afeição da alma.³

No livro *Da Interpretação*, Aristóteles nos fala apenas de dois tipos de palavras: o **nome** (*ónoma*) e o **verbo** (*rhēma*). O nome é um som significativo por convenção que não indica tempo e que não apresenta partes significativas. Em suas palavras, “[...] com efeito, em *Kállippos*, *ippos* não significa nada por si mesmo, como ocorre no enunciado *kalòs híppos*” (ARISTÓTELES, 1988, *Da Int.*, 16a, 20-22)⁴. O verbo, por sua vez, é um som que significa o que se diz sobre um outro, tem tempo e nenhuma de suas partes tem significado separadamente. Nas palavras de Aristóteles: “Digo que cossignifica tempo no sentido em que, enquanto *saúde* é um nome, *está* é um verbo: com efeito, cossignifica que se dá agora. E sempre é signo do que se diz acerca de outro, no sentido de que se diz sobre um sujeito” (ARISTÓTELES, 1988, *Da Int.*, 16b, 6-11).

Não podemos deixar de apontar a possível confusão existente entre as **palavras**, que são nome ou verbo, e as **funções** que as palavras exercem no enunciado (sujeito ou predicado). A distinção já era potencialmente confusa para Platão e se mantém assim em Aristóteles. No livro *Da Interpretação*, Aristóteles está principalmente interessado em investigar a relação entre a linguagem e o pensamento. Em sua perspectiva, para que um enunciado possa ser verdadeiro ou falso, uma de suas partes tem de significar a coisa de que se fala (e é *ónoma*) e outra parte tem de significar o que se fala da coisa nomeada (e é *rhēma*): a parte do discurso que nomeia não tem tempo e a parte do discurso que predica deve ter tempo. Como lemos em Robins (1979):

Para Aristóteles a frase (*lógos*) comprehende algo mais ao nível semântico, pois, ao contrário das palavras isoladas, ela afirma ou nega um predicado, ou faz uma declaração existencial. Em oposição a *ónoma*, definiu *rhēma* como portador de uma referência temporal e como representante do predicado. Esta segunda parte da definição permitiu-lhe incluir, como fizera Platão, adjetivos como *leukós*, “branco”, e *díkaios*, “justo”, entre as *rhêmata*, visto que frequentemente funcionam em grego como predicado (*leukós ho híppos*, “o cavalo é branco”). Como a cópula *estí*, “é”, está subentendida e é sempre suscetível de inserção, poder-se-ia dizer que tais adjetivos também são portadores de referência temporal (o presente). Por esse motivo, a tradução de *ónoma* e *rhēma* por *nome* e *verbo* nesta etapa do desenvolvimento da teoria gramatical grega pode ser enganosa. (ROBINS, 1979, p. 21).

³Concepção que, não por coincidência, reencontramos na noção de **signo** em Saussure.

⁴*Kállippos* é um nome próprio composto de *kallòs* e *hippos* (respectivamente, “bonito” e “cavalo”). O exemplo de Aristóteles quer mostrar que, embora sendo palavras significativas, *kallòs* e *hippos*, enquanto partes do nome próprio *Kállippos*, não possuem significação (ARISTÓTELES, 1988, p. 37).

Da mesma forma, a identificação de **parte do discurso** com palavra também pode ser enganosa, já que as partes do discurso – a parte que nomeia e a parte que predica – podem ser exprimidas por mais de uma palavra (sintagmas nominais como sujeito, por exemplo).

Outro problema de entendimento está na noção de *lógos* (de que a palavra é parte constituinte). A dificuldade em traduzir *lógos* nas línguas modernas é bem conhecida: para os gregos, o *lógos* era, simultaneamente, “proporção”, “explicação”, “fundamento”, “discurso”, “argumento”, “regra de conduta”, “hipótese”, “razão”, “pensamento”, “raciocínio”, “narrativa”, “enunciado”, “debate”, “assunto de um poema ou narrativa”, “proposição”, “frase” e ainda algumas outras possibilidades⁵.

Enfim, simplificando muito a questão, podemos dizer que o pensamento linguístico grego se constrói a partir da noção de **palavra**: nada há de significativo abaixo da palavra e é somando significados de palavras que construímos proposições⁶.

Uma gramática baseada na palavra comprehende três procedimentos principais: a identificação da palavra como entidade linguística isolável; o estabelecimento de um conjunto de classes de palavras [...]; a depreensão de categorias gramaticais adequadas à descrição e à análise da morfologia dos vocábulos reunidos em paradigmas e das relações sintáticas que surgem entre as palavras na construção de frases. (ROBINS, 1979, p. 20).

E é esse o roteiro que a construção da gramática grega obedece. Identificam-se as palavras como **unidades significativas atômicas** (conjuntos mínimos de sons que correspondem a ideias); estabelecem-se **classes de palavras** a partir dos tipos de ideias de que são símbolos ou dos papéis que desempenham nos enunciados (**nomes, verbos, pronomes, advérbios** etc.); estabelecem-se categorias gramaticais que descrevem a morfologia “típica” de cada classe (**flexões, declinações e conjugações**); e estabelecem-se tipos de relações sintáticas na composição das frases (**concordância e regência**).

O tratamento que Dionísio Trácio (cerca de 100 a.C.) dispensa ao **nome** e ao **verbo** são bons exemplos. Para Dionísio:

[O nome] é a parte da frase sujeita à variação de caso, que designa um corpo ou uma coisa abstrata – um corpo como em “pedra”, uma coisa abstrata como em “educação” –, que pode ter sentido geral ou específico – geral como em “homem” ou “cavalo”, específico como em “Sócrates”. (CHAPANSKI, 2003, p. 28).

[O verbo] é uma palavra não sujeita à variação de caso, que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade. (CHAPANSKI, 2003, p. 32).

⁵ Cf. Henry George Liddell, Robert Scott. *A Greek-English Lexicon*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dlo%2Fgos>. Acesso em: 6 dez. 2019. A escolha das acepções e suas traduções para o português é minha.

⁶ Essa primazia da palavra não é uma necessidade e houve tradições que, se não a evitaram, ao menos a relativizaram. Mesmo no interior do pensamento grego, encontramos quem colocasse em questão a equação “uma palavra/um significado”. Segundo Robins (1979, p. 17), para os estoicos, “[...] os significados das palavras não existem isoladamente e podem variar de acordo com a situação contextual”.

O **nome** é identificado por ser um designador de “coisas”, concretas ou abstratas, próprias ou comuns, e por apresentar variação de caso. O **verbo**, por sua vez, exprime atividade ou passividade (**voz**) e apresenta variação de tempo, pessoa e número.

A “morfologia” de nomes e verbos tem a ver com as diferentes formas gramaticalmente relevantes que essas palavras podem apresentar. Dionísio já nos fala que os nomes variam em **gênero** e **número**, mas não em **voz**, **tempo** e **pessoa**, que seriam próprios do verbo. Assim, definidas as classes de palavras, é necessário estabelecer as categorias gramaticais (“atributos consequentes”) que podem se aplicar a cada uma delas.

A teoria linguística grega dá centralidade à **morfologia**⁷ e cria um primeiro modelo de análise morfológica: o modelo que Hockett (1954) vai chamar de “palavra-e-paradigma”.

A NOÇÃO DE PALAVRA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Essa concepção de palavra sobreviveu na tradição gramatical ocidental até, pelo menos, o final do século XVIII. Como se lê no verbete *Unidades Significativas* do *Dicionário das Ciências da Linguagem*, de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov:

Até o fim do século XVIII, a maior parte dos linguistas ocidentais está tacitamente de acordo em que a mais pequena unidade linguística que, simultaneamente, tem uma realidade na cadeia falada e é portadora de significação é a *palavra*: a frase é composta por proposições, compostas elas mesmas por palavras. Só se decompõe a palavra em unidades não-significativas (as sílabas, as letras). Aliás, a definição de palavra continua a estar geralmente implícita. É que a divisão do enunciado em palavras parece gozar de uma espécie de evidência, que dispensa qualquer determinação explícita. Com efeito, esta divisão não se apoia apenas numa tradição gráfica solidamente estabelecida desde o Renascimento, mas também em fenômenos de pronúncia incontestáveis: a palavra é a unidade de acentuação. (DUCROT; TODOROV, 1976, p. 245).

A noção grega de **palavra** adentra ainda a primeira metade do século XX. Segundo Robins (1979, p. 21), “[a] definição de Aristóteles é notavelmente semelhante à de Meillet: ‘associação de um dado significado com um dado grupo de sons suscetível de emprego gramatical’”⁸. Da mesma forma, encontramos na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), a seguinte afirmação: “[...] a linguagem indica o pensamento; as palavras, como partes que são da linguagem, indicam as partes do pensamento, ou seja, as ideias” (ALMEIDA, 1979, p. 17, §3)⁹.

A associação entre **palavra** e **ideia** permanece firme. Embora já apareçam, desde o século XVIII, movimentos na direção de considerar partes significativas na palavra, a concepção vigente da organização interna da palavra impede que surjam noções como a de **morfema**. Ducrot e Todorov citam o caso de Jacques Turgot (1727-1781) que, no artigo “*Étymologie*” da

⁷ Os estudos sintáticos só aparecem tardivamente – cerca de 200 anos depois do tratamento morfológico de Dionísio – com Apolônio Díscolo.

⁸ Trata-se do linguista francês Antoine Meillet (1866-1936).

⁹ A *Gramática* de Napoleão Mendes de Almeida teve 47 edições: primeira edição é de 1943 e a última, póstuma, é de 2002. Cito aqui a 28^a edição, de 1979.

Encyclopédie, diz que, no caso da palavra ser derivada de outra, é necessário “[...] devolvê-la à sua raiz, despojando-a desse aparelho de terminações e de inflexões gramaticais que a disfarçam; se é uma composta, é necessário separar as suas diferentes partes” (DUCROT; TODOROV, 1976, p. 245).

O modelo morfológico tradicional – palavra-e-paradigma – entende que as flexões não criam novas palavras e que, portanto, a ideia central permanece a mesma: trata-se de terminações distintas e de inflexões **de uma mesma palavra**. Provavelmente, Turgot está considerando que o verdadeiro significado da palavra está em sua raiz e que a etimologia só pode realizar sua tarefa se privilegiar esse significado, digamos, nuclear. De fato, não se trata de reconhecer partes significativas na palavra, mas de localizar seu significado essencial.

Esse modelo morfológico considera a **palavra** uma entidade abstrata que pode se manifestar concretamente sob diversas formas. A cada palavra pode-se associar um **paradigma**, que é o conjunto de formas alternativas em que as palavras se manifestam. A relação entre as formas do paradigma recebe o nome de “flexão”.

Em um exemplo simples: temos, em português, a palavra “mesa”; essa palavra pode se manifestar concretamente por meio de duas formas alternativas: **mesa** e **mesas**. Essas duas possibilidades de manifestação da palavra “mesa” constituem o paradigma associado a ela e a relação entre as formas é uma relação de flexão. Podemos falar, então, que a palavra “mesa” se flexiona, ora aparece como **mesa**, ora aparece como **mesas**. A expressão “mesa” (entre aspas) é apenas uma forma de citação do conjunto que constitui o paradigma e, em consequência, não é uma expressão linguística propriamente dita. A forma “mesa” jamais é pronunciada: se tentarmos pronunciá-la, diremos ou **mesa**, ou **mesas**. O significado “essencial”, aquele que constitui a ideia que dá identidade à palavra, existe no conjunto das formas do paradigma, sempre acrescido de significados “secundários”: no nosso exemplo, o significado de singular, em **mesa**, e o significado de plural, em **mesas**. Para encontrar o significado de “mesa”, é preciso despolar as formas do paradigma dos significados secundários. Dessa maneira, “mesa” é alguma coisa (alguma “ideia”) que não é singular ou plural. Creio que Turgot faz um raciocínio muito semelhante a esse.

O aspecto central do modelo palavra-e-paradigma reside na consideração de que as formas do paradigma são formas de uma mesma palavra, que – suponho – será sempre identificada nocionalmente, isto é, com base nas características da ideia a que corresponde (se corresponde a objetos, é nome; se corresponde a eventos, é verbo; se corresponde a circunstâncias do evento, é advérbio etc.). Assim, na medida em que o paradigma associado à palavra “menino” inclui as formas **menino**, **menina**, **meninos** e **meninas**, essas formas são manifestações alternativas de uma mesma palavra; as mais de 70 formas alternativas presentes no paradigma de “cantar” (**cantei**, **cantaria**, **cantamos**, **cantasse**, **cantado** etc.) são flexões da palavra “cantar”, e assim por diante.

Como há palavras cujo paradigma só contém uma forma – como “hoje”, “agora”, “sobre” etc. – podemos dizer que há palavras que não se flexionam (aparecem sempre de uma mesma e única forma) e que são chamadas de “palavras invariáveis”. Assim, o modelo palavra-e-paradigma conduz-nos diretamente à distinção entre palavras **variáveis** e **invariáveis**: “mesa”, “cantar” e “menino” seriam palavras variáveis, já que seus paradigmas apresentam mais de uma forma alternativa, enquanto “ontem”, “de” e “apenas” seriam invariáveis.

ALTERATIVAS AO ENFOQUE TRADICIONAL

Somente a partir do século XIX, a natureza atômica da palavra começa a ser colocada em questão. Como dizem Ducrot e Todorov (1976, p. 245): “Foi o aparecimento da linguística comparativa que impôs uma dissociação da palavra em unidades significativas mais elementares”.

O reconhecimento, digamos, “oficial” de que a palavra tem partes significativas só vai aparecer no final do século XIX, em 1895, com o trabalho do linguista polonês Jan Baudouin de Courtney (1845-1929) que criou o termo “morfema” para designar as partes integrantes da palavra que podiam ter significados independentes (raízes, afixos e desinências). E a incorporação da noção de morfema ao arsenal teórico dos linguistas levou ao surgimento de dois modelos morfológicos concorrentes com o modelo palavra-e-paradigma, que Hockett (1954) chamou de modelo “item-e-processo” e modelo “item-e-arranjo”.

O modelo item-e-processo (IP) supõe palavras “básicas” e processos que se aplicam a elas para a obtenção de novas palavras. Por exemplo, em vez de supor que **mesa** e **mesas** são flexões da palavra “mesa”, podemos supor que **mesa** é uma palavra “básica” e que, por um processo de sufixação (que “pluraliza” a forma básica), podemos obter a palavra **mesas**. Da mesma forma, a palavra **menino** seria uma palavra “básica” e, por dois distintos processos de sufixação, obteríamos **meninos** (menino+s) e **menina** (menino+a)¹⁰. A forma **menina**, obtida a partir da forma **menino**, poderia sofrer um novo processo de sufixação, que resultaria em **meninas**. No modelo IP, a ênfase é dada nas relações entre as palavras, particularmente nos modos pelos quais conjuntos de palavras são derivadas de bases comuns pela aplicação de certos processos (que se manifestam sob a forma de adições de material fonológico, como em **mesa/mesas**; subtração de material fonológico, como em **irmão/irmã**; ou alternâncias, como em **avô/avó**). No fundo, é um modelo em que todas as relações entre as palavras são “derivacionais”, não havendo distinção entre **derivação** e **flexão**. Hockett afirma que o modelo IP, embora adequado ao tratamento das mudanças linguísticas, não é o modelo mais interessante para as análises sincrônica – e, por isso, perdeu prestígio com o aparecimento do estruturalismo no início do século XX.

O modelo item-e-arranjo (IA), por sua vez, entende que as palavras são cadeias de elementos (como “trenzinhos”), cada elemento portando seu próprio significado. Assim, tanto **mesa** quanto **mesas** são constituídas por dois morfemas: um primeiro morfema, raiz, que seria “mesa=”, comum às duas formas, e um segundo morfema, indicador de número, que, em um caso, seria um ZERO, indicando número **singular**¹¹, e, no segundo caso, seria um -s, indicando número **plural**. Dessa forma, a palavra **mesa** seria analisada como “mesa+Ø” e **mesas** seria analisada como “mesa+s”.

O que precisa ficar claro desde já é que esses dois modelos morfológicos assumem noções claramente diferentes de **palavra**, entre si e com relação ao modelo palavra-e-paradigma tradicional. Os modelos IP e IA não usam a noção de paradigma e, em consequência, a noção de flexão deixa de fazer sentido.

¹⁰ Alguma regra morfonêmica eliminaria a vogal temática final da forma básica **menino** na formação de **menina** (ver CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 63).

¹¹ Em um sistema com poucas alternativas, a ausência de sinal pode ser significativa. Meu primeiro professor de linguística – o Prof. Eurico Back – usava o seguinte exemplo para explicar esse fato: suponha um carro trafegando numa rua; se o motorista acende a seta da esquerda, sinaliza que vai virar à esquerda; se acende a seta da direita, sinaliza conversão à direita; se não acende nenhuma seta, sinaliza que seguirá em frente. A ausência de sinal pode ser tão informativa (tão significativa) quanto a presença de sinal.

Para o modelo item-e-arranjo, a palavra não é uma unidade, mas um conjunto de morfemas (organizados em uma estrutura “sintática” específica). A palavra **meninas**, por exemplo, é um conjunto ordenado de três morfemas: menino + a + s. Na ordem, um morfema raiz (**menino**), que pertence a um conjunto aberto, um morfema *-a*, que pertence a um conjunto fechado e que ocupa uma posição restrita a morfemas indicadores de gênero (a outra possibilidade é apenas o ZERO), e um morfema *-s*, que pertence a um conjunto fechado e que ocupa uma posição restrita a morfemas indicadores de número (a outra possibilidade de ocupante dessa posição é também o ZERO). Dessa forma, podemos estabelecer uma estrutura sintática para essas palavras, estrutura que é a mesma para muitas outras palavras, que só se distinguem pelos morfemas que ocupam as posições na estrutura. Em um esquema:

Raiz	Gênero	Número
menino	Ø	Ø
garoto	-a	-s
gato		
...		

Dada a estrutura (*o arranjo*), se pegarmos sempre um elemento de cada coluna (os *itens*) e os juntarmos em uma palavra, iremos obter: **menino**, **menina**, **garota**, **gato**, **gatas** etc. Nas palavras de Hockett:

A essência de IA é falar simplesmente de coisas e dos arranjos em que essas coisas ocorrem [...]. Assume-se que qualquer enunciado de uma dada língua consiste inteiramente de um número mínimo de elementos gramaticalmente relevantes, chamados morfemas, num certo arranjo relativamente aos outros. A estrutura do enunciado é especificada pelo estabelecimento dos morfemas e do arranjo. (HOCKETT, 1954, p. 212, tradução nossa).

No modelo IA, portanto, a distinção entre derivação e flexão também desaparece. Se a palavra é um conjunto de morfemas organizados em um arranjo, e se o conjunto de morfemas de **menino** não é o conjunto de morfemas de **meninas**, necessariamente temos de considerar que **menino** e **meninas** são duas palavras distintas. No caso de **meninice** e de **meninada**, temos a mesma situação: trata-se de duas palavras distintas entre si e, mais importante, distintas de **menino** e **meninas**. No entanto, são palavras distintas porque são novos conjuntos de morfemas. O que não existe mais é o critério para dizer que **menino** e **meninas** são flexões de uma mesma palavra – a palavra “menino” – enquanto **meninice** e **meninada** são palavras derivadas. Ou tudo é derivação, como assume o modelo IP¹², ou tudo é flexão, atribuindo um novo sentido ao termo “flexão”. O único modo de recuperar a distinção entre flexão e derivação é algum tipo de **estipulação**. Se for possível achar algum critério, suficientemente consistente, para distinguir flexão de derivação (e Gonçalves (2011) nos mostra que não há esse critério), certamente ele nos levará a resultados muito distintos do que se obtém no modelo palavra-e-paradigma.

Embora as coisas não sejam tão simples como parecem à primeira vista, como o próprio Hockett reconhece em seu texto, o modelo morfológico item-e-arranjo teve grande influência

¹²Todas as formas de palavras seriam resultado da aplicação de operações (processos) a um item básico, que poderia ser, a depender da proposta teórica, um morfema ou uma palavra considerada básica.

nos estudos morfológicos que se fizeram no século XX. E, surpreendentemente, também na morfologia de nossas gramáticas escolares¹³.

VÁRIAS NOÇÕES DE “PALAVRA”

Uma primeira conclusão que podemos tirar do que vimos anteriormente é que há mais de uma noção de **palavra** em jogo, a depender do modelo de análise que assumimos: como o conjunto das formas de um paradigma, como um arranjo de morfemas ou como uma “base” sobre a qual se aplica um processo. Entretanto, há ainda outras noções de **palavra** envolvidas, que não resultam exatamente dos modelos morfológicos assumidos.

Vejamos o que diz o *Dicionário de Linguagem e Linguística* de Robert L. Trask (1944-2004), traduzido e adaptado por Rodolfo Ilari (TRASK, 2004). Trask abre o verbete definindo palavra como “[...] uma unidade linguística tipicamente maior que o **morfema**, mas menor que um **sintagma**”¹⁴ (TRASK, 2004, p. 218), e segue com o seguinte comentário: “O termo **palavra** poderia parecer familiar e suficientemente transparente, mas, na realidade, há pelo menos quatro maneiras de definir a palavra, e essas maneiras não se equivalem” (TRASK, 2004, p. 218).

Na verdade, o texto de Trask é enganador, na medida em que, aparentemente, ele supõe que existe uma unidade linguística **palavra**, entendida como uma entidade ontológica presente nas línguas, e que essa entidade pode ser definida de quatro maneiras distintas. Quando olhamos suas definições, no entanto, o que encontramos são quatro entidades distintas, cada uma delas com seus próprios critérios definidores: a **palavra ortográfica**, a **palavra fonológica**, o **item lexical (ou lexema)** e a **palavra morfossintática**.

Trask define a palavra ortográfica como “[...] algo que se escreve com espaços brancos de ambos os lados, mas sem espaços brancos em seu interior” e a palavra fonológica como “algo que se pronuncia como uma única unidade” (TRASK, 2004, p. 218). Ignorando a vaguezza das formulações, posso dizer que elas são muito problemáticas, mesmo quando tentamos torná-las mais precisas.

É interessante ver o que diz Luiz Carlos Schwindt sobre palavras ortográficas e palavras fonológicas:

No mais das vezes, [...], os falantes fazem uso de um critério ortográfico para identificar uma palavra, [...]. Sabemos, contudo, que esse conhecimento, além de dependente da cultura escolar (letrada) [...] é bastante controverso, já que qualquer um de nós já titubeou ao decidir sobre a segmentação de um vocábulo (p.ex., em português, *de repente* e não *derrepente*, mas *devagar* e não *de vagar*).

¹³ É relevante destacar que, no âmbito da sintaxe, encontramos modelos de análise que adotam tanto a perspectiva item-e-arranjo quanto a perspectiva item-e-processo. A gramática gerativa chomskiana (ao menos em suas versões anteriores aos anos 1990) tem, claramente, o modelo item-e-arranjo como inspiração (há regras que geram estruturas sintagmáticas, ou “arranjos”, e há regras de inserção lexical que preenchem os nós terminais com itens lexicais). As gramáticas categoriais, por sua vez, assumem a perspectiva item-e-processo: a gramática consiste simplesmente de um léxico categorialmente especificado e algumas poucas operações, como a **aplicação funcional**, que permitem construir os enunciados. Existe, também, uma **morfologia categorial**, que trata as estruturas das palavras por procedimentos próximos do modelo IP (ver, por exemplo, Hoeksema e Janda 1988).

¹⁴ Martin Haspelmath (2011, p. 61, tradução nossa), sobre afirmação equivalente, diz: “[...] essa afirmação é na verdade fraca demais se não for especificado qual o critério que pode ser usado para identificar tal unidade. De fato, [...] podemos selecionar, para a maior parte das línguas, um grande número de unidades intermediárias, se quisermos”.

Ao serem inquiridos sobre o que é uma palavra, os falantes podem ainda fazer uso de critérios de natureza fonológica, apelando também para espaços – só que agora caracterizados por vazios sonoros (ou pausas) – entre cada palavra falada. (SCHWINDT, 2014, p. 128-129).

O quadro desenhado por Schwindt é real. Se perguntarmos aos falantes o que é uma palavra, vamos receber uma resposta retirada da experiência dos falantes com a escrita (“palavra” definida como palavra ortográfica) e, eventualmente, considerando o grau de escolaridade do falante, com alguns acréscimos de natureza fonológica. O que não fica claro na exposição de Schwindt é que as respostas dos falantes são respostas que podemos classificar de **linguística ingênua** (“*folk linguistics*”). O problema aparece quando fazemos a pergunta aos linguistas e o que recebemos como resposta não ultrapassa o nível de uma linguística ingênua.

De qualquer forma, vamos olhar os quatro conceitos de palavra trazidos por Trask. Começo com a palavra “ortográfica”. A ortografia do português se construiu historicamente a partir da ortografia do latim, foi inicialmente formatada pelos editores e não pelos gramáticos¹⁵, sofreu inúmeras “reformas” (algumas oficiais e muitas outras oficiosas), passou por intensos debates sobre qual deveria ser seu fundamento – se a pronúncia ou a etimologia – e acabou sendo matéria de lei. Nesse percurso, muita coisa foi fixada de qualquer jeito e o sistema final apresenta pouca consistência lógica. Quando do debate entre a proposta de ortografia da pronúnciação (que dizia que a escrita devia registrar exclusivamente o que se falava) e a ortografia etimológica (que dizia que a escrita devia registrar também a origem histórica da palavra), nos séculos XVIII e XIX, Jerônimo Soares Barbosa aponta o seguinte:

Entre estas duas *ortografias* caminha a *usual*, assim chamada, porque não tem outra auctoridade senão a do uso presente e dominante; ja para seguir as etimologias, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunciaçāo presente; ja para não fazer caso da dirivacāo mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex.: *he, huma* com *h*, que não ha na origem Latina; e *filosofia*, e *fízica* com *f* e *z*, que não ha nas palavras Gregas. (BARBOSA, 1822, p. 57).

Essa **autoridade do uso**, como diz Soares Barbosa, cria inúmeras inconsistências no sistema ortográfico do português. O próprio Soares Barbosa registra em sua gramática a palavra **qualquer** e, juntamente a ela, registra a palavra **quemquer**. Ora, nosso sistema ortográfico considera **qualquer** uma palavra ortográfica, mas recusa reconhecimento igual para **quemquer**. Poderíamos perfeitamente considerar que em ambos os casos teríamos o que deveriam ser duas palavras ortográficas, o que explicaria o plural bizarro de **qualquer** (= quaisquer). Quem ainda não se perguntou por que **embaixo** é uma palavra ortográfica e **em cima** são duas?

Note-se, também, que formas como **papelzinho**, **anãozinho** e **bastãozinho** são palavras ortográficas, embora suas formas plurais e femininas correspondentes fossem imensamente mais bem tratadas se considerássemos que estamos diante de sintagmas (um substantivo seguido de um adjetivo): o feminino de **anãozinho** é **anãzinha**, o plural de papelzinho é **papeizinhos** e

¹⁵ Independentemente das propostas dos ortógrafos, que eram todas muito próximas do latim, mesmo quando reconhecidas as diferenças fonológicas (Fernão de Oliveira é um bom exemplo), os livros eram impressos pelos editores com os tipos (latinos) que já existiam. Dessa forma, os editores, tacitamente ao menos, limitaram o grau de afastamento do latim das ortografias propostas para as línguas vernáculas.

o plural de **bastãozinho** é **bastõezinhos**. Parece estranho que palavras terminadas em “zinho/zinha” marquem duas vezes o gênero e o número, ou seja, os fatos parecem indicar que estamos diante de plurais e femininos regulares de DUAS palavras¹⁶. E se alguém ainda tem dúvidas, note que **zinho/a** é uma forma livre que pode funcionar também como substantivo: “Aquele zinha está de olho no namorado da Maria”.

Em suma, a noção de palavra ortográfica é muito importante no processo de alfabetização, é muito valorizada pelos falantes em geral (que dão extrema importância à correção ortográfica), mas não é uma noção que mereça especial atenção dos estudos linguísticos, exceto quando se estudam aquelas noções oriundas da linguística ingênua.

Além disso, até há cerca de mil anos, a prática corrente era a da *scripta continua*, isto é, da escrita sem separações com espaços em branco. Como aponta Haspelmath (2011, p. 36, tradução nossa), “[...] o uso dos espaços na moderna ortografia é em alguma extensão guiado pela estrutura das línguas, mas não de modo que a soletração convencional possa ser usada para decidir situações contenciosas”. Desse modo, a palavra ortográfica não pode ser critério para uma definição geral de **palavra**.

Passemos agora à palavra fonológica. A formulação de Trask de palavra fonológica como “algo que se pronuncia como uma única unidade” é excessivamente vaga. Provavelmente, ele está pensando em algo semelhante à definição bloomfieldiana de palavra como uma **forma livre mínima**, em termos fonológicos. Contudo, se pensarmos na cadeia de sons que constitui um enunciado como “As asas azuis das aves” – fonemicamente algo como /a.’za.za.za.’zuys.da.’za.ves/ – e se procurarmos localizar as palavras na cadeia sonora, sem apelar para a escrita ou para a semântica, teremos sérias dificuldades. Os estruturalistas identificavam as palavras fonológicas a partir dos acentos – procedimento que se mantém na maioria das teorias fonológicas atuais – e se olharmos para a cadeia sonora, vamos encontrar três proeminências de intensidade (as sílabas com o início marcado pelas aspas simples), mas essa descoberta não nos ajuda muito. Quantas palavras fonológicas temos aqui? Três?¹⁷ Onde está a palavra fonológica que corresponde à palavra ortográfica **asas**? A palavra ortográfica **das** é, de fato, uma única palavra ou são duas: **de** e **as**? E, independentemente da resposta, onde estaria o **de** ou o **as** na cadeia sonora?

Obviamente, alguém poderia produzir o enunciado anterior em uma cadência e com uma velocidade tal que todas as palavras ortográficas corresponderiam a palavras fonológicas: algo como /as::’a.zas::a.’zuys::das::’a.ves/. Tenho dúvida de que essa pronúncia poderia ter alguma relevância para os estudos fonológicos, exceto talvez se estivermos interessados em estudar a influência do letramento na pronúncia, ou seja, a influência da escrita na fala¹⁸.

¹⁶ Cf. Schwindt (2014, p. 129, grifos do autor), que diz: “[...] palavra seria, então, aquela estrutura que admite flexão na borda direita do tema; desse modo, num sintagma como *esses cachorros magros*, por exemplo, estariamos diante de três palavras, já que as três suportam o elemento flexional”.

¹⁷ Parece que temos, no enunciado, cinco palavras ortográficas e apenas três palavras fonológicas. Mattoso Câmara, por exemplo, procurava identificar os **vocabulários fonológicos** a partir dos acentos, mas supunha simultaneamente, em seus exemplos, palavras morfossintáticas correspondentes, identificadas certamente por algum outro critério – talvez mesmo pelo critério ortográfico (ver CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 34-39).

¹⁸ Lembro de quando meu filho, então aluno alfabetizando, descobriu que a palavra /’lo.ko/ se escrevia “louco” e que podia ser enunciada com um ditongo. Ele passou um dia inteiro brincando de dizer /’low.ko/, com destaque na primeira sílaba, e rindo com a descoberta. Escrevi, na época, um pequeno texto sobre a tal “redução de ditongos” – que, na verdade, é um fenômeno de **ditongação**, desencadeado pelo letramento – a partir dessa experiência (ver BORGES NETO, 1980).

A conclusão mais importante, no entanto, é que dificilmente poderíamos sustentar que os termos “palavra ortográfica” e “palavra fonológica” denotam um mesmo fenômeno ou uma mesma entidade teórica da língua.

Passemos, então, para as outras duas “entidades” que Trask associa à noção de palavra: o item lexical e a palavra morfossintática. As definições propostas por Trask são as seguintes: “O *item lexical* ou *lexema* é uma palavra do dicionário, uma unidade para a qual se espera que exista uma entrada própria no dicionário” (TRASK, 2004, p. 218), e “A *forma gramatical* de palavra (“gramatical word-form”, GWF) ou *palavra morfossintática* é qualquer uma das formas que um item lexical pode assumir para fins gramaticais” (TRASK, 2004, p. 218).

Deixando de lado a estranheza que desperta a consideração de que as escolhas dos dicionaristas possam valer como critério para a delimitação da noção de **palavra**, já que os dicionaristas **usam** a definição estabelecida pelos gramáticos ou pelos linguistas e não **estabelecem** a definição¹⁹, vamos assumir que as escolhas dos dicionaristas correspondam a alguma conceituação de palavra teoricamente justificada. Na verdade, essa assunção é necessária, já que a própria definição de palavra morfossintática depende crucialmente da noção de item lexical. Eventuais imprecisões relacionadas à noção de item lexical contaminam mortalmente a noção de palavra morfossintática.

O que chama atenção, porém, é a proximidade que podemos perceber entre as noções de item lexical e palavra morfossintática, da linguística moderna, e as noções de palavra e de paradigma do modelo morfológico tradicional: o item lexical corresponde exatamente à forma de citação de um paradigma (**a palavra**)²⁰, e a palavra morfossintática é qualquer forma que pertença ao paradigma de uma dada palavra. Dessa forma, Trask (e boa parte dos linguistas que concordariam com a distinção entre **item lexical** e **palavra morfossintática**, nos termos colados por Trask) está raciocinando a partir do quadro teórico do modelo palavra-e-paradigma e simplesmente alterando os termos: o modelo palavra-e-paradigma, para Trask, passaria a se chamar modelo “item lexical-e-conjunto de palavras morfossintáticas”: a palavra/o lexema “mesa” estaria associado a um paradigma que conteria duas palavras morfossintáticas – **mesa** e **mesas**. O que significa que estamos diante de um retorno ao modelo tradicional, ocultado por uma mudança de nomes – em uma paráfrase do refrão do personagem Dom Fabrizio, no romance *O leopardo* de Tomasi di Lampedusa (1896-1957): **mudam-se os termos para que as noções permaneçam as mesmas**.

A consequência dessa incorporação do modelo palavra-e-paradigma em um tratamento que poderíamos chamar de “moderno”, em oposição ao tratamento tradicional, é que o item lexical (ou o lexema) deixa de ser uma expressão linguística e passa a ser apenas uma abstração, com existência apenas em uma metalinguagem.

Trask²¹ tem consciência das limitações de suas quatro definições de palavra para a tentativa de chegar a alguma noção consistente de **palavra**.

¹⁹ Eventualmente, o dicionarista é também um gramático ou um linguista. Nesse caso, é **enquanto** gramático/linguista que estabelece a definição, não **enquanto** dicionarista.

²⁰ Essa natureza de “forma de citação” da **palavra** no modelo de análise morfológica tradicional e o caráter de “entrada de dicionário” do item lexical, certamente, não é mera coincidência.

²¹ Mais provavelmente, Rodolfo Ilari, que traduziu e adaptou o dicionário. Não conheço o texto original de Trask (em inglês), mas certamente os exemplos todos são produzidos por Ilari.

O item *grana preta* consiste em duas palavras ortográficas, mas é uma única palavra fonológica (é pronunciado como uma unidade), um único item lexical (é objeto de uma entrada à parte no dicionário) e uma única forma de palavra gramatical, pois não tem uma outra forma: parece difícil imaginar contextos em que faria sentido usar *granas pretas*, no plural.

O singular *cão* e o plural *cães* são duas palavras ortográficas diferentes, duas palavras fonológicas diferentes e duas formas gramaticais de palavra diferentes, mas representam o mesmo item lexical (...). O mesmo vale para *tomar, toma, tomou, tomado, tomndo*; cinco palavras ortográficas, cinco palavras fonológicas, cinco formas gramaticais de palavra, mas apenas um item lexical. As entradas de dicionário dos dois itens lexicais usados aqui como exemplo seriam *cão* e *tomar*; são essas as formas usadas para citar esses itens lexicais, isto é, as formas que usamos para nomeá-los ou para falar deles.

Na contração *àqueles (para aqueles)*, há uma única palavra ortográfica e uma única palavra fonológica, mas há dois itens lexicais (a preposição *a* + o demonstrativo *aqueles*). A perífrase verbal *passar sem (sobreviver apesar da falta de*, como em *Posso passar sem comer açúcar por algum tempo*) comprehende duas palavras ortográficas, duas palavras fonológicas, mas apenas um item lexical: devido a seu sentido imprevisível, precisa ser objeto de uma entrada separada no dicionário. E tem várias formas gramaticais de palavras: *passar sem, passei sem, passa sem* etc. O sentido bem diferente de *passar sem* exemplificado por *O dia passou sem incidentes* seria considerado pela maioria dos linguistas como um item lexical diferente do anterior, exigindo uma entrada lexical independente, mas esse item lexical apresenta as mesmas formas ortográfica, fonológica e gramaticais que o primeiro. Em suma, quando estivermos falando de palavras, é essencial que especifiquemos exatamente que sentido temos em mente, e pode ser preferível usar uma das denominações mais específicas apresentadas neste verbete. (TRASK, 2004, p. 218-219, grifos do autor).

Estamos, assim, diante de quatro definições que, na verdade, definem entidades diferentes. Não são quatro definições de um mesmo objeto teórico, mas quatro objetos distintos, cada qual com sua definição, como já dissemos anteriormente.

O mais interessante é que essas quatro entidades pertencem a universos diferentes. Como vimos, a palavra ortográfica só tem existência na escrita, e a noção que lhe corresponde é fruto de uma linguística ingênua; a palavra fonológica só tem existência na fala e quaisquer correspondências que possamos propor com as palavras ortográficas, os itens lexicais ou as palavras morfossintáticas – e mesmo com entidades “misteriosas” como *ideias* – estão fadadas ao fracasso (na melhor das hipóteses, vamos ter de inventar dezenas de critérios secundários para que alguma aproximação seja possível). O par de conceitos, item lexical e palavra morfossintática, ressuscitado pela morfologia gerativa, na medida em que, no fundo, reproduz o modelo tradicional palavra-e-paradigma, vai carregar consigo todas as virtudes e todos os defeitos do tratamento tradicional.

Só para finalizar esse item, creio que vale a pena mostrar que a noção de palavra morfossintática ainda precisa ser mais bem compreendida. Como vimos anteriormente, a noção de **palavra** não é a mesma conforme o modelo de análise morfológica adotado. A noção de palavra que nos surge no modelo palavra-e-paradigma não corresponde (ou só corresponde

parcialmente) à noção de palavra decorrente do modelo item-e-arranjo ou do modelo item-e-processo. E a diferença que observamos aqui reside justamente nos itens lexicais e nas palavras morfossintáticas. Explico.

No modelo item-e-arranjo (IA), a unidade é o morfema. Logo, os verdadeiros “itens lexicais” são os morfemas. A **palavra** (que não é mais um nível necessário para a teoria) passa a ser apenas um arranjo específico de morfemas (uma estrutura sintática cujos elementos são morfemas que ocupam posições em um arranjo, em uma construção que não é muito diferente de uma estrutura sintagmática). No caso em que a teoria reconheça a palavra como um nível de análise, a distinção entre palavra variável e invariável perde completamente o sentido: todas as palavras seriam invariáveis. A ideia de que as palavras morfossintáticas são variantes alternativas de algum item lexical (= **palavra**, no sentido do modelo palavra-e-paradigma) vai depender exclusivamente de estipulações do linguista: o linguista precisa **estipular**, com alto grau de arbitrariedade, que dois arranjos de morfemas são variantes de uma mesma palavra, já que não me parece haver critério de decisão confiável.

No modelo item-e-processo (IP), a unidade será sempre um elemento básico, que tanto pode ser uma raiz quanto uma palavra (a depender de a teoria²² conseguir delimitar uma denotação não-ambígua para o termo **palavra**). Esse elemento básico sofre uma operação que dá origem a uma nova forma – não básica – que, por sua vez, pode sofrer uma nova operação, e assim por diante em um processo recursivo. Se o elemento básico é uma palavra, o resultado da operação também é uma palavra (não-básica); se o elemento básico é uma raiz, o resultado da operação poderá ser chamado de **palavra** (embora não necessariamente, já que poderíamos precisar de mais de uma operação para chegar a algum resultado que se aproximasse do que se chama normalmente de palavra).

A NOÇÃO DE PALAVRA É UM SÉRIO PROBLEMA PARA A LINGUÍSTICA

Como se não bastasse a ambiguidade do termo **palavra**, para teorias linguísticas de caráter universalista, como a gramática gerativa, por exemplo, a noção de palavra teria de ser definida, uniformemente, **para todas as línguas**.

Logo no início de seu texto de 2011, Martin Haspelmath, professor do Instituto Max Plank, de Leipzig, diz:

Neste artigo, eu afirmo que não temos uma boa resposta à questão de como definir a noção de palavra de modo claro e consistente que corresponda a nossas intuições e à prática convencional, a despeito de décadas de pesquisa que se voltaram à questão (cf. Krámský 1969, Julland & Roceric 1972 para trabalhos mais antigos). Os linguistas geralmente empregam um conjunto de critérios diferentes, mas esses critérios não são uniformemente aplicáveis em distintos contextos ou distintas línguas, e quando são aplicáveis, eles nem sempre convergem. [...].

²² O modelo IP surgiu no quadro teórico da linguística histórico-comparativa e destinava-se a expor como as **raízes** iam sofrendo, historicamente, processos sucessivos que as transformavam nas palavras das línguas descendentes. Nas versões mais recentes (estruturalistas ou categoriais), a preocupação deixa de ser histórica e a preocupação fundamental são as relações entre as **palavras** – particularmente, como vimos anteriormente, nos modos pelos quais conjuntos de palavras são derivadas de bases comuns pela aplicação de certos processos.

Mas se as palavras não podem ser facilmente identificadas, por que nós trabalhamos com elas o tempo todo? Há duas explicações possíveis para isso: por um lado, pode ser que as palavras existam, apesar de tudo, e apenas nós ainda não encontramos um jeito de identificá-las consistentemente. Mas outra possibilidade que deve ser tomada seriamente é que a ideia de palavras universais se deva a indícios tomados da linguagem escrita e da forte influência do hábito de separar palavras com espaços nas línguas ocidentais que tem estado conosco por cerca de mil anos. Em todas as línguas que usam alfabetos derivados do grego (Grego, Latim, Russo etc.) e em muitas outras línguas influenciadas por elas, espaços em branco tornam as palavras ortográficas unidades muito salientes da língua escrita. No entanto, os linguistas superaram as influências da língua escrita em outros aspectos (e.g. distinguindo cuidadosamente sons e letras desde o século 19), assim, é tempo para que reestabeleçamos as evidências para a noção de palavra de modo livre de influências. É certamente possível que possamos eventualmente descobrir evidências para alguma coisa como uma noção de palavra válida para todas as línguas, mas, no presente estágio de nosso conhecimento, não temos essas evidências, como veremos. (HASPELMATH, 2011, p. 32-33, tradução nossa).

Com base em dados de mais de 30 línguas e em bibliografia substancial, Haspelmath mostra que as propostas de definição de palavra encontradas na literatura são inconsistentes entre si e todas parecem incapazes de dar uma resposta adequada à questão do que é uma palavra. Mesmo quando algum critério parece adequado para a identificação de palavra em alguma língua particular, de modo geral é incapaz de identificar a noção em outras línguas. Haspelmath mostra, também, que o uso de critérios combinados não resolve o problema, já que a seleção dos critérios é particular de cada pesquisador e não há, em consequência, nenhuma possibilidade de comparar as diversas combinações propostas. Em suas palavras:

Alguns autores percebem a não coincidência dos critérios, e.g. Börjars (1998:44): “*The behaviour of elements is often not totally consistent. This means that in order to arrive at the conclusion that an element is either a clitic or an affix, certain criteria must be assumed to be less crucial.*” [O comportamento dos elementos é com frequência não totalmente consistente. Isso significa que para chegar à conclusão de que um elemento é um clítico ou um afixo, certos critérios devem ser assumidos como menos cruciais]. Mas, se diferentes autores assumem que diferentes critérios são ‘menos cruciais’, nenhum acordo pode ser alcançado. (HASPELMATH, 2011, p. 59, tradução nossa).

Aparentemente, a noção de palavra tem de ser definida, alternativamente, (i) de forma particular para cada língua, sem que haja possibilidade de uma noção universal²³, ou (ii) como uma noção prototípica (nebulosa, “fuzzy”), em que haveria membros típicos do conjunto denotado pelo termo (membros com alta probabilidade de pertencimento) e membros com probabilidades menores de pertencimento, todos situados em um *continuum*. Nessa segunda alternativa, teríamos, além de expressões que seriam claramente “palavras” e expressões que seriam claramente “não-palavras”, coisas como **semi-palavras**²⁴, que poderiam ser mais próximas dos morfemas,

²³ Como pensa Martinet (1972, p. 117), por exemplo, quando diz que “[d]ebalde se procuraria definir com maior rigor a noção de ‘palavra’ em linguística geral”.

²⁴ O conceito de semi-palavra e os dois exemplos apresentados são atribuídos por Haspelmath a Wolfgang Wurzel (cf. HASPELMATH, 2011, p. 61).

como é o caso do islandês *hund-s-in-s* [cão-GEN-DEF-GEN] ‘do cão’, que apresenta concordância interna de caso, ou mais próximas dos sintagmas, como o inglês *the Queen of England’s mother* [A mãe da Rainha da Inglaterra], com flexão localizada na fronteira de um sintagma que funciona como uma palavra²⁵.

As duas alternativas são ruins. Considerar que as línguas particulares estabelecem noções próprias, específicas, de palavra (sempre com a possibilidade de que alguma língua não tenha nada que se possa chamar de **palavra**) significa renunciar ao caráter universal da gramática, ao menos em alguns aspectos importantes. Significa, também, entender que a distinção entre **morfologia** e **sintaxe**, uma vez que a noção de palavra é crucial para essa distinção, teria de ser estabelecida de forma particular para cada língua e, consequentemente, não poderiam ser módulos de uma gramática universal. Considerar que a noção de palavra é protótipica significaria colocar a **morfologia** e a **sintaxe** como polos de um *continuum*, limitando sensivelmente a possibilidade de estabelecer uma distinção clara entre os dois módulos. Não vejo que essas alternativas sejam impossíveis, mas tenho claro que a tentativa de implementação de qualquer delas implicaria uma reformulação substancial da arquitetura da gramática (e, até onde sei, não existem propostas dessa reformulação).

CONCLUSÃO

Quero concluir este texto com a discussão de uma pergunta que Haspelmath faz no trecho que citamos anteriormente: “Mas se as palavras não podem ser facilmente identificadas, por que nós trabalhamos com elas o tempo todo?”. Haspelmath dá uma dupla resposta à questão. De um lado, ele admite a possibilidade de que existam, de fato, palavras nas línguas e que o problema é que ainda não conseguimos chegar a uma definição satisfatória. Trata-se de uma resposta de caráter realista: coisas, como **palavras**, existem no mundo e nossa tarefa é descobri-las, defini-las e tratá-las teoricamente. Por outro lado, ele admite a possibilidade de que a noção de palavra se deva a “[...] indícios tomados da linguagem escrita e da forte influência do hábito de separar palavras com espaços” (HASPELMATH, 2011, p. 32, tradução nossa). Nesse caso, temos uma resposta de claro caráter antirrealista: somos nós, nossos hábitos, que construímos as coisas do mundo. Eu diria que Haspelmath se equivoca e que a questão que está por detrás do uso extensivo da noção de palavra se deve à **naturalização das teorias tradicionais**, cuja ontologia é, de forma geral, assumida acriticamente²⁶.

Os antigos gregos e latinos viram nas línguas o que podiam ver, o que suas perspectivas ideológicas, seus sistemas de pensamento, permitiam que fosse visto. Ou mais precisamente, o que lhes parecia certo, justo e útil ver nas línguas. E uma noção como a de *palavra* certamente foi útil para a construção de uma primeira teoria das línguas. Essa teoria greco-latina das línguas, embora não tenha passado incólume pelo tempo, foi em grande parte mantida até os nossos dias. Mais do que mantida, a teoria greco-latina foi **naturalizada**. Com isso, quero dizer que a posteridade considerou que as entidades assumidas pela teoria greco-latina, independentemente de suas definições, eram de fato entidades do mundo e que, portanto, precisavam ser apresentadas, definidas, classificadas, tratadas, enfim, por qualquer outra teoria que se debruçasse sobre as

²⁵ Se não entendêssemos que “Queen of England” funciona como uma unidade (uma “palavra”), a tradução da expressão para o português deveria ser “a rainha da mãe da Inglaterra”, com o possessivo ligando exclusivamente “mother” à expressão “England”.

²⁶ Sobre a naturalização, ver Borges Neto (2011, 2012a, 2012b).

línguas. Os modistas medievais discutiram as definições e as classificações que Prisciano dava às entidades gramaticais do latim, mas jamais discutiram a existência ou não dessas entidades. Os Senhores de Port-Royal reviram o sistema gramatical e estabeleceram novos critérios de definição, mas nunca propuseram a possibilidade de não existência de sílabas, palavras, nomes e verbos, flexões e derivações etc.

Até mesmo Haspelmath (2011, p. 32, tradução nossa) cai na armadilha da naturalização ao dizer que “[...] não temos uma boa resposta à questão de como definir a noção de palavra [...] que corresponda a nossas intuições e à prática convencional”. O que se poderia entender por “nossas intuições”, senão o que aprendemos sobre palavras em nosso processo de escolarização?²⁷ E como definir **palavra** de modo que cheguemos à “prática convencional” senão assumindo que a entidade ontológica que buscamos definir é exatamente a que herdamos dos tratamentos tradicionais (ou de uma linguística ingênua)? Parece claro que, no fundo, o coração de Haspelmath pende para a perspectiva realista.

Na medida em que a noção de palavra foi naturalizada, todas as abordagens teóricas da linguagem deverão considerá-la um dos elementos constituidores da gramática. E o mais interessante é que mesmo aqueles linguistas que dispensam a noção de palavra acabam por dar um jeito de recuperar os seus efeitos por meio de hipóteses auxiliares, estipulando que formas seriam **de uma mesma palavra**, por exemplo.

Enquanto uma noção de palavra, digamos, “tradicional” seguir sendo útil para a proposição de regras gramaticais, os linguistas simplesmente esquecerão sua indeterminação e continuarão a propor construtos teóricos frágeis em sua fundamentação. Infelizmente!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ARISTÓTELES. **Tratados de Lógica** (Órganon). Tradução Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Gredos, 1988. v. II.
- BARBOSA, J. S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia, 1822.
- BORGES NETO, J. Um caso de redução de ditongos em português. In: UNESP. **Estudos Linguísticos III – Anais de seminários do GEL**. Araraquara: Unesp; GEL, 1980. p. 227-233.

²⁷ Note-se que Haspelmat (2011, p. 34-35) tem consciência disso, já que afirma: “[...] de acordo com Aronoff & Fudeman (2005:36), ‘speakers – literate and illiterate – have clear intuitions about what is and what isn’t a word’ (similarmente, Langaker 1972: 36, Bauer 1988: 45, Himmelmann 2006: 255). Mas não é clara a base desse otimismo. Falantes não-letrados em alguma língua (o caso para o melhor teste) estão progressivamente se tornando raros, e os linguistas de campo que não esperam encontrar palavras não são comuns também. Além disso, os falantes precisam ser capazes de comunicar suas intuições, mas como notam Dixon & Aikhenvald (2002:3), ‘the vast majority of languages spoken by small tribal groups . . . have a lexeme meaning “(proper) name”, but none have the meaning “word”’. Nas línguas europeias, também, podemos ver que as palavras correntes para ‘palavra’ (e.g. *word*, em inglês, *mot*, em francês, *слово*, em russo, etc.) tiveram originalmente significados mais gerais (atos de fala) e parece terem adquirido o sentido mais restrito do grego *λέξις* apenas por meio da formação escolar, particularmente escrevendo e ensinando gramática (ver Haebler 2002). É ainda, certamente, uma questão aberta quais as intuições que os falantes não-letrados têm, mas é claro que os falantes letrados de línguas com sistemas de escrita com separação de palavras não têm intuições que sejam independentes das regras de escrita que aprenderam”.

BORGES NETO, J. Morfologia: conceitos e métodos. In: Lima, M. A. F.; Alves Filho, F; Costa, C. S. C. (org.). **Colóquios linguísticos e literários:** enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos. Teresina: Edufpi, 2011. p. 53-72.

BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012a.

BORGES NETO, J. Flexão e derivação: será que os tratamentos dados a esta distinção não adotam uma perspectiva “enviesada”? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 54, n. 2, p. 7-317, 2012b.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário das Ciências da Linguagem**. Tradução Antônio José Massano, José Afonso, Manuela Carrilho e Margarida Font. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

GONÇALVES, C. A. **Iniciação aos Estudos Morfológicos:** flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

HASPELMATH, M. The indeterminacy of word segmentation and the nature of morphology and syntax. **Folia Linguistica**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 31-80, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1515/flin-2017-1005>

HOCKETT, C. F. Two models of grammatical description. **Word**, [s. l.], v. 10, n. 2-3, p. 210-234, 1954. DOI: <https://doi.org/10.1080/00437956.1954.11659524>

HOEKSEMA, J.; JANDA, R. D. Implications of process-morphology for categorial grammar. In: OHERLE, R. T. et al. (ed.). **Categorial grammars and natural language structures**. Dordrecht: Reidel, 1988. p. 199-247.

LALLOT, J. **La grammaire de Denys le Thrace:** traducción annotée. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. 4. ed. Tradução Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

SCHWINDT, L. C. Morfologia. In: SCHWINDT, L. C. (org.). **Manual de Linguística: Fonologia, Morfologia e Sintaxe**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 109-154.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. Tradução e adaptação Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: jul. 2020.

A ELISÃO DE V₁ NO PORTUGUÊS ARCAICO: DUAS ABORDAGENS FONOLÓGICAS

THE V₁ ELISION IN OLD PORTUGUESE: TWO PHONOLOGICAL APPROACHES

Ana Carolina Cangemi*

UNESP

Gladis Massini-Cagliari**

UNESP

Resumo: A proposta deste artigo é a discussão sobre duas maneiras de abordagens fonológicas no tratamento do processo de elisão de V₁ no português arcaico. Pretendemos, por meio do mapeamento e da quantificação de dados, advindos de cantigas medievais galego-portuguesas, verificar em que medida os modelos teóricos contribuem com a formalização e o entendimento desse processo fonológico. Abordamos, enatão, os benefícios explicativos dos modelos teóricos apresentados.

Palavras-chave: Elisión. Cantigas de Santa Maria. Teorias não-lineares. Teoria da Optimalidade. Português arcaico.

Abstract: The purpose of this article is to discuss two ways of phonological approaches in the treatment of the V₁ elision process in Old Portuguese in Old Portuguese. We intend through the mapping and quantifying data, from medieval Galician-Portuguese songs, to verify the extent to which theoretical models contribute to the formalization and understanding of this phonological process. We then approach the explanatory benefits of the theoretical models presented.

Keywords: Elision. Songs from Santa Maria. Nonlinear theories. Optimality theory. Old Portuguese.

INTRODUÇÃO

Alinhados com o propósito do dossiê de discutir teoria e análise linguística em diferentes abordagens, propomo-nos a refletir de que modo duas abordagens fonológicas, a saber Teorias não-lineares e Teoria da Optimalidade, auxiliam no estudo de um processo de sândi vocálico externo, a elisão de V₁, no português arcaico. Em Cangemi (2014) e Massini-Cagliari (2006), o alvo das investigações desenvolvidas restringiu-se ao mapeamento e à análise de processos fonológicos e rítmicos em cantigas galego-portuguesas sem o diálogo entre modelos teóricos. Muito embora os trabalhos desenvolvidos contribuíssem com o desenvolvimento de estudos fonológicos nesse período do português, não consistia como objetivo tecer considerações sobre

*Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras (Câmpus de Araraquara) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5395-9862>. E-mail: ana.cangemi@unesp.br.

**Professora Titular da Faculdade de Ciências e Letras (Câmpus de Araraquara) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7645>. E-mail: gladis.massini-cagliari@unesp.br.

as (des)vantagens dos modelos adotados. Falta, pois, acrescentar uma reflexão sobre as duas abordagens fonológicas adotadas em relação ao sândi vocálico externo.

Com o intuito de desenvolvermos nosso propósito, organizamos este artigo em seções: na primeira, apresentamos o corpus utilizado; em seguida, na segunda, a metodologia adotada; na terceira, revisitamos a bibliografia teórica que trata do sândi vocálico externo e, na quarta, a referente a modelos teóricos; caminhando para o final do artigo, são apresentados os resultados e as considerações finais.

CORPUS

Quis o destino que sobrevivessem os três cantigoneiros galego-portugueses, e ainda os códices das Cantigas de Santa Maria, que, sem dúvida, não somam toda a produção poética trovadoresca, mas constituem um conjunto concreto sobre o qual o pesquisador tanto com interesse literário como com intenção de análise linguística pode definir como sendo representativo da produção medieval poética portuguesa. (Mattos e Silva, 1989, p. 17).

Os trabalhos de Cangemi (2014) e Massini-Cagliari (2006) apresentam a análise de processos rítmicos e fonológicos em cantigas medievais galego-portuguesas, profanas e religiosas. Para este artigo, a constituição de *corpus* considera as cantigas religiosas, Cantigas de Santa Maria (CSM)¹, pois ambas as autoras as trabalham.

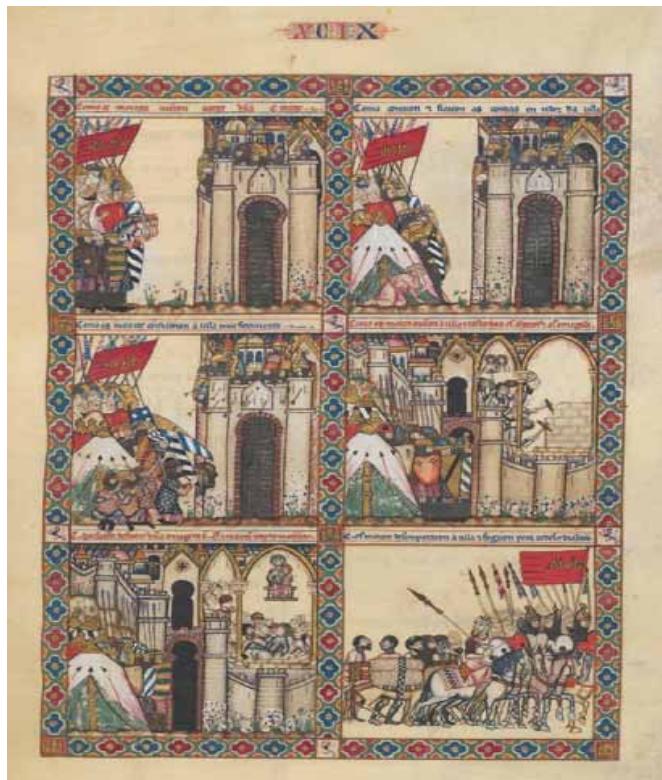
As CSM do Rei Afonso X de Castela, o Rei Sábio, são uma coleção de 420 poemas que recontam milagres das intercessões da Virgem Maria, datados do final do século XIII. Muitas vezes, os poemas, escritos na língua medieval galego-portuguesa – língua preferida pelos poetas líricos daquela época (O'CALLAGHAN, 1998, p. 1) –, são iluminados em miniaturas de página inteira. Segundo Parkinson (1998, p. 179), as CSM constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância. Lapa (1933, p. iii) considera “[...] um dos mais primorosos monumentos da língua e literatura galego-portuguesa”.

Para Leão (2007, p. 21), esse cantigoneiro mariano é “[...] de longe a maior e mais rica coleção produzida nos vernáculos românicos da Idade Média sobre esse tema”. Leão (2002, p. 3) considera que, do ponto de vista do léxico, as Cantigas (de Santa Maria) apresentam uma riqueza imensa, (como também, em menor grau, as cantigas de escárnio), pois não se limitam à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor. Ao contrário, falam-nos não só da vida religiosa, mas também da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos, enfim, do quotidiano medieval na Ibéria. É evidente que essa temática complexa tem repercussões na linguagem.

Em sua maioria, as CSM contêm notação musical e todas são compiladas em português arcaico por Afonso X, o rei Sábio. Além da notação musical, em alguns códices, as cantigas contêm, também, *iluminuras* – desenhos miniaturizados que representam o conteúdo que está sendo narrado na respectiva cantiga (Figura 1).

¹ Ver Afonso [Alfonso] X (1933, 1979, 1989, 2003).

Figura 1: CSM 99 – Códice Rico

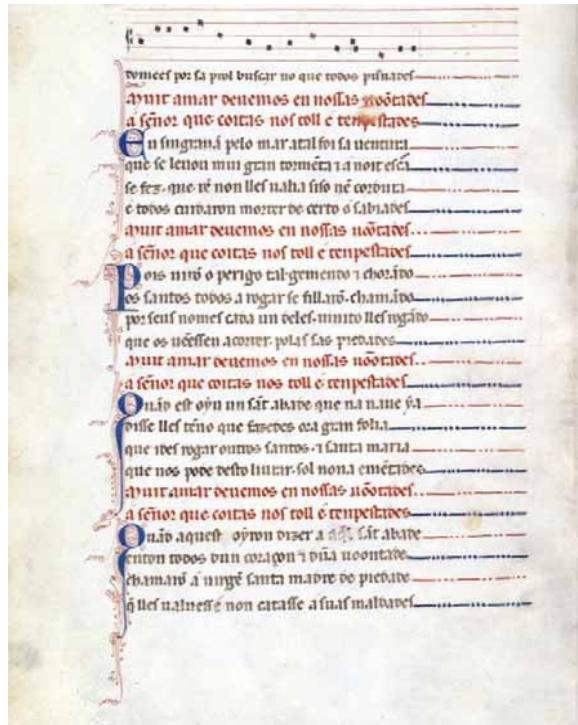


Fonte: Imagem extraída de Warfare.totalh.net.²

A respeito das iluminuras, Leão (2007, p. 27) diz que “[...] enquanto a narrativa verbal se expressa em sintético poema cheio de subentendidos, a narrativa visual a acompanha através da sequência das iluminuras, podendo às vezes extrapolar-a para preencher eventuais lacunas da narrativa poética”. Todavia, há um códice das CSM que não contém iluminuras. Trata-se do Códice Toledo. Esse códice pode ser encontrado na Real Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial. Trazemos, na Figura 2, a mesma CSM 99. No entanto, retirada do Códice de Toledo.

² *The Moors who Tried to Destroy an Image of the Virgin*. Disponível em: http://warfare.totalh.net/Cantiga/Cantigas_de_Santa_Maria-099.htm. Acesso em: 8 maio 2020.

Figura 2: CSM 99 – Códice Toledo



Fonte: Imagem extraída da Biblioteca Digital Hispânica da Biblioteca Nacional da Espanha.³

A maioria dos estudiosos das CSM, como Parkinson (1998), acredita que nem todas as cantigas são de autoria exclusiva do rei, pois seu valor artístico muito desigual aponta para uma multiplicidade de autores. Contudo, não é impossível que Dom Afonso X tenha composto algumas delas, sendo ele próprio um poeta e estando “[...] empenhadíssimo na estruturação e na composição da obra” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 61).

METODOLOGIA

Para a escansão dos versos e, consequentemente o, mapeamento de processos fonológicos, utilizamos uma metodologia que parte do mapeamento de todas as soluções para os encontros vocálicos intervocabulares, a partir da notação que receberam nos testemunhos manuscritos das cantigas. A presente metodologia busca abstrair da escansão dos versos em sílabas poéticas os limites entre as sílabas fonéticas.

Essa metodologia foi inaugurada, no Brasil, por Massini-Cagliari (1995), e busca as características prosódicas de línguas mortas ou de períodos passados de línguas vivas por meio da estrutura métrico-poética da poesia. A escansão e a contagem das sílabas poéticas dos versos podem elucidar dúvidas sobre a consideração de uma sequência de vogais pertencentes a duas

³ *The Patrimonio Nacional or the Escorial Library*. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000018650>. Acesso em: 8 maio 2020.

palavras em uma única ou em sílabas diferentes. Assim sendo, a escrita dos manuscritos medievais aqui considerados como fonte é particularmente reveladora do fenômeno da elisão, já que não costumavam ser grafadas as vogais apagadas no processo de elisão. Uma introdução à aplicação da metodologia acima descrita à análise dos dados das cantigas medievais religiosas, com vistas ao mapeamento dos processos fonológicos, está exemplificada em (1), em que aparecem as duas primeiras estrofes da CSM 29⁴.

(1)

- | | | |
|-----|--|----------------|
| 1. | Esta é como Santa Maria fez parecer nas pedras | |
| 2. | omagēes a ssa semellança. | |
| 3. | Nas/ men/tes/ sen/pre/ tēer | A ⁷ |
| 4. | de/ve/mo/-las/ sas/ fei/tu/ras | B ⁷ |
| 5. | da/ Vir/gen/ , pois/ re/ce/ber | A ⁷ |
| 6. | as/ fo/ron/ as/ pe/dras/ du/ras. | B ⁷ |
| 7. | Per/ quan/ t' eu/ di/zer o/ý | c ⁷ |
| 8. | a/ mui/tos/ que/ fo/ron/ y, | c ⁷ |
| 9. | na/ san/ta/ Ge/sse/ma/ni | c ⁷ |
| 10. | fo/ron/ a/cha/das/ fi/gu/ras | b ⁷ |
| 11. | da/ Ma/dre/ de/ Deus/, a/ssi | c ⁷ |
| 12. | que/ non/ fo/ron/ de/ pin/tu/ras. | b ⁷ |
| 13. | Nas mentes sempre tēer... | |
| 14. | Nen/ ar/ en/ta/lla/das/ non | d ⁷ |
| 15. | fo/ron/, se /Deus/ me/ per/don, | d ⁷ |
| 16. | <u>e/ a/vi/a/ y/</u> fay/çon | d ⁷ |
| 17. | da/ Se/nnor/ das/ a/pos/tu/ras | b ⁷ |
| 18. | con/ sseu/ Fi/ll', e/ per/ ra/zon | d ⁷ |
| 19. | fei/tas/ ben/ per/ sas/ me/su/ras. | b ⁷ |
| 20. | Nas mentes sempre tēer | |

Nesta cantiga, os versos contêm sete sílabas poéticas. É possível estabelecer o caráter das elisões presentes: da(s) = de+a(s) (linhas 5, 11 e 17); quant'eu = quanto + eu (linha 7); Fill'e = Filho + e (linha 18). Além disso, devem ser consideradas como hiatos as sequências E-A (linha 16); A-I (linha 16). Nota-se que, nessa cantiga, a solução de ditongação não foi encontrada, devido à marginalidade desse processo no contexto geral do *corpus*.

A metodologia para a análise de processos fonológicos em um momento da língua que não havia gravações se faz por meio da procura de pistas em textos escritos. Assim, com o intuito de encontrarmos tais pistas, textos poéticos são considerados, principalmente com uma métrica fixa, para observação de como o poeta trovador contava e delimitava as sílabas

⁴Ver Mettmann (1972, 1986).

poéticas. Localizando os acentos em cada verso, a partir da notação que receberam nos testemunhos manuscritos das CSM, podemos observar também os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos. Observados esses elementos, são mapeadas todas as soluções para os encontros vocálicos intervocabulares (elisões, crases, hiatos, ditongos e/ou algum outro processo que porventura possa ser encontrado). Os dados fornecidos por meio da escrita, com a escansão dos versos do *corpus* proposto, revelam aspectos que podem ser estudados. Com os versos escandidos em sílabas poéticas, trabalhamos no sentido de abstrair os limites entre as sílabas fonéticas.

É possível afirmar que a metodologia consiste na busca das características prosódicas de línguas mortas ou de períodos passados de línguas vivas por meio da estrutura métrico-poética da poesia. A escansão e a contagem das sílabas poéticas dos versos podem elucidar dúvidas sobre a consideração de uma sequência de vogais pertencentes a duas palavras em uma única ou em sílabas diferentes.

SÂNDI VOCÁLICO EXTERNO

O termo sândi, proveniente da antiga gramática sânscrita, designa as alterações mórficas e fonológicas causadas pelo contato entre formas da língua (TRASK, 2004). Essas alterações podem ocorrer tanto no interior do vocábulo, sendo, assim, interno, quanto na justaposição vocalular – final de uma palavra com o início de outra; nesse caso, o processo é denominado externo.

Para Trask (2004, p. 260), o sândi é uma “[...] modificação de pronúncia numa fronteira gramatical”. Para Xavier e Mateus (1990, p. 327-328), é um “[...] fenômeno da fonética sintática em que um segmento inicial ou final de palavra é afectado pelo contexto em que ocorre, podendo apresentar diferentes realizações que dependem das características do som que antecede ou segue uma fronteira de palavra”. Todos os processos de sândi são opcionais, porque, em fala cuidada, podem ser realizados os hiatos.

A literatura sobre o sândi – Bisol (1989, 1992, 1996, 2000, 2002, 2003), Abaurre (1996), Abaurre, Galves e Scarpa (1999), Tenani (2002, 2003, 2004) e Collischoon (2005) – traz de forma unânime e sem controvérsias três processos fonológicos que operam em juntura vocalica intervocalular no português brasileiro: elisão (2), degeminação (3) e ditongação (4). Segundo Bisol (1992), o português é uma língua que revela sensibilidade ao peso da sílaba final, ao choque de acentos e, também, ao choque de núcleos silábicos em fronteira vocalular. Caso a última sílaba não esteja protegida por acento ou pausa, ocorre a perda de um dos núcleos silábicos e, consequentemente, da sílaba que o domina, operando a ressilabação, que dá origem aos três processos de sândi mencionados.

(2)

Meni[no] [a]legre → meni[na]legre
 $[CV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CV]_\sigma$

(3)

Meni[na] [a]legre → meni[na]legre
 $[CV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CV]_\sigma$

(4)

Meni[no] [a]legre → meni[nwa]legre
 $[CV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CVV]_\sigma$

Para o português arcaico (PA), Massini-Cagliari (1995) e Cangemi (2014) indicam também três processos, a saber: elisão de V₁ e V₂ (5), crase (6) e ditongação (7).

(5)

- a. sem[pre] [a]costumado → sem [pra]costumado
 $[CCV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CCV]_\sigma$
- b. ou[vá] [es]trela → ou[vas]trela
 $[CV]_\sigma [VC]_\sigma \rightarrow [CVC]_\sigma$

(6)

bata[lla] [a]ver → bata[lla]ver
 $[CV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CV]_\sigma$

(7)

1. [mi] [o] → [mio]
 $[CV]_\sigma [V]_\sigma \rightarrow [CVV]_\sigma$
2. [ti] [eu] → [tieu]
 $[CV]_\sigma [VV]_\sigma \rightarrow [CVVV]_\sigma$
3. [mi] [al]go → [mial]
 $go[CV]_\sigma [VC]_\sigma \rightarrow [CVVC]_\sigma$

Em relação à ressilabação, convém ressaltarmos que se trata de um processo comum às línguas românicas e, como pode ser percebido pelos exemplos arrolados, um dos gatilhos é o encontro de vogais. No encontro das vogais, as bordas pré-estabelecidas na subdivisão das palavras morfologicamente são perdidas e silabificam-se os segmentos previamente silabificados, resultando na quebra e na construção de novos limites.

A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO SOBRE SÍLABA

The syllable is very important unit. Most people seem to believe that, even if they cannot define what a syllable is, they can count many syllables there are in a given word or sentence. If they are asked to do this they often tap their finger as they count, which illustrates the syllable's importance in rhythm of speech.⁵ (Roach, 2001, p. 70).

Analisamos, nesta seção, a constituição interna da sílaba, uma vez que os fenômenos de sândi promovem uma ressilabação, isto é, uma nova formulação das sílabas que estão sendo desencadeadas no contato de palavras. Nas áreas de fonética e fonologia, esse primeiro nível prosódico tem sido abordado por diferentes modelos teóricos e em diferentes perspectivas. Um exemplo é a análise da sílaba feita por Cagliari (1981), partindo de suas características aerodinâmicas:

Dizemos [...] que um som é uma vogal, quando a configuração das cavidades supraglótis está aberta ao longo de todo o tubo pela linha central, de tal modo que a passagem de ar por aí é livre e não produz fricção local. Por outro lado, um som é uma consoante, quando nas cavidades supraglótis ocorre um bloqueio à corrente de ar ou um estreitamento do canal, de tal modo que a corrente de ar ao passar por ele produz fricção local. (CAGLIARI, 1981, p. 101).

Massini-Cagliari (2001, p. 1) reflete que “[...] as formas das sílabas variam de uma língua para outra e que a silabação é previsível, dentro de cada língua”. Embora a sílaba seja estudada de diferentes modos, como afirmamos anteriormente, é fato recorrente, ao consultar textos sobre a estruturação silábica, a sua formação em três partes: duas periféricas e uma parte central ou nuclear. Na parte nuclear, o elemento que está nessa posição atinge o limite máximo de força. Já nas partes periféricas ocorrem a intensificação e a redução dessa força.

Segundo Câmara Jr. (1973, p.70), a sílaba é formada por um movimento de ascensão - a clive ou crescente -, culminado em ápice, o centro silábico, e seguido de um movimento decrescente, declive. Para ele, a vogal é o centro dessa estrutura e a estrutura da sílaba depende desse centro e do possível aparecimento da fase decrescente, ou de uma ou outra em volta dele.

Freitas e Santos (2001, p. 20) observam que tradicionalmente a sílaba é considerada como um “agrupamento de sons em torno de uma vogal”. E as variadas definições de sílaba que surgem dos gramáticos antigos têm como ideia principal e comumente aceita que a sílaba se constitui em uma “[...] unidade de organização rítmica da fala, constituída por um conjunto de sons com coesão interna” (FREITAS; SANTOS, 2001). Outra concepção tradicional sobre a constituição silábica refere-se ao resultado de um único movimento expiratório, ou seja, de uma única emissão de voz (FREITAS; SANTOS, 2001). Segundo as autoras, vários gramáticos concebem a ideia de sílaba associados ao conceito de emissão de voz. Um exemplo são Celso Cunha e Lindley Cintra (2008):

⁵ “A sílaba é uma unidade muito importante. A maioria das pessoas parece acreditar que, mesmo que não consigam definir o que é uma sílaba, podem contar muitas sílabas existentes em uma determinada palavra ou frase. Se forem solicitadas a fazer isso, elas frequentemente tocam com o dedo enquanto contam, o que ilustra a importância da sílaba no ritmo da fala.” (Roach, 2001, p. 70, tradução nossa).

Quando pronunciamos lentamente uma palavra, sentimos que não o fazemos separando um som de outro, mas dividindo a palavra em pequenos segmentos fônicos que serão tantos quantas forem as vogais. Assim, uma palavra como

alegrou
não será por nós emitida
a-l-e-g-r-o-u
mas sim:
a-le-grou

A cada vogal ou grupo de sons pronunciados numa só expiração damos o nome de SÍLABA. (CUNHA, CINTRA, 2008, p. 66).

As sílabas são tradicionalmente classificadas nas gramáticas portuguesas em: 1. sílabas abertas – sílabas terminadas em vogal - e fechadas – sílabas terminadas em consoante; 2. sílabas tônicas – aquelas que carregam o acento – e sílabas átonas – as que não contêm acento.

Mateus e d'Andrade (2002, p. 38) definem a sílaba como uma construção perceptual, isto é, criada no espírito do falante. Por isso é difícil de defini-la. “We assume, as Ohala (1996), that ‘syllabicity is a perceptual construct, i.e., created in the mind of the listener’. In fact, speakers intuitively ‘feel’ the real existence of syllables and this feeling is evident in some kind of lapsi language”⁶.

Blevins (1995) observa que a relação entre sílabas e sonoridade é reconhecida há muito tempo. Segundo a autora, Jespersen (1904) já apontava que, em cada elocução, há várias sílabas e há, também, claros picos de sonoridade. Ainda segundo a autora, Sievers (1881) observou que, em geral, entre qualquer membro de uma sílaba e o pico, somente sons de alta sonoridade são permitidos. Essas observações e outras mais são referidas geralmente como *Sonority Sequencing Generalization* (em português, Generalização da Sequenciação de Sonoridade): “Between any member of a syllable and the syllable peak, a sonority rise or plateau must occur”⁷ (BLEVINS, 1993, p. 210).

Jakobson (1941, p. 68) reflete que as línguas gostam de *contrastes máximos* dentro da sílaba. Freitas e Santos (2001) observam que uma sílaba constituída por uma oclusiva seguida de uma vogal corresponderá ao padrão preferencial nas línguas do mundo, pois ambos os segmentos se encontram nos extremos opostos da escala de sonoridade: “Uma sílaba é, assim, tanto mais natural quanto maior for a distância de sonoridade entre os segmentos que a constituem” (FREITAS; SANTOS, 2001, p. 54).

Para expressar as diferenças quanto ao número dos segmentos permitidos nas sílabas de diferentes línguas, é usado um molde silábico. Este consiste em uma afirmação geral a respeito da estrutura – máxima e mínima - possível de sílabas em uma determinada língua, isto é, da

⁶ “Assumimos, como Ohala (1996), que ‘a silabicedade é uma construção perceptual, ou seja, criada na mente do ouvinte’. Na verdade, os falantes intuitivamente ‘sentem’ a existência real das sílabas e esse sentimento é evidente em algum tipo de linguagem lapsi.” (MATEUS; D'ANDRADE, 2002, p. 38, tradução nossa).

⁷ “Entre qualquer membro de uma sílaba e o pico da sílaba, um aumento de sonoridade ou platô deve ocorrer.” (BLEVINS, 1993, p. 210, tradução nossa).

determinação da quantidade de elementos (ou segmentos) permitidos em uma sílaba em uma determinada língua.

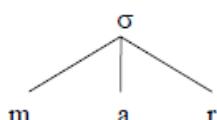
TEORIAS NÃO-LINEARES: O TRATAMENTO DA SÍLABA

As Teorias não-lineares são um conjunto de modelos fonológicos que buscam analisar a fala hierarquicamente, e não como uma combinação unidimensionalmente ordenada de segmentos. Assim, segmentos formam sílabas, que, por sua vez, formavam pés, que formavam palavras fonológicas etc. Como modelos não-lineares, encontram-se as fonologias autosegmental, métrica, lexical, da sílaba e prosódica.

Para o estudo de processos fonológicos, especialmente o sândi vocálico externo, além de ser importante entender a concepção sobre o que é uma sílaba, outro aspecto essencial é como ela se constitui internamente.

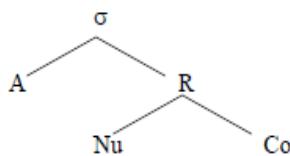
A história da sílaba na teoria fonológica começa a ser escrita desde a Escola de Praga, pelos prosodicistas de Londres, passando pelo estruturalismo americano, até a moderna teoria gerativa. Inclui ainda a fonologia autosegmental e métrica, percorrendo um trajeto de crescente importância a cada década. Nos primeiros estudos da fonologia Gerativa no Sound Pattern of English - SPE - de Chomsky & Halle (1968), a sílaba não foi profundamente abordada. As palavras eram vistas como seqüências de consoantes e vogais. Contudo, este “lapso” foi imediatamente percebido, seja por simpatizantes, seja por críticos da teoria, surgindo assim, uma série de revisões e de novos estudos sobre a sílaba, salientando sua importância na fonologia. Podem-se citar os trabalhos de Fudge 1969, Hooper 1972 e Vennemann 1972. Porém, ainda antes do SPE, os estudos de Pike e Pike 1942 e de Hockett 1955 são considerados por Blevins (1995), obras clássicas voltadas para a análise da sílaba. (MENDONÇA, 2003, p. 1).

Para formalizar a estrutura interna da sílaba, há, em linhas gerais, duas teorias: a teoria autosegmental e a da constituição silábica. A primeira, formulada por Kahn (1976), considera que os segmentos estão ligados diretamente às sílabas, demonstrando que o relacionamento entre os três elementos é igual e que somente a sílaba como um todo pode ser referida pelas regras fonológicas (8):



(8)

Atribui-se à sílaba uma estrutura particular de constituintes internos, como demonstrado por Selkirk (1999, p. 341), baseada em propostas anteriores (PIKE; PIKE, 1947), (9):



(9)

De acordo com esse modelo apresentado, a sílaba é definida como uma estrutura organizada em constituintes silábicos: a sílaba (σ) se ramifica em Ataque e Rima; por sua vez, a Rima pode ramificar-se em Núcleo e Coda.

Ataque refere-se à primeira parte da sílaba, ou seja, se refere à(s) consoante(s) que ocorre(m) antes da vogal nuclear. A Rima refere-se à segunda parte da sílaba – vogal mais consoante(s) pós-nuclear(es). Na Rima, há a parte que identifica a vogal, que recebe o nome de Núcleo; a parte que identifica a consoante é a Coda. Esse tipo de representação fonológica facilita a representação de regras fonotáticas e, também, a definição de contextos. Todavia, nem todas as palavras têm todos esses componentes.

As línguas diferem quanto ao número de segmentos permitido em cada constituinte silálico. Há línguas que permitem apenas um segmento no ataque e outro na rima. Há línguas que permitem um segmento no ataque e dois na rima. Por outro lado, há línguas que permitem dois segmentos no ataque, um no núcleo e até três segmentos na coda. (COLLISCHONN, 1996, p. 101).

Assim sendo, os constituintes silábicos podem ser associados a zero, um ou dois elementos, por exemplo: o Ataque pode ser vazio. A Rima, que tem o constituinte mais importante, segundo Freitas e Santos (2001), sempre terá um Núcleo e opcionalmente a Coda. É através do núcleo que existem os outros constituintes silábicos: “A identidade da sílaba é definida a partir da existência de um Núcleo, único constituinte obrigatório e associado a uma vogal” (FREITAS; SANTOS, 2001, p. 27).

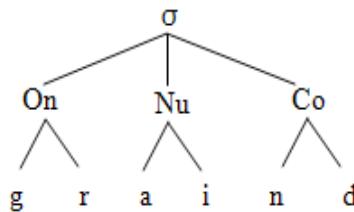
Os constituintes silábicos podem ainda apresentar ramificação ou não. O Ataque ramificado (10) corresponde a duas consoantes e, consequentemente, a duas posições no esqueleto da sílaba. Ao Ataque não ramificado corresponde somente uma consoante – constituindo um ataque simples (11) – ou a nenhuma consoante, ou seja, vazio (12) – sem segmentos.

(10)			(11)			(12)		
C	C	V		C	V		V	
C			C			C		

Assim como o Ataque, os outros constituintes silábicos podem ser ramificados ou não. Ademais, com exceção do núcleo, podem ser vazios. Independentemente do molde silálico de diferentes línguas, Selkirk (1999) diz que o agrupamento de pico e coda em um constituinte é defendido como um universal de composição da sílaba.

Hogg e McCully (1991, p. 36) também consideram que “[...] the syllable is composed of three parts, namely an initial consonant sequence or onset, a sequence of nonconsonantal

segments, the nucleus, and a final sequence of consonantal segments which is called the coda”⁸ e dão o seguinte exemplo (13):



(13)

Ainda segundo os autores, existem boas razões distribucionais para supor que há pelo menos três componentes distintos que vão compor uma sílaba e, também, há boas razões para supor que a distribuição desses três componentes não se limita a ficar em uma relação linear. Assim, como Selkirk (1999), pensam que eles estão relacionados por algum tipo de hierarquia.

TEORIA DA OTIMALIDADE

A Teoria da Otimalidade (TO) (SMOLENSKY; PRINCE, 1993) é um modelo representacional e postula que a gramática universal contém conjuntos de restrições universais, restrições violáveis, diferentemente dos princípios do modelo de princípios e parâmetros, que sempre têm de ser respeitados. O que determina que, em uma língua certas restrições serão violadas ou não, é o *ranking* entre elas. Para cada língua, há um *ranking* específico constituído pelas restrições, que são as mesmas para todas as línguas.

Além disso, a teoria postula que a fonologia opera sobre formas lexicais, de entrada, chamada *inputs*, traduzidos, no componente fonológico, em formas de saídas, chamadas de *outputs*. Para cada *input*, uma série de possíveis *outputs* é produzida, dos quais um será eleito o *output* ótimo. A escolha do *output* ótimo dá-se pela comparação de todos os possíveis *outputs* com as restrições ranqueadas: aquele que satisfizer da melhor forma o conjunto de restrições, será o *output* ótimo. A descrição da sílaba na TO não usa o esquema arbóreo (9), mas sim um *tableau* (14), junto a um arcabouço construído por uma série de princípios e de restrições.

(14)

/input/	Restrição 1	Restrição 2	Restrição 3
☞ output 1		*	**
output 2	*!		
output 3		**!	

Fonte: Matzenauer e Azevedo (2017, p. 4).

⁸ “[...] a sílaba é composta de três partes, a saber, uma sequência consonantal inicial ou onset, uma sequência de segmentos não consoantes, o núcleo e uma sequência final de segmentos consonantais que é chamada de coda” (HOGG; MCCULLY, 1991, p. 36, tradução nossa).

Massini-Cagliari (2006) aponta que, em termos fonológicos, tradicionalmente os processos de sândi vocálico externo vêm sendo descritos como casos de ressilabificação; no entanto, como mostra Face (1998), ao reexaminar o processo de ressilabificação em espanhol no quadro da TO, a adoção da ideia de que todas as restrições operam simultaneamente torna essa noção de ressilabificação impossível (como não há derivação, não se pode silabificar e, depois, ressilabificar). Dessa forma, a partir de Prince e Somlensky (1993), os processos intervocabulares de elisão e de ditongação passaram a ser vistos como estratégias de reparação de estruturas silábicas menos perfeitas, em direção à obtenção da sílaba universal CV. Nesse contexto, a elisão é uma estratégia para resolver uma sequência VV, criada quando uma palavra terminada em (C)V é seguida por outra iniciada por V, gerando CV₁#V₂.

RESULTADOS OBTIDOS

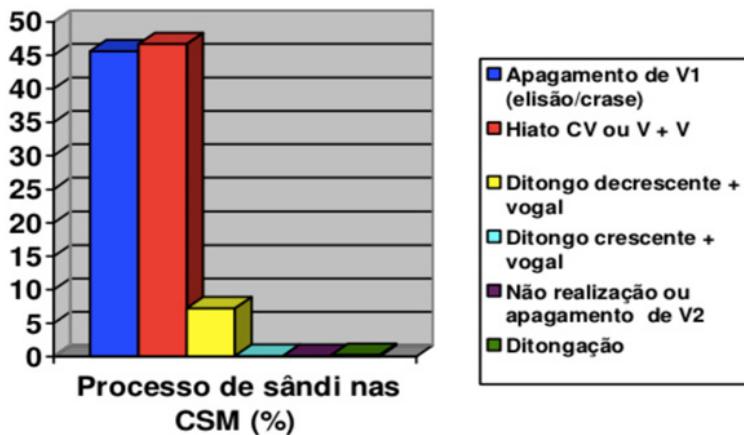
A partir da metodologia apresentada, foram mapeados todos os casos de encontros vocálicos intervocabulares, classificando-se cada caso de acordo com o fenômeno de sândi verificado. Nesta seção, trazemos a análise dos dados obtidos durante o mapeamento dos dados relativos às CSM presentes nos códices To e T. Feito o mapeamento quantitativo, é necessário que os dados obtidos sejam interpretados qualitativamente, à luz das teorias fonológicas. Como a proposta deste trabalho é tratar de teoria e análise linguística em diferentes abordagens, analisamos os dados à luz das teorias não-lineares e à da TO.

Todas as soluções adotadas pelo trovador ajudaram-nos a evidenciar os limites entre as possibilidades e as impossibilidades de processos fonológicos de vogais em juntura vocabular dentro do sistema. Dessa forma, nosso estudo torna-se relevante, pois consiste em apontar as tendências principais da língua, em termos de silabações ótimas e excepcionais no PA, e aspectos rítmicos.

O hiato que surge na frase do português arcaico por combinação de palavras tende a dar lugar, muitas vezes, à elisão, à crase e à ditongação. Passamos às resoluções identificadas nas ocorrências mapeadas e buscamos explicitar, à luz das teorias fonológicas não-lineares, a motivação das ocorrências e a representação dos processos.

Foram mapeadas, no âmbito das 200 primeiras CSM, todas as soluções para o encontro de vogais em juntura de palavras. Os resultados encontrados foram 13.722 ocorrências de encontros vocálicos intervocabulares. Destes, conforme mostra o Gráfico 1, 6.255 casos (45,6%) são referentes ao apagamento de V₁ (elisão/crase); 6.409 casos (46,7%), referentes ao hiato de sílaba final CV ou V com vogal inicial da segunda palavra; 985 casos (7,2%), aos hiatos de sílaba final ditongos decrescentes (VV) com vogal; 16 casos (0,1%), aos hiatos sílaba final ditongos crescentes (VV) com vogal; 18 casos (0,1%), à não realização ou ao apagamento da vogal da segunda palavra (V₂); e 39 casos (0,3%), aos processos de ditongação. Veremos a seguir cada resolução detalhadamente.

Gráfico 1: Soluções para os encontros vocálicos nas CSM



Fonte: Cangemi (2014, p. 135).

A elisão como solução de encontros vocálicos entre palavras é encontrada em 6.255 dados (45,6%) do total de todos os processos envolvendo vogais em juntura vocabular no PA. Trata-se de uma solução não majoritária, mas estatisticamente relevante. Os casos mais típicos de elisão ocorrem quando a vogal átona da primeira palavra é /e/ ou /o/ - exemplos em (15):

(15)

- E os judeus, que **sempr'** acostumad**'** an (CSM 27; verso 70)
sempr' acostumad**'** an = sempre + acostumado + an

Ao analisarmos a Tabela 1, podemos notar que há algo a mais do que apenas a restrição quanto à qualidade da vogal átona final da primeira palavra (que tem que necessariamente ser /a/, /e/ ou /o/) para a ocorrência da elisão. Percebemos uma diferença no comportamento de alguns dos exemplos, quando comparamos os casos de elisão, se a vogal átona final da primeira palavra é /a/, com aqueles em que a vogal apagada é /e/ ou /o/.

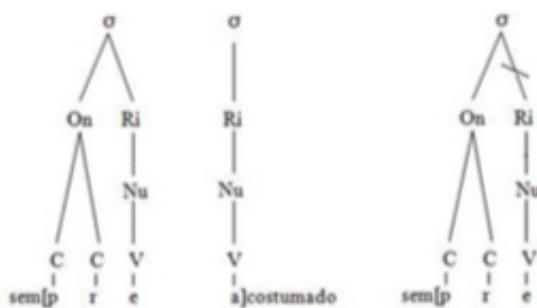
Tabela 1: Apagamento de V₁ nas CSM

Vogal final da primeira palavra (V ₁)	Vogal inicial da segunda palavra (V ₂)	Quantidade	Porcentagem
a +	a (a, á/an)	106	1,69%
	e (e, ê/en)	77	1,23%
	é (/ɛ/)	4	0,06%
	i	1	0,02%
	o	8	0,13%
	ó (/ɔ/)	2	0,03%
	u (û/un)	4	0,06%
Subtotal:	a + V	202	3,23%
e +	a (a, á/an)	1597	25,53%
	e (e, ê/en)	1173	18,75%
	é (/ɛ/)	155	2,48%
	i	129	2,06%
	o	1010	16,15%
	ó (/ɔ/)	7	0,11%
	u (û/un)	210	3,36%
Subtotal:	e + V	4281	68,44%
o +	a (a, á/an)	634	10,14%
	e (e, ê/en)	737	11,78%
	é (/ɛ/)	91	1,45%
	i	42	0,67%
	o	227	3,63%
	ó (/ɔ/)	4	0,06%
	u (û/un)	37	0,59%
Subtotal:	o + V	1772	28,33%
TOTAL		6255	100%

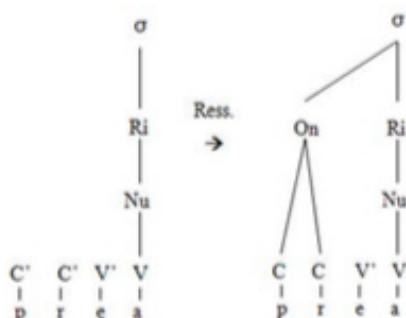
Fonte: Cangemi (2014, p. 148).

Nos modelos não-lineares, o *onset* da sílaba final da primeira palavra é ligado à primeira sílaba (s) da palavra seguinte – (16). Este constitui o movimento mais recorrente nas resoluções em elisão nas CSM:

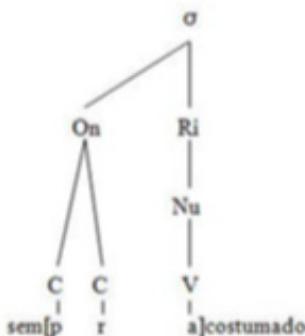
a.



b.



c.



(16)

A elisão consiste no apagamento da vogal cuja sílaba foi perdida e na ressilabação da consoante flutuante como *onset* da sílaba subsistente. Nas CSM, pudemos notar que, assim como no PB (BISOL, 1996, 2002, 2003), é apagada a vogal final em posição não-acentuada no final do item lexical, quando este é seguido por outro item que começa por vogal de qualidade diferente.

Em termos da TO, a opção das línguas pela elisão pode ser expressa pela hierarquização de apenas duas restrições: ONSET e MAX. ONSET, da família das restrições responsáveis pelos

princípios de silabação das línguas, estabelece que sílabas que possuem *onset* são melhores do que as que têm esse constituinte vazio. Já MAX é uma restrição de fidelidade, que opera no sentido de verificar se os elementos presentes no *input* também estão igualmente presentes no *output*; do ponto de vista da avaliação efetuada por MAX, são melhores palavras as que não apagarem qualquer elemento do *input*. Em termos resumidos, pode-se dizer que a opção das línguas pela elisão ou pelo hiato reside no estabelecimento de uma hierarquia entre os princípios de silabação e de fidelidade. Se a silabação for mais importante, ONSET será hierarquizada acima de MAX, e o resultado é a elisão; se, ao contrário, a língua optar por resolver os casos de V#V a partir da manutenção do hiato, isso significa que a fidelidade ao *input* é o que mais conta, e que MAX se sobrepõe a ONSET.

Do ponto de vista da TO, a hierarquização de ONSET sobre MAX garante que ocorra a elisão em detrimento do hiato, na combinação de palavras, mas não determina qual das vogais é apagada – veja *tableau* (17), em que dois *outputs* são considerados como ótimos.

(17)

	/triste+oje/	ONSET	MAX
a.	tris.to.je		*
b.	tris.te.je		*
c.	tris.te.o.je	*	

De acordo com Massini-Cagliari (2006),

[...] para estabelecer qual das duas vogais é apagada em caso de elisão, Casali (1996, p. 24) propõe uma subdivisão a PARSE(F): PARSE(F)-I_w prediz que deve ser preservado o segmento em posição inicial de palavra; PARSE(F)-lex preserva, na segmentação, morfemas e palavras lexicais. Lee (2004, p. 4)⁹ aparentemente reinterpreta as restrições do tipo PARSE(F) propostas por Casali (1996) como pertencentes à família MAX, de fidelidade, já que militam contra o apagamento de elementos, tornando-as especificações dessa restrição mais geral. Assim, PARSE(F)-I_w foi substituída por Lee (2004) por MAX_w bem como PARSE(F)-lex aparece em Lee (2004) como MAX_{LEX}. As definições adotadas por Lee, no entanto, são as mesmas de Casali (1996, p. 24) [...]. É a hierarquização entre essas duas especificações de MAX que determina qual das duas vogais será apagada, na elisão. Se MAX_w domina MAX_{LEX}, a vogal final da primeira palavra (V1) é apagada; se, ao contrário, MAX_{LEX} está mais alta do que MAX_w na hierarquia, então a segunda vogal (a vogal inicial da segunda palavra) é apagada.¹⁰ (MASSINI-CAGLIARI, 2006, p. 89).

⁹ O trabalho de Lee (2004) intitula-se *Sobre os encontros vocálicos do Português Brasileiro: uma abordagem baseada na Teoria da Optimalidade* e foi apresentado no VIII Congresso Nacional de Fonética e Fonologia e II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia em São Luís, Universidade Federal do Maranhão, de 15 a 18 de novembro de 2004. Posteriormente, o trabalho foi publicado em LEE, S.-H. Sobre os Encontros Vocálicos no Português Brasileiro: uma abordagem baseada na Teoria da Optimalidade. *Lingua(gem)*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 205-222, 2005.

¹⁰ MAX_w: o segmento na posição inicial de palavra no *input* é mantido no *output*.

MAX_{LEX}: as palavras lexicais e os morfemas lexicais do *input* são mantidos no *output*.

Como mostram os dados, no PA, a vogal elidida é sempre a vogal final átona da primeira palavra (mesmo quando esta equivale ao morfema lexical que expressa gênero). Massini-Cagliari (2006, p. 90) indica que “[...] a hierarquia correta é MAX_w >> MAX_{LEX}. Já a relação hierárquica de ONSET com essas duas restrições é estabelecida com base no grau de naturalidade dos candidatos a output; em ordem decrescente de naturalidade, tem-se: tris.to.je, com elisão de V₁, mais recorrente”.

(18)

	/triste+oje/	MAX _w	ONSET	MAX _{LEX}
a.	tris.to.je			*
b.	tris.te.o.je		*	
c.	tris.te.je	*		

Para dar conta da série restrição quanto à qualidade da primeira vogal para que ocorra a elisão (V₁ tem de ser, obrigatoriamente, /e/ ou /o/; caso V₁ seja diferente de /e, o/, ou seja, se V₁ = /a, ε, i, ɔ, o, u/, a elisão fica barrada e a única solução possível para o encontro vocálico é o hiato), MAX_{LEX} é dividida em MAX_{LEX(V)} e MAX_{LEX(e,o)}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento de V₁ foi a resolução mais adotada para resolver o encontro de vogais em juntura vocabular. Na elisão, duas palavras entram em contato, sendo a última sílaba da primeira palavra átona e terminada por vogal /a,e,o/ e a segunda palavra iniciada por uma vogal, independentemente de sua qualidade rítmica. O choque de núcleos silábicos desfaz a sílaba final da primeira palavra (V₁) – mais fraca em termos prosódicos e, consequentemente, ocorre uma ressilabação.

Em relação aos modelos teóricos, o estudo feito até o presente momento nos leva a tecer algumas considerações. Pela exposição dos resultados do mapeamento e as propostas qualitativas das teorias, é possível verificar que, em termos explicativos, as Teorias não-lineares, especialmente às relacionadas a sílabas, contêm maior poder explicativo do processo fonológico de elisão.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. Acento frasal e os processos fonológicos segmentais. **Letras Hoje**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 41-50, 1996.
- ABAURRE, M.; GALVES, C.; SCARPA, E. A interface fonologia-sintaxe. Evidências do Português Brasileiro para uma hipótese top-down na aquisição da linguagem. In: SCARPA, E. (org.). **Estudos da prosódia**. Campinas: UNICAMP, 1999. p. 285-323.
- AFONSO X, O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria** editadas por Rodrigues Lapa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.

- AFONSO X, O SABIO. **Cantigas de Santa María**: edición facsímile do Códice de Toledo (To). Biblioteca Nacional de Madrid (Ms. 10.069). Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia, 2003.
- ALFONSO X, EL SABIO. **Cantigas de Santa María**: edición facsímil del código T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo el Real de El Escorial, siglo XIII. Madrid: Edilan, 1979. v. 2.
- ALFONSO X, EL SABIO. **Cantigas de Santa María**: edición facsímil del código B.R.20 de la Biblioteca Centrale de Florencia, siglo XIII. Madrid: Edilan, 1989-91. v. 2.
- BISOL, L. A degeminação e a elisão no VARSUL. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (org.). **Fonologia e variação do Português Brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 231-250.
- BISOL, L. A elisão, uma regra variável. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 319-330, 2000.
- BISOL, L. Constituintes prosódicos. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 247-261.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. Sandhi in Brazilian Portuguese. **Probus**, [s. l.], v. 15. n. 2. p. 177-200, 2003.
- BISOL, L. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 23, p. 83-101, jul/dez. 1992.
- BLEVINS, J. The syllable in phonological theory. In: GOLDSMITH, J. (ed.). **The handbook of Phonological Theory**. Cambridge: Oxford UK Blackwell, 1995. p. 206-244.
- CAGLIARI, L. C. Aspectos aerodinâmicos do Português Brasileiro. In: BORBA, F. (org.). **Filologia e Linguística**. São Paulo: T.A. Queiroz - EDUSP, 1981. v. 1. p. 105-116.
- CÂMARA JR., J. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CANGEMI, A. **Sândi vocálico externo no Português Arcaico**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.
- CASALI, R. **Resolving Hiatus**. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia na Linguística) - University of California, Los Angeles, 1996. Disponível em: <https://lingistics.ucla.edu/images/stories/casali.1996.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 95-126.
- COLLISCHOON, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005[1996]. p. 101-134.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. ed., 3. imp. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- FACE, T. L. Reexamining Spanish “Resyllabification”. **Rutgers Optimality Archives**, 1-12, 1998. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/files/291-1298/291-1298-FACE-0-0.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2020.

- FREITAS, M.; SANTOS, A. Contar (histórias de) sílabas: descrição e implicações para o Ensino do Português como Língua Materna. **Cadernos de língua portuguesa 2.** Lisboa: Edições Colibri. 2001.
- HOGG, R.; MCCULLY, C. B. **Metrical Phonology:** a coursebook. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- JAKOBSON, R. **Child language, aphasia and phonological universals.** The Hague: Mouton, 1941.
- JESPERSEN, O. **Lehrbuch der Phonetik.** Leipzig and Berlin, 1904.
- KAHN, D. **Syllable-based generalizations in English Phonology.** Cambridge: MIT, 1976.
- LAPA, M. Introdução. In: AFONSO X, O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria editadas por Rodrigues Lapa.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1933. p. III-VIII.
- LEÃO, Â. **Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio:** aspectos culturais e literários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.
- LEÃO, Â. Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X. **Ensaios:** Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MASSINI-CAGLIARI, G. **A música da fala dos trovadores:** estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas. 2005. Tese (Livre docência em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2005.
- MASSINI-CAGLIARI, G. **Cantigas de amigo:** do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Elisão nas cantigas profanas galego-portuguesas: processo obrigatório ou opcional?. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS - EIEM, 4., 2001, Belo Horizonte. **Proceedings [...].** Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Sândi vocálico externo em Português Arcaico: condicionamentos linguísticos e usos estilísticos. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 35, p. 76-94, 2006.
- MATEUS, M.; D'ANDRADE, E. Syllable structure. In: MATEUS, M.; D'ANDRADE, E. (org.). **The Phonology of Portuguese.** Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 38-64.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas:** elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- MATZENAUER, C.; AZEVEDO, R. ReVEL na Escola: Fonologia em Teoria da Otimidade. **ReVEL**, [s. l.], v. 15, n. 28, p. 1-22, 2017.
- MENDONÇA, C. A sílaba em fonologia. **Working Papers em Lingüística**, Florianópolis, n. 7, p. 21-40, 2003.

- METTMANN, W. (ed.). **Alfonso X, el Sabio.** Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100). Madrid: Castalia, 1986. v. 1.
- METTMANN, W. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria.** Coimbra: Universidade, 1972. v. IV: Glossário.
- O'CALLAGHAN, J. **Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria: a poetic biography.** Boston: Brill, 1998.
- PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das cuestiós textuais. **Anuario de estudios literarios galegos**, Vigo, p. 179-205, 1998.
- PIKE, K; PIKE, E. Immediate constituents of Mazateco syllables. **Internacional Journal of Applied Linguistics**, [s. l.], 13, p. 78-91, 1947.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory:** Constraint interaction in generative grammar. Technical Report, Rutgers University and University of Colorado, Boulder, USA, 1993.
- ROACH, P. **English phonetics and phonology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SELKIRK, E. The syllable (1982). In: GOLDSMITH, J. (ed.) **Phonological theory:** the essential readings. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1999. p. 328-350.
- SIEVERS, E. **Grundzüge der Phonetik.** Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1881.
- TENANI, L. Domínios prosódicos e processos de reestruturação silábica. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 32, p. 1-4, 2003.
- TENANI, L. O efeito de eurritmia e a degeminação. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 33, p. 928-932, 2004.
- TENANI, L. Sândi vocálico e estrutura prosódica. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 31, p. 1-4, 2002.
- TRASK, R. **Dicionário de linguagem e linguística.** Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. (org.). **Dicionário de termos linguísticos.** Lisboa: Cosmos, 1990. v. 1.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: jul. 2020.

TEORIAS FONOLÓGICAS E SEUS PRIMITIVOS DE ANÁLISE

PHONOLOGICAL THEORIES AND THEIR PRIMITIVES OF ANALYSIS

Luciane Trennephel da Costa*

UNICENTRO-UEPG

Resumo: Neste texto, discutem-se e explicitam-se os primitivos de análise no domínio sonoro ou componente fônico de três teorias marcantes na história da Linguística: a Fonologia Estruturalista (SAUSSURE, 2012) e o conceito de fonema como um som da cadeia sonora da fala que tenha a funcionalidade de uma unidade distintiva; a Fonologia Gerativa (CHOMSKY; HALLE, 1968) e o conceito de traço distintivo como propriedades mínimas de caráter acústico ou articulatório e binárias que compõem simultaneamente os sons da fala; e, por último, no escopo da Fonologia de Laboratório, a Fonologia Gestual (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) e o conceito de gesto articulatório, uma unidade de análise que contempla o categórico e o variável, abordando a gradiente da fala. Após apresentar as três teorias selecionadas e seus primitivos de análise, menciona-se a abordagem possível de cada teoria na interface fonética e fonologia.

Palavras-chave: Fonologia. Estruturalismo. Gerativismo. Fonologia Gestual.

Abstract: In this text, the primitives of analysis in the sound domain or phonic component of three remarkable theories in the history of Linguistics are discussed and made explicit: the Structuralist Phonology (SAUSSURE, 2012) and the concept of phoneme as a segment of the speech sound chain that has a distinctive unit functionality; the Generative Phonology (CHOMSKY; HALLE, 1968) and the concept of distinctive features as minimal binary properties (acoustic or articulatory) that simultaneously compose speech sounds; and, finally, in the scope of Laboratory Phonology, the Gestural Phonology (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) and the concept of articulatory gesture, an analysis unit that includes categorical and variable perception, addressing the speech gradience. After presenting the three selected theories and their primitives of analysis, the possible approach of each theory in the phonetic and phonology interface is then mentioned.

Keywords: Phonology. Structuralism. Gerativism. Gestural Phonology.

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2011). Professora Adjunta C na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Membro do Programa Permanente de Extensão Núcleo de Estudos Eslavos (NEES) e coordenadora do Laboratório de Fonética e Fonologia do NEES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0223-7787>. E-mail: ltcosta@unicentro.br.

INTRODUÇÃO

Ao tratar do objeto da Linguística no terceiro capítulo do *Cours*, Saussure (2012), considerado o pai da linguística como corpo de estudo específico, nos traz esta explicação acerca do objeto científico, afirmando que ele é constituído pelo olhar do investigador: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 2012, p. 39). Nesse sentido, a área dos estudos fônicos tem sido bem produtiva em pontos de vista e em formulações teóricas para explicitar os fenômenos sonoros encontrados nas línguas.

Assim sendo, neste texto, apresentado anteriormente no Ciclo de Palestras do Grupo de Pesquisa Laboratório de Teoria e Análise Linguística (LABTAL), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 2019, e direcionado a alunos de Graduação em Letras, selecionamos três teorias marcantes na história da Linguística e suas abordagens no componente sonoro para explicitar e problematizar seus primitivos de análise. A exposição apresentada aqui focou-se no primitivo de análise e nos postulados teóricos que o embasam e caracteriza-se como um panorama introdutório à área.

Começamos com a Fonologia Estruturalista e o conceito de fonema como um som da cadeia sonora da fala que tenha a funcionalidade de uma unidade distintiva (SAUSSURE, 2012). Em seguida, abordamos a Fonologia Gerativa (CHOMSKY; HALLE, 1968) e o conceito de traço distintivo como propriedades mínimas de caráter acústico ou articulatório e binárias que compõem simultaneamente os sons da fala. E, por último, no escopo da Fonologia de Laboratório, a Fonologia Gestual (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) e o conceito de gesto articulatório, uma unidade de análise que contempla o categórico e o variável, abordando a gradiente da fala.

O critério de seleção das abordagens teóricas estruturalista e gerativista para a gramática sonora pautou-se em sua relevância na história da linguística e sua presença nos currículos de Graduação em Letras. A Fonologia Gestual é uma escolha pautada na formação acadêmica da autora deste texto e por sua proeminência atual como abordagem no que se chama Fonologia de Laboratório. Como toda seleção, ação que pressupõe escolhas, esta exclui outras abordagens teóricas também importantes e produtivas na explicitação de fenômenos sonoros como, por exemplo, a Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) e a Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 2004).

Como primitivo de análise, entendemos aqui a unidade mínima que constitui o objeto de investigação. A depender da perspectiva com a qual observamos o nosso fenômeno linguístico, tão plural e complexo, teremos diferentes unidades mínimas para esse objeto. O primitivo variará a depender da abordagem teórica e, também, do domínio gramatical que estejamos investigando: fonético, fonológico, morfológico, sintático, discursivo. Como a citação do Saussure no nosso início nos lembra, o ponto de vista cria o objeto de investigação. No caso do campo de estudos sonoros, isso é muito marcante. Cada teoria, ao formular sua explicitação de como funciona o componente sonoro das línguas, institui o seu primitivo de análise.

Apesar de citarmos os principais teóricos de cada abordagem apresentada aqui, de maneira coerente com a natureza revisionista e didática deste texto, acreditamos que as explicações científicas são possibilitadas pelo contexto social e histórico em que viviam tais sujeitos. Nosso foco são os pressupostos teóricos de cada abordagem e suas explicitações para os fenômenos sonoros.

Em oposição à teoria personalista da história científica, que atribui os avanços e as inovações à vontade e à força de figuras singulares, temos a teoria naturalista que inclui o sucesso dessas personalidades a um fator contextual chamado *Zeitgeist* (SCHULTZ; SCHULTZ, 1981, p. 27), o espírito ou clima intelectual de uma dada época. O *Zeitgeist* é como o padrão dominante de pensamento em dada cultura e época. Sua teoria explica por que, às vezes, grandes invenções ou teorias não são aceitas e afirmam que se tal grande cientista não tivesse formulado sua teoria, outro o teria feito. Se, por exemplo, Darwin tivesse morrido jovem, outro cientista teria formulado a teoria da evolução na metade do século XIX. Nessa abordagem, os grandes cientistas foram as pessoas que melhor formularam ou compilaram os novos conceitos latentes. A teoria do *Zeitgeist* não tira o mérito dos grandes cientistas, só os insere na sua dimensão histórica.

Este texto estrutura-se em três seções, cada uma delas dedicada a uma das abordagens teóricas selecionadas, com o intuito de explicitar seus conceitos basilares e seu primitivo de análise na gramática sonora. Para finalizar, tecemos algumas considerações acerca da abordagem possível em cada teoria para a interface entre a Fonética, tradicionalmente vista como o estudo dos aspectos físicos da fala, e a Fonologia, vista como o estudo da organização sonora das línguas.

ESTRUTURALISMO E FONEMA

Iniciamos nossa trajetória com o estruturalismo, vertente teórica produtiva nas ciências humanas do século XX e que marcou a legitimidade do nosso campo de investigação como científico. O estruturalismo foi considerado a primeira escola americana de pensamento no campo da psicologia (SCHULTZ; SCHULTZ, 1981, p. 105) e teve ampla repercussão também na antropologia (FIGUEIREDO, 1995). Lévi-Strauss, fundador da antropologia estrutural e que viveu no Brasil, lecionando na Universidade de São Paulo nos anos trinta do século XX, reconheceu o papel de ponta da linguística estruturalista nas ciências sociais. Segundo o autor:

No conjunto das ciências sociais, ao qual ela indiscutivelmente pertence, a linguística ocupa um lugar excepcional: não é uma ciência social como as outras mas aquela que, de longe, realizou os maiores progressos; é certamente a única que pode reivindicar o nome de ciência e que conseguiu ao mesmo tempo formular um método positivo e conhecer a natureza dos fatos que lhe cabe analisar. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 43).

Lévi-Strauss aplicou os conceitos e os métodos da Fonologia Estruturalista aos sistemas de parentescos nas diferentes sociedades. Vamos citá-lo mais uma vez para que nos apresente os pressupostos da linguística estrutural:

A fonologia desempenha, em relação às ciências sociais, o papel renovador que a física nuclear, por exemplo, desempenhou para o conjunto das ciências exatas. Em que consiste essa inovação, quando tentamos encará-la em suas implicações mais gerais? A resposta a essa pergunta nos é dada pelo ilustre mestre da fonologia N. Troubetzkoy. Num artigo programático (de 1933) ele resume o método fonológico a quatro procedimentos fundamentais: em primeiro lugar, a fonologia passa do estudo dos fenômenos linguísticos *conscientes* para o de sua infra-estrutura

inconsciente, recusa-se a tratar os *termos* como entidades independentes, tomando como base de sua análise, ao contrário, as *relações* entre os termos; introduz a noção de sistema [...] finalmente, ela visa a descoberta de *leis gerais* [...]. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 45, grifos do autor).

Estudar a estrutura inconsciente é justamente um dos pilares da abordagem estruturalista, pois investigar a estrutura ou sistema subjacente possibilita o uso palpável e consciente das formas de tal sistema. Neste o valor das formas dá-se em relação de oposição e complementariedade, a forma só tem seu valor considerada no contexto do sistema que é regido por leis gerais. Nessa perspectiva teórica, as formas funcionais ou os primitivos de análise são os fonemas, os sons ou as unidades sonoras distintivas na língua.

Saussure foi o expoente no conjunto de grandes estruturalistas que reconheceram a função distintiva dos sons para a significação. Conforme Abaurre (1993)¹ afirma:

O que essas anotações indicam é que já havia linguistas (Como Courtenay e Jespersen, para ficarmos com apenas dois nomes bastante conhecidos...), precursores de Saussure (cujo Cours de Linguistique Générale foi publicado em 1916), preocupados com a função eminentemente distintiva dos elementos fônicos que contribuem para marcar as diferenças de significação entre as palavras da língua. (ABAURRE, 1993, p. 12).

A definição de fonema do linguista polonês Jan Baduin de Courtenay é psicológica e abstrata: “Ze stanowiska psychologicznego zamiast terminu ‘dźwięk’ lub ‘głoska’, oznaczającego tylko jedno ze stadiów mimolotnego, chwilowego uzewnętrzania tego, co istnieje tylko psychicznie, wprowadzamy termin fonema” (COURTENAY, 1915, p. 163). Uma possível tradução seria: “A partir da posição psicológica, em vez do termo ‘som’ que significa apenas um dos estágios de uma externalização involuntária e temporária do que existe apenas mentalmente, introduzimos o termo phonema”²; desse modo, o fonema é uma entidade totalmente abstrata, *existe apenas mentalmente*. Para Courtenay (1915), os sons da linguagem existem em potência na mente do falante e se concretizam a partir das possibilidades de produção do aparelho vocal humano: “Dźwięki języka są tylko możliwe ,są tylko in potentia, ale nie istnieją. Jednakże możliwość wymawiania istnieje ciągle, a tem status in potentia staje się w razie potrzeby status in actu” (COURTENAY, 1915, p. 163). Uma possível tradução seria: “Sons de linguagem são somente possíveis, são apenas *in potentia*, mas eles não existem. No entanto, a capacidade de pronunciar sempre está lá, sempre existe, e esse *status in potentia*, se necessário, torna-se *status in actu*”.

O fonema é então uma entidade abstrata, que existe como tal apenas na mente do falante; e a unidade sonora distintiva, no sistema linguístico. Nem toda emissão fônica tem valor distintivo no sistema. Por meio da metodologia de pares mínimos, sequência sonora com sentido diferente e que contrasta em apenas um som, o pesquisador chegará aos sons de uma língua. Por exemplo, em uma das línguas faladas no Paraná, a língua polonesa, o conjunto kot [kɔt] (gato) e koń [kɔɲ] (cavalo), sequências nas quais diferem apenas os sons [t] e [ɲ], comprova que esses sons são fonemas no polonês, a oclusiva /t/ e a nasal /ɲ/. A notação [t] é usada para

¹O texto de Abaurre traz um panorama histórico e explicativo detalhado acerca do estruturalismo e do gerativismo nos estudos fônicos.

²Agradeço à professora Izabela Stapor da Universidade de Varsóvia pelo auxílio nas traduções. Eventuais erros são de minha responsabilidade.

transcrição fonética e a notação /t/ para transcrição fonológica. Se a mudança de um som não altera o significado da palavra, esse som não é um fonema na língua em questão. Por exemplo, na língua portuguesa, temos o clássico exemplo da oclusiva alveolar e seu alofone, variação de um fonema, a africada [tʃ]. O conjunto tia [tia] e [tʃia] com o mesmo significado, irmã do pai ou da mãe, comprova que o som [tʃ] não é um fonema na nossa língua, mas um alofone da oclusiva alveolar [t] no contexto de suceder uma vogal alta anterior [i]. Apenas é fonema o som que tem valor distintivo em dada língua. O fonema é a forma e suas possíveis variações que funcionam como uma unidade valorativa no sistema abstrato da língua em questão. No caso do exemplo anterior do e no português, [t] e [tʃ] têm o mesmo valor no sistema, embora possam ser articulatória e acusticamente diferentes. Veja-se que o conceito de fonema encaixa-se perfeitamente na dicotomia saussureana *langue* e *parole*. O fonema, forma distintiva funcional, está na língua, no sistema abstrato e é uma representação mental; e a forma pronunciada, que pode variar sua produção, está na fala. A língua é o sistema subjacente que permite a realização concreta e palpável ou observável, a fala. Perfeitamente estrutural.

No entanto, o que permite a variação da forma distintiva? Alguma característica fonética em dado contexto. No caso da oclusiva alveolar no português, o contexto adjacente da vogal alta anterior como vimos no parágrafo anterior. Saussure (2012, p. 77) já define o fonema como a soma das impressões acústicas e dos movimentos articulatórios. Esse conceito do fonema como traços que ocorrem em conjunto ou feixe vai ser desenvolvido após Saussure pelo chamado Círculo Linguístico de Praga, que unia Trubetzkoy, Jakobson e Karcevsky e marcou a fundação da Fonologia, em 1928, no 1º Congresso Internacional de Linguística, realizado em Haia. O primeiro conjunto de traços de base articulatória foi proposto por Jakobson, Fant e Halle em *Preliminaries to Speech Analysis*, o PSA (1976). É como se eles observassem o fonema em um microscópio: “The distinctive features are the ultimate distinctive entities of language since no one of them can be broken down into smaller linguistic units” (JAKOBSON; FANT; HALLE, 1976, p. 3)³. Rumava-se para o primitivo da fonologia gerativa do qual trataremos na próxima seção.

GERATIVISMO E TRAÇO DISTINTIVO

A abordagem gerativa para o componente sonoro foi explicitada em *The Sound Pattern of English*, de Chomsky e Halle (1968), o chamado SPE. A teoria gerativa foi mudando com o transcorrer do tempo e passou por vários modelos, aqui nos ateremos à teoria gerativa clásica. Nela a capacidade linguística humana justifica-se biologicamente. A espécie humana é dotada com a GU, a Gramática Universal, que contém todas as possibilidades linguísticas. É um postulado forte da teoria, a característica genética para a linguagem e a base comum para todas as línguas. A aquisição linguística marca e define as especificidades da língua materna, ou línguas, pela ação desencadeante do estímulo a que a criança é exposta. O componente grammatical divide-se em competência, o conhecimento inconsciente do falante, e desempenho, o uso efetivo em situações concretas. A competência explica porque um falante nativo de português ao confrontar-se com a frase “Pedro potechou calamente o motole” provavelmente

³“Os traços distintivos são as últimas entidades da língua já que nenhum deles pode ser dividido em unidades menores” (JAKOBSON; FANT; HALLE, 1976, p. 3, tradução nossa).

reconhecerá que a segunda palavra e a terceira poderiam pertencer à língua portuguesa. Não existem na língua, mas suas estruturas são de verbo e de advérbio.⁴ O falante nativo, não especialista em linguagem como nós, linguistas, pode não saber definir o que é um verbo ou um advérbio, mas reconhecerá essas palavras como possíveis na língua. As palavras estão nas regras da língua portuguesa, apesar de não existirem no seu léxico. Também esse componente gramatical é dividido em módulos sucessivos (semântico>sintático>fonológico>fonético) entre os quais operam as regras gramaticais da língua em questão. A gramática gerativa pretende explicitar, além de descrever, como são geradas as formas linguísticas. Regras aplicadas na forma fonológica subjacente geram a forma fonética superficial: “O componente fonológico é, então, definido como a parte da gramática que atribui uma interpretação fonética à descrição sintática” (HERNANDORENA, 2001, p. 15).

Se a representação dos itens lexicais especifica traços semânticos, como [animado ou inanimado, humano ou não-humano], a representação fonológica de cada segmento fônico agrupa especificações de traços fonéticos. Eles são então as unidades mínimas presentes na representação fonológica, os seus primitivos de análise. O conjunto de traços fonéticos relaciona-se às capacidades humanas de articulação e, coerentemente com a teoria, seria universal: “The total set of features is identical with the set of phonetic properties that can in principle be controlled in speech; they represent the phonetic capabilities of man and, we would assume, are therefore the same for all languages”⁵ (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 295).

Os traços podem ser definidos então como “[...] propriedades mínimas, de caráter acústico ou articulatório, como ‘nasalidade’, ‘sonoridade’, ‘labialidade’, ‘coronalidade’, que, de forma coocorrente, constituem os sons da língua” (HERNANDORENA, 2001, p. 17). Na representação fonológica subjacente, eles são marcadores binários, positivo ou presença e negativo ou ausência. Não vamos definir aqui todo o conjunto de traços do SPE, mas apenas aqueles que especificariam as classes principais de segmentos. Eles são três: sonorante ou não sonorante (obstruinte), vocálico ou não vocálico e consonantal ou não consonantal. Sonorantes são sons produzidos com uma configuração do trato vocal no qual o vozeamento espontâneo é possível, obstruientes são produzidas com uma configuração que torna o vozeamento espontâneo impossível. Vocálicos são sons produzidos sem uma constrição radical no trato oral, essa constrição não excede aquela feita para produzir as vogais altas [i] e [u], e as cordas vocais estão posicionadas de modo a permitir o vozeamento espontâneo. Já Consonantais são sons produzidos com uma constrição radical no trato oral.

Posteriormente, no próprio SPE, o traço Vocálico é substituído pelo traço Silábico, definido como um traço presente em segmentos que podem constituir pico ou núcleo de sílaba (HERNANDORENA, 2001). Este é um procedimento da teoria gerativa, a partir da observação dos fenômenos linguísticos: modificam-se os postulados. A troca do traço vocálico por silábico deu-se a partir da constatação de que, às vezes, segmentos não vocálicos podem ser núcleo de sílaba em algumas línguas. Assim a presença ou ausência desses três traços de classes principais formaria as classes naturais de sons. Por exemplo, uma vogal seria especificada como

⁴O exemplo dado em Chomsky e Halle para a língua inglesa: “Pirots karullized elatically”.

⁵“O conjunto total de traços é idêntico ao conjunto das propriedades fonéticas que podem ser controladas na fala, os traços representam as capacidades fonéticas dos homens e, poderíamos supor, são, portanto, os mesmos para todas as línguas.”(CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 295, tradução nossa).

[+ sonorante, - consonantal, + silábica], já uma consoante como [-sonorante, + consonantal, - silábica]. Cada segmento tem uma especificação própria de traços fonéticos que ocorrem simultaneamente e a diferença de um traço ou mais é que diferencia os sons da fala. Essas especificações são agrupadas em matrizes, como podemos visualizar na Figura 1:

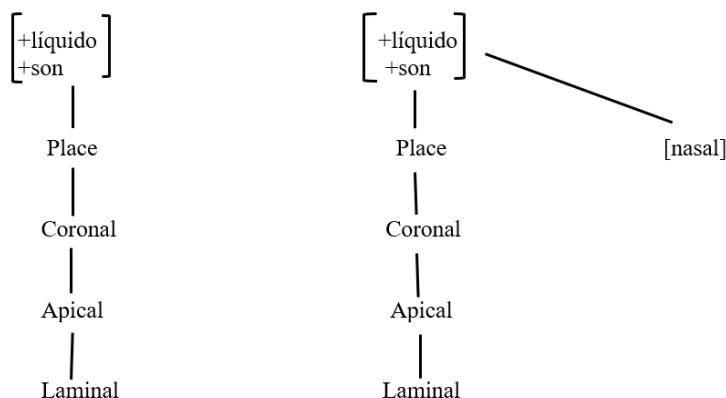
Figura 1: Representação de matrizes de traços para os segmentos /t/ e /d/

t	d
- soante	- soante
-silábico	- silábico
+consonantal	+consonantal
+coronal	+ coronal
+anterior	+ anterior
-alto	-alto
-baixo	-baixo
-posterior	-posterior
-arredondado	-arredondado
-nasal	-nasal
-lateral	-lateral
-contínuo	-contínuo
-metástase retardada	-metástase retardada
- sonoro	+sonoro
-estridente	-estridente

Fonte: Adaptada de Hernandorena (2001, p. 25).

Nessa representação de matrizes para os segmentos /t/ e /d/ apenas um traço os diferencia: o sonoro. Nesse modelo de matrizes de traços, chamado Modelo Linear, a ordem dos segmentos era aleatória, mas com a observação dos fenômenos, a teoria evoluiu para modelos não-lineares que consideram a existência de uma estrutura hierárquica para o conjunto de traços dos segmentos. A ordem não é mais aleatória, mas, sim, justificada pela capacidade de assimilação ou deleção de traços, por exemplo. Vamos ilustrar aqui com uma proposta de representação dos róticos, sons de r, para a língua Igbo presente em Dickey (1997):

Figura 2: Representação para os róticos do Igbo



Fonte: Dickey (1997, p. 151).

O leitor perceberá que, nessa representação, temos a postulação da existência do traço [líquido] nos traços principais, hipótese defendida por Dickey (1997) para dar conta da representação dos sons líquidos, classe que agrupa os sons laterais e róticos, a partir da observação de fenômenos em variadas línguas. A representação à direita da figura mostra a presença da nasalização do rótico com a adição do traço [nasal]. Esses modelos chamados de Geometria de Traços ilustram a possibilidade de um traço ser deletado ou espraiado com a aplicação das regras fonológicas da língua em questão. Assim, o traço nasal na representação anterior liga-se diretamente aos traços de raiz para justificar a nasalização dos róticos no Igbo. A sua ausência ou corte não muda radicalmente a estrutura do segmento, ele continua a ser um rótico sem a nasalização. Esses traços, envolvidos em processos de assimilação e outros processos entre segmentos, estariam representados de forma a serem deletados sem alterar a essência do segmento.

As postulações de traços distintivos para os segmentos faziam-se então baseadas nas observações dos fenômenos, e o poder formalista e abstrato da teoria foi grande, pois as explicações para os fenômenos sonoros geravam as representações mentais. Com o desenvolvimento e a socialização crescente da tecnologia no século XX, a possibilidade de observações instrumentais realizadas em laboratórios de fonética acústica e aparelhos ultrassonográficos que permitem a observação articulatória, despontam outros tipos de abordagens teóricas para a Fonologia que consideram a observação da produção ou realização sonora, como é o caso da terceira abordagem que apresentamos a seguir.

FONOLOGIA GESTUAL E O GESTO ARTICULATÓRIO

No escopo da Fonologia de Laboratório, denominação que agrega abordagens teóricas desenvolvidas com base em técnicas de laboratório, principalmente análise fonética acústica, a Fonologia Gestual ou *Articulatory Phonology* (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) vai definir como seu primitivo de análise o gesto articulatório: “In articulatory phonology, the basic units of phonological contrast are gestures, which are also abstract characterizations of articulatory events, each with an intrinsic time or duration”⁶ (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992, p. 155). O gesto articulatório não deve ser confundido com os gestos feitos nas manobras articulatórias para a produção sonora, eles são caracterizações abstratas dotadas de especificação temporal.

O termo Fonologia Gestual evita uma ligação mnemônica com a Fonética Articulatória e marca a especificidade teórica dessa abordagem, pois o gesto é uma oscilação abstrata em termos de uma dinâmica de tarefa que envolve os articuladores e não apenas o movimento dos articuladores implicados na atividade de fala (COSTA, 2012). Uma dinâmica de tarefa engloba ações coordenadas de vários articuladores (SALTZMAN; KELSO, 1987) e seus parâmetros podem exibir flutuações devido às perturbações normais do sistema com a relação entre os articuladores. Na fala temos então a ação coordenada de vários articuladores cujos movimentos se influenciam mutuamente. Podemos fazer uma metáfora com a ação de caminhar, ação na qual também temos vários articuladores agindo em conjunto para o movimento. Um sistema dinâmico pode ser definido como um conjunto de variáveis quantitativas como, por exemplo,

⁶“Na fonologia articulatória, as unidades básicas de contraste fonológico são os gestos, que também são caracterizações abstratas de eventos articulatórios, cada um com um tempo ou duração intrínseca.” (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992, p. 155, tradução nossa).

distância, ativações de articuladores, velocidade de mudança que mudam simultaneamente no transcorrer do tempo devido a influências de uma variável sobre outra (PORT, 2002).

Os gestos são definidos em termos de dinâmica de tarefa porque envolvem a formação e soltura de constrições no trato vocal com tempo intrínseco. O que é caracterizado dinamicamente não é o movimento isolado dos articuladores, mas, sim, o movimento de variáveis do trato. Na Fonologia Gestual, temos cinco variáveis do trato e cada uma delas caracteriza a dimensão da constrição em local e grau e os articuladores envolvidos. No Quadro 1, temos as cinco variáveis do trato. As ações conjuntas dos articuladores constituem as variáveis do trato que relacionadas implementam os gestos articulatórios; como o local e o grau são dimensões de uma mesma constrição, eles estão alocados na mesma linha.

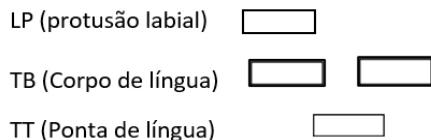
Quadro 1: Variáveis do trato na Fonologia Gestual

Variáveis do trato	Articuladores envolvidos
LP protusão labial LA abertura labial	Lábios inferior e superior, mandíbula
TTCL local de constrição da ponta de língua TTCD grau de constrição da ponta de língua	Ponta e corpo de língua, mandíbula
TBCL local de constrição do corpo de língua TBCD grau de constrição do corpo de língua	Corpo de língua, mandíbula
VEL abertura vélica	Véu palatino
GLO abertura glotal	Glote

Fonte: Adaptado de Browman e Goldstein (1992, p. 157).

No Quadro 1, mantivemos as maiúsculas iniciais das variáveis como na fonte original, elas são as iniciais da variável do trato em inglês, por exemplo, TTCL são as letras iniciais para *tongue tip constrict location* e TTCD são as letras iniciais para *tongue tip constrict degree*. O gesto de protusão labial envolve assim a ação coordenada de três articuladores: lábios inferior e superior e a mandíbula. Já um gesto de corpo de língua, envolvido na produção dos sons vocálicos, envolve a ação coordenada do corpo de língua e da mandíbula. Os gestos são as unidades básicas, ou primitivos, de contraste fonológico; assim, dois itens lexicais diferem se tiverem composição gestual diferente. Essa diferença pode concretizar-se pela presença ou ausência de determinado gesto, por diferenças nos parâmetros dos gestos e por diferenças de organização dos gestos.

O modo como os gestos são organizados para formar os sons da fala chama-se faseamento e é representado na teoria com a pauta gestual. Na Figura 3, apresentamos uma pauta gestual para a palavra *pata*. Os gestos são eventos físicos que ocorrem no tempo e no espaço e possuem duração, podendo sobrepor-se a outros gestos. Na pauta, o eixo horizontal ilustra o intervalo de ativação temporal do gesto e o eixo vertical ilustra a sua magnitude. A pauta ilustra também a sobreposição dos gestos. No caso da palavra *pata*, podemos ter a sobreposição do gesto de abertura labial para a consoante inicial com o gesto de corpo de língua para produção do som vocálico.

Figura 4: Pauta Gestual para a palavra *pata*

Fonte: A autora.

A sobreposição dos gestos pode ser mínima, parcial e completa. Dessa forma, a diferente organização e a sobreposição dos gestos cria os contrastes lexicais na língua. Já a maleabilidade dos gestos, consequência de sua natureza como um sistema dinâmico, gera o contínuo gradiente observado na fala e que pode manifestar-se como variação. A mesma estrutura gestual caracteriza simultaneamente as propriedades fonológicas e as físicas. Como um sistema dinâmico, o gesto consegue representar o contínuo gradiente da fala observado por meio de análises fonéticas acústicas. Podemos citar, por exemplo, o caso da sonoridade dos sons: na observação acústica, podemos constatar a natureza não categórica dessa propriedade, determinado som pode ser surdo (sem vibração das pregas vocais) ou sonoro (com vibração das pregas vocais), mas essa propriedade é escalar, apresenta níveis de sonoridade, e não apenas dicotômica, presença versus ausência. A Fonologia Gestual incorpora então a natureza gradiente dos sons e, também, modela a variação como uma cristalização de mudanças na organização e na sobreposição de gestos.

Importante destacar que, como toda abordagem teórica, inclusive as duas que já revisamos neste texto, a Fonologia Gestual foi modificando-se e apresentando novos conceitos e postulados. No Brasil, uma abordagem chamada Fonologia Acústica - Articulatória é proposta por Albano (2001) cuja principal proposta é a existência de regiões acústico-articulatórias no trato que substituem os articuladores na função de agrupar os comandos para a execução de um gesto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste texto foi apresentar, para iniciantes na área, o primitivo de análise de três abordagens teóricas bastante produtivas e relevantes nos estudos fônicos. Nessa apresentação, abordamos brevemente os postulados teóricos implicados no conceito desses primitivos, de forma superficial, sem maiores aprofundamentos, da maneira possível no espaço de um artigo. Para finalizar, vamos agora mencionar a abordagem possível em cada teoria para a interface entre a Fonética e a Fonologia.

Vimos que o fonema, primitivo de análise do Estruturalismo, é uma entidade abstrata presente na língua, o sistema subjacente, e que, na fala, estão presentes suas variações fonéticas ou alofones. O conceito de fonema então coaduna-se com a dicotomia saussureana *langue/parole* ou língua/fala. Essa dicotomia é o fosso fundador da Linguística enquanto ciência independente e autônoma e foi muito eficiente nesse papel, como vimos na citação de Levi-Strauss (1967). O fosso fundador que separou língua e fala separou também radicalmente a Fonética e a Fonologia.

No Gerativismo, vimos que o primitivo era o traço fonético especificado no componente gramatical fonológico e que, com a aplicação das regras gramaticais próprias de cada língua,

eram geradas as representações fonéticas ou superficiais. Temos dois módulos específicos: o módulo fonológico e o módulo fonético. Na representação fonológica, os traços são marcadores abstratos de presença ou ausência de tal propriedade fonética. Com a aplicação de regras, chega-se às efetivas realizações. A implementação de regras aplicadas entre um módulo grammatical fonológico e outro fonético fazem a ponte entre a fonética e a fonologia.

Na Fonologia Gestual, o primitivo de análise, o gesto, incorpora a invariância fonológica para criar o contraste lexical e a gradiente física dos sons existentes na fala. É um primitivo que permite a comensurabilidade entre a fonética e a fonologia por ser caracterizado em termos de um sistema dinâmico. A partir do desenvolvimento tecnológico que permitiu a inspeção do sinal acústico, o detalhe fonético pode ser investigado e incorporado à representação grammatical dos fenômenos. Como argumenta Silva (2010), a análise acústica deve embasar uma representação grammatical e ter precedência sobre a análise impressionística de oitiva, aquela que conta com a percepção do próprio pesquisador. Os desdobramentos teóricos da Fonologia Gestual tentam dar conta do desafio da especificação dos limites ou bordas dos gestos, em outras palavras, como seria especificado na mente do falante os limites possíveis para a realização de determinado gesto.

Contribuímos, neste texto, com um quadro panorâmico introdutório da área de estudos fônicos na Linguística, ao tratar do primitivo de análise em cada uma das três teorias selecionadas. Esperamos ter despertado o interesse nessa área tão produtiva e envolvida diretamente, por exemplo, na descrição linguística, no tratamento de fenômenos variáveis, no bilinguismo e na aprendizagem linguística.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M. Fonologia: a gramática dos sons. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 5, 9-24, jan./jun. 1993. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511445>
- ALBANO, E. C. **O gesto e suas bordas:** esboço de Fonologia acústico-articulatória do português brasileiro. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. **Phonetica**, [s. l.], v. 49, n. 3-4, p. 155-180, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1159/000261913>
- BYBEE, J. **Phonology and Language Use.** [S. l.]: Cambridge University Press, 2001. (Cambridge Studies in Linguistics Book 94).
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English.** New York: Harper e Row, 1968.
- COSTA, L. T. Modelamento teórico de processos variáveis em modelos dinâmicos de fala: possibilidades de representação do rotacismo o âmbito da Fonologia Gestual. **Letras & Letras: Estudos em Fonologia**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 387-404, jan./jun. 2012.
- COURTENAY, J. B. Charakterystyka psychologiczna języka polskiego. In: ŁOŚ, J. et al. (org.). **Język polski i jego historya z uwzględnieniem innych języków na ziemiach polskich**. Kraków: Akademii Umiejętności, 1915. p. 154-170.
- DICKEY, L. W. **The Phonology of Liquids.** 1997. Tese (Doutorado em *Linguistics*) – University of Massachusetts Amherst, 1997.

- FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- HERNANDORENA, C. L. Introdução à Teoria Fonológica. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 11-89.
- JAKOBSON, R.; FANT, G.; HALLE, M. **Preliminaries to speech analysis:** the distinctive features and their correlates. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- PORT, R. The dynamical systems hypothesis in Cognitive Science. In: NADEL, L. (ed.). **Encyclopedia of Cognitive Science.** London: Nature Publishing Group, Macmillan Company, 2002. v. 1. p. 1027-1032.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. Optimality Theory: constraint interaction in Generative Grammar. In: MCCARTHY, J. J. (ed.). **Optimality Theory in Phonology:** a reader. [S. l.]: Blackwell Publishing Ltda., 2004. p. 3-71.
- SALTZMAN, E.; KELSO, J. A. S. Skilled actions: A task-dynamic approach. **Psychological Review**, [s. l.], v. 94, n. 1, p. 84-106, 1987. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0033-295X.94.1.84>
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. **História da Psicologia Moderna.** São Paulo: Cultrix, 1981.
- SILVA, A. H. P. O estatuto da análise acústica nos estudos fônicos. **Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Letras e cognição**, Niterói, n. 41, p. 213-229, 2010.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: ago. 2020.

PONTUAÇÃO E PROSÓDIA À LUZ DO CONCEITO DE HETEROTÓPIA: UMA REFLEXÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA SOBRE A ESCRITA

PUNCTUATION AND PROSODY UNDER THE PERSPECTIVE OF HETEROTOPY: A LINGUISTIC AND DISCURSIVE REFLEXION ABOUT WRITING

Geovana Soncin*

UNESP

Resumo: A relação entre pontuação e prosódia é tema de discussão entre diferentes perspectivas teóricas no interior dos estudos linguísticos. Este texto, por sua vez, propõe interpretar a relação entre pontuação e prosódia à luz do conceito de *heterotopia*, teorizado por Foucault (2005 [1967]). Para tanto, orienta-se pela proposta analítica de que a linguagem é a heterotopia fundante do homem e da sociedade, apresentada em Corrêa (2012), trabalho que teve como objetivo investigar a produção do espaço e das espacialidades em textos escritos por pré-vestibulandos. A fim de ilustrar como se daria a relação entre pontuação e prosódia segundo a interpretação proposta, são analisados um anúncio publicitário e um texto produzido em ambiente escolar. Com a discussão desenvolvida, espera-se apresentar elementos que contribuam para uma reflexão linguístico-discursiva sobre a escrita de modo a caracterizar, no que diz respeito à pontuação, sua heterogeneidade constitutiva.

Palavras-chave: Heterotopia. Prosódia. Escrita. Pontuação.

Abstract: The relationship between punctuation and prosody is an issue discussed by different theoretical approaches in linguistic studies. In this paper, we aim to understand this relationship under the perspective of heterotopy, formulated by Foucault (2005 [1967]). Therefore, this study assumes the idea that language is the founding heterotopy of man and of society, as defended by Corrêa (2012) in a work that investigated the production of space and spatiality in pre-university written texts. In order to exemplify this perspective, we analyze an advertisement and a school text written by a student. We hope that the analysis we assume can contribute for linguistic and discursive discussion about writing in order to characterize its constitutive heterogeneity, especially in what concerns punctuation.

Keywords: Heterotopy. Prosody. Writing. Punctuation.

INTRODUÇÃO

A relação entre a organização prosódica da língua portuguesa e o emprego dos sinais de pontuação, particularmente o emprego da vírgula, é o principal eixo temático abordado em

* Doutora em Estudos Linguísticos, Professora vinculada ao Departamento de Fonoaudiologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), câmpus de Marília. E-mail: geovana.soncin@unesp.br.

trabalhos anteriores (a saber, SONCIN, 2012, 2013; TENANI; SONCIN, 2009; SONCIN; TENANI, 2015, 2017a, 2017b), os quais apresentam aspectos de uma discussão teórico-analítica endossada em minha tese de doutorado (SONCIN, 2014). Nela, defendi que a prosódia – entendida não apenas em seu sentido formal, mas, de modo mais amplo, como meio de organização linguístico-discursiva dos enunciados concretos – constitui o emprego da vírgula de modo integrante, pois o ato de pontuar um texto com vírgula é efeito de processos simbólicos que se efetivam na escrita a partir de imagens sobre como a prosódia organiza e mobiliza sentidos. Esses sentidos, embora estejam cristalizados na língua, são atualizáveis nas situações enunciativo-discursivas em função da relação que o sujeito estabelece com a alteridade. Assim, considerando a dimensão que chamei de prosódico-enunciativa como condicionante da organização multidimensional dos sinais de pontuação - conforme proposta de Chacon (1998) da qual compartilho -, as análises apresentadas nos trabalhos referidos, de modo geral, tiveram por objetivo mostrar que as vírgulas marcam, no fio do discurso escrito, unidades prosódicas que denunciam os movimentos do sujeito por eixos de representação da língua, da escrita e da alteridade na busca por um sentido.

Ao desenvolver essa perspectiva, nossa proposta teórica se inseriu no debate existente na literatura linguística sobre a relação que os sinais de pontuação estabelecem com a dimensão fônica da linguagem: em termos mais amplos, sobre o que revela o funcionamento da pontuação no que toca a relação entre fala e escrita. Duas tradições teóricas majoritárias e contrárias entre si sustentam esse debate. Por um lado, os estudos de base fonocentrista - cujo expoente é Chafe (1987) - defendem que, em alguma medida, a organização prosódica da fala é representável na escrita, sendo os sinais de pontuação um dos meios para essa representação. Por outro lado, os estudos de base autonomista - cujo expoente é Anis (1988) - defendem a escrita como sistema primordialmente gráfico e autônomo em relação à fala e, por esse motivo, nessa perspectiva, os sinais de pontuação são definidos com base em regras de ordem gráfica e sintática, sendo desprezadas quaisquer informações de natureza prosódica. No interior desse debate, nossa posição não se filiou a uma ou outra tradição, pois compreendemos que ambas tratam da relação entre fala e escrita e, consequentemente, da relação entre prosódia e pontuação, com base em critérios de suficiência do gráfico em relação ao sonoro, quando o que está em jogo, em nosso ponto de vista, são os sentidos mobilizados pelos sinais de pontuação na escrita, tendo em vista o caráter simbólico que eles assumem ao guardarem em si o papel de organização linguística e enunciativo-discursiva da prosódia nos enunciados. Assim, explorando particularmente o emprego da vírgula, assumimos que “os sinais de pontuação representam a relação constitutiva entre prosódia e enunciação na escrita” (SONCIN, 2014, p. 62).

No entanto, apesar de ter defendido a existência de uma relação constitutiva entre prosódia e pontuação, assumindo uma visão enunciativa e discursiva de língua e de linguagem e de seus modos de manifestação – respectivamente fala e escrita, conforme propôs Corrêa (2004, 2013) –, não tratei qual seria o caráter dessa relação. Igualmente, nos estudos de pontuação, quando desenvolvidos em abordagens que consideram a relação deles com o domínio prosódico, observa-se uma lacuna sobre o estatuto teórico que assume essa relação. É, portanto, sobre essa questão que o presente artigo se propõe a discutir: em que consiste a relação constitutiva entre prosódia e pontuação? Como ela se estabelece no processo de escrita, tendo em vista o funcionamento mais geral da linguagem?

Para investigá-la, trabalho com o conceito de *heterotopia* (e a relação que ele estabelece com o conceito de *utopia*), desenvolvido por Foucault (2005 [1967]), e, particularmente, com a aproximação entre o conceito de heterotopia e a própria linguagem, proposta por Corrêa (2012).

As seções do presente texto apresentam um percurso que traça a perspectiva teórica que proponho para compreender a relação entre prosódia e pontuação. Num primeiro momento, abordo os conceitos de heterotopia e utopia, mostrando os fundamentos teóricos que os sustentam, e a interpretação que Corrêa (2012) dá a eles no campo dos estudos da linguagem e da escrita. Num segundo momento, com base na contribuição desses dois autores, procuro associar o caráter simbólico da relação entre prosódia e pontuação ao conceito de heterotopia, considerando o espaço gráfico da pontuação na escrita como espaço no qual se encontram e se constroem outros espaços. Em seguida, exemplifico a proposta teórica sobre o caráter da relação em questão por meio da análise de um anúncio publicitário que teve como título “A vírgula” e, por fim, encerro o artigo fazendo considerações sobre os sinais de pontuação empregados em um texto escolar a fim de mostrar como a compreensão da relação proposta pode iluminar a compreensão da produção escrita escolar considerando o texto em seu funcionamento linguístico-discursivo.

SOBRE O CONCEITO DE HETEROTÓPIA E SUA RELEVÂNCIA PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Na conferência intitulada “De outros espaços”, proferida no Cercle d’Études Architecturales, Foucault (2005 [1967]) desenvolve uma reflexão sobre o espaço (ou melhor, sobre os espaços) e, de partida, avalia que a experiência do homem no mundo na era moderna “se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 1).

Ao tratar da intersecção de pontos em rede, Foucault (2005 [1967]) aborda a relação do homem com o espaço, pois, ligando pontos, a experiência humana faz recortes de diferentes espaços, que, ao se relacionarem e se entrecruzarem, formam uma trama própria. Entre outros aspectos sobre o espaço contemplados em sua fala – o que inclui a relação íntima que estabelece com o tempo –, o autor chama atenção para o fato de que os espaços se definem por meio das várias relações que estabelecem com a vida do homem na sociedade, o que lhes confere um caráter heterogêneo. Assim, o autor diferencia dois modos de conceber o espaço: como espaço interno ou como espaço externo.

Compreender o espaço segundo as relações que o definem é, pois, concebê-lo como espaço externo, como espaço “que nos leva para fora de nós mesmos” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 4). Diferente do espaço interno – no qual o espaço é concebido segundo o que os nossos sentidos permitem ver –, o espaço externo é aquele cuja descrição é possível em função das relações que o definem; como exemplo, o autor apresenta a rede de relações que definem ruas e ônibus como espaços de transporte, a rede de relações que definem cafés, cinemas e praias como espaços de relaxe temporário e a rede de relações que definem a casa, o quarto, a cama como espaços fechados ou semifechados.¹

¹ O autor utiliza a palavra “sítio” no interior dos termos *sítios de transporte*, *sítios de relaxe temporário* e *sítios fechados ou semifechados*.

No desenvolvimento da discussão que contempla o espaço como marcado pelas relações que o definem, Foucault (2005 [1967]) dá um passo adiante: centra sua atenção *em* e faz formulações teóricas sobre os espaços que se relacionam com todos os outros espaços, “de forma que neutraliza, secunda, ou inverte a rede de relações por si designadas, espelhadas e refletidas. Espaços que se encadeiam uns nos outros, mas entretanto contradizem todos os outros” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3). Tais espaços são conceituados pelo autor segundo duas categorias: a utopia e a heterotopia.

As utopias são *espaços fundamentalmente irreais* que apresentam relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. Ao se manifestarem, apresentam a sociedade de forma aperfeiçoada ou, ainda, totalmente virada ao contrário (cf. FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3). Por sua vez, as heterotopias, diferentemente das utopias, são *espaços reais*, que existem e se formam na própria fundação da sociedade. Segundo formula Foucault (2005 [1967]), as heterotopias são como contra-lugares, pois são espécies de utopias realizadas nas quais todos os demais lugares de uma dada cultura podem ser encontrados ao serem representados, contestados ou invertidos. Nas palavras do autor, esse tipo de lugar “está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3).

Para o autor, porém, utopia e heterotopia não são espaços que se relacionam como uma dicotomia, pois entre elas pode existir um tipo de união ou mistura, exemplificada pelo autor por meio da figura do espelho e o modo como se dá seu funcionamento. Conforme a análise apresentada por Foucault (2005 [1967]), o espelho é, ao mesmo tempo, utopia e heterotopia.

Da perspectiva do espaço gerado por ele, o espelho é uma utopia, pois, tendo em vista a virtualidade da imagem que gera, é “um lugar sem lugar algum”. “No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde estou ausente” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3).

Porém, da perspectiva do efeito produzido pela imagem conjugada, o espelho é uma heterotopia, pois existe na realidade e “exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo” (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3), considerando que o “eu” ocupa ao mesmo tempo a posição de objeto e de observador.² Como mostra o autor, ao observarmos nossa imagem no espelho, nos damos conta de nossa própria ausência no espaço em que nos encontramos na realidade, uma vez que nos vemos em outro espaço: irreal. A partir do olhar que dirigimos ao nosso reflexo, na imagem formada do lado de lá do espelho, voltamos a nós mesmos e passamos a reconstituir a nossa própria realidade no lugar em que de fato ocupamos. Assim, o espelho funciona como uma heterotopia no momento em que transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que *para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá* (FOUCAULT, 2005 [1967], p. 3-4, grifos nossos).

²Conforme apresentado no livro “Curso de Física”, de autoria de Antônio Máximo Ribeiro da Luz e Beatriz Alvarenga Álvares – Editora Scipione, 2000, 5^a edição, volume 2 – de acordo com os conceitos da óptica geométrica, a imagem virtual gerada pelo espelho comporta-se em relação ao observador como um objeto real.

Dessa formulação, interpreto, com Corrêa (2012), a existência de “um funcionamento da heterotopia por meio do qual ela nos faz ver o lugar que, de fato, ocupamos, ao apontar para um espaço irreal, um ponto virtual que está em outra parte” (CORRÊA, 2012, p. 97). É considerando, pois, esse funcionamento, que Corrêa (2012) propõe uma aproximação entre o conceito de heterotopia e a própria linguagem. Consideremos sua proposta.

Na interpretação de Corrêa (2012) – da qual aqui compartilho – a linguagem é a heterotopia fundante do homem e da sociedade. Vejamos por que. Para tanto, trago excerto do texto por ele escrito:

O espelho “dá” a quem nele se mira a propriedade da reflexividade, analogamente ao que faz a linguagem em relação a si própria, pois, nas suas várias manifestações, ela sempre atualiza a função epilingüística. A *linguagem, cuja propriedade fundamental, é referir (construir um lugar para os sujeitos e para o mundo) e autorreferir-se (regramaticalizar-se pela relação com os sujeitos e com o mundo)* é, nesse sentido, uma heterotopia. Assim como no espelho, a linguagem está, ao mesmo tempo, fora de si, lá onde dá uma existência particular aos sujeitos e ao mundo, lugar a partir do qual se refaz a si própria como espaço que, então, se transforma. Nesse sentido, a linguagem é uma utopia realizada, espaço fundante de todas as sociedades, lugar da experiência do espaço. É a essa experiência fundadora que retornamos quando precisamos materializar visualmente uma ideia ou um espaço. Na ciência como na arte, o recurso ao visível ou ao imaginado é frequentemente buscado como forma de tornar palpável o ainda desconhecido. Na medida em que a “heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis” (p. 10), pode-se afirmar que a linguagem é a heterotopia fundante do homem (é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” – BENVENISTE, 1976, p. 285) e da sociedade (o sentido nasce no intervalo entre subjetividade e alteridade) (CORRÊA, 2012, p. 97-98, grifos nossos).

Ao comparar a reflexividade do espelho ao funcionamento da linguagem, Corrêa (2012) chama atenção para o fato de que, em cada manifestação linguística, a linguagem se entrega ao uso dos sujeitos nas mais variadas situações de produção verbal sem perder (e, aliás, consolidando) sua integridade como lugar próprio para a construção da referência. Ao ser usada pelos sujeitos – e, assim, estar sujeita a eles – a linguagem atua fora de si, fora de seu eixo organizador sistêmico e simbólico. No entanto, a cada uso, a linguagem volta-se a si mesma para atuar sobre seu eixo organizador, o reorganizando, o ressignificando. É, portanto, por meio do acesso ao ponto que está do lado de fora que a linguagem encontra a si mesma e se refaz enquanto lugar real. *Ao sujeitar-se aos sujeitos*, ela ocupa um espaço no qual se pode ver e rever, conservar e mudar, se atualizar, se refazer.

Desse modo, a propriedade da linguagem de construir a referência, atuando fora de si junto à ação dos homens no mundo, consiste na experiência fundadora de criar espaços para designar outros espaços, dando a eles referência e concretude. A linguagem é, então, heterotopia, pois é o espaço que se relaciona com todos os espaços. Nesse sentido, a linguagem é a heterotopia fundante do homem, pois, por meio da necessidade de tornar simbólico um espaço, o homem o significa no espaço heterogêneo da linguagem e, assim, o concretiza ao lhe dar existência

linguística – já que, sem a experiência fundante da linguagem, esse espaço é desconhecido e inapreensível. Por consequência, considerando que a sociedade é o espaço no qual os homens constroem relações simbólicas pela linguagem, concluímos, com Corrêa (2012), que a linguagem é também a heterotopia fundante da sociedade. A linguagem é o espaço que funda e sustenta a relação entre os homens em uma sociedade, cujos sentidos emergem do intervalo (marcado pelo conflito) entre subjetividade e alteridade – conforme menciona Corrêa (2012).

Tendo discorrido sobre a proposta de Corrêa (2012) de aproximar o conceito de heterotopia da própria linguagem, passo a relatar os desdobramentos dessa aproximação no exercício analítico feito pelo autor. Faço esse relato, uma vez que trilho caminho paralelo para pensar a relação entre prosódia e pontuação, discutida detalhadamente no próximo item. Interessado na relação íntima entre espaço e tempo, Corrêa (2012) faz dois exercícios interpretativos: analisa um texto jornalístico, num primeiro momento, e, em seguida, textos produzidos por pré-universitários em situação de vestibular.

Na análise do texto jornalístico, a atenção do autor se dirige ao modo como se apresenta a mudança qualitativa na relação que o homem estabelece com o espaço e com o tempo a partir da criação do mapa do metrô de Londres por Harry Beck em 1931. Modelo de mapa usado até hoje para orientar os usuários do metrô, conforme apresentado no texto jornalístico, a proposta do inglês foi a de espacializar no mapa os pontos da cidade ligados pelo metrô por meio de linhas retas, tendo em vista que, para a utilização desse meio de transporte, a direção e a relação das estações se tornaram informações mais importantes do que a própria localização geográfica. Na análise, Corrêa (2012) considera, de modo amplo, que todo mapa é uma heterotopia na medida em que, ao situar um território, faz remissão a outros territórios, determina direções e orienta movimentos; insere, assim, o território criado num espaço de relação com outros. No caso particular do metrô de Londres, Corrêa (2012) entende que a heterotopia se marca, na representação do espaço dada pelo mapa do metrô, pelo desejo de racionalizar o espaço urbano por meio do funcionamento do transporte metroviário: racionalização que se mostra na simplificação dos trajetos reais, na redução das distâncias e, também, na conversão de espaço em tempo, “fazendo do mapa o contenedor de uma experiência com o espaço em que está implicada a contenção de tempo-espac” (CORRÊA, 2012, p. 100).

Nos textos de pré-universitários, por sua vez, o conceito de heterotopia orienta o olhar dado pelo autor ao uso de expressões de tempo e lugar. Segundo a análise do autor, esses operadores textuais, que funcionam enquanto “parcelas de tempo e espaço”, são heterotopias na organização do texto, tendo em vista que esses operadores apontam, simultaneamente, para fora do texto e para dentro dele, ou seja, estabelecem relações entre diferentes espaços a fim de construir o espaço textual. Ao apontarem para fora, indicam seu valor semântico no processo de construção dos “objetos do discurso”. Ao apontarem para dentro, expõem a organização formal do texto ao indicarem a relação que um dado operador estabelece com os demais (cf. CORRÊA, 2012, p. 104). Desse modo,

A construção dos objetos de discurso aponta para um exterior não totalmente determinado, já que ele só pode ser ratificado – ou, para fazer uso de uma formulação de Bakhtin (1992), só pode ter acabamento de sentido – em função do outro. Nessa aventura do sentido, esse espaço exterior é sempre, em alguma medida, desconhecido, e tem como correspondente, no espaço do texto (espaço do conhecido, “do real”), a exposição das articulações formais entre os operadores (CORRÊA, 2012, p. 104-105).

Na visão do autor, portanto, a dinâmica heterotópica dos operadores textuais entre externo e interno, ou entre desconhecido e conhecido, ou, ainda, entre irreal e real, tem como efeito a produção dos sentidos no texto escrito na medida em que a construção espaço-temporal arquitetada por eles no interior do texto é significada quando entra em relação com o que está do lado de fora dele: o outro!... e sua constituição histórica.

A PONTUAÇÃO COMO HETEROTÓPIA NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Antes de discorrer sobre a relação entre pontuação e prosódia – principal objetivo do presente artigo – considerando as anotações teóricas apresentadas até aqui, faço breves considerações sobre o modo como tenho concebido o texto escrito, o sujeito escrevente e a produção dos sentidos que emerge da relação entre ambos.

Ancorando-me em Corrêa (2004, 2013), comprehendo a escrita como modo de enunciação, o que significa considerá-la como “um dos modos de atualização da língua ou, ainda, como uma das maneiras de realização discursiva por meio das quais sujeito e sentido ganham forma” (CORRÊA, 2013, p. 290). Nessa concepção, a escrita é dotada do potencial de produzir sentidos ao ser permeada pela constituição histórica do sujeito nas mais variadas práticas de linguagem, sejam elas orais ou escritas.

Desse modo, não restrita à sua função de código de representação do falado, como é comumente considerada em diferentes espaços sociais (inclusive o escolar!), a escrita é, portanto, o lugar onde sujeito e sentido se encontram e, assim, como salienta Corrêa (2013), “não há relação dicotômica possível entre escrita e fala” (CORRÊA, 2013, p. 290), uma vez que toda e qualquer produção linguística do sujeito, seja ela falada ou escrita, trará marcas do seu processo de constituição social e histórica, que não existe fora da linguagem. Ou seja: o sujeito que escreve no momento presente da enunciação escrita é também, simultaneamente, o sujeito que fala em outras enunciações orais; do mesmo modo, o sujeito que fala no momento presente de uma enunciação oral é também um sujeito que escreve em outras enunciações escritas. Assim, sendo o sujeito cindido, heterogêneo por constituição, sua produção linguística, independente de seu modo de manifestação (entenda-se falado ou escrito, para citar apenas dois), será, por consequência, heterogênea. Não escapa dessa trama o fato de que o sentido mobilizado nas diversas produções linguísticas será igualmente heterogêneo e é acessado quando se considera a opacidade da língua e da linguagem e de seus modos de manifestação... nunca constituídos isoladamente.

No que tange à produção dos sentidos, como não poderia ser diferente, ela se constrói pela relação dialógica que o sujeito estabelece com o mundo. Nesse ínterim, os sentidos emergem na medida em que se manifesta a relação eu-outro; relação essa que, por ser constitutiva de toda manifestação de linguagem, inclui, necessariamente, a manifestação de linguagem que se dá *via* escrita. Assim, os usos da escrita são constituídos de relações entre o eu (que escreve) e o outro (que lê, seja ele real ou potencial por meio da projeção de uma imagem de interlocutor); em outras palavras, os usos da escrita são, portanto, assim como os usos da fala, espaços em que emergem intervalos entre a subjetividade e a alteridade.

Esses intervalos podem ser compreendidos por meio de relações entre verbal e extraverbal, partes essenciais do enunciado concreto, conforme conceituação de Voloshinov/Bakhtin (1976 [1926]). Considerando que, nesse quadro teórico, o enunciado concreto é a unidade real

da comunicação discursiva, é pelo enunciado concreto que se manifestam os sentidos. Para tanto, verbal e extraverbal se vinculam por meio da atuação do sujeito do discurso de modo a dar expressividade às palavras ditas e, assim, criar a unidade real: o enunciado concreto. É por esse motivo que, de minha parte, proponho aqui que entendamos os intervalos entre a subjetividade e a alteridade pela ótica da relação entre verbal e extraverbal, uma vez que o extraverbal pode ser considerado como o horizonte espaço-temporal, marcadamente social e histórico, partilhado pelos interlocutores numa dada situação de comunicação, o qual conduz a(s) avaliação(ões) de ambos sobre a situação em que se encontram e sobre a qual enunciam. Resulta dessa posição avaliativa, da qual os sujeitos não escapam, o fato de que “a situação extraverbal se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 1976 [1926], p. 6). Portanto, se, por um lado, o enunciado é forma verbal de língua, ele é igualmente significação extraverbal, definida pela relação dialógica entre pessoa-tempo-espacó. Desse modo, o extraverbal é parte presumida do enunciado concreto, sua faceta não enunciada em palavras, mas necessariamente presente e significativamente fundamental e sob a qual ecoam os dizeres dos outros e a avaliação que o “eu” faz delas.

Antes de passar a tratar dos sinais de pontuação nesse emaranhado teórico e desenvolver a proposta da heterotopia, falta um último aspecto a ser aqui apresentado: o papel da entoação expressiva. Em Voloshinov/Bakhtin (1976 [1926]) e em Bakhtin (2010), a menção à entoação expressiva ocorre para caracterizar o elo que une verbal e extraverbal e, assim, instaura o enunciado concreto. Esse elo – que diz respeito à própria entoação expressiva – é responsável por marcar a posição valorativa do locutor (falante) frente ao seu interlocutor e ao objeto do dizer. Nas palavras de Bakhtin:

Um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto da sua fala é a entoação expressiva que soa nitidamente na execução oral – nós, evidentemente, a assimilamos como fator estilístico e na leitura muda de um discurso escrito. *A entoação expressiva é um traço constitutivo do enunciado. No sistema da língua, isto é, fora do enunciado, ela não existe.* Tanto a palavra quanto a oração enquanto unidades da língua são desprovidas de entoação expressiva. Se uma palavra isolada é pronunciada com entoação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado acabado expresso por uma palavra (não há nenhum fundamento para desdobrá-la em oração) (BAKHTIN, 2010, p. 290, grifos nossos).

Vê-se, portanto, que a entoação, enquanto princípio constitutivo do enunciado concreto, tem a propriedade de atribuir significação ao que é dito por um locutor (falante) em uma situação comunicativa. Assim, ao se realizar, a entoação expressiva dá luz à posição assumida pelo falante: nas palavras de Corrêa (2013), ela permite acessar “a experiência social do falante”. Ao fazê-lo, a entoação dá o tom de acabamento ao enunciado e o coloca em condição de ser replicado por outrem, o reinserindo, consequentemente, na trama dialógica da linguagem. A entoação expressiva como propriedade do enunciado concreto me é cara, uma vez que concentra em si *forma e substância*: forma por ser materializável junto à voz na produção das palavras, orações ou quaisquer outras unidades linguísticas; e substância, pois traz em si e une às unidades linguísticas a complexidade da sociedade e dos valores cristalizados que nela existem à medida que expõe a posição valorativa do locutor. E é somente assim, enquanto forma material e substância imaterial, que a entoação expressiva transforma unidades da língua em enunciados concretos.

Do lado da forma, a materialidade da entoação expressiva pode ser encontrada no conjunto do que se chama de aspectos prosódicos de uma língua, embora essa relação não seja, de forma alguma, correlata.³ Por aspectos prosódicos, costuma-se entender o conjunto de traços responsáveis por caracterizar o ritmo e a melodia das línguas (cf. LADD, 2014; MIRA MATEUS, 2005). Esses traços são, privilegiadamente: a intensidade, da qual resulta o acento; a duração, da qual resulta o ritmo; os tons, cuja combinação resulta nos contornos de entoação. Conforme procurei formular em trabalho anterior (SONCIN, 2014), a entoação expressiva não se trata da entoação em seu sentido estritamente prosódico, mas com ela se relaciona à medida que encontra, nos aspectos prosódicos, um meio material para promover a expressão ou, em outros termos, para dar o tom de acabamento ao enunciado, permitindo, então, acessar a posição assumida pelo falante.

Nessa elaboração que procurei fazer, os aspectos prosódicos são interpretados como eixo regulador de toda e qualquer produção de linguagem, pois assumem a função de organizar as unidades da língua ao mesmo tempo em que as inserem em processos de significação. Minha argumentação é, portanto, aquela de conceber que a prosódia não exerce papel acessório e não tem um fim em si mesmo. Ou seja, não é só forma, não atua apenas no plano formal da língua. Ao contrário, ela atua de modo a significar, a produzir significação. Prosódia é, portanto, o meio material pelo qual nuances de significação se expressam nos usos reais da língua. Obviamente, é possível considerar a prosódia metodologicamente como nível de análise linguística e, portanto, fora do seu uso real nas situações enunciativas. No entanto, não é essa a proposta que assumo neste texto particular. Proponho aqui pensarmos de maneira profunda e complexa no papel de significação que a prosódia desempenha ao mesmo tempo em que organiza as unidades linguísticas. Para Barbosa (2012), a prosódia é responsável por imprimir um “modo de falar” a “o que se fala”. Mas quais modos de falar são esses? De minha parte, considero que esses modos são padrões e formas de língua cristalizados, repetidamente usados pelos sujeitos em situações de comunicação, tornando-os reconhecíveis e previsíveis. Tais formas cristalizadas são resultantes do já dito e evidenciam, assim, diversas posições valorativas já existentes, mas que são, a cada nova situação de uso real da língua, atualizadas, reanalisadas e ressignificadas pelo sujeito falante. Pensemos, por exemplo, em como conseguimos interpretar uma ironia ou uma palavra de ordem. Não é, primeiramente, pela atuação de aspectos prosódicos que se abre o caminho interpretativo?

Assim, a aproximação que faço entre o conceito bakhtiniano de entoação expressiva e aspectos prosódicos tem o objetivo de ressignificar, por um lado, o modo de conceber o papel da prosódia no funcionamento da língua e, por outro, vislumbrar um meio de materializar a entoação expressiva e o seu efeito na produção dos enunciados concretos. Conforme conclui em Soncin (2014, p. 56, grifos do original), “a entoação expressiva, longe de ser a entoação em seu sentido prosódico, é um *trazer junto prosódia e vida*, instaurando a relação entre materialidade linguística e memória por meio da presença do sujeito que a atualiza a cada vez que enuncia”.

A discussão que iniciei sobre o enunciado concreto e que culmina no entendimento sobre como a prosódia pode ser interessante para pensar o papel da entoação expressiva de dar, ao enunciado, um tom de acabamento faz-se relevante para o objetivo deste artigo, uma vez que a pontuação enquanto heterotopia pode ser concebida se considerarmos que ela instaura no texto

³ Essa é uma formulação que procurei desenvolver em termos teóricos em minha tese de doutoramento. Os interessados podem encontrar a discussão com os devidos detalhamentos em Soncin (2014).

um espaço próprio de sinalização (o espaço de atuação dos sinais de pontuação) somente pela relação com outros espaços, por exemplo, o espaço sintático, o espaço gráfico e, certamente, o espaço prosódico. Assim, a pontuação é uma heterotopia, pois é um espaço do texto escrito em que se encontram múltiplos outros espaços. Não é por acaso que Chacon (1998) teoriza a pontuação como multidimensional, salientando que os sinais de pontuação são definidos por diferentes dimensões linguísticas: fônica, sintática, textual e enunciativa. Sob a ótica da heterotopia, comprehendo a proposta do autor como meio de mostrar que a pontuação é o espaço da escrita onde se mostra a alternância de diversos espaços linguísticos.

Como o leitor já deve ter percebido, dentre esses espaços possíveis, desenvolvo a proposta da pontuação como heterotopia por meio da relação que a pontuação estabelece com a prosódia (o espaço prosódico). Não se trata, porém, de eliminar os demais espaços, como poderia ficar subentendido. Trata-se, na verdade, de compreender que a prosódia traz consigo e concentra em si a relação com os demais espaços. Evidências dessa afirmação se encontram, em primeiro lugar, na literatura especializada em prosódia, em cuja leitura se aprende como princípio básico que toda unidade prosódica se define pela relação com a sintaxe (cf. MIRA MATEUS, 2005; SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986); em segundo lugar, nas descrições prosódicas de diferentes línguas (HALLIDAY, 1970; HIRST; DI CRISTO, 1998; D'IMPERIO *et al.*, 2005; LADD, 2014) que apresentam o consenso de que a prosódia desempenha diversas funções: a) funções consideradas linguísticas, que são subdivididas em funções gramaticais⁴ e funções pragmáticas⁵; e b) funções paralinguísticas, responsáveis por sinalizar aspectos emotivos e aspectos indexicais⁶ do falante, e, por fim, em terceiro lugar, no modo como aqui concebo a prosódia, inserida no âmbito da significação no interior das situações de enunciação, uma vez que, nesse viés, a prosódia atua no domínio enunciativo-discursivo, por meio de padrões prosódicos cristalizados que são mobilizados pelos sujeitos e assim significam ao recuperar dizeres e situações enunciativas anteriores para serem atualizadas. Como se pode ver, a prosódia se inter-relaciona com diversas dimensões e, nesse sentido, justifica-se minha proposta de conceber que a pontuação estabelece uma relação heterotópica com a prosódia: pois, nessa relação, a prosódia inclui outras relações com todos os demais espaços que também definem a pontuação.

A relação entre a pontuação e prosódia não é temática nova. Em meus trabalhos, particularmente, tenho defendido que a pontuação funciona como elemento organizador textual por atuar num domínio que chamei de prosódico-enunciativo, uma vez que, ao delimitar unidades do texto escrito – majoritariamente correspondentes a fronteiras prosódicas (cf. SONCIN, 2014; SONCIN; TENANI, 2015), – os sinais de pontuação organizam sentidos ao apontarem para a relação que essas unidades estabelecem com o extraverbal. Eis aí a escrita como enunciado concreto! Nessa concepção teórica, os sentidos são mobilizados pelos sinais de pontuação na escrita tendo em vista o caráter simbólico que eles assumem ao guardarem em si o papel de organização linguística e enunciativo-discursiva da prosódia nos enunciados. Assim, “os sinais de pontuação representam a relação constitutiva entre prosódia e enunciação na escrita” (SONCIN, 2014, p. 62).

⁴São consideradas gramaticais as funções de segmentação do enunciado e de marcação de proeminência, como o foco prosódico.

⁵São consideradas pragmáticas as funções de organização de turnos conversacionais e de indicação de força ilocucionária.

⁶Enquanto aspectos emotivos são aqueles que indicam as emoções e atitudes do falante frente ao que é dito, os aspectos indexicais são aqueles que permitem identificar um falante ou uma categoria de falantes. Essa última é a perspectiva desenvolvida pela Fonoestilística.

Considerando a função de organização textual dos sinais de pontuação na escrita, a pontuação, de modo similar ao funcionamento das expressões de tempo e espaço analisadas por Corrêa (2012), aponta, simultaneamente, para fora do texto e para dentro dele. No movimento para fora do texto, a pontuação indica o espaço no qual se circunscrevem os sentidos mobilizados (em alguma medida, sempre imponderáveis). No movimento para dentro do texto, a pontuação manifesta seu caráter de organizador formal, tanto na delimitação de unidades linguísticas quanto na segmentação do espaço gráfico no qual se constrói a unidade textual, na medida em que, ao delimitar uma unidade e segmentar uma porção gráfica, as insere na relação com as demais unidades e porções que compõem a unidade textual (unidade de caráter imaginário frente à dispersão discursiva). Nesses dois movimentos, interpreto que a pontuação recupera e atualiza o componente prosódico da língua, estabelecendo com ele uma relação de natureza heterotópica.

No primeiro movimento – em direção ao exterior do texto, ao extraverbal –, a pontuação reconstrói aspectos prosódicos de modo a situar a expressividade desses aspectos na cena enunciativa pela atuação do sujeito, que tenta produzir significação ao trazer ao seu dizer outros dizeres já existentes. Nesse movimento, os aspectos prosódicos que a pontuação marca na escrita são responsáveis por produzir significação à medida que evidenciam o dizer do sujeito, ou melhor, o seu modo de dizer, ao recuperar modos de dizer anteriores, cristalizados em outras práticas de linguagem, especialmente em práticas de oralidade.⁷

No segundo movimento – que se volta para o próprio texto –, a pontuação marca na escrita a atuação da prosódia no eixo da organização formal das unidades colocadas lado a lado no espaço textual. Delimita, assim, em que medida essas unidades estão unidas ou separadas e de que modo se relacionam, ou seja, até que ponto essas unidades delimitadas atuam *sobre* e *com* as demais. Nesse movimento, a pontuação circunscreve no texto escrito um espaço real, um espaço concreto para o espaço que se manifesta fora do texto: o espaço prosódico.

Considerando a dinâmica da pontuação realizada no entremeio entre esses dois movimentos na construção textual, é possível dizer que a pontuação está fora de si e é reconhecida quando se considera o “ao redor”, aquilo que está para além de seus limites no texto e que, ao mesmo tempo e contraditoriamente, trata-se do que ela aponta de fato. No meu entender aqui desenvolvido, a pontuação é o espaço fundante no texto para a representação prosódica, já que o espaço criado pela pontuação reconstrói outro espaço – aquele do prosódico. Nessa reconstrução, que se mostra do lado de lá do texto, consegue-se perceber o lugar ocupado pela prosódia no espaço do uso real da língua: o de significar! Considerando a analogia do espelho, feita por Foucault (2005 [1967]), para pensar o papel da pontuação na construção do texto, o lado de lá, lado do irreal, é o lado da atuação da prosódia, a partir do qual a pontuação se reconhece do lado de cá, construído na superfície textual como espaço real.

Nesse sentido, proponho aqui que pensemos a relação entre pontuação e prosódia, tão polemizada em diversos estudos, como uma relação da ordem da heterotopia. Não se trata de identidade, não se trata de correlação, não se trata de exclusão, não se trata de interferência, mas se trata, do ponto de vista que assumo, de construção de espaços que se relacionam heterotopicamente entre si, pois a pontuação enquanto espaço real chama para si a prosódia e o

⁷A esse respeito, lembremos que o sujeito é atravessado por práticas de oralidade e de letramento, assim, sua produção de linguagem é heterogênea, dotada de aspectos de um e de outro modo de manifestação linguística: o falado e o escrito.

que ela traz consigo, reunindo diferentes espaços num só. Desse modo, retomo as palavras de Corrêa (2012) aqui já elucidadas:

Na ciência como na arte, o recurso ao visível ou ao imaginado é frequentemente buscado como forma de tornar palpável o ainda desconhecido. Na medida em que a “heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis (p. 10), pode-se afirmar que a linguagem é a heterotopia fundante do homem [...] e da sociedade [...] (CORRÊA, 2012, p. 97-98, grifos nossos).

Com essa retomada das palavras do autor, busco argumentar que a pontuação seria o espaço real buscado na escrita para tornar palpável o espaço da prosódia, espaço pouco concreto e, em alguma medida, não transparente e menos conhecido, embora usado constantemente pelos sujeitos. Assim, a pontuação enquanto heterotopia sobrepõe outros espaços, mesmo que, aparentemente, esses pareçam incompatíveis. Baseando-me, portanto, na formulação de Corrêa (2012) que trata da linguagem como heterotopia, conceituo aqui que a dinâmica heterotópica da linguagem se manifesta também no papel que a pontuação exerce no texto escrito, atravessada pela prosódia... entendida enquanto forma e substância, ou seja, em seu funcionamento linguístico-discursivo.

O CASO DE UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

A seguir, procuro explorar como a relação heterotópica entre pontuação e prosódia pode ser observada em campanha publicitária que teve como mote o emprego da vírgula. Trata-se da campanha em comemoração aos 100 anos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), veiculada em 2008, ano em que a associação completou seu centenário. Fez parte da campanha o anúncio publicitário, intitulado “A vírgula”, apresentado em formato impresso e em formato audiovisual. O anúncio publicitário impresso pode ser visualizado na imagem abaixo. O vídeo é de domínio público e pode ser acessado por meio do *link*: <http://www.youtube.com/watch?v=uWKpx5Ls1zg> (último acesso em: 12 jul. 2020).

Imagen 1: Anúncio publicitário impresso da campanha de 100 anos da ABI



Transcrição do anúncio

A vírgula

A vírgula pode ser uma pausa. Ou não.

Não, espere.

Não espere.

A vírgula pode criar heróis.

Isso só, ele resolve.

Isso, só ele resolve.

Ela pode forçar o que você não quer.

Aceito, obrigado.

Aceito obrigado.

Pode acusar a pessoa errada.

Esse, juiz, é corrupto.

Esse juiz é corrupto

A vírgula pode mudar uma opinião.

Não quero ler.

Não, quero ler.

Uma vírgula muda tudo.

ABI: 100 anos lutando para

que ninguém mude nem uma

vírgula da sua informação.

Fonte: Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <https://diarioh8.wordpress.com/2010/12/04/a-virgula-abi/> https://diarioh8.wordpress.com/2010/12/04/a-virgula-abi/Acesso em: 13 jul. 2020.

O anúncio publicitário é construído por meio da comparação de sentenças que se distinguem, do ponto de vista da organização textual, pelo emprego da vírgula; no entanto, considerando as sentenças contrastadas do ponto de vista da estrutura linguística, cada possibilidade de pontuação apresentada equivale a uma organização prosódica, que, por sua vez, identifica uma organização sintática particular. Assim, as sentenças comparadas são distintas em sua estruturação prosódica ao mesmo tempo em que se diferenciam na estrutura sintática. Dessa distinções, resultam diferentes possibilidades de interpretação semântica, fato que é explorado na propaganda a fim de mostrar o papel da vírgula de poder alterar os sentidos.

A fim de exemplificar a correlação feita entre unidades delimitadas pela vírgula e unidades delimitadas pela prosódia, tomemos como exemplo as sentenças *Não, espere* e *Não espere*. Enquanto a primeira pode ser representada prosodicamente como duas partes – [não] [espere] –, onde, para cada espaço delimitado pelos colchetes, projeta-se a realização de um contorno entoacional, totalizando, portanto, dois contornos distintos; a segunda é representada como uma única unidade – [não espere] – sendo projetado um único contorno. Dito isso, consideremos que, se sobrepuermos a representação gráfica à representação prosódica dessas sentenças, concluímos que: em uma estrutura, a delimitação feita pela presença da vírgula marca um limite prosódico entre duas unidades (representado pelos colchetes) e, por oposição, na outra estrutura, a ausência da vírgula marca a ausência de limite entre as unidades que estão em contiguidade. Em outros termos, podemos dizer que, na primeira estrutura, a vírgula marca a descontinuidade de relação entre *não* e *espere*, enquanto, na segunda estrutura, o espaço em branco (a ausência da vírgula, portanto) marca a relação de continuidade entre os mesmos elementos no eixo sintagmático. Tais continuidade e descontinuidade prosódicas refletem, noutro plano, as continuidades e descontinuidades no nível sintático.

Desse modo, o papel desempenhado pela pontuação nas sentenças usadas pela propaganda não é outro a não ser aquele de apontar para o que ocorre prosodicamente nessas sentenças, especialmente porque nada se altera na cadeia segmental, ou seja, nada se altera na sequência de palavras: trata-se do mesmo, mas com estruturas diferentes. Assim, cabe à prosódia o papel de sinalizar como interpretar sintáticamente e semanticamente essas estruturas.

O papel da prosódia é evidenciado no formato audiovisual do anúncio, uma vez que cada sentença é apresentada na tela visualmente em formato escrito, com sua devida pontuação, ao mesmo tempo em que se ouve uma produção sonora para tal sentença. Desse modo, no vídeo, a simultaneidade de apresentação da forma gráfica e da forma sonora orienta a conclusão de que, para cada uso da vírgula, corresponde uma configuração prosódica diferente e, por consequência, uma possibilidade de interpretação semântica distinta, evidenciando a relação entre o que se escreve (por meio da manifestação gráfica da pontuação), o que se ouve (em termos de configuração prosódica) e o que se pode interpretar (em termos de significação). Com isso, o anúncio explora o jogo de possibilidades interpretativas que podem ser sinalizadas no texto escrito pelo espaço criado pela pontuação, mas que, na verdade, se estabelecem fora dela, em outro(s) lugar(es): no espaço prosódico e o que mais ele mobiliza, o que inclui a sintaxe.

Tratando o anúncio publicitário como enunciado concreto, sua faceta verbal, organizada pela comparação de sentenças conforme procurei descrever anteriormente, produz sentido na medida em que se une à sua faceta extraverbal. A repetição de sentenças que se diferenciam pelo uso da pontuação é usada como meio de argumentar favoravelmente à importância da Imprensa na sociedade civil por se tratar de instituição que valoriza o ofício de divulgar informações com transparência e racionalidade e, por isso, tem apreço ao modo como tais informações são apresentadas à população. Assim, no anúncio, enfatiza-se o valor de preciosidade que a Associação Brasileira de Imprensa atribui à escrita, uma vez que a instituição reconhece que cada marca gráfica, por menor que seja, como é o caso da vírgula, tem valor preponderante para a construção de um texto e, consequentemente, para a(s) informação(ões) que esses textos disseminam, podendo, assim: “criar heróis”, “mudar uma opinião”, “acusar a pessoa errada”... “mudar tudo”. É por meio dessa argumentação que a propaganda atende ao que se propôs: defender o importante papel da Imprensa na sociedade e, assim, justificar e comemorar a existência da Associação Brasileira de Imprensa ao longo de um século, a qual atua na luta para que “ninguém mude nem uma vírgula da sua informação”, ou seja, para que nenhum sentido seja alterado, obscurecido, apagado. A responsabilidade atribuída no anúncio à Associação Brasileira de Imprensa de lutar pela transparência e suposta imparcialidade das informações veiculadas pela Imprensa Brasileira ganha peso e relevância se considerarmos que tal associação atua em um país que sofreu graves golpes à liberdade de expressão e à liberdade de Imprensa ao longo do período de ditadura militar, durante o qual os documentos jornalísticos, cuja circulação era autorizada, podiam ser deliberadamente alterados por órgãos de Estado para fins de manutenção do poder por meio de estratégias de manipulação social. Cabe ainda dizer que os sentidos produzidos por esse anúncio publicitário se renovam se considerarmos os dias atuais em que vivemos,⁸ quando a democracia brasileira volta a sofrer episódios de ataque e

⁸ Refiro-me especificamente aos anos de governo do presidente Jair Bolsonaro, conhecido por seus ataques diretos a jornalistas durante entrevistas e a órgãos de imprensa que apresentem críticas às suas ações governamentais e ao seu comportamento, bastante questionável (diga-se de passagem), enquanto presidente da República. Vale mencionar ainda as recorrentes e ameaçadoras falas do então presidente que colocam em cheque evidências científicas e fatos históricos, que foram e são divulgados por órgãos de imprensa e/ou por outros veículos que divulgam informações desse tipo, de valor imensurável à população brasileira por permitir acesso a dados verídicos sobre a(s) realidade(s) do Brasil.

quando muitos órgãos de imprensa passam a ter sua liberdade afunilada e veracidade de suas informações questionadas por meio, por um lado, de ameaças veladas e, por outro, por meio da rápida disseminação de notícias fantasmas com conteúdos falsos que chegam à população como verdades e que dificultam a avaliação do que é confiável ou não.

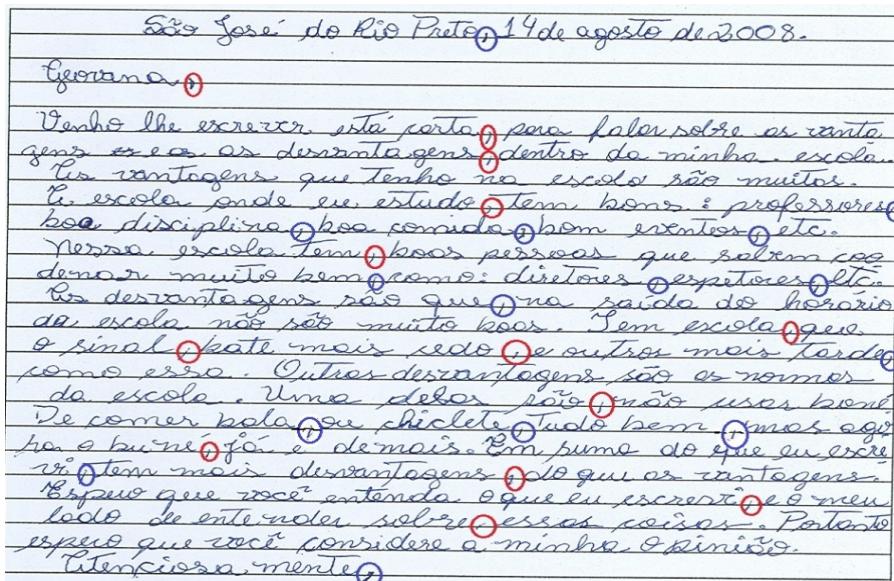
Vejamos: o modo como interpretamos esse anúncio publicitário é resultado do elo entre verbal e extraverbal, sendo que a parte verbal é marcada pela relação entre pontuação e prosódia, relação essa de natureza heterotópica, já que o espaço criado pela pontuação no anúncio permite a recuperação de outros espaços que atuam fora do texto e que encontram, na prosódia, a abertura para os caminhos interpretativos cuja referência é buscada no extraverbal.

O CASO DE TEXTOS ESCOLARES

Para finalizar a proposta que desenvolvo neste texto, procuro neste item exemplificar a relação heterotópica entre pontuação e prosódia com a análise de um texto escolar. Trata-se de texto extraído do Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, disponível *online*,⁹ formado por textos escritos por alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de São José do Rio Preto, no noroeste paulista.

O texto particular que analiso foi redigido, em 2008, por aluno de 8^a série (atual 9^º ano), a partir de proposta de produção textual que solicitava a escrita de uma carta sobre as vantagens e desvantagens da escola onde estudava, endereçada à pesquisadora que aplicou a proposta durante oficina de produção textual. Consideremos o texto.

Imagen 2: Texto escolar produzido por aluno de 8^º série do Ensino Fundamental



Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II

⁹TENANI, Luciani. Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II. Disponível em: <http://www.convenios.grupogbd.com/redacoes/Login>. Acesso em: 4 jul. 2016.

No texto, o aluno atende ao solicitado na proposta e escreve uma carta à pesquisadora a fim de avaliar sua escola, apontando quais suas vantagens e desvantagens. A carta é desenvolvida pelo sujeito escrevente a partir da projeção de uma imagem de interlocutor – no caso a pesquisadora em questão – como alguém conhecido e com quem estabelece uma relação que se baseia mais em certa proximidade do que em distanciamento. A projeção de uma relação de proximidade entre ambos se mostra pelo uso do primeiro nome do interlocutor não acompanhado de pronome de tratamento no início da carta e, ainda, pela referência que se faz ao interlocutor com a forma *você* em: “espero que você entenda o que eu escrevi [...]” e “espero que você considere *minha opinião*”.¹⁰

Considerado o tipo de relação estabelecida com o interlocutor, o texto apresenta traços de um relato a um interlocutor conhecido – embora o mais previsível seria projetar um interlocutor distante, pouco conhecido, externo à instituição escolar e com quem se estabeleceria uma relação de formalidade, tendo em vista que a proposta o apresenta enquanto pesquisador. Dentre esses traços, está a impressão de um tom prosaico e cadenciado ao texto, como se o escrevente relatasse, por meio de vários contornos entoacionais suspensivos, as partes que compõem as vantagens e as desvantagens da escola. Esse tom é particularmente marcado pelos vários usos de vírgula ao longo do texto, inclusive por vírgulas não esperadas do ponto de vista da convenção gramatical (é o caso dos usos de vírgula assinalados em vermelho no texto apresentado na Imagem 2), uma vez que, majoritariamente, a posição em que as vírgulas foram empregadas correspondem a fronteiras de frases entoacionais (constituente prosódico definido, entre outros aspectos, por um contorno entoacional).¹¹ Vale observar ainda que, no texto, o conjunto das vírgulas empregadas parece delimitar unidades de tamanhos similares, como se fossem partes simétricas. Não por acaso, vale igualmente considerar uma tendência das línguas de segmentar frases entoacionais que tenham tamanhos relativamente próximos (cf. NESPOR; VOGEL, 1986). Assim, as vírgulas podem ser interpretadas como marcas que registram, na escrita, a organização linguística que se dá no plano prosódico, evidenciando-se, assim, por meio desse exemplo, que a pontuação é um espaço próprio da escrita cuja constituição é atravessada por outros espaços, que estão do lado de fora.

O trecho a seguir é um exemplo do tom cadenciado atribuído ao relato sobre a escola por meio da segmentação de unidades internas ao texto, realizada pelo uso de vírgulas:

- (1) “Tem escola, que o sinal, bate mais cedo, e outros mais tarde, como essa”.

A análise do texto apresentada até aqui considerou o movimento em que a pontuação se volta para o interior do texto, ou seja, para a sua atuação no eixo da organização formal das unidades. No entanto, é preciso considerar a atuação da pontuação no movimento para o exterior do texto, movimento que, ao buscar referência no extraverbal, produz sentidos. Para tratar dele, chamo atenção para as desvantagens da escola apresentadas pelo sujeito.

¹⁰ Apesar dessa proximidade, o sujeito atende a protocolos formais do gênero ao utilizar local e data, ao iniciar o texto com a expressão genérica *venho por meio desta* e finalizá-lo com o uso do modalizador *atenciosamente*. O uso dessas formas evidencia a inserção do sujeito por práticas de letramento.

¹¹ Para uma definição detalhada e maior aprofundamento sobre esse constituinte prosódico, bem como sobre a relação entre emprego de vírgula e fronteira prosódica, conferir Soncin (2014) e Soncin e Tenani (2015).

Todas as desvantagens elencadas dizem respeito a normas que regulamentam como deve ocorrer o comportamento e a convivência social no interior do ambiente escolar: é o caso do horário de saída dos alunos, considerado tardio, bem como da proibição de mastigar bala ou chiclete em sala de aula e, ainda, de usar boné nesse mesmo ambiente. Vê-se, pois, que, na consideração do escrevente, aquilo que, segundo seu ponto de vista, afeta sua liberdade no espaço escolar é considerado desvantagem: seja a liberdade de sair em horário mais conveniente, seja a de usar boné ou ainda a de consumir bala ou chiclete. Dentre essas interdições, uma em particular causa inconformismo ao sujeito, muito provavelmente, por considerá-la medida demasiado conservadora, já que afeta a liberdade de expressar uma imagem de si por meio do uso de um acessório de vestimenta: trata-se da interdição do uso do boné.

A incompreensão do sujeito e sua discordância em relação à posição da instituição escolar de proibir o uso do boné é interpretada no texto quando se afirma “De comer bala, ou chiclete, tudo bem, mas agora o buné, já é demais”. Nesse trecho, vê-se que uma vírgula foi empregada após *boné*. Numa interpretação possível, tal vírgula marca a projeção de um acento tonal que, em termos prosódicos, caracterizaria a ênfase dada ao termo *boné*. Tentemos nós recuperar em nossa memória, considerando nosso trânsito por práticas de oralidade, com que entoação o referido trecho seria produzido vocalmente. Tal ênfase denuncia a expressividade do sujeito escrevente ao revelar sua avaliação negativa, já que, segundo seu ponto de vista, a proibição do boné é um exagero. Sua avaliação é de tal modo negativa que direciona sua conclusão avaliativa: a escola tem mais desvantagens do que vantagens, embora, no desenvolvimento do texto, tenha sido apresentado, quantitativamente, mais vantagens do que desvantagens.

Consideremos que, para tal interpretação, o emprego de vírgulas, particularmente a vírgula empregada após *boné*, exerce papel central na organização textual, uma vez que evidencia os sentidos mobilizados pelo sujeito escrevente na enunciação escrita, tornando-os acessíveis ao leitor. No entanto, consideremos que o sentido só é completado quando o leitor acessa a posição valorativa do sujeito, que, nesse caso particular, é marcada privilegiadamente pela entoação com que se pronuncia “mas o boné, já é demais”, com acento enfático em *boné*. Como conclusão, o leitor poderá entender: o sujeito escrevente, embora reconheça os valores positivos de sua escola, se distancia da posição conservadora que essa instituição mantém e se filia àqueles que defendem a escola como espaço mais relacionado à diversidade, representada pela liberdade de, por exemplo, usar um boné, do que à uniformidade.

Por meio dessa análise, procurei exemplificar como a pontuação marca na escrita aspectos prosódicos que, para além do papel formal, são responsáveis por produzir sentido ao evidenciarem a subjetividade e a historicidade do sujeito. Com ela, busquei ilustrar a proposta teórica que desenvolvi neste texto: a pontuação é uma heterotopia, uma vez que o espaço criado pela pontuação no texto escrito remonta necessariamente ao espaço em que se circunscreve, em outro plano, a prosódia e seu funcionamento linguístico-discursivo. A relação entre pontuação e prosódia, portanto, é uma relação heterotópica, segundo a compreensão de que a pontuação é um espaço definido pelo entrecruzamento com o espaço prosódico. Ou seja, é somente a partir do reconhecimento de que a pontuação está fora de si, por se identificar em meio ao espaço prosódico, que se torna possível reconstituir e conceber a realidade da pontuação manifestada na materialidade gráfica da escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa pela sugestão de desenvolver a proposta apresentada neste texto. Salvo a ideia inicial, o desenvolvimento teórico, as aproximações e as análises realizadas são todos de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANIS, J. **L'écriture**: Théories et descriptions. Bruxelles: De Boeck Université, 1988.
- BARBOSA, P. Conhecendo melhor a prosódia: aspectos teóricos e metodológicos daquilo que molda nossa enunciação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-27, 2012.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CHACON, L. **Ritmo da escrita**: uma organização do heterogêneo da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHAFFE, W. **Punctuation and the Prosody of Written Language**. Berkeley: Center for the Study of Writing, 1987.
- CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CORRÊA, M. L. G. Espaço e espacialidade na produção escrita escolar: a reflexão linguístico-discursiva no ensino da escrita. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 16, n. 30, p. 91-113, 2012.
- CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis)curso**, Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 481-513, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ld/v13n3/03.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- D'IMPERIO, M.; *et al.* Intonational Phrasing in Romance: the Role of Prosodic and Syntactic Structure. In: FROTA, S.; VIGÁRIO, M.; FREITAS, M. J. (Ed.). **Prosodies**: with Special Reference to Iberian Languages. Phonetics & Phonology Series. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 59-97, 2005.
- FOUCAULT, M. De outros espaços. In: Conferência proferida no CERCLE D'ÉTUDES ARCHITECTURALES, 1967. Tradução de Pedro Moura. **Diacritics**, n. 16, v. 1, 1986, publicada em 2005. Disponível em: http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html. Acesso em: 10 jul. 2020.
- HALLIDAY, M. A. K. **A Course in Spoken English**: Intonation. Oxford: Oxford University Press, 1970.
- HIRST, D.; DI CRISTO, A. (Ed.). **Intonation Systems**: a Survey for Twenty Languages. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- LADD, R. Defining Prosody. In: **Simultaneous Structure in Phonology**. Oxford: Oxford University Press, p. 57-84, 2014.

- MIRAMATEUS, M. H. Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos. *Palavras/Revista da Associação de Professores de Português*, n. 28, p. 79-98, 2005.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- SELKIRK, E. **Phonology and Syntax: the Relation between Sound and Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SONCIN, G. C. N. As vírgulas não-convencionais em textos dissertativos produzidos em ambiente escolar: indícios de organização prosódica, evidência dos imaginários sobre a escrita. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 2, p. 389-402, 2012.
- SONCIN, G. C. N. Divisão enunciativa do/no sujeito: evidências a partir da observação dos usos não-convencionais da vírgula. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 101-126, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v15i1p101-126>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/76196/79939>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- SONCIN, G. C. N. **Língua, discurso e prosódia**: estudar o uso da vírgula é restrito? Vírgula!. 2014. 310f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110527>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- SONCIN, G. C. N.; TENANI, L. E. Emprego de vírgula e prosódia do Português Brasileiro: aspectos teórico-analíticos e implicações didáticas. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 473-493, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p473-493>.
- SONCIN, G. C. N.; TENANI, L. E Emplois de la virgule en Portugais: une réflexion à partir de textes d'écrivains brésiliens. *LINX – Revue de Linguistes de l'Université Paris-Ouest Nanterre La Défense*, Nanterre/França, v. 75, n. 2, p. 179-198, 2017a. Disponível em : <https://journals.openedition.org/linx/1938>. Acesso em: 23 out. 2020.
- SONCIN, G. C. N.; TENANI, L. E. Evidences of the role of prosody in argumentative writing: comma uses in texts written by Brazilian students aged 11-14. *Journal Writing & Pedagogy*, Equinox Publishing Sheffield/United Kingdom, v. 9, n. 1, p. 77-101, 2017b.
- TENANI, L. E.; SONCIN, G. C. N. O emprego de vírgulas: evidências de relações entre enunciados falados e escritos. In: MARÇALO, M. J. et al. (Ed.). **Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, p. 44-65, 2009.
- VOLOSHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. New York: Academic Press, 1976 [1926].

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: out. 2020.

ASPECTOS PROSÓDICOS NA LEITURA ORAL

PROSODIC ASPECTS IN ORAL READING

Nair Daiane de Souza Sauaia Vansiler*

UFPA

Resumo: Os Marcadores Prosódicos da Escrita (CAGLIARI, 1989, 2002a, 2002b) são traços que carregam informações prosódicas a partir de recursos gráficos que dão ao leitor possibilidades de traduzir na leitura oral os elementos prosódicos existentes na fala. A oralidade do texto pode ser reconstituída com a tradução da escrita e as marcações textuais, dessa forma os muitos recursos existentes na escrita, como, por exemplo, os sinais de pontuação, precisam ser expressos na leitura em voz alta por meio das características inerentes à fala; essa recuperação deve ser realizada pelo leitor a fim de engendrar o texto escrito o mais próximo da língua oral. Objetiva-se, neste trabalho, apresentar alguns elementos prosódicos da escrita e suas possíveis expressões na leitura oral, em especial no âmbito da educação básica no Brasil, problematizando a fluência leitora e os conhecimentos linguísticos desses agentes.

Palavras-Chave: Processamento. Leitura oral. Prosódia. Educação básica.

Abstract: The Prosodic Markers of Writing (CAGLIARI, 1989, 2002a, 2002b) are traits that carry prosodic information from graphic resources that give the reader the possibility of translating in his/her oral reading the prosodic elements existing in speech. The orality of the text can be reconstituted with the translation of the writing and the textual markings, thus the many existing resources in writing, such as punctuation marks, need to be expressed in the reading aloud through the characteristics inherent to speech, this recovery should be carried out by the reader in order to engender the written text closest to the oral language. The aim of this work is to present some prosodic elements of writing and their possible expressions in oral reading, especially in the context of basic education in Brazil, problematizing the reading fluency and linguistic knowledge of these agents.

Keywords: Processing. Oral Reading. Prosody. Basic education.

INTRODUÇÃO

O termo *prosódia* foi amplamente usado na área da metrificação de músicas e poesias, já designou uma “canção cantada com música instrumental” e posteriormente foi estudado como “ciência da versificação” e as “leis do metro”, governando a modulação da voz humana na leitura de poesia em voz alta (NOOTEBOOM, 1997). Na fonética moderna, segundo o autor, a palavra *prosódia* é mais frequentemente usada para se referir às então chamadas *propriedades suprasegmentais*, como, por exemplo, o movimento para cima e para baixo do tom na fala.

Assim como na fala, na leitura, em especial a oral, as propriedades prosódicas não são usadas de forma indeterminada pelo leitor, como, por exemplo, o agrupamento das palavras do

* Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nairsauaia@gmail.com.

texto e a variação do tom, altura e volume na voz. Essas propriedades estão diretamente ligadas à compreensão do texto e à fluência do leitor (Santos; Pacheco; Oliveira, 2019; VANSILER, 2015).

Neste trabalho, a discussão central dá-se em conhecer os elementos prosódicos da escrita e, baseado em duas pesquisas realizadas em escolas da educação básica no Brasil, relacionar a fluência leitora e os conhecimentos linguísticos. Por fim, apresentar como a prosódia de leitura pode ser aperfeiçoada com atividades para a sala de aula.

CONCEITUANDO PROSÓDIA

As propriedades da fala que não podem ser derivadas da sequência segmental de fonemas subjacentes a enunciados humanos são reconhecidas como suprassegmentos da fala (Nooteboom, 1997). Como exemplo dessas propriedades, podemos citar a modulação do tom de voz, o alongamento e o encolhimento das durações de sílabas.

Essa discussão ganha fôlego quando nos deparamos com as considerações de Câmara Jr. (1980), para o qual a variação fônica dos fonemas que constituem uma frase é afetada pelos caracteres, como a duração, a intensidade e a altura. Segundo o autor, isso ocorre devido a esses três aspectos serem considerados “como um fonema que superpõe a outro, em vez de a ele se seguir como novo segmento da série fônica; ou, em outros termos, um FONEMA SUPRA-SEGMENTAL ou PROSODEMA” (Câmara Jr., 1980, p. 67, grifo do autor).

Ainda nessa perspectiva, Massini-Cagliari e Cagliari (2001) consideram a prosódia como traço suprassegmental, por representar propriedades tais como duração segmental, nasalização, articulações secundárias, entre outras. Segundo os autores, a definição de *suprassegmentos* passa pela compreensão da segmentação da fala, em que as vogais e as consoantes são denominadas como *segmentos*, e as unidades compreendidas por sílabas, moras silábicas, pé, grupo tonal, tons entoacionais, a tessitura e o tempo, são considerados *traços suprassegmentais*, chamados de *prosódia*.

Segundo Halliday (1970), a fonologia se divide em duas regiões: articulação e prosódia. As características articulatórias estão associadas a segmentos menores, tipicamente fonemas (vogais e consoantes). As características prosódicas estão associadas a segmentos maiores, são características de entonação e ritmo. Para o autor, ambas são compreendidas a partir dos estudos da sílaba. Como princípio geral, a articulação é convencional, ou seja, não há relação sistemática entre som e significado, por sua vez, a prosódia é natural, e por isso está relacionada sistematicamente ao significado, como um dos recursos para carregar contrastes em gramática.

Quando nos reportamos à língua falada, temos que o discurso pode ser realizado a partir dos elementos prosódicos, de forma a destacar certos valores dos enunciados em relação a outros, como exemplifica Cagliari (1992), no caso de uma pergunta, o falante usará de um tom específico interrogativo, e o interlocutor fará uso dessas informações tonais para então perceber que se trata de uma pergunta, tendo, ao final, a intenção de respondê-la.

Quanto à hierarquia que constitui a linguagem falada, Halliday (1970) considera que foi gradualmente modelada à medida que os sistemas de escrita evoluíram, desenvolvendo assim uma escala de classificação própria. Como exemplo, o autor apresenta, na escrita inglesa moderna, a escala de classificação gráfica de quatro graus, a saber: i) frase; ii) sub-sentença; iii) a frase e iv) a letra. Mais especificamente: a frase, começando com uma letra maiúscula e

terminando com uma pontuação; a sub-sentença, que ocorre com algum ponto intermediário limitado à sentença, normalmente por sinais de pontuação (dois-pontos, ponto-e-vírgula, vírgula ou ainda um traço); a palavra, limitada por espaços, e a letra.

Ainda segundo o autor, a evolução dos sistemas de escrita, concomitante aos domínios na prática desses sistemas, ainda que nos primeiros passos na escrita por uma criança, é capaz de assumir vida própria. Isso implica dizer que os sistemas de escrita atingem diretamente a relação da linguagem em vez de não ascender à relação por meio do som; tendo reforço pela relação de complementaridade funcional entre a fala e a escrita.

Neste estudo, são de interesse as características prosódicas a que se refere Halliday (1970), em especial os aspectos relacionados intrinsecamente ao significado na leitura oral.

RECURSOS PROSÓDICOS DA ESCRITA

Cagliari (2002a) considera que, no texto escrito, é possível usar-se de recursos gráficos para representar a prosódia e as atitudes dos falantes. O leitor, segundo o autor, é guiado pelos sinais de pontuação, por exemplo, para usar as variações entoacionais e melódicas da passagem textual. Esses recursos gráficos podem ser uma formatação do texto, uma escolha lexical e/ou mesmo o uso de pontuação.

Além dos recursos gráficos, a escrita possui outros dois tipos de marcas para indicar variações prosódicas, são elas: 1) referências a atitudes e ao modo de dizer, que se dão basicamente por meio de advérbios, como *nervosamente*, *com medo*, *rispidamente*, ou pelos verbos, a exemplo de *gritou*, *murmurou*; e 2) sinais de pontuação: ponto-final, interrogação, exclamação, dentre outros. A esses recursos gráficos e aos demais, Pacheco (2006) dá o nome de Marcadores Prosódicos da Escrita (MPE) e os divide em Marcadores Prosódicos Lexicais e Marcadores prosódicos Gráficos. O primeiro é constituído por verbos, adjetivos e outras palavras que indiquem a forma, como, por exemplo, um personagem age em uma fala, já o segundo é constituído por todos os sinais de pontuação.

Ainda para Pacheco (2003, 2006), as características prosódicas da fala não se refletem diretamente na ortografia, nem nas transcrições fonéticas segmentais convencionais, tampouco são usadas de forma aleatória na fala, uma vez que fornecem à fala propriedades melódicas reconhecíveis.

Esses recursos prosódicos da fala são representados na escrita por meio de diversos recursos próprios a ela. Segundo Cagliari (2002b), há muitas maneiras de a escrita representar os elementos prosódicos. Algumas indicações são apresentadas a seguir:

- a. Uso de segmentações para indicar grupos tonais (vírgulas, pontos, fim de linha, etc.);
- b. Letras diferenciadas (maiúsculas, itálico, etc.) para indicar destaque;
- c. Mudanças de turnos dialógicos, com sobreposição ou não de falas, truncamentos, etc;
- d. Sinais de pontuação indicando padrões entoacionais, como ponto de interrogação, etc;
- e. Uso de expressões que definem o modo de falar ou dizer, como: disse, rosnou, tagare lou, murmurou, sussurrou, acrescentou, respondeu, repetiu, gritou, etc;
- f. Comentários do autor sobre como algo foi dito: disse baixinho, disse sorrindo, disse magoado, ergueu a voz, falou devagarzinho, entre outros (CAGLIARI, 2002b, p. 2).

Já do ponto de vista da análise fonética, há um conjunto de elementos prosódicos (Crystal, 1969; Cagliari, 1992; Massini-Cagliari; Cagliari, 2001 que costumam vir associados às atitudes do falante e a outros fenômenos semânticos e sintáticos, cujos traços na escrita aparecem através dos marcadores indicados.

Esses elementos prosódicos são dos seguintes tipos e natureza:

- a. Acento (pouco provável, a não ser se houver deslocamento do foco semântico da frase);
- b. Ritmo (tipos de ritmo, variações);
- c. Velocidade de fala ou tempo (incluindo encadeamento, pausas);
- d. Entoação (padrões, grupos tonais, tons, variações);
- e. Tessitura (governando coesão textual, destaque);
- f. Qualidade de voz (tipos, variações, incluindo tipos de fonação) (CAGLIARI, 2002b, p. 2).

Na próxima subseção, veremos, a partir de pesquisas na educação básica, como os recursos gráficos estão envolvidos no processamento de leitura para representar a prosódia e as atitudes dos falantes no texto escrito.

PROSÓDIA DE LEITURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir do uso da variação na voz (tom, altura e volume) impresso numa leitura oral, tem-se a expressividade de um texto, para o qual é necessário o agrupamento das palavras do texto representando unidades maiores de significado e leitura com padrão rítmico consistente. Ao ler com tais características, o leitor tomará menos tempo para a decodificação das palavras, concentrando-se mais em sua leitura para a compreensão do que lê (VANSILER, 2015; KUHN; STAHL, 2003; PAIGE; RASINSKY; MAGPURI-LAVELL, 2012).

Para alguns autores (KUHN; STAHL, 2003; PAIGE; RASINSKY; MAGPURI-LAVELL, 2012) a expressividade oral vem sendo reconhecida como pré-requisito para a compreensão e não mais somente como distinção entre um leitor habilidoso de outro menos habilidoso.

Para ilustrar como os aspectos prosódicos na leitura em voz alta podem ser, primeiramente, avaliados, para posteriormente auxiliarem em estratégias de melhoria na leitura de escolares na educação básica, este trabalho apresentará duas pesquisas realizadas no Brasil, a primeira com alunos do ensino médio (VANSILER, 2015) no Norte do Brasil, e a outra com alunos do ensino fundamental (VANSILER, em andamento) no Sul do Brasil.

As respectivas metodologias e conclusões estão descritas nas subseções que se seguem.

PROSÓDIA DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO

Uma relação entre conhecimento linguístico e reconstrução prosódica a partir da leitura oral foi investigada por Vansiler (2015),¹ a partir de 261 amostras de leitura em voz alta,

¹ Projeto de pesquisa vinculado ao “Projeto Proficiência em Leitura”, processo nº 487139/2012-7/CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Gessiane Picanço (UFPA).

provenientes de um minuto de gravação de sete textos lidos por 87 alunos do segundo ano do ensino médio de cinco escolas estaduais da cidade de Belém do Pará, no Norte do Brasil.

Metodologia e resultados

Utilizou-se o *Curriculum-based measurement*² (DENO, 1985) como formato para a realização das gravações das leituras dos alunos; seus procedimentos básicos envolvem gravar um minuto de leitura em voz alta de trechos de sete textos previamente selecionados. Foram realizadas duas visitas: a) na primeira visita, direcionada para o diagnóstico dos alunos participantes, foram analisados 54 alunos, que leram em voz alta três textos, totalizando juntos 162 amostras; b) na segunda visita, os alunos leram quatro textos.

Os textos pré-selecionados apresentaram assuntos das diversas disciplinas do currículo do segundo ano do ensino médio, mas os textos em si eram de fontes bibliográficas diferentes daquelas utilizadas na escola. Para a seleção dos trechos de textos, utilizaram-se as seguintes regras metodológicas quanto ao nível de dificuldade dos textos:

- i. Fácil: foram utilizados na primeira visita, que coincide com o primeiro trimestre das escolas. Esse texto apresenta palavras mais comuns e ordem direta de sentenças; de preferência, sem muitas palavras longas; sem passagens com diálogos nem em forma de poesia ou teatro; evitou-se textos com nomes próprios, palavras estrangeiras e números longos, por exemplo: 1739.
- ii. Moderado: Foram utilizados na segunda visita, que coincidiria com o início do segundo semestre das escolas. Nesses textos existe o uso de algumas palavras menos comuns e alguma inversão de sentenças (VANSILER, 2015, p. 54).

Os áudios foram avaliados à luz de uma Escala Multidimensional para Medição da Expressividade Oral (EMMEO - VANSILER, 2015; PICANÇO; VANSILER, 2014). A EMMEO (VANSILER, 2015; PICANÇO; VANSILER, 2014), que conta com a avaliação das dimensões prosódicas: a) entonação e ênfase; b) fraseado; e c) Fluidez no ritmo.

Com entonação e ênfase, entende-se o modo como o leitor usa a variação na voz (tom, altura e volume) para refletir o significado do texto. Com fraseado, entende-se o modo como o leitor agrupa as palavras do texto para representar unidades maiores de significado, ou seja, a leitura deve obedecer à sintaxe original, sendo o leitor guiado pela pontuação do texto. E, quanto à fluidez no ritmo, o leitor fluente lê com padrão rítmico consistente e o mínimo de dificuldade.

Conforme o desempenho do aluno em cada dimensão, é considerada uma nota com valor crescente entre 1 e 4. A partir da média das pontuações obtidas em cada dimensão desses valores, calcula-se o nível final de fluência em expressividade oral de cada aluno.

A tabela 1 apresenta como o cálculo do nível final em expressividade oral é realizado:

²(CBM - Medição baseada no currículo).

Tabela 1: Média do aluno AF

Dimensão / Aluno	Entonação e Ênfase			Fraseado			Fluidez no Ritmo			Média	
	Texto			Texto			Texto				
	01	02	03	01	02	03	01	02	03		
AF	4	3	4	4	3	4	3	3	4	3,5	

Fonte: adaptado de Vansiler (2015, p. 51)

O nível final integra as três dimensões, uma vez que o desempenho pode variar dependendo de cada dimensão ou, ainda, do tipo de texto lido. Por exemplo, o aluno AF alcançou o nível 4 em entonação/ênfase e fraseado nos textos 01 e 03, mas obteve 3 no texto 02; já em relação ao ritmo, AF alcançou 3 na maioria dos textos lidos, apresentando média final de 3,5.

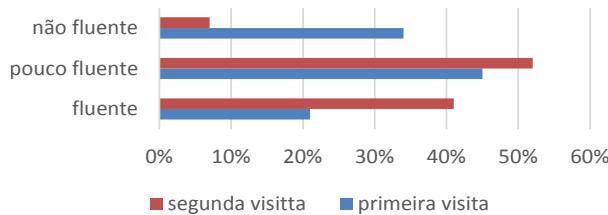
A média final com a integração dos valores de cada dimensão classifica o aluno em: não fluente, pouco fluente ou fluente, da seguinte forma:

Média de 1 a 2=leitura não fluente: leitura é monotônica e inexpressiva, com ritmo lento e trabalhoso; há muitos erros no agrupamento de palavras e muitas pausas em locais inadequados, hesitações, repetições, dúvidas ou erros na leitura de palavras, etc., com perdas no significado geral do texto; autocorreção é rara ou ausente. **Média de 2,1 a 3= leitura pouco fluente:** pode oscilar entre leitura expressiva e inexpressiva, rápida e lenta; demonstra alguma atenção à pontuação e à sintaxe do texto, mas ainda exibe erros em agrupamentos de palavras e algumas pausas indevidas, hesitações e repetições; há poucos ajustes na entonação para transmitir o significado; autocorreção é eventual. **Média de 3,1 a 4= leitura fluente:** leitura é feita em grandes unidades sintáticas (sentenças e orações), respeitando a pontuação e a sintaxe originais do texto; há ajustes na entonação de modo a refletir o significado na maior parte do texto; o leitor mantém um bom ritmo na leitura de modo a soar como língua natural e quase sempre se auto monitora quanto aos deslizes, corrigindo-os imediatamente (VANSILER, 2015, p. 51).

A análise dos dados foi subdividida em dois momentos:

- 1) Primeira visita: os aspectos prosódicos impressos nas leituras dos alunos durante a leitura dos textos lidos na primeira visita caracterizaram os alunos nos três níveis de fluência de expressividade oral;
- 2) Segunda visita: houve nova classificação dos alunos nos três níveis de fluência de expressividade oral para realizar a comparação com os dados obtidos na primeira visita para monitoramento do progresso dos alunos quanto à metodologia aplicada.

O gráfico 1 apresenta a classificação dos alunos do ensino médio nesta pesquisa quanto à fluência leitora.

Gráfico 1: Comparação da classificação de Fluência leitora

Fonte: Elaboração própria

A autora observou, com a comparação da classificação leitora dos participantes durante as duas visitas, que, do início ao final do ano letivo, os alunos se concentram (em porcentagem) na classificação mediana, ou seja, pouco fluente.

Na subseção seguinte, apresentamos como os dados de Vansiler (2015) podem (i) fornecer conhecimentos acerca de como os alunos se utilizam de seus conhecimentos linguísticos no ato da leitura oral, a partir da análise de elementos prosódicos na leitura oral; assim como (ii) identificar quais possíveis dificuldades os leitores possam apresentar perante a fluência leitora.

Relação entre dificuldades prosódicas e fluência leitora

Na época da pesquisa quanto à fluência leitora baseada em aspectos prosódicos (VANSILER, 2015), conseguimos relacionar as dificuldades nas dimensões prosódicas analisadas pela EMMEO com a compreensão leitora.

Foi a partir das análises dos dados que pudemos diagnosticar os déficits nas habilidades de compreensão leitora, relacionando-as a cada dimensão prosódica examinada. E assim o fizemos:

As dificuldades na dimensão *Entonação e ênfase* concentraram-se no déficit das habilidades de compreensão, mais precisamente, no que tange ao tratamento semântico e sintático. A grande dificuldade encontrada foi a de o aluno acionar seu conhecimento estrutural da frase, como, por exemplo, os conhecimentos sintáticos do léxico da palavra. Tal situação influenciou a escolha da entonação a ser usada, assim como das ênfases durante o texto, que se deram, de forma majoritária, errôneas.

Para exemplificar essa dificuldade, observaremos um trecho do texto 3 usado na visita 2 e a transcrição da leitura de um aluno:

a.1) Trecho do texto 4 da visita 2

Será que uma dupla de pessoas de fora, desejasas de jogar, poderia ser aceita para atuar, indo uma para cada lado? Ou seria um imenso campeonato entre clubes praianos?

a.2) Leitura realizada pelo aluno MS

*1- será que é uma dupla de pessoas de fora, dejosas de jogar... poderia ser aceita para atuar, indo para/para cada lado.
2- ou seria um imenso campeonato entre clubes praianos.*

Pode-se observar que o aluno realiza o agrupamento em duas sentenças, porém não há entonação no final da frase referente à pontuação de interrogação, que poderia ser traduzida por uma entonação de indagação. Ao compreendermos que, traduzindo o texto com entonação apropriada, o leitor evidencia o conhecimento estrutural da frase e o conhecimento sintático do léxico da palavra, pode-se concluir que o aluno em questão não o faz. Acrescendo a esses conhecimentos, Kleiman (1989, p. 152) admite que os valores dos diversos sinais de pontuação são evidenciados por uma entonação adequada na leitura oralizada.

As dificuldades encontradas quanto à dimensão *Fraseado* nas análises dos dados estão relacionadas à carência de conhecimento de *sintaxe*, pois as maiores dificuldades estão em torno das regras de combinação das palavras para formar frases, o que normalmente leva o leitor a respeitar as fronteiras de frases e orações.

Para exemplificar essa dificuldade, observaremos um trecho do texto 2 usado na visita 1 e a transcrição da leitura de dois alunos:

- b.1) Trecho do texto 2 lido pelos alunos na visita 1:
Segundo o Aurélio, o advérbio “nunca” significa “em tempo algum, jamais”. Eu acho essa palavra uma das mais fortes e perigosas da Língua portuguesa. (...)
- b.2) Leitura realizada pelo aluno OSG
*1- segundo o Aurélio... o advérbio NUNCA... significa em tempo algum.
 2- jamais eu acho essa palavra uma das mais fortes... e mais perigosas da... língua portuguesa.*
- b.3) Leitura realizada pelo aluno RNR
*1- segundo o Aurélio... o advérbio NUNCA significa... em tempo algum.
 2- jamais eu acho essa palavra... uma das mais fortes e mais... perigosas da língua portuguesa.*

É possível notar a quebra de sentença realizado pelo leitor, tal situação ocasiona uma confusão no sentido geral do enunciado: O aluno GGR emite uma micropausa entre o que deveria ser o fim da sentença 1 e o início da sentença 2, contudo não emite entonação de uma nova sentença, mas sim emite uma entonação de junção do resto da sentença 1, que já se encontra interrompida, com a sentença 2. Este mesmo informante ainda interrompe a ideia geral da sentença 2, quando observa uma palavra entre vírgulas, e dá entonação de final de sentença, iniciando uma terceira sentença.

As principais dificuldades apresentadas na dimensão *Fluidez no ritmo* constam no processo automático da decodificação, ou seja, o leitor, ao ter dificuldades na identificação das palavras no texto, está gastando mais tempo para decodificar e perdendo esse tempo no seu processo de compreensão. Isso implica dizer que esses leitores podem ser considerados menos habilidosos.

Para exemplificar essa dificuldade, observaremos um trecho do texto 3 usado na visita 1 e a transcrição da leitura de um aluno.

c.1) Trecho do texto 03 utilizado na primeira visita:

O amor não é chegado a fazer contas, não obedece à razão. O verdadeiro amor acontece por empatia, por magnetismo, por conjunção estelar. Ninguém ama outra pessoa porque ela é educada, veste-se bem e é fã do Caetano. Isso são só referências.

Ama-se pelo cheiro, pelo mistério, pela paz que o outro lhe dá, ou pelo tormento que provoca.

Ama-se pelo tom de voz, pela maneira que os olhos piscam, pela fragilidade que se revela quando menos se espera.

c.2) Leitura realizada pelo aluno RNR

- 1- *O amor não é... chegado a... fazer contas nã:o... obede:ce a razão//*
- 2- *O verdadeiro amor acontece com/por... EPATIA, por... mag-ne-tismo, por... conjunção... estelar ninguém ama outra pessoa por que ela... é educada veste-se... bem... e é fã... do:... Cae-ta:-no, isso SÃO... referências//*
- 3- *Ama-se pelo cheiro, pelo... mistério, pela paz que o outro lhe da:r, pelo... tormento que... provoca//*
- 4- *Ama-se pelo... tom de voz, pela maneira... que os olhos piscam, pela... fra-fragi-fra-gi-lidade que se revela quando menos se espera...*

No exemplo trazido aqui, verificamos um número excessivo de pausas em locais inadequados durante as sequências, há ainda muitas decodificações de palavras de forma silabada (*mag-ne-tismo*), prolongamento de sílabas (*nã:o*), hesitações (*isso SÃO... referências*) e repetições e/ou múltiplas tentativas (*fra-fragi-fra-gi-lidade*), o que caracteriza um ritmo lento e trabalhoso.

Para a autora, tais resultados soam preocupantes, pois, ao perceber que o aluno do final do ciclo da Educação Básica ainda apresenta leitura tão dificultosa, demonstram pouco conhecimento do tratamento sintático da frase, bem como do tratamento semântico, como comprehende Just e Carpenter (1987, *apud* JAMET, 2000), além do prejuízo da ideia global do sentido, que se dá pelo trato com a palavra.

PROSÓDIA DE LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Vansiler (em andamento) apresenta resultados parciais de um estudo sobre o processamento dos sinais de pontuação com 58 alunos do 5º ano do ensino fundamental de 3 escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Ponta Grossa, Paraná. Os participantes desta pesquisa tinham intervalo de idade entre 9 e 12 anos, classificados em torno da variável *Fluência Leitora*, segundo a EMMEO (VANSILER, 2015), com o total de 29 alunos no Grupo Fluente (FL) e 32 no Grupo Pouco Fluente (PF). A pesquisa foi realizada no Laboratório de Processamento Visual da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Ponta Grossa, sob orientação da Professora Dra. Ângela Klein. A pesquisa contou com bolsa modalidade SWP-CNPq e com registro de aprovação de nº 2.757.810 pelo Conselho de ética em pesquisa (CONEP/UFPA/PLATAFORMA BRASIL).

Nesta pesquisa, propomos analisar a relação dos dados oculares e da prosódia de leitura quanto aos processamentos dos sinais de pontuação na leitura oralizada.

Metodologia

A metodologia utilizada concilia análise acústica e cognitiva. Para a análise cognitiva, empregou-se a Técnica do Rastreador Ocular para tomada de medidas dos movimentos oculares. Para a análise acústica, utilizaram-se os áudios gravados a partir da produção oral realizada durante a leitura.

Os dados foram compostos por três estímulos, correspondentes à leitura de três tipos de textos diferentes: Texto 1, complexo com os marcadores: dois pontos (DP), com duas frases-alvo, vírgula (VG), com três frases-alvo e ponto (PT) com três frases-alvo; Texto 2, simples com os marcadores VG tendo três frases-alvo e PT com uma frase-alvo; e texto 3, simples sem pontuação, contendo quatro frases-alvo: i) três frases-alvo com valor de VG; e ii) uma frase-alvo com valor de PT.

Os estímulos foram elaborados no computador de alta precisão Dell Precision M4800, o qual está constituído pelo *hardware* alemão de captação através de infravermelho SMI RED 500 de 22". Fazem parte deste equipamento os seguintes *softwares*: *iView*, para captação dos movimentos oculares; *Experiment Center*, para criação dos estímulos e; *BeGaze*, para tabulação e gerenciamento de relatórios do banco de dados.

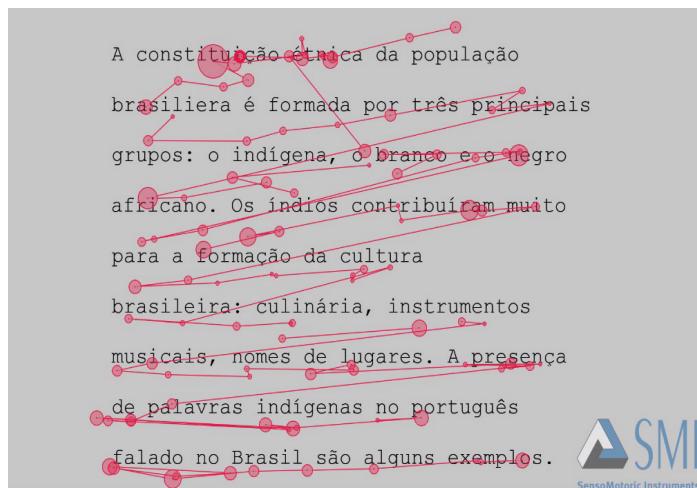
O tratamento dos dados obtidos compreendeu duas etapas:

Etapa 1) Quanto à análise dos movimentos oculares durante a leitura, primeiramente realizou-se a tabulação dos dados obtidos através do *software* de análise BeGaze quanto aos movimentos oculares realizados nas leituras, para tal análise foram realizadas quatro etapas: i) extração dos dados de TTL; ii) tabulação e cálculo das variáveis a serem levadas em consideração na análise estatística, a saber: Tempo total de leitura (TTL), Número de fixações (NF), Número de sacadas (NS) e Média do tempo de fixações (MTF); iii) isolamento das áreas de interesse dos movimentos oculares individuais para cada estímulo, situação que permite a observação dos retornos durante a leitura; e iv) organização desses parâmetros em uma planilha Excel, para análise estatística de média e mediana a partir do programa R;

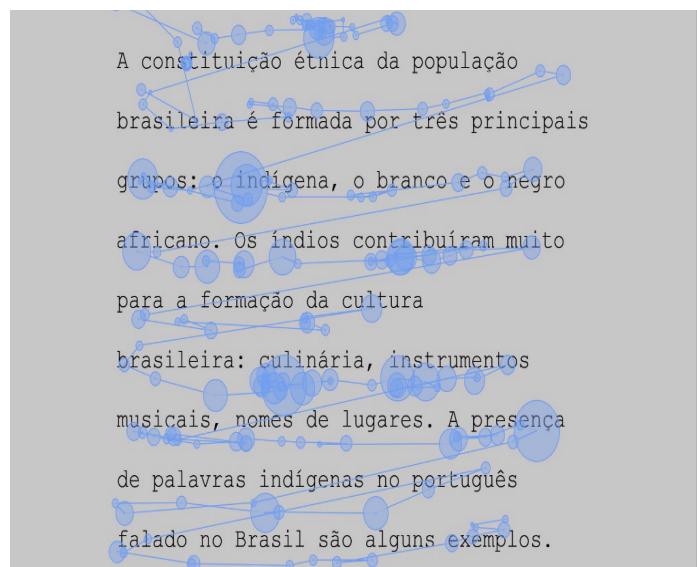
Etapa 2) Quanto aos dados acústicos, procedeu-se à análise dos elementos de *f0*, intensidade, duração e pausa dos sinais de pontuação presentes nos textos.

Resultados e discussões

As figuras 1 e 2 comparam o desempenho entre um aluno de cada grupo de fluência participante da referida pesquisa. O gráfico exibe, como fixação, um círculo e as sacadas são traçadas como linhas de ligação. Os círculos representam o diâmetro da fixação equivalente ao tempo de duração e os traços representam a duração entre uma fixação e outra, ou seja, quanto tempo durou cada sacada. Pode-se observar a diferença entre o processamento de leitura de alunos PF e FL quanto às fixações e sacadas, pode-se analisar que o aluno do grupo PF apresenta sacadas mais curtas e em maior quantidade em comparação ao aluno FL, característica de processamento textual de forma silabada, ou seja, o aluno PF processa o texto a nível de palavra.

Figura 1: Caminho de varredura de um aluno FL

Fonte: Elaboração própria

Figura 2: Caminho de varredura de um aluno PF

Fonte: Elaboração própria

Quanto às fixações, percebe-se, por exemplo, que o participante do grupo PF fixa a mesma palavra várias vezes, como em: <culinária> e <contribuíram>, o que caracteriza, segundo a literatura, dificuldades no processamento (RAYNER, 1998). Já o aluno do grupo FL apresenta menos fixações no decorrer do texto e também nas palavras. Percebe-se que este aluno não fixa palavras curtas, como em <da cultura> e <os índios>, o que leva a crer que o aluno se utiliza mais do contexto. Quanto ao tamanho das fixações, observa-se que o aluno do grupo PF

apresenta os círculos bem maiores se comparado ao aluno do grupo FL, o que caracteriza que o aluno PF realiza fixações bem mais longas.

O quadro 1 apresenta a diferença (em %) entre os valores de média e mediana descritas para cada estímulo em cada variável ocular controlada e cada grupo de fluência pesquisado. As letras a, b e c indicam a ordem decrescente das médias e medianas. Sendo assim, a letra *a* indica os valores com a maior diferença entre as médias e medianas, a letra *b*, a segunda maior diferença e a letra *c*, a menor diferença.

Quadro 1: Diferença (em %) dos valores das médias e medianas das variáveis oculares por grupo em cada estímulo

Estímulo	Diferença das médias (%)				Diferença das medianas (%)			
	TTL	NF	NS	MTF	TTL	NF	NS	MTF
1	39(a)	35(a)	45(a)	39(a)	51(a)	51(a)	43(a)	49(a)
2	24(b)	22(b)	27(b)	32(b)	24(b)	23(b)	28(b)	32(b)
3	24(b)	30(b)	27(b)	9(c)	24(b)	29(b)	31(b)	10(c)

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise do Quadro 1, é possível identificar que, de modo geral, as conclusões parciais são de que a fluência leitora está diretamente ligada à dificuldade no processamento da leitura: os participantes do grupo pouco fluente precisaram de mais tempo para o processamento em todos os estímulos. Também pode-se compreender que os sinais de pontuação influenciam no processamento da leitura desses grupos, pois, a partir da comparação das médias das variáveis oculares entre os grupos PF e FL, comprova-se que, quanto mais complexo o texto, maior a diferença entre os grupos de fluência.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES

As propostas de intervenção aqui apresentadas foram formuladas ao final da pesquisa supracitada com alunos do Ensino Médio (VANSILER, 2015). Contudo, são muito eficazes, simples e motivadoras para todos os anos escolares da educação básica.

Com o intuito de os alunos conseguirem desempenhos mais satisfatórios perante sua leitura oral expressiva, faz-se necessário um trabalho direcionado. Salientamos que as dimensões prosódicas se interligam e transpõem as dificuldades de uma dimensão nas demais. Seguem algumas sugestões de intervenções:

- a) Frase repetida com sinais de pontuação distintos: solicitar aos alunos que leiam em voz alta, expressando entonação adequada a cada frase, guiados pela pontuação;
- b) Textos sem pontuação: trabalhar com o aluno um texto sem sinalização de pontuação, inclusive sem letras maiúsculas. Solicita-se que o aluno leia o texto, buscando possíveis agrupamentos frasais e que acrescente pontuação ao texto, levando em consideração seu entendimento;
- c) Telejornal ou rádio jornal: ambas são atividades que estimulam, no leitor, uma capacidade de ler algo a que está exposto pela primeira vez, porém necessita imprimir

ritmo, entonação, ênfase, compreender os grupos de ideias para que não interrompa sequências do texto, evitando enunciados confusos. Os alunos podem elaborar os textos a serem apresentados e treinarem as falas.

- d) Literatura de cordel: utilizando-se do ritmo das rimas e melodias desse gênero literário, fomenta-se a análise da estrutura textual, as ideias em cada estrofe e a representação delas num ritmo característico.³
- e) Músicas de diferentes ritmos: visando que o aluno cante, analise as quebras de sentenças existentes na melodia das músicas, associando essas às características de cada música (melodia, ritmo, andamento e velocidade), possibilita ao leitor em formação que explore o texto e suas nuances.
- f) Leitura dramatizada de poesia e textos em prosa: a experiência em dramatizar, expressar o lido, procurando que o ouvinte se envolva e complemente o sentido do texto, estimula o leitor-dramatizador a analisar o texto em sua amplitude. Deve considerar vários aspectos estabelecidos no texto, como: pontuação gráfica, palavras desconhecidas, rimas, ritmo, características inerentes ao gênero do texto; estimulando e desenvolvendo as habilidades de uma leitura oral expressiva com respeito à pontuação e a sintaxe originais do texto, com ajustes na entonação, de modo a refletir o significado na maior parte do texto, mantendo um bom ritmo na leitura.

As atividades são inúmeras e muitas já são realizadas em sala de aula. Nossa objetivo aqui é tentar mostrar que essas atividades, que, para muitos professores da educação básica, são já até corriqueiras, podem proporcionar mais êxito no trabalho de leitura com os alunos, quando enxergadas a partir de uma análise prosódica e fluência leitora.

CONSIDERAÇÕES

A avaliação prosódica nos possibilita mapear as dificuldades quanto aos conhecimentos linguísticos, pois a prosódia de leitura está associada à fluência leitora. A prosódia demonstrada na leitura é comprovadamente uma boa indicação de que o aluno está ou não se tornando um leitor proficiente. Afinal, um agrupamento sintático apropriado das palavras, com entonação, ênfase e ritmo adequados, faz com que os leitores elevem, e reflitam, na leitura, sua própria interpretação da passagem, uma relação presente não só na leitura oral, mas também na leitura silenciosa (PINNELL *et al.*, 1995).

Analizar leitura oral a partir de parâmetros é capaz de propor uma análise mais segura quanto ao desempenho dos alunos da educação básica quanto ao processamento de leitura. As pesquisas aqui apresentadas demonstram que há uma necessidade tanto de parâmetros de análise quanto de intervenções para a melhoria das habilidades leitoras na educação básica no Brasil.

Os dados acústicos de leitura oral, quando associados aos dados oculares, fornecem informações das dificuldades de organização frasal que os alunos apresentam. Pesquisas que associem esses dois parâmetros de análise se fazem necessárias para que tenhamos mais dados quanto às dificuldades e intervenções necessárias na leitura em diversos anos escolares.

³ Atividade sugerida pela Profa. Espec. Denise Del-Teto para o Projeto *Proficiência em leitura*.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, L. C. Marcadores prosódicos na escrita. XVIII SEMINÁRIO DO GEL, 1989, Lorena. **Anais** [...]. Lorena: Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo, 1989. p. 195-203.
- CAGLIARI, L. C. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, R. (Org.) **Gramática do Português Falado: Níveis de Análise Linguística**. Campinas: Editora da Unicamp, v.2, p. 41-63, 1992.
- CAGLIARI, L. C. **A Estrutura Prosódica do romance A Moreninha**. Relatório de Estágio Pós-Doutoral. O xford: Lawrence, 2002a.
- CAGLIARI, L. C. **Prosody and Literature**: A case study of Chapter I from Women in Love by D.J. Relatório de Estágio Pós-Doutoral. Oxford: Lawrence, 2002b.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1980.
- CRYSTAL, D. **Prosodic Systems and Intonation in English**. Cambridge University Press, 1969.
- DENO, S. L. Curriculum-based measurement: The emerging alternative. **Exceptional Children**, n. 52, p. 219-232. 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. **A course in spoken english**: Intonation. Londres: Oxford University Press, 1970.
- JAMET, E. **Leitura e aproveitamento escolar**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- KLEIMAN, A. **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas: Pontes, 1989.
- KUHN, M. R.; STAHL, S. A. Fluency: A review of developmental and remedial practices. **Journal of Educational Psychology**, n. 95, p. 3-21. 2003.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L.C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 105-145, 2001.
- NOOTEBOOM, S: The prosody of speech: Melody and rhythm. In: LAVER W (Org.). **The Handbook of Phonetic Science**. Cambridge: Blackwell, 1997, p. 640-673.
- PACHECO, V. **Investigação fonético-acústico e experimental dos sinais de pontuação enquanto marcadores prosódicos**. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2003.
- PACHECO, V. **O efeito dos estímulos auditivos e visual na percepção dos marcadores prosódicos lexicais e gráficos usados na escrita do Português brasileiro**. 2006. 349f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2006.
- PAIGE, D. D.; RASINSKY, T. V.; MAGPURI-LAVELL, T. Is fluent, expressive reading important for high school readers? **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, v. 56 (1), set. 2012, International Reading Association, p. 67-76. 2012.

PICANÇO, G. L.; VANSILER, N. D. S. S. A prosódia e a leitura fluente. **Gragoatá**, v. 19, n. 36, jul. 2014. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/28>. Acesso em: 5 dez. 2018.

PINNELL, G. S. *et al.* **Listening to children read aloud**. Washington: Office of Educational Research and Improvement, U. S. Department of Education, 1995.

RAYNER, K. Eye movements in reading and information processing: 20 years of research. **Psychological Bulletin**, v. 124, p. 372-422, 1998.

SANTOS, A. J; PACHECO, V; OLIVEIRAS, M. S. O papel dos marcadores prosódicos na fluência em leitura. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, v. 27, n. 3, p. 1417-1457, jul. 2019. ISSN 2237-2083. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/14854>. Data de acesso: 18 maio 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.27.3.1417-1457>.

VANSILER, N. D. S. S. **Expressividade oral e fluência em leitura:** Monitoramento e diagnóstico de cinco escolas estaduais de Belém do Pará. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VANSILER, N. D. S. S. **Relação entre movimentos oculares e prosódia:** o processamento dos Marcadores prosódicos gráficos. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, em andamento.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: ago. 2020.

ESTUDO PILOTO: A REALIZAÇÃO VARIÁVEL DO DITONGO /ow/ EM AMOSTRA DE FALA DA PRAÇA 14 DE JANEIRO EM MANAUS (AM)

PILOT STUDY: THE VARIABLE REALIZATION OF THE DIPHTHONG /ow/ IN SPEECH SAMPLE OF THE PRAÇA 14 DE JANEIRO IN MANAUS (AM)

Geise Freitas de Oliveira*

UFAM

Flávia Santos Martins**

UFAM

Resumo: Este artigo é de cunho sociolinguístico (LABOV, 2008 [1972]) e tem como objetivo investigar a realização variável do ditongo /ow/ em amostra de fala da Praça 14 de Janeiro, em Manaus (AM). O corpus foi retirado de um banco de dados formado de seis entrevistas sociolinguísticas com informantes divididos em três faixas etárias: 18 a 35 anos, 36 a 55 e 56 em diante, sendo um homem e uma mulher para cada faixa, todos com 4 a 8 anos de escolarização. Para a análise dos dados, utilizou-se o programa estatístico GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), em que foram controladas as variáveis linguísticas “posição do ditongo na palavra”, “tonicidade”, “classe gramatical” e “contexto seguinte”; e as variáveis sociais “sexo” e “faixa etária”. Os resultados mostraram que a monotongação do ditongo /ow/ ainda não se efetivou em nossa amostra de fala, uma vez que ocorreu em 65,1% dos dados, estando em variação com a sua manutenção (34,9%). Das variáveis controladas, que mostraram atuar na redução do ditongo, o programa selecionou, conforme ordem de relevância, “faixa etária”, “contexto seguinte”, “sexo” e “tonicidade”.

Palavras-Chave: Sociolinguística. Variação. Ditongo. Monotongação.

Abstract: This article is of a sociolinguistic nature (LABOV, 2008 [1972]) and proposes to investigate the variable realization of the diphthong /ow/ in a speech sample of the Praça 14 de Janeiro, in Manaus (AM). The corpus was taken from a database made up of six sociolinguistic interviews with informants divided into three age groups: 18 to 35 years old, 36 to 55 and 56 onwards, one man and one woman for each age group, all with 4 to 8 years of schooling. For data analysis, the statistical software GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) was used, and the linguistic variables diphthong position in the word, stress, word class and following context, and the social variables sex and age group were controlled. The results demonstrated that the monophthongization of the diphthong /ow/ has not yet consolidated in our speech sample, since it occurred in 65.1% of the data, being in variation with its

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linha de Pesquisa Sociolinguística/Dialetolegia – da Universidade Federal do Amazonas (PPGL/UFAM). E-mail: ghidaka@gmail.com.

**Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: flavinhaingrid@yahoo.com.br.

maintenance (34.9%). Of the controlled variables that are shown to act in the reduction of diphthong, the software selected, in order of relevance, age group, next context, sex and stress.

Keywords: Sociolinguistics. Variation. Diphthong. Monophthongization.

INTRODUÇÃO

Entender os fenômenos em variação de uma língua é também entender como uma língua funciona. A variação linguística, “[...] o processo pelo qual duas formas [ou mais] podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional” (COELHO *et al.*, 2018, p. 16), ou seja, com o mesmo valor de verdade, é inerente à língua e está presente em todos os níveis gramaticais. Um indivíduo pode falar de maneiras diferentes a depender do local em que vive, da idade, do grau de escolaridade, do *status* social, da situação de comunicação e muitos outros grupos de fatores que podem condicionar sua “escolha” na hora de falar, sejam eles linguísticos ou extralingüísticos. Por isso, é importante estudar a variação em todos os níveis linguísticos, e um dos níveis que oferece uma série de fenômenos para o estudo da variação é o nível fonético-fonológico. Posto isso, este artigo faz um estudo piloto, por meio de uma pesquisa de campo, da realização variável do ditongo /ow/, que pode se realizar como [ow] mantendo a vogal e o *glide* em sua produção, como em “roupa” e “chegou”, por exemplo, ou passar pelo processo de monotongação e ser reduzido a um único segmento vocálico e ser realizado como [o], como em “ropa” e “chego”.

Desse modo, este estudo piloto tem como objetivo geral investigar a realização variável do ditongo /ow/ em amostra de fala dos moradores da Praça 14 de Janeiro em Manaus (AM). Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever como o ditongo /ow/ é realizado, com a sua manutenção como [ow] ou reduzido para [o], na fala dos moradores da Praça 14 de Janeiro em Manaus (AM); e analisar os condicionadores linguísticos e extralingüísticos que podem influenciar a realização variável de /ow/ na fala desses moradores.

Neste trabalho, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos propostos por Labov (2008 [1972]) quanto aos aspectos gerais da Sociolinguística, além de Coelho *et al.* (2018) e Guy e Zilles (2007). Sobre os ditongos no Português do Brasil (PB), consultamos Bisol (1999), Cagliari (2007), Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2019) e Silva (2014, 2015). Acerca de nosso fenômeno variável, apoiamo-nos nas pesquisas de Carvalho (2007), Cristofolini (2011), Cruz (2004), Lopes (2002), Maria Silva (2017) e Veadó (1983).

Iniciamos nosso estudo trazendo algumas questões teóricas sobre os ditongos orais decrescentes e sua redução no PB. Em seguida, apresentamos brevemente alguns estudos sobre a variação na realização de /ow/ em diferentes regiões do Brasil e seus principais resultados. No próximo tópico, discorremos sobre as questões metodológicas que envolveram a construção deste estudo. Os resultados desta pesquisa são apresentados e discutidos na seção seguinte de acordo com as variáveis selecionadas como relevantes pelo programa estatístico *GoldVarb X*. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre os principais resultados desta pesquisa.

OS DITONGOS ORAIS DECRESCENTES E SUA REDUÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Antes de tratarmos de nosso objeto de estudo, é necessário fazermos algumas considerações sobre os ditongos, mesmo se a noção de ditongo nos seja familiar.

Cagliari (2007, p. 69) afirma que o ditongo tem uma articulação específica e própria e “[...] se realiza por um movimento contínuo da língua, indo de uma posição articulatória própria de uma vogal à posição articulatória própria de uma outra vogal, produzindo auditivamente um som vocálico de qualidade em constante mudança”. Ademais, o ditongo ocorre em uma única sílaba, diferente da sequência de duas vogais, em que há uma fronteira silábica. Silva (2014, p. 94) reitera que “[...] um ditongo consiste de uma sequência de segmentos vocálicos sendo que um dos segmentos é interpretado como vogal e o outro é interpretado como um *glide*”. Segundo a autora, *glides* podem apresentar características fonéticas de segmentos vocálicos ou consonantais, por isso são também chamados de semivocoides, semicontoides, semivogais ou vogais assilábicas. É a função do *glide* na estrutura sonora de uma língua que justificará se tal segmento será interpretado como vogal ou consoante. Já Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2019) definem os ditongos como dois segmentos vocálicos em sequência em uma mesma sílaba, podendo se apresentar como vogal-semivogal ou semivogal-vogal. Os ditongos finalizados em semivogal são chamados de decrescentes, pois terminam pelo segmento de menor proeminência acentual como em “gaita”; e os finalizados em vogal, segmento com maior proeminência acentual como em “farmácia”, são chamados de crescentes. Os ditongos podem ainda ser orais ou nasais.

Alguns ditongos podem ser reduzidos a um segmento, resultado de um fenômeno fonológico chamado de monotongação, em que um ditongo passa a ser realizado como um monotongo, ou seja, como uma única vogal (SILVA, 2014, 2015). Nesse caso, o *glide* não se manifesta foneticamente e palavras como “caixa”, “feira” e “cenoura” passam a ser realizadas como “caxa”, “fera” e “cenora”, respectivamente. Silva (2014) afirma que a redução pode ocorrer em diferentes classes gramaticais como substantivos, adjetivos e formas verbais. No entanto, há casos em que a redução não se aplica, como em “sai”, “sei” e “Moscou”.

Para Bisol (1999), a redução de /ow/ a um monotongo ocorre por apagamento ou reanálise. Segundo a autora, “interpretá-lo como reanálise significa que os falantes não têm mais o ditongo /ow/, mas sim, a vogal simples /o/ na forma subjacente” (BISOL, 1999, p. 116) e enfatiza que isso não ocorre com o ditongo [ow] derivado de /ol/, como em “folclore”, porque este não é ditongo subjacente.

Outra interpretação é que a monotongação ocorre por assimilação da altura, uma vez que os segmentos vocálicos dos ditongos decrescentes que podem ser reduzidos, nesse caso /ow/, são foneticamente semelhantes, sendo posteriores, arredondados e distinguem-se apenas pela altura, que, aliás, é bem próxima. Dessa forma, a vogal, segmento com proeminência acentual, compartilha a propriedade de altura com a semivogal, segmento de menor proeminência e menor duração, ocasionando seu apagamento.

Partimos agora para uma perspectiva variacionista da realização variável de /ow/ a fim de investigar que condicionadores, sejam eles estruturais ou não, podem influenciar para a ocorrência da monotongação em nossa amostra.

A REALIZAÇÃO VARIÁVEL DE /ow/ NO BRASIL: ESTUDOS EMPÍRICOS

Vários estudos sobre a realização variável de /ow/ foram feitos no Brasil. Vejamos, de forma sucinta, os principais resultados de algumas pesquisas sobre esse fenômeno.

O estudo-piloto de Veadó (1983) analisou as alternâncias de [ow] ~ [o] e [ej] ~ [e] na região metropolitana de Belo Horizonte por meio da fala casual, fala cuidada e leitura de texto. Os informantes foram estratificados de acordo com “classe social” (média e alta), “faixa etária” (jovens, velhos e adultos) e “sexo” (masculino e feminino). Sobre o ditongo /ow/, a autora não encontrou contextos estruturais bloqueadores e concluiu que a fala casual favorece a redução, o que ocorreu em 99% de seus dados, independente de grupos de fatores como “posição que o ditongo ocupa no léxico”, “traço [± acento]”, “segmentos consonantais adjacentes” ou qualquer “traço morfológico”. Grupos de fatores não estruturais como “classe social”, “idade” e “sexo” também não apresentaram influência no favorecimento ou desfavorecimento da redução. Na fala cuidada, retirada de noticiários, a autora afirma que a redução não ocorre da mesma maneira. Quanto à “posição”, o ambiente com maior frequência de redução foi final de palavra com 78,7% das ocorrências, embora a autora afirme que não se pode dizer que as outras posições são desfavorecedoras. Quanto à “tonicidade”, o traço [+acento] obteve a maior frequência de redução, com 67,8% das ocorrências. Sobre o “segmento consonantal seguinte”, excluindo o ambiente final de palavra, restaram apenas 56 dados, dos quais 44 foram ocupados pelos itens lexicais “outro”, “pouco” e “ouvi”, não sendo possível afirmar se o contexto seguinte tem influência ou não na redução do ditongo /ow/. Nos testes de leitura, a autora afirma que os resultados na leitura de sentenças foram semelhantes aos registrados nas entrevistas e nos noticiários, porém na leitura de palavras, o percentual de redução baixou significativamente, atingindo apenas 23,8% de redução. Os dados demonstraram que somente em registro muito formal de fala é que os ditongos são mantidos, embora nunca categoricamente. Apesar de empregar os termos “favorecimento” e “desfavorecimento”, a autora não utilizou programa estatístico para a análise dos dados, apresentando seus resultados apenas em percentuais de ocorrência.

Lopes (2002) investigou a regra de redução dos ditongos /ow/ e /ej/ em Altamira (PA) com dados do projeto *Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará* (ALIPA), no qual analisou entrevistas de 40 informantes estratificados de acordo com “sexo” (masculino e feminino), “escolaridade” (não escolarizado, ensino fundamental, ensino médio), “idade” (15 a 25 anos, 26 a 45 anos e 46 a 70 anos) e “renda” (baixa e média). Para as 1456 ocorrências do ditongo /ow/, a forma reduzida [o] foi utilizada em 95% dos dados. Os grupos de fatores controlados na pesquisa foram: “classe morfológica”, “posição do ditongo no vocábulo”, “tonicidade”, “localização do ditongo na estrutura morfológica da palavra”, “contexto fonético seguinte”, “contexto fonético precedente”, “natureza de origem/uso do vocábulo” e “status fonológico do ditongo” (lingüísticos); “sexo”, “idade”, “escolaridade” e “renda” (sociais). Das oito variáveis linguísticas, o programa estatístico selecionou apenas três como relevantes para a redução de /ow/: a “posição do ditongo na palavra”, em que o fator favorecedor foi a “posição final” com 99% de frequência e peso relativo (PR) de 0,77; o “contexto fonético seguinte”, cujos fatores “velar [k]” (93%, PR 0,87) e “bilabial [p, b]” (98%, PR 0,86) foram os mais favorecedores para aplicação da regra; e o “contexto fonético precedente”, em que a monotongação de /ow/ se mostrou favorecida quando precedido de “tepe” (97%, PR 0,83) e “pausa” (96%, PR 0,70). Das variáveis sociais, apenas a “escolaridade” foi selecionada e o fator “não-escolaridade” foi o

favorecedor para a aplicação da regra com 99% de frequência e peso relativo 0,82. Para a autora, a monotongação de /ow/ praticamente não encontra ambientes bloqueadores, apresentando-se como um fenômeno bastante difundido em Altamira (PA).

Carvalho (2007) realizou um estudo sobre o apagamento dos *glides* que compõem os ditongos decrescentes orais /aj/, /ej/, /oj/, /aw/, /ew/, /ow/ na fala de Recife em amostra constituída por 48 informantes (24 residentes em bairros de periferia e 24 em bairros centrais) estratificados de acordo com “faixa etária”, “sexo”, “escolaridade” e “localização de moradia”, uma vez que informantes dos bairros centrais apresentavam um poder aquisitivo bem maior do que os residentes das periferias. Seus dados foram divididos de acordo com as ocorrências de /j/ e /w/. A autora utilizou duas formas de coleta de dados: entrevista e leitura, sendo a leitura dividida em lista de palavras e texto. Seus resultados não mostraram diferença entre a fala espontânea e a fala monitorada pela leitura. Para os grupos de fatores sociais, a autora controlou: “sexo”, “faixa etária”, “escolaridade” e “localização de moradia”. Já para os linguísticos, a autora considerou: “posição do ditongo”, “tonicidade”, “contexto precedente”, “contexto seguinte” e “classe gramatical”. O ditongo /ow/ foi o que sofreu mais apagamento do *glide* e as variáveis selecionadas pelo programa, por ordem de significância, como favorecedoras para a redução, foram: “escolaridade”, “idade” e “localização de moradia” (sociais); “tonicidade”, “contexto fonológico precedente” e “contexto fonológico seguinte” (estruturais). Nessa pesquisa, falantes com menos escolaridade (até 4 anos) mostraram-se favorecedores do apagamento do *glide*, com peso relativo 0,58, enquanto os que apresentavam mais de quatro anos o desfavoreceram (0,40). No grupo “faixa etária”, o fator favorecedor foi a segunda faixa (26 a 49 anos) com 0,63 e o desfavorecedor foi a última faixa (50 anos em diante) com 0,38. Sobre a “localização de moradia”, falantes de bairros de subúrbio aplicaram mais a regra de redução (0,57) do que falantes de bairros centrais (0,37). Acerca dos condicionadores linguísticos, a “tonicidade” foi a primeira variável selecionada como favorecedora para a redução, em que ditongos localizados em sílabas tônicas apresentaram o peso relativo 0,59 contra 0,39 das pretônicas, possivelmente pelo grande índice de ocorrência do ditongo /ow/ nas desinências verbais de terceira pessoa. Para o “contexto fonológico precedente”, o fator que se mostrou mais favorecedor foi a “vogal posterior /o/” (0,64), ou seja, o ditongo /ow/ apresentou maior grau de redução. Para o “contexto fonológico seguinte”, o fator “fricativa labial” apresentou-se como maior favorecedor do apagamento do *glide* /w/ (0,80), seguido de “tepe” (0,57).

Cristofolini (2011) estudou a monotongação de [ow] na comunidade de Ratones em Florianópolis sob a perspectiva acústica e sociolinguística. Foram selecionados oito informantes, divididos por “escolaridade” (ensino fundamental e superior) e “faixa etária” (menos de 35 anos e mais de 50 anos de idade). Seus resultados mostraram uma redução do ditongo quase categórica, com 93% dos dados monotongados. Acerca da perspectiva sociolinguística, a pesquisadora controlou as seguintes variáveis independentes linguísticas: “classe de palavra”, “contexto fonológico posterior”, “posição na palavra” e “tonicidade da sílaba”. As variáveis extralingüísticas controladas foram: “idade” e “escolaridade”. Das variáveis controladas, apenas a “tonicidade da sílaba” foi selecionada como relevante, sendo o fator “tônico” o favorecedor para a redução do ditongo com 98% de frequência e peso relativo de 0,63 e o fator “átono” o desfavorecedor com 57% de frequência e 0,04 de peso relativo.

Acerca dos estudos no Amazonas, especificamente, podemos destacar o de Cruz (2004) e o de Maria Silva (2017). Em seu estudo dialetológico para a construção do *Atlas Linguístico do Amazonas* (ALAM), Cruz (2004) investigou a realização do ditongo /ow/ em nove pontos de inquérito, cada um representando uma das nove Microrregiões do Estado do Amazonas, sendo eles: Barcelos, Tefé, Benjamin Constant, Eirunepé, Lábrea, Humaitá, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins. Em cada ponto, foram selecionados seis informantes divididos em três “faixas etárias” (faixa 1 – 18 a 35 anos, faixa 2 – 36 a 55 anos e faixa 3 – 56 em diante), sendo um homem e uma mulher para cada faixa, analfabetos ou até a 4^a série. Para analisar a realização variável de /ow/, foram selecionados cinco itens lexicais que geraram cinco cartas linguísticas. Seus resultados gerais apontaram que, embora a redução para [o] seja considerada como praticamente efetivada no PB, a manutenção do ditongo ainda é bastante produtiva nos falares amazonenses, ocorrendo em 49,3% dos dados, contra 50,6% de monotongação. Devemos destacar que a pesquisadora não utilizou programa estatístico e não fez controle de variáveis independentes linguísticas. No que se refere ao índice de monotongação por “sexo” e “idade”, a autora não faz considerações de acordo com a estratificação social dos informantes, mas o que pode ser observado a partir dos gráficos e das cartas fonéticas é que, em torno de 56% dos dados monotongados, foram produzidos por homens; em relação à “idade”, falantes da faixa 3, acima de 56 anos, produziram aproximadamente 42% do total de dados monotongados.

Maria Silva (2017) estudou a monotongação sob o viés da interferência da fala na escrita em 292 textos de alunos das 1^a, 2^a e 3^a séries do ensino médio integrado ao técnico do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Manaus Zona Leste, sendo 146 participantes do “sexo feminino” e 146 do “sexo masculino”. Os dados do *corpus* foram submetidos à análise por meio do programa Excel, por isso os resultados são apresentados em forma de percentual. Na análise da variação [ow] ~ [o], a autora observou o “contexto fonológico seguinte”, considerando os fatores: oclusiva labial [p, b, v], tepe, coronal menos tepe [t, s], dorsal [k] e final absoluto. O “nível escolar” e o “sexo” também foram controlados. Os resultados mostraram que, mesmo na escrita, ocorre a redução do ditongo, uma vez que, de 999 ocorrências para o ditongo /ow/, em 8,91% houve redução para [o]. O contexto final absoluto foi o que mais apresentou apagamento, com 11,92% de frequência, o que corresponde a 88 ocorrências. Nos demais contextos, praticamente não houve apagamento de [w]. Na variável “nível escolar”, os resultados mostraram que, à medida que os alunos avançavam nas séries, a redução do ditongo diminuía na escrita. Quanto ao “sexo”, os resultados não mostraram diferenças expressivas no índice de apagamento de [w] entre homens e mulheres. Os resultados sugerem que, na escrita, a redução do ditongo é pouco produtiva e diminui à medida que os alunos progredem nas séries.

Podemos observar que a maioria dessas pesquisas apresenta a redução do ditongo /ow/ como praticamente efetivada na fala do PB, pois a forma monotongada atinge mais de 90% das ocorrências. A única pesquisa com dados de fala que obteve um índice menor de monotongação de /ow/, com 50,6% de ocorrências, foi a de Cruz (2004), um estudo que utilizou a metodologia da Dialetologia com aplicação de Questionário Fonético-Fonológico para a coleta de dados, um registro um pouco mais formal do que a entrevista sociolinguística, com um número pequeno de itens lexicais com o ditongo em estudo por informante e sem o controle de variáveis linguísticas.

Esses trabalhos, portanto, mostram que, embora a redução de /ow/ esteja bastante difundida no Brasil, ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado no Amazonas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa sociolinguística feita a partir de dados linguísticos efetivamente produzidos. Por ser uma pesquisa variacionista, utilizamos a metodologia da pesquisa Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008 [1972]), também chamada de Quantitativa, uma vez que se baseia na frequência de uso das variantes linguísticas e utiliza métodos estatísticos para comparação, análise e apresentação dos dados (GUY; ZILLES, 2007).

A AMOSTRA E A COLETA DE DADOS: ESTUDO PILOTO

Nossa amostra é constituída de seis entrevistas gravadas em novembro de 2019 pelos discentes da disciplina Tópicos Especiais em Linguística 18 – Sociolinguística, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas. Para que os dados de nossa amostra representassem com maior fidelidade a “comunidade de fala” estudada, o bairro Praça 14 de Janeiro em Manaus (AM), o informante deveria obedecer a alguns critérios: estar cursando ou ter cursado até o ensino fundamental completo, ter nascido e vivido no bairro, assim como seus pais, e que não tivesse se afastado por mais de 10 anos do seu local de nascimento. Assim, foram selecionados os seis informantes, com a seguinte estratificação social:

Tabela 1: Estratificação social dos informantes

Faixa etária	18 a 35 anos		36 a 55 anos		56 em diante		
	Sexo	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
4 a 8 anos de escolarização		1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista sociolinguística, conduzida por meio de um roteiro semiestruturado com foco para as narrativas de experiências pessoais, sobretudo no que se referia à vivência do informante no bairro. Para o registro dos dados, foi utilizado um gravador de voz portátil e *Smartphones*.

A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Depois de constituirmos nosso banco de dados, conforme descrito na subseção anterior, iniciamos o exame das entrevistas para retirar o *corpus* para a análise. Os dados foram transcritos foneticamente de acordo com as ocorrências de itens lexicais com uma das variantes de /ow/, sua manutenção como [ow] ou sua monotongação para [o]. Além da realização variável de /ow/ correspondente ao “ou” ortográfico, também transcrevemos os casos oriundos da vocalização de “ol”, como em “resolvo”, realizado como “res[ow]vo”, totalizando 30 dados. Visto que não houve variação nas ocorrências provenientes da vocalização de “ol”, realizado sempre como [ow], tais dados não foram incluídos no *corpus*, uma vez que o ditongo se manteve de forma categórica.

Com isso, obtivemos 350 dados com a ocorrência de uma das variantes de /ow/. Porém, segundo Guy e Zilles (2007), em uma análise quantitativa é preciso ter cuidado na hora de incluir ou não no *corpus* um possível dado, sobretudo os casos em que há dúvidas sobre como classificar a ocorrência em termos de valor da variável dependente. Dessa forma, fizemos uma reanálise dos dados para a eliminação dos casos duvidosos, que, se inseridos no *corpus*, poderiam gerar resultados enviesados ou falsos. Por isso, ocorrências de /ow/ em contextos neutralizantes, ou seja, em que não era possível distinguir uma das variantes de nossa variável dependente, como em “comprou um”, foram excluídas.

Depois da retirada dos casos duvidosos, restaram 318 dados que formaram nosso *corpus*, os quais foram categorizados e submetidos a análises estatísticas realizadas pelo programa *GoldVarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) que selecionou os grupos de fatores favorecedores para a redução do ditongo, o número de ocorrências e a frequência de uso, conforme descritas adiante.

O BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO: UM RECORTE DO PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO

Segundo Pedrosa (2020), o bairro Praça 14 de Janeiro, localizado na zona Sul de Manaus, é um dos mais antigos da cidade. Ao longo de sua história, o bairro teve diferentes nomes: Vila Maranhense, Praça da Conciliação, Praça Fernandes Pimenta, Praça 14 e Praça Portugal. A partir da década de 1950, passou a se chamar definitivamente Praça 14 de Janeiro, em alusão a uma revolta motivada por disputas políticas e liderada por funcionários públicos no dia de 14 de Janeiro de 1892, que acabou culminando na derrubada do Governador Gregório Thaumaturgo de Azevedo e na ascensão de Eduardo Gonçalves Ribeiro ao poder.

Conforme informações publicadas pelo Jornal Em Tempo e Jornal do Commercio, a famosa data marcou oficialmente a fundação do bairro, embora a área tenha começado a ser ocupada bem antes, no início dos anos 1880, em sua maioria por ex-escravos maranhenses que vieram para atuar nas grandes obras de melhoramento urbano que estavam sendo executadas na cidade. Esses operários passaram a residir na região, marcando sua identidade por meio de manifestações artísticas e religiosas afro-brasileiras. A comunidade negra que ainda reside no referido bairro foi transformada em quilombo, o “Quilombo do Barranco”, a segunda comunidade quilombola em área urbana do Brasil, título concedido em 2014 pela Fundação Palmares (PRAÇA 14, 2005; PRAÇA 14, 2019).

De acordo com Pedrosa (2020), nos primeiros anos de surgimento do bairro, além dos negros oriundos do Maranhão, a área também era ocupada por imigrantes portugueses que mantiveram suas tradições que moldaram o local, como os festejos de São Benedito e de Nossa Senhora de Fátima. As manifestações religiosas católicas têm grande expressividade no bairro, com duas igrejas monumentais, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, a padroeira do bairro, construído entre 1942 e 1975, e a Paróquia de São José Operário, construída entre 1949 e 1967, famosa por suas novenas mensais que atraem milhares de fiéis.

Conforme Nunes (2018), além das manifestações religiosas, o bairro é também conhecido pelas manifestações carnavalescas. Considerado o “berço do samba” de Manaus, foi na Praça 14 que surgiu a primeira escola de samba da cidade, fundada em 1946, chamada de Escola

Mixta de Samba da Praça 14 de Janeiro, que existiu até o ano de 1962 e que se tornaria o embrião para a fundação, em dezembro de 1975, da Escola de Samba Vitória Régia, uma das mais tradicionais do carnaval manauara, representado pelas cores verde e rosa, e que esteve presente em todos os desfiles desde a sua criação, acumulando 11 títulos de campeã do Carnaval de Manaus.

Segundo o Jornal Em Tempo, as primeiras melhorias na paisagem urbana da Praça 14 como asfaltamento de ruas, luz elétrica, postos médicos, maternidade, postos policiais, escolas e feiras surgiram entre as décadas de 1950 e 1960, nos Governos de Plínio Ramos Coelho e de Gilberto Mestrinho (PRAÇA 14, 2019). Por estar localizado na área central de Manaus, o bairro Praça 14 de Janeiro dispõe de boa estrutura urbana. O bairro é também conhecido por concentrar um grande número de lojas de produtos automotivos, como auto-peças, borracharias e oficinas.

Assim, não há como falar do bairro Praça 14 de Janeiro sem falar da Escola de Samba Vitória Régia e das manifestações religiosas, sejam elas afro-brasileiras, que ocorriam desde seu início, quando a área ainda era conhecida por Vila Maranhense, ou católicas, trazidas pelos imigrantes portugueses. Hoje, além dos descendentes de maranhenses e portugueses, o bairro possui uma população bastante diversificada e miscigenada.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de apresentarmos os resultados, é necessário destacarmos as variáveis controladas nesta pesquisa. Nossa variável dependente é binária, composta pela manutenção do ditongo [ow] e pela redução do ditongo a um único segmento vocálico [o]. As variáveis independentes, também chamadas de condicionadores ou grupos de fatores, inicialmente controladas foram:

Variáveis independentes extralinguísticas (sociais):

“Sexo”: homem e mulher;

“Faixa etária”: 18 a 35 anos, 36 a 55 anos e 56 anos em diante;

Variáveis independentes linguísticas:

“Posição do ditongo na palavra”: inicial, medial e final;

“Tonicidade”: tônico e átono;

“Classe gramatical”: verbo, substantivo e outros;

“Contexto seguinte”: oclusivas bilabiais [p, b], oclusivas alveolares [t, d], oclusivas velares [k, g], tepe, outras consoantes, pausa e vogais;

Embora a escolaridade não seja um grupo de fatores a ser controlado na pesquisa, uma vez que todos os informantes possuem de 4 a 8 anos de escolaridade, ela não será desconsiderada em nossa análise.

Na Tabela 2, apresentamos os seis informantes – identificados por siglas formadas por letras, em que “H” significa “homem” e “M” “mulher”, e números, que correspondem às três faixas etárias controladas, sendo “1” de 18 a 35 anos, “2” de 36 a 55 e “3” 56 em diante – e o número de ocorrências das variantes de nosso fenômeno variável de acordo com a estratificação social.

Tabela 2: Número de dados de acordo com a estratificação social dos informantes

Entrevistas		Grupos de Fatores Sociais		Número de dados		Total
Nº	Informante	Sexo	Faixa etária	[o]	[ow]	
1	H1	Homem	18 a 35	15	3	18
2	M1	Mulher	18 a 35	46	4	50
3	H2	Homem	36 a 55	20	14	34
4	M2	Mulher	36 a 55	28	25	53
5	H3	Homem	56 em diante	45	46	91
6	M3	Mulher	56 em diante	53	19	72
Total Geral				207	111	318

Fonte: Elaboração própria

É perceptível que a forma monotongada [o] ocorreu com mais frequência do que a manutenção do ditongo [ow] na maioria dos informantes, exceto no informante 5, homem com mais de 56 anos, que, apesar de ter mantido mais o ditongo em sua fala, a frequência de uso das duas variantes se mostrou bem próxima, assim como na informante 4.

Conforme já mencionado, estudos como o de Veadó (1983), Lopes (2002) e Cristofolini (2011) apontam a redução do ditongo /ow/ como praticamente efetivada no PB, pois a forma monotongada atingiu mais de 90% das ocorrências nessas pesquisas. Apenas o estudo de Cruz (2004) para o *Atlas Linguístico do Amazonas* (ALAM) indica que tal ditongo é ainda bastante produtivo nos falares amazonenses, ocorrendo em 49,3% dos dados, em variação com a monotongação, que chega a 50,6%. Com base nesses estudos, e por se tratar de um fenômeno que, supostamente, não apresenta avaliação social negativa, nossa hipótese era a de que os moradores da Praça 14 de Janeiro utilizariam mais a forma reduzida do ditongo em vez de sua manutenção.

Apresentamos o resultado geral com o número de ocorrências e frequência de uso da realização variável do ditongo /ow/ em nossa amostra de fala:

Tabela 3: Frequência geral da realização variável do ditongo /ow/

Variantes	Ocorrências	%
[o] – Redução do ditongo	207	65,1
[ow] – Manutenção do ditongo	111	34,9
Total	318	

Fonte: Elaboração própria

Apesar de, em grande parte dos estudos citados sobre o mesmo fenômeno em outras localidades do Brasil, o número de ocorrências de monotongação ter sido superior a 90%, em nossa pesquisa os números se mostraram bem menores – ainda que a forma monotongada seja a mais produzida pelos falantes de nossa amostra, conforme nossa hipótese –, chegando a somente 65,1% das ocorrências. Assim, podemos afirmar que nossos resultados corroboram os de Cruz (2004), pois, em nossa amostra, a manutenção do ditongo /ow/ ainda é produtiva na fala, estando em variação com a sua redução.

A seguir, apresentamos os resultados para cada variável independente selecionada pelo *GoldVarb X*, conforme a ordem de relevância para a aplicação da regra de redução de /ow/, sendo elas: “faixa etária”, “contexto seguinte”, “sexo” e “tonicidade”. As variáveis “posição do ditongo na palavra” e “classe gramatical” não foram selecionadas, porém apresentaremos os resultados em percentuais. As particularidades das rodadas estatísticas como amálgamas e exclusão de fatores serão descritas nas seções de suas respectivas variáveis.

VARIÁVEL “FAIXA ETÁRIA”

Como apresentado nos estudos sobre o fenômeno no PB, grupos de fatores de ordem social não se mostraram significativos para aplicação da regra de monotongação, o que auxiliou na formulação de nossa hipótese de que a “faixa etária” não seria relevante para a “escolha” entre uma ou outra variante. No entanto, essa foi a primeira variável selecionada pelo programa nesta pesquisa. No estudo de Carvalho (2007) sobre os ditongos decrescentes orais na fala de Recife, a “faixa etária” também foi relevante para aplicação da regra de apagamento do *glide* /w/, em que o fator favorecedor foi a segunda faixa etária (26 a 49 anos) com 81% de frequência e 0,63 de peso relativo, seguido da primeira faixa (17 a 25 anos) com 83% e 0,45, e da terceira (mais de 50 anos) com 66% e 0,38. Eis, na Tabela 4, os resultados obtidos:

Tabela 4: Frequência e probabilidade da variante [o], segundo a variável *faixa etária*

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
1 ^a faixa etária (18 a 35 anos)	61/68	89,7	0,79
3 ^a faixa etária (56 em diante)	98/163	60,1	0,45
2 ^a faixa etária (36 a 55 anos)	48/87	55,2	0,33

Significância: 0,010

Input: 0,681

Fonte: Elaboração própria

Os resultados ilustrados na Tabela 4 são contrários à hipótese levantada inicialmente, pois a regra de monotongação se mostrou favorável na 1^a faixa etária, com 89,7% de frequência e peso relativo de 0,79. Em nossa amostra, falantes mais jovens tendem a monotongar mais do que as demais faixas, que se mostraram desfavorecedoras em relação à aplicação da regra, dado que a 3^a faixa etária obteve 60,1% de frequência e peso relativo 0,45, seguida da 2^a faixa etária com 55,2% e peso relativo de 0,33. Vale destacar que, em todas as faixas, a forma monotongada ultrapassou a frequência de 50% das ocorrências.

De acordo com a hipótese “clássica” sobre a mudança linguística na sincronia (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), o falante preserva o sistema vernacular que foi adquirido até os 15 anos de idade, ou seja, a fala dos mais velhos reflete o vernáculo de seus anos iniciais. Ao analisar os resultados, em que a 1^a faixa se mostrou favorecedora da aplicação da regra, podemos refletir sobre um possível indicativo de mudança em curso em que a variante [o], a forma inovadora mais frequente entre os jovens, está substituindo gradativamente a variante [ow], forma ainda produtiva entre os mais velhos. No entanto, devido à extensão deste estudo e às limitações de nossa amostra, não podemos afirmar isso de forma categórica.

VARIÁVEL “CONTEXTO SEGUINTE”

A segunda variável selecionada foi “contexto seguinte”. No trabalho de Veadó (1983), não foram encontrados contextos bloqueadores para a redução de /ow/, ou seja, condicionamentos de caráter fonético não foram operantes para o apagamento de /w/. Para Cristofolini (2011), essa variável não foi selecionada pelo programa estatístico, porém os contextos que apresentaram maior frequência de monotongação foram o tepe, com 100%, as oclusivas com 96% e diante de pausa com 93% de redução. Nossa hipótese era a de que a variante [o] se daria com maior frequência diante de pausa em virtude do uso frequente de formas verbais na 3^a pessoa do singular, como em “chegou”. Os resultados encontrados foram:

Tabela 5: Frequência e probabilidade da variante [o], segundo a variável *contexto seguinte*

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
Pausa	132/197	67,0	0,52
Consoantes oclusivas	63/95	66,3	0,51
Outras consoantes	6/20	30,0	0,21

Significância: 0,010
Input: 0,681

Fonte: Elaboração própria

Mesmo que os pesos relativos estejam próximos do ponto neutro (0,50) – o que indica que tais fatores pesam pouco para a aplicação da regra –, nossa hipótese se sustentou, uma vez que o contexto mais favorecedor para a redução do ditongo foi diante de pausa, como em “piorô”, com 67,0% de frequência e peso relativo 0,52. O segundo fator favorecedor foi “consoantes oclusivas” com 66,3% de frequência e 0,51 de peso relativo, provavelmente em virtude do grande número de ocorrências da palavra “outro” e suas flexões como “outros”, “outra” e “outras”.

Devemos destacar que, inicialmente, os fatores desse grupo eram outros, porém para eliminar knockouts e/ou enviesamentos, alguns fatores tiveram que ser amalgamados e outros excluídos da análise. Os fatores “occlusivas bilabiais [p, b]”, “occlusivas alveolares [t, d]” e “occlusivas velares [k, g]” foram agrupados de acordo com o modo de articulação e recodificados como “consoantes oclusivas”, já que alguns apresentaram poucas ocorrências, causando resultados enviesados. O fator “tepe” foi amalgamado com o fator “outras consoantes”, também em virtude do baixo número de ocorrências. O fator “vogal” ocorreu em apenas 6 dados, em expressões como “tentô ir” e “mandô ela” com 100% de redução, gerando knockout. Em razão de suas características articulatórias, não foi possível fazer amalgama com outros fatores, restando excluir esse fator da rodada estatística.

VARIÁVEL “SEXO”

Em estudos variacionistas, como o de Veadó (1983) e, mais recentemente, de Cristofolini (2011), o grupo de fatores “sexo” não se mostrou relevante para a redução do ditongo /ow/. Nossa hipótese era a de que fatores sociais como “sexo” não influenciariam de forma significativa

a monotongação. No entanto, esta foi a terceira variável selecionada pelo programa após as rodadas estatísticas. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 6: Frequência e probabilidade da variante [o], segundo a variável sexo

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
Mulher	127/175	72,6	0,58
Homem	80/143	55,9	0,40

Significância: 0,010
 Input: 0,681

Fonte: Elaboração própria

Podemos notar que as mulheres utilizaram mais a forma reduzida do ditongo, com 72,6% de frequência de uso e com peso relativo 0,58, enquanto os homens utilizaram a variante reduzida em 55,9% dos dados e com peso relativo de 0,40. Ou seja, as mulheres se mostraram mais favoráveis à aplicação da regra, porém, se compararmos em termos de peso relativo, a diferença entre os fatores não foi expressiva, o que não anula por completo nossa hipótese, uma vez que os resultados estão próximos da neutralidade, ou seja, tem pouco peso na aplicação da regra. Segundo Labov (2008 [1972]), as mulheres ocidentais tendem a usar as formas mais prestigiadas, porém, como as variantes de nossa variável dependente não possuem avaliação negativa, as mulheres se mostraram mais favoráveis ao uso da forma reduzida.

Ao correlacionar as variáveis “sexo” e “faixa etária”, os dados apontaram que o percentual de produção da variante [o] por mulheres se deu em maior número na 1ª faixa etária – selecionada como o fator mais favorecedor para a redução de /ow/ – em que, do total de 50 dados, 92% foram da forma reduzida [o]. O percentual de ocorrência da utilização de [o] por mulheres nas demais faixas segue a mesma ordem de seleção da variável “faixa etária”, em que a 3ª faixa aparece na posição intermediária, com 74%, e a 2ª faixa na última posição, com 53% de dados monotongados. Comparando a “faixa etária” ao percentual de dados monotongados produzido por homens, apenas na 2ª faixa eles apresentaram um índice maior de utilização da forma reduzida [o] em comparação com as mulheres da mesma faixa, que, de 34 dados, 20 foram com a variante [o], o que corresponde a 59% das ocorrências.

Tabela 7: Correlação entre as variáveis sexo e faixa etária para a variante [o]

Sexo				
Homem			Mulher	
Faixa etária	Aplic./ Total	%	Aplic./ Total	%
1 – 18 a 35 anos	15/18	83,0%	46/50	92,0%
2 – 36 a 55 anos	20/34	59,0%	28/53	53,0%
3 – 56 em diante	45/91	49,0%	53/72	74,0%

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da variável “sexo” corroboram os da “faixa etária”, de que uma possível mudança esteja em andamento, pois, além dos mais jovens, as mulheres utilizaram mais a

variante inovadora, a forma monotongada, já que geralmente as mulheres são responsáveis pela mudança quando a variante não possui avaliação negativa. Porém, como já citado, os resultados se aplicam à nossa amostra, não podendo ser generalizados para o falar manauara.

VARIÁVEL “TONICIDADE”

Esta foi a última variável selecionada, porém foi a variável linguística que apresentou números maiores de peso relativo para a aplicação da regra. Para Carvalho (2007) e Cristofolini (2011), a “tonicidade” se mostrou a variável linguística mais relevante para a redução de /ow/, sendo a sílaba tônica o fator favorecedor para a monotongação. Com base nesses estudos, nossa hipótese era a de que as sílabas tônicas favoreceriam a monotongação de /ow/. No entanto, nossa hipótese foi refutada e nossos resultados foram outros:

Tabela 8: Frequência e probabilidade da variante [o], segundo a variável *tonicidade*

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
Átono	18/23	78,3	0,79
Tônico	189/295	64,1	0,47

Significância: 0,010
Input: 0,681

Fonte: Elaboração própria

Em nossa análise, o programa estatístico selecionou o fator “átono” como favorecedor para a aplicação da regra com 78,3% de frequência e peso relativo de 0,79, e ocorreu, quase sempre, em palavras derivadas como “p[o]quinho” e “r[o]bado”. Apesar da forma reduzida em sílabas tônicas ser maior em termos de número de ocorrências devido à grande quantidade de formas verbais na terceira pessoa e da palavra “outro” e suas flexões, tal fator apresentou somente 64,1% de frequência e peso relativo de 0,47. Esses resultados confirmam a teoria de que, em geral, as sílabas átonas são mais sujeitas aos processos fonológicos que envolvem redução segmental por serem menos salientes e terem duração menor do que as sílabas tônicas, que são mais resistentes a tais processos (SILVA, 2015).

VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS

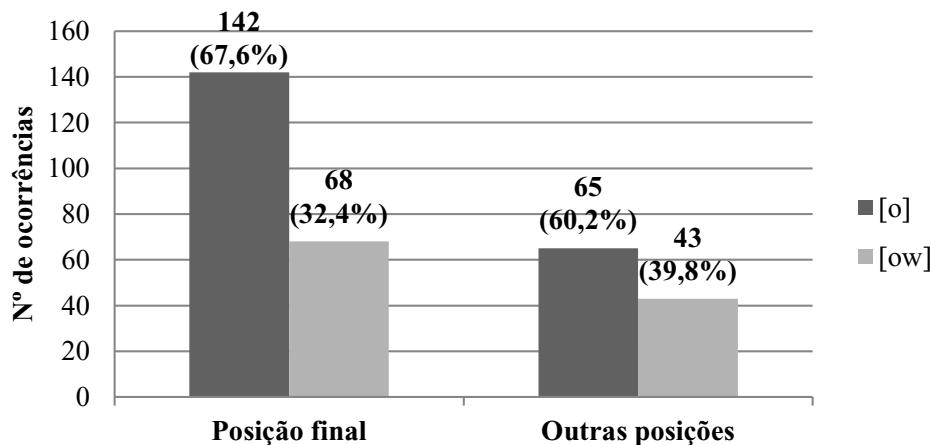
Nesta seção, apresentamos as variáveis independentes não selecionadas pelo programa estatístico como relevantes para a aplicação da regra, mas que merecem algumas considerações.

A primeira variável descartada foi a “posição do ditongo na palavra”, cujos fatores controlados foram a posição na sílaba “inicial”, “medial” e “final”. Na primeira rodada estatística, o fator “posição medial” apresentou knockout com 100% de frequência da variante [ow], correspondendo a 10 dados do *corpus*. As ocorrências foram em palavras fonológicas como “achou que”, e em formas como “formou-se”, “casou-se” e “acabou-se”, sendo 9 dados produzidos pelo informante H3 (homem, mais de 56 anos). Não foram registradas ocorrências do ditongo /ow/ em posição medial em formas não verbais. Como o fator “posição medial” apresentou knockout,

fizemos amálgama com o fator “posição inicial”, que apresentou poucos dados, ficando ao fim da análise apenas dois fatores nesse grupo: “outras posições” e “posição final”.

No trabalho de Veado (1983), a posição em que mais ocorreu a redução do ditongo foi em final de palavra, embora, segundo a autora, não se pode afirmar que as outras posições são desfavorecedoras, sendo apenas uma questão de grau de favorecimento. Os resultados de Lopes (2002) confirmam os de Veado (1983), uma vez que a posição final de vocábulo foi o ambiente mais propício para o apagamento de /w/. Desse modo, nossa hipótese era a de que ditongos situados em posição final apresentariam maior grau de redução, o que de fato ocorreu, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1: Frequência das variantes [o] e [ow], conforme a variável *posição do ditongo na palavra*



Fonte: Elaboração própria

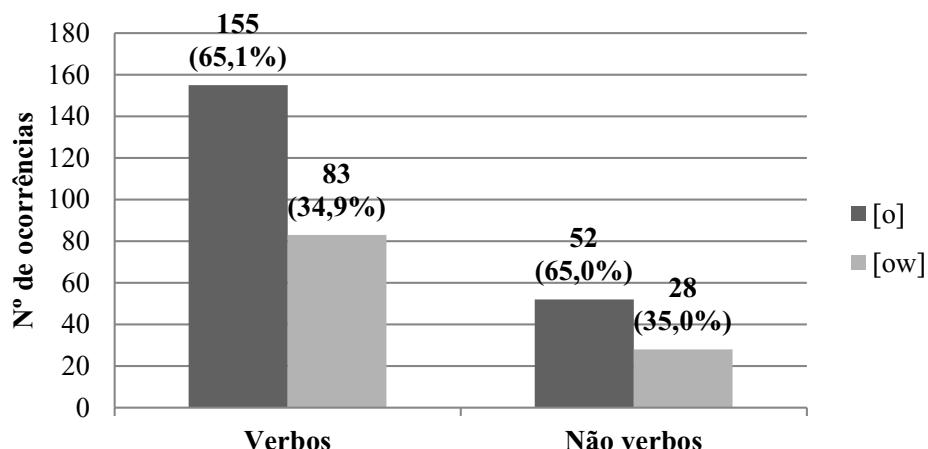
De acordo com o Gráfico 1, ditongos situados em posição final de palavra apresentaram maior redução, uma vez que, dos 210 dados nessa posição, em 142 houve a redução do ditongo. Já nas demais posições, de 108 dados, em 65 houve redução. Porém, comparando os fatores, notamos que os resultados não apresentam grandes diferenças em termos de frequência de uso. Em posição final, a redução do ditongo para [o] ocorreu em 67,6% dos dados, enquanto nas demais posições, a redução ocorreu em 60,2% dos dados. Dessa forma, de acordo com Veado (1983), a posição com maior frequência foi a posição final, porém isso não quer dizer a redução do ditongo não ocorra com alto índice de frequência nas demais posições.

A segunda variável não selecionada pelo programa estatístico foi “classe gramatical”, cujos fatores controlados inicialmente foram “verbo”, “substantivo” e “outros”. Como o número de dados para o fator “substantivo” foi bastante reduzido, apenas 13 ocorrências em comparação ao número excessivo de “verbos”, optamos por amalgamar os fatores “substantivo” e “outros”, ficando ao final da análise os fatores “verbos” e “não verbos”.

Lopes (2002) e Cristofolini (2011) também trabalharam com essa variável independente, porém, como em nossa análise, o programa estatístico não a selecionou como relevante para a aplicação da regra de monotongação de /ow/. Nossa hipótese, ainda que de forma intuitiva, era a de que a redução do ditongo se daria com maior frequência em verbos, devido ao uso constante

de formas verbais conjugadas na 3^a pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo, comuns em narrativas de relato de experiências pessoais presentes na entrevista sociolinguística. Vamos aos resultados:

Gráfico 2: Frequência das variantes [o] e [ow], conforme a variável *classe gramatical*



Fonte: Elaboração própria

Comparando o número de ocorrências de cada fator, obtivemos o total de 238 dados de ditongos presentes em verbos, dos quais, em 155, o que corresponde a 65,1% das ocorrências, houve a redução para [o]; já dos 80 dados presentes em outras classes de palavras, a forma monotongada ocorreu em 52 dados, o que corresponde a 65% das ocorrências. Embora o fator “verbos” tenha apresentado um número bem maior de ocorrências, em termos percentuais a frequência de uso está praticamente equiparada com a frequência de redução do ditongo em “não verbos”. Como a amostra é constituída por um número maior de verbos, não é possível verificar a validade de nossa hipótese, já que a frequência de uso não pode ser usada como parâmetro.

ALGUNS APONTAMENTOS

neste estudo piloto, procuramos estudar um fenômeno tão presente e comum em nossa língua, que, muitas vezes, nem mesmo nos damos conta de que ele existe. Estamos falando da monotongação, ou seja, do processo pelo qual um ditongo pode ser reduzido a um único segmento vocálico, como quando falamos “caxa” e “otro” em vez de “caixa” e “outro”. Nossa foco foi a realização variável do ditongo /ow/, mantido como [ow] ou reduzido para [o], sob a perspectiva da sociolinguística variacionista.

Nas pesquisas destacadas neste artigo sobre o mesmo fenômeno em diferentes localidades do Brasil, a redução de tal ditongo oral decrescente é um processo quase efetivado na fala, uma vez que ocorreu em mais de 90% dos dados analisados nos estudos pelo país. Em nossa amostra, no entanto, podemos dizer que a realização do ditongo /ow/ ainda é um processo variável, uma vez que a redução ocorreu em torno de 60% dos dados analisados.

Sobre as variáveis relevantes para a aplicação da regra de redução do ditongo /ow/, o programa selecionou: “faixa etária”, “contexto seguinte”, “sexo” e “tonicidade”. Dos grupos de fatores sociais, o que apresentou maior peso relativo para a aplicação da regra de monotongação foi a “faixa etária”, sendo a 1^a faixa a mais favorecedora (0,79), seguida da 3^a faixa (0,45) e da 2^a faixa (0,33). Em relação ao “sexo”, as mulheres de nossa amostra se mostraram mais favoráveis a usar a forma monotongada (0,58) do que os homens (0,40). Dos grupos de fatores linguísticos, embora o “contexto seguinte” tenha se mostrado significativo, os resultados dos fatores “pausa” e “consoantes oclusivas” foram semelhantes, com pesos relativos de 0,52 e 0,51, respectivamente. Notemos que tais resultados estão próximos do ponto neutro, o que indica que o contexto seguinte não tem grande força para a redução do ditongo /ow/. O fator “outras consoantes”, que, além de “tepe”, reúne consoantes com poucas ocorrências, apresentou apenas 0,21. No entanto, a “tonicidade” mostrou ter papel importante para a monotongação, pois, nas sílabas átonas, aquelas mais sujeitas a processos fonológicos de redução segmental, há maior probabilidade de redução de [ow] para [o], com peso relativo de 0,79, contra 0,47 das sílabas tônicas.

Podemos afirmar que, em nossa amostra, a manutenção do ditongo /ow/ ainda é produtiva, o que diverge de alguns resultados de outros estudos brevemente apresentados neste trabalho. Vale ressaltar que não podemos fazer generalizações quanto aos resultados deste estudo, muito menos estendê-los ao falar amazonense – sequer ao falar manauara – uma vez que nossa amostra conta com apenas um informante por célula social, totalizando seis informantes, o que não deixa de ser uma limitação para este estudo. Portanto, os resultados aqui apresentados refletem os usos linguísticos de nossa amostra, os seis informantes do bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus (AM).

Devemos ressaltar que os informantes de nossa amostra possuem de 4 a 8 anos de escolaridade e, mesmo assim, utilizaram bem menos a forma monotongada do que falantes de várias escolaridades do restante do país, conforme descrito nas pesquisas consultadas. No entanto, não podemos afirmar se a escolaridade é relevante para a realização variável do ditongo /ow/, pois ela não foi controlada em nossa pesquisa. Um estudo mais amplo na comunidade de fala manauara seria pertinente para comparação dos resultados aqui obtidos com os de outros estudos do Brasil. Contudo, acreditamos que esta pesquisa variacionista possibilitará um maior entendimento sobre o funcionamento de nossa variedade linguística e contribuirá com a produção do conhecimento científico no Amazonas.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. (Org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- CAGLIARI, L. C. **Elementos de Fonética do Português Brasileiro**. São Paulo: Paulistana, 2007.
- CARVALHO, S. C. de. **Estudo variável do apagamento dos ditongos decrescentes orais na fala de Recife**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- COELHO, I. L. et. al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2018.

CRISTOFOLINI, C. Estudo da monotongação de [ow] no falar florianopolitano: perspectiva acústica e sociolinguística. **Revista da ABRALIN**, v.10, n.1, p. 205-229, jan./jun. 2011

CRUZ, M. L. de C. **Atlas linguístico do Amazonas**. 2004. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. 2 v. Vol I: 159 p. *mimeo*. Vol II: tomo 1: 110 p. *mimeo*; tomo 2: 260 mapas.

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa** – instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LOPES, R. **A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA**. 2002. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

NUNES, P. A. Conheça a história do bairro Praça 14 de Janeiro, berço do samba de Manaus. **A Crítica**, Manaus, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/especiais/news/saiba-mais-sobre-a-historia-da-praca-14-de-janeiro-onde-nasceu-o-samba-de-manaus>. Acesso em: 10 maio 2020.

PEDROSA, F. A. de C. Praça 14 de Janeiro. **Jornal do Commercio**, Manaus. 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/Noticia/Praca-14-de-Janeiro-51936#.XrriPERKjIU>. Acesso em: 12 maio 2020.

PRAÇA 14: um bairro de samba, quilombolas e Nossa Senhora de Fátima. **Em tempo**, Manaus, 14 jan. 2019. História dos bairros. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/amazonas/134648/praca-14-um-bairro-de-samba-quilombolas-e-nossa-senhora-de-fatima>. Acesso em: 13 maio 2020.

PRAÇA 14 - Fruto da Revolução de 1892. **Jornal do Commercio**, Manaus, Edição n. 39.436, p. 103, 23 e 24 out. 2005.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **GoldVarb X**: A variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. **Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, M. do P. S. C. da. **Interferência da fala na escrita de alunos do ensino médio: descrição e análise de usos de monotongação e de apagamento do [R] final**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, T. C. **Dicionário de fonética e fonologia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VEADO, M. A. Redução de ditongo –uma variável sociolinguística. **Ensaio de Lingüística**, Belo Horizonte (MG), ano V, n. 9, pp. 209 –229, dez., 1983.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: set. 2020.

O PADRÃO SILÁBICO CVC DO INGLÊS POR APRENDIZES BRASILEIROS

THE ENGLISH SYLLABIC CVC PATTERN BY BRAZILIAN LEARNERS

Anilda Costa Alves*

UFPB

Daiane Aparecida Cavalcante**

UFPB

Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa***

UFPB

Resumo: As línguas do mundo apresentam peculiaridades que podem causar estranhamento por parte dos aprendizes em L2, que, ao serem expostos a um novo sistema, podem demonstrar ineeficácia quanto ao conhecimento do padrão base da língua-alvo. Dentre os aspectos a serem observados nesse processo, encontram-se os padrões silábicos, que podem distinguir-se da língua materna do aprendiz. Assim sendo, este trabalho objetivou investigar como falantes aprendizes brasileiros de inglês configuraram o padrão silábico CVC do inglês, sendo estes distribuídos em dois grupos: aprendizes que receberam instrução, e aprendizes que não receberam instrução explícita, quanto aos aspectos fonético-fonológicos de tal estrutura. A base teórica apresenta as ideias de Alves (2012), Barbosa e Madureira (2015), Collischonn (2014), Pedrosa (2012) e Selkirk (1982), dentre outros. Os resultados demonstram que os grupos apresentaram estratégias distintas para a produção da sílaba CVC. Mesmo no grupo em que houve produções esperadas (sílaba CVC), os aprendizes pareceram compensar a ausência vocálica alongando a oclusiva em coda, demonstrando processos variáveis interessantes. Tal pesquisa visa contribuir com o ensino do inglês (L2), bem como demonstrar que diversas pistas acústicas verificadas no desenvolvimento linguístico de L2 não devem ser negligenciadas, pois podem fornecer respostas interessantes no percurso desenvolvido pelo aprendiz.

Palavras-chave: Sílaba CVC. Língua inglesa. Aprendizes brasileiros.

Abstract: The languages of the world have peculiarities that may be strange for L2 learners, who, when exposed to a new system, might demonstrate ineffectiveness in the phonological knowledge of the target language. Among the aspects to be observed in this process, there are the syllabic patterns of the target language, which might present phonotactic distinctions. Thus, this work aimed to investigate how Brazilian learners of English configure its syllabic structure. They were divided into two groups: learners

* Mestre e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING)/ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2365-8799>. E-mail: anildacosta16@gmail.com.

** Mestre e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING)/UFPB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9467-5559>. E-mail: daiane.aparecida20@hotmail.com.

*** Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING)/UFPB. Professora da UFPB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4308-8762>. E-mail: juliene.academia@yahoo.com.br.

who received instruction and learners who did not receive explicit instruction regarding the phonetic-phonological aspects of such a structure. The theoretical basis presents the ideas of Alves (2012), Barbosa and Madureira (2015), Collischonn (2014), Pedrosa (2012) and Selkirk (1982), among others. The results demonstrate that the groups presented different strategies for the production of the CVC syllable. Even in the group where there were expected productions (CVC syllable), the learners seemed to compensate for the vowel absence by lengthening the occlusive in coda position, showing interesting variable processes. Such research aims to contribute to the teaching of English (L2), and also to demonstrate that several acoustic clues that act in the linguistic development of L2 should not be neglected, since they can provide interesting answers in the course developed by the learner.

Keywords: CVC syllable. English language. Brazilian learners.

INTRODUÇÃO

A exposição a uma nova língua implica, geralmente, estranhamento por parte dos aprendizes. Na maioria dos casos, sobretudo em processo inicial, os falantes não conseguem estabelecer o porquê de tal estranhamento. Dentre as diferenças elencadas entre os diversos sistemas linguísticos, destaca-se um nível ainda pouco explorado no processo ensino-aprendizagem, o nível fonético-fonológico. Ao tratar dessa questão, neste texto, focalizamos como unidade de análise a sílaba como componente essencial do desenvolvimento fonético-fonológico da língua-alvo.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o padrão silábico do tipo consoante-vogal-consoante (CVC), em que a consoante final é um segmento oclusivo, em palavras da língua inglesa, produzidas por falantes brasileiros aprendizes de inglês como língua estrangeira.¹ A escolha de tal padrão para esta pesquisa deu-se em decorrência da dificuldade encontrada para a realização do travamento silábico com segmentos oclusivos em final de sílaba, visto que, frequentemente, há a reestruturação do padrão CVC para CVCV, processo comum, sobretudo em níveis mais baixos de proficiência na língua-alvo.

Como objetivos específicos, pretendemos observar que estratégias os falantes utilizam para aproximar sua fala ao padrão fonológico da língua-alvo; verificar possíveis distinções entre falantes instruídos explicitamente, em detrimento de aprendizes que não receberam instrução explícita quanto aos aspectos fonético-fonológicos da língua inglesa, mas especificamente a estrutura silábica CVC; averiguar se os aprendizes transferem para a língua-alvo o padrão silábico CVCV, cânones do português brasileiro (PB). Para a análise das produções orais dos nossos informantes, utilizaremos o software Praat versão 6.0.35 (BOERSMA; WEENINK, 2017).

O trabalho tem, como referencial teórico, as contribuições de Pedrosa (2012) e Collischonn (2014), ao tratar da sílaba; Alves (2012), ao discorrer acerca da consciência fonológica no ensino de inglês como língua estrangeira; Barbosa e Madureira (2015), que trazem contribuições quanto à análise acústica do nosso objeto de estudo, a saber: a sílaba e a identificação dos elementos presentes nas produções dos aprendizes, bem como as estratégias fonéticas utilizadas por eles.

A pesquisa está distribuída da seguinte forma: na seção introdutória, trazemos o objetivo geral e os objetivos específicos a serem discutidos no limiar do trabalho. No referencial teórico,

¹ Embora exista a problemática quanto ao uso das terminologias “língua estrangeira”, “segunda língua” e “língua adicional”, neste trabalho, não traremos discussões aprofundadas acerca disso. Assim, em nossa pesquisa, tais termos poderão ser utilizados de forma intercambiável, fazendo referência à língua em desenvolvimento do aprendiz, diferentemente da língua materna.

trataremos da sílaba e de seus elementos constituintes. Apresentamos também a consciência fonológica e sua importância para o desenvolvimento linguístico da língua-alvo e a Fonética Acústica como ferramenta essencial de análise dos dados orais dos aprendizes. Na seção dedicada à metodologia, explicitamos o passo a passo utilizado para a aplicação do experimento, coleta e análise dos dados. Posteriormente, na seção de resultados e discussão, destacamos as produções dos aprendizes, em que serão levantadas discussões acerca de tais achados. Por fim, na seção de considerações finais, retomaremos as questões apresentadas na introdução (objetivos geral e objetivos específicos), em que faremos reflexões acerca das produções encontradas nos dados dos aprendizes e como esses resultados interagem com a proposta de análise de tais objetivos, as limitações encontradas ao longo da pesquisa e suas contribuições para o desenvolvimento linguístico na língua-alvo.

Feitas essas considerações iniciais, podemos avançar o estudo para a seção em que abordaremos os aspectos teóricos considerados pertinentes para o empreendimento da nossa pesquisa.

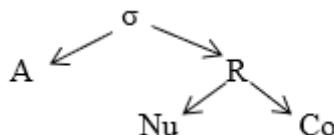
REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresentará, conforme mencionado anteriormente, aspectos da sílaba e seus constituintes, bem como explanaremos a importância da consciência fonológica para o desenvolvimento linguístico em L2 e aspectos relacionados à Fonotática Acústica. Iniciemos por explorar aspectos relacionados à sílaba.

A SÍLABA

Embora, dentro da fonologia, não exista um consenso quanto às concepções de sílaba, neste trabalho tomaremos a noção de sílaba (Figura 1) proposta por Selkirk (1982).

Figura 1: Estrutura interna da sílaba



Fonte: Selkirk (1982, p. 344).

A sílaba², representada pela letra grega *sigma* (σ), é dividida em duas partes, quais sejam: ataque³ (A) e rima (R). A rima, por sua vez, é dividida em núcleo (Nu) e coda (Co). Pedrosa (2012) destaca que as vogais, uma vez que são inherentemente mais sonoras do que as consoantes, de maneira geral, são os únicos segmentos a constituir o núcleo silábico. Em outras palavras, uma vogal, por si só, pode constituir uma palavra, já que pode ocupar sozinha o núcleo silábico, mas uma consoante isolada não o pode, pois não constitui o núcleo silábico.

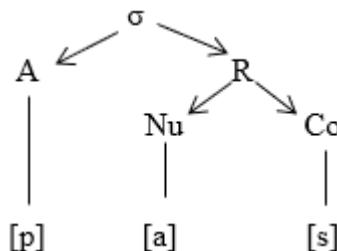
² É importante destacarmos que, assim como não há consenso quanto à definição da sílaba dentro da fonologia, o mesmo ocorre para o estabelecimento ou não de uma hierarquia entre os elementos que a constituem. De acordo com o modelo de sílaba adotado nesta pesquisa, o de Selkirk (1982), há um processo de hierarquia entre os elementos, visto que uma ligação maior entre o núcleo e a coda do que entre o núcleo e o ataque.

³ Algumas obras preferem o uso da terminologia *onset*, da língua inglesa, em detrimento de *ataque*.

Há, no entanto, línguas, como é o caso da língua inglesa, em que as consoantes líquidas /r/ e /l/ também podem ocupar tal posição.

Os segmentos de margem, ou seja, que ocupam as posições de ataque e coda, mencionadas anteriormente, são as consoantes e *glides*. Com exceção da posição de núcleo, as demais posições podem ser preenchidas ou não. Isso significa dizer que o núcleo é a única posição de preenchimento obrigatório para a constituição silábica. Vejamos o exemplo da palavra “paz” [pas] (Figura 2), no português brasileiro, em que o segmento [p] é o ataque, [a] é o núcleo e [s] é a coda.

Figura 2: Exemplo de representação silábica – palavra “paz”, no português



Fonte: As autoras.

Um ponto muito importante para o desenvolvimento da pesquisa em tela é o molde silábico, que, conforme apregoado por Collischonn (2014), refere-se a uma afirmação geral a respeito de como a estrutura das sílabas pode ser configurada nas línguas. Ressalta-se que a quantidade de elementos permitidos em cada posição e o tipo de segmento varia de uma língua para outra.

Com base em Pedrosa (2012) e Collischonn (2014), respectivamente, vejamos como se constituem os padrões silábicos do sistema linguístico do PB (Quadro 1) e do inglês (Quadro 2).

Quadro 1: Padrões silábicos do português brasileiro

V	a
VC	ar
VCC	ins.tan.te
CV	bo.la
CVC	fes.ta
CVCC	mons.tro
CCV	tri.lha
CCVC	plas.ma
CCVCC	trans.por.te
VV	ou.ro
CVV	fai.xa
CCVV	frou.xo
CCVVC	claus.tro

Fonte: Adaptado de Pedrosa (2012).

Quadro 2: Padrões silábicos do inglês

VC	add
CVC	back
CCVC	step
CVCC	land
CCVCC	trend
VV	I
VVC	oil
CVV	may
CVVC	bike
CVVCC	bind
CCVVC	break
CCVVCC	ground

Fonte: Adaptado de Collischonn (2014).

Apesar de ambas as línguas, o inglês e o português brasileiro, compartilharem o molde silábico CVC, conforme mostram os Quadros 1 e 2, há uma diferença quanto ao tipo de segmento comum na posição de coda de cada uma das línguas. Enquanto na língua inglesa é comum o segmento oclusivo em tal posição, como na palavra “bad” [bæd], do inglês, o português apresenta certa sensibilidade, visto que palavras com essa mesma estrutura, como “advogado”, “objeto”, são pouco frequentes, o que pode acarretar em produções do tipo [adiv̩gadu] e [ɔbiʒ̩etu], respectivamente, reestruturando o molde CVC, para o molde consoante + vogal (CV), padrão canônico preferível do PB.

Outra característica importante é o peso silábico. Collischonn (2014) estabelece que as sílabas podem ser classificadas em leves ou pesadas. Tal classificação faz relação com a quantidade de elementos da rima e a posição da sílaba tônica na palavra. Uma rima composta apenas pelo núcleo é caracterizada como uma sílaba leve; em contrapartida, rima com mais de um elemento, sejam eles: vogal + consoante; vogal + *glide* (semivogal) ou por uma vogal longa, são caracterizadas como sílabas pesadas.

Após essa breve descrição da estrutura da sílaba, passemos a seção seguinte, em que fazemos uma reflexão acerca do papel da consciência fonológica para o desenvolvimento linguístico da língua inglesa, em destaque para o reconhecimento do padrão silábico CVC da língua inglesa, em que o segmento em coda é uma consoante oclusiva, como na palavra “book” [buk].

A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO DO INGLÊS POR APRENDIZES BRASILEIROS

A consciência fonológica (doravante CF) corresponde, conforme preconizam Chard e Dickson (1999), ao entendimento de como os sons da língua podem ser organizados e também manipulados. A organização diz respeito ao entendimento de como os segmentos são estruturados na sílaba, e a manipulação, por sua vez, envolve habilidades como o reconhecimento dos fonemas que compõem determinado sistema; segmentação da palavra em unidades menores, a

saber, sílabas e fonemas; fornecimento de palavras que iniciam por um determinado segmento; troca de um segmento por outro, a fim de obter uma nova palavra, dentre outros. Dessa maneira, a CF envolve o uso deliberado dos elementos que formam o sistema linguístico.

Em língua materna, Alves (2012) destaca que a CF é de grande importância para alfabetizadores e fonoaudiólogos, visto que, por um lado, para a prática pedagógica, pode fornecer subsídios teóricos que visam seu aprimoramento, ao desenvolver no alfabetizando a sensibilidade ao sistema sonoro da língua e, como este se relaciona com a escrita, a relação grafema-fonema, favorecendo sua aquisição. Por outro lado, na prática clínica, fornece subsídios para corrigir determinados desvios fonológicos, os quais, se não trabalhados, podem acarretar insucesso na aquisição da escrita, entre outros fatores.

É, sobretudo, durante o processo de alfabetização na língua materna que o aprendiz desenvolve a CF, tornando-se apto para as habilidades citadas previamente. Assim, ao iniciar os estudos em uma L2, o aprendiz não vem vazio, conforme destaca Alves (2012), pois ele traz consigo sua bagagem linguística materna. É preciso, então, fornecer meios para que consiga desenvolver as mesmas habilidades, mas agora no novo sistema, fazendo-o compreender os aspectos fonológicos peculiares à nova língua. Alves (2012) ainda pontua que o fato de o aprendiz, durante a alfabetização linguística materna, ter desenvolvido sensibilidade ao seu sistema sonoro, pode favorecer o desenvolvimento da CF em L2, se tais aspectos forem explicitados durante o processo de aquisição.

Alves (2012) estabelece que a CF em L2 se dá em cinco níveis, a saber: *a consciência dos padrões silábicos da L2, consciência das rimas na L2, consciência dos fonemas da L2, consciência dos afofones da L2 e consciência dos sons não distintivos na L1 e distintivos na L2*, os quais, por sua vez, envolvem uma complexidade distinta. De tal forma, esses níveis vão se desenvolvendo em um *continuum*, não ocorrendo de maneira simultânea.

Ao tratar de uma língua estrangeira, é muito importante estar atento em como o aprendiz lida com os aspectos fonético-fonológicos da língua-alvo, visto que ele não apresenta domínios de CF para o novo sistema.

Dentre os cinco níveis de CF para o desenvolvimento da língua-alvo citados anteriormente, destacamos o nível silábico, que é foco de nossa pesquisa, posto que é no nível da sílaba que encontramos diversos processos fonológicos, que podem ser explicados pela ausência de domínio da CF.

Alves (2012) destaca que ter CF dos padrões silábicos da língua em desenvolvimento equivale a manipular as diversas formas como a sílaba pode ser estruturada. Nesse ínterim, o aprendiz pode, por exemplo, julgar determinadas produções orais como a sequência [kn] em ataque silábico do inglês como produções desviantes, visto que essa sequência não é suscetível de ocorrer na língua. Além disso, o aprendiz é capaz de estabelecer as fronteiras silábicas e, em especial na nossa pesquisa, é capaz de estabelecer que segmentos plosivos como [p, b, t, d, k, g] em posição de coda silábica são comuns na língua inglesa (molde CVC), o que não ocorre no sistema materno do aprendiz brasileiro.

O domínio da CF nesse prisma pode proporcionar ao aprendiz brasileiro de inglês maior eficácia em habilidades de produção e percepção fonológica. A ausência de tal domínio pode contribuir para a ocorrência de alguns desvios, como a troca de um fonema por outro, como, por exemplo, a palavra “think” [θɪk], do inglês, que pode ser produzida como [fɪk] por um aprendiz brasileiro, por este não ter desenvolvido o nível fonêmico na L2; a inserção vocálica, como

na palavra “book” [buk], produzida como [buki], pela ausência de domínio no nível silábico, entre outros desvios.

Concluídas essas breves considerações a respeito de como a CF pode favorecer o desenvolvimento na L2, trataremos, na seção seguinte, da Fonética Acústica e como esta pode contribuir para a obtenção de análises seguras do nosso objeto de estudo, o molde CVC da língua inglesa por aprendizes brasileiros, com consoantes oclusivas em posição de coda silábica.

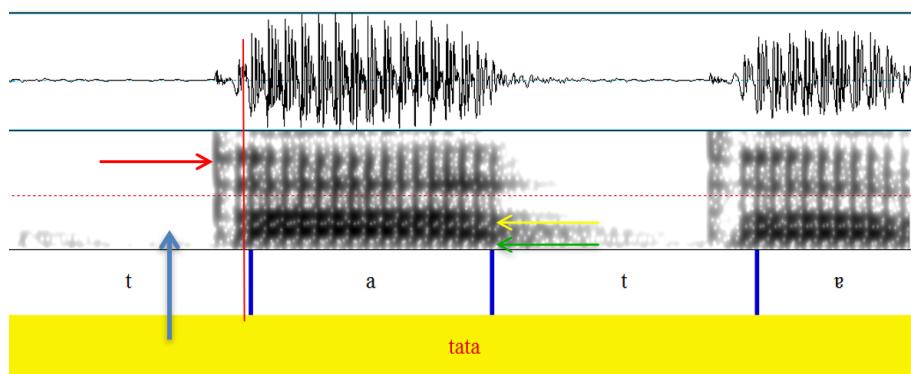
A FONÉTICA ACÚSTICA E O ENSINO DE INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

A Fonética Acústica é de fundamental importância para o empreendimento deste trabalho, visto que a pesquisa tem como proposta averiguar como os aprendizes brasileiros produzem o molde silábico CVC da língua inglesa, em que a coda é uma consoante oclusiva. Assim, a análise acústica tem como função não deixar dúvidas quanto a tais produções, a partir da leitura espectrográfica. Em se tratando desse tipo de estudo, a análise apenas de oitiva pode ser influenciada por padrões advindos da língua materna, o que pode acarretar uma discussão pouco proveitosa.

Barbosa e Madureira (2015) estabelecem que o som exteriorizado é o resultado de um complexo processo envolvendo a produção da fala. Para obtenção desse resultado final, é necessária a atuação de três subsistemas: o *subsistema respiratório*, “combustível” responsável por toda a operação, visto que sem fluxo de ar não haveria som; o *subsistema laríngeo*, responsável pela fonação; o *subsistema supralaríngeo*, responsável pela fonodiversidade da fala. É neste último, a saber, no subsistema supralaríngeo, que os diversos sons da fala são moldados, mediante a ação dos articuladores.

As pistas acústicas, para a análise em questão, deverão pautar-se em como os aprendizes brasileiros estruturam a rima silábica com o molde CVC na língua inglesa. Para isso, o foco da análise será a produção de consoantes oclusivas e possíveis vogais após a oclusão. Os segmentos oclusivos são produzidos por meio de uma obstrução total no trato oral. Tal ação corresponde, no sinal acústico, em um ruído breve, identificado por uma espécie de “estria” escura no espectrograma. Observe, na Figura 3, o exemplo de uma consoante oclusiva produzida por um falante brasileiro.

Figura 3: Produção da consoante oclusiva [t], na palavra *tata*, produzida por falante brasileiro

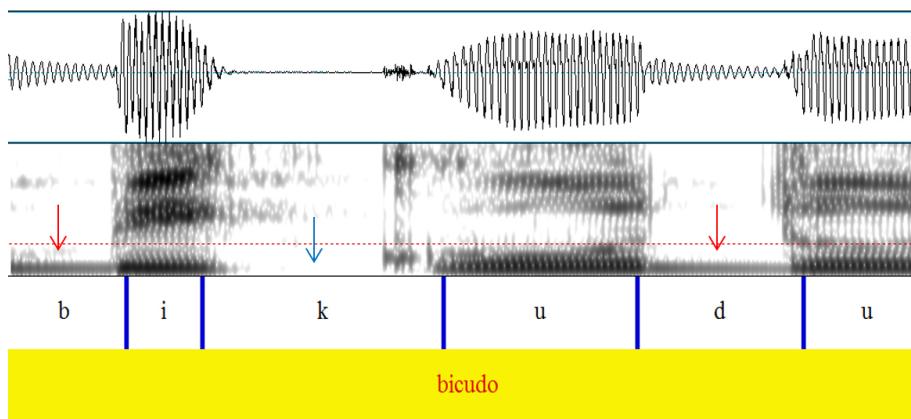


Fonte: As autoras.

A fronteira delimitada pela linha vermelha supracitada, na Figura 3, representa um som oclusivo não vozeado [t]. A produção de um segmento oclusivo envolve características bem peculiares no espectrograma. Em primeiro lugar, há a ausência de energia, ocasionada pela obstrução total dos articuladores, o que ocasiona uma área “limpa” no espectrograma (seta azul); em seguida, há a soltura brusca de ar, o *burst*, essa soltura é identificada no espectrograma por meio de uma estria estreita (seta vermelha). Outra característica acústica desses sons é o tempo de duração para o vozeamento, denominado com ⁴VOT.

Barbosa e Madureira (2015) apontam que o VOT é definido como a diferença de tempo entre o instante em que as pregas vocais começam a vibrar e o momento de soltura do ar. Tal característica pode ser positiva, quando as pregas vocais começam a vibrar somente depois da soltura do ar, em oclusivas não vozeadas [p, t, k], ou negativa, quando a vibração das pregas vocais inicia antes da soltura, em sons oclusivos vozeados [b, d, g]. A barra de sonoridade também é uma das características acústicas desses sons. Localiza-se na parte inferior do espectrograma sempre que há vibração das pregas vocais. Assim, ela surge durante a produção de oclusivas vozeadas (setas vermelhas, Figura 4) e não está presente em oclusivas não vozeadas (seta azul, Figura 4). Veja, na Figura 4, a descrição da barra de sonoridade em segmentos oclusivos na palavra *bicudo*.

Figura 4: Barra de sonoridade em oclusivas vozeadas



Fonte: As autoras.

Um segmento vocalico (som adjacente à consoante [t] na Figura 3) envolve o surgimento dos formantes. Tais eventos acústicos são identificados por linhas horizontais, de cor mais escura, que trazem características vocálicas preponderantes. O F1 (seta verde) é responsável pelo movimento de altura da mandíbula e carrega valores inversos (quanto mais baixa a vogal, mais alto o F1); o F2 (seta amarela) está relacionado ao recuo/avanço da língua (quanto mais alta e frontal a vogal, mais o F2 está afastado do F1). No caso das vogais posteriores [ɔ, ə, u], ambos os formantes, F1 e F2, estão mais próximos, em decorrência do arredondamento dos lábios. Essas características serão importantes quando analisarmos as produções silábicas dos

⁴Do termo em inglês *Voice Onset Time*.

aprendizes, visto que tais produções poderão fornecer informações importantes acerca do desenvolvimento linguístico na língua-alvo.

Após essa breve apresentação sobre os instrumentos provenientes da Fonética Acústica e sua contribuição para a análise dos nossos dados, passemos para a próxima seção, a qual nos fornecerá os passos metodológicos seguidos no estudo.

METODOLOGIA

O estudo contou com 10 participantes brasileiros aprendizes de inglês (L2), divididos em dois grupos distintos: alunos que receberam instrução⁵ explícita quanto aos aspectos fonéticos-fonológicos da língua inglesa (grupo experimental – GE) e alunos que não receberam instrução explícita quanto aos aspectos fonético-fonológicos do inglês (grupo controle – GC). O GE recebeu treinamento durante um período de seis meses. Ambos os grupos eram compostos por estudantes de duas turmas distintas de 9º ano (Ensino Fundamental – anos finais) de uma escola particular regular da cidade de Guarabira, localizada no estado da Paraíba, Brasil. A instrução não foi concentrada apenas nos padrões silábicos da língua, visto que tal ação poderia comprometer a coleta dos dados. Assim, os alunos puderam ter acesso a diversas peculiaridades fonológicas da língua-alvo tais como os fonemas, os padrões silábicos e rítmicos da língua-alvo.

Após o período de instrução no GE, os alunos foram submetidos à leitura de um pequeno texto redigido em língua inglesa, o qual continha palavras com o molde silábico CVC, com uma consoante oclusiva em coda, estrutura comum na língua inglesa, diferentemente do português brasileiro, visto que, apesar de haver algumas palavras com essa mesma estrutura, é de baixa frequência. A coleta foi realizada em um ambiente acusticamente tratado, por meio de um gravador do tipo *Zoom H1 Handy Recorder 200m*, com as seguintes configurações: Microfones: *On-board Zoom H1 unidirectional Microphones*; taxa de frequência de resposta dos microfones: 30 a 16000 Hz; taxa de amostragem: 44100 Hz; taxa de quantização: 16 bits.

Os participantes estavam cientes de que, caso não estivessem à vontade durante o procedimento de leitura, poderiam desistir a qualquer momento, e o material fornecido pelo participante desistente seria descartado. Nenhum dos informantes desistiu da coleta.

A caixa de texto⁶ a seguir traz o texto utilizado por Alves (2018, p. 101) para a leitura dos informantes do GE e do GC.

⁵ A instrução acerca do molde silábico CVC, em que a coda é uma consoante oclusiva, envolveu tarefas de percepção e de produção. Nas tarefas de percepção, por exemplo, os aprendizes foram estimulados a julgar qual o som final de palavras produzidas por falantes nativos as quais eram expostos. Eles também ouviam pares de palavras, produzidas pelas pesquisadoras, e deveriam estabelecer qual das palavras de cada par não terminava com uma consoante oclusiva [buk – buki], por exemplo. Nas tarefas de produção, foram selecionadas cenas de séries preferidas pelos aprendizes, as quais continham o nosso objeto de estudo. Os aprendizes deveriam reproduzir as cenas, que eram gravadas e analisadas posteriormente pela professora, a qual fornecia dicas de como a estrutura silábica com molde CVC era comum na língua inglesa.

⁶ Os itens em destaque na caixa de texto foram os selecionados para análise quanto ao molde silábico CVC no GC e GE.

Hi, I am Mary and I **have** four brothers. The **first** one is Max and he **thinks** that he doesn't have to brush his teeth. His mouth is always dirty. The **second** one is Peter. Peter is a very smart boy and always gets **good** grades in Math. The third one is John. John is thin, but he eats a lot. The fourth is my younger brother. His name is Ted. Ted has three pets: a cat, a dog and a bird. Ted is always with his dog. My family is large and now you know a little about it.

Thanks for reading!

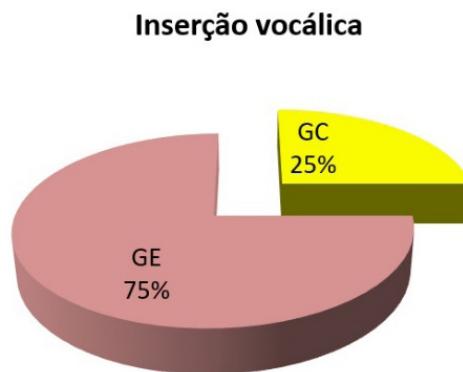
Depois de coletados, os dados orais foram submetidos à análise acústica, por meio do software Praat – versão 6.0.356 (BOERSMA; WEENINK, 2017). A partir da observação dos eventos acústicos no espectrograma, pudemos constatar se houve ou não a reestruturação silábica aos moldes da sílaba do PB (CV). Em caso da não reestruturação, buscamos verificar, por meio de outras pistas acústicas, como a duração (em milissegundos) da consoante oclusiva em coda, se houve compensação em segmentos contíguos, como uma produção de oclusiva mais longa, em virtude de não produção da vogal de apoio.

A seguir, os resultados obtidos na pesquisa e as discussões levantadas acerca das estratégias utilizadas pelos informantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 50 produções obtidas (25 de cada grupo – GC vs. GE), algo nos chamou atenção. Os aprendizes brasileiros de inglês como L2 que receberam instrução quanto aos aspectos fonético-fonológicos da língua-alvo inseriram mais a vogal de apoio do que os aprendizes sem instrução, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Porcentagem de inserção vocálica no GC e GE

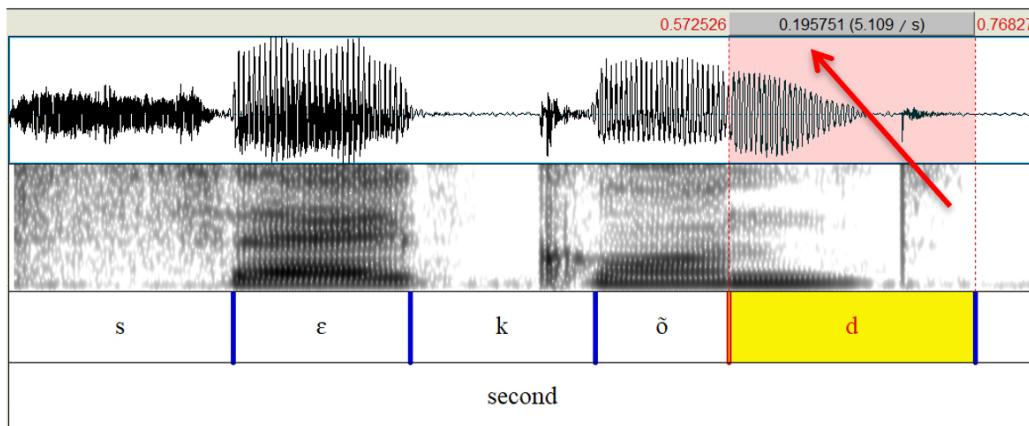


Fonte: As autoras.

No entanto, ao verificar outros aspectos acústicos envolvidos na produção dos dois grupos, percebemos que eles se distinguem quanto a aspectos duracionais dos segmentos oclusivos, o que nos leva a refletir se essa diferença tem relação com o nível de conhecimento que os aprendizes demonstram acerca da fonologia da língua-alvo.

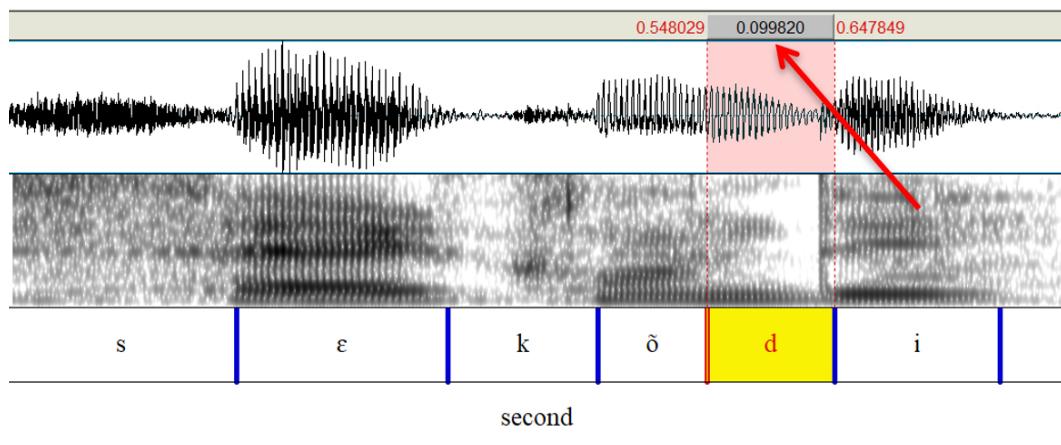
Em relação ao GE, pudemos observar que a duração da consoante oclusiva em coda é maior quando o aprendiz não insere a paragoge (vogal de apoio). Vejamos como isso se materializa nas Figuras 5 e 6.

Figura 5: Palavra *second* – GE – sem paragoge – medida em milissegundos da oclusiva



Fonte: As autoras.

Figura 6: Palavra *second* – GE – com paragoge – medida em milissegundos da oclusiva

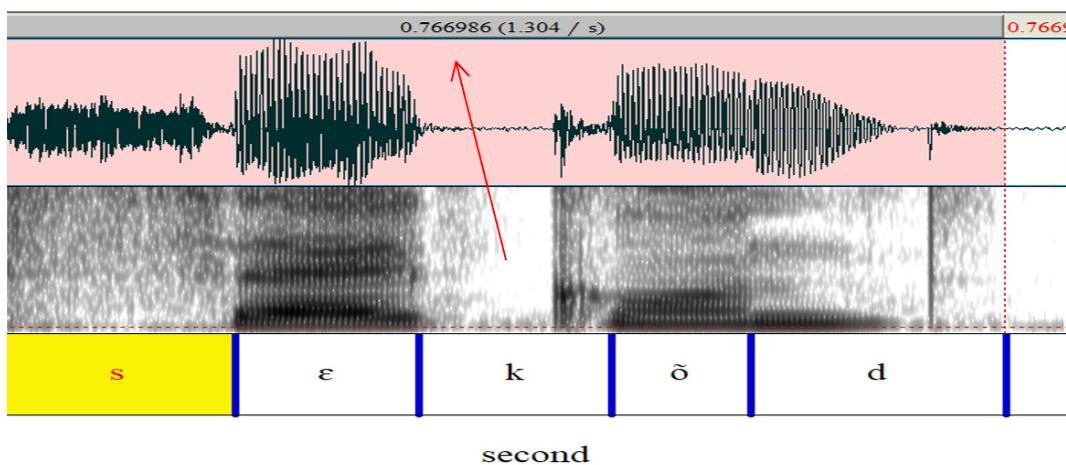


Fonte: As autoras.

Conforme mostram as Figuras 5 e 6, os valores duracionais em milissegundos (ms) da oclusiva no GE são bastante diferentes a depender da estratégia utilizada pelo aprendiz. Na Figura 5, em que não houve a inserção vocálica, ou seja, o aprendiz parece produzir a estrutura silábica da língua-alvo (CVC), obtemos uma duração de 195 ms para a oclusiva alveolar vozeada em coda [d]; em contrapartida, quando há a reestruturação ao molde CV do PB, com a inserção da vogal, mostrada na Figura 6, a duração do mesmo segmento mostra-se bastante inferior (099ms). Os valores duracionais da palavra na produção dos dois grupos são muito próximos,

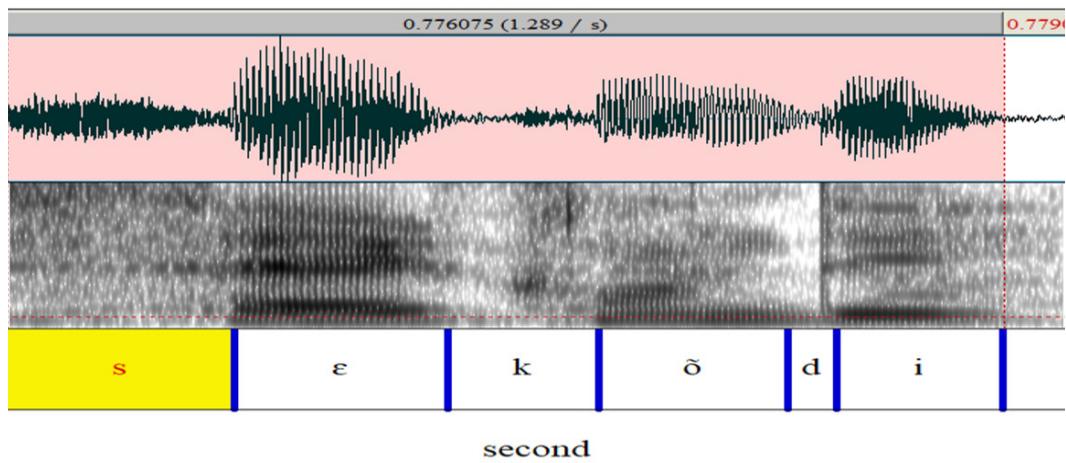
766ms no GE e 776ms no GC, o que demonstra que a diferença na duração da oclusiva não foi influenciada pela velocidade de fala, conforme nos mostram as Figuras 7 e 8.

Figura 7: Palavra *second* – GE – duração total da palavra



Fonte: As autoras.

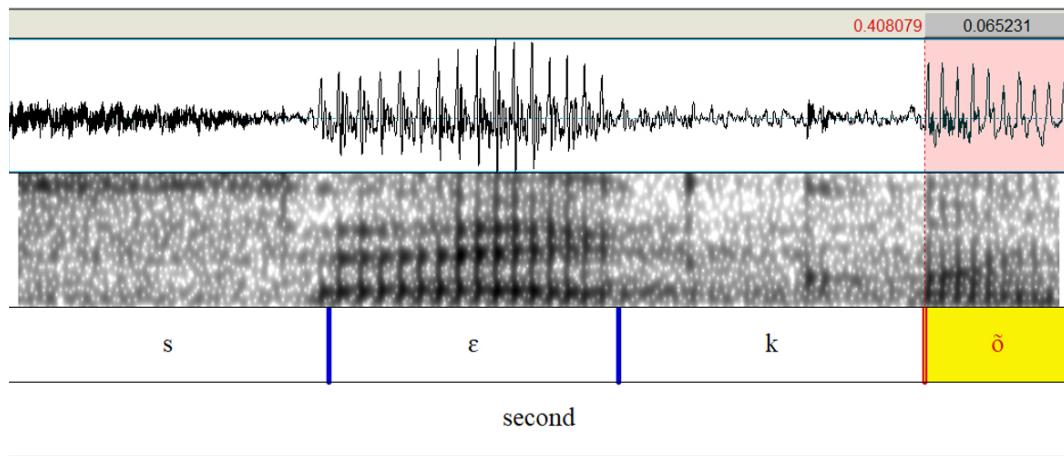
Figura 8: Palavra *second* – GE – duração total da palavra



Fonte: As autoras.

Tais valores nos levam a questionar se o falante da Figura 5 obteve uma produção semelhante ao padrão nativo, visto que parece compensar a ausência vocálica no segmento em coda.

Em relação ao GC, a estratégia mais comum foi o apagamento da oclusiva em coda. Observemos a Figura 9, antes de mais comentários.

Figura 9: Apagamento da oclusiva em coda na palavra *second* - GC

Fonte: As autoras.

Conforme constatamos na Figura 9, os falantes do GC, sem instrução explícita acerca dos aspectos fonético-fonológicos da língua inglesa, apagaram o segmento oclusivo em coda, o que favorece a uma produção comum ao padrão silábico do sistema linguístico do PB: o padrão CV. Os resultados permitem interpretar que os aprendizes do GE, apesar de realizarem a reestruturação silábica por meio da inserção da vogal, lançam mão de estratégias compensatórias, que aproximam sua produção ao padrão fonológico da língua-alvo, algo que não ocorre com o GC, devido a esse grupo apresentar o apagamento do elemento da coda silábica, distanciando sua produção do molde silábico CVC da língua inglesa.

Os resultados obtidos pelos dados coletados com os dois grupos sugerem que a busca pelo desenvolvimento da CF, por meio de instrução explícita, favorece melhores resultados quanto ao nível silábico da L2. Mesmo diante da inserção vocalica após a oclusiva, no GE, há uma melhor preservação do molde silábico CVC da língua-alvo do que no GC, ao apagar a consoante oclusiva em coda, o que pode ocasionar, ainda, prejuízos comunicativos maiores do que as estratégias utilizadas pelo GE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, como objetivo geral, verificar como os falantes brasileiros aprendizes da língua inglesa como L2 produziam o molde silábico CVC da língua-alvo, em que a coda é uma consoante oclusiva. Para termos um parâmetro de comparação, tais falantes foram divididos em dois grupos distintos: um grupo com instrução explícita (GE) e um grupo sem instrução explícita (GC) acerca dos padrões fonológicos da língua inglesa.

Os resultados, à primeira vista, demonstraram um aspecto bastante curioso: o GC obteve uma produção de vogal de apoio bastante inferior, em comparação ao GE. No entanto, um olhar mais profundo para os aspectos acústicos encontrados nos dados dos aprendizes demonstrou que as estratégias do GE foram muito distintas do GC. No que diz respeito ao GE, podemos observar

que a ausência da vogal de apoio provoca uma mudança duracional na consoante oclusiva em coda, como se o falante estivesse compensando a ausência vocálica, nos levando a refletir que há processos variáveis interessantes ocorrendo na produção da estrutura silábica CVC da língua inglesa pelos aprendizes brasileiros que receberam instrução explícita. O apagamento da oclusiva em coda pelos aprendizes do GC, além de não demonstrar desenvolvimento da CF na L2, pode comprometer o processo comunicativo, visto que traz prejuízos ao reconhecimento lexical.

A pesquisa leva-nos a refletir acerca da importância da CF quanto aos aspectos base dos sistemas linguísticos, os aspectos fonético-fonológicos, em que esta, ao ocorrer em um *continuum*, proporciona maiores processos variáveis, o que demonstra que a língua está em desenvolvimento. Estudos futuros devem elencar uma quantidade maior de dados, bem como investigar que outros processos variáveis ocorrem ao estimular o desenvolvimento da CF, a fim de fornecer resultados de estratégias utilizadas pelos aprendizes quando estes tentam aproximar sua fala ao sistema-alvo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. **Análise variacionista da produção da fricativa interdental surda do inglês /θ/ por aprendizes brasileiros.** 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- ALVES, U. K. Consciência dos aspectos fonético-fonológicos da L2. In: LAMPRECHT, R. R.; BLANCO-DUTRA, A. P. et al. (org.). **Consciência dos sons da língua:** subsídios teóricos e práticos para alfabetizadores, fonoaudiólogos e professores da língua inglesa. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 169-190.
- BARBOSA, P. A; MADUREIRA, S. **Manual de fonética acústica experimental – Dados aplicados ao português brasileiro.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat:** doing phonetics by computer. Version 6.0.21, 2017. Disponível em: www.praat.org. Acesso em: 10 jul. 2020.
- CHARD, D.; DICKSON, S. Phonological awareness: instructional and assessment guidelines. **Intervention in School and clinic**, [s. l.], v. 34, n. 5, p. 261-70, 1999.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 115.
- PEDROSA, J. L. R. Sílaba. In: HORA, D. da; PEDROSA, J. L. R. (org.). **Introdução à fonologia do português brasileiro.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 74.
- SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H.; SMITH N. (org.). **The structure of phonological representations.** Foris: Dordrecht, 1982. p. 344.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: ago. 2020.

ARGUMENTOS FRONTEADOS NA PERIFERIA À ESQUERDA DE ORAÇÕES CONDICIONAIS CENTRAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM PROCESSO DE *CLITIC LEFT DISLOCATION* COM RETOMADA PRONOMINAL VISÍVEL OU NULA

FRONTED ARGUMENTS IN THE LEFT PERIPHERY OF CENTRAL CONDITIONAL SENTENCES IN BRAZILIAN PORTUGUESE: A CLITIC LEFT DISLOCATION PROCESS WITH VISIBLE OR NULL RESUMPTIVE PRONOUNS

Vanessa Leme Fadel Steinhauser*

UEM

André Antonelli**

UEM

Resumo: Haegeman (2012) observa que, em orações condicionais centrais em inglês, não pode haver topicalização de argumento. Em sua análise, a autora propõe que o movimento do argumento para a periferia da sentença bloqueia o alçamento do operador condicional de TP para CP. Em português, diferentemente do inglês, é possível o fronteamento de argumentos. Para explicar essa diferença, propomos que, em português, quando há fronteamento de argumento em orações condicionais, o elemento fronteado é um constituinte gerado diretamente na periferia à esquerda. Nossa proposta é que tais sintagmas deslocados são retomados por um pronome visível ou nulo, tendo em vista o fato de o português ser uma língua de objeto nulo (CYRINO, 1994). Nesse sentido, as construções de fronteamento em orações condicionais do português brasileiro são, portanto, estruturas com deslocamento à esquerda clítica (*Clitic Left Dislocation* - CLLD), já que não houve movimento do elemento fronteado. O fato de não haver movimento sintático do argumento topicalizado tornaria possível o alçamento do operador condicional para o sistema CP.

Palavras-Chave: Fronteamento. CLLD. Objeto nulo. Orações condicionais.

Abstract: Haegeman (2012) observes that, in central conditional sentences in English, there can be no argument topicalization. In her analysis, the author proposes that the argument fronting to the periphery

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6911-5031>. E-mail: vanessalemefs@hotmail.com.

** Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7896-5465>. E-mail: alantonelli@uem.br.

of the sentence is the factor responsible for blocking the raising of the conditional operator from TP to CP. In Portuguese, unlike English, it is possible the fronting of arguments. In order to account for this difference, we propose that, in Portuguese, when there is argument fronting in conditional sentences, the fronted constituent is a phrase directly merged in the left periphery. Our proposal is that such elements are coreferential of a visible or null pronoun, considering that Portuguese is a language which allows null objects (CYRINO, 1994). Under this approach, fronting structures in conditional sentences in Brazilian Portuguese are, therefore, clauses manifesting Clitic Left Dislocation (CLLD), since there was no movement of the fronted constituent. Thus, the absence of syntactic raising of topicalized phrase makes it possible the movement of the conditional operator to the CP system.

Keywords: Fronting. CLLD. Null object. Conditional sentences.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo explicar uma diferença sintática entre orações adverbiais do português e do inglês. Ao estudar o fronteamento de constituintes na língua inglesa, Haegeman (2012, p. 217) mostra que, em orações condicionais centrais introduzidas pela conjunção “if” (em português, se), não pode haver topicalização de argumento para a periferia da sentença, como ilustrado em (1).

- (1) *If *the exams* you don’t pass, you won’t get the degree.

Em inglês, pode-se ter na periferia de orações condicionais centrais apenas adjuntos, como exemplificado em (2) (HAEGEMAN, 2012, p. 217).

(2) If *on Monday* the share price is still at the current level, then clearly their defence doesn’t hold much water.

No português brasileiro (doravante PB), ao contrário do inglês, é possível o fronteamento tanto de argumentos (3) quanto de adjuntos (4).

- (3) Se *essas atividades* você não fizer, você não vai sair com a gente.

- (4) Se *amanhã* você não fizer *essas atividades*, você não vai sair com a gente.

Em sua análise, Haegeman propõe que o movimento do argumento para a periferia da sentença é o responsável por bloquear o alcance do operador condicional de TP para CP nas condicionais em inglês. Assumindo os pressupostos da autora, explicamos a diferença de comportamento no PB, propondo que, em português, quando há fronteamento de argumento em orações condicionais centrais introduzidas por “se”, o elemento fronteado na realidade corresponde a um constituinte gerado diretamente na periferia à esquerda. Nossa proposta é que tais sintagmas deslocados são retomados ou por um pronome visível ou por um pronome nulo, tendo em vista o fato de o português ser uma língua de objeto nulo (CYRINO, 1994). Nesse sentido, as construções de fronteamento em orações condicionais centrais do PB são, na realidade, estruturas com deslocamento à esquerda clíctica (Clitic Left Dislocation - CLLD), já que não houve movimento do elemento fronteado. O fato de não haver movimento sintático do argumento topicalizado tornaria possível o alcance do operador condicional para o sistema CP, diferentemente do que ocorre em inglês.

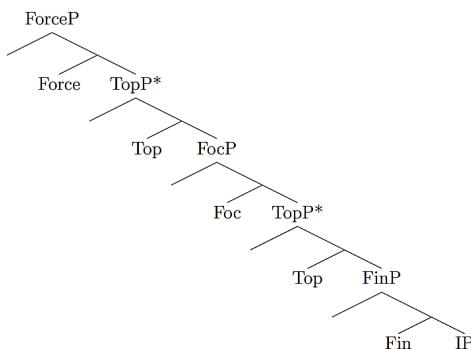
Assim sendo, este texto encontra-se organizado da seguinte maneira. Inicialmente, apresentamos alguns pontos que fundamentam nossa análise teórica, tais como a noção de CP

cindido, as diferenças entre Topicalização (Top) e Deslocamento à Esquerda (DE), o licenciamento de objeto nulo no PB e as propriedades de fronteamento de argumentos. Na sequência, apresentamos nossa proposta de análise para os dados do PB que se distinguem do inglês. Por fim, na última seção, tecemos algumas considerações finais.

O CP CINDIDO

Em seu trabalho pioneiro sobre a periferia da sentença, Rizzi (1997) propõe a decomposição da categoria CP em várias projeções, cada uma delas codificando uma propriedade específica. Em (5), apresentamos a periferia cindida defendida pelo autor.

(5)



Rizzi argumenta que a periferia à esquerda da sentença é constituída por quatro projeções principais, que apresentam um valor estrutural ou semântico/pragmático específico. Em ForceP, seriam codificadas as informações referentes à força ilocucionária da sentença, informando, por exemplo, se uma determinada cláusula é declarativa, interrogativa, imperativa ou exclamativa; em FinP, estariam codificadas as propriedades de finitude da oração. Essas duas projeções seriam responsáveis por estabelecer uma interface com o conteúdo proposicional (expresso por IP), função esta que seria desempenhada por FinP, e com uma estrutura superordenada (uma oração superior, ou a articulação do discurso, no caso de uma oração principal), função desempenhada por ForceP.

Entre FinP e ForceP, haveria projeções sintáticas de natureza discursiva, a saber: FocusP e TopP. A primeira hospedaria elementos focalizados e estaria posicionada entre as projeções TopP, as quais possuem natureza recursiva (indicado com asterisco na representação arbórea) e abrigam constituintes topicalizados. Por conta de sua natureza pragmático-discursiva, as projeções TopP e FocP seriam projetadas apenas nos casos em que a derivação apresenta um constituinte topicalizado ou focalizado.

TOPICALIZAÇÃO VERSUS DESLOCAMENTO À ESQUERDA (CLÍTICA)

Na literatura linguística especializada, as construções de tópico usualmente são subdivididas em dois grandes grupos: i) aquelas em que o elemento deslocado não apresenta um pronome cópia, que seriam as estruturas de Topicalização (TopP); e ii) aquelas em que o

sintagma deslocado é retomado por um pronome resumptivo, estruturas estas designadas de Deslocamento à Esquerda (DE) (ROSS, 1967).

Pontes (1983), a partir das reflexões de Ross (1967), discute as dificuldades de distinguir DE e Top em português. Para a autora, um empecilho para essa distinção é a possibilidade de elipse do pronome resumptivo no PB. Para o português, muitos gramáticos consideram o pronome cópia como um pleonasmo e, por isso, pregam sua omissão. Desse modo, a escolha do uso desses pronomes gera, segundo Pontes, duas possibilidades para a interpretação das construções de tópico:

- (a) que exista uma construção só, sendo o pronome opcional. Sua ocorrência seria devida a fatores como: eliminar ambiguidades, tornar mais claro o sentido; (b) que existam duas construções diferentes, com o pronome sendo opcional numa e na outra, ausente. Ou seja: a) Top. não tem pronome. b) D.E. tem pronome, mas este pode ser elidido. (PONTES, 1983, p. 123).

Pelo fato de o português permitir uma maior flexibilização na omissão do pronome, torna-se complexo definir se, em uma sentença, o tópico foi fronteado por meio de topicalização (sem pronome cópia) ou deslocamento à esquerda (com retomada pronominal). Por exemplo, em (6a), estamos claramente diante de um caso de, já que o constituinte na periferia da oração é retomado por um pronome cópia. No entanto, em (6b), na ausência de um pronome resumptivo visível, poderíamos interpretar a sentença ou como um caso de Top, em que não haveria de fato um pronome cópia, ou como um caso de, em que o pronome cópia foi elidido foneticamente mas se encontra presente sintaticamente.

- (6) a. [Aquele anel de diamante]_i, eu ganhei ele_i do Arthur.
 b. [Aquele anel de diamante], eu ganhei do Arthur.

Pontes discute ainda algumas peculiaridades do fenômeno no PB, em contraposição ao inglês. Por exemplo, seguindo Ross (1967), a autora mostra que, em inglês, ToP e DE se diferenciam no que diz respeito à possibilidade de extração a partir de um sintagma nominal complexo (SNC). Em inglês, apenas estruturas de Top não permitem esse tipo de extração, como mostra (7) (PONTES, 1983, p. 127).

- (7) *This hat I know [the boy who was wearing].

Em português, por sua vez, pode-se ter a extração a partir de um SNC, mesmo sem retomada pronominal, como exemplificado em (8). Pontes argumenta que, se o fato de não haver um pronome realmente é um indicativo de ToP, isso significa que a restrição de extração a partir de um SNC não se aplica em português para construções com ToP. Note que, com a presença de um pronome resumptivo, como em (9), a extração também é gramatical, como se espera para estruturas com DE (PONTES, 1983, p. 127).

- (8) Este chapéu eu conheço [o menino que estava usando].
(9) Este chapéu_i eu conheço [o menino que estava usando ele_i].

Para Pontes, esse tipo de contraste em relação ao inglês mostra que:

A situação em Português não é a mesma do Inglês e querer distinguir duas construções tópicas na base da presença ou ausência do pronome não é fácil, porque não

se encontra uma diferença nítida entre as Ss com pronome e as Ss sem pronome. A opçionalidade do pronome faz com que as duas construções (se é que são duas) se confundam em nossa língua. Além disso, as restrições de Ross ou não se aplicam, ou quando se aplicam, não fica claro se podem ser explicadas como restrições à elipse de pronome, (como é o caso da restrição sobre E.C). (PONTES, 1983, p. 131).

Além disso, Pontes também menciona as discussões de Ross (1967) e Emonds (1976) de que Top e DE só ocorrem em orações principais. Em inglês, uma estrutura de é agramatical em sentenças subordinadas (10), o mesmo ocorrendo em relação a estruturas de Top (11) (PONTES, 1983, p. 131).

- (10) *If [my father]_i, he_i comes home late, my mother always grills him.
- (11) *That [beans] he likes is now obvious.

Pontes mostra que, em português, essa restrição não se aplica, posto que há a ocorrência de sintagmas deslocados em diferentes tipos de orações subordinadas, com ou sem retomada pronominal, como pode ser ilustrado com os exemplos em (12) (PONTES, 1983, p. 133).

- (12) a. Estes pensamentos se vierem, é mister atalhá-los com presteza,
- b. Mas acontece que as portas e janelas, a tinta tinha saído.

Na visão da autora, esses dados sugerem que: “Em Português, não é verdade que o tópico deva ser considerado um constituinte só da sentença mais alta. E isso também põe em xeque a afirmação de Emonds, de que D.E. e Top. são transformações ‘de raiz’” (PONTES, 1983, p. 134).

Pontes identifica que, assim como nas sentenças com pronome resumptivo, nas sem pronome o SN topicalizado também é dado pelo contexto linguístico ou pragmático. Nesse sentido, há uma grande complexidade em conceituar e distinguir o fronteamento de tópico na língua portuguesa, posto que a aparição explícita do pronome é, muitas vezes, opcional, assim como as pausas. Com vistas a trazer uma breve distinção sobre o processo de topicalização e deslocamento à esquerda, a autora declara que, em termos de tendências, a Top ocorreria em situações contrastivas, quando não houvesse pausa ou pronome, com SNs definidos ou não. Por outro lado, a estrutura com DE se dá em contextos não-contrastivos, com pronome-cópia, pausa e SNs definidos.

Já em termos de discurso, Pontes entende que: “Top. é que poderia ser considerada como de mudança de tópico. Usa-se Top. para mudar de um tópico para outro, contrastando com o anterior, mas relacionado com ele. D.E. é usado para dar continuidade ao discurso, sua função é eminentemente coesiva” (PONTES, 1983, p. 146).

Contudo, a autora assume que essa distinção ainda é prematura, havendo, portanto, necessidade de se estudar mais esses fenômenos no âmbito do discurso. Assim, em virtude da “nebulosidade” do fenômeno, Pontes conclui que é preciso desenvolver mais estudos sobre as condições de licenciamento de tópicos em língua portuguesa, assim como as de elisão de pronomes, para, depois, criar bases para a distinção de Top e DE.

OBJETO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Em sua tese, Cyrino (1994) faz uma ampla discussão sobre o objeto nulo no português brasileiro. O termo objeto nulo refere-se ao apagamento fonológico do objeto direto em uma sentença. Embora abarque vários fenômenos, de um modo geral, pode-se dizer que o objeto nulo sempre se refere a um NP do discurso anterior, havendo, portanto, um caráter “fórico” influenciando seu uso, seja por meio de pronominalização ou elipse de VP.

Cyrino declara que as diferenças entre o português do Brasil e o português europeu, quanto ao fenômeno do objeto nulo, estão relacionadas a alterações na fixação de parâmetros, como consequência de uma mudança diacrônica. Segundo Roberts (1993 apud CYRINO, 1994, p. 195), a mudança diacrônica acerca do objeto nulo no PB se dá em três fases. Inicialmente, houve uma mudança fonológica no século XVII, o que fez com que o clítico de terceira pessoa fosse eliminado em certos contextos. De certa forma, isso propiciou o crescente uso da elipse sentencial no século XVIII. Por conseguinte, no século XIX, a criança passou a estender ao objeto, cujo antecedente é [+específico/referencial, -animado], a possibilidade de reconstrução em FL¹ e elipse em FF². Aumentou-se assim a ocorrência de objetos nulos em quaisquer estruturas no PB.

Ao lado de estruturas com clíticos sentenciais (13), as crianças do século XVII até o XIX ouviam também frases que eram compostas pela elipse sentencial (14) (CYRINO, 1994, p. 196-197). Essa inovação deu-se por meio de reanálises de estruturas simples, que abordam elipse sentencial como respostas curtas.

- (13) “... o homem do alecrim levou um capote com que estava coberto”
 “E como o levou?”
(14) “Pois como há aqui outro, fora D. Fuas?”
 “Eu não sei ___, em minha consciência, que é má”³

Para a autora, esses dados sugerem que o decrescente uso do clítico de terceira pessoa gerou o crescimento das elipses sentenciais, especialmente com verbos preposicionais. As crianças passaram a utilizar o objeto nulo em todos os casos em que os antecedentes eram [+específico/referencial, -animado], inclusive os não sentenciais. Com isso, conforme mostrado por Cyrino, entre os séculos XVII-XIX, as crianças poderiam produzir tanto sentenças como (15a), com clítico, quanto sentenças como (15b), sem clítico (CYRINO, 1994, p. 197).

- (15) a. E como o levou?
 b. E como levou ___? (i.e., E como levou [o capote]?)

Isso leva Cyrino a afirmar que:

A mudança paramétrica, a fase em que certas estruturas deixam de existir na gramática, está completa nos textos do século XX. Essa mudança estaria estampada

¹ FL: forma lógica.

² FF: forma fonética.

³ Esse exemplo de estrutura com elipse sentencial teria o seguinte formato no conceito linguístico de forma lógica (FL): “Eu não sei |como há aqui outro, fora D. Fuas|, em minha consciência, que é má”.

na falta do pronome clítico neutro e do clítico “o” para antecedentes |-animado|, o que altera o paradigma dos pronomes acusativos do PB. (CYRINO, 1994, p. 198).

Considerando as fases de mudança dos pronomes acusativos clíticos e não clíticos do PB, propostas por Kato (1991), Cyrino acredita que o PB está na fase 3 de mudança, isto é, não há mais clítico zero para a terceira pessoa; pronomes tônica ocupam o lugar dos clíticos na posição de objetos definidos, nas segunda e terceira pessoas; e os acusativos de terceira pessoa estão em desuso, sendo substituídos por objetos nulos para antecedentes [- animados] e por pronomes tônica para os outros tipos de antecedentes.

Assim sendo,

[...] o português que chegou ao Brasil apresentava dois tipos de objetos nulos: a) possivelmente, variáveis - mas ver Kato 1991a- para antecedentes NP |+específico|, visto a não-ocorrência em ilhas, e b) reconstrução de DP/NP para NPs |-específico|, visto a ocorrência em qualquer tipo de contexto. Além disso, apresentava a elipse sentencial, analisada, em minha proposta, como estrutura de reconstrução de DP/NP em FL. A emergência do objeto nulo no PB, isto é, a mudança diacrônica, ocorreu quando a possibilidade da ocorrência do processo “reconstrução em FL e “inaudibilia” em FF, isto é, elipse, se estendeu para a objetos cujo antecedente era |-animado|. (CYRINO, 1994, p. 200).

Com base nessas argumentações, Cyrino conclui sua retrospectiva história sobre a evolução do objeto nulo alegando que, como houve uma mudança fonológica no século XVII, as pessoas passaram a dizer a mesma coisa com ou sem o uso dos clíticos ao se referirem à terceira pessoa - em elipses sentenciais. Isso fez com que o falante optasse pela “inaudibilia”, como forma de evitar situações que não permitem próclise do clítico de terceira pessoa. Já no século XVIII, vê-se um grande aumento da elipse sentencial, ou seja, “um maior número de estruturas onde o que se ‘ouve’ é a elipse” (CYRINO, 1994, p. 200). Por conseguinte, no século XIX, a produção de objetos nulos específicos com antecedente [-animado] e de elipses sentenciais pelas crianças – como resultado de “reconstruções” em FL – indicam novamente “o aumento na opção ‘nulo’ vs. ‘clítico’” (CYRINO, 1994, p. 200). Além disso, conforme a autora, tem-se também o surgimento do pronome tônico como possibilidade de realização do objeto. Todos esses fatos mostram porque a mudança diacrônica se deu no PB:

[...] em PB, devido a uma alteração fonológica e à escolha de uma das opções oferecidas pela sintaxe da língua, obscureceu-se a evidência positiva necessária para a criança determinar a gramática. A partir da falta de evidência robusta, a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e, consequentemente, houve uma mudança no paradigma pronominal da língua. (CYRINO, 1994, p. 200-201).

Em suma, essa mudança paramétrica pode ser visualizada na alteração do paradigma pronominal do século XX, em que “[...] não existe mais o clítico neutro, este sendo substituído pelo objeto nulo, e os outros clíticos de 3^a pessoa sendo substituídos também, ou pelo objeto nulo, ou pelo pronome tônico” (CYRINO, 1994, p. 201).

FRONTEAMENTO DE ARGUMENTO

Haegeman (2006) entende que a não ocorrência de topicalização e focalização em inglês, em tipos específicos de cláusulas, é fruto de uma estrutura empobrecida do domínio CP. A proposta é que esses fenômenos de fronteamento dependem da Força Ilocucionária, já que, para a autora, orações adverbiais centrais não permitem o fronteamento de argumento em virtude de não possuírem núcleo funcional ForceP, enquanto orações adverbiais periféricas permitem.

Haegeman (2012) retoma a questão, trazendo novas contribuições para a explicação do fronteamento em cláusulas adverbiais na língua inglesa. A autora mostra que, em inglês, um elemento “wh” frontal em orações adverbiais temporais não pode preceder um argumento periférico topicalizado (16), mas pode aparecer à esquerda de um adjunto adverbial (17). Em contrapartida, em uma língua românica como o francês, um elemento “wh” pode preceder um argumento fruto de CLLD (18) (HAEGEMAN, 2012, p. 195).

- (16) *[When] her regular column she began to write last year, I thought she would be OK.
(17) [When] last year she began to write her regular column, I thought she would be OK.

- (18) [Quand] cette chanson je l'ai entendue,

Haegeman justifica os dados em (16) a (18) argumentando que sintagmas topicalizados via movimento criam ilhas, isto é, estruturas sintáticas que bloqueiam o movimento de outro constituinte. Assim, a presença de um argumento fronteado impediria o movimento do operador interrogativo e/ou relativo “wh” para a periferia da sentença. Já adjuntos e constituintes CLLD não funcionariam como ilhas e, por extensão, não bloqueariam o movimento do operador relativo e/ou interrogativo.

Em orações subordinadas adverbiais condicionais, observam-se as mesmas restrições. Orações condicionais resistem a operações de fronteamento (19), mas permitem a presença de adjuntos adverbiais na periferia da estrutura subordinada (20). Em francês, o fronteamento por CLLD não sofre restrições em orações condicionais (21) (HAEGEMAN, 2012, p. 217).

- (19) *If these exams you don't pass, you won't get the degree.
(20) If on Monday the share price is still at the current level then clearly their defence doesn't hold much water.
(21) Si ce livre tu le trouves à la Fnac, achète-le.

A autora mostra também que as orações condicionais podem ser divididas em centrais e periféricas. As centrais, como exemplificado em (19), comunicam necessariamente uma condição para a realização do evento expresso pela oração principal. Já as periféricas, ou ainda, condicionais de premissa, são aquelas em que a cláusula introduzida por “if” é um pré-requisito para o ato de fala contido na oração principal (22). Note ainda que, conforme o exemplo ilustrativo para orações periféricas, estas permitem topicalização, ao contrário das condicionais centrais (HAEGEMAN, 2012, p. 232).

- (22) If some precautions they have indeed taken, many other possible measures they have continued to neglect.

Haegeman explica esse contraste entre condicionais centrais e periféricas argumentando que, nas centrais, há um operador que se desloca de TP para CP. Assumindo a periferia cindida de Rizzi (1997), em uma sentença como (19), o fronteamento do argumento “these exams” para uma projeção TopP é agramatical, visto que isso impediria a passagem do operador nulo para [Spec,ForceP], por exemplo, onde seria estabelecida uma relação especificador-núcleo com o complementizador “if” (cf. a representação em (23)). Nas periféricas, a proposta é que essas estruturas, por não apresentarem uma condição, e sim um pressuposto, não contêm um operador condicional nulo que precise se mover do domínio de TP para a periferia da oração subordinada. Assim, em um exemplo como (22), o fato de não haver movimento de operador permite o fronteamento de um argumento, o que explica a gramaticalidade de topicalização nas condicionais periféricas (cf. a representação em (24)).

- (23) $*[\text{ForceP } \text{OP}_i \text{ if}_{+\text{Force}} [\text{TopP } \text{XP}_s \text{ Top} [\text{TP} \dots t_s \dots t_i]]]$
 (24) $[\text{ForceP } \text{if}_{+\text{Force}} [\text{TopP } \text{XP}_s \text{ Top} [\text{TP} \dots t_s \dots]]]$

Em relação à possibilidade de fronteamento de adjuntos em condicionais centrais, como ilustrado em (20), Haegeman argumenta que, neste caso, isso é possível pois o adjunto é gerado diretamente na periferia da oração. Nesse sentido, como ele não se move para o sistema CP, consequentemente não é criada uma barreira para o alcance do operador condicional nulo (cf. a representação em (25)). O mesmo se aplica para os casos de fronteamento via CLLD. Assim como adjuntos, um tópico CLLD é gerado diretamente na periferia da sentença (CINQUE, 1990). Isso significa, portanto, que um constituinte CLLD não impede o movimento do operador condicional nulo, fazendo com que o deslocamento à esquerda clíctica seja possível em orações adverbiais de línguas românticas (cf. a representação em (26)).

- (25) $[\text{ForceP } \text{OP}_i \text{ if}_{+\text{Force}} [\text{TopP } \text{XP}_{\text{adjunct}} \text{ Top} [\text{TP} \dots t_i]]]$
 (26) $[\text{ForceP } \text{OP}_i \text{ si}_{+\text{Force}} [\text{TopP } \text{XP}_{\text{CLLD}} \text{ Top} [\text{TP} \dots t_i]]]$

Em português, ao contrário do inglês, o fronteamento de argumentos é licenciado tanto em condicionais centrais quanto em condicionais periféricas, como mostram os dados em (27) e (28), respectivamente.

- (27) Se a mesma proposta o outro candidato fizer, ele não vai obter essa posição.
 (central)
 (28) Se a mesma proposta o outro candidato tivesse feito, ele não teria obtido essa posição. (periférica)

Esses exemplos mostram que a “topicalização” sem retomada resumptiva do PB se afasta da topicalização do inglês e se aproxima da CLLD das línguas românicas. Isso posto, surgem os seguintes questionamentos: por que o português permite o fronteamento de argumento na periferia à esquerda de orações centrais condicionais introduzidas por “se”, sendo que, no inglês, isso não é possível? Esse constituinte se movimenta para a periferia (topicalização) ou é gerado diretamente no sistema CP, tal como o processo de CLLD, mas sem ser retomado por um pronome visível? Essas duas hipóteses são representadas em (29) e (30).

- (29) a. Hipótese 1: o argumento é movido de uma posição interna ao TP
 b. $[\text{CP } \text{XP}_i [\text{TP} \dots t_i \dots]]$

- (30) a. Hipótese 2: o argumento é gerado no sistema CP, sendo retomado por um pronome nulo.
b. [_{CP} XP_i [_{TP} ... *pro_i* ...]

Se afirmarmos que o argumento fronteado se movimentou para a periferia da sentença por processo de topicalização, como esquematizado na hipótese 1, não é possível aplicar a proposta de Haegeman (2012) para o PB. Desse modo, em vez de termos um princípio universal em que o alcance de um operador condicional nulo é bloqueado em contextos de topicalização, como se depreende da proposta de Haegeman (2012), os fatos do português revelariam uma propriedade sujeita à variação entre as línguas naturais. Por sua vez, a hipótese 2 permite entender a análise de Haegeman (2012) como algo que se aplica de modo universal entre as línguas. Assim, o aparente caso de violação no PB nada mais é do que uma construção com tópico CLLD (retomado por um pronome nulo), e não uma estrutura de topicalização.

Ainda sobre as hipóteses para a possibilidade de fronteamento de argumento no PB, Guesser e Mioto (2016) sugerem que o fronteamento sem retomada pronominal no PB corresponde a uma estrutura de CLLD em que a retomada do tópico é feita por um resumptivo nulo. Contudo, eles também apontam algumas evidências que colocam em xeque a aceitação de que o constituinte de retomada do elemento topicalizado seja de fato uma versão nula do pronome clítico de uma CLLD.

Segundo os autores, em grande parte das línguas românticas, os constituintes tipicamente são fronteados à esquerda por meio de CLLD (31a) e HT⁴ (31b), como é o caso do italiano. Por outro lado, em língua portuguesa, o processo de topicalização à esquerda pode ocorrer sem retomada pronominal, como pode ser visualizado nos exemplos em (32), retirados do trabalho de Guesser e Mioto (2016, p. 90-91).

- (31) a. Gianni_i, lo_i ho visto ieri.
b. Gianni_i, non gli_i ho ancora parlato.
(32) a. O teu livro, eu comprei.
b. Para a noiva, o João vai dar flores (não um relógio).

Guesser e Mioto problematizam o fenômeno de topicalização à esquerda sem retomada pronominal no PB, alegando que parece não ser tão claro qual é o processo existente nesses casos: seria um caso de topicalização do tipo do inglês ou uma estrutura semelhante a uma CLLD? Tomando como suporte as premissas de Haegeman (2012), os autores chegam à conclusão de que o fronteamento sem pronome resumptivo no PB se distancia da topicalização inglesa e se aproxima da CLLD romântica, em que a retomada não é foneticamente realizada.

Indo um pouco mais além, Guesser e Mioto mencionam Kato (2011), a qual propõe que a topicalização sem pronome resumptivo é um tipo de CLLD com clítico nulo, como é esquematizado em (33) (GUESSER; MIOTO, 2016, p. 97).

- (33) As flores_i, o João vai dar [cl_ø [t_i]] para a noiva.

⁴ O tópico CLLD (Critic Left Dislocation) e o tópico HT (Hanging topic) se distinguem em alguns pontos. Quando um argumento preposicionado é fronteado, na CLLD, o tópico aparece como PP (ex. Pro João, a Maria vai lhe dar um livro); já na HT, o tópico se manifesta como DP (ex. O Pedro, a Maria vai lhe dar um livro). Além disso, pronomes tônicos podem aparecer como resumptivos em HT.

Contrariando essa proposta, Guesser e Mioto mostram que, no PB, nem sempre se pode omitir o clítico, como o contraste em (34) mostra (GUESSER; MIOTO, 2016, p. 98).

- (34) a. O João_i disse que a Maria \emptyset_i conhece.
- b. *O João_i disse que a Maria \emptyset_i conhece.

Essa seria, portanto, a primeira evidência de que, no PB, não se pode falar de retomada por clítico nulo em todos os casos. Além disso, Guesser e Mioto declaram que a necessidade de retomada explícita obrigatória em estruturas HT do PB, seja por meio de um pronome clítico ou forte (tônico), sugere que a topicalização sem retomada resumptiva no PB não significa necessariamente a retomada do tópico por um clítico nulo, como afirmou Kato (2011). Em alguns casos, o pronome resumptivo é obrigatório, como pode ser visto em (35) (GUESSER; MIOTO, 2016, p. 98).

- (35) *O Pedro_i, o João vai dar flores ec_i .

A partir desses dados, os autores propõem então que, embora sejam válidas as evidências que apontam para a existência de CLLD com retomada por um pronome foneticamente nulo no PB, deve-se questionar a especificação gramatical desse elemento resumptivo nulo, já que, aparentemente, ele não será um clítico nulo em todos os casos. Guesser e Mioto (2016, p. 99) concluem o seu texto afirmando que, em estudos futuros, necessita-se averiguar se a falta de intercambialidade entre ocorrências com clítico visível e nulo pode ser atribuída “(i) a alguma propriedade sintática específica dessas estruturas, (ii) a alguma diferença sintática/derivacional entre um clítico e sua versão invisível ou (iii) à combinação de ambos os fatores”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Como já apresentado, o objetivo deste artigo é verificar se os argumentos⁵ fronteados na periferia à esquerda de orações condicionais são fruto de deslocamento à esquerda clítica ou topicalização. Na seção anterior, apresentamos a análise de Haegeman (2012), que explica a impossibilidade de se frontear argumentos em orações condicionais da língua inglesa. Para a autora, há uma distinção entre os argumentos oriundos de CLLD em línguas românicas e a topicalização de argumentos no inglês. Como mostramos, o processo de CLLD tem um comportamento mais livre que o tópico fronteado por movimento. A ideia central de Haegeman é que, nas condicionais centrais, por apresentarem um operador nulo que se movimenta de TP para CP, o fronteamento de argumento criaria uma ilha que inibiria a passagem do operador, tornando, assim, a sentença agramatical, a exemplo da oração vista em (19). Nesse sentido, a proposta da autora é que um argumento topicalizado crie um efeito de intervenção para o movimento do operador da sentença condicional. Em contrapartida, as orações condicionais periféricas não apresentam esse operador; logo, o movimento do argumento não é empecilho para a boa formação da sentença.

Apresentando um comportamento distinto ao da língua inglesa, os argumentos em PB podem aparecer na periferia da sentença de orações condicionais centrais (37-40) e periféricas

⁵ Na sintaxe gerativa, argumento é o complemento, obrigatório ou facultativo, selecionado pelo verbo ou previsto na sua estrutura argumental. Desse modo, são argumentos os sintagmas que desempenham a função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo do sujeito, predicativo do objeto direto e oblíquo com estatuto de complemento. Para essa análise, em especial, consideraremos apenas os argumentos que correspondem ao objeto direto e indireto.

(36 e 41). Esses argumentos podem ser formados por diferentes combinações morfológicas, tais como determinante + nome (36), preposição + pronome (37), preposição + DP lexical (38), determinante + pronome + nome (39), pronome + nome (40), ou, ainda, apenas um nome (41).

- (36) Se ao menos **o contrato** ele tivesse assinado, estaríamos ricos agora.
- (37) Se **pra você** eu der o carro, fique contente.
- (38) Se **com os alunos** a professora brigar, ela vai ser demitida.
- (39) Se **os seus direitos** você abandonar, você vai ter perdido a luta.
- (40) Se **minha bicicleta** você quebrar, eu vou ficar muito brava.
- (41) Poxa! Se **flor** ela gosta, compre pra ela!

No padrão tradicional de organização das orações, a ordem linear usual é “sujeito-verbo-complemento”. Contudo, nos exemplos anteriores (36-41), vê-se que os elementos que formam os argumentos foram fronteados, isto é, colocados em uma posição à frente da de costume.

De antemão, apenas olhando para as frases, pode-se dizer que houve uma topicalização em cada exemplo, ou seja, o argumento nasceu em uma posição pós-verbal e foi movimentado para a periferia da sentença. Isso poderia ser justificado inclusive pela não existência de um elemento pronominal resumptivo retomando o argumento fronteado. Contudo, em virtude do português brasileiro ser uma língua mais suscetível à presença de objetos nulos, questiona-se se não há, em cada exemplo, um argumento que nasceu na própria periferia da sentença, sendo fruto, portanto, de deslocamento à esquerda clítica (*Clitic Left Dislocation – CLLD*) com retomada pronominal nula.

Como já visto nos pressupostos de Cyrino (1994), houve um processo diacrônico de erosão do sistema de uso dos clíticos no PB. Hoje, opta-se muitas vezes pelo uso de pronomes tônicos ou ainda pela omissão fônica do objeto. Poucos clíticos restaram no uso, como é o caso dos pronomes “me” e “te”, na fala, e dos “o” e “lhe”, na escrita. Isso poderia justificar, então, o motivo pelo qual não há retomada pronominal de argumentos fronteados nos exemplos anteriores. Talvez seja essa maior amplitude de opções para o uso de objeto nulo que faz com que os processos de Topicalização e CLLD se confundam no português brasileiro, diferentemente do que acontece na língua inglesa, em que existem maiores restrições no tocante a processos de elipse (seja de sujeito, seja de objeto).

Essa possibilidade de omitir-se o objeto fornece-nos subsídios para acreditar que, em orações subordinadas condicionais do PB, o argumento fronteado é um tópico CLLD, isto é, um constituinte nascido diretamente na periferia da sentença e retomado por um pronome correferente localizado no interior de TP. Esse pronome resumptivo poderia ser um pronome clítico (42), tônico (43) ou ainda um objeto pronominal nulo (44).

- (42) Se pra você_i eu **te_i** contar o segredo, fique em silêncio.
- (43) Se o bolo_i eu tivesse tirado **ele_i** do forno, não teria queimado.
- (44) Se o bolo eu tivesse tirado pro_i do forno, não teria queimado.

Somando então essa evidência do objeto nulo à hipótese de Haegeman (2012), já descrita anteriormente, pode-se supor que, no português, os argumentos fronteados, inclusive os sem aparente retomada pronominal, nascem na própria periferia da sentença em orações condicionais, sendo originados, portanto, por meio de CLLD. Por serem gerados diretamente no sistema CP, o

alçamento do operador condicional nulo não é bloqueado nas orações subordinadas adverbiais condicionais.

É importante averiguar, porém, se todos os casos de fronteamento de argumento possibilitem realmente uma retomada pronominal clíctica ou tônica, com vistas a verificar-se se os objetos nulos podem ser sempre substituídos por pronomes explícitos. Se nem todos os casos puderem ser retomados por pronomes visíveis, pode-se sugerir que há também topicalização em orações condicionais no PB, o que desconstruiria em parte a análise feita até aqui. Por outro lado, se todos os casos apresentarem a possibilidade de inserção de um elemento explícito na posição de objeto nulo, é porque no PB o fronteamento de argumento em orações condicionais centrais se dá apenas por CLLD. O Quadro 1 mostra que a retomada pronominal sempre é possível nessas estruturas com argumentos fronteados.

Quadro 1: Substituição do elemento resumptivo nulo por um pronome visível

	Fronteamento de argumento sem retomada pronominal visível	Fronteamento de argumento com retomada visível
DET + NOM	Se a Melissa você magoar, eu não respondo por mim.	Se a Melissa você magoar ela , eu não respondo por mim.
NOM	Se chucrute você fizer com pimenta, deixe esfriar por 10 minutos.	Se chucrute você fizer ele com pimenta, deixe esfriar por 10 minutos.
DET + PRON + NOM	Se a sua vida você deixar passar, não terá tempo para amar.	Se a sua vida você deixar ela passar, não terá tempo para amar.
PRON + NOME	Se minha bicicleta você quebrar, vai ter que me pagar outra.	Se minha bicicleta você quebrar ela , vai ter que me pagar outra.
PREP + DP LEXICAL	Se do Carlos eu não gosto, o problema é meu.	?Se do Carlos eu não gosto dele , o problema é meu. ⁶
PREP + PRON	Se pra você eu contar o segredo, fique em silêncio.	Se pra você eu te contar o segredo, fique em silêncio.

Fonte: Os autores.

A possibilidade de preencher os objetos nulos com pronomes visíveis comprova a teoria até aqui apresentada: argumentos fronteados na periferia à esquerda de orações condicionais centrais sem retomada pronominal visível nascem na própria periferia e são retomados por um elemento pronominal nulo. Em alguns casos o pronome resumptivo pode indicar uma repetição

⁶ Para falantes que não aceitam esse tipo de exemplo, o nível de aceitabilidade melhora se o argumento fronteado não estiver preposicionado, como em (i):

(i) Se o Carlos eu não gosto **dele**, o problema é meu.

bastante explícita. Contudo, embora o objeto nulo seja mais viável no português, dadas as suas motivações linguísticas e extralingüísticas, a possibilidade de substituir-se o objeto nulo por um pronome pode ser considerada uma evidência bastante válida para comprovar-se a existência de um tópico CLLD nessas estruturas.

Além disso, é oportuno destacar que a natureza gramatical dos argumentos fronteados não alterou a possibilidade de elisão e nem de retomada pronominal nos exemplos do Quadro 1, o que é bastante válido. De modo semelhante, percebe-se que a especificação modo-temporal das construções condicionais também não interferiu no desempenho do fenômeno de fronteamento nessas estruturas.

Apresentamos, no Quadro 2, uma rápida análise sobre os subtipos das orações condicionais: (i) condicionais factuais; (ii) condicionais contrafactuals; (iii) condicionais eventuais.

Quadro 2: O fronteamento de argumento nos subtipos das condicionais

Os subtipos das condicionais ⁷	Fronteamento de argumento com retomada pronominal nula	Fronteamento de argumento com retomada pronominal visível
<u>Oração condicional factual</u> <i>Dada a realização/a factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização/factualidade da oração condicionada</i>	<p>Se do feijão eu não gosto, então o problema é meu.</p> <p>Se o prêmio você ganhou, então é porque você é merecedora dessa vitória.</p>	<p>Se do feijão eu não gosto dele, então o problema é meu.</p> <p>Se o prêmio você ganhou ele, então é porque você é merecedora dessa vitória.</p>
<u>Oração condicional contrafactual</u> <i>Dada a não realização/não factualidade da oração condicionante, assegura-se, necessariamente, a não realização/não factualidade da oração condicionada</i>	<p>Se a maturidade de hoje eu tivesse naquela época, não teria errado tanto.</p> <p>Se outras escolhas eu tivesse feito, como seria minha vida hoje?</p>	<p>Se a maturidade de hoje eu a tivesse naquela época, não teria errado tanto.</p> <p>Se outras escolhas eu as tivesse feito, como seria minha vida hoje?</p>
<u>Oração condicional eventual</u> <i>Dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da condicionada</i>	<p>Se o arroz ela queimar, será desclassificada do programa de culinária.</p> <p>Se a mão o Josué estender, desconfie.</p>	<p>Se o arroz ela queimar ele, será desclassificada do programa de culinária.</p> <p>Se a mão o Josué a estender, desconfie.</p>

Fonte: Os autores.

⁷ Para fazer-se a distinção entre esses subtipos, utilizaram-se os pressupostos teóricos de Neves (2011).

Normalmente, as condicionais são definidas por: “se *p*, (então) *q*”, em que *p* é a prótase (condição para realização – *oração condicional*) e *q* é a apódose (consequência/resultado da resolução da condição enunciada – *oração principal/nuclear*). Sobre isso, vê-se que o Quadro 2 é muito significativo, pois mostra com bastante evidência que todos os subtipos das construções condicionais podem apresentar fronteamento de argumento, seja ele com retomada nula ou visível. A indicação modo-temporal que, de certa forma, norteia a factualidade e eventualidade das orações condicionais não é empecilho para o fenômeno linguístico que estamos estudando neste trabalho. Pelo contrário, a possibilidade de frontear-se argumento nos três subtipos de condicionais (com ou sem retomada visível) pode ser considerada uma evidência de que, no português brasileiro, o fronteamento de argumento na periferia à esquerda de orações condicionais dá-se por meio de CLLD.

Fazendo uma comparação entre nomenclaturas, pode-se dizer que as orações condicionais centrais de Haegeman (2012) são as eventuais de Neves (2011), já que são elas que dão uma condição para a realização do evento expresso na oração principal. Há nas centrais/eventuais uma potencialidade a ser posta em xeque para a ocorrência da matriz. Por outro lado, as orações condicionais periféricas de Haegeman (2012) podem ser comparadas às factuais e contrafactuais de Neves (2011), dado que apresentam pressupostos.

É interessante destacar que, tanto no Quadro 1 como no Quadro 2, foram usados exemplos de orações centrais e também de orações periféricas; e em todos os casos pôde-se retomar o argumento fronteado por meio de um pronome resumptivo. Isso pode mostrar que, embora no inglês não haja restrição para a topicalização de argumento em orações periféricas, no PB, essas construções podem se dar tanto por topicalização como também por CLLD. O deslocamento à esquerda clíctica com retomada nula ou visível se encaixa em qualquer tipo de oração condicional no PB, aparentando ser, assim, muito mais flexível do que a topicalização. É preciso fazermos um estudo mais aprofundado quanto ao caso das orações periféricas, a fim de identificarmos se no PB há só CLLD ou também topicalização, como no inglês. Essa discussão deixamos, porém, para trabalhos futuros.

Na sequência, uma outra questão interessante a ser discutida ainda nesse tópico analítico é, justamente, aquilo que Guesser e Mioto (2016) pontuaram sobre a omissão do clítico. Para mostrar que nem sempre o clítico pode ser omitido, apresentamos novamente o exemplo (34b), retomado agora como (45) (GUESSER; MIOTO, 2016, p. 98).

- (45) *O João_i disse que a Maria Ø_i conhece.

De fato, em uma sentença como essa, a omissão seria inviável. Contudo, se pensarmos esse exemplo dentro de uma construção adverbial condicional, notamos que o objeto pode ser ocultado sem prejuízos para a gramaticalidade da estrutura (46 – periférica, e 47 – central). Isso prova novamente que, em orações adverbiais condicionais iniciadas por “se”, argumentos podem ser fronteados com retomada nula ou explícita sem muitas restrições, por meio de CLLD.

- (46)
 - a. Se o João eu disse que a Maria conhece, acredite em mim.
 - b. Se o João eu disse que a Maria conhece ele, acredite em mim.
- (47)
 - a. Se o João ela disser que conhece, acredite.
 - b. Se o João ela disser que o conhece, acredite.

Toda essa discussão nos mostra que o froteamento de argumento com retomada nula em orações condicionais centrais do PB se distancia da topicalização do inglês e se aproxima das construções de CLLD das línguas românicas. Contudo, uma observação mais atenta revela que há ainda uma certa divergência entre o funcionamento desse fenômeno no português e em outras línguas românicas. Isso ocorreria em razão de, no português, haver maior amplitude no uso do objeto nulo, enquanto, em línguas como o italiano e o francês, por exemplo, o objeto vem geralmente explícito por meio de um pronome clítico visível. Tal fato faz com que um tópico CLLD seja bem mais marcado nessas outras línguas românicas do que no português, já que, nelas, o elemento resumptivo do argumento fronteado é visível. Isso pode ser justificado como decorrente de um processo sócio-histórico de desenvolvimento da língua portuguesa, em que vemos o desuso de pronomes clíticos e o favorecimento do objeto nulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender as razões que permitem a possibilidade de fronteamento de argumento em orações subordinadas adverbiais do português brasileiro, algo não possível em inglês, por exemplo. Para tanto, teve como objetivo averiguar qual processo rege esse fenômeno: *clitic left dislocation* ou topicalização. Pautando-se nas premissas de Haegeman (2012), assumimos que, em orações condicionais centrais, o fronteamento de argumento bloqueia qualquer tipo de movimento para a periferia da sentença, impossibilitando a passagem do operador nulo condicional de TP para CP. Nossa hipótese é de que esse processo de restrição também se aplica no PB.

Mostramos que os argumentos fronteados sem retomada pronominal em português, em vez de serem entendidos como casos de topicalização, devem ser interpretados como tópicos CLLD. Nossa proposta é que, nas adverbiais condicionais, o argumento fronteado é sempre retomado, ou por uma forma pronominal visível, ou por uma forma pronominal nula. Essa análise ganha sustentação se pensarmos que o PB é uma língua em que o fenômeno do objeto nulo é altamente produtivo. Nesse sentido, então, o PB não constitui uma exceção para a análise de Haegeman, já que a variante brasileira do português se comportaria de modo semelhante às línguas românicas que manifestam CLLD nas condicionais centrais. A única particularidade do PB é que o elemento resumptivo pode assumir a forma de um elemento pronominal nulo.

REFERÊNCIAS

- CINQUE, G. *Types of A' dependencies*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- CYRINO, S. M. L. **O objeto nulo do português do Brasil:** um estudo sintático-diacrônico. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- EMONDS, J. **A transformational approach to English syntax**. New York: Academic Press, 1976.
- GUESSER, S.; MIOTO, C. Notas sobre a topicalização à esquerda sem retomada pronominal (explícita) no PB. In: GUESSER, Simone. (org.). **Linguística: pesquisa e ensino**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 79-102.

- HAEGEMAN, L. Argument fronting in English, Romance CLLD and the left periphery. In: ZANUTTINI, R. et al. (org.). **Cross-linguistic research in syntax and semantics:** negation, tense and clausal architecture. Washington, DC: Georgetown University Press, 2006. p. 27-52.
- HAEGEMAN, L. **Adverbial clauses, main clause phenomena, and composition of the left periphery:** The cartography of syntactic structures. New York: Oxford University Press, 2012.
- KATO, M. A. The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W. J.; PERISSINOTTO, M. M. G.; RAPOSO, E. (org.). **Linguistic perspectives on the Romance languages.** Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 225-236.
- KATO, M. A. DPs complexos em estruturas de “construal”. **Revista Letras**, Curitiba, v. 84, n. 2, p. 141-151, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v84i2.25613>
- NEVES, M. H. M. As conjunções condicionais. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática de usos do português.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 829-861.
- PONTES, E. S. L. Topicalização e deslocamento para a esquerda. **Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura**, [s. l.], n. 9, p. 121-151, 1983. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/0101-3548.5.9.121-151>
- RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (org.). **Elements of grammar.** Dordrecht: Springer, 1997. p. 281-337.
- ROSS, J. **Constraints on variables in syntax.** 1967. Tese (Doutorado em Modern Languages and Linguistics) - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts, 1967.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: ago. 2020.

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: INVESTIGANDO ALGUMAS ESTRATÉGIAS PRONOMINAIS EM ORAÇÕES FINITAS

SUBJECT INDETERMINATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE: INVESTIGATING SOME PRONOMINAL STRATEGIES IN FINITE CLAUSES

Gabriel de Ávila Othero*

UFRGS

Susana Miranda da Silva**

UFRGS

Resumo: Neste artigo, analisamos estratégias de indeterminação do sujeito em orações finitas do português brasileiro (PB), por meio da investigação de um corpus recente de língua falada, o corpus LínguaPOA, que contém fala transcrita e coletada entre 2015 e 2016 em entrevistas sociolinguísticas. A ideia básica aqui é descrevermos e elencarmos as estratégias de indeterminação do sujeito em PB falado contemporâneo, com o intuito de verificar se a hipótese de Duarte (1995, 2007, 2012, entre outros) de que o PB passou a privilegiar orações com sujeito determinado pronominal explícito também se verifica em estratégias de indeterminação do sujeito. Além de investigarmos o corpus e analisarmos as estratégias de indeterminação do sujeito, compararmos nossos resultados com os resultados reportados por Vargas (2010, 2012), que investigou a indeterminação do sujeito em um corpus de língua escrita para peças de teatro do início da década de 1990. Nosso principal objetivo com a comparação entre essas duas sincronias (década de 1990 e anos 2015-2016) é iniciar o que pode ser uma análise contrastiva para verificar se houve mudança nas estratégias pronominais de referência arbitrária utilizadas para indeterminar o sujeito, além de verificar se há preferência pelo emprego da forma pronominal nula ou preenchida nas estratégias de indeterminação do sujeito em PB nessas duas sincronias. Argumentamos que a entrada de novas formas de indeterminação no sistema gramatical do PB e a preferência pelo uso de formas plenas dos pronomes de referência arbitrária (como mostraremos) são indícios da mudança pela qual o PB vem passando no que diz respeito ao favorecimento do sujeito expresso em detrimento do sujeito nulo. Relacionamos nossos achados empíricos ao efeito cascata de mudança já antecipado

* Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2060-6312>. E-mail: gabriel.othero@ufrgs.br.

** Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: susy.s@hotmail.com.

por Labov (2008), em que mudanças no quadro pronominal do PB, em especial aquelas que foram se estabelecendo a partir da metade do século XX, afetam diferentes aspectos da gramática da língua, tal como as estratégias de indeterminação do sujeito.

Palavras-chave: Indeterminação do sujeito. Português brasileiro. Orações finitas. Pronomes. Referência arbitrária.

Abstract: In this article we analyze strategies of subject indetermination in finite clauses in Brazilian Portuguese (BP), through the investigation of a recent spoken language corpus, LinguaPOA, that contains transcribed speech, collected between 2015 and 2016 from sociolinguistic interviews. The basic idea here is to describe and list the strategies of subject indetermination in contemporary spoken BP in order to verify if Duarte's (1995, 2007, 2012, among others) hypothesis that BP is privileging clauses with overt pronominal determinate subject is also valid with indeterminate subjects. In addition to investigating the corpus and analyzing strategies of subject indetermination, we compare our results to those found by Vargas (2010, 2012), who investigated subject indeterminacy in a written language corpus composed by theatre plays from the early 1990s. Our main goal comparing these two synchronisms (early 1990s and 2015-2016) is to start a contrastive analysis to verify whether there has been a change in the pronominal arbitrary reference strategies used to indeterminate the subject, in addition to check whether there is a preference for null or overt pronominal form in strategies of subject indetermination in BP in these two synchronies. We argue that the entry of new forms of indetermination in the BP grammar system and the preference for the use of overt pronouns for arbitrary reference (as we will show) are an indication of the change that BP has been going through in terms of favoring the expressed subject over the null subject. We relate our empirical findings to the cascade effect already anticipated by Labov (1972), in which changes in the pronominal framework of BP, especially those that have been established since the middle of the 20th century, affect different aspects of the grammar of the language, such as strategies of subject indetermination.

Keywords: Subject indetermination. Brazilian Portuguese. Finite clauses. Pronouns. Arbitrary reference.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, investigamos as estratégias de indeterminação do sujeito em orações finitas do português brasileiro (PB). Para isso, analisamos um *corpus* de língua falada recente, o *corpus* LinguaPOA,¹ que contém fala transcrita e coletada entre 2015 e 2016 em entrevistas sociolinguísticas. Temos por objetivo principal elencar e descrever as estratégias de indeterminação do sujeito em PB falado contemporâneo (ao menos na variedade investigada). Além disso, iremos verificar se a hipótese central defendida por Duarte de que o PB passou a privilegiar orações com sujeito determinado pronominal explícito (em detrimento do sujeito nulo) também se verifica em orações com sujeito indeterminado (DUARTE, 1993, 1995, 2003, 2007; BERLINK; DUARTE; OLIVEIRA, 2015, entre outros).

Além de investigarmos o *corpus* e analisarmos as estratégias de indeterminação do sujeito, também iremos comparar nossos resultados com aqueles encontrados por Vargas (2010, 2012), que investigou estratégias de indeterminação do sujeito em um *corpus* de língua escrita

¹LínguaPOA é um acervo de entrevistas sociolinguísticas de informantes da cidade de Porto Alegre e faz parte do projeto *Variação fonético-fonológica e classe social na comunidade de fala de Porto Alegre* (BATTISTI et al., 2017).

para peças de teatro do início da década de 1990.² A escrita monitorada é mais conservadora do que a fala espontânea e, por isso, costuma registrar “momentos anteriores” da fala em PB, privilegiando, muitas vezes, a norma lusitana em detrimento das inovações que encontramos na fala vernacular brasileira (conforme resultados encontrados em CYRINO, 1997; DUARTE, 2007; OTHERO *et al.*, 2018; OTHERO; SPINELLI, 2019, por exemplo). Contudo, o texto escrito para o teatro deixa transparecer marcas de oralidade características do PB contemporâneo (DUARTE, 2012). Nossa principal motivação ao compararmos essas duas sincronias (início da década de 1990 e anos 2015-2016) é iniciar uma análise contrastiva para verificar se houve mudança nas estratégias pronominais de referência arbitrária utilizadas para indeterminar o sujeito e, como dissemos anteriormente, verificar se há preferência pelo emprego da forma pronominal nula ou plena nas estratégias de indeterminação do sujeito em PB³.

A forma pronominal nula é a regra em português europeu - PE (DUARTE, 2007, DUARTE; FIGUEIREDO SILVA, 2016). Desse modo, o sujeito nulo segue como estratégia gramatical produtiva em PE, tanto em construções com sujeitos determinados como com sujeitos indeterminados (ou arbitrários). A inovação em PB, como diversos estudos têm mostrado desde as investigações pioneiras de Duarte (1989, 1993), são as orações com sujeito foneticamente explícito de referência indeterminada (em detrimento de orações com sujeito nulo), como vemos em exemplos “canônicos” – (1) e (2) – retirados de uma gramática normativa tradicional, em contraste com os exemplos em PB contemporâneo, extraídos do *corpus* LínguaPOA – (3) e (4).

- (1) *Reputavam-no* o maior comilão da cidade. (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 142).
- (2) Precisa-se do carvalho; não se precisa do caniço. (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 142).
- (3) Acho que tudo começa lá na educação e **a gente**_{arb} sabe que é uma coisa que no Brasil tá completamente:: largado, né.
- (4) Antigamente **eles**_{arb} faziam tudo::, tudo só na mão, assim, **eles**_{arb} escreviam as receitas e não tinha internet, não tinha Google pra pesquisar.

Repare que, em (1) e (2), não há sujeito pronunciado, ao contrário do que vemos nos exemplos (3) e (4), em que os pronomes *a gente* e *eles* têm uma interpretação arbitrária, atuando como sujeitos indeterminados (i.e. os pronomes perdem seu caráter referencial e passam a ser usados de maneira indeterminada ou arbitrária; por isso, assinalamos o índice subscrito _{arb} ao lado da forma pronominal que marca a indeterminação do sujeito): em (3) o pronome *a gente* não engloba nenhuma referência possível de 1^a pessoa de plural canônica (i.e. 1^a p. + 2^a p., 1^a p. + 3^a p. ou 1^a p. + 2^a p. + 3^a p.), e a oração poderia ser parafraseada como “sabe-se que [a educação] é uma coisa que...”; da mesma forma, *eles*, em ambas as ocorrências em (4), não tem qualquer referência determinada, apenas genérica ou arbitrária; se ocultado, seria um sujeito

²Trata-se de três peças teatrais de autoria de Miguel Falabella: *A partilha* (1990), *No coração do Brasil* (1992) e *Como encher um biquíni selvagem* (1992). Essa amostra faz parte de um estudo diacrônico que analisou a indeterminação do sujeito por meio de peças teatrais escritas no período de 1837 a 1992 (VARGAS, 2010, 2012).

³O ideal, como nos apontou um dos pareceristas do texto, seria comparar o que encontramos aqui com os dados de fala de outro *corpus* de Porto Alegre de momentos anteriores, como o VARSUL da década de 1990. Pretendemos fazer isso como trabalho futuro. Por ora, interessava-nos investigar o momento sincrônico do português com relação à referência arbitrária do sujeito e, se possível, comparar com algum momento anterior, apenas com o intuito de verificar se descobrimos novas estratégias ou se antigas estratégias haviam se perdido ou se fortalecido. Encontramos o trabalho de Vargas, que serviu de comparativo suficiente para este estudo.

indeterminado canônico reconhecido pela tradição grammatical como tal (*antigamente Ø faziam tudo*, Ø escreviam as receitas).

Ainda que construções como (3) e (4) sejam comuns em PB – como mostraremos nas próximas seções –, a tradição grammatical insiste em afirmar que as estratégias de indeterminação em português acontecem apenas em “[...] casos em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado” (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 142), tais como os exemplos (1) e (4). Isso se deve, obviamente, ao “modelo de língua” usado para a análise tradicional, a língua escrita literária⁴.

Dito isso, organizamos este artigo como segue: na primeira seção, apresentamos o fenômeno da indeterminação do sujeito e estudos sobre as formas pronominais de referência arbitrária no PB. Na segunda seção, apresentamos os resultados de Vargas (2010, 2012) em sua análise de peças de teatro (a que chamaremos aqui de *Amostra 1990*), tanto para as estratégias de indeterminação quanto para a representação das formas nulas ou preenchidas. Na terceira seção, apresentamos os resultados que obtivemos a partir de nossa análise do *corpus LínguaPOA*, que constitui o que chamaremos aqui de *Amostra 2015*. Finalmente, na quarta seção, trazemos um comparativo entre os resultados das duas amostras (que apresentam uma diferença cronológica de cerca de 25 anos, além da diferença de modalidade “língua escrita para ser falada” x “fala transcrita”) e esboçamos algumas generalizações.

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PB

Comecemos com o que encontramos na tradição grammatical portuguesa – e brasileira –, que reconhece duas formas de indeterminação do sujeito em orações finitas. O emprego do verbo na 3^a pessoa do plural com o pronome não expresso (exemplo (1)) ou a 3^a pessoa do singular acompanhada pela partícula *se* – quando o verbo for intransitivo ou intransitivo indireto – exemplos (2) e (5):

- (1) *Reputavam-no* o maior comilão da cidade.
- (2) *Precisa-se* do carvalho; não *se precisa* do caniço.
- (5) Ainda *se vivia* num mundo de certezas. (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 142).

São privilegiadas, portanto, as formas de indeterminação do sujeito que omitem o sujeito (seja uma forma pronominal ou SN nucleado por substantivo) ou que empregam o clítico *se* como índice de indeterminação do sujeito. Contudo, ao longo das últimas décadas, diversos estudos sobre o tema (conforme referências mencionadas na seção anterior, por exemplo) demonstraram que tanto na língua falada como na escrita (em diversos gêneros) o PB apresenta outras estratégias para indeterminar o sujeito (veja algumas estratégias em Perini, 2016, que mencionamos há pouco, por exemplo). Entre essas outras estratégias, está o uso de formas pronominais, alvo de nossa investigação aqui.

⁴Por outro lado, as gramáticas contemporâneas do PB que fogem à tradição grammatical apresentam o fenômeno da indeterminação do sujeito de maneira mais afinada com os fatos da língua. Perini (2016, p. 112-116), por exemplo, reconhece pronomes pessoais (e outros sintagmas nominais) como recursos sintáticos que expressam a indeterminação do sujeito em PB e apresenta exemplos como: “É muito mais fácil *você* fazer uma campanha de vacinação do que *você* manter um paciente na UTI”, em que o sujeito indeterminado é expresso pelo pronome *você* de referência indeterminada ou arbitrária.

Na literatura linguística brasileira, estudos variacionistas, como Setti (1998) e Barros Jesus (2017), analisaram as formas pronominais que têm sido usadas de maneira frequente na indeterminação do sujeito e fatores linguísticos e sociais que estão diretamente relacionados ao fenômeno. Aliando pesquisas sociolinguísticas ao modelo gerativista de Princípios e Parâmetros, Duarte (1993, 1995, 2003, 2007) e Vargas (2010, 2012) associam a representação dos sujeitos indeterminados pronominais à mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo. Segundo o que eles reportam (e como veremos aqui em nossa investigação própria), o PB inclui, entre suas estratégias de indeterminação do sujeito, o uso dos pronomes *a gente*, *nós*, *tu*, *você* e *eles*, além das estratégias já reconhecidas pela tradição gramatical. É o que vemos nos exemplos a seguir (retirados do *corpus LínguaPOA*, a Amostra 2015):

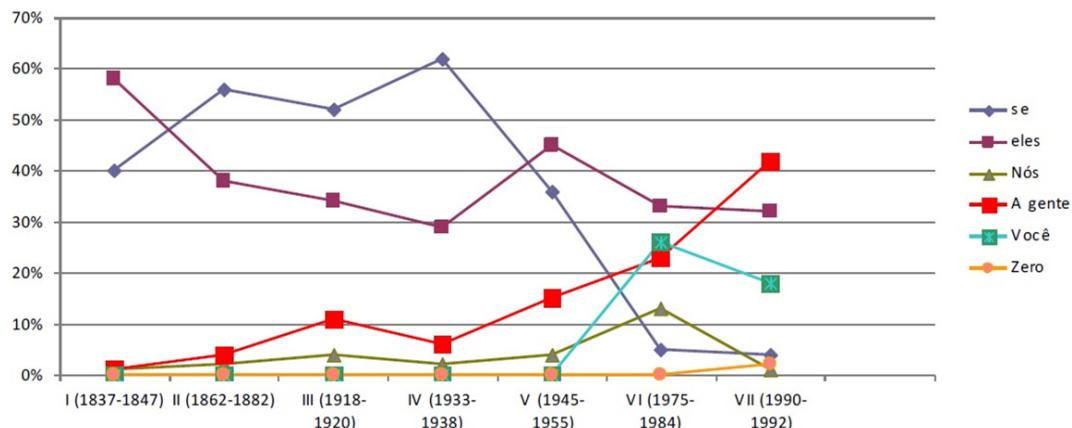
- (6) Meu pai sempre me dizia que a paciência é uma das maiores virtudes do homem. *A gente_{arb}* tem que aprender a esperar pelo futuro.
- (7) [...] então, de repente, *nós_{arb}* podíamos falar, \emptyset_{arb} podíamos berrar, \emptyset_{arb} podíamos cantar, \emptyset_{arb} podíamos tudo [...].
- (8) Então, assim, *tu_{arb}* nunca sabe se aquilo ali que tá sendo falado é a realidade, se aquilo ali foi uma coisa montada pra aquele momento, sabe?

Aqui os pronomes *a gente*, *tu* e *nós* não têm referência determinada, mas arbitrária, ou indeterminada, tal como já observáramos em (3) e (4). Em (6) e (7), os pronomes de primeira pessoa do plural não têm referência definida identificável, ou seja, não delimitam um agrupamento que englobe o falante e seu interlocutor ou o falante e mais algum grupo de pessoas; antes, eles têm uma referência indeterminada que significa algo como “todas as pessoas neste contexto”. Em (8), o falante não está se referindo a seu interlocutor, mas a qualquer pessoa, ou seja, é um *tu* que tem valor de sujeito indeterminado.

Vargas (2010) realizou um estudo diacrônico, em que investigou as estratégias de indeterminação do sujeito em peças teatrais cariocas dos séculos XIX e XX. Ela então elencou as estratégias da expressão da referência arbitrária em sentenças finitas e não finitas em PB e encontrou um total de 958 ocorrências de estruturas com sujeitos indeterminados. Desses, 89,5% (859 ocorrências) apresentaram-se em orações finitas e 10,5% (99 ocorrências) em orações não finitas, que foram analisadas e distribuídas em sete períodos de tempo⁵. Apresentamos aqui os resultados obtidos para as orações finitas⁶ (nossa objeto de investigação neste momento), representados no Gráfico 1.

⁵ A distribuição das peças em períodos de tempo foi a seguinte: período I (1839-1847), período II (1860-1889), período III (1918-1920), período IV (1933-1949), período V (1945-1955), período VI (1975-1979) e período VII (1990-1992). O critério para a distribuição dos períodos foi o equilíbrio no número de dados (VARGAS, 2010, 2012).

⁶ Como não trataremos das orações não finitas neste estudo, optamos por detalhar apenas os resultados para as orações finitas.

Gráfico 1: Distribuição dos sujeitos de referência [+arb] por período de tempo em sentenças finitas

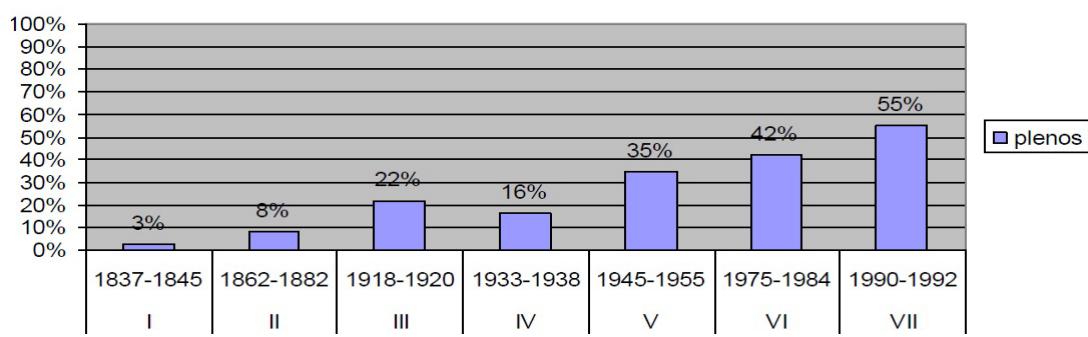
Fonte: Adaptado de Vargas (2010, p. 60).

No Gráfico 1, podemos observar que, além das estratégias com verbo na 3^a pessoa do plural e do emprego do verbo na 3^a pessoa do singular com o clítico *se*, reconhecidas pela tradição gramatical, como vimos, aparecem, mesmo que com índices muito baixos nas peças mais antigas, outras estratégias de indeterminação do sujeito, envolvendo pronomes. Por um lado, estas passam a ser mais frequentes ao longo do tempo (repare, por exemplo, no uso de *a gente*, que tem crescimento acentuado a partir da metade do século XX). A estratégia com o clítico *se*, por outro lado, apresenta um decréscimo significativo nesse mesmo período.

Quanto à representação nula versus plena das formas pronominais, Vargas (2010) apresenta os seguintes resultados para os pronomes nominativos de indeterminação *eles*, *nós*, *a gente* e *você* (Gráfico 2).

Gráfico 2: Os pronomes *eles*, *nós*, *a gente* e *você* marcando o sujeito indeterminado

A distribuição geral das formas plenas de indeterminação



Fonte: Adaptado de Vargas (2010, p. 67).

É possível observar claramente o aumento, ao longo do tempo, da preferência pela forma foneticamente preenchida para a expressão dos sujeitos pronominais indeterminados em PB. Daí Vargas (2012) conclui que

[...] em relação aos sujeitos de referência arbitrária em sentenças finitas, constatamos que, até a década de 1950, a preferência é realmente pelo uso de se indefinido e pela 3^a pessoa do plural. Nos dois períodos subsequentes, observou-se

- (a) uma queda brusca do *se*;
- (b) a resistência da 3^a pessoa do plural para o tipo de indeterminação que exclui o falante em construções com verbo no pretérito perfeito;
- (c) a implementação gradativa da estratégia com *a gente*, que alcança seu ponto mais alto no último período, se tornando a estratégia mais empregada nessa sincronia;
- (d) a entrada da forma **você** a partir do período VI (década de 1970) com índices bastante expressivos e sua permanência no período VII;
- (e) a inexpressiva ocorrência (três dados) da estratégia com o verbo na 3^a pessoa do singular e uma posição vazia. (VARGAS, 2012, p. 66).

Veremos como essas tendências se apresentam em dados de fala do português brasileiro contemporâneo (na Amostra 2015), na terceira seção. Antes, vejamos com mais detalhes (na segunda seção) os dados e resultados de Vargas (2010) a partir de sua análise de peças de teatro da década de 1990 – o último período pesquisado por ela e, por isso, o mais próximo do investigado por nós.

OS RESULTADOS DA AMOSTRA 1990

Nesta seção, voltaremos nossa atenção aos resultados apresentados por Vargas (2010, 2012) nas peças que correspondem ao período VII da análise (veja Gráfico 1, na página anterior, e Tabela 1, a seguir). Correspondem a esse período 147 ocorrências de estruturas com sujeitos indeterminados.⁷

Tabela 1: Distribuição dos pronomes plenos (vs. total: nulos + plenos) ao longo do tempo

Estratégia	I	II	III	IV	V	VI	VII
Eles	1/74 (1%)	1/52 (2%)	0/47 (0%)	1/38 (3%)	11/51 (22%)	3/31 (10%)	5/38 (13%)
Nós	0/0 (0%)	0/0 (0%)	1/5 (20%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	3/12 (25%)	1/1 (100%)
A gente	1/1 (100%)	4/5 (80%)	14/15 (93%)	8/9 (88%)	14/17 (82%)	15/21 (71%)	39/51 (76%)
Você	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	16/24 (67%)	33/46 (72%)

Fonte: Adaptado de Vargas (2010, p. 69).

⁷ A autora não especifica quantas ocorrências correspondem a sentenças finitas e não finitas.

A estratégia de indeterminação com *se* (3^a pessoa do singular + clítico) apresenta apenas 4% de ocorrência no período – queda brusca em relação aos 36% do período V (conforme Gráfico 1). A autora ainda destaca que o predomínio, nesses 4%, é de “frases feitas” ou “formas fixas”, como *nunca se sabe* ou *não se fala mais nisso*. A estratégia de indeterminação com o verbo na 3^a pessoa do plural representa 32% das ocorrências, mantendo-se estável em relação ao período VI, e continua servindo como uma forma de indeterminação do sujeito que exclui o falante.

Quanto à estratégia com a 1^a pessoa do plural (*nós*), verifica-se 1% de ocorrência – índice baixo como na maior parte dos períodos analisados – acompanhando a tendência da língua oral hoje tanto para a referência definida quanto arbitrária de usar *a gente* no lugar de *nós* (LOPES, 1999, 2003, 2007; MENDONÇA, 2020; MENON, 1995; MONTEIRO, 1994). Duarte (1993, 1995) relaciona essa queda expressiva do *nós* à redução nos paradigmas flexionais do PB e à substituição cada vez mais frequente do pronome *nós* pela forma *a gente*, que se implementa lentamente ao longo dos períodos analisados e alcança o índice mais alto no período VII, correspondendo a 42% das ocorrências (conforme, nesse sentido, ZILLES, 2002; OTHERO; CARDOZO, 2017, além das demais referências citadas neste parágrafo).

A entrada da forma pronominal *você* no quadro de pronomes em PB e sua subsequente utilização como estratégia de indeterminação do sujeito na língua ocorre somente no período VI, com índices expressivos (26%), mas apresenta, no período VII, ligeira queda para 18%. É no período VII também que ocorre a entrada da estratégia com o verbo na 3^a pessoa do singular e uma posição vazia, sem associação a qualquer índice de indeterminação – referida aqui como forma zero por Vargas – com apenas 2% de ocorrências (ver Gráficos 1 e 2). Segundo Vargas (2010), essa estratégia é empregada em contextos bastante específicos, relativos a discursos de procedimentos ou veiculando as categorias aspecto ou modalidade, como vemos nestas ocorrências, extraídas de Vargas (2012, p. 59):

- (9) Adalberto, pega um pouco deste cascalho aí, faz uma trouxinha no lenço e reserva, que eu vou levar de lembrança. __ *Diz* que a terra daqui é santa.
- (10) Me prometeram um lugar de atendente de dentista em Olaria. __ *Tem que aprender a mexer* com aqueles ferrinhos, mas o salário parece que compensa.

Quanto à representação nula *versus* plena das formas pronominais nominativas de indeterminação, é no período VII que ocorre o marco da prevalência das formas plenas sobre as nulas. Embora, nos períodos anteriores, as formas plenas estivessem em crescimento constante, é somente na Amostra 1990 que elas atingem um índice superior de frequência ao das formas nulas, chegando aos 55%, conforme apontam os dados do Gráfico 2. A distribuição das formas plenas, para todos os períodos, encontra-se na Tabela 1. No caso dos sujeitos de referência definida, conforme mostram os dados de Duarte (1993, 1995), essa prevalência ocorreu no período anterior. O período VII marca então a preferência pelo emprego das formas plenas, tanto definidas quanto arbitrárias, uma tendência que permanece, como veremos na próxima seção, na Amostra 2015.

OS RESULTADOS DA AMOSTRA 2015

A amostra analisada constitui-se de quatro entrevistas orais transcritas do acervo LínguaPOA, em que encontramos 227 ocorrências de sujeitos indeterminados em sentenças finitas. Começamos a descrição dos resultados montando uma tabela que apresenta a distribuição das estratégias de indeterminação que encontramos no *corpus*. São elas: *eu*, *tu/você*, *nós*, *a gente*, *vocês*, *eles*, *se*, *zero*.⁸ As formas nominativas podem aparecer nulas ou expressas, tal como mostraremos na sequência da análise e na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos sujeitos de referência arbitrária

Estratégia	Ocorrências	%
<i>tu/você</i>	69	30,3
<i>zero</i>	57	25,1
<i>a gente</i>	50	22,0
<i>nós</i>	19	8,3
<i>eles</i>	16	7,0
<i>se</i>	8	3,5
<i>vocês</i>	5	2,2
<i>eu</i>	3	1,3
Total	227	100

Fonte: Os autores.

Em primeiro lugar, destacamos a estratégia de indeterminação com os pronomes *tu/você* para a 2^a pessoa do singular, que representam quase 1/3 das ocorrências de sujeitos indeterminados do *corpus*, seja com pronome expresso (11), seja com uma retomada anafórica nula (12),⁹ como mostramos nos exemplos a seguir, extraídos da Amostra 2015:

- (11) Então, assim, *tu_{arb}* nunca sabe se aquilo ali que tá sendo falado é a realidade, se aquilo ali foi uma coisa montada pra aquele momento, sabe?
- (12) Porque: é perto de tudo, *tu_{arb}* não precisa se desloca(r), assim:, não, uma distância, assim, enorme pra fazer nada. *Tu_{arb}* vai no banco, *Ø_{arb}* vai aqui do lado, *Ø_{arb}* vai no mercado, tem aqui do lado [...].

As ocorrências da forma pronominal nula em (12) acontecem justamente em orações coordenadas, um contexto sintático favorecedor de sujeitos nulos amplamente reconhecido pela literatura. Repare que o *tu* em (11) e (12) não se refere ao interlocutor, que é o entrevistador, mas a uma referência genérica, que poderia ser parafraseado com “as pessoas” ou algo que o valha.

⁸ Adotamos a nomenclatura “zero” para a estratégia em que o verbo aparece na 3^a pessoa do singular sem associação a qualquer índice de indeterminação, tal como propôs Vargas (2010) – veja os exemplos (9) e (10). Unimos as estratégias pronominais de segunda pessoa do singular (*tu/você*) por questões de variação diatópica: o pronome *tu* é muito mais frequente que o pronome *você* na fala vernacular de Porto Alegre (MONTEIRO, 1994; PERINI, 2016).

⁹ Apesar de o pronome *tu* ser ainda largamente utilizado na fala cotidiana de Porto Alegre, sua flexão acontece com a forma verbal de 3^a pessoa do singular, reduzindo o paradigma de flexão verbal, portanto.

A segunda estratégia de indeterminação do sujeito mais recorrente no *corpus* (cerca de 1/4 dos dados) se deu com o uso da forma *zero*, em especial com a forma feita “tem que”, tal como vemos a seguir:

- (13) [...] não \emptyset_{arb} tem que ter alguém dizendo pode ou não pode, acho que \emptyset_{arb} tem que poder [...].
- (14) \emptyset_{arb} tem que te(r) policiamento ostensivo. Se não, não adianta. E a partir do momento que tive(r) policiamento, vai melhora(r) tudo, o comércio vai começa(r) a funciona(r) melhor¹⁰.

A terceira estratégia mais recorrente que encontramos foi a forma pronominal *a gente*, com 22% de ocorrências, sendo usada como pronome arbitrário funcionando como sujeito indeterminado. Cabe destacarmos aqui a predominância de *a gente* sobre o pronome *nós*, com índice de apenas 8,3%, algo que está relacionado, como dissemos na seção anterior, a uma tendência do PB contemporâneo – de maneira geral e não apenas no tocante à referência arbitrária – de preferência pela forma pronominal *a gente* em detrimento de *nós*.¹¹

- (15) E são coisas que hoje em dia *a gente_{arb}* observa que não é mais possível, assim, né, eu não, eu jamais levaria a minha filha pra um evento noturno... em Porto Alegre.
- (16) [...] quando *a gente_{arb}* tem problemas de saúde, geralmente, e \emptyset_{arb} fica tempo parada, a nossa cabeça começa questionar tudo na tua vida [...].
- (17) [...] então, de repente, *nós_{arb}* podíamos falar, \emptyset_{arb} podíamos berrar, \emptyset_{arb} podíamos cantar, \emptyset_{arb} podíamos tudo [...].

Novamente, nesses exemplos, não temos referência determinada dos pronomes, mas uma referência indeterminada, arbitrária, em que os pronomes se referem antes a “pessoas em geral” do que ao locutor e seu interlocutor (ou ao locutor e alguma terceira pessoa). Em (17), encontramos novamente formas nulas em contexto de coordenação de orações.

Na sequência das formas mais frequentes, encontramos as estratégias de indeterminação recomendadas pela tradição gramatical: o uso da forma verbal na 3ª pessoa do plural e o uso

¹⁰ Um dos pareceristas fez-nos um comentário interessante, que pretendemos revisar na continuação de nossas investigações: “Os exemplos (13) e (14) envolvem construções com TER QUE deônico. Poderiam ser trazidos mais outros dados – distintos desse tipo de estrutura – e verificar se \emptyset_{arb} é frequente em outros contextos. Será que a estratégia \emptyset_{arb} e a estratégia com o SE não dizem respeito a uma mesma estratégia? Substitua o TER QUE por DEVER. Veja que não é de todo ‘estranho’ ou ‘marginal’ a coocorrência de *dever* com SE:

(13') não se deve ter acho que se deve poder ...

(14') deve-se ter policiamento ostensivo ...

Em outras palavras, o \emptyset_{arb} poderia ser o “se” não expresso?”.

¹¹ Repare que a estratégia de indeterminação do sujeito reflete uma mudança ocorrida no quadro pronominal usado para a marcação de sujeitos com referência determinada em PB. Vemos aqui mais um efeito de *encaixamento da mudança* (LABOV, 2008): uma mudança no quadro pronominal do PB (o surgimento de *a gente* e seu uso com alta frequência no lugar de *nós*) gera um efeito cascata de mudanças que atingem e influenciam diferentes tipos de fenômenos gramaticais – a alteração na marcação do parâmetro *pro-drop* (DUARTE, 1995), a simplificação do paradigma de flexão verbal (LOPES, 1999, 2003), as regras de colocação pronominal (OTHERO; CARDOZO, 2017), as estratégias de indeterminação do sujeito, como vemos aqui (BARBOSA; RAMOS 2013; MENDONÇA, 2020), etc. Dois textos ilustrativos sobre o assunto podem ser vistos em Paiva e Duarte (2003) e Duarte (2018); a distinção entre *nós* e *a gente* como pronomes codificadores de referentes determinados ou de sujeito indeterminado é tratada por Mendonça (2020).

do verbo na 3^a pessoa do singular com o *se* indeterminador. A forma *eles* (que, na amostra, também aparece expressa; veja o exemplo (19)) apresentou índice de 7%, e o uso do *se*, 3,5%. Vejamos alguns exemplos dessas ocorrências.

- (18) Hoje em dia, só prédio, quase, \emptyset_{arb} tão derrubando todas as casas.
(19) Que tipo de coisa que não se deve faze(r)?
(20) Aqui no centro:: tu não via, sabe, aqui na rua tu não via uma viatura. $\tilde{\text{A}}$: *eles*_{arb} retiraram, $\tilde{\text{a}}$ na frente do HPS tinha um posto da brigada... $\tilde{\text{A}}$: que funcionava também vinte e quatro horas. $\tilde{\text{A}}$ há pouco tempo atrás *eles*_{arb} retiraram o posto, sabe, foi uma coisa que fico(u) muito preocupante.

Em (18) e (19), temos sujeitos indeterminados canônicos, (18) expresso por sujeito nulo + verbo flexionado na 3^a p. do plural, (19) por um *se* indeterminador do sujeito. Em (20), vemos um caso interessante. A exemplo do que mostramos em (4), temos aqui um sujeito expresso (*eles*) de referência arbitrária, que poderia ter sido omitido, mas não foi. Temos aí um contexto interessante, pois estão em competição duas formas idênticas à exceção da manifestação do pronome (verdadeiros “pares mínimos” sintáticos): sujeito nulo\expresso de referência arbitrária + verbo flexionado na 3^a pessoa do plural.

Finalizando os dados da Amostra 2015, constatamos a existência de duas estratégias de indeterminação do sujeito não mencionadas nos estudos de Vargas (2010, 2012) – tampouco reconhecidas como estratégias de indeterminação pela tradição gramatical. Trata-se das formas *vocês* (2,2% das ocorrências) e *eu* (1,3%) com referência arbitrária, como destacamos nos exemplos a seguir:

- (21) Então, de repente, nós podíamos falar, podíamos berrar, podíamos cantar, podíamos tudo, então a gente fez coisas que *vocês*_{arb} nem imaginam, nós fomos muito piores que *vocês*_{arb} são hoje, isso é uma coisa que *vocês*_{arb} também não enxergam, a falta de memória do adulto é dolorosa porque nós fomos muito, muito piores, muito, *vocês*_{arb} são maravilhosos, \emptyset_{arb} são uns anjinhos perto do que a gente foi, nós somos sobreviventes, de repente, desse afã de liberdade que surgiu nos anos oitenta.
(22) [...] então é um problema de identidade muito () porque *eu*_{arb} digo, ah, *eu*_{arb} sou gaudério, mas nunca \emptyset_{arb} fui gaudério, tu é, essencialmente, urbano [...].

Em (21), o pronome *vocês* não se refere aos interlocutores – e nem poderia, pois não havia interlocutores, mas apenas um entrevistador. O pronome faz uma referência genérica à geração mais nova do que a do informante, em que ele compara a juventude de hoje com a sua própria juventude nos anos 1980. Talvez não se trate de uma referência completamente arbitrária que pudesse ser parafraseada com “as pessoas”, mas certamente é um pronome que não está sendo empregado de maneira determinada, significando algo como “os jovens de hoje” de maneira genérica. Em (22), o informante está reportando um discurso comum no Rio Grande do Sul, em que pessoas se autoafirmam “gaudérias” (i.e. um gaúcho típico campeiro). Para isso, ela faz como que um discurso direto em que o pronome *eu* não têm referência definida – algo como

“porque as pessoas dizem: ‘eu sou gaudério’”. Tanto o informante não fala de si mesmo que, na sequência, usa o *tu* arbitrário (não dirigido ao interlocutor e sem referência determinada).

Observamos também que todas as formas pronominais nominativas apresentam ocorrências com forma nula ou expressa. Na Tabela 3, apresentamos os resultados da distribuição dessas formas, que correspondem a um total de 162 dados.

Tabela 3: Distribuição das formas pronominais nominativas expressas e nulas

Formas pronominais expressas		Formas nulas correspondentes
tu/você	66/69 (95,7%)	3/69 (4,3%)
a gente	45/50 (90%)	5/50 (10%)
eles	11/16 (68,7%)	5/16 (31,3%)
nós	5/19 (26,3%)	14/19 (73,7%)
vocês	4/5 (80%)	1/5 (20%)
eu	2/3 (66,3%)	1/3 (33,3%)
Total	133/162 (82%)	29/162 (18%)

Fonte: Os autores.

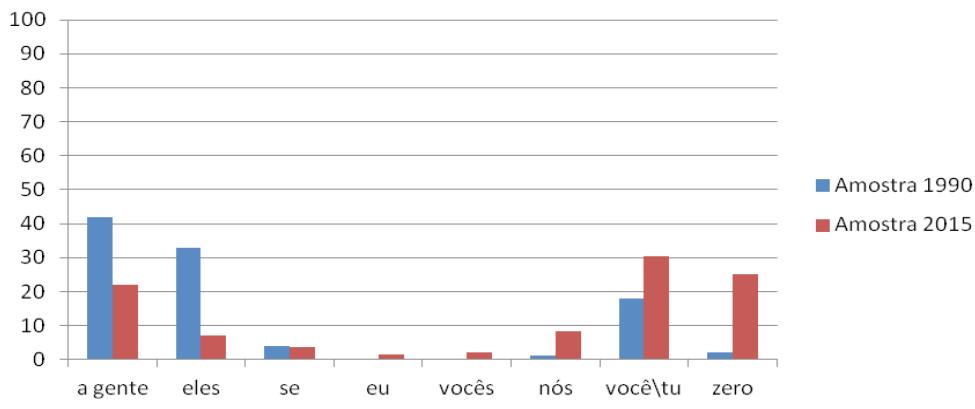
Há uma clara preferência pela forma pronominal expressa em detrimento da forma nula: 82% das ocorrências se dão com pronome foneticamente realizado (reforçando: a maioria das formas nulas que encontramos no *corpus* apareceu em orações coordenadas, um contexto favorecedor de retomadas anafóricas nulas). Não encontramos essa preferência pela forma pronominal preenchida apenas no pronome *nós* (aqui, ao contrário, temos 73,7% das ocorrências com sujeito nulo). Ora, esse pronome é justamente o que apresenta a morfologia verbal mais marcada (*podíamos, fazíamos, cantamos*, etc.), um indício de que a morfologia verbal rica favorece o licenciamento da forma pronominal nula na função de sujeito (de qualquer maneira, não investigamos, aqui, os contextos específicos de ocorrência dos nulos com a forma pronominal *nós*).

Com os dados das duas amostras (Amostra 1990 e Amostra 2015) em mãos, esboçamos uma comparação entre as duas, que apresentamos na próxima seção.

COMPARANDO AMOSTRAS

Nesta seção, compararemos os resultados apresentados em Vargas (2010, 2012) para o último período analisado em seu estudo diacrônico acerca das estratégias de indeterminação do sujeito no PB (Amostra 1990) com os dados de nossa própria investigação no *corpus LinguaPOA* (Amostra 2015). Comecemos a comparação com a sistematização do Gráfico 3.

Gráfico 3: Comparativo de ocorrência das estratégias de indeterminação em duas amostras¹²



Fonte: Os autores.

Analizando o Gráfico 3, podemos elencar alguns pontos interessantes.

1. A forma de indeterminação com o clítico *se* apresentou índice de 4% na Amostra 1990 e 3,5% na Amostra 2015, o que sugere a manutenção dessa forma de indeterminação no intervalo de tempo analisado, levando-se em consideração a natureza distinta de cada *corpus*, evidentemente.
2. A forma pronominal de 3^a pessoa do plural (*eles*) apresentou uma queda significativa no comparativo entre a Amostra 1990 e a Amostra 2015: de 33% na Amostra 1990 passou a representar apenas 7% na Amostra 2015.
3. A forma *nós* apresentou, curiosamente, leve aumento: em vez de representar apenas 1% das ocorrências de indeterminação do sujeito na Amostra 1990, passou a representar 8,3% na Amostra 2015.
4. A forma *a gente*, por outro lado, apresentou uma queda, de 42% na Amostra 1990 para 22% na Amostra 2015. Embora apresente queda significativa, essa forma ainda predomina sobre a estratégia de indeterminação com o pronome *nós*.¹³
5. A forma *zero* apresentou aumento significativo, de 2% na Amostra 1990 para 25,11% na Amostra 2015. É interessante notar que, na Amostra 1990, essa forma estava “entrando” no *hall* de estratégias de indeterminação do PB. Esse aumento significativo sugere uma implementação da forma no sistema e, conforme aponta Vargas (2010), pode indicar uma assimilação do “*se*” nos contextos não específicos (categorias aspectuais e de modalidade).
6. A forma de 2^a pessoa do singular *você\tu* aumentou no comparativo: de 18% na Amostra 1990 a 30,3% na Amostra 2015.

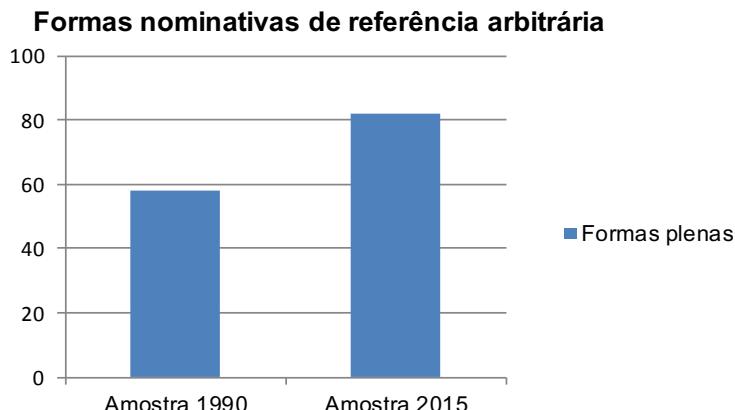
¹² Os dados correspondem aos percentuais apresentados nas duas amostras analisadas, detalhados nas seções 2 e 3.

¹³ Elisa Battisti, em comunicação pessoal, alertou-nos para o seguinte fato: “[...] as constatações 3 e 4 me sugerem a necessidade de reconhecer que os dados da Amostra 2015, em razão de sua fonte (entrevistas sociolinguísticas), são dados de fala monitorada, em que se presta algum grau de atenção à fala, o que pode ter motivado o uso considerável de *nós*. O capítulo 3 (‘O isolamento dos estilos contextuais’) de Labov (2008) reconhece o monitoramento e aborda estilos contextuais (mais e menos monitorados) nas entrevistas. O que se poderia fazer é retornar aos dados e verificar o uso de *nós/a gente* em sentenças provenientes de trechos menos monitorados (mais próximos da fala coloquial) nas entrevistas. Aí se encontrariam elementos para reforçar o aumento ou relativizá-lo”.

7. A Amostra 2015 apresenta duas estratégias de indeterminação do sujeito não encontradas na Amostra 1990: *eu* (1,3%) e *vocês* (2,2%), ainda com índices baixos de ocorrência, evidenciando o aparecimento de uma possível estratégia inovadora. Cabe destacar que (i) a forma pronominal *eu* aparece em contexto específico de discurso indireto, e (ii) a forma pronominal *vocês* é utilizada como estratégia de indeterminação que exclui o falante. Resta ver, em estudos futuros, se essas duas estratégias de indeterminação do sujeito começam a ganhar espaço.

Quanto à representação nula *versus* plena das formas nominativas nas duas amostras, o Gráfico 4 sintetiza a evolução dos resultados obtidos.

Gráfico 4: Representação das formas nulas e plenas nas duas amostras



Fonte: Os autores.

Conforme já apontava Vargas (2010, 2012), no último período de tempo analisado, que corresponde aos dados da Amostra 1990, houve a prevalência das formas nominativas plenas de indeterminação sobre as nulas, com índice de 55%. No intervalo de cerca de 25 anos entre a Amostra 1990 e a Amostra 2015, pudemos observar que a tendência ao uso de formas plenas de pronomes de referência arbitrária aumentou, e encontramos o pronome nominativo foneticamente produzido como estratégia de indeterminação do sujeito em 82% das ocorrências na Amostra 2015 (*versus* 18% de formas pronominais nulas). É o que mostramos na Tabela 2. Repare que estamos falando aqui apenas das estratégias inovadoras de indeterminação do sujeito em PB, isto é, o uso de formas pronominais nominativas (ver Gráfico 3). Além disso, encontramos no *corpus* – assim como Vargas (2010, 2012) – as estratégias “canônicas” de indeterminação do sujeito, seja com o “índice de indeterminação do sujeito” *se*, seja com o verbo na 3^a pessoa do singular e uma posição de sujeito vazia, como verificamos nos exemplos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado nos possibilitou chegar a conclusões interessantes acerca das estratégias de indeterminação do sujeito em PB. Inicialmente, observamos empiricamente que o PB recorre a diferentes estratégias além das tradicionalmente prescritas pelas gramáticas

tradicionais. Entre essas estratégias está o uso dos pronomes pessoais nominativos com referência arbitrária.

Analisamos o estudo de Vargas (2010) para verificar a evolução das estratégias de indeterminação do sujeito ao longo dos séculos XIX e XX em PB. Depois disso, efetuamos nossa própria análise em dados bastante recentes de fala de PB vernacular contemporâneo (metade da segunda década do século XXI). Comparando os dados das duas amostras, podemos concluir que a entrada de novas formas de indeterminação no sistema gramatical do PB e a preferência pelo uso de formas plenas dos pronomes de referência arbitrária, acompanhando a preferência pelas formas plenas de referência determinada, são indícios da mudança pela qual o PB vem passando no que diz respeito ao favorecimento do sujeito expresso em detrimento do sujeito nulo, tal como vem argumentando Duarte em diversos trabalhos sobre o assunto desde a década de 1990 (conforme referências já citadas). Vemos aqui o efeito cascata de mudança já antecipado por Labov (2008), em que mudanças no quadro pronominal do PB, em especial aquelas que foram se estabelecendo a partir da metade do século XX, afetam diferentes aspectos da gramática da língua. A indeterminação do sujeito sendo um desses aspectos, como tentamos demonstrar aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a leitura atenta e os comentários dos colegas Elisa Battisti (UFRGS) e Luisandro Mendes de Souza (UFPR), bem como as observações feitas por dois pareceristas anônimos da revista. Todos os equívocos do texto são de nossa inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. B.; RAMOS, C. M. A. Uso das formas pronominais tu, você e a gente como estratégia de indeterminação do sujeito: o que mostram os dados do ALiMA. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 20, n. especial, p. 89-98, jul. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v20n.especialp89-98>

BARROS JESUS, G. **A indeterminação do sujeito no português popular de Salvador.** 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BATTISTI, E. et al. LínguaPOA, acervo de entrevistas sociolinguísticas em constituição: desenho da amostra e resultados dos primeiros estudos. In: SEMINÁRIO DE TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA – SETAL, 2017, Porto Alegre. **Proceedings** [...]. Porto Alegre: Setal, 2017.

BERLINK, R. A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. Predicação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil:** a construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81-149.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

- CYRINO, S. M. **O objeto nulo no português do Brasil:** um estudo sintático-diacrônico. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro.** 1995. 151 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (org.). **Mudança linguística em tempo real.** Rio de Janeiro: ContraCapa/FAPERJ, 2003. p. 115-128.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). **Fotografias sociolinguísticas.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p. 19-34.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 107-128.
- DUARTE, M. E. L. (org.) **O sujeito em peças de teatro (1833-1992):** estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012.
- DUARTE, M. E. L. ReVEL na Escola: sobre pronomes pessoais na fala e na escrita. **ReVEL,** [s. l.], v. 16, n. 30, p. 1-12, 2018.
- DUARTE, M. E. L. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 89-115, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2007.v3n1a4396>
- DUARTE, I.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. The null subject parameter and the structure of the sentence in European and Brazilian Portuguese. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. M. (org.). **The handbook of Portuguese Linguistics.** West Sussex: Wiley Blackwell, 2016. p. 234-253.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOPES, C. R. S. **A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português.** Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003. v. 18.
- LOPES, C. R. S. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português:** percurso histórico. 1999. 174 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (org.). **Ensino de gramática:** descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-119.
- MENDONÇA, J. de J. Interpretação de pronomes de primeira pessoa do plural. **Caderno de Squibs:** Temas em Estudos Formais da Linguagem, Brasília, v. 4, n. 2, p. 45-54, 2020.
- MENON, O. S. P. O sistema pronominal do português. **Revista Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v44i0.19069>

MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. Fortaleza: EUFC, 1994.

OTHERO, G. A.; CARDOZO, R. W. A ordem pronominal em português brasileiro: da ênclise à próclise, do clítico ao tônico (or There and Back Again, a Word Order's Holiday). **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1717-1734, jan./mar. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984>

OTHERO, G. A. *et al.* Objeto nulo e pronome pleno na retomada anafórica em PB: uma análise em corpora escritos com características de fala. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 45, p. 68-89, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i45.1113>

OTHERO, G. A.; SPINELLI, A. C. Sujeito pronominal expresso e nulo no começo do séc. XXI (e sua relação com o objeto nulo em PB). **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 7-33, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL37-v13n1a2019-1>

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Introdução: a mudança linguística em curso. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 13-29.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SETTI, A. C. R. **A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil**. 1998. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

VARGAS, A. S. C. **Estratégias pronominais de indeterminação**: um estudo diacrônico. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VARGAS, A. S. C. A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação. In: DUARTE, M. E. L. (org.). **O sujeito em peças de teatro (1833-1992)**: estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012. p. 45-67.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of ‘a gente’ in Brazilian Portuguese. **Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: jul. 2020.

MUDANÇA CONSTRUCIONAL, CONSTRUCIONALIZAÇÃO E (INTER) SUBJETIVIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES [V1+VER]

CONSTRUCTIONAL CHANGE, CONSTRUCTIONALIZATION AND (INTER) SUBJETIVIZATION IN CONSTRUCTIONS [V1+VER]

Taísa Barbosa Robuste*

UFPR

Sebastião Carlos Leite Gonçalves**

UNESP

Resumo: Neste artigo, analisamos a construção [V1 + Ver], na qual a posição de V1, parcialmente esquemática, é preenchida pelos verbos “deixar”, “ir” e “querer”. Com base no aparato teórico-metodológico dos Modelos Baseados no Uso (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), nosso objetivo é mostrar que três processos relacionados se manifestam na formação da construção em análise: “mudança construcional”, “construcionalização” e “(inter)subjjetivização”. Para tanto, recorremos a dados efetivos de usos da língua extraídos de amostras de fala e de escrita do português contemporâneo e chegamos à caracterização de quatro tipos de construções: (i) Construções de movimento com propósito; (ii) Construções perifrásicas; (iii) Construções modais; e (iv) Construções marcador discursivo. Mostramos que a construcionalização da construção “marcador discursivo” é resultante do aumento de (inter) subjjetividade, que é antecedida de uma série de micropassos de mudança construcional.

Palavras-chave: Modelos baseados no uso. Construcionalização. Intersubjetivização. Verbo “ver”.

Abstract: In this article, we analyze the construction [V1 + Ver], in which the position of V1, partially schematic, is filled by the verbs deixar (let), ir (go) and querer (want). Based on the theoretical-methodological apparatus of the Usage-Based Models (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), our objective is to show that three related processes instantiate in the formation of the construction under analysis: “constructional change”, “constructionalization” and “(inter)subjjetivization”. For this purpose, we use effective data on language usage extracted from contemporary Portuguese speech and writing samples and we characterize four types of constructions: (i) Constructions of movement with purpose; (ii) Periphrastic constructions; (iii) Modal constructions; and (iv) Discourse marker constructions.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba. Doutora em Estudos Linguísticos (2018) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6572-2173>. E-mail: taisarobuste@gmail.com.

** Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto. Pós-doutorado (2020) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo 307691/2017-9). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-729X>. E-mail: sebastiao.goncalves@unesp.br.

We show that the constructionalization of the “discourse marker” construction is the result of an increase in (inter)subjectivity, which is preceded by micro-steps of construction change.

Keywords: Usage-Based Models. Constructionalization. Intersubjectivization. Verb ver.

INTRODUÇÃO

Em uma abordagem construcional baseada no uso, cuja premissa é de que uma construção consiste no pareamento de forma e significado (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995, 2006), a investigação de como se dá a mudança linguística envolve sempre, e em alguma medida, aspectos de forma e de significado de uma construção simultaneamente (BYBEE, 2003, 2016; GISBORN; PATTEN, 2011; HOFFMANN; TROUSDALE, 2011; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Nessa perspectiva, são reconhecidos dois processos da mudança linguística: **mudança construcional** e **construcionalização** (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Ao lado desses processos, consideramos que outro importante interveniente na mudança linguística é a (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002), pois ajuda a identificar certas mudanças que ocorrem nos níveis semântico e pragmático de algumas construções.

Neste artigo, temos como objetivo explorar a análise empreendida em Robuste (2018) sobre a relação entre esses três processos de mudança. Para isso, buscamos, a partir do perfilamento das construções [V1+ver] – em que V1 configura-se como um *slot* que pode ser preenchido pelos verbos “ir”, “querer” e “deixar” –, mostrar como essa relação pode ser entendida. Para cumprir o aqui proposto, analisamos como V1 compõe com “ver” construções, nas quais forma e significado são indissociáveis, conforme define Goldberg (1995, 2006). Partimos da caracterização de quatro tipos de construções [V1+ver] identificados no trabalho da autora: (i) Construções de movimento com propósito; (ii) Construções perifrásticas; (iii) Construções modais; e (iv) Construções marcador discursivo. Nosso foco maior será nas construções do tipo marcador discursivo com valor (inter)subjetivo, alvo de um possível percurso de mudança. Essas construções encontram-se exemplificadas de (1) a (5).¹

- (1) Doc.: e tem alguma coisa assi::m? **vamô(s)** **vê(r)**...algu::m prê::mio que cê ganhô::(u)?
Inf.: tenho
[BDI, AC-005-NE; L. 68]
- (2) Doc.: uma bri::ga assim
Inf.: eu nunca me envolvi com briga... vô(u) **vê(r)**... ((risos))
Doc.: ah num aconteceu na::da?... uma briga à toa assim pode sê(r)
Inf.: briga à toa?... só se fô(r) sobre minha banda também porque... esses tempos aconteceu uma briga minha lá... meio assim sabe?
[BDI, AC-035-NE; L. 82]

¹ Ao final das ocorrências exemplificativas, encontra-se, entre colchetes, a indicação da fonte de onde o dado provém: (i) Banco de dados Iboruna (BDI); Amostra Censo (AC) do banco de dados; número de identificação da amostra; Tipo de texto: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e relato de descrição (DE); e linha do arquivo de transcrição onde o dado se encontra. (ii) Banco de dados lexicográfico (BDL), córpus (CP) do banco de dados; período/ano do texto que compõe o córpus; tipo de texto (literatura romanesca, tradução etc.).

- (3) Inf.: esse negócio de perdê(r) a autonomia eu acho que vale a pena fazê(r)
 uma experiência... porque a Gaviões mesmo falava... que queria tirá(r) o:....
 presidente do Corinthians o Alberto Dualib... [Doc.: uhm] eu também queria que
 ele saísse ²[uma boa]
 Doc.: ([toda] mas a) Gaviões é contra ele
 Inf.: não... não então... vai ven(d)o... eu... eu... penso isso daí né?...
 [BDI, AC-053-RO; L. 354]
- (4) eu tinha que:: pegá:(r) fazê(r) a:: inscrição... da UNESP que eu ia requerê(r) a vaga...
 que eu tinha ficado na lista de espera... então eu tive que vim antes... (até aqui) né?...
 aí:: nós pegamos aí:.... acho que foi:: qué(r) vê(r)?... sexta-fe(i)ra assim... sexta-fe(i)
 ra nós foi/ voltamos/ subimos de no::vo:: deu quase o mesmo trajeto... chegamo(s) de
 Ubatuba... fomos até:.... ah ônibus agora foi até São José dos Campos...
 [BDI, AC-087-NE; L.35]
- (5) Inf.: fazia:.... de(i)xa eu vê(r)... uns quatros anos... [Doc: uhuh ((concordando))]
 que eu era casada... aí:: no pré-natal... que e/ que eu fui... aí constatô(u) que eu
 tava com pré-eclampsia...
 [BDI, AC-070-NE ; L.11]

Essas construções do tipo marcador discursivo com valor (inter)subjetivo são consideradas aqui resultado de uma série de mudanças ocorridas tanto no plano da forma, quanto no plano do significado de outros usos de *[V1+ver]*. A identificação dos micropassos de mudança, mesmo que apreendidos em análise sincrônica, permite reconstruir e predizer a trajetória de mudança percorrida pelas construções, por meio do mapeamento de suas propriedades definidoras, como **composicionalidade, esquematicidade e produtividade** (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Por tratar-se, portanto, de um trabalho desenvolvido sob perspectiva sincrônica² e filiado a uma vertente que vem sendo denominada *Modelos Baseados no Uso* (BARLOW; KEMMER, 2000)³, foram selecionados dados reais de usos da língua retirados de *corpora* de língua escrita e língua falada, a fim de ampliar o universo de busca de ocorrências de construções *[V1+ver]* com valor discursivo. O *corpus* que serviu para busca de ocorrências de língua escrita do PB contemporâneo provém de um banco de dados com mais de 200 milhões de palavras de língua escrita, disponível no Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) de Araraquara. Para a amostra de ocorrências de fala, foi adotado o Banco de Dados Iboruna, de responsabilidade do Projeto Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP), sediado na UNESP de São José do Rio Preto e disponível em <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>.

Todos os dados foram avaliados à luz de cinco critérios que permitem delinear as propriedades de forma e função⁴ das combinações possíveis dos verbos expressos em *V1* com o verbo

²Em Robuste (2018), foi feita busca de dados diacrônicos em dois *corpora* que reúnem textos do português histórico. Foi utilizado o Banco de Dados Informatizados de Texto do Projeto “Para a História do Português Brasileiro” (BIT-PROHPOR), disponível em <https://www.prohpor.org/bit-prohpor>, e dados de textos do Português histórico, compilados no Projeto “Córpus Diacrônico do Português” (CDP), disponível em <http://www.cdp.ibilce.unesp.br>. No entanto, dada a baixíssima freqüência de *[V1+ver]* restrita aos séculos XIX e XX, e nenhuma ocorrência de usos construcionais de *[querer+ver]* e de *[deixar+ver]*, a análise diacrônica feita na tese tem apenas caráter especulativo. Por essa razão, este artigo limitar-se-á à análise apenas sincrônica.

³Essa vertente também é denominada por alguns autores como *Linguística Cognitivo-funcional* (NUYTS, 2007).

⁴Em Robuste (2018), é feita a ressalva de que mesmo que à primeira vista um dos critérios apresentados esteja mais relacionado

“ver”. Em alguma medida, os seguintes critérios ajudam a definir os graus de composicionalidade, esquematicidade e produtividade das construções: i) Presença de material interveniente na construção; ii) Sujeito e pessoa grammatical expressos na construção [V1+ver]⁵; iii) Tempo e modo verbal de V1 na construção; iv) Negação; v) Tipos de complementos de [V1+ver]. Especialmente para o grupo de construções com valor discursivo, segundo Risso (2006) e Urbano (2006), foram observadas: i) relação sintática com a estrutura oracional; ii) demarcação prosódica; iii) autonomia comunicativa; iv) massa fônica. Amparados por esses critérios, a análise dos padrões construcionais desenvolvida neste artigo é de natureza apenas qualitativa, embora não ignoremos a importância da frequência de uso de cada uma das construções na fixação do esquema genérico [V1+ver].

A partir deste ponto, este artigo estrutura-se em cinco seções: na primeira seção, apresentamos os conceitos básicos da Gramática de Construções, detalhando o que se entende por **esquematicidade, produtividade, composicionalidade**, e como é possível interpretar os processos de **mudança construcional, construcionalização e (inter)subjjetivização**, mesmo sob viés apenas sincrônico. Na segunda seção, apresentamos o conceito de “marcador discursivo” adotado, a partir da perspectiva da Gramática Textual-interativa. Na terceira seção, caracterizamos os verbos expressos em V1 e o verbo “ver”. Na quarta seção, apresentamos as possibilidades de combinação entre o verbo expresso em V1 e o verbo “ver”, indicando sua forma e função. Na quinta seção, exploramos as características dos três processos de mudança reveladas pela análise de [V1+ver], e, por fim, concluímos o artigo com as questões mais relevantes e perspectiva de continuidade da pesquisa a partir dos resultados.

CARACTERIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

Dentro do campo dos estudos filiados à *Linguística Cognitivo-funcional* (NUYTS, 2007), interessam-nos conceitos específicos relacionados a teorias cognitivistas, especialmente a identificada com a *Gramática de Construções* (CROFT, 2001, 2007; GOLDBERG, 1995, 2006). Somado a esse campo de investigação, também nos apropriamos dos postulados da Gramática Textual-interativa (JUBRAN; KOCH, 2006), para o tratamento dos marcadores discursivos e seu funcionamento como estratégia textual discursivamente orientada.

Entre os princípios da Gramática de Construções (GC, daqui para frente) está o de que a forma básica da estrutura sintática é uma construção – uma estrutura grammatical complexa, composta por um pareamento de forma e significado (CROFT, 2007; GOLDBERG, 2006). Assim as construções são, fundamentalmente, unidades simbólicas que, por associação transmodal, unem propriedades de forma e de significado.

De acordo com Croft (2007), a relação entre “forma e significado” é marcada por uma série de traços definidores da construção, assumida dentro do princípio de que o significado de uma construção não corresponde à mera soma do significado de suas partes constituintes,

com a forma da construção, o efeito de sua análise pode levar à identificação de propriedades concernentes ao seu sentido.

⁵ Esse critério analisa apenas o tipo de sujeito (e também ausência de sujeito) de V1, pois, com exceção do construto [vai vendo], com o verbo ver no gerúndio, em todos os outros usos o verbo ver ocorre na forma nominal de infinitivo.

⁶ Definem a **forma** de uma construção de propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas, e o **significado** é definido como todos os aspectos convencionados da função de uma construção, incluindo as propriedades da situação descrita, do discurso e da situação pragmática entre os interlocutores (CROFT, 2007, p. 471).

o que permite a identificação de padrões construcionais que se estendem desde o morfema até padrões construcionais mais amplos, como construções de estrutura argumental (intransitiva, transitiva, ditransitiva etc.), construções complexas e mesmo padrões textuais (GOLDBERG, 2006; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2020).

Para a caracterização das construções são acionados três fatores que auxiliam na definição da relação entre forma e significado: **esquematicidade, produtividade e composicionalidade**, que, juntos, permitem depreender propriedades gerais e específicas das construções, aproximando-as ou diferenciando-as em redes de construções, pelas particularidades que apresentam. Esses fatores também propiciam identificar os micropassos de mudança por que passam as construções de uma língua e entender como elas podem atrair novas construções, à medida que se tornam mais esquemáticas.

Sob a óptica da análise linguística, **esquematicidade** é entendida como uma propriedade de categorização que necessariamente envolve abstratização (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Esquemas abstratos são grupos semanticamente gerais de construções que podem ser processuais ou de conteúdo [*contents*]. De acordo com a GC, esquemas consistem em um grupo de construções abstratas que (inconscientemente) são percebidas pelos falantes de uma língua e estão estreitamente relacionadas em uma rede construcional (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 14). Assim sendo, a esquematicidade de uma construção linguística diz respeito à captura de padrões mais gerais a partir de uma série de construções mais específicas (TUGGY, 2007; BARÐDAL, 2008 *apud* TRAUGOT; TROUSDALE, 2013).

Os graus de esquematicidade são definidos, taxonomicamente, em termos de **macro, meso, microconstruções e construtos** (TRAUGOTT, 2008), que podem ser assim entendidas: (i) **macroconstruções** constituem o nível construcional mais abstrato e virtual, além de operarem no grau máximo de esquematicidade de processos de mudança (HOFFMANN; TROUSDALE, 2011); (ii) **mesoconstruções** são conjuntos de construções específicas com função semelhante; (iii) **microconstruções** representam *types* ou padrões construcionais individuais; (iv) construtos ou *tokens* são ocorrências de uso real.

O segundo critério que identifica as construções é a **produtividade**. Para Traugott e Trousdale (2013), a produtividade é gradiente e diz respeito à extensibilidade de uma construção, ou seja, ao potencial de uma construção de atrair outras construções menos esquemáticas. A produtividade, de acordo com alguns trabalhos, está ligada à frequência de uso, assim, “[...] quanto maior a frequência de um *type* [ou padrão construcional], maior a produtividade ou a probabilidade de a construção ser estendida a novos itens” (BYBEE, 2016, p. 113). Importa destacarmos, neste ponto, que, como medida de produtividade, a interpretação da frequência na abordagem construcional depende do nível de esquematicidade recortado como objeto de análise. Nesse sentido, enquanto a frequência *type* apura a frequência de tipos de padrões particulares (ou subesquemas) de uma construção esquemática mais geral, a frequência *token* apura a frequência de construtos (ocorrências) instanciados por um *type* da construção. Assim, a produtividade de uma construção está para os *types*, como a produtividade de um *type* está para os construtos, o que significa dizer que uma construção pode ter alta frequência *type* com baixa frequência *token* ou ao contrário, balanceamento que requer que a verificação do grau de produtividade considere o balanceamento entre frequência *type* e coerência semântica entre os *types* da mesma construção (BARÐDAL, 2008, 2006). Quanto à interpretação de processos

de mudança linguística, o aumento da produtividade pode indicar a expansão das posições da construção mais esquemática, que podem passar a ser preenchidas por novos itens lexicais ou outras construções a partir de processos de analogização (BYBEE, 2016, p. 98-99).

Finalmente, a **composicionalidade** é o terceiro fator que define as construções. Ela diz respeito aos graus de transparência expressos no elo simbólico que une forma e significado, podendo ser interpretada em termos sintáticos e semânticos. No tocante à sintaxe, quanto mais esquemáticas e recursivas, mais compostacionais são as construções; quanto à semântica, a composicionalidade pode ser considerada de duas perspectivas: quanto às partes que compõem a construção e quanto ao todo da construção; assim, uma construção é mais compostional à medida que seu significado deriva do significado das subpartes que a compõem, e menos compostional, se o significado é parte do todo da construção (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 19).

No que tange à mudança linguística, estudos diacrônicos indicam que muitas vezes a mudança reflete na redução da **composicionalidade**, especialmente no nível das microconstruções (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Entendemos que construções mais compostacionais são aquelas cujo significado é alcançado a partir da soma das suas partes; enquanto são menos compostacionais as construções em que forma e significado compõem um todo indissociável, responsável pelo sentido.

Pode-se inferir, pelo já apresentado até aqui, que a mudança que afeta a construção ocorre de modo gradual, em etapas, e é identificável quando se analisam as propriedades das construções acima apresentadas. Nesse sentido, Traugott e Trousdale (2013) reconhecem dois processos da mudança linguística: **mudança construcional** e **construcionalização**.

O processo de **mudança construcional** é aquele pelo qual passa uma construção já existente, e que pode levar — mas não necessariamente leva — à formação de novas construções. Para Traugott (2008), nesse processo, as mudanças podem ocorrer tanto no nível da forma, quanto no do significado. Quando mudanças construcionais levam à formação de um novo pareamento de forma e significado, ocorre o que Traugott e Trousdale (2013) denominam **construcionalização**, processo que resulta na formação de novos tipos de nós, com novas configurações de forma e significado, em uma rede linguística de construções ligadas por relações de herança.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), há dois tipos de construcionalização não estanques: lexical e gramatical. O primeiro tipo resulta em uma unidade convencional com nova forma e novo significado, que serve às novas necessidades comunicativas. O segundo tipo é resultado de mudanças que levam à formação de construção com ganho de valor gramatical, ou construção procedural, nos termos dos autores. Outra possibilidade de tipo de construcionalização é quando mudanças resultam em construções parcialmente lexicais e parcialmente gramaticais, as chamadas construções híbridas.

Finalmente, no tocante aos mecanismos de mudança linguística aqui analisados, os processos de **subjeticização** e **intersubjetivicização** recebem tratamento mais detalhado em Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2010), sob uma visão funcionalista, mas sem ligação direta com a GC. Neste artigo, reafirmamos a leitura de Robuste (2018), que interpretou esse processo de mudança à luz da GC a partir dos estudos dos autores e das análises das construções [V1+ver].

Em Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2010) são apresentadas duas noções sincrônicas diretamente interligadas com a expressão do ponto de vista (subjutivo) do falante: **subjatividade** e **(inter)subjatividade**. A primeira noção é entendida como a relação entre o falante e suas crenças, enquanto a segunda é um conceito inspirado em Benveniste (1958) e diretamente relacionado à preocupação do falante com a autoimagem de seu ouvinte. Assim sendo, as expressões podem caracterizar-se por não apresentarem subjatividade, por apresentarem certo grau de subjatividade ou por revelarem-se intersubjetivas. Diacronicamente, é possível que algumas expressões sem valor subjutivo assumam esse valor⁷, passando a ser usadas pelos falantes para codificar suas atitudes e crenças, processo denominado “subjetivização”. Uma vez subjetivizadas, essas expressões podem ser usadas para codificar significados centrados na relação com o ouvinte, processo identificado por Traugott (2010) como “intersubjetivização”. Para haver (inter)subjetivização é preciso que um par de forma-significado passe a ser usado para codificar intersubjetividade (TRAUGOTT, 2010).

Observe-se que Traugott (2010) já operava com a ideia de forma e significado, mas sem relacionar em que medida a alteração no plano da forma ou do significado alteraria o valor da construção. A hipótese de Robuste (2018) a respeito de (inter)subjetivização, sob a ótica construcional, é a de que, quando uma construção sofre alteração apenas no plano do significado, especialmente no nível pragmático, e passa a codificar (inter)subjatividade, ela sofreria um aumento de intersubjetividade pragmática, motivada pelo contexto; já, quando a construção sofre alterações no plano do significado e da forma, ou seja, quando sofre construcionalização, e passa a indicar (inter)subjatividade, o valor (inter)subjutivo seria resultado do processo de construcionalização.

MARCADORES DISCURSIVOS

A noção de marcador discursivo (MD, daqui em diante), empregada neste artigo para a análise dos padrões mais esquemáticos de [V1+ver], tem abrigo na Gramática Textual-interativa (JUBRAN; KOCH, 2006), que atribui aos MDs, em geral, duas funções principais, como descrevem Risso, Silva e Urbano (2006): a de **basicamente sequenciadores** e a de **basicamente interacionais**. Pelo termo “basicamente”, segundo os autores, deve-se entender que, para uma dada forma, deve-se reconhecer uma função que seja mais proeminente, o que não impede o reconhecimento da sobreposição de outras funções, razão que leva Risso, Silva e Urbano (2006) a proporem os cruzamentos possíveis entre funções do âmbito da **articulação do discurso** (sequenciador tópico, sequenciador frasal, não-sequenciador) e funções do **âmbito da orientação da interação** (secundariamente orientador, basicamente orientador, fragilmente orientador), resultando, daí, três combinações definidas como prototípicas dos MDs: (i) não-sequenciador e basicamente orientador da interação; (ii) sequenciador tópico e secundariamente orientador da interação; (iii) sequenciador tópico e fragilmente orientador da interação.

MDs basicamente sequenciadores operam no “[...] amarramento textual das porções de informações progressivamente liberadas ao longo do evento comunicativo e, simultaneamente,

⁷ Entendemos que a interpretação da aquisição de um **novo valor intersubjetivo** deve se feita com cuidado, pois, muitas vezes, é o próprio contexto que imprime esse valor em construções; nesses casos, o valor não seria propriamente **novo**, mas sim derivado do contexto. É o que Traugott (2010) chama de “novo significado pragmático intersubjetivo em contextos relevantes”.

no encaminhamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, no ato interacional” (RISSO, 2006, p. 427). São exemplos de MDs que desempenham essa função “agora”, “então”, “depois”, “aí”, “mas”, “bem”, “bom”, “enfim”, “finalmente”, “quer dizer”, “por exemplo”, assim, dentre outros (RISSO, 2006, p. 427). MDs basicamente interacionais apresentam como função principal “[...] maior projeção da interação, quando o foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto” (RISSO, 2006, p. 409), mas na própria interação, alguns mais característicos do ouvinte, como os chamados MDs de *feedback* (“ahn, uhn?”, “certo”, “bem”, “claro”, “exato”, “é”, “é claro”, “é verdade”, “pois é”, “sei”, “sim” etc.) (URBANO, 2006, p. 497), e outros mais característicos do falante, como os chamados *checking* (“certo?”, “entendeu?”, “sabe?”, “tá?”, “viu?”, “não é?/num é?”, “né?” etc.) (GUERRA, 2007), todos, porém, com função fática em destaque, como sugere Urbano (2006). Como podemos observar, qualquer que seja a combinação assumida para uma dada função dos MDs, as macro-funções **textual e interacional** estão em jogo na organização do discurso (PENHAVEL, 2005).

No Quadro 1, a seguir, resumem-se os traços comuns e certas regularidades que identificam os MDs, segundo Rizzo, Silva e Urbano (2006).

Quadro 1: Variáveis definidoras dos Marcadores discursivos

Variável	Explicitação
a. Padrão de recorrência	MD são altamente frequentes e usados reiteradamente no discurso.
b. Relação com o conteúdo proposicional	A maior parte dos MD é exterior ao conteúdo proposicional, porque não contribuem diretamente com o conteúdo referencial da proposição sobre a qual incide.
c. Transparência semântica ⁸	O significado de MDs pode corresponder: a) à adaptação ou ao desdobramento de significado gramatical; b) à reaplicação de significado lexical.
d. Apresentação formal	MDs constituem-se, geralmente, de formas cristalizadas (de pouca ou nenhuma variância), que ocorrem de forma automatizada no discurso.
e. Relação sintática com a estrutura oracional	Não-integração sintática à estrutura oracional é considerada traço forte de MD; por isso, são, em sua maioria, sintaticamente independentes.
f. Demarcação prosódica	Pauta prosódica demarcada (seja pausa ou rebaixamento do tom de voz) é um forte traço de MD.
g. Autonomia comunicativa	MDs são comunicativamente não-autônomos, pois não portam conteúdo proposicional por si próprios.
h. Massa fônica	MDs tendem a apresentar pouca massa fônica (até três sílabas tônicas). Analisa-se essa variável na correlação com as variáveis (c) e (d).

Fonte: Adaptado de Robuste (2018), com base em Rizzo, Silva e Urbano (2006).

Essas variáveis foram analisadas em consonância à possibilidade do contrabalanceamento de traços referentes às funções textual-interativas (basicamente sequenciadores e basicamente orientadores da interação). Essa escolha metodológica propicia distinguir usos das construções [V1+ver] atuantes no nível do discurso daqueles usos operantes na estruturação da sentença.

CARACTERIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES [V1+VER]

O verbo “ver” integra o grupo dos verbos de percepção e pode indicar tanto percepção visual, sensorialmente percebida, quanto percepção mental⁸, cognitivamente processada. No que tange à percepção visual, “ver” pode indicar percepção passiva e ativa, a depender do tipo de percepção e da casualidade ou intenção de senti-la. De acordo com Dik e Hengeveld (1991), a percepção imediata por meio da visão pode ser de um indivíduo ou de um estado-de-coisas, e, nesses casos, o verbo é complementado por sintagma ou por uma predicação, respectivamente. Por outro lado, quando o verbo denota percepção mental, ele se liga a um conteúdo proposicional, construído por meio de oração completiva finita. Para este trabalho, essa distinção mostra-se relevante uma vez que forma e sentido podem se definir a partir do valor semântico do verbo e do tipo de construção que ele instancia.

Os verbos “ir”, “querer” e “deixar” representados em V1, na construção [V1+ver], a depender do contexto em que são empregados, podem tanto apresentar valor lexical quanto atuar na relação com outro verbo, constituindo perífrases de valor gramatical (temporal, modal) ou construções com valor discursivo (marcador discursivo), como descrevemos com mais detalhes na próxima seção.

Na construção [V1+ver], *ir* instancia valor lexical de movimento com propósito na combinação com oração infinitiva; valor perifrástico, na combinação com forma infinitiva, expressando o tempo de uma percepção visual ou mental; e valor construcional de MD, em que “ir” e “ver” não são analisáveis separadamente.

Quanto ao verbo “querer” na construção, valores lexicais ocorrem quando o espaço argumental do verbo “querer” é preenchido por instâncias de primeira ordem⁹; valores perifrásticos modais indicam volição nos casos em que “querer” atua como operador modal sobre “ver”, indicando percepção tanto visual (ativa ou passiva) quanto mental; valores construcionais de MD são aqueles em que a volição de “querer” é levemente apagada, já que não há a expressão de desejo, e o de verbo “ver” como evidencial de percepção se perde totalmente, em razão da não necessidade de realização de complemento.

Finalmente, o valor lexical do verbo “deixar” na construção caracteriza-se pelo sentido de **separação, afastamento, e/ou abandono** e pelo preenchimento da estrutura argumental do verbo com referentes nominais de primeira ordem; o valor gramatical que nos interessa caracteriza-se pelo papel de modificador de “deixar” atuante sobre o verbo “ver”, expressando modalidade de permissão; o valor construcional de MD é identificado pelo apagamento parcial do valor de permissão de “deixar” e pelo apagamento total do valor evidencial do verbo “ver”.

Com base na apresentação dos sentidos dos verbos que compõem a construção [V1+ver], podemos afirmar que os valores expressos por esses verbos nas construções estão relacionados

⁸ O valor de percepção mental é, em linhas gerais, aquele cognitivamente derivado do valor de percepção visual, por meio de um processo de metaforização (SWEETSER, 1990).

⁹ De acordo com a teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), pertencem à primeira ordem entidades **indivíduos**, que, localizadas no espaço e no tempo, podem ser avaliadas em termos de sua existência; à segunda ordem pertence a entidade **estado-de-coisas** que, codificada por nomes ou por predicação (nuclear ou estendida), pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada em termos de realização; à terceira ordem pertence a entidade **proposição** que, codificada por nomes ou por oração, não tem lugar no tempo nem no espaço e só pode ser avaliada em termos de verdade; e à quarta ordem pertence o **ato de fala**, entidade que, também possível de ser codificada por nomes ou por orações com força ilocucionária própria, ocorre em tempo e lugar determinados e, como parte de estratégias comunicativas, é avaliada em termos de sua eficácia.

ao contexto textual e interacional em que elas ocorrem. Assim, o verbo “ver” pode indicar tanto percepção visual passiva e ativa, quanto percepção mental, enquanto os verbos “ir”, “querer” e “deixar” compartilham a possibilidade de assumirem valores lexicais, e, quando juntos do verbo “ver”, expressarem valores gramaticais ou construcionais, como veremos com mais detalhes na próxima seção.

TIPOS DE CONSTRUÇÃO [V1+VER]

Em Robuste (2018), foram identificadas quatro combinações possíveis de V1 (= *ir*, “deixar” e “querer”) com “ver”. Aqui, apresentamos e descrevemos resumidamente as propriedades de forma e de significado, os graus de **composicionalidade**, **esquematicidade** e **produtividade** de cada uma das construções. Especialmente para as construções com valor de MD, também apresentamos a análise dos graus de **(inter)subjetividade** com base na função textual e interacional que podem desempenhar.

A) CONSTRUÇÕES LEXICAIS DE MOVIMENTO COM PROPÓSITO

Construção de movimento com propósito, com preservação do significado lexical dos verbos que a formam, ocorre apenas quando V1 é preenchido pelo verbo *ir*¹⁰. Nesse tipo de construção, a estrutura argumental dos verbos está preservada, o que garante o valor lexical da construção apreendido composicionalmente, ou seja, o verbo *ir* indica movimento com propósito e “ver” indica percepção visual, conforme se lê em (7).

- (7) [Doc.: Ri Happy] (ela entrô(u) Ri Happy ((risos do Doc.) Balão Mágico ((risos de Doc. e Inf.)) essas daí mesmo... e ela foi vê(r)... *ela* foi vê(r) *jogo* lá... ((risos de Doc.))
[AC-053-NR; L.130]

De modo resumido e comparativo, o Quadro 2 mostra as propriedades da construção lexical [*ir+ver*] na relação ao esquema mais abstrato de construções de movimento com propósito orientado de que ela faz parte.

¹⁰ Os verbos “querer” e “deixar” combinados com outro verbo no infinitivo assumem, em princípio, valor gramatical, marcando modalidade (volição e permissão), conforme se verá mais adiante neste artigo.

Quadro 2: Propriedades de construções [V1+V2] de movimento com propósito

Níveis de esquematicidade ¹¹	Macronstrução [V1+ V2.inf] MOVIMENTO COM PROPÓSITO	
	Mesocroconstrução	Microconstrução
	[V1 movimento + V2 propósito (+Loc)]	[ir movimento + ver (+Loc)]
Propriedades de forma	Variação de tempo-modo e número-pessoa de V1 e de Sujeito (expresso ou não). V2 aberto e infinitivo.	Variação de tempo-modo e número-pessoa de “ir” e de Sujeito (expresso ou não). Verbo “ver” infinitivo.
	Possibilidade de negação de V1 e de expressão de locativo.	Possibilidade de negação de “ir” e de expressão de locativo.
	Estrutura argumental de V1 e V2 preservada.	Estrutura argumental de “Ir” e “Ver” preservada
Propriedades de significado	Movimento com propósito.	Movimento com propósito de “ver”.
Grau de composicionalidade	Totalmente composicional. Significado lexical de V1 e V2 preservado.	Totalmente composicional. Significado lexical de “ir” e “ver” preservado.
Grau de esquematicidade	Alto. Construção altamente abstratizada.	Baixo. Subesquema de esquema mais alto.
Grau de produtividade	Alto. Todos os <i>slots</i> abertos propiciam tipos variados de microconstruções.	Baixo. Todos <i>slots</i> preenchidos restringem emergência de tipos específicos de construtos.

Fonte: Adaptado de Robuste (2018).

B) CONSTRUÇÕES PERIFRÁSTICAS

Construções perifrásicas¹² são aquelas que formam um esquema do tipo [V1finito + V2não-finito], em que V1 adquire valor gramatical e servem à expressão de categorias semânticas como Aspecto, Tempo, Modo/modalidade. Esse é o comportamento das combinações decorrentes de V1 e *ver* nas construções exemplificadas de (8) a (9).

- (8) “porque que cê tá choran(d)o cê tinha que ficá(r) feliz você vai vê(r) sua mãe cê vai morá(r) com sua mãe” — ele falô(u) — “éh tia mas eu num sei se vai sê(r) bom” — eu falei — “mas num era isso que você queria?”
[AC-086-RO; L. 885]
- (9) foi só golpe mesmo... foi porque... a gente queria vê(r) a quermesse
[AC-096-NE; L. 37]

¹¹Cabe observarmos que o nível de esquematicidade assumido como objeto de análise é o da microconstrução [V1 + *ver*], instanciada por dois níveis superiores, o da meso e o da macroconstrução, considerando a rede de construções mais ampla. É no nível da microconstrução, portanto, que V1 pode licenciar o uso de outros verbos de movimento e outros tipos de V2, diferentes dos aqui recortados. Essa mesma observação aplica-se aos demais tipos de construção nas análises que se seguem.

¹²Perífrase verbal adotado, conceito adotado de Olbertz (1998), consiste na combinação de um verbo de origem lexical em forma finita com um verbo em forma não-finita (infinitivo, gerúndio, participípio).

- (10) Bel: (Correndo para ele) O que é que houve com você? (Abraçando-o). Que saudade, Luiz Raul!
 Luiz Raul: (Andando em volta dela) Deixa eu ver você, deixa eu ver você ...
 [BDL, CP2, 1950 — 2000, literatura dramática]

Quando constituindo perífrases, sobre *V₂*, o verbo “ir” exprime o valor temporal do evento “ver” (como em (8)), “querer”, valor modal de volição (como desejo de “ver” em (9)), e “deixar”, valor modal de permissão (como permissão para o ato de “ver”, em (10)). Nesses usos, as construções [V1+ver] perifrásicas são mesoconstruções de um esquema mais abstrato da cadeia de *TAM* (Tempo, Aspecto e Modo/Modalidade) para um *V₂* específico, no caso “ver”. No Quadro 3, a seguir, apresentamos onde se condensam as características básicas de [V1+ver] perifrástico de modo comparativo com os níveis esquemáticos do qual a construção em análise faz parte.

Quadro 3: Propriedades de construções perifrásicas [V1+V2.não-finito]

Níveis de esquematicidade	Macroconstrução [V1+V2.inf/TAM]	
	Mesoconstrução	Microconstrução
	[V1+Ver inf.]T e M (volição e permissão)	[Ir+Ver]TEMPO [Querer+Ver]VOLIÇÃO [Deixar+Ver]PERMISSÃO
Propriedades de forma	Possibilidade de material interveniente entre <i>V₁</i> e “Ver”.	Possibilidade de material interveniente entre <i>V₁</i> e “Ver”.
	Variação de tempo-modo e número-pessoa de <i>V₁</i> e de Sujeito (expresso ou não). <i>V₂</i> infinitivo.	Variação de tempo-modo e número-pessoa de <i>V₁</i> e de Sujeito (expresso ou não). “Ver” infinitivo.
	Negação incidente sobre a construção.	Negação incidente sobre a construção.
	Estrutura argumental de “Ver” preservada.	Estrutura argumental de “Ver” preservada.
Propriedades do significado	Expressão <i>TAM</i> em <i>V₁</i> , e “Ver” com significado de percepção visual/mental.	Expressão de Tempo/Modalidade em <i>V₁</i> e <i>Ver</i> com significado de percepção visual/mental.
Grau de composicionalidade	Parcialmente composicional, com <i>V₁</i> gramatical (<i>TAM</i>) e <i>V₂</i> lexical.	Intermediário, com <i>V₁(TM)</i> e <i>V₂lexical</i> .
Grau de esquematicidade	Alto. Constitui esquema com posição de <i>V₁</i> aberta.	Intermediário. Micrconstruções específicas de esquema mais abstrato, com posição parcialmente aberta em <i>V₁</i> e fechada em <i>Ver</i> .
Grau de produtividade	Alto. <i>Slot</i> aberto em <i>V₁</i> instancia tipos variados de microconstruções perifrásicas da cadeia <i>TAM</i> .	Intermediário. Instancia <i>types</i> perifrásticos restritos a T e M.

Fonte: Adaptado de Robuste (2018).

C) CONSTRUÇÕES MODAIS

Há dois grupos de construções modais [*V1+ver*] com particularidades no tocante à forma e à função, mas interligados por rede de herança: construções do tipo [*V1+ver+se*] e construções do tipo [*ir+ver+(que)*].

As construções [*V1+ver+se*] são mais discursivizadas e resultantes de um processo de gramaticalização, com reanálise da conjunção integrante como parte da construção matriz, que passa a funcionar como marcador gramatical de valor modal operante sobre uma oração simples (SOUZA, 2007). É o que mostramos nas ocorrências de (11) a (13).

- (11) depois eu vô(u) te mostrá(r) uma tela que tá ali... que *eu vô(u) VÊ(r) se* ela tá seca...
que já faz mais de cinco meses... ela tem que ficá(r) paradinha por que ela é grossa
[AC-086-RP; L.391]
- (12) — “aqueles tudo já são meus... eu quero aqui porque aqui... tem os que não são
meus *eu quero vê(r) se* eu consigo levá(r) alguém pra mim
[AC-106-NE; L.220]
- (13) então vem/ tem o intestino delga::do... depois tem o do rim de/ que atravessa a
per::na... ((aponta as partes de seu corpo)) *de(i)xa eu vê(r) se* eu tenho uma fotografia
que eu vô(u) te mostrá(r)... ((pega um livro que está sobre a mesa))
[AC-140-RP; L.593]

Nesses usos exemplificados, [*V1+ver+se*] assume função modal epistêmica, uma vez que o conteúdo da oração a que ela se liga só é passível de ter seu valor de verdade verificado *a posteriori* da enunciação, tendo como efeito de sentido o descomprometimento do falante em relação à verdade do conteúdo comunicado informacional codificado na construção escopada. Assim, [*V1+ver+se*] expressa um julgamento do falante acerca de estados-de-coisas possíveis de serem verificados, construídos, portanto, de modo objetivo, como uma proposição: “a tinta estar seca” (ou não), em (11), “conseguir” (ou não) “levar alguém”, em (12), e “ter” (ou não) “uma fotografia”, em (13), casos típicos de modalidade epistêmica.

As construções modais do segundo grupo restringem-se à configuração [*ir+ver+(que)*], que se realiza na forma de microcronstrução [*vai ver(que)*], como mostrado em (14).

- (14) —.. a:: idéia dele... ele falô(u) assim — “não eu vô(u) chegár na minha mulher (eu fa/) ((risos))... só c'a mordida aqui” — aí a lo(u)cura que ele fez ele falô(u) — “não num vai têr jeito né? (inint.) *vai ver* essa mordida aqui no meu no meu:: peito vai dá(r) problema
[AC-089-NR; L.53]

Em (14), a construção [*vai ver*] com valor modal imprime dúvida à proposição a que se liga, podendo ser parafraseada por “talvez/é possível/é provável”.

Com o fito de resumir as características das construções [*V1+ver(+COMP)*], no Quadro 4, dado a seguir, apresentamos, na coluna da esquerda, as propriedades básicas dos usos dessa construção, partindo-se do pressuposto de que ela é uma mesocronstrução mais abrangente; e, na coluna da direita, são apresentadas, de modo comparativo, as características das microconstruções [*V1+ver+se*] e [*ir+ver(+que)*].

Quadro 4: Propriedades de construções [V1+V2.inf (+COMP)] modais epistêmicas

Níveis de esquematicidade	Macronstrução [V1+ V2.inf (+COMP)] MODALIDADE EPISTÊMICA	
	Mesoconstrução	Microconstrução
[V1+ver (+COMP)]MODAL EPISTÊMICA		<p>[Ir+Ver+se] [Querer + Ver + se] [Deixar + Ver + se] [Ir + Ver + que] [Ir + ver]</p>
Propriedades de forma	Impossibilidade de material interveniente .	Impossibilidade de material interveniente.
	<ul style="list-style-type: none"> • V1 pode ocorrer no presente do indicativo, primeira pessoa singular/plural, ou no imperativo, segunda pessoa singular. • “Ver” ocorre no infinitivo, seguido de complementizador “que”, “se” ou “zero”. • a construção pode ou não ter sujeito expresso. 	<ul style="list-style-type: none"> • [ir + Ver + se]: ir no presente do indicativo, primeira pessoa do singular ou plural, com sujeito expresso ou não; “Ver” no infinitivo, seguido de “se”. • [querer + Ver + se]: “querer” no presente do indicativo, primeira pessoa do singular ou plural, com sujeito expresso ou não; “Ver” no infinitivo, seguido de “se”. • [deixar + ver + se]: “deixar” no imperativo, segunda pessoa; “Ver” no infinitivo, seguido de “se”, com sujeito expresso ou não. • [vai + ver + (que)]: “ir” restrito ao presente e à terceira pessoa singular, impessoal; “Ver” no infinitivo, seguido de “que” ou “zero”.
	Restrição à presença de negação.	Restrição à presença de negação.
	Escopo sobre conteúdo oracional.	Escopo sobre conteúdo oracional.
Propriedades de significado	Modalidade epistêmica (baixo grau de certeza).	Modalidade epistêmica (baixo grau de certeza).
Grau de composicionalidade	Baixo. Apagamento do valor lexical das partes constitutivas da construção.	Não composicional. Valor construcional.
Grau de esquematicidade	Intermediário. Constitui construção parcialmente esquemática, com posição parcialmente aberta em V1 e fechada por “Ver” e aberta.	Intermediário. Microconstruções específicas de esquema mais alto.
Grau de produtividade	Intermediário. Slots parcialmente variáveis em V1 e Comp instanciam tipos variados de microconstruções.	Intermediário. Instancia tipos específicos de construtos.

Fonte: Adaptado de Robuste (2018).

D) MARCADOR DISCURSIVO

As construções [V1+ver] com função de MD apresentam traços definidores das macro-funções textual e interacional testadas em Robuste (2018), conforme se exemplifica a seguir.

i) [V1+ver] basicamente sequenciador de tópico e secundariamente orientador da interação

- (15) (Reverendo) — Qual o quê, seu padre! Eles não dizem uma palavra que não botem Deus no meio. Ninguém jura sem Deus por testemunho. É Deus pra lá, Deus pra cá... Mas trabalhar que é bom?... Pois sim.

(Padre) – *Vamos ver*, reverendo. *Vamos ver*.

(Reverendo) — Em todo caso, eu lhe desejo boa sorte. E agora meu amigo, depressa que o trem já deu o aviso...

[BDL, CP1, 1949, literatura romanesca]

- (16) A MOÇA (levantando-se) Bem, eu gostei muito de conhecer vocês.

HAPPY Volte logo.

A MOÇA *Vou ver*.

HAPPY Não veja, meu bem, volte no duro.

[BDL, *corpus* de tradução, 1976, teatro]

ii) [V1+ver] basicamente orientador da interação e secundariamente sequenciador de tópico

- (17) Doc.: tem alguma o(u)tra?... que cê lembra?

Inf.: que eu lembro?... *vamo(s) vê:(r)*... (agora é um::) CAso... quê que eu vô(u) lembrá(r) agora?... -- ai F. ajuda eu lembrá(r) alguma coisa aí — ((se dirigindo à esposa))

[AC-074-NE; L.40]

- (18) Doc.: éh:: agora alguma coisa que alguém tenha te contado que num te aconteceu

que cê num tava presente na história mas que alguém tenha te contado

Inf.: (*de(i)xa eu vê(r)*)... a gente sabe tanto mas (às vezes) num lembra né?

[AC-094-NR; L.59]

iii) [V1+ver] basicamente orientador da interação

- (19) Inf.: porque a Gaviões mesmo falava... que queria tirá(r) o:::: presidente do Corinthians o Alberto Dualib... [Doc.: uhm] eu também queria que ele saísse ²[uma boa]

Doc.: (²[toda] mas a Gaviões é contra el

Inf.: não... não ... então... *vai ven(d)o*... eu... eu... penso isso daí né?...

[AC-053-RO; L.354]

- (20) Doc.: caprichado aquele lanche que eles dão lá

Inf.: nossa muito bom muito bom... teve:: *qué(r) vê(r)*? teve:: prime(i)ro o almoço tinha acho que era:::: carne de panela com mandio:::ca

[AC-023-NE; L.133]

Diante da verificação assertiva da manifestação dos traços básicos definidores dos MD (combinados com as funções de sequenciação tópica e orientação da interação) (ROBUSTE, 2018), cabe-nos explicitar os graus de (inter)subjetividade das construções MD [V1+ver] recorrendo aos traços [+ (inter)subjetivo] ou [- (inter)subjetivo], relacionados às funções que essas construções podem desempenhar na dinâmica do texto: (a) MD basicamente sequenciadores de

tópico e secundariamente orientadores da interação; (b) MD basicamente orientadores da interação e secundariamente sequenciadores tópico; e (c) MD basicamente orientadores da interação.

O grupo dos MDs [-intersubjetivos] é composto por construções como as exemplificadas em (15) e (16), em que predomina a função textual, que não garante o valor (inter)subjetivo. Por outro lado, quando se considera a função secundária, de orientação da interação exercida por esses MDs, podemos afirmar que há a expressão de certo grau de (inter)subjetividade na medida em que o falante coloca as atividades anunciadas no campo da possibilidade e não se compromete com uma resposta segura.

O segundo grupo de MDs é formado pelos usos [+/- intersubjetivos], que são os atuantes como MD basicamente orientadores da interação e secundariamente sequenciadores tópicos, como os exemplificados em (17) e (18). Por serem basicamente orientadores da interação, é de esperarmos que *[vamos ver]* e *[deixa eu ver]* apresentem valor intersubjetivo, o que se confirma, uma vez que nas duas ocorrências a construção expressa preocupação do falante em transmitir uma informação com certo grau de precisão ao seu interlocutor, ao mesmo tempo que é usada para manutenção do turno conversacional.

O terceiro grupo de MDs caracteriza-se pelos usos [+ intersubjetivos], em que as construções *[V1+ver]* são as genuinamente orientadoras da interação, cuja função é estabelecer contato com o interlocutor durante a produção do discurso, como mostram as ocorrências (19) e (20).

Como conclusão parcial sobre as características das construções *[V1+ver]* com função de MD, apresentamos o Quadro 5, em que se resumem suas características básicas, incluindo, desta vez, o grau de (inter)subjetividade.

Quadro 5: Propriedades de *[V1+ver]* como MD

Níveis de esquematicidade	Macroconstrução <i>[V1+V2]</i> MARCADOR DISCURSIVO	
	Mesoconstrução	Microconstrução
	<i>[V1+Ver]MD</i>	<i>[Ir+Ver]</i> , <i>[Deixar+Ver]</i> , <i>[Querer+ver]</i>
Propriedades de forma	<i>V1</i> pode ocorrer no presente do indicativo ou no imperativo, com 1 ^a ou 2 ^a pessoa singular/plural; “Ver” é não-finito. a construção pode ou não ter sujeito expresso e apresentar força ilocucionária declarativa, imperativa ou interrogativa.	<i>[Ir+Ver]</i> : “Ir” ocorre no presente do indicativo, 1 ^a pessoa singular/plural ou 2 ^a pessoa do imperativo, sem sujeito expresso; “Ver” ocorre no infinitivo ou no gerúndio. <i>[Querer+Ver]</i> : com “Querer” no presente do indicativo, 2 ^a pessoa do singular, sem sujeito expresso; “Ver” no infinitivo; a construção é interrogativa. <i>[Deixar+Ver]</i> : “Deixar” ocorre na 2 ^a pessoa do imperativo, sem sujeito expresso; “Ver” no infinitivo.

continua

conclusão

Níveis de esquematicidade	Macroconstrução [V1+V2] MARCADOR DISCURSIVO	
	Mesoconstrução	Microconstrução
	[V1+Ver]MD	[Ir+Ver], [Deixar+Ver], [Querer+ver]
Propriedades de forma	Impossibilidade de material interveniente.	Impossibilidade de material interveniente.
	Restrição à presença de negação.	Restrição à presença de negação.
	Perda de estrutura argumental, com independência sintática.	Perda de estrutura argumental, com independência sintática.
Propriedades de forma	Rebaixamento de tessitura e tom interrogativo.	[Ir+Ver]: rebaixamento de tessitura. [Querer+Ver]: tom interrogativo. [Deixar+Ver]: rebaixamento de tessitura.
Propriedades de função	MD com função textual ([+/- sequenciador tópico) e/ou interativa ([+/- orientador da interação]).	[Ir+Ver]: fechamento de tópico ou de turno [+textual; -interacional]. [Ir+Ver] e [Deixar+Ver]: preenchimento de pausa [-textual; +interacional]. [Querer+Ver]: engajamento do interlocutor [+interacional].
Grau de composicionalidade	Não composicional, valor construcional.	Não composicional, valor construcional.
Grau de esquematicidade	Intermediário. Slot parcialmente variável em V1 e fechado por “ver”.	Intermediário. Instanciam construtos restritos às propriedades de forma e de função.
Grau de produtividade	Intermediário. Instancia três tipos de microconstrução.	Intermediário. Instanciam de tipos específicos de construtos.
Grau de (inter) subjeti-vidade	[+/- (inter)subjetivo].	[Ir+Ver]: [-intersubjetivo]. [Ir+Ver]; [Deixar+Ver]: [+/- intersubjetivo]. [Querer+Ver]: [+intersubjetivo].

Fonte: Adaptado de Robuste (2018).

A RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE MUDANÇA

Nesta seção, relacionamos propriedades dos padrões construcionais identificados, para evidenciar a relação entre **mudança construcional**, **construcionalização** e **(inter)subjetivização** reveladas pela análise sincrônica das construções *[V1+ver]*. Partimos do exame do Quadro 6, em que se destacam as propriedades das microconstruções, para atestar a hipótese de que construções atuantes como MD com valor (inter)subjetivo formam um novo pareamento de forma e função derivável de usos mais lexicais.

Quadro 6: Comparação entre as propriedades das microconstruções de [V1+ver]

Padrões/ Propriedades	Construção lexical		Construção procedural (ou grammatical)	
Macro-construção	[V1+ V2.inf] MOV. COM PROPÓSITO	[V1+V2.inf]TAM	[V1+ V2.inf (+COMP)] MOD. EPIST.	[V1+V2]MD
Meso-construção	[V1 mov. + V2 prop. (+Loc)]	[V1+Ver inf.]T e M	[V1+ver+(se/(que))] MOD. EPIST.	[V1+Ver]MD
Micro-construção	[Ir movimento + Ver prop. (+Loc)]	[Ir + Ver] TEMPO [Querer + Ver] VOLIÇÃO [Deixar + Ver] PERMISSÃO	[Ir + Ver + se] [Querer + Ver + se] [Deixar + Ver + se] [Ir + Ver + que] Ir + ver	[Ir + Ver] [Deixar + Ver] [Querer + Ver]
Forma das micro-construções	Possibilidade de locativo como material interveniente	Possibilidade de tipo variado de material interveniente	Impossibilidade de material interveniente	Impossibilidade de material interveniente
	Flexão de “Ir”, com sujeito expresso ou não, e “Ver” no infinitivo.	Flexão de V1, com Sujeito expresso ou nulo, e “Ver” infinitivo.	[Ir + Ver + se]: <i>Ir.Pres.</i> <i>Id.1P.Sg./Pl.;</i> <i>Suj. Exp./nulo;</i> <i>Ver.inf.+ se.</i> [Ir + Ver + (que)]: <i>Ir.Pres.Id.3P.</i> <i>Sg.(Impes.);</i> <i>Ver.inf.+ que/zero.</i> [Querer + Ver + se]: <i>Querer.Pres.Id.1P.Sg/</i> <i>Pl;</i> <i>Suj. Exp./nulo;</i> <i>Ver.inf.+se.</i> [Deixar + Ver + se]: <i>Deixar.Imperat.2P.Sg.;</i> <i>Ver.inf.+se; Suj.Exp./</i> <i>nulo.</i>	[Ir + Ver]: <i>Ir.Pres.Id./Imp.1/2P.</i> <i>Sg./Pl; Suj. nulo;</i> <i>Ver.inf/ger.</i> [Querer + Ver]: <i>Querer.Pres.Id.,</i> <i>2P.Sg;</i> <i>Suj.nulo;</i> <i>ver.inf.; interrog.</i> [Deixar + Ver]: <i>Deixar.Imperat.2P.</i> <i>Sg.</i> <i>Suj.nulo;</i> <i>Ver.inf.</i>
	Possibilidade de negação.	Negação incidente sobre a construção.	Restrição à presença de negação.	Restrição à presença de negação.
	Estrutura argumental de “Ir” e “Ver” preservada.	Estrutura argumental de “Ver” preservada.	Perda de estrutura argumental. Escopo sobre conteúdo oracional.	Perda de estrutura argumental. Total independência sintática.

continua

conclusão

Padrões/ Propriedades	Construção lexical		Construção procedural (ou gramatical)	
Função das micro-construções	Movimento com propósito de “Ver”.	Expressão de Tempo/ Modalidade em V1 e “Ver” com significado de percepção visual/mental.	Modalidade epistêmica (baixo grau de certeza)	[Ir + Ver]: Marcador discursivo [+textual;- interacional]; [-intersubjetivo] [Ir + Ver] [Deixar + Ver]: Marcador discursivo [-textual; +interacional]; [+/-intersubjetivo] [Querer + Ver]: Marcador discursivo [+interacional]; [+intersubjetivo]
Grau de composicionalidade das micro-construções	Totalmente composicional. Significado lexical de “Ir” e “Ver” preservado.	Intermediário, com V1(TM) e V2lexical.	Baixa composicionalidade. Valor composicional.	Não composicional. Valor construcional.
Grau de esquematicidade das micro-construções	Baixo. Subesquema único de esquema mais alto.	Intermediário. Microconstruções específicas de esquema mais alto. Posição parcialmente aberta em V1 e fechada em “Ver”.	Intermediário. Microconstruções específicas de esquema mais alto.	Intermediário. Instanciam construtos restritos às propriedades de forma e de função da microconstrução.
Grau de produtividade das micro-construções	Baixo. Todos slots preenchidos restringem tipos específicos de construtos.	Intermediário. Instancia tipos perifrásticos restritos a T e M.	Intermediário. Instancia tipos específicos de construtos.	Intermediário. Instanciam tipos específicos de construtos.
Tipos de mudança das micro-construções	Mudança construcional		Construcionalização	

Fonte: Adaptado de Robuste (2018).

Embora não parta de análises diacrônicas, o Quadro 6 foi organizado de modo a sistematizar um possível caminho de mudança construcional e de construcionalização percorrido por construções [V1+ver] de valor mais procedural. Assim sendo, as duas colunas mais à esquerda

evidenciam maior valor lexical, enquanto as mais à direita apresentam maior valor procedural, o que corresponde à unidirecionalidade da mudança [+lexical] > [+gramatical]¹³.

A análise dos graus de **composicionalidade, esquematicidade, produtividade e (inter)subjetividade** permite afirmar que as construções [V1+ver] com valor modal e discursivo seriam menos compostionais, já que passam a formar um todo dotado de sentido, cujas funções não são especificadas pelos elementos que as compõem. Essa constatação contribui para a confirmação da hipótese de que essas microconstruções são resultado de um processo de construcionalização¹⁴. Quanto ao grau de esquematicidade e de produtividade das microconstruções, é notável que quanto maior o nível de abstratização de um esquema construcional, maior é a possibilidade de ele atrair novas construções. No tocante à (inter)subjetividade, construções com função de MD apresentam valores (inter)subjetivos a depender da função que desempenham na organização do fluxo do discurso. É possível que o desenvolvimento do caráter (inter)subjetivo dessas microconstruções seja resultado de processos das mudanças que ocorreram tanto no plano da forma, quanto no plano do significado. Nesse sentido, ao adquirir um novo valor construcional, microconstruções [V1+ver] se especializam em funções que necessariamente envolvem negociação entre locutor e interlocutor e nesse jogo são usadas como estratégia de (inter)subjetividade, ora mais voltada à organização do discurso, ora mais voltada à interação.

Ainda que não se possa afirmar categoricamente que as microconstruções [V1+ver] com valor de MD são resultado de um processo diacrônico de construcionalização, a descrição sincrônica dos tipos possíveis de [V1+ver] deixa transparecer diferenças de forma e de função que, se relacionadas aos graus de gramaticalidade, podem ser interpretadas como mudanças construcionais que levam à formação de um novo pareamento de forma e significado, com valor (inter)subjetivo especializado na função de MD atuante no fechamento de tópico ou de turno, no preenchimento de pausa e no engajamento do interlocutor.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise de dados sincrônicos, mesmo carecendo de comprovação diacrônica, permite postular um cline de gramaticalidade no qual microconstruções [V1+ver] com função de MD resultam de um processo de construcionalização, que provocou alterações no plano da forma e do conteúdo, conferindo a essas microconstruções um novo valor (inter)subjetivo. Em outras palavras, a relação entre os processos de mudança linguística é revelada pelo aumento da (inter)subjetividade, que é antecedida por uma série de micropassos de mudanças na forma e no conteúdo das microconstruções, que levam à construcionalização.

Finalmente, mesmo com base nos resultados de análise apenas sincrônica de dados do português contemporâneo, o que podemos defender é que o reconhecimento de diferentes graus de gramaticalidade envolvendo as microconstruções [V1+ver] constitui forte indício de que tais microconstruções sejam mesmo resultado de mudanças históricas, como atestam inúmeros

¹³ Essa forma de organizar os dados em clines de gramaticalidade tem por base constatações feitas em estudos dedicados aos processos de gramaticalização, como a de que expressões com valor grammatical seriam originadas de expressões com valor lexical (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), podendo esse percurso ser postulado como hipótese de reconstrução histórica das formas gramaticalizadas, a ser atesta diacronicamente.

¹⁴ Estudos diacrônicos atestam que a mudança construcional está relacionada à redução da composicionalidade, especialmente no nível das microconstruções (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

trabalhos de abordagem construcional para a investigação da mudança linguística que enfatizam a relação indissociável entre sincronia e diacronia (BYBEE, 2003, 2016; HOFFMANN; TROUSDALE, 2011; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, dentre outros). Assim, considerando que microconstruções com função de MD manifestam-se em gêneros textuais que se aproximam mais da modalidade falada, é forte a hipótese de que uma investigação diacrônica baseada em *corpora* cujos textos simulem situações de fala (peças de teatro, cartas particulares, novelas etc.) comprove os resultados que sustentam este trabalho. É o que lançamos como perspectiva de continuidade da investigação desse tema.

REFERÊNCIAS

- BARÐDAL, J. **Productivity**: evidence from case and argument structure in Icelandic. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- BARÐDAL, J. Predicting the productivity of argument structure constructions. **Berkeley Linguistic Society**, Berkeley, n. 1, v. 32, p. 467-478, 2006.
- BARLOW, M.; KEMMER, S. (ed.). **Usage based models of language**. Stanford: CSLI Publications, 2000.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1958.
- BYBEE, J. L. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- BYBEE, J. L. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R.D. (ed.) **The Handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003. p. 602-623.
- CROFT, W. Construction Grammar. In: GEERAGRTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: OUP, 2007. p. 463-508.
- CROFT, W. **Radical Construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DIK, S. **The theory of functional grammar**. Part I: The structure of the clause. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1989.
- DIK, S. **The theory of functional grammar**. Part II: Complex and derived constructions. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DIK, S.; HENGVELD, K. The hierarchical structure of clause and the typology of perception-verb complements. **Linguistics**, v. 29, n. 2, p. 231-259, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1515/ling.1991.29.2.231>
- GISBORN, N.; PATTEN, A. Construction grammar and grammaticalization. In: HEINE, B.; NARROG, H. (ed.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: The Oxford University Press, 2011. p. 93-104.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, S. C. L.; OLIVEIRA, T. P. Por uma abordagem de construções complexas em perspectiva construcional. **Working papers em linguística**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 102-127, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2020v21n1p102>

GUERRA, A. R. **Funções textual-interativas dos marcadores discursivos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. Variation, change and constructions in English. **Cognitive Linguistics**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 1-23, 2011.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do Português culto falado no Brasil**: a construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

NUYTS, J. Cognitive Linguistics and Functional Linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). **The Oxford handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 543-565.

OLBERTZ, H. **Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.

PENHAVEL, E. Sobre as funções dos marcadores discursivos. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 34, p. 1296-1301, 2005.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: construção do texto falado. Campinas: Unicamp, 2006. p. 427-496.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 403-425.

ROBUSTE, T. B. **Construções [V1 + ver] no português contemporâneo sob abordagem construcional**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018.

SOUSA, G. C. **Gramaticalização das construções com orações completivas**: o caso do complemento oracional introduzido por se. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) — Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. C. Gramaticalização: uma entrevista com Elizabeth Closs Traugott. Tradução Gabriel de Ávila Othero e Ana Carolina Spinelli. **ReVEL**, [s. l.], v. 12, n. 22, p. 98-108, 2014.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K. et al. (org.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization.** Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010. p. 29-74.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (ed.). **Variation, selection, development - probing the evolutionary model of language change.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

TUGGY, D. Schematicity. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics.** Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 82-116.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 497-527.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: jul. 2020.

ORDEM DE PALAVRAS E EXPRESSÃO DA ÊNFASE EM PORTUGUÊS

WORD ORDER AND EMPHASIS EXPRESSION IN PORTUGUESE

Michel Gustavo Fontes*

UFMS

Kátia Roberta Rodrigues-Pinto**

UFMS

Resumo: Com base no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGELD; MACKENZIE, 2008), analisa-se a ordem de palavras como correlato formal de distinções pragmáticas próprias à interação entre falante e ouvinte. A intenção central é investigar a expressão de ênfase, no português, por meio da ordenação de constituintes. Para tanto, são cotejados dois objetos de estudo: (i) a ordem do constituinte interrogativo no interior da Interrogativa-Qu; e (ii) a ordem do item ainda em construções comparativas. Como resultados, este artigo defende que: (i) a ordem final do constituinte interrogativo na oração corresponde a um mecanismo de marcação de ênfase, direcionando a atenção do ouvinte para o conteúdo interrogado; (ii) já a ordem de ainda, no interior da construção comparativa, associa-se à expressão de dois diferentes tipos de ênfase: ênfase propriamente dita e ênfase graduadora.

Palavras-chave: Ordenação de constituintes. Ênfase. Gramática Discursivo-Funcional.

Abstract: Based on Functional Discourse Grammar model (Hengeveld; Mackenzie, 2008), this paper analyzes word order as a formal device for marking pragmatic distinctions. The aim is to investigate emphasis expression in Portuguese by means of word order. To do so, two objects of study are approached here: (i) the ordering of the interrogative constituent within Wh-Interrogatives; and (ii) the ordering of the item *ainda* ('still'/‘yet’/‘even’) in comparative constructions. In relation to (i), this article reveals that the final order of the interrogative constituent in the sentence corresponds to an emphasis marking mechanism, in order to gain the addressee’s attention to the questioned content. In relation to (ii), the positions of *ainda* are associated with the expression of two different types of emphasis: emphasis and degree emphasis.

Keywords: Word order. Emphasis. Functional Discourse Grammar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No interior da Linguística, o termo *funcionalismo* tem abrigado um conjunto bastante diverso de correntes teóricas que, embora se diferenciem quanto ao modo como concebem a

* Doutor em Estudos Linguísticos. Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, Brasil. E-mail: michel.fontes@ufms.br.

** Mestranda em Letras (área de concentração: Estudos Linguísticos) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, Brasil. E-mail: katiarodriguespinto@gmail.com.

organização gramatical de uma língua, compartilham de uma série de princípios (cf. BUTLER, 2003, p. 33), tais como:

- (i) Visão de língua como instrumento de comunicação e de interação nos mais diversos contextos sociais;
- (ii) Rejeição à abordagem autônoma da gramática, favorecendo explanações de natureza funcional, que tomam o sistema linguístico como co-determinado por fatores de ordem socio-cultural, cognitiva, psicológica e diacrônica;
- (iii) Recusa ao tratamento autônomo da sintaxe, valorizando a correlação entre forma (padrões morfossintáticos e/ou fonológicos) e função (propriedades de ordem semântico-pragmática) e, assim, tomando a sintaxe como meio de expressão de significados;
- (iv) Objeção a uma concepção inatista e adaptacionista da aquisição de linguagem, seguindo um prisma mais sociocognitivo e construcionista.

Butler (2003) reconhece, no interior do funcionalismo linguístico, seis correntes teóricas: (i) o funcionalismo gerativo (*generative functionalism*, no inglês), um tipo mais periférico de funcionalismo representado nos trabalhos de Ellen Prince e S. Kuno; (ii) o funcionalismo holandês, representado pelos modelos de gramática funcional de Simon C. Dik (1997a; 1997b) e de Hengeveld e Mackenzie (2008); (iii) a Gramática de Papel e Referência, desenvolvida centralmente por Van Valin, junto a outros colaboradores; (iv) a Gramática Sistêmico-Funcional, associada principalmente ao trabalho de Halliday; (v) o funcionalismo americano, representado por um conjunto de trabalhos de linguistas que se concentram na região da Costa Oeste dos Estados Unidos, como Givón, Hopper e Thompson; (vi) a linguística cognitivo-funcional, que procura conjugar os pressupostos do funcionalismo (principalmente o de vertente americana) e da Linguística Cognitiva.

Este artigo, propondo um exercício de análise e de descrição funcionalista, volta sua atenção para um fenômeno morfossintático específico, a *ordem de palavras*, de modo a oferecer-lhe uma explanação que revele sua instrumentalidade e sua funcionalidade no interior da interação verbal. Especificamente, o objetivo é caracterizar o modo como a ordenação de constituintes se correlaciona à expressão de um significado pragmaticamente assentado, vinculado aos propósitos comunicativos do falante: a *ênfase*.

Para tanto, o artigo adota, como arcabouço teórico-metodológico, o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), e, revisando considerações e dados de trabalhos anteriores (cf. FONTES, 2012a; 2012b; 2016), seleciona dois objetos de análise, exemplificados em (1) e (2), que se caracterizam por certa *flexibilidade* em termos de disposição linear, o que é produtivo para os propósitos mais gerais deste artigo.

Em (1), têm-se ocorrências de Interrogativas-Qu: sentenças interrogativas diretas que, ao assinalarem o desconhecimento do falante em relação a um conteúdo específico, constituem-se de uma proforma interrogativa. Interessa a esta investigação a ordem assumida pelo constituinte interrogativo no interior da oração, já que, em português, ele pode se situar na posição inicial (cf. (1a)) ou na posição final (cf. (1b)).

- (1) a Olhe-se no espelho! **O que você vê?** Sinceramente. (leticiathompson.net)
 b Estado - **Você foi fazer o quê?** (19Or:Br:Intrv:ISP)

Em (2), são trazidas ocorrências de uso de *ainda* em construções comparativas de desigualdade. No interior desse tipo de construção, *ainda* pode alocar-se ao final do sintagma comparativo (cf. (2a)), ou à esquerda da palavra de grau *mais*, na posição inicial do sintagma comparativo (cf. (2b)).

- (2) a porque o indivíduo trazer panelas é: estranho - panelas usadas é **mais estranho
*ainda*** - aí tem umas coisas assim (19Or:Br:LF:Recf)
 b prossegue a identificação e desmobilização das tropas da UNITA, cuja reintegração é
ainda mais difícil (19N:Pt:Expr)

Este artigo assume que essa aparente *flexibilidade*, em termos de ordenação, do constituinte interrogativo, no interior da oração interrogativa, e de *ainda*, no interior do sintagma comparativo, é determinada por questões de natureza pragmática. A intenção, aqui, é mapear os efeitos pragmáticos, especificamente em termos de marcação de ênfase, correlacionados às disposições assumidas por esses elementos linguísticos.

O material de análise para se proceder com tal investigação é composto de ocorrências do português atual, provenientes do *Córpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006), disponível online em <https://www.corpusdoportugues.org/>. O artigo se estrutura em cinco partes: a primeira apresenta sucintamente o arcabouço teórico que sustenta a investigação, a GDF; a segunda precisa a concepção de ênfase presente na GDF e aqui assumida para a condução da análise; a terceira trata da ordem de palavras na GDF; a quarta e a quinta apresentam os resultados de pesquisa, traçando uma explanação funcional em torno à ordem do constituinte interrogativo e do item *ainda* em construções comparativas. As considerações finais sistematizam a proposição mais central do artigo.

A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

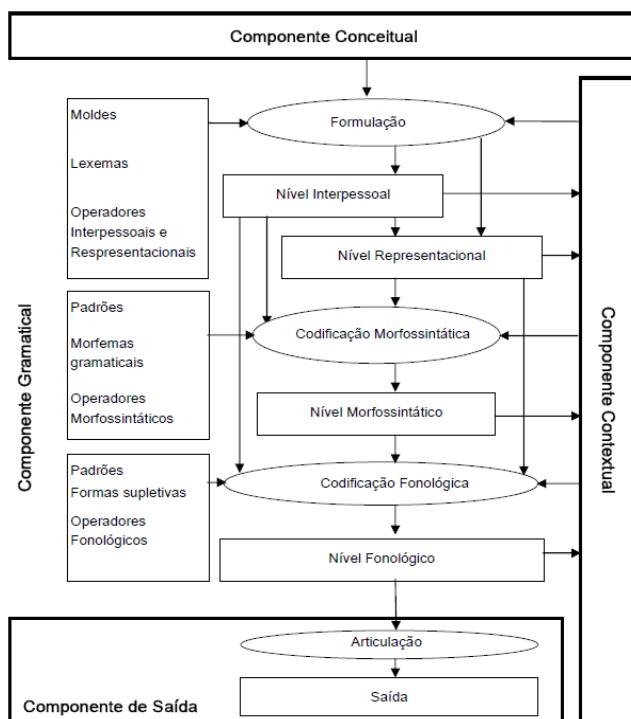
A GDF, enquanto modelo de gramática de orientação funcionalista, debruça-se sobre questões formalmente codificadas na língua (em termos de aspectos morfossintáticos e fono-lógicos), correlacionando-as, quando possível, a propriedades semântico-pragmáticas, próprias à formulação linguística.¹ Além disso, a GDF tem forte influência tipológica em sua proposição, tentando fornecer as ferramentas necessárias para investigação e estudo da variabilidade existente entre as línguas.

Seguindo uma visão modular de gramática, a GDF corresponde, no interior de uma teoria mais geral da interação verbal, ao Componente Gramatical, ligado a outros três componentes não linguísticos: o Componente Conceitual, responsável por gerar as intenções comunicativas do falante, o Componente Contextual, que abarca informações próprias ao contexto (linguístico e/ou situacional) em que se dá a interação, e o Componente de Saída, que traduz os *inputs* do Componente Gramatical em material acústico, escrito e/ou simbólico.

¹ A GDF prima por estabelecer relações sistemáticas de alinhamento entre propriedades semântico-pragmáticas e padrões morfossintáticos, porém reconhece, também, que alguns fenômenos morfossintáticos são arbitrários, não decorrendo de qualquer motivação mais discursiva, como, em inglês, o uso da proforma *it* em sentenças como *It is snowing*, em que a presença do pronome é motivada por questões próprias à organização morfossintática da língua.

Conforme demonstra a figura 1 abaixo, a GDF (ou o Componente Gramatical) está organizada em quatro níveis independentes, articulados entre si via relações de interface: os níveis Interpessoal e Representacional captam, respectivamente, questões pragmáticas e semânticas envolvidas na formulação de uma expressão linguística, e os níveis Morfossintático e Fonológico dão conta da codificação, que transforma o *input* proveniente da formulação em estruturas morfossintáticas e em padrões fonológicos, respectivamente. Toda a arquitetura da GDF parte de uma perspectiva descendente (*top-down*) de produção linguística, que começa com a intenção comunicativa dos usuários da língua gerada no interior do Componente Conceitual e que se desenvolve linguisticamente ao longo do Componente Gramatical, até chegar ao Componente de Saída.

Figura 1: Arquitetura geral da GDF (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 46)



Cada um dos níveis que organizam a GDF está internamente estruturado em camadas hierarquicamente organizadas. Em (3), o esquema representa a organização mais geral dos níveis: v_1 corresponde à camada relevante para a análise, que pode ser restringida por um núcleo ou por um modificador (σ); a camada pode ainda ser especificada por um operador (π) e conter uma função (Φ).²

$$(3) \quad (\pi v_1; [núcleo (v_1)_\Phi]; [\sigma (v_1)_\Phi])$$

² Esses primitivos se diferenciam não só por sua funcionalidade, mas também por seu estatuto léxico-gramatical: enquanto núcleos e modificadores representam estratégias lexicais, operadores e funções representam estratégias gramaticais. Núcleos correspondem à peça de informação mais central para uma camada, enquanto modificadores são elementos restritores opcionais, que trazem alguma informação adicional para a camada sob análise. Por outro lado, operadores especificam algum valor semântico-pragmático aplicado à camada, e funções são relacionais, vinculando uma unidade a outras unidades da mesma camada.

No Nível Interpessoal, são distinguidos os mecanismos formalmente codificados que refletem o papel de uma unidade linguística no interior da interação verbal, seja em termos retóricos (marcando o modo como o falante combina os componentes de seu discurso para atingir sua estratégia comunicativa e, assim, influenciar o ouvinte), seja em termos pragmáticos (modelando a mensagem do falante tendo em vista suas expectativas em relação ao estado mental do ouvinte). Em (4), estão dispostas as camadas que ordenam internamente o Nível Interpessoal: o *Movimento* (M), camada hierarquicamente superior dentro do nível, deve conter ao menos um *Ato Discursivo* (A); o *Ato Discursivo*, por sua vez, pode conter uma *Ilocução* (F), posições para os *Participantes* (P), no caso *Falante* ((P₁)_S) e *Ouvinte* ((P₂)_A), e um *Conteúdo Comunicado* (C), que se estrutura a partir de um número de *Subatos de Referência* (R) ou de *Atribuição* (T).

$$(4) \quad (M_1; [(A_1; [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1; [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}})] (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No Nível Representacional, são abrigadas questões denotativas das expressões linguísticas, isto é, as representações semânticas das unidades linguísticas. A representação em (5) traz as suas camadas, distinguidas em termos ontológicos, isto é, em termos de entidades (ou categorias) semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p); Episódios (ep); Estados-de-coisas (e), Propriedades Configuracionais (f^c) e Propriedades Lexicais (f). Outras categorias podem ainda ser distinguidas, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

$$(5) \quad (p_1; [(ep_1; [(e_1; [(f^c_1); [(f_1)^n(x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f^c_1)] \dots (f^c_{1+n}) (e_1)_{\Phi}]]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1))$$

A codificação do *input* proveniente dos níveis Interpessoal e Representacional fica a cargo dos níveis Morfossintático e Fonológico: aquele amalgama esse *input* em unidades e padrões analisáveis em termos morfossintáticos, e este converte o material dos níveis superiores num construto fonológico. Em (6), demonstra-se a estruturação interna desse nível, cuja camada hierarquicamente superior é a Expressão Linguística (Le), que abriga qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática, sendo elas: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw). Os tipos de Sintagmas e de Palavras variam conforme seu núcleo.

$$(6) \quad (Le_1; [Cl_1; [(Xw) (Xp_1; [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1)) (Cl_3)] (Cl_1)]) (Le_1))$$

Para os propósitos deste artigo, restringe-se a análise centralmente no alinhamento entre os níveis Interpessoal e Morfossintático (*alinhamento interpessoal*), pois o que se busca aqui demonstrar é que a operação pragmática de ênfase, própria ao Nível Interpessoal, pode ser capturada formalmente, no Nível Morfossintático, por meio de padrões específicos de ordenação.

ÊNFASE NA GDF

Os funcionalistas, de modo geral, têm adotado uma visão bastante ampla em torno à categoria pragmática *foco*. Isso se ilustra, por exemplo, em Herring e Paolillo (1995, p. 163), que consideram como *informação focal* aquela para a qual o falante, ou escrevente, deseja assinalar especial saliência. Komen (2013, p. 33), dialogando com tal visão, assume que *foco* é a parte da sentença que deve ser entendida, pelo ouvinte, como mais proeminente ou saliente, já

que ou corresponde a uma informação nova, ou contrasta com uma informação pressuposta, ou trata-se de uma informação imprevisível, não recuperável ou de grande interesse comunicativo.

Hengeveld e Mackenzie (2008) optam por seguir a primeira via proposta por Hannay (1983). Ao definir o Nível Interpessoal da GDF, os autores reconhecem que, na interação entre falante e ouvinte, pode-se empregar uma série de estratégias pragmáticas, que determinam o modo como o falante constrói e modela sua mensagem tendo em vista suas expectativas em relação à informação pragmática do ouvinte. Assim, o falante pode optar por selecionar certa informação como ponto de partida de sua mensagem, ou assinalar a novidade de uma informação a ser trazida para a interação, ou ainda salientar ou colocar em proeminência determinada informação.

Entre essas estratégias pragmáticas, Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem *funções pragmáticas*, como Tópico, Foco e Contraste, da operação de *ênfase*.³ A função pragmática *Foco*, especificamente, e a ênfase se diferenciam nos seguintes termos: enquanto a primeira assinala a seleção estratégica operada pelo Falante de informação nova para preencher uma lacuna na informação pragmática do Ouvinte ou para corrigir uma informação do Ouvinte, a segunda corresponde a um mecanismo de intensificação ou de saliência, ou seja, um recurso linguístico que serve ao propósito comunicativo do falante em destacar ou colocar em proeminência uma determinada (peça de) informação, chamando a atenção do ouvinte para ela.

Assim, a ênfase, no interior do modelo da GDF, corresponde, genericamente, a uma categoria pragmática de intensificação ou de reforço, podendo ser captada por modificadores e/ou operadores e aplicando-se a diferentes camadas do Nível Interpessoal.

A ênfase pode decorrer da estratégia comunicativa do falante em intensificar o Ato Discursivo por ele proferido. Em (7), o modificador *dammit*, no inglês, intensifica/enfatiza o Ato Discursivo como um todo, o que também se aplica a (8), por meio da construção iniciada pela partícula gramatical *que*. Em ambos os casos, observa-se que o modificador *dammit* e o operador *que* se combinam a qualquer tipo de Ilocução, o que indica seu escopo sobre todo o Ato Discursivo.

- (7) a Answer me *dammit*.
 - b Did you do it or not *dammit*?
 - c I want to go home *dammit*.
 - d Let's go *dammit*.
- (HENGELD; MACKENZIE, 2008, p. 64-65)

- (8) a ¡*Que* no me gusta nada esa película!
 - b ¿!*Que* si vienes mañana!?
 - c ¡*Que* no te marches mañana!
- (HENGELD; MACKENZIE, 2008, p. 67)

A ênfase pode também se aplicar a unidades mais internas ao Ato Discursivo. Por exemplo, na camada da Ilocução, Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem um operador enfático,

³Na GDF, *funções pragmáticas* refletem o estatuto comunicativo de unidades linguísticas em termos de saliência ou de relevância para o andamento do discurso. A função *Tópico* é atribuída ao Subato que assinala o modo como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual. Essa definição pressupõe a atribuição de Tópico à informação dada, havendo assim uma correlação *default* entre Tópico e informação dada. Já a função *Contraste* assinala o desejo do falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente.

que afeta diretamente a força ilocucionária do Ato. É o caso da partícula *dan* em holandês (cf. (9)), cujo uso, conforme Vismans (1994, p. 62, *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 83), restringe-se a Atos Imperativos, o que sinaliza que a ênfafe por ele expressa se aplica sobre a Ilocução Imperativa.

- (9) Doe je werk *dan!*
 fazer seu trabalho ENF
 ‘vamos lá, faça seu trabalho!’

Por outro lado, Hengeveld e Mackenzie (2008) também preveem operadores e modificadores que são responsáveis por enfatizar, ou salientar, o conteúdo comunicativo evocado por um Ato. Em (10), o modificador *really* intensifica o Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo. Segundo os autores, pode-se notar o escopo de *really* sobre o Conteúdo Comunicado por sua ordenação mais interna à oração⁴ e por se combinar com outros tipos de modificadores enfáticos, como em (10c).

- (10) a I *really* don’t like you.
 b Do you *really* want to hurt me?
 c I *really* don’t like you *dammit*.

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 67)

A contrapartida gramatical do modificador de ênfafe na camada do Conteúdo Comunicado é o operador de ênfafe que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tem origem com a grammaticalização de construções clivadas. O padrão de clivagem (CLEFT) em (11), do Galego escocês, serve para enfatizar o Conteúdo Comunicado do Ato ali proferido.

- (11) ‘*S ann a dh’fheumas tu rud beag de dh’eòlas ciùil*
CLEFT must/need 2.SG thing little of knowledge music. GEN
 It’s just that you must have some knowledge of music.

A ênfafe, por fim, pode se aplicar a Subatos que compõem o Conteúdo Comunicado. Em (12), por exemplo, o modificador *really* sinaliza um compromisso enfático, por parte do falante, ao atribuir a propriedade *nice* ao indivíduo *example*. Assim, o escopo de *really* está sobre o Subato Atributivo *nice*.

- (12) a *really nice example* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 67)

Já na camada do Subato Referencial, Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que a ordem pode ser mobilizada para a expressão de ênfafe. Em (13a-b), as duas respostas se diferenciam, em termos formais, pela ocorrência do sintagma *a whole week* em posição inicial em (13b), o que se correlaciona à aplicação de ênfafe ao Subato Referencial. Em ambas as sentenças, o constituinte tem o mesmo estatuto informacional (trata-se de informação nova), mas, em (13b), encontra-se mais saliente e destacado por meio de sua ordenação ao início da oração.

⁴Para Hengeveld e Mackenzie (2008), operadores e modificadores do Ato Discursivo assumem posições mais periféricas na Oração, enquanto operadores e modificadores do Conteúdo Comunicado se dispõem mais internamente na Oração.

- (13) Did you get a day off?
 a A day off? The boss gave me a whole week.
 b A day off? *A whole week* the boss gave me.
 (HENGELD; MACKENZIE, 2008, p. 123)

Em suma, podemos ver que, para a GDF, a expressão da ênfase pode se dar por meios lexicais (modificadores enfáticos) ou por meios gramaticais (operadores enfáticos). Além disso, a depender da camada que modifica ou em que opera, eles podem ter diferentes matizes pragmáticos: reforço, comprometimento, realce, chamada de atenção, etc. O exemplo em (13) é o que motiva, centralmente, a proposição de nossa investigação: de que modo é possível correlacionar a ordem de palavras a efeitos enfáticos decorrentes da necessidade comunicativa do falante ao interagir com o ouvinte?

A ORDEM DE PALAVRAS NA GDF

Abordar, sob perspectiva funcionalista, a ordem de palavras significa compreender que o fenômeno não se dá de modo aleatório, mas é motivado por questões funcionais e cognitivas, ligadas ao papel comunicativo e interativo que cumprem as línguas. Assim, acredita-se que a ordem de palavras, dentro de uma expressão linguística, esteja fortemente atrelada às necessidades comunicativas dos usuários da língua, como bem afirma Downing (1995, p. 9):

as informações veiculadas pelas variações da ordem das palavras não se limitam às proposicionais [...]. As escolhas por ordem das palavras também podem ser ditadas pela necessidade do falante ou do escrevente em estabelecer uma postura social ou afetiva, em criar estruturas no nível do texto a partir de recursos do nível da sentença e em se comunicar de uma maneira que seja perfeitamente compatível com as capacidades cognitivas do receptor do texto.⁵

A autora estabelece, em sua afirmação, três fatores mais gerais relevantes para se mapear as motivações para a ordenação de constituintes:

- (i) *A marcação de afeto*, casos em que a ordem de palavras serve, de alguma maneira, para marcar alguma postura mais atenta ou afetiva do falante em relação ao ouvinte;
- (ii) *A criação de estrutura textual*, que diz respeito ao modo pelo qual, a partir da ordenação de palavras, pode-se desenhar o arranjo textual e indicar o papel dos constituintes da sentença em relação ao todo textual;
- (iii) *A facilidade de processamento linguístico*, estando por trás de muitos tipos de fenômenos linguísticos que parecem acomodar os pontos fortes e fracos de nossos sistemas cognitivos. Por exemplo, costuma-se limitar, em uma sentença, o número de informações novas (geralmente uma) por proposição/sentença, devido à dificuldade de se processar grandes quantidades de informações novas.

⁵No original: “The information carried by word order variations is not confined to the propositional [...]. Word order choices may also be dictated by the need of the speaker or writer to establish a social or affective stance, to create text level structures from sentence-level resources, and to communicate in a way which is optimally matched to the text receiver’s cognitive capacities” (DOWNING, 1995, p. 9).

A GDF, seguindo uma orientação funcionalista, aborda a ordenação de constituinte como fenômeno morfossintático funcionalmente motivado. No interior do Nível Morfossintático, são previstos três princípios funcionais para governar as relações de alinhamento entre padrões de disposição linear e determinações semântico-pragmáticas:

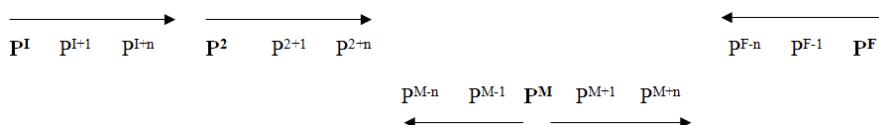
- (i) *O princípio de iconicidade*, segundo o qual uma expressão linguística tende a refletir a ordem natural dos elementos no mundo extralingüístico;
- (ii) *O princípio de integridade de domínio*, segundo o qual elementos de um mesmo domínio (ou, na GDF, de um mesmo nível ou camada) tendem a permanecer juntos (ou justapostos) na expressão linguística. Por exemplo, modificadores tendem a se posicionar próximos aos núcleos que modificam, assim como funções e operadores tendem a ser realizados por expressões que se encontram próximas às unidades morfossintáticas a que se aplicam, e
- (iii) *O princípio de estabilidade funcional*, também denominado de *preservação das relações de escopo*, segundo o qual elementos de mesma especificação, interpessoal ou representacional, devem ser posicionados na mesma posição relativa a outras categorias; por exemplo, em algumas línguas, a ordenação dos constituintes que carregam a função Foco é determinada pela posição com relação ao verbo.

Além disso, Hengeveld e Mackenzie (2008) reconhecem que vários fatores podem interferir na linearização dos constituintes: do Nível Interpessoal, as principais motivações estão associadas à atribuição de funções pragmáticas e à referenciação; fatores relacionados às funções semânticas e à designação partem do Nível Representacional; e, por fim, há determinações de ordem morfossintática, do Nível Morfossintático, como as funções sintáticas e a complexidade estrutural dos itens linguísticos.

A ordenação de constituintes, no interior do Nível Morfossintático, pode se dar em três camadas distintas: Expressão Linguística, Oração e Sintagma. Interessa, para este trabalho, os padrões de ordenação possíveis nas camadas da Oração e do Sintagma.

No interior da Oração, são distinguidas quatro posições absolutas: a posição inicial (P^I), uma segunda posição, posterior à inicial (P^2), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F). Além dessas, as línguas podem fazer uso de posições relativas às absolutas, conforme demonstra a figura 2. Em síntese, a GDF prevê que, na Oração, as línguas podem fazer uso da posição inicial (P^I) e suas expansões para a direita (P^{I+1} , P^{I+n}), da posição P^2 e de suas expansões à esquerda (P^{2+1} ; P^{2+n}), da posição final (P^F) e suas expansões para a esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}) e da posição medial (P^M) e de suas expansões para a direita (P^{M+1} , P^{M+n}), para a esquerda (P^{M-1} , P^{M-n}) ou para ambas as direções (P^{M-N} ; P^{M-1} ; P^M ; P^{M+1} ; P^{M+N}).

Figura 2: Posições absolutas e relativas da Oração (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008)



Para Pezatti (2014), em português, o padrão de ordenação de constituintes da Oração se vale de três posições absolutas (P^I , P^M e P^F) e de suas posições relativas, sendo que o predicado

da Oração sempre se aloca na posição absoluta P^M . Segundo a autora, as posições P^I e P^F são reservadas para constituintes hierárquicos, e a posição P^M abriga constituintes não hierárquicos. Uma questão importante, assinalada pela autora, é que constituintes hierárquicos (como modificadores, operadores e funções dos níveis Interpessoal e Representacional), sob o domínio da ordenação hierárquica, devem ser posicionados centripetamente, isto é, começando pelas margens da Oração e dirigindo-se para o centro. Além disso, as margens oracionais abrigam constituintes pragmática ou psicologicamente mais salientes.

Para o português, a autora (PEZATTI, 2014, p. 131) propõe três princípios de natureza pragmática, semântica e morfossintática subjacentes à ordem das palavras: (i) constituintes marcados pragmaticamente como Tópico ou Foco têm prioridade na alocação em P^I ou P^F sobre constituintes de natureza mais semântica; (ii) modificadores e operadores representacionais assumem as posições P^I e P^F , obedecendo às suas relações de escopo; e (iii) se nenhuma dessas duas restrições se aplicar, a ordem dos constituintes se determina pela complexidade formal.

No interior do Sintagma, assim como ocorre na Oração, podem ser distinguidas três posições absolutas, P^I , P^M e P^F , e posições relativas a essas: (i) expansões à direita de P^I , como P^{I+1} , P^{I+n} ; (ii) expansões à esquerda de P^F , como P^{F-1} , P^{F-n} ; e (iii) expansões à direita ou à esquerda de P^M , como P^{M-1} , P^{M-n} e P^{M+1} , P^{M+n} . A disposição linear de constituintes do Sintagma, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), obedece aos mesmos direcionamentos hierárquicos e configuracionais da Oração.

Para encerrar esta seção e dar sequência à exposição da análise, é central, para este trabalho, a ideia de que a ordenação de constituintes, questão formal própria ao Nível Morfossintático, reflete a organização das unidades e das propriedades dos níveis Interpessoal e Representacional.

A ORDENAÇÃO DO CONSTITUINTE INTERROGATIVO

Esta seção volta sua atenção para a ordem do constituinte interrogativo em Interrogativas-Qu diretas. Para atender ao seu objetivo central, a discussão aqui se restringe a casos de Interrogativas-Qu em que o constituinte interrogativo representa o segundo argumento de verbos transitivos e é codificado pela proforma (ou pronome) *o que/o quê*.⁶

No Nível Interpessoal, Interrogativas-Qu diretas correspondem a um Ato Discursivo com Ilocução Interrogativa (INT), e o constituinte interrogativo representa um Subato Referencial (R) ao qual se pode atribuir, a depender da função discursiva subjacente ao uso da Interrogativa-Qu, três diferentes combinações do operador de identificabilidade: (i) (+id, -s R) para as perguntas típicas (cf. (14)); (ii) (-id, +s R) para as perguntas retóricas (cf. (15)) e (iii) (-id, -s R) para as perguntas meditativas (cf. (16)).⁷

⁶ Esta opção se dá devidos aos limites próprios de um artigo científico desta natureza. Acredita-se, conforme já apontado em outros trabalhos (FONTES, 2012a; 2012b), que as distinções aqui apresentadas também se aplicam sistematicamente a Interrogativas-Qu com outros constituintes interrogativos, como *que*, *como*, *onde*, etc.

⁷ Hengeveld e Mackenzie (2008) preveem que, a um determinado referente (ou Subato Referencial) evocado na interação, podem ser aplicados operadores de identificabilidade e de especificidade: o primeiro diz respeito ao quanto o falante assume o referente como identificável (+id) ou não (-id) para o falante; o segundo, por sua vez, relaciona-se ao quanto o falante assume que um referente lhe é conhecido/específico (+s) ou não (-s). A partir desses operadores, a GDF prevê quatro combinações possíveis para um Subato Referencial: (i) (+id, +s R), (ii) (+id, -s R), (iii) (-id, +s R) e (iv) (-id, -s R).

Perguntas típicas (cf. (14)) funcionam como pedidos de informação, isto é, são casos em que o falante assume seu desconhecimento em relação a uma informação e direciona seu questionamento ao ouvinte, quem, conforme sua pressuposição, detém tal informação. Assim, no Nível Interpessoal, o constituinte interrogativo figura como um Subato Referencial marcado pelo operador (+id, -s R): o falante, que desconhece um determinado referente (-s), assume que o ouvinte possa identificá-lo (+id).

- (14) a JC - **O que você faz nesse canal** e há quanto tempo está lá? (19Or:Br:Intrv:Cid)

NI: ($A_1: [(F_1: INT(F_1))(P_1)_S(P_2)_A(C_1: [(+id, -s R_1: o que (R_1)_{Foc}) (R_2: -S, +A(R_2)_{Top})(T_1: faz(T_1)) (R_3: nesse canal(R_3))] (C_1)] (A_1))$

NM: ($Cl_1: [(\mathbf{Np}_1: o \text{ que } (\mathbf{Np}_1)) (\mathbf{Np}_2: \text{você } (\mathbf{Np}_2)) (Vp_1: faz(Vp_1)) (Adpp_1: \text{nesse canal} (Adpp_1))] (Cl_1)$)

P^I	P^{I+1}	P^M	P^F
o que	você	faz	nesse canal

- b Ele monopolizou o cardápio, chamou o garçom e disse: -Eu quero um Chopp, **você vai querer o quê?** (amelhordasintencoes.wordpress.com)

NI: ($A_1: [(F_1: INT(F_1))(P_1)_S(P_2)_A(C_1: [(R_1: -S, +A(R_1)_{Top})(T_1: \text{vai querer}(T_1)) (\mathbf{emph} +id, -s R_2: o \text{ quê } (R_2)_{Foc})] (C_1)] (A_1))$

NM: ($Cl_1: [(\mathbf{Np}_1: \text{você } (\mathbf{Np}_1)) (Vp_1: \text{vai querer}(Vp_1)) (\mathbf{Np}_2: o \text{ quê } (\mathbf{Np}_2))] (Cl_1)$)

P^I	P^M	P^F
você	vai querer	o quê?

Em (14a), o falante busca, junto ao ouvinte, uma resposta, buscando sanar sua dúvida ou desinformação em relação a *que o ouvinte faz no canal*. Já em (14b), após declarar o seu pedido, o falante se direciona a seu interlocutor na tentativa de obter a informação de *qual será o pedido*. Assim, nas ocorrências em (14), o falante assume seu desconhecimento sobre uma informação (-s), e a pergunta por ele colocada assinala seu desejo de que o ouvinte, quem, para ele, detém tal informação ausente (+id), forneça-a.

Já perguntas retóricas (cf. (15)) funcionam como estratégia argumentativa do falante para transmitir e/ou adicionar uma nova informação à consciência do ouvinte, isto é, são casos em que o falante não desconhece o referente interrogado (+s), mas, pressupondo o desconhecimento do ouvinte (-id), vale-se da interrogativa-Qu como maneira de agir sobre a informação pragmática do ouvinte. Assim, no Nível Interpessoal, o constituinte interrogativo figura como um Subato Referencial marcado pelo operador (-id, +s R).

- (15) a Temos todos as variáveis econômicas para nos desenvolver: recursos naturais, capital e mão de obra, **o que falta?** Educação! (altino.blogspot.com)

NI: ($A_1: [(F_1: INT(F_1))(P_1)_S(P_2)_A(C_1: [(-id, +s R_1: o que (R_1)_{Foc}) (T_1: falta(T_1))] (C_1)] (A_1))$

NM: ($Cl_1: [(\mathbf{Np}_1: o \text{ que } (\mathbf{Np}_1)) (Vp_1: falta(Vp_1))] (Cl_1)$)

P^I	P^M
o que	falta?

b se nós observarmos na história da humanidade - os diversos sistemas filosóficos **nós vamos verificar o quê?** - que - essa história - que é a história do homem e do pensar humano - nós vamos encontrar um número infinito de soluções - divisões de mundo (19Or:Br:LF:Recf)

NI: (A₁: [(F₁: INT (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(m R₁: +S, -A (R₁)_{Top}) (T₁: vamos verificar (T₁)) (**emph +id, -s R₂; o quê (R₂)_{Foc}**)] (C₁)] (A₁))

NM: (Cl₁: [(Np₁: nós (Np₁)) (Vp₁: vamos verificar (Vp₁)) (**Np₂; o quê (Np₂)**)] (Cl₁))

P ^I	P ^M	P ^F
nós	vamos verificar	o quê?

Em (15a), ao tratar de *variáveis econômicas* para o *desenvolvimento*, o falante coloca uma pergunta para, de certa forma, salientar a introdução de uma nova informação, a de que *falta educação*; já em (15b), ao desenvolver a temática de *história da humanidade*, o falante suspende seu raciocínio e introduz a pergunta, para a qual dá uma resposta na sequência, o que configura como recurso retórico para sequenciar o discurso. Assim, em (15), o Falante não assume desconhecer a informação sob interrogação (+s), mas acredita que não está disponível para seu ouvinte (-id); a pergunta, então, funciona como estratégia de gerenciamento da interação e do fluxo de informações entre falante e ouvinte.

Por fim, perguntas meditativas (cf. (16)) funcionam como expressão de dúvidas e pensamentos do falante, isto é, são casos em que o falante assume desconhecer uma informação (-s) e pressupõe que o ouvinte também a desconheça (-id); nesses casos, as interrogativas não requerem uma resposta, e o falante apenas coloca o ouvinte como testemunha de seus pensamentos e devaneios. Assim, no Nível Interpessoal, o constituinte interrogativo figura como um Subato Referencial marcado pelo operador (-id, -s R).

- (16) a Beto não levou o livro porque não quis, está pouco ligando para ela. Mais uma vez Ricardina sorriu, não fez comentários. **O que teria de tão especial esse livreco?** Comecei a folheá-lo pelo fim e só então me dei conta de que o livro era escrito em espanhol. (19:Fic:Br:Gattai:Cronica)

NI: (A₁: [(F₁: INT (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(+id, -s R₁: **o que (R₁)_{Foc}**) (T₁: teria (T₁)) (T₂: tão especial (T₂)) (R₂: esse livreco (R₂))] (C₁)] (A₁))

NM: (Cl₁: [(**Np₁: o que (Np₁)**) (Vp₁: teria (Vp₁)) (Adpp₁: de tão especial (Adpp₁)) (Np₂: esse livreco (Np₂))] (Cl₁))

P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
o que	teria	de tão especial	esse livreco

b Quando a mensagem de “missão imediata” chegou à mineradora, eram três e vinte. - Esses pés-de-poeira estão malucos, negão - disse o Dr. Banto para seu companheiro Tiago. - **Eles estão pensando o quê?** Que isso aqui é cu-de-mãe-chica? Temos ainda que montar o guincho no Sapão, e não sei se vai dar tempo de cumprir a missão antes do pôr-do-sol. (19:Fic:Br:Cabral:Xambioa)

NI: (A₁: [(F₁: INT (F₁)) (P₁)_S (P₂)_A (C₁: [(R₁: eles (R₁)_{Top}) (T₁: estão pensando (T₁)) (**emph +id, -s R₁: o quê (R₁)_{Foc}**)] (C₁)] (A₁))

NM: (C₁: [(Np₁: eles (Np₁)) (Vp₁: estão pensando (Vp₁)) (**Np₂: o quê (Np₂)**)] (C₁))

P ^I	P ^M	P ^F
eles	estão pensando	o quê?

Em (16a), a passagem traz um momento de reflexão particular do narrador, que expõe um de seus questionamentos (sobre *o conteúdo do livro*), sem esperar qualquer tipo de resposta; já em (16b), o falante se questiona sobre *o quê estariam pensando os pés-de-poeira* ao ordenar uma *missão imediata*; nota-se que se trata apenas de uma reflexão que parte do falante, sem esperar por resposta, nem a ter. Assim, em (16), a informação sob interrogação está ausente para ambos os participantes da interação, ou seja, é não específica (-s) e não identificável (-id). Esse tipo de pergunta coloca o ouvinte no papel de testemunha das dúvidas e/ou inquietações colocadas pelo falante na interação.

As três possíveis combinações do operador de identificabilidade/especificidade aplicadas ao constituinte interrogativo revelam, no geral, que a informação requerida ou interrogada não faz parte da informação pragmática de, pelo menos, um dos participantes da interação, ou melhor, o constituinte interrogativo *o que/o quê* codifica a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal. Isso demonstra que o constituinte interrogativo corresponde, em termos comunicativos, a uma *informação nova* (cf. CHAFE, 1976) e, consequentemente, a uma *informação focal*, já que, conforme Hannay (1983), sinaliza a diferença entre a informação pragmática do falante e do ouvinte. Assim, no Nível Interpessoal, é atribuída, a esse Subato Referencial, a função pragmática Foco (Foc), o que mobiliza sua disposição nas margens da oração, inicial ou final.

Essa dupla disposição do constituinte interrogativo não é arbitrária, mas é motivada por estratégias coordenadas pelo falante de modo a melhor atender seus propósitos comunicativos em relação ao ouvinte. Defende-se, aqui, que essa dupla ordenação esteja associada ao que Downing (1995) chama de *marcação de afeto*: a ordem do constituinte interrogativo está a serviço do modo como o falante modela sua mensagem para ganhar, de alguma maneira, a atenção do ouvinte.

Quando em posição inicial na sentença (em P^I), como nas ocorrências em (14a), (15a) e (16a), o constituinte interrogativo é o ponto de partida para a interrogação ali colocada: em (14a), por exemplo, a pergunta prototípica parte do referente sobre o qual recai o pedido de informação; já em (15a), a pergunta retórica tem, como ponto de partida, a porção referencial que, na sequência, é assertada pelo próprio falante; por fim, em (16a), o referente que sinaliza a dúvida a ser exposta pela pergunta meditativa é seu ponto de partida. Assim, a posição inicial do constituinte interrogativo em (14a), (15a) e (16a) representa uma seleção estratégica, por

parte do falante, em iniciar sua pergunta pela informação nova. Trata-se, então, da aplicação da função pragmática Foco ao Subato Referencial (R_{Foc}).

Por outro lado, quando em posição final na sentença (em P^F), como nas ocorrências em (14b), (15b) e (16b), o constituinte interrogativo não mais é o ponto de partida para a pergunta, mas representa a informação para a qual o falante deseja chamar a atenção do ouvinte. Conforme assinala Moutaouakil (2011), trata-se de uma estratégia de intensificação de uma peça de informação (do Subato Referencial interrogativo, no caso) vinculada ao modo mais energético com que se apresenta essa determinada peça de informação.

Observa-se, portanto, que a posição final do constituinte interrogativo está articulada ao que Komen (2013) comprehende por *proeminência enfática*: segundo o autor (KOMEN, 2013, p. 40), os marcadores de proeminência enfática podem expressar fortes sentimentos em relação a um item ou, também, indicar que o que se segue é inesperado. Assim, o constituinte interrogativo, ao final da sentença interrogativa, decorre de uma necessidade do falante em reforçar a sua pergunta, salientando e dando maior destaque ao Subato Referencial que, naquela interação, evoca a informação ausente. Assim, em (14b), (15b) e (16b), além da função pragmática Foco, atribui-se, ao Subato Referencial interrogativo, um operador de ênfase (emph R_{Foc}).

Retomando mais centralmente os casos de perguntas típicas, nota-se que ambas as interrogativas em (14) contêm um Conteúdo Comunicado (C) composto por um Subato Referencial focal (R_{Foc}), o constituinte interrogativo, e um Subato Referencial tópico (R_{Top}), o pronome você, sujeito do verbo da oração. A diferença entre elas recai na articulação pragmática desse conteúdo, o que se codifica pela ordem assumida pelos constituintes no interior da oração: em (14a), o ponto de partida é o Foco da sentença, posicionado em P^I , e o sujeito você, enquanto Tópico, posiciona-se numa posição relativa a P^I , especificamente em P^{I+1} ; em (14b), por outro lado, o ponto de partida da pergunta é o Tópico da sentença, posicionado em P^I , e o constituinte interrogativo ocupa a posição final (P^F), o que lhe garante maior proeminência comunicativa.

Em suma, a conclusão central desta seção é que o constituinte interrogativo corresponde, independente de sua ordenação, a uma informação focal dentro do Ato Interrogativo. Sua linearização em posição final assinala, além disso, ênfase, numa estratégia do falante em destacar o referente sob interrogação e, assim, direcionar, com maior apelo e reforço, a atenção do ouvinte para essa informação.

Outros meios, no interior das Interrogativas-Qu, podem ser mobilizados para enfatizar o constituinte interrogativo, como a construção-é que (cf. (17a)) e a construção-que (cf. (17b)). Essas construções só se aplicam ao constituinte interrogativo quando este se encontra em posição inicial, o que ajuda a corroborar a consideração de que, quando em posição final, o constituinte interrogativo carrega, além de Foco, a propriedade de ênfase.

- (17) a Acho que vou fazer uma festinha aqui, com os meus companheiros. Então ***o que é que vai acontecer?*** Vai ser uma velharia do cão. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- NI: ($A_1: [(F_1: INT (F_1)) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(\text{emph} + \text{id}, -s R_i: o que } (R_i)_{Foc}) (T_1: \text{vai acontecer } (T_1))] (C_1)] (A_1))$
- NM: ($C_1: [(Np_1: o que (Np_1)) (Gw_1: é_que (Gw_1)) (Vp_1: \text{vai acontecer } (Vp_1))] (Cl_1))$

P^I	P^{I+1}	P^M
<i>o que</i>	<i>é que</i>	vai acontecer

- b Ninguém vai lembrar desse cara... ***o que que ele fez?*** Nada. (bestiario.com.br)

NI: ($A_1: [(F_1: \text{INT}(F_1)) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(\text{emph} + \text{id}, -s R_1: o \text{ que } (R_1)_{\text{Foc}}) (R_2: \text{ele } (R_2)) (T_1: \text{fez } (T_1))] (C_1)] (A_1)$)

NM: ($C_{l_1}: [(\text{Np}_1: o \text{ quê } (\text{Np}_1)) (\text{Gw}_1: \text{que } (\text{Gw}_1)) (\text{Np}_2: \text{ele } (\text{Np}_2)) (\text{Vp}_1: \text{fez } (\text{Vp}_1))] (Cl_1)$)

P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M
o que	que	ele	fez

A ORDEM DE AINDA EM CONSTRUÇÕES COMPARATIVAS

Esta última seção expande alguns resultados apresentados em Fontes (2016) ao abordar o uso do item *ainda* em construções comparativas de desigualdade formadas pelos quantificadores *mais* e *menos* (cf. (18); (19)).

- (18) a Guida era assim como Lídia; quer dizer, **mais bonita ainda** do que Lídia, mas as duas se pareciam naquele tipo de amazona. (19:Fic:Br:Rodriguez:Destino)

NI: (**emph** $T_1: \text{bonita } (T_1): (T_2: \text{mais } (T_2)) (T_1)$)

NR: ($f_1: \text{bonita}_{\text{Adj}} (f_1): (f_2: \text{mais}_{\text{Adv}} (f_2)) (f_1)$)

NM: ($\text{Adpp}_1: [(\text{Advw}_1: \text{mais } (\text{Advw}_1)) (\text{Adjw}_1: \text{bonita } (\text{Adw}_1)) (\text{Gw}_1: \text{ainda}_{\text{Part}} (\text{Gw}_1))] (\text{Adpp}_1)$)

P ^I	P ^M	P ^F
mais	bonita	ainda

- b Só que em vez de continuar morto, Arandir levantou-se e caminhou para outro praticável mais atrás, um pouco mais alto. Lá, inteiramente nu, estava deitado outro rapaz **ainda mais musculoso** que ele, o rosto voltado para o fundo do palco. (19:Fic:Br:Abreu:Onde)

NI: ($T_1: \text{musculoso } (T_1): (\text{degree emph } T_2: \text{mais } (T_2)) (T_1)$)

NR: ($f_1: \text{musculoso}_{\text{Adj}} (f_1): (f_2: \text{mais}_{\text{Adv}} (f_2)) (f_1)$)

NM: ($\text{Adpp}_1: [(\text{Gw}_1: \text{ainda}_{\text{Part}} (\text{Gw}_1)) (\text{Advw}_1: \text{mais } (\text{Advw}_1)) (\text{Adjw}_1: \text{musculoso } (\text{Adw}_1))] (\text{Adpp}_1)$)

P ^I	P ^{I+1}	P ^M
ainda	mais	musculoso

Em (18), a quantificação expressa pelo advérbio de grau *mais* recai sobre os adjetivos *bonita* e *musculoso*, o que, em (18a), situa *Guida* num grau superior de *beleza* em relação a *Lídia*, e, no caso de (18b), coloca *outro rapaz* num patamar mais elevado, em termos de ser *musculoso*, em comparação a *Arandir*. O uso de *ainda*, conforme Neves e Dall’Aglio-Hattnher (2002, p. 169), pode ser encarado como mecanismo de valorização da comparação de superioridade ali estabelecida pela palavra de grau *mais*.

- (19) a Sem nada confessar a ninguém, nem a si próprio, pois que se considerava superior a querelas desse tipo, sentiu um pico de ciúmes, um amargor de traição. ao mesmo tempo, e de forma ainda mais ignorada, pois que **menos digno ainda** acharia tal sentimento, experimentou também um travo de alívio (19:Fic:Pt:Barreno:Ilhas)

NI: (**emph** T₁: provável (T₁): (T₂: menos (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: digno_{Adj} (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Adpp₁: [(Advw₁: menos (Advw₁)) (Adjw₁: digno (Adw₁)) (Gw₁: ainda_{part} (Gw₁))] (Adpp₁))

P ^I	P ^M	P ^F
menos	digno	ainda

- b Fez o inverso: depois de longa inatividade em Monte Santo, a expedição partiu **ainda menos aparelhada** do que quando ali chegara quinze dias antes, abandonando, ainda uma vez, parte dos restos de um trem de guerra já muitíssimo reduzido. (19:Fic:Br:Cunha:Sertoes)

NI: (T₁: aparelhada (T₁): (^{degree}**emph** T₂: menos (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: aparelhada_{Adj} (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Adpp₁: [(Gw₁: ainda_{part} (Gw₁)) (Advw₁: menos (Advw₁)) (Adjw₁: aparelhada (Adw₁))] (Adpp₁))

P ^I	P ^{I+1}	P ^M
ainda	menos	aparelhada

Já em (19), a quantificação sobre os adjetivos *provável* e *aparelhada* é operada pelo graduador *menos*: no caso de (19a), situa-se o grau de *dignidade do sentimento* em uma posição inferior às *querelas* anteriormente citadas; já em (19b), o grau de *aparelhamento da expedição atual* é inferior quando comparado ao da *expedição de quinze dias antes*. Assim como em (18), *ainda* opera, em (19), certo reforço ou valorização sobre a comparação de inferioridade ali estabelecida pela palavra de grau *menos*.

A comparação de desigualdade em (18) e (19) se estabelece, no Nível Representacional, a partir da modificação quantificacional de Propriedades Adjetivas (f_{Adj}) por meio de advérbios de grau como *mais* ou *menos*, que podem ser analisadas como Propriedades Adverbiais (f_{Adv}). O uso de *ainda*, ao salientar comunicativamente a comparação estabelecida no enunciado, é captado no Nível Interpessoal, enquanto estratégia de natureza pragmática.

Em (18a) e (19a), *ainda* escapa toda a comparação ali construída, isto é, a combinação entre os dois Subatos Atributivos (T): o que corresponde ao adjetivo (T₁) e o que corresponde ao advérbio de grau (T₂). Já em (18b) e (19b), o escopo de *ainda* se restringe a um dos elementos da comparação, especificamente ao Subato Atributivo que corresponde à palavra de grau (T₂).

Essa diferença de escopo se reflete na ordenação assumida por *ainda* no interior do Sintagma Adjetivo (Adjp), no Nível Morfossintático. Em (18a) e (19a), *ainda*, uma Partícula Gramatical (Gw), posiciona-se ao final do Sintagma Adjetival, na posição absoluta final (P^F), à direita do núcleo do sintagma, isto é, da Palavra Adjetival (Adjw), alocada na posição absoluta medial (P^M); na posição absoluta inicial (P^I), encontra-se a palavra de grau *mais* ou *menos*,

uma Palavra Adverbial (Advw). Em (18b) e (19b), por outro lado, esse padrão morfossintático é um pouco distinto: *ainda* se posiciona no início do Síntagma Adjetival, na posição absoluta P^I, adjacente à palavra de grau *mais*, que passa a ocupar uma posição relativa a P^I, no caso a posição P^{I+1}; o núcleo do sintagma, a Palavra Adjetival, ocupa a posição absoluta medial (P^M).

Essa “variabilidade” na ordenação de *ainda* em construções comparativas de desigualdade não se dá somente por conta de diferenças em termos de relações de escopo, mas também por conta de diferenças quanto às estratégias pragmáticas próprias à intenção comunicativa do falante ao modelar sua mensagem.

Com base em Kohler (2006), pode-se distinguir funcionalmente as ocorrências em (18) e (19) da seguinte maneira:

- (i) Em (18a) e (19a), casos em que a ordenação de *ainda* ao final do Síntagma Adjetivo revela seu escopo sobre toda a comparação, isto é, sobre a combinação entre a noção comparada (expressa pelo adjetivo) e o quantificador (a palavra de grau), trata-se de uma proeminência especial conferida à comparação e, assim, *ainda* apenas salienta e destaca a comparação, chamando a atenção do ouvinte para ela. *Ainda* corresponde então a um **operador de ênfase** (emph);
- (ii) Já em (18b) e (19b), casos em que a ordenação de *ainda* em P^I é contígua e adjacente à palavra de grau, posicionada em P^{I+1}, refletindo seu escopo pontual sobre o Subato Atributivo que corresponde à palavra de grau, trata-se de um reforço especial conferido à comparação, de modo que *ainda* potencializa e amplifica o significado graduador expresso pelas palavras *mais* e *menos*. Assim, *ainda* corresponde ao que aqui se denomina de **operador de ênfase graduadora** (^{degree}emph).

Silva (2014, p. 44), ao tratar de construções comparativas, prevê que o grau veiculado por *mais* e *menos* pode vir acrescido “de outros elementos graduadores, numa espécie de reforço/ênfase a uma noção já graduada, amplificando-a/elevando-a ou reduzindo-a/rebaixando-a ainda mais”. A proposta aqui é precisar esse tipo de afirmação, prevendo, então, que além da ênfase propriamente dita, em termos de saliência e proeminência comunicativa, pode-se aplicar à estrutura comparativa um subtipo de ênfase, a ênfase graduadora, que potencializa e amplifica a desigualdade (ou o grau desigual) expressa e estabelecida pelo quantificador *mais* e *menos*. No caso de *ainda*, essa distinção se opera por meio da ordem que assume no interior do Síntagma Adjetivo: quando ao final do sintagma, *ainda* é um *operador de ênfase*; quando adjacente à palavra de grau (no início do sintagma), *ainda* é um *operador de ênfase graduadora*.

Essa distinção se aplica sistematicamente a casos de comparação de desigualdade com substantivos (cf. (20)) e verbos (cf. (21)).

- (20) a e não tem medo de não estar seguindo as regras do teatro e tenho **menos medo** *ainda* em ter uma identidade muito clara, ter cara própria, e fugir dos padrões a que os atores são lobotomizados (19N:Br:SP)
- NI: (**emph** R₁: medo (T₁): (T₂: menos (T₂)) (T₁))
- NR: (f₁: medo_N (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))
- NM: (Np₁: [(Advw₁: menos (Advw₁)) (Nw₁: medo (Nw₁)) (**Gw₁**: **ainda_{Part}** (**Gw₁**))]) (Np₁))

P ^I	P ^M	P ^F
menos	medo	ainda

- b Quando se ria, a água jorrava das fontes com **mais força ainda**, e o sol espreitava por entre as nuvens para se rir também. (19:Fic:Pt:Ferro:Tudo)

NI: (**emph** R₁: força (T₁): (T₂: mais (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: força_N (f₁): (f₂: mais_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Np₁: [(Advw₁: mais (Advw₁)) (Nw₁: força (Nw₁)) (**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**)] (Np₁))

P ^I	P ^M	P ^F
mais	força	ainda

- c A questão só não é dolorosa em Portugal porque em Portugal nunca houve grandes universidades - - e houve **ainda menos exceções**. O espírito de dissensão e debate violento da Sorbonne do século XIII pode hoje mais facilmente encontrar-se num community college do Oklahoma que na sua sucessora parisiense. (19Or:Pt:Intrv:Web)

NI: (R₁: exceções (T₁): (^{degree}**emph** T₂: menos (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: exceções_N (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Np₁: [(**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Advw₁: menos (Advw₁)) (Nw₁: exceções (Nw₁))] (Np₁))

P ^I	P ^{I+1}	P ^M
ainda	menos	exceções

- d Tentara ajudar a irmã no brechó, mas não conseguira se concentrar nas tarefas mais simples. Quando algum comprador fazia uma pergunta, levava algum tempo até sintonizar com o som da voz; para responder à pergunta, levava **ainda mais tempo**. Achou melhor ficar no quarto. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

NI: (R₁: tempo (T₁): (^{degree}**emph** T₂: mais (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: tempo_N (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Np₁: [(**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Advw₁: mais (Advw₁)) (Nw₁: tempo (Nw₁))] (Np₁))

P ^I	P ^{I+1}	P ^M
ainda	mais	tempo

Em (20), a quantificação expressa pelos advérbios *menos* e *mais* recai sobre substantivos, ou seja, há uma relação de modificação, no Nível Representacional, entre a palavra de grau e o substantivo, uma Propriedade Lexical (f). Já no Nível Interpessoal, os substantivos correspondem a Subatos Referenciais, e as palavras de grau a Subatos Atributivos. Em (20a-b), *ainda* escapa o domínio focal da comparação, isto é, o modificador que sinaliza a dimensão da comparação (*mais*) e o foco da comparação (as propriedades designadas pelos substantivos), reforçando e/ ou destacando esse domínio comparativo e, assim, funcionando como um *operador de ênfase*. Em (20c-d), por outro lado, o escopo de *ainda* recai somente sobre a palavra de grau e, enquanto *operador de ênfase graduadora*, amplifica ou potencializa a desigualdade ali estabelecida.

No Nível Morfossintático, isso se reflete em sua ordenação no interior do Sintagma Nominal (Np): enquanto, em (20a-b), *ainda* se posiciona ao final do sintagma, em P^F, à direita do núcleo nominal, posicionado em P^M, em (20c-d), *ainda* se posiciona no início do sintagma, em P^I, adjacente à palavra de grau, que ocupa uma posição relativa à de *ainda*, a posição P^{I+1}.

- (21) a Delfino não gostou da observação, mas não disse nada. Aliás, **gostou menos ainda** de ouvir Adriano exumar aquele apelido de Fininho (19:Fic:Br:Callado:Madona)

NI: (**emph** T₁: gostou (T₁): (T₂: menos (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: gostou_V (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Vp₁: [(Vw₁: gostou (Vw₁)) (Advw₁: menos (Advw₁)) (**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Vp₁))]

P ^M	P ^{F-1}	P ^F
gostou	menos	ainda

- b Os olhos de Maurício não tinham mais aquela doçura intensa e perturbadora; estavam frios, lúcidos e frios, exprimiam uma maldade, uma determinação tal que Leninha **recuou mais ainda**. (19:Fic:Br:Rodriguez:Destino)

NI: (**emph** T₁: recuou (T₁): (T₂: mais (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: recuou_V (f₁): (f₂: mais_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Vp₁: [(Vw₁: recuou (Vw₁)) (Advw₁: mais (Advw₁)) (**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Vp₁))]

P ^M	P ^{F-1}	P ^F
recuou	mais	ainda

- c Se hoje o brasileiro não gosta de pagar imposto, naquela época **gostava ainda menos**. (19Or:Br:Intrv:ISP)

NI: (T₁: gostava (T₁): (^(degree)**emph** T₂: menos (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: gostava_V (f₁): (f₂: menos_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Vp₁: [(Vw₁: gostava (Vw₁)) (**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Advw₁: menos (Advw₁)) (Vp₁))]

P ^M	P ^{F-1}	P ^F
gostava	ainda	menos

- d O estupro trata de uma situação limite de invasão da intimidade do outro, uma agressão em máximo grau e pode causar não só sérios problemas emocionais e psicológicos como danos físicos, doenças sérias e até uma gravidez, que **complica ainda mais** a situação da vítima. (19Ac:Br:Enc)

NI: (T₁: complica (T₁): (^(degree)**emph** T₂: mais (T₂)) (T₁))

NR: (f₁: complica_V (f₁): (f₂: mais_{Adv} (f₂)) (f₁))

NM: (Vp₁: [(Vw₁: complica (Vw₁)) (**Gw₁: ainda_{Part} (Gw₁)**) (Advw₁: mais (Advw₁)) (Vp₁))]

P ^M	P ^{F-1}	P ^F
complica	ainda	mais

Em (21), por outro lado, a quantificação expressa pelos advérbios *menos* e *mais* recai sobre verbos, ou seja, há uma relação de modificação, no Nível Representacional, entre a palavra de grau e a palavra verbal, uma Propriedade Lexical (f). No Nível Interpessoal, tanto verbo como

as palavras de grau são Subatos Atributivos e *ainda* opera ênfase: em (21a-b), *ainda* é operador de ênfase, escopando o domínio focal da comparação, isto é, o modificador que sinaliza a dimensão da comparação (*mais*) e o foco da comparação (as propriedades designadas pelos verbos); já em (21c-d), *ainda* é operador de ênfase graduadora, com escopo sobre a palavra de grau.

No Nível Morfossintático, isso se reflete em sua ordenação no interior do Sintagma Verbal (Vp): enquanto, em (21a-b), *ainda* se posiciona ao final do sintagma, em P^F, em (21c-d), *ainda* se posiciona na adjacência entre a Palavra Verbal (Vw) e o advérbio de grau (Advw), ocupando uma posição relativa (P^{F-1}) em relação à posição absoluta final (P^F) da palavra de grau. É no caso específico de (21c-d) que se pode observar melhor a aplicação de *ainda*, operador de ênfase graduadora, sobre a palavra de grau *menos/mais*, já que sua ordenação na adjacência entre verbo e palavra de grau segue os princípios de *integridade de domínio* e de *preservação de relação de escopo*, mantendo o item *ainda* contíguo e justaposto ao elemento ao qual se aplica num nível superior.

Todos os casos aqui abordados revelam a necessidade de se especificar a operação de ênfase, prevendo um subtipo enfático, a ênfase graduadora. Assim, no que toca às comparações de desigualdade com *menos/mais*, a distinção, operada por *ainda*, entre ênfase propriamente dita e ênfase graduadora se marca pela ordem assumida pelo item no interior do sintagma comparativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revela, centralmente, uma sistemática correlação, no interior do sistema linguístico do português, entre expressão de ênfase e ordem de palavras. Em relação aos casos aqui abordados, demonstra-se que:

- (i) A ordenação final do constituinte interrogativo é uma estratégia do falante em destaca-lo e, assim, *apelar* para a atenção do ouvinte em direção a essa informação, o que, na GDF, captura-se pela aplicação de um operador de ênfase ao Subato Referencial interrogativo;
- (ii) A ordenação de *ainda* no interior de construções comparativas de desigualdade instaura diferentes efeitos enfáticos: quando ao final do sintagma comparativo, é uma estratégia de saliência e de proeminência, o que, na GDF, captura-se pelo operador de ênfase; quando adjacente à palavra de grau – no início do sintagma adjetivo ou nominal ou entre verbo e palavra de grau –, *ainda* representa uma estratégia de potencialização da desigualdade ali estabelecida por *mais* ou *menos*, o que leva este trabalho a propor um novo (sub)tipo enfático na GDF: o operador de ênfase graduadora.

Em suma, este artigo, além de um exercício de análise funcionalmente orientada, oferece reflexões que contribuem não só para uma abordagem da ordem de palavras enquanto correlato de propriedades funcionais, mas também para uma compreensão da ênfase como operação de natureza pragmática/discursiva distinta de outras, como a focalização, o que é uma questão bastante peculiar e importante para o modelo da GDF.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, C. S. **Structure and function:** a guide to three major structural-functional theories. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- CHAFFE, W. Giveness, contrastiveness, definiteness, subjects and topics. In: LI, C. **Subject and Topic.** New York: Academic Press, 1976, p. 26-55.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português:** 45 milhões de palavras, 1300s-1900s, 2006. Disponível online em <http://www.corpusdoportugues.org>.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar:** the structure of the clause. Berlin/New Tork: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar:** complex and derived structures. Berlin/New Tork: Mouton de Gruyter, 1997b.
- DOWNING, P. Word order in discourse: By way of introduction. In: NOONAN, M; DOWNING, P. (Ed.). **Word order in discourse.** Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 1-28.
- FONTES, M. G. **As interrogrativas de conteúdo na história do português brasileiro:** uma abordagem discursivo-funcional. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto, 2012a.
- FONTES, M. G. Ordenação de constituintes em sentenças interrogrativas do português brasileiro: uma visão diacrônica. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 41 (1), p. 74-89, 2012b.
- FONTES, M. G. **A distinção léxico-gramática na Gramática Discursivo-Funcional:** uma proposta de implementação. 2016. 236f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de São José do Rio Preto, 2016.
- HANNAY, M. The focus function in functional grammar: questions of contrast and context. In: DIK, S. C. (Org.). **Advances in functional grammar.** Dordrecht: Foris, 1983, p. 207-223.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar:** a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford Press, 2008.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. (Org.). **Funcionalismo linguístico:** novas tendências teóricas Tradução de Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-82.
- HERRING, S. C.; PAOLILLO, J. C. Focus position in SOV languages. In: NOONAN, M; DOWNING, P. (Ed.). **Word order in discourse.** Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 163-198.
- KOHLER, K. J. What is emphasis and how is it coded? In: **Proceedings of 3rd International Conference on Speech Prosody.** Dresden. 2006. p. 748-751.
- KOMEN, E. R. **Finding Focus:** a study of the historical development of focus in English. The Netherlands: LOT, 2013.

NEVES, M. H. M.; DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. D. As construções comparativas. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. (Org.). **Gramática do Português Falado**: Novos estudos descritivos. v. 8. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 113-183.

PEZATTI, E. G. **A ordem das palavras no português**. São Paulo: Parábola, 2014.

SILVA, J. R. **O grau em perspectiva**: uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2014.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

A NATUREZA INTERFACIAL DA LEXICOGENESE: A FORMAÇÃO DE PALAVRAS E ALGUMAS DAS SUAS INTERCONEXÕES COM A GRAMATICALIZAÇÃO, A FILOLOGIA E A SINTAXE

THE INTERFACE NATURE OF LEXICOGENESIS: WORD FORMATION AND SOME OF ITS INTERCONNECTIONS WITH GRAMMATICALIZATION, PHILOLOGY AND SYNTAX

Mailson Lopes*

UFBA

Resumo: São delineadas, neste artigo, algumas reflexões sobre a natureza multiface da formação de palavras, fenômeno semântico-(morpho)lexical que se estrutura como uma rede de conexões entre praticamente todos os níveis/âmbitos da língua, o que sinaliza a sua pertinência como objeto investigativo (primordial ou tangencial) para diversos campos dos estudos sobre a realidade linguística, notadamente os de ordem lexicológica e morfológica. Com ênfase no fenômeno da prefixação — e adotando como bússolas teórico-epistemológicas gerais alguns princípios da teoria da complexidade (CAPRA, 1997; MORIN, 2003; ECO, 2013), do pensamento sistêmico (KASPER, 2000; VASCONCELLOS, 2002) e da abordagem multissistêmica da linguagem (CASTILHO, 2002, 2003, 2007, 2009, 2010, 2011; MÓDOLO; BRAGA, 2012) —, buscar-se-á deslindar formas de contato entre a lexicogênese de cariz morfológico e os fluxos de gramaticalização, a sintaxe (articulação de cláusulas), perpassando por interconexões estabelecidas com a filologia.

Palavras-chave: Lexicogênese. Interfaces. Formação de palavras. Prefixação.

Abstract: In this paper, some reflections on the multifaceted characteristic of word formation are outlined, a (morph)-lexical semantic phenomenon that is structured as a network of connections between practically all levels/spheres of language, which generates its relevance as an investigative object (primordial or tangential) for different fields of studies on linguistics, notably to those of lexicological and morphological order. With an emphasis on the phenomenon of prefixation — and adopting as general theoretical-epistemological compasses some principles of Complexity theory (CAPRA, 1997; MORIN, 2003; ECO, 2013), systemic thinking (KASPER, 2000; VASCONCELLOS, 2002) and the Multisystemic language

* Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em regime de cotutela com a Universidade de Coimbra (UC); Professor de Língua Espanhola da UFBA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3926-0494>. E-mail: mailson.lopes@ufba.br.

approach (CASTILHO, 2002, 2003, 2007, 2009, 2010, 2011; MÓDOLO; BRAGA, 2012) —, it will be sought to unravel ways of contact between morphological lexicogenesis and grammaticalization flows, syntax (articulation of clauses), going through interconnections established with Philology.

Keywords: Lexicogenesis. Interfaces. Word formation. Prefixation.

INTRODUÇÃO

[...] para llegar a un conocimiento más completo sobre algo, se necesita combinar varias perspectivas, utilizar diferentes metodologías, colaborar con otras áreas, y sobre todo, mantener una filosofía inquisitiva, abierta.¹ (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2010, p. 64).

Nos marcos da linguística contemporânea, germina e desenvolve-se uma nova óptica epistemológica (que, como toda síntese científica, se apoia em contribuições de propostas precedentes, do lastro subjacente herdado), da qual derivam diversos marcos teóricos, mas que apresentam como núcleo comum uma postura de maior recusa a formulações de tópicos que se apoiam em uma compreensão das categorias linguísticas como imutáveis e engessadas. Como postula Borba (2003, p. 171): “Não há dúvida de que a linguagem é categorizada, mas há evidências de que essa categorização é não-discreta, com delimitação imprecisa, com definições contínuas e contingentes”. Consolida-se, assim, uma compreensão mais holística do sistema linguístico, visto como heterogêneo, que, além de plural e cambiante, incorpora as características de fluidez e contiguidade entre níveis e categorias.

Partindo-se de um estágio anterior (mas ainda vigente para diversos cientistas da linguagem), em que dominava o pensamento cartesiano, linear ou mesmo arbóreo, chega-se, então, a um modelo labiríntico — nas palavras de Eco (2013) — ou rizomático, complexo, com as devidas modificações que esse câmbio apresenta: a substituição de um pensamento disjuntivo (que isola e separa) por um pensamento que distingue e une, que é tecido junto, no sentido etimológico do termo *complexus* (MORIN, 2003). Em suma, trata-se de um paradigma epistemológico de caráter multidimensional², enciclopédico, que engloba grande variedade de abordagens e ramificações (nas mais variadas áreas do conhecimento) e que tem como alguns de seus veios teóricos o modelo do pensamento sistêmico³ (FLOOD; CARLSON, 1988; KASPER, 2000; VASCONCELLOS, 2002) e a teoria da complexidade⁴ (CAPRA, 1997; MORIN, 2003; ECO, 2013).

¹ “[...] para chegar a um conhecimento mais completo sobre algo, é necessário combinar várias perspectivas, utilizar diferentes metodologias, colaborar com outras áreas e, sobretudo, manter uma filosofia inquisitiva, aberta.” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2010, p. 64, tradução nossa).

² No sentido de que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo, como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes, que necessariamente são integradas, interconexas, não modulares (a não ser sob um viés estritamente metodológico). Trata-se de uma concepção sistêmica, holográfica (MORIN, 2003), comum a várias frentes do conhecimento, sobretudo a partir das duas últimas quadras do século XX, e que se contrapõe à concepção analítica, cartesiana, reducionista ou modular (KASPER, 2000).

³ No entendimento de Flood e Carlson (1988), é um modelo cognitivo que observa a realidade, as coisas e os seres como estruturas complexas, como entidades globais, sob uma perspectiva visceralmente holística.

⁴ Nesta, a realidade é vista metaforicamente como uma rede de relações, baseadas em padrões processuais de interações (CAPRA, 1997), que associam, em fluxos centrífugos e centrípetos, as partes e o todo, o todo e as partes.

Algumas aplicações desses marcos teóricos no âmbito dos estudos sobre a linguagem são a linguística cognitiva, com as suas mais diversas ramificações, e a abordagem multissistêmica da língua, sendo esta elaborada e desenvolvida por Castilho, cuja filiação à teoria dos sistemas complexos fica patente (ou mesmo é mencionada) em diversas de suas publicações (CASTILHO, 2007, 2008, 2011). Tendo o mérito de ser uma teoria brasileira sobre o idioma (MÓDOLO; BRAGA, 2012), a abordagem desenvolvida por Castilho enfoca a língua como um fenômeno dinâmico, complexo, formado por subsistemas que atuam simultânea e cooperativamente: o léxico, a semântica, a gramática e o discurso, acionados por um dispositivo sociocognitivo central (MÓDOLO, 2012). Dessa integração, surgiram os diversos processos operacionais que configuraram e reconfiguraram a estrutura linguística: a lexicalização, a semanticização, a discursivização e a gramaticalização. Por conseguinte, toda e qualquer expressão linguística exibirá características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais (CASTILHO, 2008, 2011). Essa assertiva é o mote para as reflexões expostas neste texto, tendo em vista os escopos a ele associados.

Não se manifesta, contudo, para este breve artigo, uma filiação indiscutível e apriorística às correntes epistemológicas e linguísticas supramencionadas. Não se trata de uma associação basilar, mas accidental, no sentido de que são alguns princípios que as norteiam que podem ser tomados como referência e inspiração para justificar o propósito deste texto, em que perpassa o juízo de que a língua é um sistema fundamentalmente dinâmico, em cujos fenômenos atuam diversas instâncias e que, portanto, se mostra como um fenômeno que possibilita um olhar científico integrador, que aprecia o diálogo entre diferentes teorias e diferentes níveis de análise.

O que parece ser um fenômeno já consabido e firmado, a **formação de palavras**, desponta como algo muito mais complexo, com patente diversidade empírica, sendo, como aponta Rio-Torto (1998, p. 51), “[...] uma área de actividade linguística cuja especificidade e cujo lugar têm sido e continuam a ser objeto de concepções substancialmente diversas”. Trata-se, indubitavelmente, de uma área de plena intersecção entre os domínios linguísticos, sobretudo o da gramática e o do léxico (PENA, 1995). Suas vias são intrinsecamente multiformes, alcançando diversos domínios da língua e, concomitantemente, sendo por eles influenciadas, não se limitando, por conseguinte, a aspectos formais, mas se plasmando nos domínios morfológico e lexical, em coarticulação com a fonologia, a semântica, a sintaxe e a pragmática, uma vez que os processos derivativos e compostivos implicam categorizações e recategorizações fonológicas, morfológicas, lexicais, semânticas, sintáticas e pragmático-discursivas.

Adota-se, neste artigo, consequentemente, uma postura que concebe a formação de palavras como inscrita na morfologia, mas em contínua interação com os demais níveis da gramática (DEPUYDT, 2009; SILVA, 2006; PENA, 1999; RODRIGUES, A. F. S., 2016; RAE; AALE⁵, 2009). Constituem, nos termos de Rodrigues, C. V. (2000), relações abstratas (pensar-se ser preferível denominá-las de **relações virtuais**) associadas a processos cognitivos, que licenciam a organização de regras lexicogênicas⁶. Entende-se, aqui, com Basilio (2012, p. 1),

⁵ RAE - Real Academia Española; AALE - Asociación de Academias de la Lengua Española.

⁶ Ainda que pouco usual na tradição linguística brasileira, o termo **lexicogênese** (e derivados) é frequente no âmbito da linguística espanhola (*lexicogénesis*) e inglesa (*lexicogenesis*) e parece ser um termo muito adequado para designar os processos de criação e renovação do léxico, dentre os quais se enquadram os esquemas morfológicos de gênese vocabular (em outros termos, os processos morfológicos de formação de palavras). Não é supérfluo salientar que há procedimentos lexicogenéticos — *vías lexicogenésicas*, em castelhano (GARCÍA PLATERO, 1998) — que não recorrem a operações morfológicas. Nas palavras de Villalva (2008), são

que: “Construções lexicais são complexos de propriedades sintáticas, semânticas, morfológicas, fonológicas e pragmáticas, que se associam ao conhecimento enciclopédico”. Desvela-se, portanto, como um setor policêntrico e polidimensional, domínio de confluência de diversos componentes da gramática, possuindo grande complexidade, tanto pela capacidade gerativa que apresenta quanto pelo rol de variáveis com que opera (CAMPOS, 2004a).

A prefixação⁷ pode ser concebida como o processo adjuntivo de partículas mórficas (em geral formas presas ou dependentes) à margem esquerda do vocábulo que lhes serve de suporte categorial e léxico (geralmente um verbo ou um nome), ordinariamente fornecendo a essa base a que se agregam um conteúdo semântico subsidiário (podendo ser de natureza lexical, funcional (gramatical), distintiva, categorial ou modificacional)⁸, que matiza ou precisa sua significação, não engatilhando essa adjunção, na maior parte das vezes, um processo de transcategorização⁹. Tal como afirma Rio-Torto (1998), a operação prefixal pode geralmente ser formalizada no esquema $[X]_y \rightarrow [\text{prefixo } [X]_y]_y$, em que X representa a base, e Y a categoria sintática desta. Exemplificando: $[\text{contar}]_V \rightarrow [\text{des-} [\text{contar}]_V]_V$. O prefixo pode associar-se a uma palavra independente (*antinatural, descuidar, inadmissível, predisposição*) ou a um tema ou raiz presa (*amorfo, antígeno, inerte, micrório, progénie*).

É possível considerar, portanto, que a prefixação é um fenômeno multifacetado e complexo, que inclui em suas operações partículas afixais que podem ser de distinta natureza, dado o seu grau de prototipicidade relativa a um *continuum* mórfico em cujos extremos figurariam o que é mais prototípicamente compositivo e o que é mais prototípicamente derivativo, envolvendo, é claro, uma caracterização [+ lexical] ou [+ gramatical]. Podem ser tidos como mais prototípicos os elementos prefixais dotados de carga semântica expressiva (mas subsidiária) que são exclusivamente formas presas, dotados da propriedade de constituição de paradigmas morfolexicais (formações em série, o que se associa à recorrência e à produtividade e vitalidade) e que não se enquadram como operadores heterocategoriais. Seriam, por conseguinte, os mais achegados ao polo [+ derivacional]. A partir desse protótipo, central e mais representativo da classe dos prefixos, irradiar-se-iam classes de formantes prefixais mais ou menos periféricos, com uma

recursos não-morfológicos de formação de palavras, como o redobro, as palavras onomatopaicas, a amálgama, a eponímia, a extensão semântica, o truncamento, a acronímia, a siglagem, a abreviação, o cruzamento vocabular e a hipocorização. Segundo essa morfóloga, são “[...] fenômenos de criação de palavras que por vezes são apresentados também como domínio da morfologia, mas que, em rigor, não o são” (VILLALVA, 2008, p. 52).

⁷A escolha da prefixação, neste artigo, dá-se apenas como um recorte para o desenvolvimento de comentários sobre a lexicogênese morfológica e as suas conexões com outros níveis, outras subdisciplinas ou outros marcos da teoria e da análise sobre a língua e sobre o texto. Como se poderá perceber, vários pontos das discussões delineadas nas seções seguintes podem ser aplicados a outros fenômenos morfológicos, como a sufixação e a composição.

⁸Cabe ressaltar que há diversas operações morfológicas em que um suposto prefixo (ou prefixoide), em vez de apresentar apenas uma carga semântica subsidiária à formação, comporta-se — quanto ao conteúdo semântico — como o morfema responsável pela significação principal do vocábulo (como se fosse uma verdadeira base léxica). Essa é uma situação geralmente identificada em operações prefixais cuja base lexical é fóssil. É o caso, por exemplo, do que ocorre nos vocábulos “contrário”, “maldade”, “benigno” e “circundar”.

⁹São esporádicos, mas existentes, os casos em que os prefixos operam processos heterocategoriais. Ocorre, por exemplo, em “anti-FHC” (classe-fonte: subst.; classe-alvo: adj.) ou em “pró-reforma” (classe-fonte: subst.; classe-alvo: adj.). Atendo-me às operações mais protótipicas e generalizadas da prefixação e sufixação, pode-se cogitar que esses dois tipos de operações com morfemas léxico-gramaticais — denominação adotada por Soledade (1999) — engatilham fenômenos dispostos como em um reflexo espelcular, pois o primeiro ordinariamente atribui uma carga semântica lexical à base, sem normalmente mudar-lhe sua classe gramatical original; já o segundo, normalmente provoca uma determinação/mudança categorial, geralmente oferecendo um novo matiz semântico ao morfema lexical básico a que se agrava.

ou mais características diferentes da classe nuclear prototípica¹⁰: (i) os prefixos expletivos¹¹, (ii) os prefixos opacos¹², (iii) os prefixos transcategorizadores (ou heterocategoriais), (iv) os prefixos com comportamento de bases lexicais¹³, (v) os prefixoides¹⁴ e (vi) os pseudoprefixos¹⁵.

Calcando-se na constatação da irrefutável natureza interfacial da constituição do sistema intralingüístico de qualquer idioma, pretende-se desenrolar, nas próximas seções deste escrito, um conciso diálogo entre algumas instâncias que coatuam (ou se permitem entrever) no processo de formação de palavras (mormente a prefixação): a gramaticalização, a filologia e a sintaxe.

FORMAÇÃO DE PALAVRAS E GRAMATICALIZAÇÃO

Segundo Barreto (2012, p. 409), a gramaticalização consiste em um processo em que “[...] itens lexicais com referências extralingüísticas desenvolvem significados gramaticais ou itens já gramaticais se tornam ainda mais gramaticais. A gramaticalização parte do léxico em direção à gramática, abrangendo mudanças fonológicas, morfológicas e sintáticas”. Quanto a essa caracterização do fenômeno, similarmente a concebe Fernández Jaén (2009) e muitos outros teóricos: Hopper (1991), Hopper e Traugott (1993), Castilho (1997), Chagas (2002). Sintetizando-se os pontos expressos nesses estudos, pode-se afirmar que a gramaticalização é um tipo especial de mudança linguística, que abarca unidades e construções linguísticas inseridas

¹⁰ Para uma caracterização pormenorizada de cada uma dessas classes de unidades prefixais, conforme estudos de Lopes (2013, 2014, 2018).

¹¹ **Prefixos expletivos** são os que não parecem oferecer acréscimos semânticos às bases a que se acoplam. São, assim, destituídos de qualquer carga semântica identificável ou recuperável (daí se diferenciarem dos **opacos**, cuja carga semântica, ainda que não transparente, é recuperável através de uma recorrência à etimologia). São expletivos, por exemplo, o *a-* em “aparafusar” (sinônimo de “parafusar”) e o *e-* em “emoldurar” (sinônimo de “moldurar”).

¹² Tanto os prefixos expletivos quanto os **prefixos opacos** são assemânticos, mas se diferem justamente na natureza de tal assemânticidade: enquanto os expletivos se mostram sempre semanticamente vazios, em todo o percurso diacrônico do vocábulo em que figuram, os opacos permitem detectar algum matiz semântico por eles veiculado, algo recuperável através de uma incursão etimológica, que geralmente retrocede até o latim. O processo de opacidade nos formativos (e também nas bases) liga-se a fluxos históricos de paulatina erosão do conteúdo, tornando-os destituídos de transparência semântica. Isso explica o fato de os prefixos opacos geralmente figurarem em formas herdadas, cunhadas no latim, sendo de constituição morfológica bastante recuada. Exemplos de unidades prefixais semanticamente opacas seriam o *ad-* em “advertência”, o *ob-* em “obcecado” e o *per-* em “permanecer”.

¹³ Segundo Lopes (2018), os **basoides prefixais**, também denominados **prefixos-base** ou **prefixos com comportamento de base lexical**, são partículas que coincidem formalmente com algum elemento prefixal, mas que, diferentemente destes, portam a carga semântica principal do derivado, mostrando-se, portanto, quanto ao **significado** e à função, como uma verdadeira base léxica/radical, e.g.: os segmentos *contr(a)-*, *entr-*, *infer-* e *mal-* em “contrário”, “entrada”, “inferno” e “maldade”. Sua transformação de afixo a base lexical é decorrente da fossilização e/ou da erosão fonológica da respectiva base original, decorrida ao longo do tempo. Daí o seu caráter prefixal só ser depreendido a partir do rastreamento diacrônico ou de um processo de comutação, sendo praticamente invisível a análises estritamente sincrônica.

¹⁴ **Prefixoides** são elementos atinentes ao espectro prefixal denotadores de matizes semânticos plenos e genéricos (correspondentes aos veiculados por formas livres ou a formas dependentes de explícita carga semântica de teor lexical), que gozam de relativa produtividade/vitalidade e que possuem uma acentuada independência sintática. Inicialmente, eram formas adverbiais ou preposicionais que, graças a uma recorrente justaposição sintática à esquerda de alguns vocábulos, começaram a sofrer um processo de gramaticalização, passando a comportar-se semelhantemente a prefixos, ainda que conservando, na grande maioria dos casos, seus respectivos significados originais (CAMPOS, 2004). Seriam as formas *bem-*, *contra-*, *mal-*, *não-* e *sem-*, em “bem-amado”, “contra-argumento”, “malcriado”, “não-formal”, “sem-teto” etc.

¹⁵ **Pseudoprefixos** são partículas de origem grega ou latina que, em formações recentes, passaram a assumir o conteúdo semântico total do vocábulo a que inicialmente se acoplavam — i.e., a sua “palavra-modelo” (GONÇALVES, 2016a) ou “palavra-gatilho” —, como *bio-*, que originalmente significava “vida” nas palavras-modelo “biologia” ou “biológico”, passando recentemente por uma transformação semântica, denotando, em vocábulos neológicos, o sentido de “biologia, biológico”, como em “bioenergia”, “biocombustível”, “biodiesel”, “biopirataria” etc.

em complexas cadeias de variação e mudança, não raras vezes sob contínua transformação, graças a pressões intralingüísticas, mas também pragmático-discursivas.

Seria, portanto, a gramaticalização um processo de cristalização grammatical das estruturas linguísticas com mais expressiva produtividade na língua, sendo, destarte, uma rota por meio da qual um item mais lexical vai paulatinamente se tornando mais grammatical, passando de uma classe aberta a uma fechada (CASTILHO, 1997, 2004; POGGIO, 2002), a que acompanham, em geral, os seguintes fenômenos: o esvaimento (modificação ou perda de conteúdo semântico), a fixação em uma posição determinada (fixação sintagmática) e a erosão (perda de substância fônica). Esses processos seriam a tríade de *sintomas paramétricos* da gramaticalização (LAMIROY, 2004).

Como é possível perceber, a gramaticalização implica mudanças em três zonas centrais da estrutura linguística: na semântica/pragmática, na morfologia/sintaxe e na fonologia (DELANCEY, 2000). Até onde se sabe, foi Meillet (1948) o primeiro a empregar o termo *gramaticalização* (LEHMANN, 1985; HOPPER, 1991; POGGIO, 2002; DELANCEY, 2000) —, tendo, de certa forma, precursores que poderiam ser remontados ao século X (HEINE; ULRIKE; HÜNNEMEYER, 1991). Indica Poggio (2002) a existência de três grupos sucessivos que abordaram a gramaticalização: o primeiro, de Meillet (1912) até 1970, operando com o léxico e a gramática para a compreensão do fenômeno; o segundo, a partir de meados de 1970, operando com o discurso pragmático e a gramática; por fim, o terceiro, sobretudo a partir da década de 1980 (CUENCA; HILFERTY, 1999), operando com aportes cognitivistas. De acordo com Evans (2007), o fenômeno recebeu grande atenção por parte da Linguística Cognitiva — sendo uma de suas searas investigativas mais frutíferas (GRAS, 2010) —, devido ao fato de costumar implicar entrelaçamentos de mudanças formais e semânticas (sendo, por conseguinte, um fenômeno atinente ao significado), bem como ser engatilhado pelo uso.

Um percurso de gramaticalização pode ser vislumbrado no processo de formação dos prefixos, pois, como defende Romanelli (1964, p. 15-16), a princípio, no próprio indo-europeu, existiam formas casuais (de valor locativo e instrumental) que, nessa mesma língua, acabaram fixando-se como advérbios de sentido concreto — de lugar e de tempo, segundo Bassetto (2010) —, vindo a transformar-se, já no latim, em preposições e, em seguida, em prefixos (verbais ou nominais). Oliveira (2007, p. 36), por sua vez, afirma que o indo-europeu primitivo “[...] dispunha de uma série de partículas que se colocavam com o verbo. Mais tarde, no latim, houve um processo de aglutinação de partículas adverbiais antepostas ao verbo, responsável pelo desenvolvimento do sistema prefixal latino [...]”.¹⁶ No caso da formação dos prefixos, a cadeia de gramaticalização que a fundamentou provavelmente foi a seguinte: formas casuais > advérbios > preposições > prefixos. Nota-se, assim, o percurso usualmente observável nesse processo: forma livre > forma dependente > forma presa.

No indo-europeu já havia um uso recorrente de elementos sufixais, pois admitia a adjunção à direita, ou seja, a sufixação, que se mostrava nessa língua como um processo fundamental e recorrente na constituição do léxico geral (BASSETTO, 2010; ROMANELLI, 1964). Não

¹⁶O processo de prefixação inexistia no indo-europeu comum, não possuindo essa língua prefixos, tampouco preposições (BASSETTO, 2010; ROMANELLI, 1964). Não admitia qualquer forma de adjunção de partículas à periferia esquerda do elemento radical, a não ser o redobro verbal ou nominal (ROMANELLI, 1964). A prefixação parece apresentar-se, portanto, como um processo tardio, um fenômeno inovador, apenas atuante a partir do desenvolvimento das línguas descendentes do indo-europeu (BASSETTO, 2010; ROMANELLI, 1964).

admitia, contudo, a adjunção afixal na margem esquerda. Na verdade, ao que parece, nem mesmo no latim clássico esse processo (a afixação à esquerda) já estava plenamente instaurado, pois, como alega Iacobini (2004):

[...] nelle lingue classiche, mentre i suffissi erano elementi che avevano concluso il loro processo di grammaticalizzazione, ed erano quindi usati esclusivamente come forme legate senza equivalente tra le forme libere della língua, i prefissi erano meno coesi con le parole a cui si univano, e vi erano evidenti rapporti fra le preposizioni correntemente impiegate nella costruzione di sintagmi e alcuni fra i prefissi impiegati nella formazione di parole complesse.¹⁷ (IACOBINI, 2004, p. 102).

O formativo *intro-* ilustra perfeitamente o processo de gramaticalização que deu origem às partículas prefixais. De acordo com Romanelli (1964), sendo a princípio um advérbio pleno, assumiu também, tempos depois, a função de preposição, justapondo-se, em seguida, a alguns verbos, como autêntico prevérbio (prefixo, portanto) e, assim, permaneceu, sem qualquer variante ortográfica, como se observa nos seguintes exemplos: *introeo*, *intromitto*, *introversus*.

Na escala mórfica (LOPES, 2013), parece haver uma tendência de as formas [+ lexicais], conexas ao polo [+ composicional] do continuum composição-derivação, migrarem paulatinamente para o polo [+ derivacional], tornando-se muitas vezes [+ gramaticais], além de progressivamente menos independentes. Com Albuquerque (2010), Campos (2001, 2002, 2004a, 2004b, 2004c, 2007, 2009) e Alves (2000), pensa-se aqui que isso reflete, de forma clara, um percurso de gramaticalização¹⁸, isto é, um deslizamento paulatino de um item do léxico em direção à gramática, integrando-se em um paradigma mais fechado e passando a ocupar uma posição mais fixa no eixo sintagmático (LEHMANN, 1982, 1991). No caso dos prefixos, prefixoides e pseudoprefixos, há a transformação de um lexema em um morfema léxico-gramatical (STEIN, 1970). Com isso, pode-se considerar, então, que “[...] os prefixos são antigas formas livres que, por um processo de gramaticalização, tornaram-se formas presas em português” (CAVALIERE, 2000, p. 308). Exemplificando esse processo, declara Alves (2000) o seguinte:

Muitos dos elementos que estudamos, os formantes aos quais atribuímos um caráter prefixal, têm passado pelo processo da gramaticalização: formantes adverbiais como *não* e preposicionais como *sobre* passam a exercer função afixal e tornam-se prefixos; formantes que, no latim e no grego eram radicais, como o grego *mega*, passam também a atuar como afixos e a exercer igualmente uma função gramatical. (ALVES, 2000, p. 85).

¹⁷ “[...] nas línguas clássicas, enquanto os sufixos eram elementos que haviam concluído seu processo de gramaticalização e, portanto, eram usados exclusivamente como formas presas e sem equivalente entre as formas livres da língua, os prefixos eram menos coesos com as palavras a que se uniam, e daí haver relações evidentes entre as preposições atualmente usadas na construção de sintagmas e alguns dos prefixos empregados na formação de palavras complexas” (IACOBINI, 2004, p. 102, tradução nossa).

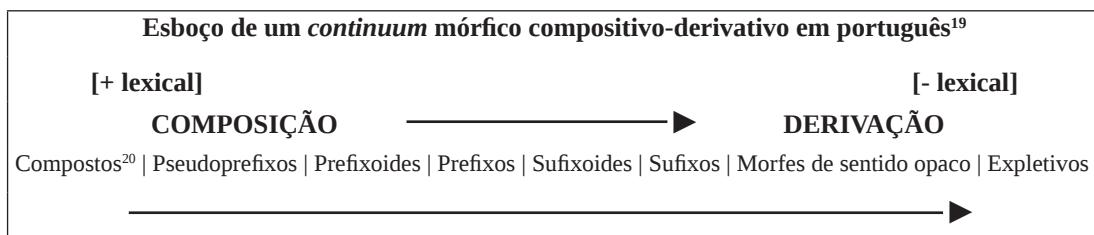
¹⁸ Em virtude de seu caráter necessariamente sucinto, não se entrará neste escrito em uma discussão pormenorizada sobre a fronteira, a diferenciação ou a convergência entre os processos de gramaticalização e lexicalização, embora algo sobre esse último fenômeno seja exposto ao fim desta seção. Trata-se de uma verdadeira *vexata quaestio* para os estudiosos da área, de tal forma que muitos os consideram como fenômenos idênticos ou, quando os tentam diferenciar, sequer conseguem chegar a uma fronteira nítida entre um e outro processo. O limite entre a gramaticalização e a lexicalização é muito tênue, sendo processos contíguos e com muitas características em comum. Pode-se considerar que o que realmente pode distinguir um e outro fenômeno são o *input* e o *output* de cada um deles (BARRETO, 2012). O estudo de Santos (2012) parece corroborar essa afirmação, mas, ao mesmo tempo, traz outros meandros conceituais para o processo de lexicalização, o que denota, de certa forma, a polissemia do termo, suas ramificações definitórias e a mutabilidade de sua caracterização, de uma corrente teórica a outra. Para uma reflexão mais detalhada sobre essas questões, ver estudo doutoral de Lopes (2018).

Existe uma graduação (via gramaticalização) na escala do *continuum* composição-derivação, que vai do que é mais compositivo ao que é mais derivativo, em que transitam, muitas vezes difusamente, as unidades e categorias morfolexicais (GONÇALVES, 2011b). Essa migração se realiza a partir da recorrência: quanto mais recorrente, mais um elemento afixal de margem esquerda se aproxima da derivação, ilação captável no estudo de Azereedo (2000, p. 69), quando afirma que: “Na história da língua portuguesa, algumas palavras lexicais tornam-se gramaticais por causa de sua freqüência de uso em certa posição, o que acabou enfraquecendo o significado lexical delas”. Assim, a graduação seria: radical livre → radical preso → pseudoprefixo → prefixoide → prefixo, podendo haver saltos de etapas realizados por alguns elementos. A diferença mais expressiva, portanto, entre um prefixo, um prefixoide e um pseudoprefixo seria de caráter histórico-diacrônico, ou seja, o grau de gramaticalização: os primeiros (no caso, os prefixos) são resultantes desse processo; os últimos são formantes que, em menor ou maior grau, ainda se encontram sob esse processo, *deslizando* por sobre o percurso gradativo do *continuum* mórfico, estando “a meio caminho” entre a composição e a derivação (CAETANO, 2010).

Rio-Torto (2016) procede a uma pertinente análise da escala de gramaticalização das preposições apontada por Castilho (2004) — estruturada em três divisórias, a de preposições mais gramaticalizadas, medianamente gramaticalizadas e menos gramaticalizadas —, chegando à interessante constatação de que as mais gramaticalizadas coincidem com prefixos de grande rentabilidade genolexical (*de-*, *em-*, *a-*, *com-*), as medianamente gramaticalizadas, com alguns prefixos locativos e avaliativos (*sob-*, *sobre-*, *entre-*, *contra-*, *pos-*), e as menos gramaticalizadas, com o prefixo *ante-*. Se, além da escala de gramaticalização prefixal, fosse apreciada a escala de gramaticalização adverbial — algo que poderia ser depreensível, por exemplo, dos estudos de Costa, mormente os de 2003, 2009 e 2012 —, provavelmente se chegaria a conclusões igualmente interessantes, que talvez conduzissem a uma constatação de que o grau de gramaticalização dos principais formantes prefixais (ou seja, a diferenciação entre prefixo e prefixoide) vai coincidentemente atrelado via correspondências mais ou menos sistemáticas ao grau de gramaticalização das formas livres ou dependentes das quais se originaram.

Um esboço de um *continuum* mórfico compositivo-derivativo em português (confira mais adiante) não apenas demonstra a não-modularidade entre as subcategorias mórficas (tal como ocorre nos demais níveis da língua), mas também uma linha gradiente que explicita um percurso que vai do mais compositivo [+ lexical] ao mais derivativo [- lexical], chegando até os itens mórficos destituídos de significação (morfemas de sentido opaco e morfemas expletivos). Assim, de certa forma, o *continuum* traz consigo a indicação de um percurso de gramaticalização na formação e evolução das partículas mórficas, ou seja, uma rota processual diacrônica por meio da qual um item [+ lexical] vai paulatinamente se tornando mais gramatical — i.e., [- lexical] —, passando de uma classe mais aberta a uma mais fechada, ocorrendo com isso, geralmente, um enfraquecimento ou apagamento de seu conteúdo semântico, o que se dá nos morfes opacos e nos expletivos, respectivamente.

Figura 1: Esboço de um continuum mórfico compositivo-derivativo em português



Fonte: Lopes (2013, p. 92).

Para exemplificar esse percurso, pode-se utilizar o item mórfico *-latra*, com base no estudo realizado por Nascimento (2012): um elemento neoclássico, considerado pelas gramáticas tradicionais como um radical que participa do processo de composição, mas que vem sofrendo, em uma perspectiva diacrônica, um processo de gramaticalização, afastando-se de uma configuração como forma livre (como originalmente o era, no grego clássico) e assumindo, paulatinamente, um caráter mais abstrato e funcional, juntamente a uma opacidade semântica, com sentido recuperável apenas ao anexar-se a uma base. Assim, tal partícula não mais se identifica como um elemento compositivo, por estar se aproximando, dentro de um *continuum*, do polo derivacional.

Como se ilustrou anteriormente, o surgimento de novas partículas prefixais parece ocorrer por meio de cadeias de gramaticalização, ampliando o rol de prefixos vernáculos (contrariando a ideia de os prefixos constituírem um elenco fixo e estável). Pensa-se, com base em postulados funcionalistas, que é a rotinização, ou seja, a frequência no uso, que faz com que certa estrutura se gramaticalize e ingresse no rol do léxico geral da língua.

Como exemplos de gramaticalização de partículas afixais da margem esquerda do vocábulo na língua portuguesa, pode-se tomar o antepositivo *al-* árabe e o elemento *não-*. Lopes (2018, 2013) e Lopes e Soledade (2013) incluem a supramencionada partícula árabe no número de formas prefixais da língua portuguesa e o fazem com base em sua configuração recorrente em uma posição esperada no interior da estrutura mórfica do vocábulo (afixa-se sempre à sua extremidade esquerda), o que, ao mesmo tempo, é fruto e causa da gramaticalização que ocorreu no artigo árabe *al*, que migra do rol das formas dependentes para o grupo das formas presas. Trata-se, pois, de um percurso recorrente nos fluxos de gramaticalização (COSTA, 2004; CASTILHO, 1997, 2003; POGGIO, 2002), já que, inseridas em um esquema de *continuum*, “[...] categorias lexicais dão surgimento a categorias gramaticais, e estas a categorias ainda mais gramaticais, entendendo-se por isto os afixos” (CASTILHO, 2003, p. 248). De forma semelhante ao ocorrido com os prefixoides, com os pseudoprefixos e mesmo com os prefixos latinos, a inserção do antepositivo árabe nas categorias afixais decorreu de um processo de gramaticalização, reforçando a proposta de um *continuum* composição-derivação para o português (GONÇALVES, 2011a), bem como para as demais línguas românicas. Para tanto, pesa, ainda, o fato de esse processo decorrer de uma situação de contato linguístico, em que a gramaticalização sofreu a pressão de

¹⁹ Esse esboço visa a englobar exclusivamente as formas presas da língua portuguesa envolvidas em processos genolexicais (derivativos ou compositivos). Pode ser caracterizado, portanto, como um continuum tipológico morfolexical, já que a formação de palavras se estabelece em uma interface léxico/morfologia.

uma reanálise morfolexical posta em marcha pelos falantes da língua-alvo (romances/ línguas românicas) sobre a língua-fonte (o árabe).

Embora se considere o mencionado elemento árabe um elemento mórfico da margem esquerda vocabular, deve-se ressalvar que se trata de uma questão que demanda uma reflexão mais burilada, que igualmente leve em consideração, de forma mais aprofundada, a ilação oposta sobre o elemento árabe *al-* no interior do léxico ibero-românico, ou seja, a sua consideração como parte integrante da base léxica, como um artigo aglutinado, sem qualquer valor morfolexical.

Ao fundamentar-se nas reflexões de Jacob (2010) e Campos (2002, 2004a), a inserção do elemento *não-* no rol de partículas prefixais do português também poderia ser considerada como efeito de um processo de gramaticalização, por intermédio do qual o advérbio negativo se converte em um prefixo, migrando de um polo [+ lexical] para um polo [+ grammatical], operação essa que se processa há bastante tempo na história da língua portuguesa; na verdade, desde o princípio de sua manifestação como tradição escrita, como Lopes (2013, 2018) demonstrou, com base em rastreamentos em *corpora* documentais mediélicos. Sendo inicialmente uma forma livre adverbial, recategorizou-se, passando a funcionar como uma forma presa (CAMPOS, 2002, 2004a). Trata-se de uma partícula que possui um significado bastante generalizante, denotando uma ideia geral de “negação” às bases nominais a que se coaduna, funcionando como um recurso econômico do ponto de vista do falante (JACOB, 2010), além de ser um recurso alternativo para os utentes, que em vez de utilizar prefixos negativos tradicionais (como *in-*, *a-*, *des-* etc.), optam muitas vezes por fazer uso do prefixoide *não-*²⁰.

Parece pertinente e útil a adoção de uma subclassificação dos elementos mórficos envolvidos no processo de formação de palavras via prefixação, com uma divisão dos elementos afixais da periferia esquerda do vocábulo sob a forma de um esquema tetrafatorial, com seus componentes identificáveis pelos termos “prefixo” (ou “prefixo propriamente dito” ou “prefixo *stricto sensu*”), “prefixoide” (ou “semiprefixo”), “basoide prefixal” (ou “prefixo com comportamento de base léxica”) e “pseudoprefixo”. Como já apontado, seriam subclasses prefixais, não modulares, diferentes (mas contíguas), com fronteiras difusas e imersas em uma escala gradual e que se diferenciariam, sobretudo, pelos seus diferentes graus de gramaticalização, tal como preconizam Alves (2000) e Lopes (2018).

Como encerramento desta seção, destaque-se a existência de um fenômeno de certo modo inverso ao da gramaticalização, que também se mostra atuante em partículas prefixais: a lexicalização. De acordo com Correia e Almeida (2012), em linhas gerais, esse processo se manifesta quando unidades pertencentes à gramática (sintaxe, morfologia, discurso) passam a funcionar como unidades lexicais de pleno direito. No domínio da afixação, consistiria na transformação de um morfema em uma unidade lexical, passando a usufruir de maior autonomia sintática,

²⁰ Observe-se, no entanto, que nem sempre a anteposição do elemento *não-* a um vocábulo corresponderá exatamente ao sentido de uma forma derivada possuidora de outro prefixo negativo, o que sinaliza que a alternância não é absoluta. Assim, por exemplo, não se nota uma correspondência semântica de equivalência entre, de um lado, os sentidos dos derivados verbais “despovoar”, “ilegalizar”, “inutilizar” e, do outro, os sentidos das construções “não povoar”, “não legalizar”, “não utilizar”, respectivamente. Isso porque, nesse segundo grupo de exemplos, o *não* funciona como expediente sintático de negação, não como elemento mórfico propriamente dito (afixoide). Na verdade, a explicação para isso parece atrelar-se à própria funcionalidade e ao valor semântico do prefixoide *não-*, antepositivo que serve à geração de formas denominais/deadjetivas isocategóricias — i.e., que atua em ambientes pré-substantivos e pré-adjetivais (DUARTE, 1999) —, com o aporte semântico de pura negação (mas não o de reversão ou o de contraposição/oposição em sentido estrito), como nos seguintes exemplos: “não tolerante” (em lugar de “intolerante”), “não frequente” (em lugar de “infrequente”), “não alinhado” (em lugar de “desalinhado”), “não alfabetizado” (em lugar de “analfabeto”).

semântica, formal e funcional, migrando da classe das formas presas à classe das formas livres, desempenhando na cadeia sintagmática uma função geralmente substantiva. Esse trânsito representaria, por assim dizer, um verdadeiro processo de desgramaticalização (MENDES, 2013), como o que atinge, por exemplo, as formas *bi*, *ex*, *super* e *vice* nas construções “Ela contou para os pais que era *bi*”, “O *ex* de minha irmã é super gente boa” e “O time não deve se contentar em ser *vice*”. A partir da leitura de Gonçalves (2016b), é possível concluir que a lexicalização afixal ocorre a partir de um processo de leitura metonímica por subparte, de modo que muito se aproxima de outro processo morfolexical gerador de neologia, o **truncamento**²¹.

FORMAÇÃO DE PALAVRAS E FILOLOGIA

A princípio, poucos elementos se encontrariam que pudessem manifestar uma associação teórica ou analítica automática entre a lexicogênese de natureza morfológica (i.e., os procedimentos morfológicos de formação de palavras) e a filologia. No entanto, por se adotar aqui uma perspectiva epistemológica que valoriza o caráter histórico da língua e o valor heurístico da empiria, pode-se dizer que há, sim, ligações perceptíveis entre esses campos do saber linguístico.

Afirmam Grossmann e Rainer (2004, p. 8), em seu compêndio de morfologia lexical para o italiano, que as bases empíricas são “[...] le caratteristiche indispensabili per un’analisi morfologica.”, pois “[...] l’intuizione non è sempre così netta [...]”²² (GROSSMANN; RAINER, 2004, p. 10). Assertivas categóricas, mas que não causam qualquer espanto para aqueles formados no seio do *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), visto que é a valorização do dado empírico uma das marcas desse grupo, uma herança viva do pensamento científico da sua fundadora, a linguista histórica Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*).

Ora, se para os estudos acurados concernentes à morfologia é uma *conditio sine qua non* a recorrência a dados empíricos, vê-se, em decorrência disso, que, se se aplicam a estágios mais recuados da língua, são dependentes dos testemunhos escritos remanescentes e, por conseguinte, do labor filológico, que visa a conceder aos linguistas o material empírico mais adequado possível para as suas incursões científicas. Que o estudo diacrônico se volte à filologia como parceira indispensável na empreitada de desvendar os rastros e rumos temporais das línguas é fato comprovado pelo seu próprio caráter empírista, do qual deriva a perspectiva metodológico-epistemológica de cunho indutivo que se entrevê nas pesquisas histórico-diacrônicas, necessariamente subordinadas ao acesso a fatos de língua, em outras palavras, ao dado empírico. Há, portanto, um trânsito constante e bidirecional, pois a filologia utiliza-se dos aportes da linguística para estudar os textos, e a linguística faz uso dos textos filologicamente editados para estudar a língua.

De toda a problemática que envolve o trabalho com o texto escrito produzido em fases pretéritas, a que se dedicam filólogos e linguistas, pode-se dizer que também se constitui como objeto epistemológico para a história da cultura escrita. Corrobora essa perspectiva a percepção de Petrucci (2003, p. 7-8), quando entende que o historiador da cultura escrita deve ocupar-se “[...] de la historia de la producción, de las características formales y de los usos sociales de la escritura y de los testimonios escritos en una

²¹ Que nada mais é que a compactação do significado de uma palavra em um fragmento dela, como se dá em *refri* (de *refrigerante*), em *otorrino* (de “otorrinolaringologista”) e em *motô* (de “motorista”).

²² “[...] as características essenciais para uma análise morfológica”, pois “[...] a intuição nem sempre é algo claro [...].” (GROSSMANN; RAINER, 2004, p. 8, 10, tradução nossa).

sociedad determinada.”²³ Pautando-se nisso, esta seção tentará explicitar o diálogo depreensível entre a filologia e o estudo da formação de palavras sob um viés histórico-diacrônico.

É evidente, tal como destaca Maia (2012), que o material linguístico empírico extraído dos registros escritos da produção medieval primitiva que chegaram até a contemporaneidade não se compara, sob um ponto de vista epistemológico e sociolinguístico, aos que o investigador hodierno consegue recolher por meio dos falantes, visto que esses dados apresentam características mais verossímeis e comprováveis que aqueles, sobretudo quando se tem em vista atestar a agramaticalidade de certas construções linguísticas. O texto é o testemunho mais concreto e complexo da língua do passado (FERREIRA, 2003; TELLES, 2000), sendo as ocorrências dos fatos linguísticos nele presentes os únicos objetos cientificamente observáveis, já que somente as averbações têm valor testemunhal (MARTIN, 2003). Há, portanto, uma realidade inexorável que se impõe ao linguista medievalista de formação epistemológica empiricista: o fato de somente conseguir se achegar à língua de outrora por intermédio de edições dos textos escritos remanescentes (essencialmente fragmentários, mas assaz importantes para a reconstrução da língua).

Nas palavras de Maia (2012, p. 537), “[...] as pesquisas linguísticas de base empírica, quer em matéria de ‘oralidade’ como de ‘escripturalidade’ têm que apoiar-se necessariamente em *corpora*”. Para períodos recuados da história, tal como apontam alguns expoentes da história da leitura e da cultura escrita, as fontes empíricas são sempre parciais e fragmentárias (CHARTIER, 2004), sendo mais restrita a sua variedade (SHARPE, 1992), o que leva a que sua seleção esteja imperiosamente submetida às vicissitudes documentais da sociedade de antanho e aos diferentes panoramas (acesso e disponibilidade) dos fundos, acervos e arquivos (MARQUILHAS, 2000).

Quando se propõe a investigar materiais de fases recuadas de uma língua, todo pesquisador precisa necessariamente se debruçar sobre os textos escritos remanescentes, dado o intransponível obstáculo da inexistência de registros da língua falada. Daí se poder afirmar, com base em Lopes (2013), que pelo menos sob cinco prismas os estudos em linguística histórica são parciais e provisórios, constituindo-se apenas em uma difusa aproximação à língua de outrora:

- (i) as descrições, análises e teorizações linguísticas são fragmentadas e parciais, visto que se fundamentam, conforme assinala Telles (2011), apenas em material proveniente da modalidade escrita da língua, não se podendo incidir diretamente (por motivos óbvios) sobre a sua modalidade oral;
- (ii) o material linguístico remanescente sempre será uma parcela mínima da produção original, que perdurou às vicissitudes históricas e à cástica ação do tempo, não constituindo, de forma alguma, sua totalidade, sendo apenas um espólio fragmentado, resultante de acidentes históricos para além do controle do investigador (LABOV, 1982)²⁴;

²³ “[...] da história da produção, das características formais e dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma determinada sociedade.” (PETRUCCI, 2003, p. 7-8, tradução nossa).

²⁴ Um estudo sobre estágios recuados da língua, por mais abrangente que se creia ser, sempre será uma aproximação interpretativa parcial e fragmentada, visto que parciais e fragmentados são os espólios empíricos sobre os quais se debruça e, destarte, a documentação escrita sobre a língua enfocada só pode ser avaliada na sua totalidade de forma hipotética (MATTOS E SILVA, 1991, 2006). Cabe ao linguista que se ampara em edições de textos para proceder a uma reconstituição da língua medieval resignar-se ao quadro empírico fragmentado que tem ao seu dispor, já que sempre se encontrarão lacunas na reconstituição da língua de fases historicamente recuadas, não havendo como reconstituir todas as fases percorridas nem como descrever totalmente as contribuições geracionais que fizeram emergir as diversas camadas de sua estrutura, mormente de seu léxico, como afirma Abadde (2011).

- (iii) como o linguista geralmente se apoia em edições filológicas para apropiar-se aos dados que objetiva descrever e analisar, vê-se indissociavelmente atado ao que é detectável por meio de tais edições, que nunca são neutras ou imparciais, já que sempre se escoram em critérios e posturas mais ou menos conservadores, o que não permite afirmar que exponham o texto original (ainda que tentem reproduzi-lo de forma fiel e completa), mas apenas uma imagem reflexa desse texto²⁵, pois, “[...] por mais conservadora que possa ser uma edição, tem-se, ao fim e ao cabo, como resultado, um novo texto, já que existe sempre uma interferência subjetiva por parte de seu editor” (CUNHA E SOUZA, 2007, p. 255);
- (iv) a impossibilidade, ao menos com os instrumentais metodológicos disponíveis até o momento, para um estudo sobre o léxico ou sobre a morfologia derivacional, de se realizar uma recolha de dados exaustiva em todos os textos remanescentes, o que, necessariamente, impele o estudioso a realizar um recorte representativo do conjunto textual a seu dispor. Essa imperativa situação no sentido de se fazer recortes sempre implicará em descrições, análises e teorizações parciais e provisórias;
- (v) sempre há nas investigações analíticas sobre um período histórico recuado, de forma mais ou menos expressiva, interferências do **olhar** do estudioso como conhecedor e falante da língua contemporânea. Em outras palavras, não há como escapar de certo anacronismo no estudo de estágios pretéritos da língua, pois sempre se acaba enfocando a língua de ontem **com os olhos de hoje**, ainda quando se busca valer de um lastro empírico corroborante. Como impecavelmente expõe Wallerstein (2011, p. 43, grifo do autor): “The past can only be told as it truly *is*, not *was26. De fato, o passado só pode ser concebido como é verdadeiramente, e não como *foi*. Por não se dispor do testemunho direto advindo da produção oral do falante nativo dessas épocas mais recuadas, os pontos de vista como falantes e conhecedores da língua contemporânea acabam por **contaminar** as perspectivas de análise, interferindo de alguma forma nas ilações desenvolvidas.*

Há, assim, pelo menos cinco condicionantes histórico-filológicos sinalizadores de que todo e qualquer estudo histórico sobre estágios pretéritos da língua (mormente os mais temporalmente recuados) é parcial e aproximativo.

Um aspecto em que se vislumbra a dependência do estudo morfolexical ao labor filológico fica explícito ao se avaliar o efeito pujante que a onipresente variação gráfica estabelecida na produção textual do português arcaico (ou de outros estágios pretéritos do idioma) mobiliza na morfologia flexional ou derivacional desse período: a partir desse contexto intralingüístico é que se explica e se justifica a ampla gama de alomorfes e alógrafos depreendida da morfologia lexical dessa sincronia da língua portuguesa (LOPES, 2013; SOLEDADE, 2004). Para Mateus (2012, p. 15), essas variações gráficas incidentes sobre a morfologia do português medieval não são arbitrárias ou pontuais, mas se moldam, indubitavelmente, como “[...] fragmentos do esforço do escriba para transmitir aspectos da língua falada que não se compaginam com a escrita em latinorromance”.

A situação anteriormente aludida fica comprovada quando se observa, por exemplo, que o prefixoide (ou semiprefixo) *bem-* podia ser representado na primeira fase do português arcaico

²⁵ Concorda-se aqui, portanto, com Machado Filho (2008, p. 30), quando assevera que, “[...] por mais que conclame a crítica textual de ser capaz de recuperar a história genética de um texto, qualquer estudioso de bom senso há de compreender que o passado (re) construído pela inteligência humana é meramente ‘uma aproximação’ da realidade que se perdeu [...]”.

²⁶ “O passado só pode ser contado como realmente é, não como foi.” (WALLERSTEIN, 2011, p. 43, grifo do autor, tradução nossa).

ao menos por quatro formas gráficas distintas: *be-* ~ *bẽ-* ~ *bem-* ~ *ben-*, situação compartilhada pelo prefixo *ante-*, que também contava com quatro variantes: *ante-* ~ *ant-* ~ *ente-* ~ *hẽnte-* (LOPES, 2013). Se compara-se, então, a produção textual circunscrita ao português arcaico com a sua atualização moderna, pautada em uma normativização ortográfico-gramatical generalizada e plenamente adotada, chega-se à constatação de que a escrita nos estágios iniciais da língua portuguesa era bem mais livre e flexível do que no período hodierno, de maneira similar ao que também ocorreu com o espanhol (SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, 1992) e, muito provavelmente, com as demais línguas novilatinas, dada a ausência de explicitação dos padrões de uso prestigiado prescritos pela normativização gramatical (MATTOS E SILVA, 2006, 2010) e também a inexistência de uma ortografia balizadora, que, para o português, só viria efetivamente a firmar-se em inícios do século XX (MACHADO FILHO, 2001, 2009b, 2012).

Do exemplo anterior, constata-se que uma orientação mais achegada à conservação ou à modernização empregada para dada edição pode trazer sérias implicações ao estudo da alomorfia e da alografia nas unidades mórficas, já que uma lição mais inovadora tenderia a neutralizar as oposições e adotar um registro mais próximo da feição moderna da língua, o que poderia levar, por exemplo, que o prefixo *bem-* aparecesse apenas sob essa forma, omitindo-se/trasmudando-se as três outras registradas no documento original, reproduzidas no parágrafo precedente.

Fenômenos e elementos morfológicos específicos podem ou não ser levados em conta em uma determinada análise sobre fases primevas da escrita de uma língua, a depender dos pressupostos e atitudes epistemológicos de natureza historicista ou filológica adotados a princípio. Assim, a escolha de uma edição diplomática ou interpretativa de um mesmo testemunho textual pode levar o morfólogo a diferentes resultados e a diferentes conclusões, como se observa, por exemplo, a seguir, contrastando-se duas edições de um mesmo manuscrito trecentista português, o *Flos Sanctorum*, sendo a primeira paleográfica (MACHADO FILHO, 2003) e a segunda interpretativa (MACHADO FILHO, 2009a):

E uymos nas terras. dos Neffeos. ede Babilonia companhas de monges que adur poderiã séer côtadas, enque uymos. que auia muitas uertudes e muyto bẽ. (Fólio 13v, col. 1, l. 28-31). (MACHADO FILHO, 2003, p. 55).

E vymos nas terras dos Neffeos e de Babilonia companhas de monges que adur poderiam seer contadas, em que vymos que havia muitas vertudes e muyto bem. (Fólio 13v, col. 1, l. 28-31). (MACHADO FILHO, 2009a, p. 51).

Assim, nesse caso, com o uso da edição diplomática do *Flos Sanctorum*, ganha-se com a variabilidade grafemática (manifestadora propícia da alografia e/ou da alomorfia), mas surge o problema das ligaduras e separações grafemáticas, pedras de tropeço no caminho do estudioso de morfologia histórica, sobretudo quando decide empregar ferramentas computacionais de depreensão de partículas mórficas. É o que se pode constatar nos excertos seguintes, extraídos do *Flos Sanctorum*. Pela própria natureza conservadora da edição (paleográfica) de Machado Filho (2003), no primeiro excerto a seguir, o elemento preposicional *a* é apresentado como no manuscrito original, acoplado a duas formas de infinitivo com as quais constitui a perífrase verbal, mas que, em uma detecção informática ou em um rastreamento menos atento, poderia ser tomado incorretamente como unidade prefixal — a partícula *a(d)-*, em suas respectivas manifestações como *as-* ou *a-* —. Já no segundo trecho (MACHADO FILHO, 2003), dá-se

justamente o inverso: formas prefixais como o *des-* e o *ante-*, que hoje são registradas inviavelmente ligadas a suas bases léxicas, aparecem separadas delas na edição mencionada, reproduzindo o que ocorria no documento original, sendo também algo que traria problemas a uma análise computacional (rastreamento via localizadores ou processamento via geração de listagem de palavras, como, por exemplo, no *WordSmith Tools*), confirmando-se, assim, a imprevisibilidade da leitura manual (*verbo ad verbum*) nos estudos sobre formação de palavras nos primeiros séculos da escrita vernacular.

Ca saāē todos en tēpo do pā colher assegar ou aseruir por el. en algūa guysa. assy que oque chus pouco gáanha tres. ou quatro Caffizes son. Desto filhā eles amayor parte edāna aseus Abbades pera os pobres. (Fólio 13v, col. 1, l. 16-21). (MACHADO FILHO, 2003, p. 55).

Edesquea osancto homē untou dūū olyo bēeto des fezesse aquela ante parāça e uirona todos māceba como ante era. (Fólio 15v, col. 2, l. 17-20). (MACHADO FILHO, 2003, p. 59).

Princípio de suma importância é que toda decisão metodológica traz consigo implicações operacionais, epistemológicas e até mesmo ideológicas. Destarte, pode-se sustentar que o uso de edições mais conservadoras ou mais modernizadas poderá oferecer dados diferentes e pontos de vista diferentes para a análise, o que influenciará nos resultados da investigação. Isso se reflete tanto na consideração da alomorfia e alografia afixais quanto na própria depreensão e posterior análise dos afixos.

A filologia e a linguística histórica relacionam-se também desde níveis mais gerais, mais fundamentais, atinentes à própria questão do fazer científico e do conhecimento sobre a língua de antanho. Uma relação visceral, inegável e que tem fortes implicações epistemológicas, perpassando muitos dos procedimentos e dos resultados ligados ao estudo linguístico de natureza histórico-diacrônica. Se assim o é em geral, não o deixa de ser para as pesquisas voltadas especificamente ao nível morfológico da língua, o que leva a se pensar, com Swiggers (1998), no seguinte:

Que essa relação de englobamento – filologia e lingüística como caixas chinesas – venha à luz nos grandes empreendimentos de lexicografia histórica, não deve nos espantar: é o trabalho filológico que nos ajuda a reconstruir a perspectiva temporal na história das línguas. A descoberta da cronologia interna é o resultado de um trabalho combinado de filologia e de lingüística: é este trabalho que é o fundamento da verdadeira lingüística histórica [...]. (SWIGGERS, 1998, p. 15).

Vê-se, assim, que há intersecções e implicações interessantes entre a filologia, a linguística em geral e a morfologia lexical histórica em particular, das quais esta subseção aspirou a ser uma despretensiosa amostra.

FORMAÇÃO DE PALAVRAS E SINTAXE (COM ÊNFASE NA ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS)

Indiscutivelmente, há várias interconexões entre a morfologia e a sintaxe, dentre as quais a que parece ser mais enfatizada é a que se estabelece entre a flexão morfológica e a concordância sintática. A marcação redundante do gênero via sintaxe, os morfemas de posição e a própria natureza das denominadas formas dependentes²⁷ são outros exemplos dessa interação profícua entre esses dois domínios da língua. Por constatarem essas interconexões entre a morfologia e a sintaxe, há aqueles que defendem a adoção do termo “morfossintaxe”²⁸, pois preconizam que é praticamente impossível dissociar esses dois níveis da língua. Daí que Minussi e Nóbrega (2014, p. 162) cheguem a afirmar que “[...] a estrutura morfológica é estrutura sintática”. E, também, que Divino e Pires (2018, p. 84) apontem a possibilidade de que “[...] os mesmos mecanismos sintáticos ou morfossintáticos que ocorrem entre as palavras no âmbito da oração ocorram internamente nas palavras. [...] que os mesmos mecanismos cognitivos também poderiam atuar nas estruturas das palavras e frases”. De certo modo, essa perspectiva também se verifica em estudos que tomam como norte a linguística cognitiva, adotando uma concepção não-modular do sistema linguístico, calcada na constatação da irrefutável natureza interfacial da constituição do sistema intralingüístico. Sob esse prisma, tal como apregoa Langacker (1987), os níveis da língua formariam um *continuum* de fronteiras não demarcadas.

Algo que, mesmo sendo indubitavelmente verdadeiro, pouco se é pensado nos estudos morfológicos é a presença de fenômenos e operações sintagmáticos na estruturação interna do vocábulo, de tal forma que se poderia defender o fato (respeitadas as devidas proporções) de a morfologia ser uma espécie de sintaxe interna ao vocábulo formal — i.e., uma concatenação sintagmática vocabular interna, devidamente hierarquizada, como aponta Pena (1991) —, mas com a aplicação concomitante de operações relativas ao eixo vertical da linguagem, as relações paradigmáticas, consideradas por Sandmann (1997) como o objeto epistemológico precípua da morfologia²⁹.

Quanto à relação entre sintaxe e formação de palavras, nomeadamente a derivação, é evidente que o processamento desta se subordina a pautas sintáticas quando seus produtos ocorrem imersos em um contexto frasal, como o indica Rodrigues, A. F. S. (2016). Daí que derivados em *-oso* (“gracioso”, “delicioso”, “bondoso” etc.), por serem nomes, não possam ocorrer nos mesmos contextos sintáticos de derivados em *-mente* (“graciosamente”, “deliciosamente”,

²⁷ A marcação redundante do gênero no eixo sintagmático pode ser ilustrada no SN em destaque na frase “A síndica é super-responsável”, em que o gênero feminino, além de ser morfologicamente marcado pelo morfema flexional de gênero *-a*, reflete-se também pelo determinante. Já no que diz respeito aos morfemas de posição, Zanotto (1986) define-os como resultantes da troca de posição dos semantemas, que pode ocasionar a mudança de classe gramatical, o que pode ser visto na oposição entre “amigo professor : professor amigo”. Tal oposição não é um fenômeno de cunho morfológico, mas, sim, exclusivamente sintático. Por fim, as denominadas “formas dependentes” (ou “morfemas relacionais”) são os itens lexicais cuja significação (gramatical e morfossemântica) só se estabelece no eixo sintático, em sua inserção no contexto frástico. Exemplos de morfemas dependentes são as preposições, as conjunções e os artigos (LOPES, 2013).

²⁸ E isso não apenas no âmbito da investigação, mas também na esfera do ensino. No Curso de Língua Estrangeira Moderna – Espanhol da UFBA, por exemplo, o novo currículo (que ainda entrará em vigor) não mais contará com os componentes curriculares *Morfologia da Língua Espanhola e Sintaxe da Língua Espanhola*, mas, sim, *Morfossintaxe I da Língua Espanhola e Morfossintaxe II da Língua Espanhola*.

²⁹ Como o **morfema**, a unidade morfológica por excelência, é dotado de uma natureza paradigmática e sintagmática, a morfologia deve se aplicar, portanto, ao estudo dessas duas facetas de seu objeto epistemológico.

“bondosamente” etc.), que são advérbios modais. Além disso, segundo Vilela (1986) e em consonância com o apontado no parágrafo precedente, nota-se que a derivação e a sintaxe se utilizam de categorias semelhantes (como agente, predicado, objeto etc.), embora materializadas em elementos formais de desigual extensão e de diferente natureza, o que pode ser observado ao se cotejar o derivado “vendedor” e a construção frasal “O homem que vende X” (“calçados”, por exemplo), concluindo-se que são semanticamente equipolentes, intercambiáveis. Como afirma o próprio Vilela (1986, p. 33): “É certo que a formação de palavras e a sintaxe têm muito de comum [...].”

A *Nueva Gramática de la Lengua Española – NGLE* (RAE; AALE, 2009), obra de referência para o estudo dessa língua, também elenca uma série de aspectos e fenômenos que demonstram as íntimas relações entre a lexicogênese morfológica e a sintaxe. Assim, tanto no espanhol quanto no português, é possível entrever a origem sintática de diversos afixos/afixoides, como o *-mente*, o *ex-* e o *não-*, via fluxos de gramaticalização, como já exposto em seção anterior, neste artigo. No tocante à composição, além da organização/concatenação interna entre as partes dos próprios compostos, uma exemplificação de suas relações limítrofes com a sintaxe é dada por algumas estruturas semilexicalizadas que são constituídas por substantivos (“peixe-espada”, “caneta-tinteiro”, “teste-relâmpago” etc.), que, como sinaliza a supramencionada gramática (RAE; AALE, 2009), são analisadas por alguns linguistas como estruturas sintáticas de natureza apositiva e, por outros, como verdadeiras palavras compostas.

Algumas considerações podem ser feitas a respeito do caráter sintático/sintagmático da formação de palavras via prefixação: como também distingue a *NGLE* (RAE; AALE, 2009), diversos prefixos antonímicos (*pre-* e *pós-*, *extra-* e *intra-*, *anti-* e *pro-*, *contra-* e *pro-*, por exemplo), quando relacionados na sintaxe, mostram-se de fato regidos por efeitos de verdadeira coordenação sintática (embora não deixem de ser partículas mórficas, ou seja, sublexicais e subsintáticas), como na estrutura “Há toda uma série de cuidados pré e pós-operatórios”; além disso, se atém-se à função sintática interna dos elementos prefixais, quase sempre, como afirma Sandmann (1992, 1997), ocorre uma sequência DT (determinante) — DM (determinado), em que o prefixo desempenha o papel de adjunto adnominal ou adverbial, constituindo o determinante da palavra complexa gerada. A maioria dos prefixos em português e em espanhol não costuma modificar a estrutura argumental de suas bases léxicas. Assim, como apontam Varela e Martín García (1999, p. 4999):

A diferencia de los sufijos, los cuales suelen cambiar la estructura argumental de sus bases léxicas, la mayoría de los prefijos del español mantienen los mismos argumentos del predicado léxico al que se unen. Sólo unos pocos prefijos producen alguna alteración en la estructura argumental de la base léxica, si bien estos cambios argumentales no se producen de forma general y sistemática en todas las palabras complejas que incluyen el prefijo con ese determinado valor semántico. Hay prefijos que añaden simplemente un argumento (*Juan calla > Juan acalla los rumores*), con la posibilidad adicional de convertir un complemento argumental del predicado simple en un argumento implícito, que puede omitirse (*Juan vive en Madrid > Juan convive (en Madrid) con su novia*). En otros casos, el prefijo cambia la proyección sintáctica del argumento del predicado simple, el cual puede ser un complemento bien regido (*El clavo ha pasado por la pared > El clavo ha traspasado la pared; El piloto vuela sobre el lago Ontario > El piloto sobrevuela*)

*el lago Ontario) bien opcional, en cuyo caso lo convierte en complemento regido por el predicado complejo (Sacaron las bolas negras (de entre las blancas) > Entresacaron las bolas negras *(de entre las blancas)).*³⁰ (VARELA; MARTÍN GARCÍA, 1999, p. 4999, grifos dos autores).

Como notado por Alves (2000), a origem dos prefixos condiciona de certa forma a sua função junto à base a que se coadunam, de tal forma que os prefixos preposicionais (oriundos de uma preposição) funcionam como complemento subentendido dessa unidade, a exemplo de “contraveneno”, i.e., “remédio contra veneno”. Exercem função distinta, portanto, dos prefixos adverbiais, equivalentes semanticamente a um advérbio, já que modificam o significado da base lexical a que se acoplam: “redizer” denota “dizer novamente” (ALVES, 2000). Segundo Gonçalves (2012), os prefixos, ao contrário dos sufixos, jamais funcionam como cabeças semânticas — desse modo, não seriam tão densos semanticamente como os sufixos, que equivalem, em termos semânticos, a substantivos, segundo esse autor —, já que seus significados assemelham-se aos veiculados por adjetivos (como em “sub-humano”, “minimercado”, “megaempreendimento”), advérbios (como em “recapturar”, “antessala”, “pré-natal”, “pós-parto”) e preposições (como em “coautoria”, “intravenoso”, “entressafra”).³¹

Segundo as interessantes ilações de Rodrigues, V. V. (2010), seriam quatro (e não apenas dois, como comumente se afirma) os procedimentos sintáticos de articulação entre cláusulas³²: a coordenação, a subordinação, a correlação e a justaposição. Na coordenação, as cláusulas são sintaticamente independentes; na subordinação, uma das cláusulas manifesta dependência sintática em relação à outra; na correlação, as duas cláusulas são sintaticamente interdependentes; na justaposição, há uma combinação/encaixamento de cláusulas, sendo um arranjo discursivo em que está ausente o articulador (DECAT, 2001).

Se pensa-se, como dito anteriormente, em uma possível natureza sintática interna ao vocábulo, manifestada na concatenação ordenada e hierarquizada de seus constituintes morfológicos (radical, afixos, vogais temáticas, desinências etc.), que, além de propriedades associadas ao eixo paradigmático, possuem aquelas que são mais avizinhadas ao eixo sintagmático, poder-se-ia interrogar em qual dos tipos de concatenação/articulação se encaixariam os principais processos de formação de palavras: a sufixação, a composição e a prefixação. Não é supérfluo

³⁰ “Diferentemente dos sufixos, que costumam modificar a estrutura argumental de suas bases lexicais, a maioria dos prefixos do espanhol mantêm os mesmos argumentos do predicado léxico a que se unem. Somente uns poucos prefixos produzem alguma alteração na estrutura argumental da base lexical, se bem que essas mudanças argumentais não se produzem de forma geral e sistemática em todas as palavras complexas que incluem o prefixo com esse valor semântico determinado. Há prefixos que acrescentam simplesmente um argumento (*Juan calla* > *Juan acalla los rumores*), com a possibilidade adicional de converter um complemento argumental do predicado simples em um argumento implícito, que pode ser omitido (*Juan vive en Madrid* > *Juan convive (em Madrid) con su novia*). Em outros casos, o prefixo modifica a projeção sintática do argumento do predicado simples, que pode ser um complemento obrigatoriamente regido (*El clavo ha pasado por la pared* > *El clavo ha traspasado la pared*; *El piloto vuela sobre el lago Ontario* > *El piloto sobrevuela el lago Ontario*) ou opcional, em cujo caso o converte em um complemento regido pelo predicado complexo (*Sacaron las bolas negras (de entre las blancas)* > *Entresacaron las bolas negras *(de entre las blancas)*).” (VARELA; MARTÍN GARCÍA, 1999, p. 4999, grifos dos autores, tradução nossa).

³¹ Exemplos como “benigno”, “circundar”, “contrário”, “entrannah”, “estrano”, “inferior”, “inferno”, “maldade”, “maligno” e “superior” levam a matizar essa generalização proposta por Gonçalves (2012), de que os prefixos nunca se comportam como o núcleo significativo do vocabulário, visto que, nesses exemplos, os prefixos (lexicalizados, deixe-se claro) realmente funcionam como cabeça semântica, comportando-se como morfemas lexicais básicos.

³² Por inserir-se no marco funcionalista, a proposta de Rodrigues, V. V. (2010) não adota o termo “oração”, mas, sim, o termo “cláusula”, entendida como uma unidade informacional que pode ou não ter um verbo. Adota também o termo “articulador” (simples, composto ou correlativo) em vez de “conjunção”, por considerar aquele mais amplo e mais adequado que este.

salientar que tal comparação entre arranjo de cláusulas e processos morfológicos aditivos de constituição vocabular é uma especulação inicial, um esboço e, como tal, é desprovida de qualquer pretensão de denotar afirmações categóricas sobre o que quer que seja. Trata-se, em suma, de uma comparação *lato sensu*, de caráter experimental.

Para proceder-se à comparação mencionada anteriormente, alguns ajustes precisariam ser feitos. Inicialmente, como se trata de categorias morfológicas, provavelmente seria mais adequado substituir os termos “principal” e “subordinado/a” (que se aplicam às cláusulas/orações integradas em uma articulação) pelos termos “nuclear” e “subsidiário” (ou “complementar”). No âmbito dessa proposta inicial de cotejo, talvez se possa pensar nas seguintes correspondências:

Figura 2: Esquema de correspondência dos tipos de articulação entre cláusulas (sintaxe) e dos tipos de articulação entre morfemas (morfologia lexical)

NOÇÃO	FENÔMENO SINTÁTICO	FENÔMENO MORFOLÓGICO
Independência entre os elementos relacionados	Coordenação	Composição
Dependência de um elemento em relação ao outro	Subordinação	Prefixação, Sufixação, Composição
Interdependência de um elemento em relação ao outro	Correlação	_____
Mera combinação entre elementos	Justaposição	Composição

Fonte: O autor.

A própria natureza semântica subsidiária dos prefixos leva a enquadrá-los como partículas envolvidas em um processo de “subordinação”, pois, por fornecerem uma informação semântica complementar ao núcleo mórfito das bases a que se coadunam, são a estas subordinadas semântica e sintaticamente (no sentido da cadeia sintagmática interna à formação léxica). Assim sendo, por exemplo, da mesma forma que no período “Ranulfo pediu que ela chegasse cedo” tem-se uma cláusula principal (“Ranulfo pede”) e uma cláusula substantiva objetiva direta (“que ela chegasse cedo”) a ela subordinada sintaticamente (e que a complementa semanticamente), nos derivados “desunião”, “extraterrestre”, “pró-governamental”, “rememorar” e “vice-prior”, tem-se um elemento principal/nuclear (as bases lexicais “união”, “terrestre”, “governamental”, “memorar”, “prior”) — que é cabeça semântica, morfológica e “sintática” da formação — e um elemento a ele subordinado, que lhe concede uma carga semântica subsidiária (nos exemplos, respectivamente, as noções de “privação”, “posição externa”, “posição ideológica favorável a”, “repetição”, “imediatamente inferior a”), desempenhando, como já dito anteriormente, um papel similar a um adjunto adnominal ou adverbial (em suma, um complemento).

Para as operações de adjunção sufixal também haveria um processo de dependência/subordinação entre os elementos da formação derivativa, mas com uma diferenciação em relação às operações com formantes prefixais: enquanto estes são dependentes semântica e “sintaticamente” das bases léxicas a que se aditam, aqueles seriam as cabeças (os núcleos) semântico-sintáticas dos esquemas derivativos, sendo as respectivas bases lexicais os complementos ou elementos “subordinados”. Para constatar-se isso, basta analisar morfossematicamente os

produtos derivacionais “cantor” (“o que canta”), “reciclagem” (“ação ou resultado de reciclar”), “alunado” (“conjunto de alunos”), “vespeiro” (“habitação de vespas”), em que são os radicais (*cant-, recicl-, alun-, vesp-*) os elementos que complementam o significado geral expresso pelo formativo sufixal (-*or*, -*agem*, -*ado*, -*eiro*).

Os processos morfológicos compostivos³³, por sua vez, poderiam corresponder, dependendo de cada caso, a processos sintáticos de correlação e justaposição, mas também (como os prefixos e sufixos) a processos sintáticos de subordinação. Isso corrobora o que expressa Varela (2005, p. 76) sobre a “sintaxe” do composto, já que: “Es posible reconocer ciertas relaciones entre los constituyentes del compuesto que reproducen, en el nivel léxico, las que se dan entre los constituyentes de la oración”³⁴. Em compostos (justapostos ou aglutinados) como “aguardente”, “guarda-costas”, “saca-rolhas”, “porta-bandeira”, “paraquedas”, “navio-escola”, “sofá-cama”, “lava-pés”, “olho-de-sogra”, “louva-a-deus”, “pernalta”, “rasga-mortalha”, “trinca-ferro”, “lobo-marinho”, “bolsa-família”, “música-tema”, “mesa-redonda” etc., manifesta-se uma relação de subordinação entre núcleo e complemento, com o núcleo à esquerda. Em vocábulos compostos como “norte-americano”, “vangloria”, “meio-dia”, “segunda-feira”, processa-se igualmente uma relação de subordinação entre núcleo e complemento, mas em uma ordem inversa (núcleo à direita, de forma similar ao que ocorre em operações prefixais). Há ainda casos de compostos que são coordenados, sem subordinação de um elemento ao outro, configurando uma associação morfolexical plasmada em uma disposição hierárquica, sintática e semântica sempre equipolente. É o caso dos itens “claro-escuro”, “surdo-mudo”, “vai-e-vem”, “histórico-cultural”, “econômico-financeiro”³⁵.

Nesta primeira aproximação a este tema da aplicação de uma perspectiva sintaticocentrista à esfera morfológica da língua, à formação de palavras, não foi detectada nenhuma operação morfolexical *stricto sensu* que corresponda ao que Rodrigues, V. V. (2010) comprehende como procedimento sintático de **correlação** na articulação entre cláusulas, visto que não se encontrou nenhum exemplo de formação morfológica derivativa ou compositiva em que haja uma interdependência sintático-semântica de um elemento mórfico em relação a outro e que demonstre uma similitude ao que ocorre em períodos como “Hoje eu economizo mais do que trabalhava”; “Quanto mais a conheço, tanto mais a amo”; “Trabalhou tanto que adoeceu”, nos quais os termos sublinhados nas cláusulas formam um par correlativo. Não obstante, se pensa em outros fenômenos lexicogenéticos, que extrapolam o campo morfológico, poderia ser considerado correspondente à correlação (interdependência de um elemento em relação ao outro) o *redobro total*, que, segundo Macêdo (1978), já ocorria no indo-europeu e no latim, fazendo-se presente em diversas outras línguas (francês, iorubá, nambiquara, mundurukú, siciliano etc.), entre as quais o português: “bate-bate”, “corre-corre”, “lambe-lambe”, “lengalenga”, “mexe-mexe”, “pega-pega”, “pula-pula”, “quebra-quebra”, “reco-reco” etc. A interdependência entre

³³ Faz-se aqui um recorte, considerando-se apenas os esquemas construcionais compostivos nos quais atuam **formas livres** da língua, deixando-se de lado (pelo caráter sintético deste estudo) aqueles esquemas em que há a participação de temas cultos de origem greco-latina (como em “cardioprotetor”, “filantropo”, “geofísico”, “herbívoro”, “musicólogo”, “necrófilo”, “pediatra”, “xenófobo” etc.).

³⁴ “É possível reconhecer certas relações entre os constituintes do composto que reproduzem, no nível lexical, as que se dão entre os constituintes da oração.” (VARELA, 2005, p. 76, tradução nossa).

³⁵ Varela (2005) apresenta exemplos da língua castelhana para os três tipos de enquadramento da composição: *guardameta* e *bocacalle* (subordinação, com núcleo à esquerda); *maniatar* e *terrateniente* (subordinação, com núcleo à direita); *aguanieve* e *compraventa* (coordenação).

as unidades redobradas deixa-se entrever na esfera semântica, pois, embora formas livres, o sentido iterativo só emerge mediante a associação entre os dois elementos repetidos.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explanado por Soledade (2012), as línguas apresentam-se como o entrelaçamento de subsistemas dinâmicos — que estão em constante processo de reestruturação —, sendo neles observáveis padrões gerais de organização de suas estruturas, manifestados, quanto ao léxico, principalmente, por meio dos processos de formação de palavras, que licenciam a produção e a interpretação de itens lexicais. “Más que conjuntos de palabras y reglas para combinar palabras, las lenguas son conjuntos de procedimientos semánticos y formales que permiten fabricar palabras, oraciones y textos.”³⁶ (MORERA, 2007, p. 1). As ilações expressas por esses dois linguistas levam a uma consideração do caráter precípua da formação de palavras (procedimentos semântico-formais ou, em outros termos, morfolexicais) na configuração lexicogênica e estrutural da língua, sendo um setor de intersecção e confluência entre distintos domínios do sistema linguístico, em movimento constante no devir histórico, cuja riqueza se concentra no fato de se poder construir com um número limitado de bases lexicais e com um número restrito de afixos — plasmados por regras e esquemas morfológicos de concatenação e combinação — um número infinito de palavras (BASILIO, 2004; MORERA, 2007; SOLEDADE, 2004; PENA, 1999; RIO-TORTO, 1998; FERREIRO, 1997).

Afirma Lopes (2013, p. 173) que “[...] o eixo morfológico da língua só se permite perscrutar de forma acurada em interatividade com os outros eixos constitutivos do sistema linguístico, como a fonologia, a semântica, o léxico, a sintaxe, o discurso e a pragmática”. O intuito que perpassou este artigo foi apresentar algumas reflexões sobre tais interações, sempre copiosas e multiformes, focalizando aquelas estabelecidas entre a morfologia lexical e a sintaxe, a filologia e a gramaticalização.

Ainda que se tenha a consciência, como Machado Filho (2014), de que os limites da estruturação vocabular (sejam semânticos, fônicos ou morfológicos e — por que não — discursivos e pragmáticos) são tênues, com uma essência nem sempre apreensível, como um objeto multifacetado, escorregadio e proteiforme, há de convir-se que uma perspectiva interdisciplinar, multitemática, que englobe diversas áreas dos estudos linguísticos e fomente uma integração e um diálogo profícua entre elas, serviria como lastro adequado para lidar-se cientificamente com um tema tão implexo como a formação de palavras, fenômeno de importância fulcral para a compreensão do léxico de uma língua e de sua tessitura temporo-espacial-cultural. Ainda que de forma elementar e ensaística, foi este o escopo primordial que perpassou a proposta de escrita destas laudas, vistas como escólios embrionários para uma visão integradora e multidimensional projetada sobre a lexicogênese de natureza morfológica, nomeadamente a operada mediante a prefixação.

³⁶ “Mais do que conjuntos de palavras e regras para combinar palavras, as línguas são conjuntos de procedimentos semânticos e formais que permitem construir palavras, orações e textos.” (MORERA, 2007, p. 1, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- ABADDE, C. M. de S. O campo lexical dos utensílios da culinária medieval a partir do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. In: CARDOSO, S. A. M.; MEJRI, S.; MOTA, J. A. (org.). **Os dicionários:** fontes, métodos e novas tecnologias. Salvador: Vento Leste, 2011. p. 249-270.
- ALBUQUERQUE, A. F. de. **A prefixação no léxico da publicidade na mídia escrita.** 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7664>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical:** os microssistemas prefixais do português contemporâneo. 2000. 594 f. Tese (Livre-Docência) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- AZEREDO, J. C. de. **Fundamentos de gramática do português.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BARRETO, T. M. M. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE:** linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 407-415. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- BASILIO, M. M. de P. **Formação e classes de palavras no português do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.
- BASILIO, M. M. de P. O léxico como conhecimento lexical: dados e estratégias. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012. *Hand-out* oferecido pela autora ao público assistente da Mesa-redonda “Léxico”, em 8 fev. 2012, Roraima. p. 1-2.
- BASSETTO, B. F. **Elementos de filologia românica:** história interna das línguas românicas. São Paulo: EDUSP, 2010. v. 2.
- BORBA, F. da S. **Organização de dicionários:** uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CAETANO, M. do C. A meio caminho entre a derivação e a composição. **Estudos linguísticos**, n. 5, p. 131-140, 2010. Disponível em: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-C.-Caetano-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- CAMPOS, L. S. É o prefixóide um item lexical em processo de gramaticalização? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001. Fortaleza, **Anais** [...]. Fortaleza: ABRALIN, 2001. p. 323-325. v. 2.
- CAMPOS, L. S. O emprego do *não* como prefixo *versus* processos tradicionais de antonímia. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 6., 2002. Feira de Santana, **Anais** [...]. Feira de Santana: CNELL, 2002. p. 1-7.
- CAMPOS, L. S. **A negação prefixal na história da língua portuguesa.** 2004. 360 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia,

Salvador, 2004a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/28698/1/TESE%20Campos%2C%20Lucas%20Santos.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CAMPOS, L. S. As primeiras ocorrências do emprego do *não* como prefixo. In: JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 20., 2004. João Pessoa, **Anais** [...]. João Pessoa: JNELL, 2004b. p. 1-10.

CAMPOS, L. S. O desempenho do *não* como prefixo no português brasileiro contemporâneo. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004c. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/135/4/Do%20portugues%20arcaico%20ao%20portugues%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

CAMPOS, L. S. A negação prefixal nas *Cartas da Bahia* do Pe. Antonio Vieira. **Estudos linguísticos e literários**, n. 35-36, p. 147-155, jan./dez. 2007.

CAMPOS, L. S. O desenvolvimento do prefixo *não*. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 247-271. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/191>. Acesso em: 2 dez. 2018.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 19, p. 25-64, mar. 1997.

CASTILHO, A. T. de. Linguística cognitiva e tradição funcionalista. **Estudos Linguísticos**, n. 32, p. 1-8, 2002.

CASTILHO, A. T. de. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2003. p. 223-296. v. 6, tomo 1.

CASTILHO, A. T. de. O problema da gramaticalização das preposições no *Projeto para a História do Português Brasileiro*. **Estudos lingüísticos**, n. 33, p. 982-988, 2004. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunicos/o_problema_gramaticalizacao.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

CASTILHO, A. T. de. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: CASTILHO, A. T. de et al. (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Homenagem a Mary A. Kato. Campinas: Pontes; Fapesp, 2007. p. 329- 360.

CASTILHO, A. T. de. Mudança linguística multissistêmica. In: TRAVAGLIA, C.; MAGALHÃES, J. S. (org.). **Múltiplas perspectivas em linguística**: coletânea de trabalhos apresentados no 11º Simpósio Nacional de Letras e Linguística e no 1º Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia: Ed. da UFU, 2008. p. 505-518. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_510.pdf. Acesso em: 14 nov. 2014.

CASTILHO, A. T. de. An approach to language as a complex system. In: CASTILHO, A. T. de. (org.). **História do Português de São Paulo**. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009. p. 119-136.

CASTILHO, A. T. de. Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização. In: HORA, D. da; ROSA FILHO, C. (org.). **Para a História do Português Brasileiro**. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária, 2010. p. 272-283. v. 8.

CASTILHO, A. T. de. Construção coletiva de gramáticas descritivas: refletindo sobre a experiência brasileira. **Revista da ABRALIN**, n. especial, p. 13-31, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32343/20543>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CAVALIERE, R. S. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EDUFF, 2000.

CHAGAS, P. A mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-163.

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 113-158.

CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola, 2012.

COSTA, S. B. B. Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 47-66. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/135/4/Do%20português%20arcaico%20ao%20português%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

COSTA, S. B. B. **Adverbiais espaciais e temporais do português**: indícios diacrônicos de gramaticalização. 2003. 416 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COSTA, S. B. B. Fontes lexicais de adverbiais espaciais e temporais portugueses. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 77-99.

COSTA, S. B. B. Adverbiais espaciais e temporais portugueses: trajetos léxico-semânticos. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 417-440.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Ariel, 1999.

CUNHA E SOUZA, H. F. Edições e suportes: *A Vida e Feitos de Júlio César* do papel ao digital. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FIOLÓGICOS, 2., 2007. Salvador, *Anais* [...]. Salvador: Quarteto, 2007. p. 253-258.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N. et al. (org.). **Aspectos da gramática do português**: uma abordagem funcionalista. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166. v. 5.

DELANCEY, S. Grammaticalization: from syntax to morphology. In: BOOIJ, G. et al. (org.). **Morphologie**: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung. Berlin; New York: De Gruyter, 2000. p. 1590-1599.

DEPUYDT, E. **Los prefijos de intensificación en español**: archi-, extra-, super- y ultra-. 2009. 120 f. Dissertação (Master in de Taal — en Letterkunde) — Faculteit Letteren en Wijsbegeerte, Universiteit Gent, Gent, 2009. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/RUG01/001/414/729/RUG01-001414729_2010_0001_AC.pdf. Acesso em: 4 out. 2013.

DIVINO, R. G. F.; PIRES, J. A. O. Formação de palavras e visões alternativas nas relações morfossintáticas. **Episteme Transversalis**, Volta Redonda, v. 9, n. 2, p. 76-93, 2018. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/982>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DUARTE, P. M. T. O *não*: formador de palavras em português? **Revista do GELNE**, Natal, v. 1, n. 2, p. 67-70, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9263>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ECO, U. **Da árvore ao labirinto**. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.

EVANS, V. **A Glossary of Cognitive Linguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

FERNÁNDEZ JAÉN, J. Cambio semántico, teoría de prototipos y gramaticalización: un acercamiento. In: CONGRESO NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE JÓVENES INVESTIGADORES DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 8., 2008. Barcelona, **Actas** [...]. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2009. p. 67-71.

FERREIRA, P. S. **Edição dos documentos dionisinos do livro 2º das Inquirições de Afonso XIII**: edição crítica de textos medievais não literários em língua portuguesa. 2003. xli f. + 196 f. Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRO, M. **Gramática histórica galega**: lexicoloxía. Santiago de Compostela: Laioveneto, 1997.

FLOOD, R.L.; CARLSON, E. R. **Dealing with complexity**: an introduction to the theory and application of systems science. New York: Plenum Press, 1988.

GARCÍA PLATERO, J. M. Consideraciones sobre la formación de palabras en español. E.L.U.A., Alicante, n. 12, p. 69-78, 1998. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/6328>. Acesso em: 4 out. 2013.

GONÇALVES, C. A. V. Compostos neoclássicos: estrutura e formação. **ReVEL**, [s.l.], edição especial, n. 5, p. 6-39, 2011a. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_5_compostos.pdf. Acesso em: 26 jul. 2013.

GONÇALVES, C. A. V. Composição e derivação: polos prototípicos de um *continuum?* Pequeno estudo de casos. **Domínios de lingu@gem**, Uberlândia, v. 5, n. 2, jul./dez. 2011b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/13644>. Acesso em: 30 ago. 2013.

GONÇALVES, C. A. V. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma velha polêmica. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 56-90, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22625>. Acesso em: 11 out. 2013.

GONÇALVES, C. A. V. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016a.

GONÇALVES, C. A. V. **Morfologia construcional**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016b.

GRAS, P. **Gramática de construcciones en interacción**: propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación en español. 2010. 581 f. Tese (Doctorado en Filología Española) — Facultat de Filología, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2010. Disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/1716#page=1>. Acesso em: 30 ago. 2017.

GROSSMANN, M.; RAINER, F. (org.). **La formazione delle parole in italiano**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2004.

HEINE, B.; ULRIKE, C.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**: focus on types of grammatical markers. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IACOBINI, C. Prefissazione. In: GROSSMANN, M.; RAINER, F. (org.). **La formazione delle parole in italiano**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2004. p. 98-163.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Humanismo, ciencia y lingüística (cognitiva): ¿incompatibles o complementarios? In: QUEROL BATALLER, M. (Ed.). **El futuro de las humanidades**: II volumen de artículos en homenaje al profesor D. Ángel López García. Valencia: Servei de Publicacions de la Universitat de Valencia, 2010. p. 49-69.

JACOB, L. P. *Não-* derivação ou *não-* composição? Apontamentos sobre as formas *não-X*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1., 2010. Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM-PLE, 2010. p. 1-10.

KASPER, H. **O processo de pensamento sistêmico**: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência proposto. 2000. 291 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/9013>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (org.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdan/Philadelphia: Jonh Benjamins, 1982. p. 17-92.

LAMIROY, B. La teoría de la gramaticalización y sus aplicaciones en las lenguas románicas. E.L.U.A., Alicante, n. extra 2, p. 245-266, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16363032.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar:** Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LEHMANN, C. Grammaticalization and related changes in contemporary German. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to grammaticalization.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 493-535.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. **Lingua e Stile**, [s. l.], n. 20, p. 308-318, 1985.

LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization:** a programmatic sketch. Cologne: Institut für Sprachwissenschaft, 1982. v. 1.

LOPES, M. **A prefixação na primeira fase do português arcaico:** descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV. 2013. 2v. 943 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15537>. Acesso em: 13 dez. 2015.

LOPES, M. **Estudo histórico-comparativo da prefixação no galego português e no castelhano arcaicos (séculos XIII a XVI):** aspectos morfolexicais, semânticos e etimológicos. 2018. 2430 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura; Doutoramento em Linguística do Português) — Instituto de Letras/Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia/Universidade de Coimbra, Salvador/Coimbra, 2018. 5 v. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29879>. Acesso em: 3 dez. 2019.

LOPES, M. Prefixos, prefixoides, pseudoprefixos: uma proposta de refinamento terminológico-conceitual para os elementos afixais da margem esquerda do vocábulo. In: SEPEXLE – SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM LETRAS DA UESC, 6., 2014. Ilhéus, **Anais** [...]. Ilhéus: UESC, 2014. p. 211-222. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/sepxle/visepxle/anais_visepxle2014.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

LOPES, M.; SOLEDADE, J. Algumas considerações gerais atinentes ao fenômeno da prefixação na primeira fase do português arcaico (séculos XII-XIV). **Cadernos do NEMP**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 61-77, 2013. Disponível em: <https://www.nemp-rj.com/cadernos-5-1>. Acesso em: 22 dez. 2015.

MACÊDO, J. O redobro: um processo natural da linguagem? **Universitas**, Salvador, n. 19, p. 45-60, 1978. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1226>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MACHADO FILHO, A. V. L. “Aquisse começa huū exēplo perque pode homē entēder algūas diferenças antre doux manuscritos que de consuū tratam da vida de Tassis molher que foy muy pecador”. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 4, p. 69-95, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59691>. Acesso em: 22 dez. 2015.

MACHADO FILHO, A. V. L. **Um Flos Sanctorum do século XIV:** edições, glossário e estudo lingüístico. 2003. 1109 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

- MACHADO FILHO, A. V. L. **Diálogos de São Gregório**: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: EDUFBA; Mosteiro de São Bento da Bahia, 2008.
- MACHADO FILHO, A. V. L. **Um Flos Sanctorum trecentista em português**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009a.
- MACHADO FILHO, A. V. L. Relativa unidade da língua. **A Tarde**, Salvador, 7 mar. 2009b. Caderno Especial, p. 3.
- MACHADO FILHO, A. V. L. Lexicografia histórica e questões de método. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 381-389. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- MACHADO FILHO, A. V. L. **Pequeno vocabulário do português arcaico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2014.
- MAIA, C. de A. Linguística histórica e filologia. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-542. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- MARQUILHAS, R. Níveis de alfabetização na sociedade portuguesa seiscentista. In: MARQUILHAS, R. (org.). **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal, séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000. p. 83-140.
- MARTIN, R. **Para entender a linguística**: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.
- MATEUS, M. H. M. Saudação. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-18. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia. São Paulo: Contexto; Bahia: EDUFBA, 1991.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Edouard Champion, 1948 [1912].
- MENDES, A. Processos de gramaticalização. In: RAPOSO, E. P. et al. (Ed.). **Gramática do português**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013. p. 247-293. v. 1.
- MINUSSI, R. D.; NÓBREGA, V. A. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 161-184, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/07/09-Minussi_Nobrega-1.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

MÓDOLO, M. Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas ‘sem cabeça’: o caso do que consecutivo. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 441-451. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MÓDOLO, M.; BRAGA, H. Uma teoria brasileira do idioma: professor da USP apresenta uma sedutora e abrangente proposta de análise da mudança linguística para o português brasileiro. **Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 78, p. 26-27, 2012.

MORERA, M. **La gramática del léxico español**. Badajoz: Abecedario, 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NASCIMENTO, A. K. G. **De ‘ídólatra’ a ‘chocólatra’**: uma análise morfossemântica das construções em X-latram. In: CASTILHO — CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012. Painel exposto pela autora ao público assistente do congresso, em 8 fev. 2012.

OLIVEIRA, M. M. da S. de. Análise de prevérbios e prefixos, oriundos de preposições latinas, utilizados na formação de verbos, substantivos e adjetivos a partir das bases *-fer-* e *-lat-*. **Marginahlia**, [s.l.], n. 2, p. 35-47, jul./dez. 2007.

PENA, J. La palabra: estructura y procesos morfológicos. **Verba**, Santiago de Compostela, n. 18, p. 69-128, 1991.

PENA, J. Partes de la morfología: las unidades del análisis morfológico. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa, 1999. p. 4305-4366.

PENA, J. Sobre la definición del morfema. **LEA**, Madrid, n. XVII, v. 2, p. 129-141, 1995.

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

POGGIO, R. M. G. F. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português**: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDUFBA, 2002.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española — NGLE**. Madrid: Espasa, 2009. v. 1.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional**: teoria e aplicação ao português. Porto: Porto, 1998.

RIO-TORTO, G. M. Prefixação. In: RIO-TORTO, G. M. et al. (coord.). **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 411-459.

RODRIGUES, A. F. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G. et al. (coord.). **Gramática derivacional do português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 35-133.

RODRIGUES, C. V. Derivados verbais construídos com prefixos de localização duas regras? **Graphos**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 7-20, 2000.

RODRIGUES, V. V. (Org.). **Articulação de orações**: pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ROMANELLI, R. C. **Os prefixos latinos**: da composição verbal e nominal, em seus aspectos fonético, morfológico e semântico. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1964.

SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, P. Alternancia entre el lexema con y sin prefijo en castellano medieval: el verbo. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2., 1992, Madrid. **Actas** [...]. Madrid: Pabellón de España, 1992. p. 1323-1336. v. I. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/7216>. Acesso em: 11 jan. 2013.

SANDMANN, A. J. **Morfologia geral**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

SANTOS, A. V. Do composto sintagmático ao lexema aglutinado: consequências morfológicas e sintáticas. In: MATTOS E SILVA, R. V.; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (org.). **Várias navegações**: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 239-258. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17758>. Acesso em: 22 maio 2020.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURGE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, L. C. C. **Prefixos latinos de movimento**: um estudo morfológico e lexicográfico. 2006. 184 f. Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103589>. Acesso em: 8 set. 2012.

SOLEDADE, J. A antropônímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T. et al. (org.). **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 323-336. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SOLEDADE, J. **Para um entendimento da morfologia lexical da língua portuguesa a partir de Guimarães Rosa**. 1999. 150 f. Monografia (Bacharelado em Letras) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SOLEDADE, J. **Semântica morfolexical**: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico. 2004. 575 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. 2 v.

STEIN, G. Zur Typologie der Suffixentstehung: Französisch, Englisch, Deutsch. **Indogermanische Forschungen**, Berlin, n. 75, p. 131-165, 1970.

SWIGGERS, P. Filologia e lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. Tradução de Lineide do Lago Salvador Mosca. **Filologia e lingüística portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 5-18, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59656>. Acesso em: 25 jan. 2015.

TELLES, C. M. Achega ao vocabulário de cozinha. In: CARDOSO, S. A. M.; MEJRI, S.; MOTA, J. A. (org.). **Os dicionários**: fontes, métodos e novas tecnologias. Salvador: Vento Leste, 2011. p. 371-393.

TELLES, C. M. Mudanças lingüísticas e crítica textual. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 25/26, p. 91-119, jan./dez. 2000.

VARELA, S. **Morfología léxica**: la formación de palabras. Madrid: Gredos, 2005.

VARELA, S.; MARTÍN GARCÍA, J. La prefijación. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa, 1999. p. 4993-5040.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

VILELA, M. A formação de palavras: componente independente ou apenas subcomponente? **Línguas e Literaturas**, Porto, v. 3, p. 31-52, 1986. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/rll/article/view/8469>. Acesso em: 29 ago. 2020.

VILLALVA, A. **Morfologia do português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2011 [1974]. v. 1. Disponível em: cfile205.uf.daum.net/attach/2744C33754D5B4E31DF586. Acesso em: 12 fev. 2013.

ZANOTTO, N. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: set. 2020.

DESCRIÇÃO QUALITATIVA DA CONCORDÂNCIA VERBAL: A ALTERNÂNCIA PRONOMINAL ENTRE NÓS E A GENTE

QUALITATIVE DESCRIPTION OF VERBAL AGREEMENT: PRONOMINAL ALTERNANCE BETWEEN NÓS AND A GENTE

João Miguel Lahoz Rinaldi*

Unesp/Ibilce

João Wilson Lima e Silva**

Unesp/Ibilce

Rafael Gardiolo***

Unesp/Ibilce

Renata dos Santos Martins Alves****

Unesp/Ibilce

Vinícius Troncoso*****

Unesp/Ibilce

Gustavo da Silva Andrade*****

Unesp/Ibilce

Resumo: Revisitando a literatura gramatical (CUNHA; CINTRA, 2001; PERINI, 2005; BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011), contraposta a outros estudos, como os de Souza (2017), de Tarallo (1985) e de Monteiro (2008), este artigo objetiva discutir a Alternância Pronominal (AP) entre nós e a gente, juntamente com a Concordância Verbal (CV), a fim de descrever o comportamento de um único falante, atingindo certo grau de homogeneidade linguística. Para tanto, selecionamos, por amostragem aleatória, um inquérito do banco de dados Iboruna (GONÇALVES, 2007). Identificamos uma preferência pelo uso do a gente em relação ao nós e ao sujeito oculto; no entanto, nas ocorrências do uso do pronome pessoal nós, há preferência do informante pelo tempo verbal em forma coloquial, pois se apresenta por pretérito perfeito.

Palavras-chave: Concordância Verbal. Sociolinguística. Português Falado. Iboruna. Nós/A gente.

* Graduando em Letras (Português/Italiano) pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus de São José do Rio Preto (Ibilce). E-mail: jomiguelar42@gmail.com.

** Graduando em Letras (Português/Inglês). E-mail: jwlima.2012@gmail.com.

*** Graduando em Letras (Português/Inglês). E-mail: gardiolocampos@outlook.com.

**** Graduanda em Letras (Português/Inglês). E-mail: renataalves.rp@hotmail.com.

***** Graduando em Letras (Português/Italiano). E-mail: viniciustroncoso97@gmail.com.

***** Doutorando em Estudos Linguísticos. E-mail: gustavo.s.andrade@unesp.br.

Abstract: Revisiting the grammatical literature (CUNHA; CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2011; BECHARA, 2009; PERINI, 2005), opposed to other studies, e.g. Souza (2017), Tarallo (1985) and Monteiro (2008), this article aims to present a description of alternation between verb agreement patterns between personal pronouns nós ('we') and a gente ('we'). For this purpose, we selected, by random sampling, an inquiry from the Iboruna database (GONÇALVES, 2007). We identified a preference for the use of a gente in relation to nós and to the elliptical subject; however, in the occurrences of the use of the personal pronoun nós, there is a preference by the informant for the verbal time in colloquial form, because it is presented as present perfect.

Keywords: Verb Agreement. Sociolinguistics. Spoken Portuguese. Iboruna. Nós/A gente.

INTRODUÇÃO

Parecer haver consenso quanto à definição da Concordância Verbal (de agora em diante, CV) nas gramáticas prescritivas do português. Rocha Lima (2011) define a CV como a relação, em número e em pessoa, desencadeada, em uma oração, pelo núcleo do sujeito no verbo. De acordo com Cunha e Cintra (2001), o fenômeno de CV caracteriza-se como a alternância do verbo para concordar com o sujeito em número e em pessoa.

No Português Brasileiro (doravante, PB), a variação no uso da CV parece estar diretamente relacionada à desigualdade social presente no país. Variantes utilizadas pelas classes mais abastadas tendem a ser consideradas como privilegiadas e, algumas vezes, prescritas como a "forma correta" em livros didáticos. Por sua vez, as variantes utilizadas pelas classes socialmente marginalizadas tendem a sofrer com o estigma da sociedade. Dessa forma, a compreensão das desigualdades sociais tem, como fator necessário, a análise linguística.

Monteiro (2008) divide as variantes em *estigmatizadas* e em *não estigmatizadas*. Estas são construções aceitas pela sociedade; aquelas, em sua maioria, não são aceitas socialmente, por estarem relacionadas a camadas mais marginalizadas e/ou excluídas.

Se um falante é um camponês ou mora numa favela, se é analfabeto ou de baixo nível de escolaridade, é lógico que sua maneira de falar não será a mesma que a das pessoas que se situam no ápice da pirâmide social. Em todos os níveis linguísticos se manifesta essa distância: na fonológica, no léxico, na sintaxe. Ele provavelmente usará formas como *vrido*, *pranta*, *expilicar* e *musga* ou construções do tipo *nós veve*, *ele viu eu*, *eu se danei* etc. E, com isso é mais discriminado ainda pela sociedade (MONTEIRO, 2008, p. 65).

No entanto, tais variantes não podem ser analisadas, desconsiderando-se seu contexto social. Isso porque muitas construções, tidas como estigmatizadas pela Gramática Normativa, não o são por seus falantes em seu núcleo familiar, por exemplo.

Este artigo apresenta uma análise qualitativa da CV, instanciada pela Alternância Pronominal (AP, de agora em diante) entre formas alternantes de primeira pessoa do plural (*nós/a gente*). É preciso destacar que, no que tange a esse fenômeno linguístico, é possível analisá-lo sob três perspectivas, quais sejam: (i) considerando-se, apenas, a CV; (ii) considerando-se, apenas, a AP; ou, ainda, (iii) considerando-se o entrecruzamento dessas duas variáveis. Neste trabalho, optamos por um recorte qualitativo da CV, considerando-se a AP como um fenômeno *a priori*.

e não controlado neste trabalho. Para tanto, utilizamos um único inquérito (o que possibilita analisar, efetivamente, os contextos de alternância) da Amostra Censo (daqui em diante, AC), compilada no Banco de Dados Iboruna (GONÇALVES, 2007), representativa do século XXI, o qual reúne amostras de fala espontânea do português falado no noroeste paulista.

O inquérito usado conta com apenas dezoito (18) ocorrências dos pronomes estudados, o que viabiliza certo grau de detalhamento, justificando o recorte referente à descrição qualitativa dos elementos. À guisa de conclusão, parece haver uma preferência do uso de *a gente* em detrimento de *nós* e, no contexto de informalidade da Narrativa Recontada (NR),¹ a forma *nós* vem demarcada por CV formada com o pretérito perfeito.

Expostos nossos objetivos e, brevemente, os resultados parciais, este trabalho organiza-se em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam nossa discussão, além de problematizarmos a definição da CV entre as gramáticas descritivas e prescritivas (CUNHA; CINTRA, 2001; PERINI, 2005; BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011). A segunda seção pauta-se em uma explicação da CV à luz da teoria variacionista. Seguem-se, na terceira seção, os métodos utilizados e, na quarta seção, mostramos os resultados. Por fim, apresentamos nossas considerações e as referências utilizadas.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para analisar a variação da CV entre *nós* e *a gente*, é preciso revisar a literatura, a fim de identificar os critérios suficientes e necessários para a construção de uma definição concisa e coerente da CV. Para Cunha e Cintra (2001), a concordância é explicada em termos de uma relação desencadeada.

Solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 496).

Bechara (2009) coaduna com a definição de Cunha e Cintra (2001), expandindo-a para casos de CV em que se relaciona o predicativo na oração. Isto é, “[...] [a] concordância verbal [...] se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração” (BECHARA, 2009, p. 441).

Perini (2005) problematiza as conceitualizações da CV nas gramáticas prescritivas. Entretanto, o próprio autor comprehende a necessidade de escolha das gramáticas por conceitos cristalizados, a fim de um norteamento metodológico que possibilite extrair regras gerais de CV. Até mesmo a expansão do predicativo para orientação da CV é desconstruída, uma vez que as normas gramaticais não conseguem agrupar toda forma de CV no PB.

Já a solução proposta aqui entende a concordância como um sistema de filtros (independentemente motivados) que suprime certas estruturas por apresentarem má formação de algum tipo. É importante enfatizar que esses filtros nunca são

¹A Narrativa Recontada é a reprodução de fato alegre ou triste ocorrido com outrem, sem envolvimento do informante (GONÇALVES, 2019, p. 287).

específicos dos casos de concordância verbal, mas são necessários na gramática de qualquer maneira (PERINI, 2005, p. 192).

Nota-se que esse problema é facilmente observado nos traços de variedades com maior prestígio. No caso do vernáculo, a norma é ainda mais problemática.

Acontece que o “erro de concordância” não é uma decorrência direta do mecanismo da concordância, mas de outros fatores gramaticais — em outras palavras, o “erro de concordância” em si não existe. Trata-se, antes, da violação de certos filtros e restrições independentes do mecanismo da concordância (PERINI, 2005, p. 189).

Resumidamente, Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009) apontam as contradições entre os usos de vernáculo com a prescrição gramatical: indicam apenas como erro as variedades de CV do informante, enquanto Perini (2005) indica a problemática de apontar as variedades de CV como violações ou com erros sem a análise e sem a descrição das ocorrências.

Os gramáticos prescritivos supracitados refletem que a omissão do sujeito (atestada por sua repetição), por meio da concordância e do sujeito oculto, parece justificar a concordância como mecanismo de economia linguística e de coesão e de coerência textuais (cf. KOCH, 1990; 1996). Para Cunha e Cintra (2001, p. 496), a concordância evita repetição do sujeito, marcando-o por meio da flexão em número e em pessoa. Significa dizer que até mesmo normas prescritivas possuem suas intersecções com o vernáculo do informante. Portanto, é mister a necessidade de descrição de cada ocorrência a partir de regras prescritivas, seja para traçar problemáticas como até mesmo intersecções.

Para os gramáticos prescritivos, via de regra, se houver um único sujeito, “[...] o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 497). Quando a oração tem dois ou mais sujeitos, os autores apresentam variabilidade da regra.

O verbo que tem mais de um sujeito (SUJEITO COMPOSTO) vai para o plural e, quanto à pessoa, irá:

- a. para a 1^a pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar uma da 1^a pessoa [...]
- b. para a 2^a pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1^a pessoa, houver um da 2^a [...]
- c. para a 3^a pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3^a pessoa. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 497-498).

Quanto à utilização de *nós*, como pronome prototípico de primeira pessoa do plural, os autores apontam tratar-se de um subtipo de pronome pessoal, caracterizado por denotar aquele que fala (cf. BENVENISTE, 1976), além da noção de pluralidade, que pode incluir ou não o falante (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 276). Os autores concluem que o uso do pronome *nós* desencadeia relações de concordância. “Dizemos que um verbo está no singular quando ele se refere a uma só pessoa ou coisa e, no plural, quando tem por sujeito mais de uma pessoa ou coisa” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 380).

Quanto à concordância com a pessoa, os autores apontam ainda que o verbo possui três pessoas, diretamente relacionadas com a pessoa gramatical que atua como seu sujeito. “A

primeira pessoa é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular) e *nós* (plural)" (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 380).

Quanto a *a gente*, Cunha e Cintra (2001, p. 214) identificam seu uso como sendo coloquial, i.e., "[...] emprega-se *a gente* por *nós*, e, também, por *eu*". Significa dizer que *a gente* é utilizado como forma de primeira do plural, mesmo que, quanto à concordância, difira de *nós*: "[...] o verbo deve ficar sempre na 3^a pessoa do singular" (*ibid*).

TEORIA DA VARIAÇÃO

A concordância ideológica desencadeada entre *a gente* e o sintagma verbal, i.e., quando o falante constrói frases como "*a gente vamos*", acontece devido à ideia de pluralidade que o pronome pessoal carrega e como ele faz a concordância verbal (apenas com verbos na 3^a pessoa do singular). O inverso ocorre com o pronome pessoal *nós*, que, apesar de carregar a pluralidade, faz concordância verbal com verbos na 1^a do plural, como indicou Rubio (2011) em sua análise de PB e Português Europeu (PE).

Nas variedades do PB e mesmo do português europeu (PE, daqui em diante), a inclusão de novas formas de menção às pessoas do discurso reelaborou o quadro pronominal e de CV, o que ocasionou como resultado a falta de correspondência entre mesma pessoa e desinência verbal (RUBIO, 2011, p. 2).

Falantes dentro do extrato social marginalizado tendem a fazer concordância ideológica, enquanto aqueles que têm maior nível de instrução utilizam formas mais próximas daquelas previstas pela gramática prescritiva, como orienta Pacheco (2018).

Posteriormente houve uma mudança linguística em que *a gente* transformou-se em pronome de primeira pessoa do plural ("tolerável"), ainda não totalmente gramaticalizado, principalmente se levarmos em consideração que a expressão *a gente podemos* é estratificada socialmente no português brasileiro e, portanto, não é um traço gradual das variedades linguísticas do Brasil. Esse caso é mais estigmatizado e menos recorrente no português brasileiro do que no português europeu ("proscrito") (PACHECO, 2018, p. 232).

A perspectiva variacionista prevê, entretanto, a heterogeneidade na língua, uma vez que, como pontua Tarallo (1985), considera o "caos" linguístico como um objeto de estudo e de análise, o qual surge do embate entre variantes linguísticas. Dessa forma, a noção de que todos os falantes interagem de forma igual cai por terra. Labov (2008 [1972]) afirma que a língua é heterogênea e diversificada; posicionamento esse que é retomado por Tarallo (1985) e, também, por Monteiro (2008), ao afirmar que "[...] uma das tarefas da sociolinguística é descrever as línguas em sua diversidade funcional e social" (MONTEIRO, 2008, p. 39).

Segundo Labov (1972), o pesquisador na área de sociolinguística analisa o vernáculo, sendo descrito como "[...] o estilo em que é mínima a atenção voltada para o discurso, isto é, a fala mais espontânea possível" (MONTEIRO, 2008, p. 49).

Portanto, o presente artigo, sendo uma investigação no campo da sociolinguística, "[...] deverá partir de registros de fala" (MONTEIRO, 2008, p. 85), i.e., analisamos as ocorrências

retiradas de um inquérito produzido a partir da narrativa de um informante sobre as suas experiências pessoais.

Quanto ao presente estudo, a CV parece ser instanciada no PB a partir da AP entre as formas *nós* e *a gente*; as quais estão em contexto de variação, correspondendo a variantes linguísticas que são “as formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto” (MONTEIRO, 2008, p. 59). De modo que, ao invés de considerar como desvio aquilo que foge do que dita a Gramática Normativa, tomamos como base a afirmação de que “[...] a cada variante correspondem certos contextos que a favorecem” (TARALLO, 1985, p. 36). Esses contextos podem ser linguísticos ou extralingüísticos, como “[...] formalidade vs. informalidade do discurso, o nível socioeconômico do falante, sua escolaridade, faixa etária e sexo” (TARALLO, 1985, p. 46), dentre outros.

Na próxima seção, à luz dessas breves considerações, indicamos os métodos utilizados neste trabalho e que seguem uma análise qualitativa da ocorrência da concordância verbal.

MÉTODOS

Para elaboração do artigo, utilizamos o banco de dados Iboruna, acerca do português falado no noroeste paulista, resultado do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP), financiado pela FAPESP e desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de São José do Rio Preto, sob supervisão do Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (Unesp/Ibilce). Esse banco de dados é formado pela AC, em que cada entrevista corresponde a cinco arquivos sonoros, diário de campo, ficha social do entrevistado e transcrição ortográfica da entrevista. Também é formado pela Amostra de Interação Dialógica (AI), coletada secretamente em situação de interação social, com um arquivo de áudio correspondente, diário de campo, ficha com dados do entrevistado e transcrição ortográfica da conversa.

A análise foi produzida a partir de uma AC, sendo a escolha metodológica do uso de dados do Iboruna justificada pelo conflito entre as variações *nós* e *a gente* no contexto do português falado no noroeste paulista. São estabelecidas, no artigo, as variantes-padrão (presença de concordância), a partir dos estudos prescritivos de Cunha e Cintra (2001) e, ainda, Rocha Lima (2011), para determinar o que seria julgado como “correto” por classes abastadas e quase sempre se apresenta como conservadora, aquilo que tenta esbarrar a novidade, manter formas cristalizadas no contexto da comunidade e, ainda, tende a possuir o maior prestígio social entre os falantes. Já as variantes não-padrão retiradas do vernáculo utilizado pelo entrevistado são as inovadoras, com menor prestígio social. No substrato da pesquisa, a concordância verbal é identificada a partir da AP entre *nós* e *a gente* e da relação tempo-verbal no discurso do informante.

Tarallo (1985) afirma que, em fenômenos específicos das variações, em determinadas comunidades, pode não ser verificada uma clara e cristalizada dicotomia de inovação estigmatizada e de conservação prestigiosa, i.e., os dados coletados sobrepõem-se às hipóteses do pesquisador.

Realizamos uma investigação qualitativa, a partir de um inquérito do *corpus* Iboruna. Tal análise, mesmo que compreenda apenas um único informante, não prejudica a qualidade da descrição, pois atingimos um certo nível de homogeneidade. Possibilita-nos, também, considerar o efetivo contexto social-econômico-geográfico.

Dentro do escopo de coletas de dados, vale ressaltar a problemática no gênero *entrevista: o paradoxo do pesquisador* (cf. LABOV, 1976). Os dados podem ser comprometidos a partir da interferência do entrevistador para com os entrevistados, “ora estando presente o investigador, o falante se expressa com algum grau de formalidade e, por conseguinte, sua fala não será espontânea” (MONTEIRO, 2008, p. 33). Uma forma possível descrita por Tarallo (1985) para tentar amenizar essa problemática é propor coleta a partir de narrativas de experiência pessoal, posto que o informante se preocupa em manter entretido o interlocutor e, assim, é menos cuidadoso ao utilizar as variantes com maior prestígio, aproximando-se de seu vernáculo.

A observância do paradoxo do observador foi o respaldo determinante para a escolha metodológica na utilização dos dados do Iboruna, pois a forma que as entrevistas são conduzidas, a partir de perguntas pessoais do entrevistador para com o informante, condiz com as decisões de coleta de dados e análise presente neste artigo.

Como já mencionado, analisamos um inquérito da AC. A seleção foi motivada por uma amostragem aleatória: utilizamos o software Bioestat para selecionarmos um inquérito para a análise e para as análises estatísticas. O informante é um homem, na faixa etária entre 16-25 anos, originário de São José do Rio Preto, cuja escolaridade vai até o primeiro ciclo do ensino fundamental e de renda familiar de até dois salários mínimos.

Através do estudo dos áudios e da transcrição da entrevista, ambos disponíveis no site do Iboruna, analisamos a CV, considerando, também, a AP entre *nós* e *a gente*. Sendo assim, as ocorrências no inquérito foram levantadas e quantificadas. Mesmo em se tratando de um trabalho qualitativo, a análise quantitativa é possível e contribui para os estudos da CV e da AP no PB: permite comparar dados de uma amostra como um todo (a AC do Iboruna) com dados de um único falante.

Os gráficos foram confeccionados para instrumentalizar as ocorrências, e não para aferir o uso de *nós* e *a gente* em contexto social-geográfico-econômico do falante. O artigo é resultado de análise de dados de um único inquérito, sendo impossível configurar qualquer tipo de resultado conclusivo sobre a disputa das variantes. Contudo, os gráficos e a instrumentalização desses dados auxiliam e corroboram para futuros artigos com intenção de determinar os usos das variantes no contexto extraído pelo Iboruna.

Nossas análises consideram, em certa medida, a noção de *erro* expressa pela gramática tradicional. Camacho (1988) afirma, ao discutir a proposta de estudo da variação linguística, que existem duas noções de “erro” dentro do ensino de Língua Portuguesa: a primeira decorre de uma noção de norma/gramática como um conjunto de regras que devem ser seguidas, aos moldes de uma norma jurídica; “erro” seria, pois, tudo aquilo que foge a essas regras. A segunda definição, por sua vez, assume a norma/gramática como um conjunto de regras que são, efetivamente, usadas; “erro”, portanto, seria uma construção que não comunica.

Posto isso, assumimos as categorias da Gramática Normativa para discutirmos esses contextos de inadequação da concordância. Mesmo porque a noção de “erro” inexiste, uma vez que todas as formas possíveis de AP e de variação da CV são justificáveis e comunicativamente bem formuladas. Essa justaposição entre categorias e noções da Gramática Normativa e o uso efetivo pelo informante não se configura como uma tentativa de adequação ou de justificação do preconceito linguístico: inexiste, então, a noção de “erro”. Tal justificativa é necessária para que, em um movimento discursivo, não incorramos em utilizar categorias e/ou termos

da Gramática Normativa/Prescritiva e mantenhamos um simulacro discursivo de denominar a variação como “erro”.

As variantes, *a priori*, podem parecer caóticas por conta do seu contexto de disputa, como Tarallo (1985) define, a língua pode ser concebida como palco belicoso das variantes; entretanto, o próprio autor alega que essa disputa pode ser catalogada e compreendida.

As gramáticas prescritivas utilizadas foram Cunha e Cintra (2001), Rocha Lima (2011) e Bechara (2009), por seu destaque nacional como prumo para determinar quais seriam as formas esperadas na construção dentro dos parâmetros da dita norma culta. Além disso, como forma de problematização, foi usada uma gramática descritiva, que possui o mesmo renome e importância dos outros autores, elaborada por Perini (2005). Dessa forma, nossa análise, mesmo que se valha de conceitos da Gramática Normativa, não assume como verdadeiro seu julgamento ou sua avaliação das escolhas de uso do informante por análise crítica de Perini (2005) sobre as gramáticas descritivas e, ainda, o artigo seguiu o norteamento dos pressupostos teóricos da Teoria da Variação, i.e., não há nenhum tipo de aferimento sobre as decisões, apenas descrições e demonstrações qualitativas.

Os casos discriminados foram descritos detalhadamente, afinal “é imprescindível que, em primeiro lugar, apresente, defina e caracterize detalhadamente cada uma dessas concorrentes” (TARALLO, 1985, p. 33). O artigo parte da definição de linguagem como palco de conflito dos usos, entretanto com um objeto, método e *corpus* definido, sendo assim, a descrição do inquérito é uma instrumentalização dos dados que foi possível extrair a partir das ocorrências observadas no inquérito do Iboruna.

As descrições detalhadas são para catalogar as variantes em estado de disputa dentro da fala do informante, como próprio Tarallo (1985) retoma a partir do descrito por Labov como uma condição natural no campo da fala, tanto em um campo micro (indivíduo) como macro (comunidade).

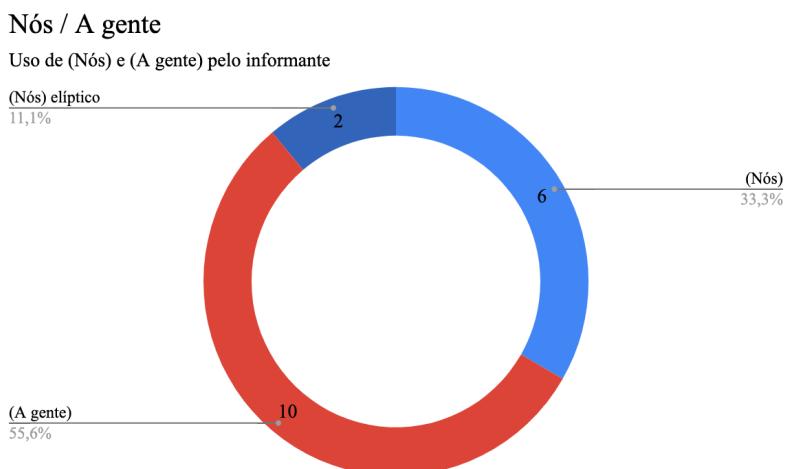
Tal como proposto por Labov, a concepção e o alcance do modelo sociolinguístico são a um só tempo sincrônicos e diacrônicos: tanto a variação (situação linguística em vários momentos sincrônicos, avaliados longitudinalmente; diacronia) (TARALLO, 1985, p. 35).

A opção de descrição das ocorrências é para delimitar e compreender a forma que se relaciona essa disputa no discurso do informante, pois ela pode ser facilmente compreendida como um caos linguístico. Apesar disso, Tarallo (1985) afirma ser possível a descrição das ocorrências, porque o caos é apenas aparente. A atividade de descrição é para facilitar a instrumentalização de dados em pesquisa e possui o objetivo de mensurar como relacionam as variantes dentro da fala do informante.

ANÁLISE QUALITATIVA

No inquérito em análise, identificamos 18 (dezoito) ocorrências do fenômeno em análise, das quais 8 (oito) referem-se ao uso de *nós* e 10 (dez) de *a gente*, como exemplificado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Uso de *nós* e *a gente* pelo informante no inquérito analisado.



Fonte: elaborado pelos autores.

Agrupamos, para a análise, ocorrências com sujeito pronominal expresso ou que possa ser resgatado, como exemplificado em (1) e (2).

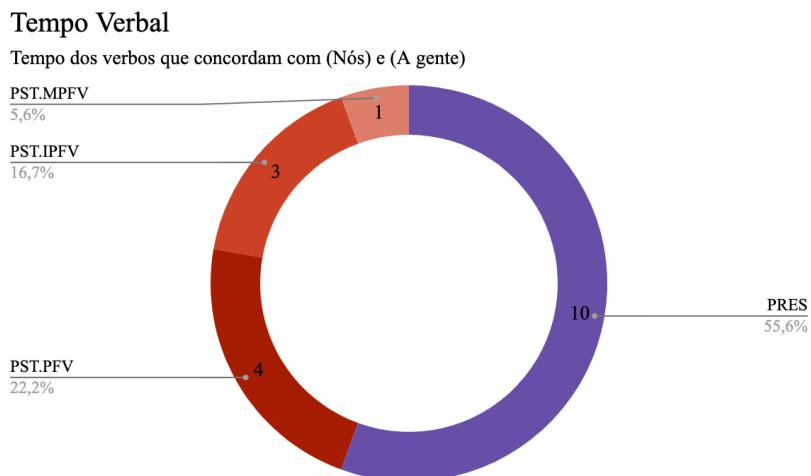
- (1) *descemo(s) no bar pa to/ jogá(r) um bilhar* (AC-031, 2007, p. 2)
- (2) *escutamo(s) um barulho numa:: casa vizinha do lado* (AC-031, 2007, p. 2)

A oração (1) faz parte da sessão NR do relato do informante, quando ele reconta um conflito que houve entre dois amigos, no qual um deles estava roubando fios de cobre da casa do outro. No exemplo (1), o informante refaz parte de sua frase, representado pela barra (/), quando chega no verbo *jogar*, o falante suprime o morfema [r] final. O exemplo (2) surge na continuação da NR, na qual o informante faz um prolongamento da vogal, representado pelos dois pontos repetidos (::), e depois continua a sua fala. Nos casos (1) e (2), o falante faz uso da desinência de 1^a pessoa do plural, porém, suprime o morfema [s] final por subentender que tal desinência verbal já carrega sentido de plural sem o morfema [s].

O grupo de fatores *explicitude do sujeito* apresentou relevante atuação na CV com *a gente*, demonstrando que contextos de sujeito explícito favorecem o emprego da variante *verbos em 3PS* e contextos de sujeito oculto ou desinencial, favorecem o emprego de verbos em 1PP, justificado pela necessidade de reiteração da referência à 1PP do discurso, nesses casos, presente somente na desinência verbal. Dessa forma, independentemente da forma pronominal presente em oração anterior (*nós* ou *a gente*), há sempre a tendência ao uso de verbos em 1PP nos contextos de sujeito oculto ou desinencial (RÚBIO, 2014, p. 174, grifos no original).

No inquérito estudado, o informante tende a fazer concordância verbal entre *nós* e *a gente* nos seguintes tempos verbais: PST.MPFV, PST.IPFV, PST.PFV e PRES.²

Gráfico 2: Tempos verbais em que ocorre CV padrão entre nós e a gente.



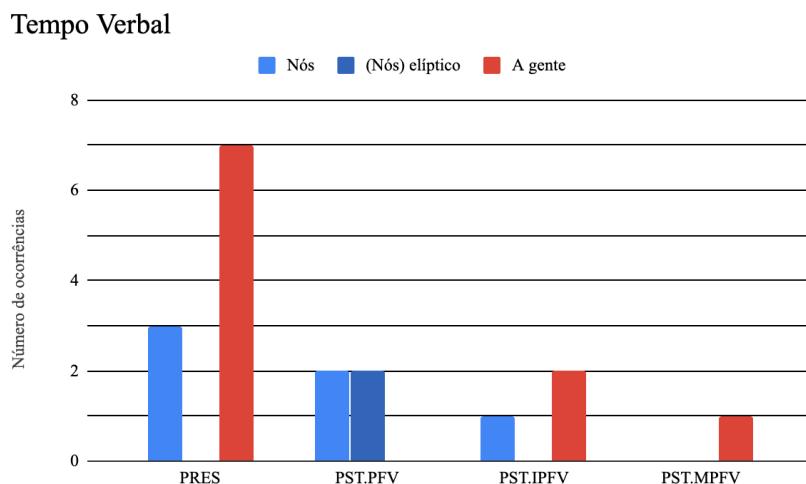
Fonte: elaborado pelos autores.

Identificamos que o informante tende a concordar verbalmente, no PRES, com *a gente*, sendo que peso de ocorrências é 0.7 e, no caso do pronome pessoal *nós*, o peso é 0.3. Para o PST.IPFV, as ocorrências identificadas foram de peso 0.1 para *nós* e 0.2 para *a gente*. A concordância em PST.MPFV foi feita apenas com *a gente*, resultando em peso 0.1. Quando o tempo é PST.PFV, não foram identificadas ocorrências com *a gente*, no entanto, foi observado que as ocorrências de concordância de *nós* ocorrem conjuntamente com os dois casos de sujeito oculto, como na NR em “descemo(s) no bar” e “escutamo(s) um barulho”, resultando em peso 0.2. Tais ocorrências – uso do pronome pessoal *nós* com o PST.PFV – indicam que mesmo o falante usando o pronome pessoal padrão, está relacionado com um contexto de informalidade devido ao tempo verbal, que está em sua forma simples, como demonstra Barbosa (2012).

Quanto ao PPS [...], verificamos que, tanto no PB quanto no PP, o número de ocorrências foi próximo. Entretanto, podemos observar que houve maior frequência de PPS nos textos [-] formais: no PP encontramos 382 (68%) formas simples, e no PB, 398 (73%) (BARBOSA, 2012, p. 191).

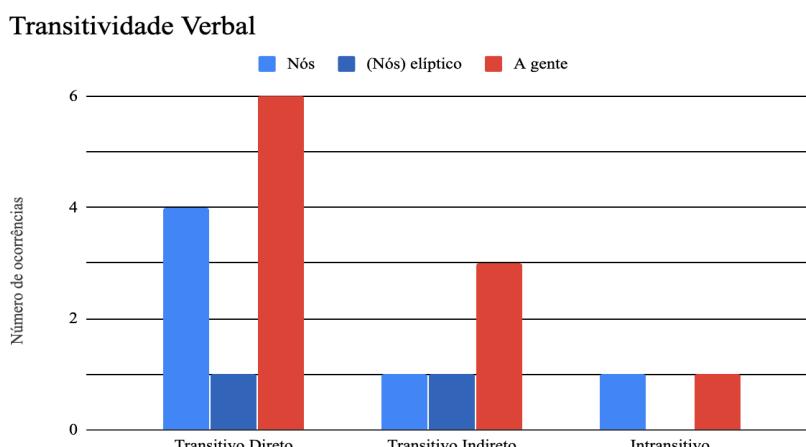
Ainda de acordo com a autora, isso ocorre “[...] porque os textos [-] formais de nosso *corpus* são compostos por cartas informais e, em sua maioria, contêm diversos trechos com narrativas de fatos passados (perfectivos) [...]” (BARBOSA, 2012, p. 191). Indo ao encontro da tendência identificada por Barbosa (2012), identificamos, no inquérito em análise, que os casos de concordância no PST.PFV com sujeito oculto ocorreram na seção em que o entrevistador pede para o informante recontar um fato ocorrido com alguma pessoa que ele conhece (NR).

²Neste trabalho, utilizamos as seguintes siglas para os tempos verbais: PST.MPFV (pretérito mais que perfeito), PST.IPFV (pretérito imperfeito do indicativo), PST.PFV (pretérito perfeito do indicativo) e PRES (presente do indicativo).

Gráfico 3: Concordância verbal entre nós e a gente relacionada com os tempos verbais.

Fonte: elaborado pelos autores.

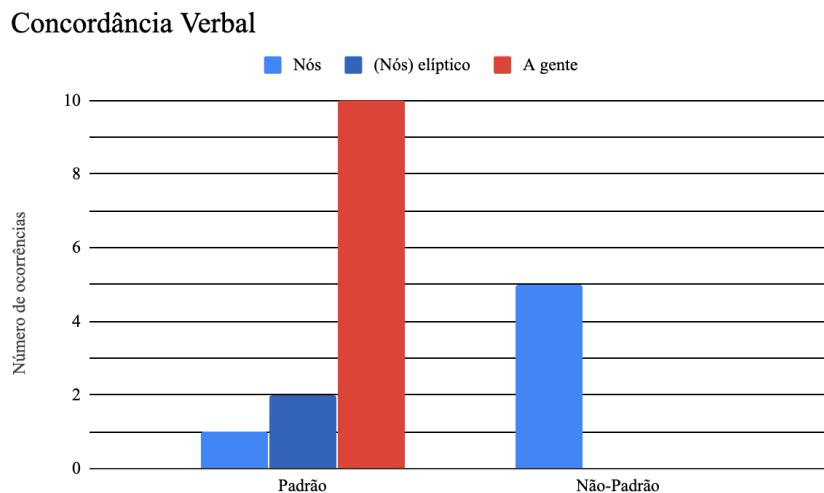
Em relação à transitividade verbal de *nós*, sujeito oculto e *a gente*, o informante tende a usar *nós* com verbos transitivos diretos, resultando em peso 0.4, sendo que, em apenas um desses casos, o informante faz concordância verbal com o sujeito (“*escutamo(s) um barulho*”). Nesse único caso, o sujeito é elíptico, por isso o peso resultante de *nós* elíptico é 0.1. Em relação aos verbos transitivos indiretos, o único caso de *nós* coincide com o caso de sujeito oculto (“*descemo(s) no bar*”), resultando em peso 0.1. Quanto ao *a gente*, o peso é 0.3, sendo que o informante faz concordância em todos os casos (“*a gente tava lá fora*”, “*a gente tinha costumado*” e “*a gente fica ali*”). Em relação aos verbos intransitivos, o peso para o pronome *nós* e *a gente* coincide, sendo 0.1 nos casos “*nós vai...*” e “*a gente mo/ é a casa que a gente tá moran(d)o*”, respectivamente.

Gráfico 4: Transitividade verbal entre nós e a gente.

Fonte: elaborado pelos autores.

Por fim, foi obtido, como resultado, o peso 0.1 para a concordância verbal do pronome pessoal *nós*, porém, nos casos de *nós* elíptico, o peso foi 0.2 para o uso padrão da concordância. Enquanto isso, o peso para *a gente* foi categórico. Os únicos casos não-padrão identificados foram relacionados ao pronome *nós*, resultando em peso 0.5.

Gráfico 5: Gráfico comparativo da concordância verbal do uso de *nós*, sujeito oculto e *a gente*.



Fonte: elaborado pelos autores.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em decorrência da AP entre as formas *nós* e *a gente*, foi possível atestar 8 (oito) ocorrências de *nós* e 10 (dez) ocorrências de *a gente*, totalizando 18 (dezoito) ocorrências de primeira pessoa do plural. A partir da análise qualitativa das ocorrências supracitadas, identificamos uma relação entre o sujeito oculto (especialmente, com formas sequenciais de *nós*) e o verbo em PST. PFV, atestada pelo levantamento de dados descritos no Gráfico 3. Dessa forma, comprovamos nossa hipótese inicial da sobreposição do uso de *a gente* em relação a *nós* e, ainda, a utilização majoritária do uso do pronome *nós* em conjunto com verbos no PST.PFV.

Neste trabalho, analisamos de forma qualitativa a CV. Identificamos, observando a partir da literatura sobre o tema, haver um aparente descompasso quando se observam dados gerais e dados individuais (o que nos levaria a pensar na possibilidade de haver outros parâmetros, e.g., a relação direta entre o falante e a situação de entrevista, que se dilui em uma análise puramente quantitativa). Contudo, há, ainda, certo grau de proximidade, no que diz respeito às preferências pelo uso de *a gente* e de certas formas verbais em detrimento de outras.

Vale ressaltar que, apesar da inviabilização de uma análise detalhada, por conta do pequeno número de ocorrências, esperamos que a descrição dos dados possa auxiliar futuras pesquisas na área, além de ressaltar a diferença nas definições de CV entre as gramáticas normativas e descritivas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. B. O pretérito perfeito no Português do Brasil e no Português de Portugal Contemporâneo. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 176-194, 2012.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.
- CAMACHO, R. G. A variação lingüística. In: SÃO PAULO. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. São Paulo: SE/CENP, 1988, v. 3.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GONÇALVES, S. **Banco de dados Iboruna**. 2007. Disponível em <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>. Acesso em 12 jun. 2019.
- GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) e banco de dados Iboruna: 10 anos de contribuição com a descrição do português brasileiro. **Revista Estudos Linguísticos**, Araraquara, v. 48, n. 1, p. 276-297, abr. 2019.
- KOCH, I. G. V. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1996.
- LABOV, W. **Sociolinguistique**. Paris: Minuit, 1976.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- MONTEIRO, J. **Para compreender Labov**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- PACHECO, C. A diacronia e a sincronia dos pronomes de primeira pessoa do plural *Nós* e *A Gente* no português brasileiro e no português uruguai. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, p. 221-253, 2018.
- PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2005.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- RUBIO, C. Variação na concordância verbal com “a gente” no Português Europeu. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 11, p. 164-177, 2011.
- SOUZA, C. Gramática discursivo-Funcional, grammaticalização e modalização. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 2095-2126, 2017.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

Recebido em: abr. 2020.

Aceito em: maio 2020.

GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE COMPARATIVA DA CLASSE DOS PRONOMES PESSOAIS

GRAMMARS AND BRAZILIAN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: COMPARATIVE ANALYSIS OF PERSONAL PRONOUNS WORD CLASS

Maíra Avelar*

UESB

Ana Claudia Oliveira Azevedo**

Fapesb/UESB

Resumo: Neste artigo, abarcamos três estágios das Gramáticas no ensino de Língua Portuguesa. Tendo em vista demonstrar como operam diferentes materiais, realizamos uma análise comparativa da classe “pronomes pessoais” em uma Gramática Tradicional, um Livro Didático e uma Gramática Científica. Atrelamos essa análise à apresentação dos seguintes contextos: a instauração da NGB, a proposição do PNLD e a produção de gramáticas por linguistas. A discussão dos dados demonstrou que, do ponto de vista das definições, há uma consonância entre a Gramática Tradicional e o Livro Didático, ambos pautados pela NGB. Já na Gramática Científica, diferentes tipos de pronomes são agrupados e apresentados como integrantes de diferentes processos que ocorrem na língua. Do ponto de vista das funções, o Livro Didático, assim como a Gramática Científica, ilustra a importância do contexto para a compreensão do funcionamento da classe de palavra em análise. Por sua vez, a Gramática Tradicional evidencia seu caráter prescritivista, pois, além de pautar-se majoritariamente em exemplos literários descontextualizados, apresenta usos dos pronomes considerados “errados”. Em conclusão, apontamos que não há um método ou manual gramatical definitivos para o ensino de Língua Portuguesa, mas sim obras que se complementam e podem ser utilizadas em conjunto para esse fim.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Gramática Científica. Gramática Tradicional. Livro didático.

Abstract: In this paper, we cover three stages of Grammars in Brazilian Portuguese Language teaching. In order to demonstrate how different materials operate, we perform a comparative analysis of the class “personal pronouns” in a Traditional Grammar, a Textbook and a Scientific Grammar. We associate this analysis to the presentation of the following contexts: the establishment of Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB), the proposition of the Textbook National Program (PNLD) and the production of grammars by linguists. The data discussion showed that, from the point of view of definitions, there is a consonance between Traditional Grammar and the Textbook, both guided by the NGB. In Scientific

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: mairavelar@uesb.edu.br.

** Mestranda em Linguística (PPGLin/UESB). E-mail: 98anaclaudia@gmail.com.

Grammar, on its turn, different types of pronouns are grouped and presented as members of different processes that occur in the language. From the point of view of functions, the Textbook, as well as the Scientific Grammar, illustrate the importance of the context for understanding the functioning of the word class under analysis. In its turn, Traditional Grammar demonstrates its prescriptive character, because, in addition to being primarily based on decontextualized literary examples, it presents uses of pronouns that are considered “wrong”. In conclusion, we highlight that there is no definitive grammatical method or manual for Brazilian Portuguese Language teaching, but rather works that complement each other and can be used together for this purpose.

Keywords: Brazilian Portuguese Language Learning. Scientific Grammar. Traditional Grammar. Textbook.

INTRODUÇÃO

O caráter polissêmico do termo “gramática” ativa desde acepções mais concretas, como “manual” ou “livro”, até as experiências com a disciplina de Língua Portuguesa na escola, que, pelo fato de adotar uma perspectiva normalmente atrelada à Gramática Tradicional, conduz a uma acepção de “gramática” como um conjunto de regras prescritivas. Nas últimas décadas, sobretudo no âmbito dos estudos linguísticos, há acepções mais amplas, ligadas à ideia de funcionamento do sistema linguístico, provenientes de análises mais aprofundadas por parte de estudiosos que se dedicam ao estudo e à pesquisa sobre a língua.

Segundo Savioli (2014), se tomarmos como referência o ensino de Língua Portuguesa no Brasil por volta dos últimos cinquenta anos, é possível identificar três estágios distintos nesse percurso: o primeiro estágio pode ser estabelecido entre meados de 1960 e fins de 1970. Nesse período, “gramática” correspondia a uma “matéria escolar”. Conforme o autor (2014), aprender a língua correspondia a aprender descrições da língua vernácula e suas prescrições. Dessa forma, a regra era apenas uma: o que não se enquadrasse nos parâmetros prescritivos da língua vernácula era tido como deformação, decadência, ou mesmo erro, deficiência. Embora Savioli (2014) trate desse período como superado no ensino de gramática, é possível notar, nos dias atuais, a correspondência entre “gramática” e “disciplina escolar”, uma vez que aulas de gramática ainda ocupam boa parte das aulas de Língua Portuguesa, assim como boa parte dos livros didáticos.

O segundo estágio, conforme propõe Savioli (2014), corresponde ao início da década de 1980 e fins da de 1990. Com os cursos de Linguística já implementados em algumas instituições de ensino superior e com professores capacitados, houve um movimento de análise crítica das gramáticas tradicionais, apontando suas limitações e fazendo propostas de superação. Nesse sentido, observa-se uma mudança nas concepções de “gramática” e as repercussões decorrentes dessa alteração nas ações escolares. Porém, segundo Savioli (2014), o que de fato se verificou foi um descompasso entre as reformulações dos modelos teóricos das gramáticas e a sua aplicação nas práticas pedagógicas no Brasil, pois, apesar de os professores do Ensino Básico demonstrarem um desejo de mudança, a capacidade de compreender as novas propostas e, sobretudo, de encontrar estratégias didáticas eficazes para colocá-las em uso foi demorada. Nota-se, ainda hoje, essa dificuldade de transposição didática de modelos teóricos: por um lado, tem-se acesso a novas visões de gramática nos cursos de Letras; por outro, o exercício de levar esse conteúdo para as turmas de Ensino Básico revela-se difícil e desafiador.

Já o terceiro estágio, de acordo com Savioli (2014), que se estende do início dos anos 2000 até a atualidade, consolida o acolhimento dos fundamentos teóricos das gramáticas de base linguística por parte dos responsáveis pelo ensino da Língua Portuguesa. “Gramática” passa, então, a corresponder, conforme Savioli (2014, p. 44), ao “conjunto de leis responsáveis pelas regularidades geradoras de sentidos e de efeitos de sentido”. Nessa perspectiva, o ensino da gramática pauta-se por privilegiar o sentido, tanto na dimensão semântica quanto na dimensão pragmática. Ainda segundo Savioli (2014), a explicitação da importância dos valores sociais para o sucesso das estratégias linguísticas revela as implicações recíprocas entre língua e sociedade. Sendo assim, para a produção de textos orais ou escritos, não basta conhecer apenas o código: é preciso conhecer também a cultura dos participantes da interlocução. Apesar de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, BRASIL, 1999) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2018) incentivarem o trabalho com a diversidade linguística, o papel de “guardião da norma” ainda é desempenhado e cobrado do professor de língua materna.

Com vistas a abranger esses três estágios do percurso gramatical no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, bem como a ilustrar como operam diferentes materiais dedicados à discussão gramatical, temos como objetivo realizar uma investigação comparativa do tratamento da classe gramatical *pronome* e, mais especificamente, do *pronome pessoal* em uma Gramática Tradicional, um Livro Didático e uma Gramática Científica. A gramática tradicional selecionada para análise é a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita pelo brasileiro Celso Cunha e pelo português Lindley Cintra e publicada pela primeira vez em 1985. O livro didático utilizado é intitulado *Português: Ensino Médio*, escrito por José de Nicola e destinado ao segundo ano do Ensino Médio. A gramática científica na qual nos baseamos é a *Gramática de Usos do Português*, escrita pela linguista Maria Helena de Moura Neves. O material escolhido para análise faz parte da seleção de materiais da disciplina “Linguística: gramáticas científicas e pedagógicas”, na qual são discutidas diferentes teorias gramaticais e materiais didáticos voltados ao ensino de Língua Portuguesa. Especificamente, a categoria *pronome* é alvo de diversas abordagens, tanto do ponto de vista do paradigma tradicional, quanto do ponto de vista de paradigmas científicos da Linguística.

A GRAMÁTICA TRADICIONAL, O LIVRO DIDÁTICO E A GRAMÁTICA CIENTÍFICA EM CONTEXTOS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Pretendemos apresentar, na sequência, uma análise comparativa da classe de palavras *pronome pessoal* nos materiais de referência citados anteriormente, uma vez que cada um deles representa um período distinto do histórico do ensino de gramática proposto por Savioli (2014). Além disso, a gramática de Cunha e Cintra (2001) é citada nas referências do livro didático de De Nicola (2005). Da mesma maneira, para construir sua abordagem a respeito dos pronomes, Neves (2000) parte da categorização proposta pelas Gramáticas Tradicionais e, a partir dessa abordagem, demonstra novas possibilidades de análise de cunho funcionalista. Abordaremos, então, alguns aspectos da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) para, na sequência, procedermos à análise comparativa proposta.

A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ABORDAGEM DA CLASSE DE PALAVRAS PRONOME PESSOAL NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Segundo Henriques (2009), em 1958, quando da proposição do *Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, havia, no ensino da Língua Portuguesa no Brasil, uma enorme profusão de termos gramaticais e um total conflito no emprego desses termos. Essa situação, alvo da preocupação de filólogos e autoridades pedagógicas, prejudicava o estudante do curso médio, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos. A partir dos esforços de filólogos lotados no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi elaborada e instaurada a Portaria 36/1959, estabelecendo a NGB, que passou, então, a orientar a produção de materiais gramaticais (BRASIL, 1958).

Em 1985, ao lançarem sua gramática conjunta, Celso Cunha e Lindley Cintra reiteraram a importância de um tratamento também conjunto acerca da descrição do português. Segundo os autores (2001, p. XVIII), era necessário apresentar uma descrição do português contemporâneo que considerasse, simultaneamente, “as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente admitidas como padrão em Portugal e no Brasil)”.

No caso específico dos pronomes, em edição mais recente de sua gramática, Cunha e Cintra (2001) definem-nos como classes que desempenham funções equivalentes às dos elementos nominais na oração. Segundo os gramáticos, os pronomes podem desempenhar duas funções: 1) representar um substantivo (pronomes substantivos) ou 2) acompanhar um substantivo, determinando-lhe a extensão do significado (pronomes adjetivos). Cunha e Cintra (2001) citam um exemplo de cada função, retirado de obras literárias. Os gramáticos pontuam que há seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos.

Os pronomes pessoais, conforme Cunha e Cintra (2001), possuem três características:

- a. Denotam três pessoas gramaticais, tendo a capacidade de indicar quem fala (1^a pessoa), com quem se fala (2^a pessoa) ou de quem se fala (3^a pessoa);
- b. Na 3^a pessoa, podem representar uma forma nominal expressa anteriormente;
- c. Variam de forma, segundo a função que desempenham na oração: podem ser retas (quando forem sujeito da oração) ou oblíquas (quando empregadas como objeto direto ou indireto); e, segundo a acentuação que recebem na palavra, podendo ser tônicas ou átonas.

Os autores apresentam o seguinte quadro para ilustrar as diferentes formas do pronome pessoal:

Quadro 1: Apresentação dos pronomes pessoais na Gramática de Cunha e Cintra (2001)

		PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS NÃO REFLEXIVOS	
			ÁTONOS	TÔNICOS
Singular	1 ^a pessoa	Eu	Me	mim, comigo
	2 ^a pessoa	tu	te	tí, contigo
	3 ^a pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1 ^a pessoa	Nós	Nos	nós, convosco
	2 ^a pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3 ^a pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

Fonte: Cunha e Cintra (2001, p. 277)

O Quadro 1, apresentado por Cunha e Cintra (2001), divide os pronomes pessoais em singular e plural, sendo cada uma dessas categorias divididas em 1^a, 2^a e 3^a pessoas. Além disso, os pronomes pessoais são divididos em retos e oblíquos não reflexivos, sendo estes últimos subdivididos em átonos e tônicos. Os autores (2001) comentam a respeito de algumas regras de uso dos pronomes, dentre elas, as diferentes formas assumidas pelo pronome oblíquo da 3^a pessoa, em posição enclítica, a depender da terminação verbal. Segundo os gramáticos, quando o pronome oblíquo de 3^a pessoa vem antes do verbo, apresenta-se nas formas *o*, *a*, *os*, *as*.

Cunha e Cintra (2001) explicam, também, que, em posição de ênclise — quando o pronome está após o verbo —, sua forma varia de acordo com a terminação do verbo: 1) Se a forma verbal terminar em vogal ou ditongo oral, usa-se *o*, *a*, *os*, *as*; 2) Quando a forma verbal acaba em *-r*, *-s* ou *-z*, essas consoantes são suprimidas e o pronome é empregado nas modalidades *lo*, *la*, *los*, *las*. Essas mesmas formas são usadas após o designativo *eis* ou aos pronomes *nos* e *vos*; 3) Quando a forma verbal termina em ditongo nasal, são empregadas as modalidades *no*, *na*, *nos*, *nas*. Eles fazem, também, uma observação acerca da evolução das formas antigas do pronome oblíquo objeto direto do latim ao português, como, por exemplo: *Fazer-lo>fazel-lo>fazê-lo* e *Fazem-lo>fazem-no*. De acordo com Cunha e Cintra (2001), ainda, no futuro do presente e futuro do pretérito, o pronome oblíquo não pode vir depois do verbo, em forma de ênclise, devendo-se usar a mesóclise nessas situações.

Na seção seguinte, Cunha e Cintra (2001) apresentam os pronomes reflexivos e recíprocos. Segundo eles, os primeiros ocorrem “quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 280). Os pronomes reflexivos apresentam, para a 3^a pessoa, as formas próprias *se*, *si* e *consigo*, ao passo que, nas demais pessoas, são usados os pronomes oblíquos *me*, *te*, *nos* e *vos*. Quando, nas pessoas do plural, indica-se reciprocidade da ação, o pronome é classificado como recíproco.

Os gramáticos comentam que o fato de as formas dos pronomes reflexivos serem as mesmas dos pronomes recíprocos pode gerar ambiguidade, a qual pode ser desfeita com a adição de termos reforçativos especiais. Tomando como exemplo a frase “Joaquim e António enganaram-se”, Cunha e Cintra (2001) mostram que, para marcar a ação reflexiva, pode-se acrescentar expressões reforçativas, conforme a pessoa gramatical, como *a mim mesmo*, *a ti mesmo*, *a si mesmo etc.* (“Joaquim e António enganaram-se a si mesmos”). Para marcar a ação recíproca, por sua vez, podem ser adicionados termos como *um ao outro*, *uns aos outros*,

entre si (“Joaquim e António enganaram-se entre si/Joaquim e António enganaram-se um ao outro”) ou advérbios como *reciprocamente* ou *mutuamente* (“Joaquim e António enganaram-se mutuamente”). Eles mencionam, ainda, que, para marcar reciprocidade, há uma frequência no uso de formas verbais derivadas com o prefixo *entre-*. Como exemplo, citam: “Marido e mulher **entreolharam-se**” (NEMÉSIO [1944], p. 363 *apud* CUNHA; CINTRA, 2001, p. 281, destaque dos autores).

Em seguida, há uma seção a respeito do emprego dos pronomes retos, que, conforme Cunha e Cintra (2001), podem exercer as funções de sujeito, predicativo do sujeito e vocativos (no caso de *tu* e *vós*). Os autores discorrem a respeito da omissão dos pronomes sujeitos na língua portuguesa, ocasionada pelo fato de as desinências verbais serem suficientes para indicar a pessoa e o número do sujeito. Segundo os gramáticos (2001), a presença do pronome sujeito ocorre em situações em que se quer enfatizar a pessoa do sujeito, para opor pessoas diferentes ou quando a forma verbal é ambígua (para 1^a e 3^a pessoas do singular). Essa afirmação vai ao encontro de estudos linguísticos que consideram o português como uma língua de sujeito nulo (cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996). Entretanto, trabalhos mais recentes (cf. CASTILHO, 2010) têm mostrado que o Português Brasileiro (PB) está se tornando uma língua de sujeito preenchido, uma vez que o quadro flexional dos pronomes no PB tem sofrido redução, o que faz necessário o preenchimento do sujeito na oração.

Cunha e Cintra (2001), na seção *extensão de emprego dos pronomes retos*, comentam a respeito de algumas particularidades, como o chamado *plural de modéstia*, em que *nós* é empregado com valor de *eu*, semelhante ao *plural de majestade*, que costumava ser usado pelos reis de Portugal e é usado até hoje pelos ocupantes de altos cargos da Igreja para designar a sua grandeza. Outros usos especiais citados são a *fórmula de cortesia*, na qual se usa a 3^a pessoa pela 1^a, e o *vós de cerimônia*, utilizado geralmente em discursos enfáticos para se dirigir a um auditório qualificado. Os autores (2001) reconhecem que o pronome *vós* está quase extinto na linguagem corrente do Brasil e de Portugal, mas assumem, também, que tal pronome pode ser usado, em linguagem literária, para expressar apreço social, além de ser a forma usada por católicos para se dirigirem a Deus.

Além disso, conforme Cunha e Cintra (2001), o realce do pronome sujeito ocorre por meio do uso de palavras como *mesmo* e *próprio* ou da expressão *é que*, logo após o pronome sujeito. Os autores acrescentam que é necessário ter modéstia ao usar o pronome *eu*, utilizando-o em último lugar quando o sujeito for composto, como forma de civilidade. Na seção *equívocos e incorreções*, Cunha e Cintra (2001) apresentam algumas regras de como [não] usar os pronomes pessoais. Dentre essas regras, destacam que se deve evitar o uso de *ele* como objeto direto, apesar de seu uso ser comum na fala vulgar e familiar do Brasil. Vê-se, com isso, que os gramáticos tradicionais não estão preocupados em descrever a língua como ela é, visto que, mesmo reconhecendo seu funcionamento, preocupam-se em mostrar como a língua *deveria ser*.

É válido ressaltar que, ao longo de todas as seções, ao adicionarem novas informações, os autores apresentam exemplos para ilustrar a explicação. Os exemplos elencados por Cunha e Cintra (2001) são retirados de obras literárias, quando não são frases imaginadas e descontextualizadas ou, simplesmente, palavras isoladas. Segundo Anjos (2016), o período helenístico marcou profundamente o modo de produção de gramáticas normativas, no que diz respeito, por exemplo, ao exclusivismo do corpus literário. Consequentemente, conforme aponta Neves

(2002), “gramática”, nesse contexto, limita-se à língua escrita, especialmente à língua literária do passado, com vistas à preservação da “pureza” da língua grega. Entretanto, convém sinalizar que, se, no contexto da Antiguidade Clássica, essa acepção de gramática fazia sentido, há que se avaliar a pertinência ou não dessa acepção no contexto atual.

O PNLD E AS POLÍTICAS NACIONAIS DE UNIVERSALIZAÇÃO DO USO DO LIVRO DIDÁTICO: ABORDAGEM DOS PRONOMES PESSOAIS NO LIVRO DIDÁTICO

A universalização da escola no Brasil é relativamente recente: segundo Silva (2012), nos anos 1960, o acesso democrático à escola levou a uma grande expansão da rede pública de ensino no Brasil. Especificamente, com a redemocratização do país, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), um programa federal de distribuição gratuita de Livros Didáticos a estudantes de escolas públicas brasileiras. O Programa tem por objetivo “universalizar, gradativamente, o uso do livro didático” (BRASIL, 2002) e funciona da seguinte maneira (SILVA, 2012): uma equipe de pareceristas, formada por professores de Instituições Públicas de Ensino Superior e, mais recentemente, por alguns professores do Ensino Básico, produz um catálogo de resenhas das coleções de livros aprovadas para participar das edições trienais do Programa.

Conforme explica Silva (2012), os livros, analisados e escolhidos pelos professores de cada escola, são encomendados pelo MEC junto às editoras e distribuídos gratuitamente aos estudantes. Cada estabelecimento de ensino pode solicitar novos títulos ou manter a escolha para uma nova compra a cada intervalo de três anos. O Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM), por sua vez, foi implementado em 2004: “A Resolução nº 38 do FNDE, que criou o programa, define o atendimento, de forma progressiva, aos alunos das três séries do ensino médio de todo o Brasil” (BRASIL, 2004). Em decorrência da implementação do PNLEM, foram elaborados, assim como no PNLD, Catálogos com avaliações dos Livros Didáticos aprovados por pareceristas.

O Livro Didático *Português: Ensino Médio vol. 2*, escrito por José de Nicola (2005), consta no Catálogo do PNLEM de 2009. Segundo o parecer apresentado na síntese avaliativa sobre o livro, o manual cumpre, de maneira apropriada, “o desafio de formar competentes leitores e produtores de unidades de sentido/texto”. Além disso, “a obra oferece material representativo de diferentes gêneros textuais (literários e não-literários) e tendências artísticas” (BRASIL, 2009, p. 78). Destacamos que uma ressalva geral é apresentada: “a coleção se beneficiaria da exploração de textos motivadores, que introduzissem a reflexão sobre os conteúdos a serem posteriormente sistematizados na unidade” (BRASIL, 2009, p. 79).

Tal como descrito no Catálogo, o segundo volume da série, dentre outros conteúdos listados, “centra-se na descrição das classes de palavras [...]” (BRASIL, 2009, p. 80). O sexto capítulo do Livro Didático apresenta o conteúdo referente ao pronome. O autor inicia o capítulo com uma tirinha de Luis Fernando Verissimo, apresentada a seguir:

Figura 1: Tirinha apresentada no Livro Didático de De Nicola (2005)

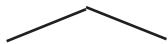
Luis Fernando Verissimo. *As aventuras da família Brasil*. O Estado de S.Paulo, 1º mar. 1998, p. D5.

Fonte: De Nicola (2005, p. 76)

A tirinha não recebe, inicialmente, nenhum comentário por parte de De Nicola. Logo após a tirinha, é apresentada a origem da palavra *pronome* — vem do latim *pronomen*, que significa *que está no lugar do nome*. Com base nisso, segundo o autor (2005), pode-se deduzir uma das funções básicas do pronome: substituir um nome, carregando seu conteúdo semântico. Em seguida, De Nicola (2005) utiliza os pronomes da tira para exemplificar o valor semântico do nome que os pronomes mantêm. É importante destacar que o autor leva em consideração o gênero textual em que o pronome aparece, afirmando que, na tira, há elementos verbo-visuais que auxiliam na referênciação, marcada pelos pronomes.

Ele comenta que, em outros gêneros, a referência dos pronomes poderia ser identificada por meio do contexto situacional. Assim, afirma que “só pela referênciação podemos decifrar o conteúdo semântico de um pronome” (DE NICOLA, 2005, p. 76). Convém salientar que o autor não define o termo *referênciação*. Em seguida, De Nicola (2005, p. 77) define pronome como: “palavra que substitui ou acompanha elementos presentes no texto ou na situação do enunciado, indicando sua posição em relação às pessoas do discurso ou mesmo situando-os no espaço e no tempo”. Para ilustrar essa definição, o autor apresenta exemplos de frases criadas por ele e, também, de uma frase da literatura contemporânea e explica quais termos daquela frase são pronomes e porque o são, conforme demonstrado a seguir, numa reprodução fiel ao Livro (DE NICOLA, 2005, p. 77):

Na frase de Clarice Lispector:



No dia em que eu conseguir uma forma tão **pobre** como eu **o** sou por dentro (...).

o pronome **o** substitui o adjetivo **pobre** (... uma forma tão pobre como eu sou pobre por dentro...)

Após discutir esses exemplos, De Nicola (2005) afirma que os pronomes são morfológicamente variáveis, visto que admitem flexão de pessoa, gênero e número. Essa variação, apesar de aparecer nos quadros de pronomes, não é explicitada na gramática tradicional de Cunha e Cintra (2001). O autor aponta, também, que o pronome pode ser classificado como

substantivo — quando substitui o nome e desempenha funções típicas do substantivo (núcleo do sujeito, do objeto, do vocativo etc.) — ou *adjetivo* — quando acompanha o substantivo e desempenha funções típicas de adjetivo (adjunto adnominal). Ele rememora as três pessoas do discurso (primeira pessoa — aquela que fala ou falante —, segunda — aquela com quem se fala ou interlocutor — e terceira — aquela de quem se fala ou referente), a fim de que se compreenda melhor a definição apresentada anteriormente.

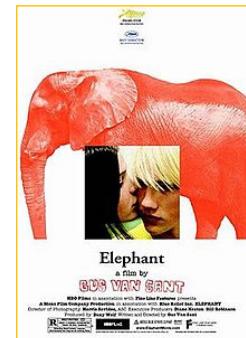
O autor acrescenta que o pronome e o substantivo são bem diferentes, apesar de aquele poder assumir o papel deste. Ele explica que “o pronome expressa um ser apenas quando inserido num contexto [...], ou seja, fora de contexto, o pronome é desprovido de conteúdo semântico” (DE NICOLA, 2005, p. 78). Em seguida, o autor apresenta o exemplo a seguir, reproduzido de maneira fiel ao Livro, a fim de ilustrar a importância do contexto (DE NICOLA, 2005, p. 77-78):

Figura 2: Exemplo apresentado no Livro Didático de De Nicola (2005)

Mas o rabo, a tromba, tudo *o* confunde e *ele* não consegue totalizar a ideia

“O que isso tem a ver com *Elefante*? O título é uma homenagem ao diretor Alan Clarke, que fez um filme homônimo sobre a violência religiosa na Irlanda. Nele se conta, como uma parábola, a história do cego que quer saber o que é um elefante. Trazem o bicho e o cego esquadrinha o animal com as mãos, tentando desvendar, por meio do tato, o segredo da sua forma. Mas o rabo, a tromba, tudo *o* confunde e *ele* não consegue totalizar a ideia. A soma das pequenas partes não lhe permite resolver o enigma.”

O Estado de S. Paulo, 2 abr. 2004, p. D1.



Cartaz do filme *Elefante*, de Gus Van Sant, 2004.

Agora sabemos que os pronomes *o* e *ele* substituem “o cego”.

Fonte: De Nicola (2005, p. 77-78)

Ao apresentar o exemplo em questão, o autor (2005) promove, mesmo que indiretamente, uma superação da crítica às frases descontextualizadas que, muitas vezes, a Gramática Tradicional e os Livros Didáticos apresentam. Na sequência, De Nicola (2005) apresenta um quadro com as seis *espécies de pronomes*, que são classificados conforme a referência que fazem. Nesse quadro, o autor apresenta a divisão dos pronomes em pessoal, possessivo, demonstrativo, relativo, indefinido e interrogativo, bem como uma breve definição de cada um. A seção seguinte diz respeito ao *pronome pessoal*, definido como “aquele que indica as pessoas do discurso” (DE NICOLA, 2005, p. 78). De acordo com o autor, essa espécie de pronome apresenta variações de gênero, número e pessoa, além de variações de forma — definida pela função exercida pelo pronome na oração, podendo ser reto ou oblíquo. De Nicola (2005, p. 78) apresenta, então, um quadro com os pronomes pessoais:

Quadro 2: Apresentação dos pronomes pessoais no Livro Didático de José de Nicola

NÚMERO	PESSOA	PRONOMES RETOS	PRONOMES OBLÍQUOS	
			ÁTONOS	TÔNICOS
Singular	Primeira segunda terceira	Eu tu ele, ela	Me te o, a, lhe, se	mim, comigo ti, contigo ele, ela, si, consigo
Plural	Primeira segunda terceira	Nós vós eles, elas	Nos vos os, as, lhes, se	nós, convosco vós, convosco eles, elas, si, consigo

Fonte: De Nicola (2005, p. 78)

No Quadro 2, José de Nicola (2005) classifica os pronomes pessoais por número e pessoa, além de apresentar as divisões em pronomes retos e oblíquos, subdividindo esses últimos em átonos e tônica. A divisão proposta por De Nicola (2005) é bastante semelhante ao Quadro 1, elaborado por Cunha e Cintra (2001). Após definir os pronomes pessoais, o autor (2005) aborda outros tipos de pronome e apresenta um exercício com questões de processos seletivos. Nas questões relacionadas a pronome pessoal, há perguntas sobre as pessoas do discurso, sobre o uso inclusivo e exclusivo do pronome da primeira pessoa do plural e sobre o uso de pronomes oblíquos, o que não é explicado na seção anterior aos exercícios. Consideramos, portanto, que o breve tópico dedicado à definição dos pronomes pessoais não é suficiente para que o aluno responda satisfatoriamente aos exercícios.

Em outra seção, o *pronome pessoal na frase*, De Nicola (2005) reitera que os pronomes pessoais sempre exercem funções substantivas, seja como sujeito ou predicativo do sujeito (pronomes do caso reto) ou como objeto (pronomes do caso oblíquo). A seguir, ele apresenta um trecho de música e, a partir dela, mostra as diferentes funções sintáticas que os pronomes pessoais exercem naquele contexto. Depois disso, o autor explica que os pronomes oblíquos podem ser tônica ou átonos, sendo aqueles precedidos por preposição, ao passo que estes, não. Com base nessas informações, De Nicola (2005) apresenta um novo quadro dos pronomes pessoais, dessa vez divididos por função sintática desempenhada na frase, e comenta que há uma exceção: o pronome oblíquo exerce a função de sujeito em orações reduzidas como *exigiram-lhe sair*. Ele relata, também, que, na linguagem coloquial, os pronomes retos de 3ª pessoa são muito comumente usados para indicar o objeto direto. Nesse momento, o autor não faz nenhuma observação a respeito de o uso coloquial ser errado ou correto.

Em seguida, De Nicola (2005) apresenta o tópico *para mim ou para eu?*, no qual explica que, quando o pronome for sujeito do verbo da oração reduzida de infinitivo, deve-se usar *eu* e não *mim*, visto que o pronome não está sendo selecionado pela preposição, e sim pelo verbo subsequente. O autor volta a abordar a função substantiva dos pronomes pessoais e comenta que, na língua coloquial, é comum o uso de sintagmas nominais com referência genérica, como *a pessoa* ou *o cara*, que exercem funções parecidas com as dos pronomes pessoais. Ele também cita a expressão *a gente*, que, além de ser uma referência genérica, pode indicar as pessoas do discurso.

Na seção seguinte, *colocação dos pronomes*, De Nicola (2005) apresenta e define a ênclise, a próclise e a mesóclise, porém, não detalha as regras sobre seus usos. O autor comenta novamente sobre *outras espécies de pronomes* — fornece mais detalhes, assim como faz com os pronomes pessoais — e, em seguida, retoma os pronomes pessoais no tópico *o caráter fórico dos pronomes pessoais*. Nessa seção, a última que trata dos *pronomes dessa espécie*, ele comenta que a referência do pronome pode se dar de forma (i) situacional — fora do texto, também chamada de extralingüística ou exofórica — ou (ii) contextual — dentro do texto, também chamada de endofórica. Essa discussão sobre foricidade é realizada nas Gramáticas de cunho lingüístico, a exemplo da Gramática de Usos do Português (NEVES, 2000).

De Nicola (2005) apresenta um exemplo para demonstrar essas duas formas de referência e acrescenta que “quando a referência é textual, o caráter fórico dos pronomes está também a serviço da articulação e da coesão do texto” (DE NICOLA, 2005, p. 99). Por meio desse comentário, o autor demonstra que os pronomes — assim como qualquer outra classe de palavras — não correspondem a meros componentes de frases, mas, sim, de textos, produzidos e circulantes na sociedade. Assim, o livro didático demonstra a funcionalidade da classe de palavras, não se atendo somente a regras prescritivas.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LINGUÍSTICA COMO DISCIPLINA E A PRODUÇÃO GRAMATICAL DE LINGUISTAS: O PRONOME PESSOAL NA GRAMÁTICA CIENTÍFICA

A partir da década de 1960, a Linguística passou a ser implementada como disciplina em cursos de Ensino Superior no Brasil. Após a década de 1970, consolidaram-se diversos projetos coletivos de mapeamento de variedades linguísticas do PB. A partir desse período, a construção e consolidação de *corpora* eletrônicos viabilizou o acesso dos linguistas a usos da variedade culta¹ da Língua Portuguesa em diferentes contextos. Consequentemente, foram criados subsídios para sustentar o conceito de “norma” como o uso reiterado de construções gramaticais. Sendo assim, estudos baseados em *corpora* podem legitimar usos ou mesmo desautorizar “erros” definidos de maneira arbitrária.

Segundo Savioli (2014), duas condições favoreceram a produção e circulação, bem como a aceitação de diversas obras gramaticais inovadoras ao mesmo tempo. A primeira delas corresponde à revisão epistemológica dos termos *língua/linguagem*, acessível à competência interpretativa dos professores de Língua Portuguesa, atendendo à demanda desses educadores por novos modelos de abordagem da língua nas gramáticas. A segunda corresponde a uma readequação, por parte das Gramáticas Científicas, das finalidades da língua, colocando em proeminência a importância dos contextos comunicativos e da construção de sentidos. Conforme aponta o autor (2014, p. 44), “é extensa, na verdade inumerável, a lista de benefícios que essa coleção de gramáticas trouxe para as práticas pedagógicas voltadas para o ensino de português”.

Especificamente, a *Gramática de Usos do Português*, de autoria de Maria Helena de Moura Neves (2000), possui um caráter descritivo, uma vez que parte de usos linguísticos reais para apresentar as regras que estão em funcionamento no PB. A autora (2000) considera

¹Neste contexto, a expressão “variedade culta” diz respeito à norma urbana de prestígio, tal como proposto por projetos coletivos, como o NURC.

o texto como unidade maior de funcionamento e, a partir disso, descreve o uso de elementos da língua, os quais contribuem para a construção de sentidos. Além disso, em confronto à posição de manuais de gramática tradicional, que, conforme mencionamos anteriormente, valem-se de exemplos literários ou mesmo de exemplos inventados para abranger as definições estabelecidas, Neves (2000) propõe-se a descrever os “usos linguísticos”. A autora considera a avaliação dos usos como objeto e como meta de gramáticas que considerem os componentes da interação comunicativa.

Neves (2000) parte da nomenclatura tradicional das classes de palavras por questões didáticas, porém, apresenta uma nova divisão para elas, baseando-se nos “processos que dirigem a organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto” (NEVES, 2000, p. 13), quais sejam, predicação, referenciação, quantificação e indefinição. O pronome pessoal, por exemplo, é apresentado na seção *A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas*, junto com o artigo definido, o pronome possessivo e o pronome demonstrativo. Por isso, não há uma definição de pronome nessa Gramática. Já na apresentação da obra, Neves (2000) comenta que os pronomes pessoais são vistos tradicionalmente como meros substitutos do nome.

Indo de encontro a essa definição, a autora explicita algumas particularidades do pronome pessoal, no nível da oração, do sintagma e do texto. No nível da oração, segundo ela, o pronome pessoal é, de fato, parte da mesma esfera do nome, porém não é capaz de apresentar uma descrição do referente, por exemplo. Já no nível do sintagma, esse item funcionaria como um sintagma nominal, podendo ser considerado substituto do nome. No nível do texto, por fim, há atuação somente do pronome de 3^a pessoa, exceto em textos com discurso direto, e, além disso, verifica-se uma diferença entre o pronome pessoal, que atua como referenciador textual, e o nome, que, geralmente, é o referente.

A seção específica para o pronome pessoal constitui a Parte II da gramática, que, como informado anteriormente, é intitulada de *a referenciação situacional e textual: as palavras fóricas*. Neves (2000) apresenta cinco tópicos — divididos em vários subtópicos —, que tratam da natureza, formas, funções, empregos e particularidades de emprego de pronomes pessoais. É válido destacar que os dados apresentados pela autora para exemplificar sua abordagem são ocorrências linguísticas de textos reais.

No primeiro tópico, *a natureza dos pronomes pessoais*, Neves (2000) afirma que os pronomes pessoais têm um caráter fórico, ou seja, são capazes de fazer referência pessoal no texto. No caso da terceira pessoa, essa referência ocorre tanto de maneira anafórica — a algo que já foi mencionado — quanto catafórica — a algo que será mencionado. De acordo com a linguista, quando a referência é à primeira ou segunda pessoa, é exofórica ou dêitica, pois remete a um dos interlocutores.

Ao fazer essa exposição, Neves (2000) apresenta exemplos para ilustrar as funções referenciais dos pronomes pessoais. Além disso, a autora observa que, em alguns casos raros, o pronome de terceira pessoa pode fazer referência a alguém dentro da situação de comunicação; e que os pronomes de primeira e segunda pessoa são recuperáveis no discurso direto. Para finalizar esse tópico, Neves (2000) destaca que os pronomes pessoais são os únicos que têm a capacidade de identificar puramente a pessoa gramatical, ao contrário dos possessivos e demonstrativos, que, além de identificarem a pessoa gramatical, fazem outra relação.

No tópico seguinte, *as formas dos pronomes pessoais*, a linguista apresenta um quadro para evidenciar que os pronomes pessoais referenciam as três pessoas gramaticais, tanto no singular quanto no plural:

Quadro 3: Formas dos pronomes pessoais na Gramática Científica de Neves (2000)

	SINGULAR	PLURAL
1 ^a pessoa	Eu	Nós
2 ^a pessoa	tu, você	vós, vocês
3 ^a pessoa	ele, ela	eles, elas

Fonte: Neves (2000, p. 450)

É importante destacar que Neves (2000) considera as formas *você* e *vocês* como pronomes pessoais de 2^a pessoa, o que não é feito pela Gramática Tradicional nem pelo Livro Didático, que consideram *você(s)* como pronome de tratamento. Ela comenta, também, que as formas de terceira pessoa sofrem flexão de gênero. Em seguida, Neves (2000) apresenta quadros para demonstrar a distinção entre as formas tônicas, que ocorrem como sujeitos de verbos em forma finita, e átonas, “que não exercem essa função, para as três pessoas, e para singular e plural” (NEVES, 2000, p. 451):

Quadro 4: Pronomes pessoais que não exercem a função de sujeito na Gramática Científica de Neves (2000)

a) formas átonas

	SINGULAR	PLURAL
1 ^a pessoa	me (*)	nos (*)
2 ^a pessoa	te (*)	vos (*)
3 ^a pessoa	o, a, lhe (****)	os, as, lhes (****)

(*) formas reflexivas ou não-reflexivas

(**) formas reflexivas

(***) formas não-reflexivas

b) formas tônicas

	SINGULAR	PLURAL
1 ^a pessoa	mim, comigo (*)	nós, conosco (*)
2 ^a pessoa	ti, contigo (*)	vós, convosco (*)
3 ^a pessoa	si, consigo (*)	si, consigo (**)

(*) formas reflexivas ou não-reflexivas

(**) formas reflexivas

Fonte: Neves (2000, p. 451)

Conforme mostram os quadros acima, algumas dessas formas são reflexivas, as quais, segundo a autora, correferenciam o sujeito, isto é, são um complemento da mesma pessoa do

sujeito. Neves (2000) acrescenta que as formas de plural que podem ser reflexivas são, também, recíprocas, visto que cada um dos termos (o sujeito e o complemento) representa os dois termos da relação transitiva.

No tópico seguinte, Neves (2000) expõe as funções dos pronomes pessoais, que são basicamente duas: interacional (remeter à situação de fala) e textual (garantir a continuidade do texto). Além dessas duas funções básicas, segundo a linguista, os pronomes pessoais têm uma função especial na oração, a saber, explicitar a natureza temática do referente. Essa função diz respeito ao papel que as formas de pronomes pessoais exercem sintaticamente nas sentenças: *eu* e *tu*, por exemplo, são restritos à função de sujeito, ao passo que as formas oblíquas átonas, por sua vez, são restritas a funções completivas, tendo formas particulares para objeto direto e indireto. Esse comentário equivale à categorização dos pronomes em reto e oblíquo, apresentada pela Gramática Tradicional e pelo Livro Didático e omitida na Gramática Científica.

Após essa exposição, a autora discorre a respeito de outra função básica dos pronomes pessoais, qual seja, referenciar os interlocutores da enunciação, por meio de primeira (aquele de quem parte o discurso), segunda (aquele a quem se dirige o discurso) e terceira (aquele sobre a qual é o discurso) pessoas. Neves (2000) destaca que haveria dois eixos envolvidos nesse quesito: um eixo subjetivo, ao qual pertencem o locutor e receptor da interação, e um eixo não subjetivo, do qual fazem parte as pessoas/coisas que não participam da interação (a terceira pessoa, que pode ser determinada ou indeterminada).

No quarto tópico, Neves (2000) expõe os empregos dos pronomes pessoais. Inicialmente, a linguista já apresenta um aspecto diferente da Gramática Tradicional, ao reconhecer que as formas *você(s)*, que fazem concordância com o verbo na 3^a pessoa, são muito mais comumente usadas para se referir à 2^a pessoa do que *tu*. Além disso, segundo ela, muitas vezes, há uma mistura nas formas de referência pessoal de segunda e de terceira pessoa, como, por exemplo, o uso de *te peço* e *você é* para fazer referência à mesma pessoa da oração. Neves (2000) comenta que, no caso dos pronomes pessoais do plural, faz-se referência a indivíduos que desempenham diferentes papéis no discurso. Outro emprego a respeito do qual a autora comenta é a referenciação genérica feita por alguns pronomes pessoais (*você, eu, eles*, dentre outras formas de indeterminação do sujeito).

Por fim, Neves (2000) aborda as particularidades no emprego de pronomes pessoais. Ela discute casos como as formas *comigo, contigo, consigo, conosco e convosco*, que representam a união dos pronomes pessoais à preposição *com*. A autora discorre, também, sobre a contração dos pronomes oblíquos *Ihe, me* e *te* ao se juntarem com *o*, transformando-se em *Iho, mo* e *to*, em registros formais. Outra particularidade é o chamado *pleonasmo do objeto*, em que o pronome oblíquo tônico reforça o pronome oblíquo átono da mesma pessoa. Neves (2000) comenta, ainda, que algumas formas oblíquas reflexivas são parte integrante dos chamados verbos pronominais, como *admirar-se* e *deceptionar-se*. Finalmente, a linguista apresenta o sintagma nominal *a gente* como pronome pessoal, na linguagem coloquial, que pode se referir à primeira pessoa do plural ou fazer referência genérica, indeterminando o sujeito.

Conforme pontua Anjos (2016), por um lado, o cenário dos estudos gramaticais na escola é extremamente favorável à inserção e recepção da Gramática de Usos do Português, uma vez que a obra tentou captar “a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado

em cada instância” (NEVES, 2000, p. 13). Por outro lado, pelo fato de realizar uma densa descrição da língua, valendo-se de uma metalinguagem muito especializada, a Gramática de Usos parece, até o momento, não ter conseguido alcançar as práticas de sala de aula do professor do Ensino Básico, ficando restrita, na prática, a estudantes de Letras do Ensino Superior.

DISCUSSÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MATERIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A comparação entre a Gramática Tradicional, o Livro Didático e a Gramática Científica demonstra que as definições de *pronomes* descritas por Cunha e Cintra (2001) e De Nicola (2005) são semelhantes. Nessas duas obras, os pronomes, considerados como *classes de palavras*, são definidos como palavras que representam/substituem os substantivos ou os acompanham/determinam, logo, podem ser classificados como pronomes substantivos ou pronomes adjetivos. Os pronomes são, também, categorizados, por esses autores, em seis tipos: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. Essa categorização dos pronomes está em consonância com a proposição da NGB (BRASIL, 1958). Entretanto, essa classificação não é adotada na Gramática Científica por Neves (2000), que não apresenta uma definição para pronomes, em geral, o que pode ser justificado pelo próprio agrupamento que a autora faz das classes de palavras, que coloca os diferentes tipos de pronomes como integrantes de diferentes processos que ocorrem na língua.

No que diz respeito à definição de *pronomes pessoais*, todas as obras observadas citam basicamente os mesmos aspectos: a capacidade de identificar a pessoa gramatical e a de fazer referência no texto, ao substituir um nome. Todos os autores reconhecem, portanto, que as funções principais do pronomes pessoal são a de identificar a pessoa gramatical (quem fala, com quem se fala e de que se fala) e a de referenciar algum elemento (um sintagma nominal) já mencionado. No entanto, de todas as obras, a de Neves (2000) é a que melhor explicita essas funções, visto que, ao partir de textos produzidos em condições reais, a autora consegue estabelecer que as funções dessa classe de palavras se resumem a duas: função interacional e função textual. Ou seja, a *Gramática de Usos do Português*, dentre as obras analisadas, é a que aborda, de maneira mais explícita, que os pronomes pessoais de 1^a e 2^a pessoa têm uma função dêitica/exofórica — visto que remetem às pessoas do discurso — e que os de 3^a pessoa — também chamada de não-pessoa — têm função exofórica (anafórica ou catafórica) — uma vez que remetem a elementos da cadeia textual.

A divisão em pronomes pessoais retos (sujeito) e oblíquos (complemento) é feita, de forma explícita, na Gramática Tradicional e no Livro Didático, que utilizam essa terminologia, ao passo que, na Gramática Científica, há comentários a respeito da restrição das funções exercidas por determinados pronomes, porém, sem o uso do termo *reto* para se referir a pronomes que se referem ao sujeito da oração. Neves (2000) apresenta informações mais detalhadas do que as dos outros autores, visto que não se limita a mostrar um quadro com as formas e terminologias dos pronomes e discorre, separadamente, sobre cada um deles, nas diferentes funções. Além disso, os pronomes reflexivos são abordados nas Gramáticas analisadas, mas não no Livro Didático. Os pronomes recíprocos, por sua vez, são mencionados por Cunha e Cintra (2001), como também por Neves (2000), mas não por De Nicola (2005).

Em relação aos exemplos apresentados em cada obra para ilustrar a exposição dos pronomes pessoais, pode-se afirmar que, de forma geral, Cunha e Cintra (2001) apresentam exemplos da literatura considerada como clássica, além de frases criadas por eles, assim como faz De Nicola (2005). Ou seja, os autores da Gramática Tradicional, assim como o do Livro Didático, baseiam-se em frases criadas por eles, apesar de De Nicola (2005) destacar e considerar a importância de partir de textos produzidos em contextos reais de produção e circulação. A abordagem de Neves (2000) é, nesse sentido, totalmente diferente, visto que a linguista parte de frases encontradas em textos produzidos em contextos reais, nos quais o uso da língua se dá de forma concreta. Ou seja, enquanto os autores que se baseiam na NGB partem das regras para criar os exemplos, a autora, que se baseia na linguística de cunho funcionalista, parte do uso para, assim, estabelecer as regras.

Ademais, pode-se afirmar que o caráter prescritivo da Gramática de Cunha e Cintra (2001) fica evidente, pois os autores consideram usos “errados” dos pronomes na língua. De Nicola (2005), no livro didático, por sua vez, comenta a respeito de determinados usos fora do padrão, mas não entra na questão de erro ou acerto, explicitamente. Neves (2000), em sua Gramática Científica de caráter funcionalista, baseia-se em usos da língua no momento de descrever as regras de funcionamento do português, sem fazer prescrições. É importante destacar que a autora considera a relevância do contexto sociocomunicativo para estabelecer as regras, comentando que determinados usos são restritos a um contexto formal, literário ou religioso, por exemplo. Logo, na obra de Neves (2000), as funções dos pronomes pessoais só são elencadas após serem analisadas em diferentes (con)textos, o que torna a abordagem da Gramática Científica mais rica e baseada em contextos reais de uso, ao contrário das outras obras analisadas.

Destacamos, no entanto, que o livro didático também apresenta a importância do contexto para a compreensão do funcionamento da classe de palavras conhecida como *pronomes pessoal*. Ou seja, dentre as obras de abordagem prescritiva, o Livro Didático de De Nicola (2005) define a classe gramatical de maneira mais crítica, se comparado à Gramática de Cunha e Cintra (2001). Assim, notamos um impasse na proposta do Livro Didático: ao mesmo tempo em que se pauta nas proposições da Gramática Tradicional, o autor busca promover uma reflexão acerca dos pronomes, não se limitando à definição e exemplificação feitas na Gramática Tradicional. Da mesma maneira, apesar de os exercícios serem apresentados de maneira desarticulada com a apresentação prévia do conteúdo no livro, deve-se destacar que De Nicola (2005) utiliza exemplos concretos de usos linguísticos em gêneros textuais como a tirinha. Dessa forma, o livro didático, embora se baseie inicialmente nas prescrições das Gramáticas Tradicionais, também didatiza princípios teóricos da Linguística, tal como o conceito de *foricidade*, exemplificando-o e efetuando, com isso, o que é sugerido pelos estudiosos da língua, como a própria Neves (2000), que sugere que o texto seja o ponto de partida para ensino da Gramática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as três etapas da abordagem da(s) Gramática(s) no ensino de Língua Portuguesa propostas por Savioli (2014), manuais gramaticais elaborados por filólogos, como o de Cunha e Cintra (2001), pertenceriam à primeira etapa. Apesar de preverem, na introdução da obra, a necessidade de se descrever a diversidade da Língua Portuguesa, a obra acaba por focalizar

a questão dos rótulos atribuídos às categorias gramaticais, limitando-se a prescrições de uso da língua. Conforme reflexões promovidas por Neves (2002, p. 30), a Gramática Tradicional “apresenta uma tensão em dois planos”: apesar de não haver marcas explícitas de injunção, que corresponderia a um esquema neutro de apresentação das categorias, essas Gramáticas trabalham com o critério de “exemplaridade das amostras”. Dessa forma, a abordagem de exemplos que se limitam ao domínio da frase, preferencialmente a frases retiradas da literatura clássica, demonstram a adoção de “um parâmetro que se oferece como modelo”, tal como apontado por Neves (2002, p. 31).

Considerando, especificamente, os materiais analisados, constatamos que, para uso em sala de aula, o livro didático de José de Nicola (2005) apresenta uma abordagem mais contextualizada dos pronomes pessoais do que a gramática de Cunha e Cintra (2001). Ressaltamos, porém, que certos aspectos na gramática de Neves (2000) — como a questão de utilizar textos provenientes de situações reais de produção como ponto de partida e considerar todos os usos linguísticos, explicando que algumas variantes são mais adequadas em determinados contextos, por exemplo — podem enriquecer a abordagem das classes de palavras em sala de aula. Segundo Lima (2016), a Gramática de Usos da Língua Portuguesa contribui, então, nas primeiras décadas do século XXI, para confirmar as conclusões dos estudiosos da gramaticografia brasileira, que possibilitam a desconstituição das bases da tradição gramatical.

Apesar da importância inegável da obra, para o professor do Ensino Básico, a ausência de transposições didáticas dessa e de outras Gramáticas Científicas para os Livros Didáticos de Língua Portuguesa, assim como a necessidade de domínio da teoria sociofuncionalista ou mesmo de outras teorias linguísticas, é um desafio, senão uma barreira à adoção dessas Gramáticas no contexto de sala de aula. A partir dessa constatação, notamos que, ainda hoje, há ressonâncias de problemas apontados por Savioli (2014) em relação à segunda etapa da abordagem grammatical no ensino de Língua Portuguesa. Isso sinaliza a necessidade de que as Gramáticas produzidas por linguistas sejam viabilizadas de maneira mais pedagógica, de modo a ir ao encontro das necessidades dos professores que atuam no Ensino Básico.

Uma relevante contribuição das Gramáticas Científicas, bem como dos documentos oficiais relativos à avaliação de Livros Didáticos de Língua Portuguesa, elaborados majoritariamente por profissionais provenientes de Instituições Públicas de Ensino Superior, diz respeito à responsabilidade da escola pelo ensino da variedade culta da Língua Portuguesa. Nesse sentido, mostram-se bastante proíficas as reflexões promovidas por Neves (2002, p. 46), segundo a qual “a própria proposição da norma de prestígio já formularia mais como uma orientação para adequação sociocultural de uso do que como uma receita de ‘legitimidade’ e de ‘pureza’ linguística de determinadas construções”.

Sendo assim, ao invés de o método de ensino grammatical limitar-se ao fornecimento de etiquetas linguísticas, esse ensino deve propiciar a imersão dos aprendizes, por meio de textos e gêneros textuais em que circula a variedade culta da língua, especialmente na modalidade escrita. Desse modo, o contato prolongado e reflexivo com essa variedade da língua viabiliza seu domínio por estudantes da Educação Básica. Concluímos, portanto, que não há um método ou manual grammatical definitivo para o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, mas, sim, obras mais ou menos adequadas a esse fim, que se complementam e podem ser utilizadas, em

conjunto, no ensino dos pronomes pessoais, tal como ilustramos, como também no ensino de outros conteúdos gramaticais de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. A. Gramática da língua portuguesa padrão: (des)continuidades? In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (org.) **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola, 2016, p.187-214.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro, 1958.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Panfleto Informativo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Brasília, DF: FNDE, abr. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Médio (PNLEM)**. Brasília, DF: FNDE, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Língua Portuguesa. Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio**. Brasília, DF: FNDE, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CASTILHO, A. T. Reorganização do quadro dos pronomes pessoais: alteração, criação, substituição e perda. In: **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 478-479.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DE NICOLA, J. **Português: ensino médio, volume 2**. São Paulo: Scipione, 2005.
- FIGUEIREDO SILVA, M. **A posição sujeito no Português Brasileiro – frases finitas e infinitivas**. Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura grammatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.
- LIMA, A. Gramática de usos do português: metalinguagem em função. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (org.) **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola, 2016, p. 215-236.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NEVES, M. H. M. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2002.

SAVIOLI, F. P. O percurso das gramáticas nas ações escolares. In: NEVES, M. H. M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.) **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola, 2014, p. 134-152.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 37, n. 3, 2012, p. 803-821. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

VERBOS “SER” E “ESTAR”: CONTÍNUO PERMANENTE-TEMPORÁRIO E O ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA

“SER” AND “ESTAR” VERBS: PERMANENT-TEMPORARY CONTINUUM AND PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE TEACHING

Carmelita Minelio da Silva Amorim*

UFES

Renata Rocha Vieira de Mello**

UFES

Santinho Ferreira de Souza***

UFES

Resumo: Este trabalho tem, como objeto, proposta de organização de material didático pertinente aos verbos “ser” e “estar” para utilização no ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE). O objetivo é apresentar o contínuo [+permanente] – [+temporário], tendo como referência o contraponto entre o que preceituam as gramáticas normativas e os usos correntes da língua em contextos interacionais. O referencial teórico adotado é a Linguística Centrada no Uso, para a qual a língua é um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, simultaneamente, tanto de padrões mais ou menos regulares quanto de padrões em permanente emergência, regidos pelas necessidades cognitivas e/ou comunicativas (BYBEE, 2010). Assim, a gramática é concebida como um fenômeno sociocultural; sua estrutura e sua regularidade são originadas no discurso e moldadas em um processo contínuo; dominá-la significa não apenas dominar mecanismos de natureza morfossintáticos, mas também processos associados à organização textual e a fenômenos interacionais, que envolvem aspectos linguísticos e cognitivos. Também será utilizado o trabalho de Huback (2011) sobre esses verbos no ensino de PLE. A metodologia consiste em observar ocorrências de uso desses verbos em textos variados e organizá-las em um contínuo que espelhe as noções de permanência/temporalidade que as constituem.

Palavras-chave: Linguística Centrada no Uso. Português Língua Estrangeira. Verbos “ser” e “estar”. Material didático.

Abstract: The aim of this paper is to present a proposal of teaching-learning material of the “ser” and “estar” (“to be”) verbs for using with students of Portuguese as a Foreign Language (PFL). The objective is to present the [+ permanent] - [+ temporary] continuum, having as reference the counterpoint between

* Pós-Doutorado em Linguística (UFF). Professora efetiva no nível Adjunto II – Ufes. E-mail: carmel_msa@yahoo.com.br.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-Ufes). E-mail: renata.rvmello@gmail.com.

*** Pós-Doutorado em Informática na Educação (PPGI/Ufes). Professor efetivo no nível Associado IV – Ufes. E-mail: santinhosouza@uol.com.br.

the prescription of normative grammars and the current uses of language in interactional contexts. The theoretical framework adopted is Use-Centered Linguistics, for which language is a complex adaptive system, a fluid structure, constituted, simultaneously, of more or less regular patterns and patterns in permanent emergence, governed by cognitive and/or communicative needs (BYBEE, 2010). Grammar is seen as a sociocultural phenomenon; its structure and its regularity are originated in the discourse and shaped in a continuous process; mastering it means not only mastering mechanisms of a morphosyntactic nature, but also processes associated with textual organization and interactional phenomena, which involve linguistic and cognitive aspects. Huback’s (2011) work on these verbs in the teaching of PFL will also be used. The methodology consists of observing occurrences of the use of these verbs in various texts and organizing them in a continuum that reflects the notions of permanence/temporality that constitute them.

Keywords: Usage-Based Linguistics. Portuguese as a Foreign Language. “Ser” and “estar” verbs. Teaching material.

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas em trabalho monográfico de Vieira de Mello (2017) apontaram para a pertinência de organização de material didático com foco no uso dos verbos “ser” e “estar” em contexto de ensino-aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE), considerando-se resultados de observação do desempenho de estudantes cujas línguas maternas não se estruturam com o uso de dois verbos diferentes para exprimir as noções contidas em “ser” e “estar”. O mais das vezes, os estudantes apresentaram dificuldades na escolha e uso desses verbos em cursos de nível básico e nível intermediário, oferecidos pelo Núcleo de Línguas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Pode-se afirmar que houve falha no processo de ensino, que, na maioria das vezes, tem como referência única o exposto nos livros didáticos, que ordinariamente retomam exemplos descontextualizados e explicações superficiais e reduzidas sobre a matéria.

A inferência acima aludida se confirma em resultados de estudos realizados por Huback (2011). Num contexto de pesquisa que envolveu 18 (dez) estudantes estadunidenses e 18 (dez) nativos de língua portuguesa do Brasil, as dificuldades no uso dos verbos “ser” e “estar” foram analisadas e, na sequência, os resultados daí decorrentes foram comparados com as descrições e explicações contidas nos livros didáticos.

Alguns dos registros de dificuldade apontados por Huback (2011) ocorreram em usos em que se pergunta a localização de imóveis (casa, por exemplo), nos quais os próprios falantes nativos de Português Brasileiro (PB) utilizaram o verbo “estar” diferentemente do postulado nos livros didáticos. Outras dificuldades envolveram as sentenças com profissões e outras construções frásicas em que se perguntava onde era a aula de português.

O que ocorre é que os livros didáticos de PLE, quando apresentam explicações e exercícios descontextualizados, não contribuem tanto para que o aluno possua uma visão mais ampla acerca dos possíveis usos, já que atribuem, em muitos casos, o verbo *ser* a condições permanentes e o verbo *estar*, a condições temporárias, sem se admitirem casos não categóricos (HUBACK, 2011).

No caso do livro didático *Novo Avenida Brasil*, que vinha sendo utilizado no ensino de PLE no Núcleo de Línguas/Ufes, os usos de “ser” e “estar” são exemplificados por meio de

frases descontextualizadas sem uma explicação aprofundada: “Sou jornalista.”; “O senhor é americano?”; “Eu estou com fome.”; “Você está com sede.”, “Eu estou na escola, meu marido está na praia, com uma amiga.”, “Norma é brasileira. Ela está na França para estudar.”, “Ela é professora. Agora ela está na classe.”, entre outras (LIMA *et al.*, 2008).

Na monografia de Vieira de Mello (2017), foi reaplicado o teste realizado por Huback (2011) com alunos e ex-alunos cujas línguas maternas não distinguiam, com uso de verbos diferentes, as noções de “ser” e “estar”. Em seguida, estabeleceram-se comparações entre as respostas obtidas em ambas as pesquisas.

Nesse compasso de busca de outro modo de fazer, este trabalho objetiva apresentar uma maneira de trabalhar as diferenças de usos desses verbos em cursos de PLE, consideradas um contínuo as noções de caráter permanente e temporário, com foco no uso efetivo da língua nos variados contextos interacionais. A proposta é a de uma abordagem contextualizada.

Para alcançar esse objetivo, adota-se, como base teórica, a Linguística Centrada no Uso (LCU), para a qual a língua é um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, que apresenta padrões tanto regulares quanto emergentes regidos por necessidades cognitivas e/ou comunicativas. Nessa perspectiva, a gramática da língua é concebida como um fenômeno sociocultural, sendo sua estrutura e sua regularidade originadas no discurso, moldadas em um processo contínuo. Assim, dominar a gramática de uma língua significa não apenas dominar mecanismos de natureza morfossintática, mas também processos associados à organização textual e a fenômenos cognitivos e interacionais.

Na sequência, têm-se os fundamentos teóricos que ancoram a realização do trabalho, o desenvolvimento do estudo (sua metodologia e discussão, apresentando parte da proposta didática) e as conclusões alcançadas em decorrência das análises anteriormente desenvolvidas, enquanto, nos anexos, são apresentados alguns dos textos selecionados para o trabalho em sala de aula.

Assim, este artigo está dividido nos seguintes itens: introdução; fundamentação teórica; descrição da metodologia adotada para a elaboração da proposta didática; contextualização do uso do livro didático *Novo Avenida Brasil 1* no curso de PLE do Núcleo de Línguas/Ufes; principais resultados obtidos por Vieira de Mello (2017); desenvolvimento da proposta didática; e considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Linguística Centrada no Uso (LCU) é o resultado da junção dos postulados de duas correntes teóricas da Linguística: o Funcionalismo Linguístico norte-americano e a Linguística Cognitiva. A primeira projetou-se, a partir da década de 1970, com o objetivo principal de analisar a língua sob o ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralingüística, estudando, ao mesmo tempo, a gramática e o discurso, vistos numa relação de simbiose. A Linguística Cognitiva, por sua vez, vê as construções linguísticas como esquemas cognitivos tais quais os outros tipos de esquemas advindos de percepções humanas acerca do mundo. O falante, segundo essa concepção, ao se comunicar, desenvolve esse esquema e aprende a usar a língua. Assim, a LCU concebe a língua como um sistema adaptativo complexo capaz de ser analisado com base em fatores morfossintáticos e semântico-pragmáticos, tendo sempre ocorrências reais como fonte de dados.

Na LCU,

parte-se do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente. A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação. A gramática, para essa abordagem, tem uma forma, uma organização, em virtude de processos cognitivos gerais, tais como categorização e analogia, e em virtude da frequência de uso (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

Essa abordagem reconhece como fundamental o estatuto das funções da língua na descrição de suas formas, de maneira que cada entidade linguística deve ser definida com relação ao seu uso efetivo na língua, ao papel desempenhado na comunicação.

Para Thompson e Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado diretamente aos esquemas léxico-gramaticais nos quais ele pode ocorrer, e a estrutura argumental (configuração em que o verbo é o centro e, à sua volta, encontram-se os argumentos) é, em essência, um subconjunto desses esquemas.

Nesse sentido, a frequência de uso de determinada construção, no caso em questão, construções com verbos “ser” e “estar”, conduz a seu estabelecimento no repertório linguístico do usuário da língua, tornando-a uma unidade de processamento a ele disponível.

Para Barlow e Kemmer (2000) e Bybee (2010, 2011) o principal pressuposto da LCU é o de que a estrutura da língua emerge de maneira proporcional ao uso, que, por sua vez, modela as práticas discursivas cotidianas. Dessa forma,

uma teoria linguística que pretenda descrever e explicar a gramática da língua com base no uso que dela fazem os indivíduos em suas interações verbais tem, necessariamente, que levar em conta as situações e os contextos comunicativos em que esse uso se atualiza (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15).

Barlow e Kemmer (2000) destacam a importância do contexto, uma vez que os padrões linguísticos e não linguísticos são processados e aprendidos de forma integrada. Segundo esses autores, as representações linguísticas estão ligadas aos eventos de uso de três maneiras:

Primeiro, as instâncias são a base a partir da qual o sistema linguístico do falante é constituído, isto é, o sistema é abstraído dos eventos de uso [...]. Segundo, a relação entre as representações abstratas na gramática do falante e os eventos de uso são mais diretas do que, geralmente, se supõe. O abstrato e o particular permanecem intimamente relacionados [...]. Os eventos de uso são necessariamente específicos por natureza, uma vez que, por exemplo, qualquer enunciado linguístico tem um conteúdo lexical. O sistema linguístico é construído a partir de tais instâncias lexicalmente específicas, gradualmente abstraindo-se para representações mais gerais, como fonemas, morfemas, e padrões sintáticos, a partir da repetição de instâncias semelhantes. Isso significa que quaisquer representações gerais que emergem da operação do sistema estão necessariamente ligadas, isto é, são ativadas em conjunto com instâncias específicas desses padrões. [...] unidades da língua

(de fonemas a construções) não são fixas e, sim, dinâmicas, sujeitas à extensão criativa e reformulação com o uso. [...] Produções linguísticas não são apenas produtos do sistema linguístico do falante, mas também fornecem *input* para os sistemas de outros falantes (bem como, por reflexo, para o próprio do falante), não apenas na aquisição inicial, mas no uso da língua ao longo da vida (BARLOW; KEMMER, 2000, p. 2, tradução nossa).¹

No que se refere às categorias analíticas abarcadas pela LCU, destacam-se, para esta pesquisa, a categorização e a prototípicidade. Segundo Bybee (2010), a categorização é o mais básico dos processos cognitivos de domínio geral e diz respeito a categorias perceptuais de diversos tipos que se originam a partir da experiência humana, independentemente da língua. No âmbito linguístico, a categorização refere-se à semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes correspondentes são reconhecidas e associadas a representações armazenadas. Assim, as construções de conceitos e sentidos estão diretamente relacionadas às experiências do ser humano no seu ambiente biofísico e sociocultural. Desse modo, no que diz respeito aos verbos em foco nesta pesquisa, pode-se dizer que o modo como os estudantes/falantes de PLE percebem ou não as diferenças de sentido existentes nos usos dessas formas tem relação direta com suas experiências em suas línguas maternas.

A essa categorização, associa-se a noção de *protótipo*, uma vez que cada categoria é conceitualizada a partir do representante que reúne os traços recorrentes dos que compõem determinada categoria. Assim, a classificação ocorre por meio do elemento que exemplifica o protótipo e os demais elementos são classificados considerando as características mais, ou menos, próximas desse exemplar. No que se refere aos verbos “ser” e “estar”, pode-se afirmar que o uso prototípico de cada um veicula os sentidos [+ Permanente] e [+ Temporário], respectivamente. Os usos que se distanciam dessas noções prototípicas podem ser vistos categorizados em termos de gradiência. O esquema a seguir representa essa perspectiva.

Esquema 1: Gradiência [+ Permanente] – [+ Temporário]



Fonte: Elaboração própria.

No plano metodológico da LCU, portanto, são as situações e os contextos comunicativos concretos que fornecem os objetos de análise, trabalhando-se com e em contextos efetivos

¹“First, such instances are the basis on which a speaker’s linguistic system is formed, i.e. they are experience from which the system itself is initially abstracted [...]. Second, the relation between the more abstract representations in the speaker’s grammar and the usage events experienced by the speaker is much more direct than usually assumed. The abstract and the particular remain tightly linked [...]. Usage events are necessarily specific in nature, in that, for example, any given linguistic utterance has lexical content. The linguistic system is built up from such lexically specific instances, only gradually abstracting more general representations, such as phonemes, morphemes, and syntactic patterns, from the repetition of similar instances of use. This means that any general representations that emerge from the operation of the system necessarily are tied to, i.e. activated in concert with, specific instances of those patterns. [...] units of language (from phonemes to constructions) are not fixed but dynamic, subject to creative extension and reshaping with use. [...] Language productions are not only products of the speaker’s linguistic system, but they also provide input for other speakers’ systems (as well as, reflexively, for the speaker’s own), not just in initial acquisition but in language use throughout life.” (BARLOW; KEMMER, 2000, p. 2).

de comunicação, “evitando lidar com frases criadas *ad hoc*, dissociadas de sua função no ato comunicativo” (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 16).

Como contribuição também dentro da abordagem teórica, outro ponto são as reflexões contidas no artigo “A Aquisição de ser e estar no ensino de Português como Língua Estrangeira”, de Huback (2011). O artigo traz, a partir da teoria da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1987) e do Modelo de Exemplares (BYBEE, 2010), uma análise do ensino e da assimilação desses verbos por estudantes de português como língua não materna. Por meio de um questionário, realizaram-se experimentos com esses estudantes e com falantes nativos do português.

Para Langacker (1987), não se pode separar o conhecimento linguístico dos demais conhecimentos, uma vez que o processamento se dá da mesma forma. A Linguística Cognitiva postula que o sentido é o aspecto mais importante para o conhecimento linguístico, sendo a gramática a organização individual do conhecimento linguístico. Sendo assim, regras dicotônicas nas definições de categorias linguísticas não se sustentam, sendo necessário se pensar em um *continuum* de traços para categorias gradientes.

Dessa forma, é questionado o modo categórico e normativo a partir do qual os materiais didáticos de português como língua estrangeira, apesar da maior demanda dos últimos tempos na área, ainda ensinam verbos como “ser” e “estar”, sem que haja registros informais e dialetais do PB ou menção ao uso da língua em situações concretas de comunicação (HUBACK, 2011, p. 91). Além disso, a autora faz uma proposta de abordagens que considerem um *continuum* de traços para categorias gradientes.

METODOLOGIA DO ESTUDO

Observando-se dificuldades também nos alunos de PLE do Núcleo de Línguas/Ufes no uso e diferenciação dos mesmos verbos, decidiu-se planejar um material didático destinado a estudantes de PLE em cujas línguas maternas seja utilizado um único verbo com os sentidos de “ser” e “estar”, e que poderá ser aplicado como plano de intervenção.

Para isso, a metodologia consiste na observação de ocorrências de uso dos verbos “ser” e “estar” em textos de variados gêneros, seleção desses materiais e elaboração de perguntas para a discussão, em sala de aula e em grupos, sobre os textos apresentados. O trabalho prossegue com a organização qualificada dessas ocorrências, feita pelos grupos de alunos, em um *continuum* de permanente e temporário, de acordo com suas compreensões acerca do sentido dos textos, a fim de se espelharem com mais clareza essas noções.

Em seguida, apresentam-se a comparação de resultados entre os grupos, a síntese de conceitos em conjunto e a avaliação dos resultados ao longo do curso e do contato com os alunos.

Assim, a proposta didática tem como foco também servir como uma forma de expansão do repertório linguístico do estudante, partindo do que é considerado uso protótipo dos verbos “ser” e “estar” e alcançando o que é considerado não protótipo.

O LIVRO DIDÁTICO NOVO AVENIDA BRASIL 1

No curso de Português para Estrangeiros do Núcleo de Línguas/Ufes, foi adotada a coleção de livros didáticos *Novo Avenida Brasil: Curso Básico de Português para Estrangeiros*, de Lima *et al.* (2008).

Os verbos “ser” e “estar” são trabalhados no primeiro livro da coleção, intitulado *Novo Avenida Brasil 1*, utilizado nos níveis iniciais do curso.

O verbo “ser” é apresentado logo nas páginas iniciais da Lição 1 do livro (“Conhecer pessoas”), em diálogos simples de apresentação pessoal (com perguntas sobre nome, nacionalidade, profissão, etc) e, na página 3, em uma atividade intitulada “Verbo irregular ser”, que contém um quadro de conjugação verbal para os pronomes “Eu”, “Você/Ele/Ela”, “Nós” e “Vocês/Eles/Elas”. Faz-se uma consideração acerca do uso do pronome “tu” e do “vós”. Segundo os autores, o “tu” é usado em Portugal e em algumas regiões do Brasil, e o “vós” não é usado em português moderno (LIMA *et al.*, 2008, p. 3).

Após o quadro de conjugações, há um exercício com oito perguntas, por exemplo, “O que eles são? (estudantes)”, para as quais o aluno deve responder escrevendo uma frase com o que está indicado entre parênteses; que seria, neste caso, “Eles são estudantes”.

O verbo “estar” é apresentado somente na Lição 3 do livro, cujo título é “Comer e beber”. Nas primeiras páginas da lição, apresentam-se alguns diálogos curtos que empregam os verbos a serem estudados no capítulo, sendo um deles o verbo “estar”. Esse verbo é apresentado na página 19 de maneira similar ao verbo “ser”, e há duas atividades. A primeira delas contém o enunciado “Faça frases”, seguido de um quadro com três colunas: na primeira, há os pronomes pessoais (“Eu”, “Você”, “Ele”, “Ela”, “Nós”, “Vocês”, “Eles”, “Elas”) a serem utilizados; na segunda, somente o infinitivo do verbo a ser conjugado; e, na terceira coluna, complementos como “na escola”, “em Londres”, “livre hoje à noite” e “com fome”. Existe também um desenho com dois jacarés e a frase “Nós estamos com fome” em um balão de fala de um dos animais. A atividade subsequente apresenta um balão de fala com o título “Minha família não está em casa”, cujo texto possui lacunas a serem completadas com o verbo “estar” e suas variações.

Os dois verbos são apresentados de maneira conjunta na seção “Ser ou estar”, na página 20, ainda na Lição 3. Há um quadrinho com um desenho de um personagem dizendo “Ela é professora. Agora ela está na classe”, ao lado de um desenho de uma personagem professora ao lado dando aulas em sala de aula.

O exercício, então, pede para que o aluno faça frases – aparentemente, oralmente – seguindo o exemplo “Norma é brasileira. Ela está na França para estudar”. Para auxiliar, há dois quadros: um com nomes de pessoas e pronomes pessoais ao lado de diversas nacionalidades e, outro, com complementos de lugar e justificativas (“para visitar amigos”/ “para trabalhar”, etc).

Na seção de exercícios complementares do livro, constam variações das atividades apresentadas na seção principal do livro.

O ESTUDO DE VIEIRA DE MELLO (2017)

Na pesquisa de Vieira de Mello (2017), oito alunos e ex-alunos de 22 a 42 anos de idade e de nacionalidades heterogêneas (duas alemãs, uma austríaca, três holandeses, uma sérvia e uma

norte-americana) foram convidados a participar da pesquisa presencialmente ou via e-mail. Os alunos e ex-alunos que responderam ao questionário presencialmente o fizeram após uma breve revisão, feita com a ajuda da professora, sobre o sentido desses dois verbos segundo os livros didáticos, e uma explanação sobre o questionário. Já aos alunos e ex-alunos que responderam via e-mail foram concedidas uma breve revisão por escrito sobre os verbos e uma explicação semelhante sobre o questionário. Em ambos os casos, a autora se disponibilizou para responder possíveis dúvidas e dar esclarecimentos.

Os quadros e tabelas a seguir são apresentados para melhor visualização dos resultados do questionário obtidos por Vieira de Mello (2017) e para comparações com os mostrados por Huback (2011).

A Questão A do questionário continha seis pares de frases com a questão se, entre os pares de frases subsequentes, haveria diferença no uso dos verbos “ser” e “estar”. Em caso afirmativo, os entrevistados deveriam descrevê-la. O quadro 1 apresenta os pares de frases e o total de diferenciações feitas em cada item.

Quadro 1: Sentenças da questão A e resultados de cada par.

Número do Par	Sentenças	Total de diferenciações feitas
I	1. O presidente é muito otimista em relação ao futuro. 2. O presidente está muito otimista em relação ao futuro.	8 (100%)
II	3. A menina é exausta. 4. A menina está exausta.	8 (100%)
III	5. O café é quente. 6. O café está quente.	8 (100%)
IV	7. O café é pronto. 8. O café está pronto.	7 (87,5%)
V	9. O computador está lento. 10. O computador é lento.	8 (100%)
VI	11. Bruna é casada. 12. Bruna está casada.	5 (62,5%)

Fonte: Vieira de Mello (2017, p. 17)

No primeiro e no segundo pares de frases, todos observaram diferenças de sentido, relacionando o conceito de permanência à frase com o verbo “ser” e o de temporariedade à sentença com o verbo “estar”. Muitos criaram um contexto mais específico com motivações, por exemplo, para o otimismo do presidente do par I – negociações com outro país, por exemplo. Um aluno holandês relativizou os conceitos de permanente e temporário em relação à postura do presidente, trazendo, respectivamente, as noções de longo prazo (relacionado à frase com o verbo “ser”) e curto prazo (relacionado à frase com o verbo “estar”).

No par III, todos os entrevistados encontraram diferenças de sentido. Entretanto, em um dos casos, levando em conta a distinção categórica “permanente x temporário”, feita nos

livros didáticos, uma aluna sérvia considerou errada a frase “O café é quente”, já que o café não é algo permanentemente quente, que não se possa esfriar, como seria uma “lava vulcânica”.

O par IV foi um dos mais controversos nas interpretações. Para explicar o sentido da frase 7, uma aluna austriaca escreveu que “[o estabelecimento] sempre tem um café pronto para pegar (café velho)”; já em relação à frase 8, exemplificou a seguinte situação “O seu café está pronto, novo”. Um outro aluno holandês, explicando a frase 7, escreveu: “em um supermercado, o café é pronto para levar para casa”; explicando a frase com “estar”, afirmou que “o café ainda não está muito quente; está pronto para beber”. Houve somente um caso de não diferenciação, porém a falta de contexto dificultou a própria explicação semântica da sentença com o verbo “ser”, uma frase de uso provavelmente incomum. Em dois casos, essa frase foi considerada incorreta.

No quinto par de sentenças, a maioria conseguiu diferenciar os usos: na frase com o verbo “estar”, a lentidão seria por algum motivo imediato; na frase com o verbo “ser”, a lentidão seria intrínseca à máquina, por conta do fabricante, por exemplo. Entretanto, uma aluna alemã indicou que é “errada” a frase com o verbo “ser”, sem, no entanto, entrar em detalhes.

O par VI conteve, hipoteticamente, a diferenciação mais sutil, pois somente em contextos específicos utilizam-se frases como a 12 – por exemplo, quando duas pessoas, que antes eram solteiras, não se veem há um certo tempo e, no reencontro, uma delas revela que agora está casada. Partindo do pressuposto de que casamento é algo permanente, duas entrevistadas questionaram a possibilidade de existência da frase com o verbo “estar”. Relativizando o tempo, três admitiram a frase com o verbo “ser” como se retratasse uma característica que existe há mais tempo. Um dos alunos holandeses e uma aluna americana afirmaram que as duas frases possuem o mesmo sentido, sendo que a americana alegou que não sabia exatamente o que significaria a frase 12. Foram, portanto, cinco diferenciações feitas, considerando os questionamentos sobre a existência da frase 12 como diferenciações.

Tabela 1: Comparação das respostas com as de Huback (2011) para a primeira questão.

Pares de sentenças	Diferenciações não feitas	
	Huback (2011)	Vieira de Mello (2017)
O presidente é/está muito otimista em relação ao futuro.	17%	0%
O café é/está quente.	17%	0%
Bruna é/está casada.	22%	37,50%

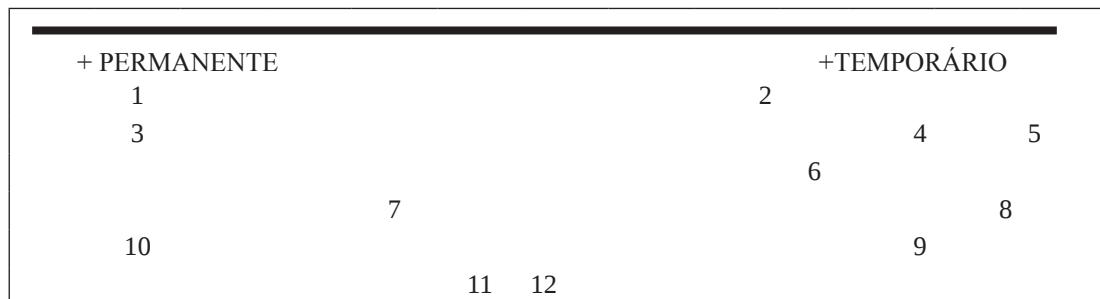
Fonte: dados de Vieira de Mello (2017) e de Huback (2011)

Junto com outras frases formuladas, as sentenças citadas no experimento de Huback (2011) foram também incluídas ou adaptadas no experimento da pesquisa de Vieira de Mello (2017). Porém, diferentemente dos resultados mostrados em Huback (2011), todos os nossos não-nativos entrevistados apontaram diferenças entre as sentenças dos pares “O presidente é/está otimista” e “O café é/está quente”. Já no par “Bruna é/está casada”, 37,5% dos nossos entrevistados admitiram que as duas sentenças possuem o mesmo sentido ou não souberam explicar a diferença, enquanto a não diferenciação ocorreu em 22% dos entrevistados de Huback (2011).

O que se pode observar, então, é que, em ambas as pesquisas, apenas uma minoria não viu diferença de sentido entre os pares de frases. No caso dos alunos e ex-alunos do Núcleo de Línguas/Ufes, quanto ao par “Bruna é/está casada”, houve menos diferenciações do que o mostrado em Huback (2011), gerando comentários para além da diferenciação, com opiniões sobre a possibilidade de existência do item com o verbo “estar”.

Considerando o contínuo de prototipicidade, e os resultados obtidos na pesquisa com os estudantes, as frases apresentadas no quadro 1 podem ser representadas do modo a seguir.

Esquema 2: Possível organização de frases do Quadro 1 no contínuo [+ Permanente] –[+ Temporário]



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados de Vieira de Mello (2017)

A Questão B constituiu-se de um exercício para completar 12 frases com o verbo “ser” ou “estar” (e suas variações). O quadro a seguir mostra os itens dessa questão, as respostas esperadas – segundo o que sugerem os livros didáticos de PLE –, e o total de respostas adequadas obtidas:

Quadro 2: Itens e resultados da Questão B

Itens da questão B	Respostas esperadas	Total de respostas “adequadas” ao item
1. Onde ___ sua casa?	É	3 (37,5%)
2. Aqui ___ minha redação.	ESTÁ	6 (75%)
3. Luana ___ professora há 3 anos.	É	8 (100%)
4. Luan ___ o rapaz mais bonito da sala.	É	7 (87,5%)
5. Hoje o dia ___ frio.	ESTÁ	8 (100%)
6. Em junho, ___ inverno no Brasil.	É	6 (75%)
7. Júlia ___ holandesa.	É	8 (100%)
8. Bruno ___ baixo.	É	7 (87,5%)
9. Maria e Alberto ___ primos.	SÃO	7 (87,5%)
10. Roberto ___ aluno da universidade.	É	8 (100%)
11. Onde ___ a aula de português?	É	1 (12,5%)
12. Hoje ___ muito frio aqui na Alemanha.	ESTÁ	8 (100%)

Fonte: Vieira de Mello (2017, p. 22-23)

Os resultados mostraram que, na construção considerada por Huback (2011, p. 103) como prototípica, por apresentar a característica imutável em referência à nacionalidade (item 7), e em frases mais comuns no dia a dia (itens 3 e 10), os participantes obtiveram um bom desempenho em relação ao que se espera de resposta em livros didáticos.

Enquanto isso, itens que traziam, em suas construções, características físicas (nos itens 4 e 8) também resultaram em bons desempenhos, com sete acertos cada um. Outro item com esse resultado foi o que apresentava um grau de parentesco, como o item 9. Todas essas sentenças trazem construções com o verbo “ser” que possuem alto “grau de permanência”, mas não tanto quanto uma sentença prototípica como “Carla é brasileira” (HUBACK, 2011, p. 103). Talvez isso explique a não unanimidade nas respostas na opção pelo verbo “ser”.

As construções que eram compostas por lugares fixos (itens 1 e 11) possuíram um número elevado de respostas com o verbo “estar”, ou seja, diferentes do que seria esperado, já que, para construções com sentido de maior permanência, o adequado, segundo os livros, seria utilizar o verbo “ser”. Porém, há de se considerar que, na sentença 11, há uma construção que traz um aspecto não muito permanente, pois se pode mudar o local em que aulas ocorrem. Talvez tenha sido esse o pensamento motivador para as respostas de sete dos oito entrevistados. Na realidade, nem mesmo entre os nativos de Português, sobretudo em relação à sentença 1, as opções seriam unâmines, como Huback (2011) mostrou.

A tabela a seguir apresenta a comparação dos dados referentes à segunda questão do teste – a de escolher o verbo “ser” ou “estar” para completar as frases.

Tabela 2: Comparação das respostas com as de Huback (2011) para a segunda questão

Pares de sentenças	Uso de verbo “inadequado”	
	Huback (2011)	Vieira de Mello (2017)
Onde ___ sua casa?	22%	62,5%
Luana ___ professora há 3 anos.	17%	0%
Hoje o dia ___ frio.	5%	0%
Em junho, ___ inverno no Brasil.	5%	25%
Aqui ___ minha redação.	11%	25%
Luan ___ o rapaz mais bonito da sala.	11%	12,5%

Fonte: dados de Vieira de Mello (2017) e de Huback (2011)

Os resultados de Huback (2011) apontaram para um significativo percentual (44%) de escolhas pelo verbo “estar” por parte de falantes nativos de PB em “Onde ___ sua casa?”, sendo que os livros didáticos apontariam para a escolha do verbo “ser” como sendo a correta, pois “os livros esclarecem que, para coisas que podem mudar de lugar, como animais e objetos, deve-se usar o verbo ESTAR; no entanto, para edifícios, ruas, cidades, isto é, coisas que não mudam de lugar, o verbo é “ser” (HUBACK, 2011, p. 101). Essa porcentagem alta de escolhas pelo verbo “estar”, vindas de falantes nativos, pode indicar que há uma possível variação linguística em processo, apesar do fato de os livros didáticos informarem como sendo o usual. Esses livros, muitas vezes, são utilizados como única referência pelos não-nativos, segundo a pesquisa de Huback (2011), dos quais 22% optaram pelo verbo “ser”, conforme indicado nos livros.

Embora tenham envolvido apenas falantes não-nativos, os resultados de Vieira de Mello (2017) para esse item também reforçam a hipótese da existência de uma variação linguística: para completar a frase “Onde ___ sua casa?”, 5 entrevistados (62,5%) utilizaram verbo “estar”. O que ocorre é que os falantes dessa pesquisa vivem ou viveram em imersão na Língua Portuguesa, e a utilizam ou a utilizaram, como segunda língua, no dia a dia com nativos, o que os torna mais sensíveis a possíveis variações linguísticas como essa. O livro didático, nesse caso, não é a única referência desses estudantes, o que pode explicar o uso feito pelos não-nativos da pesquisa de Huback (2011).

A outra frase mais problemática para os não-nativos da pesquisa de Huback (2011) foi a que envolvia profissão, em uma frase como “Luana ___ professora há 3 anos”. Nesse item, 17% dos falantes não-nativos escolheram o verbo “estar”. A imersão dos nossos entrevistados novamente favoreceu a escolha pela opção mais usual no PB. Todos optaram pelo verbo “ser” na frase, provavelmente por se tratar de um tipo de frase muito utilizado no cotidiano e, sobretudo, no início dos nossos cursos de português como segunda língua.²

Por último, em sentenças como “Aqui ___ minha redação” e “Roberto ___ o rapaz mais bonito da sala”, 11% dos não-nativos entrevistados por Huback (2011) optaram pelo verbo inadequado. Nos nossos resultados para a primeira sentença, 25% das escolhas foram pelo verbo inadequado e, para a segunda, 12,5% escolheram o verbo inadequado. Enquanto Huback (2011, p. 102) afirma que a frase “Aqui está minha redação” é usual entre seus alunos durante comunicações via e-mail, boa parte dos estrangeiros entrevistados na presente pesquisa desconhecia, a princípio, o termo “redação” e seu significado, o que pode ter influenciado nos resultados. Em “Roberto é/está o rapaz mais bonito da sala”, a autora afirma que os dois verbos parecem adequados, por isso a opção pelo verbo “estar” inclusive entre os falantes nativos de PB – o que pode também ter influenciado alguns resultados desta pesquisa.

Algumas conclusões podem ser feitas a partir das informações e análises expostas no decorrer deste artigo. Em primeiro lugar, os resultados desta pesquisa reforçaram a hipótese de que o contexto linguístico e o uso concreto da língua – aspectos tão caros à metodologia de trabalho da LCU – são também fundamentais para o aprendizado dos alunos de PLE. Em muitos casos, para suprir a necessidade de contexto, os entrevistados escreveram situações em que se poderia utilizar determinada frase. Enquanto isso, sentenças de uso relativamente raro simplesmente não fizeram sentido para os estudantes de PLE, e as de uso mais comum do dia a dia foram explicadas e completadas por eles, apesar do que os livros categoricamente expõem. Esses resultados remontam à teoria da LCU, quando relaciona a frequência de uso ao estabelecimento de construções no repertório do falante.

Pôde-se perceber, de maneira geral, em ambas as pesquisas, que os resultados obtidos junto aos alunos e ex-alunos do Núcleo de Línguas/Ufes e os mostrados por Huback (2011) foram semelhantes, mas os alunos e ex-alunos do NL tiveram resultado um pouco mais satisfatório no ponto de vista do uso linguístico real. Um fator que poderia explicar esse resultado é o da imersão, tendo em vista que, à época, os alunos viviam ou haviam vivido no Brasil.

²Para explicar a opção, a autora afirma que a profissão de alguém pode ser considerada algo temporário; no entanto, de alguma maneira entendemos a profissão como um atributo definidor da personalidade de um indivíduo, talvez por isso utilizemos o verbo SER, mesmo sabendo que uma profissão pode mudar. Os falantes não-nativos, guiados pela regra geral de uso dos verbos SER e ESTAR, não captaram essa distinção (HUBACK, 2011, p. 101).

De qualquer forma, os livros didáticos de PLE, quando apresentam explicações e frases fora de contexto, como as do experimento, bem como explicações categóricas sobre o exclusivo caráter permanente associado ao verbo “ser” e o temporário, ao verbo “estar”, pouco contribuem para que o aluno amplie sua visão acerca da diversidade dos possíveis usos. A complementação de materiais didáticos a ser feita pelo professor, sobretudo em casos em que não há a imersão do estudante na língua-alvo, é, portanto, de extrema importância. A seguir, faremos uma breve explanação de proposta de organização de material didático de ensino-aprendizagem dos verbos “ser” e “estar” no contexto explorado por Vieira de Mello (2017) e Huback (2011).

DESENVOLVIMENTO: A PROPOSTA DIDÁTICA

Após as reflexões acerca do ensino dos verbos “ser” e “estar”, apresenta-se uma proposta didática que visa aumentar o repertório linguístico em língua portuguesa do estudante, em um trabalho nos níveis iniciais com gêneros textuais preferencialmente curtos e perguntas de interpretação. Os textos – que podem ser, por exemplo, manchetes, capas de DVD, reportagens, etc. – contêm o uso dos verbos “ser” e “estar” de uma maneira contextualizada. O ideal é que ocorrências mais prototípicas sejam trabalhadas antes de ocorrências de uso mais específicas. A figura 1 contém um exemplo de reportagem que pode ser trabalhada com os alunos de PLE e em que há um uso não prototípico do verbo “estar”. Em seguida, será apresentado um exemplo de atividade possível a partir dessa figura.

Figura 1: Exemplo de texto a ser utilizado na proposta didática.

Após especulações, Adele confirma seu estado civil: ela está casada!

GABRIEL JUSTO
05/03/2017
18:52

Desde 2012, sabemos que Adele mantém um relacionamento com empresário do terceiro setor Simon Konecki, que também é pai do seu filho, Angelo. No último Natal, circularam boatos de que os dois haviam se casado em segredo em Los Angeles mas, até agora, não havia nenhuma confirmação.

f **t**
g+ **p**

MAIS SOBRE:
ADELE

Por isso mesmo, todo mundo ficou com uma carinha de “ué” quando ela agracou ao seu “márido” ao ganhar o Grammy de Melhor Álbum do ano por “25”.

Mas na noite deste sábado (4), durante um show em Brisbane, na Austrália, Adele finalmente confirmou que está casadíssima da silva. A declaração veio enquanto a cantora falava sobre o seu superhit, “Someone Like You”.

“Eu estava tentando lembrar como eu me senti no começo do relacionamento que inspirou essa música porque, por pior que seja um término, a sensação de se apaixonar por alguém é o melhor sentimento da terra. Obviamente que eu não posso sentir isso de novo porque estou casada agora. Achei minha cara-metade.”

Então, rolou casamentinho secreto mesmo, né Adele? hahahah
Toda felicidade do mundo pra você e para o boy! <3

Fonte: Justo (2017) em reportagem do veículo Papelpop³

³Disponível em: <https://www.papelpop.com/2017/03/apos-especulacoes-adele-confirma-seu-estado-civil-ela-esta-casada/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Após a distribuição aos alunos de cópias impressas da reportagem contida na figura 1, propõe-se uma discussão, em grupos, a partir de questões como: “Qual é o assunto do texto?”, “Em que local o texto foi publicado?”, “Qual seria o objetivo do texto?”, “O texto é mais formal ou traz marcas de informalidade? Cite exemplos. Na sua opinião, o que motiva essa opção do autor?”, “O que seria a ‘carinha de ‘ué’ que as pessoas tiveram após os agradecimentos de Adele?’”, “Você saberia explicar a expressão ‘casadíssima da silva’? E a expressão ‘cara-metade’?”, “Qual o impacto causado pelo uso da palavra ‘casamentinho secreto’ ao invés de ‘casamento secreto?’”, “Na sua opinião, por que motivos, na manchete, há o uso do verbo ‘estar’ e não o uso do verbo ‘ser?’”. Em seguida, discute-se acerca dos costumes dos países dos alunos em relação ao casamento: tradições, durabilidade/permanência, etc.

Após a análise e a discussão dos textos e seus temas (cuja quantidade deve ser definida pelo professor de acordo com o tempo disponível, dificuldade dos estudantes, etc.), os alunos, ainda em grupos, prosseguem em uma organização dos textos em uma “linha” (desenhada ou reproduzida em pedaços de barbante) para expressar a noção de *continuum* permanente/temporário. Em um extremo da linha, coloca-se a expressão [+ Permanente] e, na outra extremidade, [+ Temporário].

Em seguida, o professor solicita aos grupos que comparem os resultados da atividade entre si. Ao final da atividade, os alunos montam, em conjunto, a linha resultante das conclusões a que eles chegaram, e escolhem um local da sala para expor o trabalho, para futuras consultas.

A partir das discussões propostas neste artigo, no item a seguir apresentam-se as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto linguístico e o uso concreto da língua – aspectos tão caros à metodologia de trabalho da LCU – são também fundamentais para o aprendizado dos alunos de PLE. Os livros didáticos de PLE, quando apresentam explicações e exercícios descontextualizados, não contribuem para que o aluno desenvolva uma visão mais ampla acerca dos possíveis usos. Huback (2011), em sua pesquisa, posiciona-se contra a distinção categórica de alguns livros didáticos de PLE que limitam o trabalho com os verbos “ser” e “estar” à noção de permanência e temporalidade, respectivamente.

Nesse sentido, a complementação de materiais didáticos a ser feita pelo professor é de extrema importância para o ensino e para o aumento do repertório linguístico do estudante.

Dessa forma, por meio da proposta didática, espera-se o alcance de um processo de ensino-aprendizagem que seja contextualizado e que considere, por meio do diálogo e da construção de conhecimento em conjunto, a realidade linguística de uso e o tratamento desses elementos de modo gradiente, relativizando os conceitos de permanência e temporalidade, a fim de favorecer melhor compreensão e uso dos verbos “ser” e “estar” por parte dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam maiores dificuldades na opção e uso desses verbos.

REFERÊNCIAS

- BARLOW, M.; KEMMER, S. Introduction: a usage-based conception of language. In: BARLOW, M.; KEMMER, S. (Ed.). **Usage based models of language**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 69-78.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos Básicos e Categorias Analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRN, 2007.
- HUBACK, A. P. A aquisição de ser e estar no ensino de português como língua estrangeira. **Revista do GEL**, Araraquara, v. 8, p. 91-107, 2011.
- JUSTO, G. Após especulações, Adele confirma seu estado civil: ela está casada!. **Papelpop**, 2017. Disponível em: <https://www.papelpop.com/2017/03/apos-especulacoes-adele-confirma-seu-estado-civil-ela-esta-casada/>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- LANGACKER, M. **Foundations of cognitive grammar: Theoretical Prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LIMA, E. E. et al. **Novo Avenida Brasil 1**: curso básico de português para estrangeiros. São Paulo: E.P.U., 2008.
- VIEIRA DE MELLO, R. R. **O uso dos verbos ser e estar por alunos e ex-alunos de curso de Português para Estrangeiros**. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras Português, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

O PRÍNCIPE DO BRASIL: O PROBLEMA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS ILUSTRADO

O PRÍNCIPE DO BRASIL: AN ILLUSTRATION FOR THE PROBLEM OF DEFINITE DESCRIPTIONS

Luana de Conto*

Unesp

Resumo: Neste artigo, analisamos o seguinte proferimento de Gregório Duvivier em seu *twitter*: “É fake que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo. Ele não é príncipe.”. Essa sentença coloca um problema intrigante para análise porque contém a descrição definida *o príncipe*, que remete a um problema clássico da filosofia da linguagem: o problema da denotação de expressões que têm sentido, mas não têm referência. Russell (1905), que primeiro apontou esse problema, estabelece que descrições definidas como essa carregam a informação de que há um único príncipe do Brasil, e a inexistência de um indivíduo que satisfaça essa propriedade tornaria a sentença falsa. Strawson (1950) argumenta que isso se converte em condições de felicidade da sentença, na medida que essa informação faria parte do conteúdo pressuposto e não do conteúdo assertado. Por consequência, mostramos que o comentário de Gregório manipula essa pressuposição de existência através de negação metalingüística (HORN, 2001 [1989]), mas sem cancelá-la por completo, porque sua retificação se dirige apenas para o predicado da descrição definida e não para o quantificador existencial. Em consequência disso, o comentário de Gregório preserva a informação da asserção de que o indivíduo em questão participou de suruba gay e bateu em mendigo e pragmaticamente os interlocutores vinculam esse indivíduo ao deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, o pretenso príncipe. Assim, a análise demonstra princípios elementares de semântica e pragmática a partir de um dado extraído de uma interação real.

Palavras-chave: Semântica. Descrição definida. Negação metalingüística. Pressuposição.

Abstract: This paper presents a semantic analysis for a tweet published by Gregório Duvivier, which reads: “É fake que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo. Ele não é príncipe.” ‘It is false that the prince has joined a gay gangbang and beat a tramp’. This utterance bears a famous puzzle in the field of Philosophy of Language, for it contains a definite description (*o príncipe* – ‘the prince’). Sentences like this are known from Russell’s paper *On denoting* (1905), since they can have sense but still lack reference. This author highlights that definite descriptions convey the information that there is one and only one prince of Brazil, and the inexistence of such an individual would render this sentence false. Strawson (1950), on the other hand, believes this sentence would not be false, but invalid, because a lack of reference would affect the existence presupposition triggered by the definite description. Since it is part of the implicit and not part of the asserted information of the proposition, the lack of reference concerns the felicity conditions of the utterance. As a consequence, we claim that the tweet under analysis manipulates the existence presupposition by metalinguistic negation (HORN, 2001 [1989]) without cancelling it, because the retification is driven just to the predicate inside the definite description and not

* Doutora em Letras. E-mail: luana.conto@gmail.com.

to the existential quantifier. For that reason, Gregorio's observation preserves the information that this individual has participated in the events of the main clause but the identification of such an individual by the hearer is done by pragmatic means, through extralinguistic knowledge. Thus, this analysis demonstrates how elementary principles both from Semantics and Pragmatics work, building them from a sentence extracted from real speech interaction.

Keywords: Semantics. Definite descriptions. Metalinguistic negation. Presupposition.

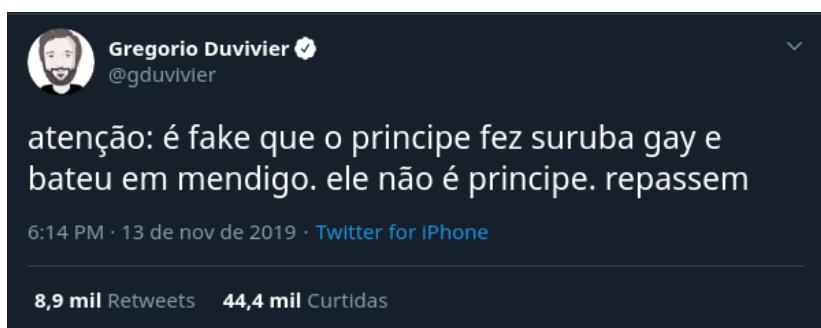
INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a aplicação e discussão dos conceitos de *descrições definidas, presuposição e negação metalingüística*, a partir da perspectiva da Semântica Formal. Para tanto, ilustra-se a análise de um dado contendo uma descrição definida, publicado em rede social. Na primeira seção, são apresentados o dado e o contexto em que ele se insere, para mapear o quadro de informações compartilhadas pelos interlocutores que lhes permite o cálculo do significado. Esse dado se assemelha em muito a uma sentença clássica da filosofia da linguagem: “O rei da França é calvo”; por isso, traz-se para a discussão alguns autores que foram cruciais para os estudos desse tema. Na segunda e na terceira seções, discute-se o problema da descrição definida, que contempla existência e unicidade do referente, a partir da discussão proposta por Russel (1905) e sua revisão por Strawson (1950). As consequências da negação da descrição definida são apresentadas na quarta seção, com especial atenção para a negação metalingüística, conforme Horn (2001 [1989]). A quinta seção finaliza a análise, discutindo como se dá a correferenciação entre o pronome e a descrição definida, presentes no dado de análise, e explicitando os movimentos argumentativos do autor do comentário. Por fim, as considerações finais apontam para méritos e desdobramentos da análise apresentada.

O DADO EM ANÁLISE

Em 13 de novembro de 2019, Gregório Duvivier publica em sua conta pessoal de uma rede social a seguinte afirmação: “atenção: é fake que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo. ele não é príncipe. repassem”.

Figura 1: Publicação em rede social.



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/gduvivier/status/1194725247670505473>. Acesso em: 28 nov. 2020.

O tweet do Gregório foi publicado em um momento em que o deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança veio a público, em entrevista à revista Crusoé, para declarar que Bolsonaro havia se desculpado por ter desistido de convidá-lo para a vice-presidência. A desistência teria ocorrido em virtude de um dossiê apresentado por Gustavo Bebianno que conteria imagens do deputado participando de uma orgia gay e agredindo moradores de rua. O deputado negou a veracidade das imagens e afirmou que não é gay.

As manchetes que circularam a respeito do fato já ilustram o problema que permeia nossa análise:

- (1) Príncipe diz que acusação de suruba gay o impediu de ser vice de Bolsonaro.¹
- (2) ‘Príncipe’ confirma dossiê e diz que Bolsonaro o descartou com base em armação.²
- (3) Bebianno apresentou fotos de ‘suruba gay’ para impedir que eu fosse vice, diz ‘príncipe’. ³
- (4) “Nem sei onde faz suruba gay”, diz ‘príncipe’ Luiz Phillippe de Orleans sobre boato espalhado por Frota.⁴

Enquanto a manchete da Carta Capital (1) assume o termo *príncipe* como designador de Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, Época (3) e Istoé (4) acompanham a Revista Crusoé (2) na hesitação do emprego desse termo e preferem marcá-lo com aspas, assinalando uma certa alienação da designação. O UOL esclarece textualmente a desconfiança sem, no entanto, questionar a legitimidade do emprego do termo *família imperial do Brasil*: “O deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, conhecido como ‘príncipe’ por ser membro da família imperial do Brasil, [...].”⁵ A problemática que se coloca, então, diz respeito ao referente de “O príncipe da família imperial do Brasil”. Essa expressão, que pode ocultar a modificação da *família imperial do Brasil* e ocorrer simplesmente como *o príncipe*, configura-se como uma descrição definida e, como tal, faz referência a um indivíduo único no mundo. No entanto, dado o fato de que o Brasil não é uma monarquia, tampouco um império, o emprego do termo *príncipe* para designar um herdeiro de uma família que outrora teve um *status* monarca é controverso. É nesse espaço que o comentário de Gregório Duvivier se situa e, por isso, a denotação das descrições definidas se mostra relevante para entender o processo de construção de sentidos desse *tweet*.

Na próxima sessão, aprofundamos esse conceito e apresentamos a discussão que o rodeia.

DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Para Frege (2009 [1892], p. 131-132), as descrições definidas se comportam como *nomes próprios* (termo que aqui adquire uma cobertura mais ampla do que na perspectiva da gramática

¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/principe-diz-que-acusacao-de-suruba-gay-o-impediu-de-ser-vice-de-bolsonaro/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

² Disponível em: <https://crusoe.com.br/diario/principe-confirma-dossie-e-diz-que-bolsonaro-o-descartou-com-base-em-armacao/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

³ Disponível em: <https://epoca.globo.com/bebianno-apresentou-fotos-de-suruba-gay-para-impedir-que-eu-fosse-vice-diz-principe-1-24078935>. Acesso em: 12 jun. 2020.

⁴ Disponível em: <https://istoem.com.br/luis-philippe-diz-que-dossie-o-tirou-da-vice-presidencia/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/13/principe-bebianno-mostrou-suruba-gay-para-eu-nao-ser-vice-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

tradicional), na medida que podem igualmente fazer referência a um objeto determinado, e não a um conceito. Lembremos que Frege (2009 [1892]) havia partido de descrições definidas para explicitar sua teoria sobre sentido e referência. O autor chamou a atenção para cópulas identificadoras,⁶ como a seguinte:

(5) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

Por meio dessa sentença, Frege demonstra que as duas expressões, *a estrela da manhã* e *a estrela da tarde*, têm a mesma referência - o planeta Vênus -, ainda que o sentido de cada uma dessas expressões seja diferente. Apesar de não serem o próprio nome do planeta em questão, a construção linguística de cada uma dessas expressões é capaz de delimitar um referente determinado no mundo, por conta da propriedade da definitude.

Dentre outras configurações estruturais possíveis, descrições definidas podem ser formadas a partir combinação entre um artigo definido e um predicado, como [*o professor de linguística*] ou [*o aluno que tirou dez na prova*]]. O predicado *professor de linguística*, por exemplo, pode figurar em uma sentença copular e denota um conjunto de indivíduos que compartilham a propriedade em questão. Por exemplo, em (6), essa expressão é um predicado que se aplica a *Borges Neto*, por intermédio da cópula predicativa:

(6) Borges Neto é professor de História da Linguística.

(7) Borges Neto é humano.

A interpretação dessa sentença atribui uma propriedade ao referente de nome próprio *Borges Neto*, na medida que a proposição afirma que ele é membro do conjunto dos professores de História da Linguística. Portanto, a predicação de *ser professor de Linguística* se assemelha a uma predicação como *ser humano* em (7), já que ambas asseguram que esse indivíduo faz parte da denotação do conjunto do respectivo predicado.

No entanto, a presença do artigo *o* dá outra interpretação para a cópula e para o predicativo dessa sentença, como se observa em (8):

(8) Borges Neto é o professor de História da Linguística.

A diferença entre (6) e (8) é que (8) evoca a existência de uma vaga de professor de História da Linguística e também uma unicidade, já que constrói a expectativa de que haja uma vaga só de professor de História da Linguística. O que essa sentença informa é basicamente isso, que há uma única vaga de professor de História da Linguística e que ela foi preenchida por Borges Neto. Esse direcionamento para a unicidade não se observa em (6), porque, neste caso, é possível vislumbrar a existência de outros professores de História da Linguística, isto é, outros membros do conjunto denotado pelo predicado *ser professor de História da Linguística*.

A questão é que (6) apresenta essa expressão como um predicado e, enquanto predicado, não se manifesta sobre a cardinalidade do conjunto, isto é, o predicado veicula a propriedade necessária para que um item se torne membro do seu conjunto, mas não tem nada a dizer a

⁶Para uma compreensão mais acurada das diferenças entre a cópula predicativa e a cópula identificadora, referimos o leitor a Raposo (2013, p. 1318-1319), em que se traça uma diferenciação entre cópulas caracterizadoras e cópulas identificadoras.

respeito da natureza do conjunto resultante dessa denotação. Predicados denotam conjuntos porque são expressões insaturadas, funções. Já descrições definidas são expressões saturadas e referenciais.

O que a definitude do determinante *o* faz em (8) é justamente operar sobre o conjunto denotado pelo predicado, neste caso determinando que há apenas um membro dentro dele.⁷

É importante observar aqui que a cópula em (8) é uma cópula identificadora porque coloca em relação de igualdade duas expressões, justamente porque elas apontam para o mesmo referente no mundo. Borges Neto levará à referência de um indivíduo X no mundo (no caso deste mundo real em que habitamos, um senhor de barba grisalha e uma pancinha carismática, admirador da cultura portuguesa), da mesma forma que o professor de História da Linguística também se refere ao mesmo indivíduo X (neste mesmo mundo real, o senhor de barba grisalha e pancinha carismática, admirador da cultura portuguesa).

A ideia de que definitude se vincula a unicidade remonta à análise de Russell (1905, p. 481) sobre as descrições definidas. Russell (1905) questiona Frege ao afirmar que denotar não é significar, porque (9) tem um significado, apesar de sua denotação não levar a uma referência. Examinemos a sentença em questão.

(9) O rei da França é calvo.

Considerando que o estado da França é uma república e não uma monarquia, a sentença (9) seria falsa para Russell. O autor explica que não é possível encontrar um referente mapeado pela expressão “o rei da França” - ninguém é rei da França se a França não é uma monarquia - e assim não haveria um tal indivíduo presente no conjunto que denota as coisas que são calvas, provando a sentença como falsa.

A sentença em (9) recebe a seguinte interpretação semântica:

(10) $\exists x(Kx \wedge \forall y(Ky \rightarrow x=y) \wedge Bx)$ (LUDLOW, 2018)

A fórmula acima expressa não apenas que existe um indivíduo que é rei da França (*Kx*) e que ele é careca (*Bx*), mas também que, para todo indivíduo *y*, se esse indivíduo satisfaz a propriedade de ser rei da França, então ele é idêntico ao indivíduo *x* ($\forall y(Ky \rightarrow x=y)$).⁸ Essa parte da expressão, especificamente, garante que não haja mais de um indivíduo que seja rei da França, porque condiciona, a partir da implicação, que todo indivíduo rei da França seja idêntico ao indivíduo sobre o qual incide a predicação da sentença.

Perceba-se que, na formulação de Russell, a interpretação da sentença contendo uma descrição definida é resultado da conjunção (\wedge) de três informações:

⁷Há também uma discussão sobre a propriedade de familiaridade, que indicaria que o referente já é de conhecimento dos interlocutores por conhecimento de mundo ou por informação prévia discursiva. Essa propriedade é de grande relevância para os usos anafóricos do artigo definido. Para a análise das descrições definidas, deixamos de lado a discussão sobre familiaridade.

⁸Lewis (1979, p. 348) descarta a pressuposição de unicidade das descrições definidas em favor da saliência discursiva. A saliência discursiva é uma propriedade interessante associada à definitude e explica por que podemos usar a expressão *o princípio* em lugar de *o princípio da família imperial do Brasil*. No entanto, não exploraremos a fundo os desdobramentos da análise de Lewis, por questão de espaço.

- (11) Existe um indivíduo que é rei da França;
 & esse indivíduo é o único rei da França;
 & esse indivíduo é careca.

Por consequência da conjunção, para que essa sentença seja verdadeira, é necessário que todas as três condições sejam satisfeitas. Pela análise de Russell, se não há um rei da França, a sentença (9) será falsa; se houver mais de um rei da França, essa sentença será falsa; se o rei da França não for careca, essa sentença será falsa.

É razoavelmente trivial a relação entre a análise de Russell e a discussão do caso do Deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança. Partimos da afirmação em (12).

- (12) O príncipe [do Brasil] fez suruba gay e bateu em mendigo.

Para que essa afirmação seja verdadeira, é necessário que sejam satisfeitas todas essas condições:

- (12') Existe um indivíduo que é príncipe do Brasil
 & esse indivíduo é o único príncipe do Brasil
 & esse indivíduo fez suruba gay
 & esse indivíduo bateu em mendigo.

A sentença em (12) será falsa sempre que qualquer uma das afirmações de (12') se provarem falsas na verificação no mundo. Portanto, pela proposta de Russell, a sentença (12) pode ser falsa pelo motivo de que (i) o evento de fazer suruba não se verifique, ou que (ii) o evento de bater em mendigo não se verifique, ou que (iii) não exista um príncipe do Brasil, ou que (iv) haja mais de um príncipe do Brasil. A argumentação do deputado se apoia na negação dos motivos apresentados em (i) e (ii). A argumentação de Gregório Duvivier, por outro lado, mobiliza o motivo em (iii), mas não se limita a isso. Como veremos a seguir, o movimento argumentativo do humorista é mais complexo do que isso porque implica a afirmação dos eventos de (i) e (ii), o que não seria possível se fosse assumida a falsidade trivial da proposição de (12) - isso porque uma proposição é falsa por completo, não pode ser falsificada apenas em parte.

Como veremos a seguir, essa problemática acompanha as limitações que o próprio raciocínio de Russell encontrou no desenrolar da análise formal das descrições definidas.

A PRESSUPOSIÇÃO

A representação de Russell (1905) da premissa de existência e de unicidade por meio da estrutura de conjunção foi questionada por Strawson (1950), especialmente porque a frustração dessas premissas leva, na teoria de Russell, à falsidade da sentença. Essa falsidade seria uma consequência forte demais para a descrição do que ocorre quando não é possível mapear o referente de uma descrição definida.

Strawson (1950, p. 330) sugere que, ao contrário do que sustenta Russell, sentenças contendo descrições definidas sem referencial no mundo não são falsas. Isso não significa que

elas sejam verdadeiras. Elas seriam sentenças inválidas, porque a questão da veracidade ou falsidade não se coloca, uma vez que não é possível saber de quem essa sentença trata. Dessa forma, sentenças como (8) não são suscetíveis nem mesmo a uma verificação de veracidade no mundo, justamente em decorrência da impossibilidade de mapeamento do referente. Essa postura tem como consequência uma lógica não dual de valores de verdade, uma lógica trivalorada – isto é, para que a teoria de Strawson funcione, é necessário assumir que as sentenças possam ou (i) ser verdadeiras, ou (ii) ser falsas, ou (iii) não ter valor de verdade atribuído. Essa é uma consequência bastante complexa para sistemas lógicos, e talvez seja o preço a se pagar quando se analisam proposições dentro de línguas naturais.

A principal motivação para Strawson abrir mão da atribuição de valor de verdade falso a sentenças com descrições definidas é a constatação de que a afirmação de (13b) juntamente a (13a) não gera uma contradição lógica.

(13a) O rei da França é sábio.

(13b) Não existe um rei da França.

(STRAWSON, 1950, p. 330)

O autor assinala que, diante da afirmação em (13a), a tendência do interlocutor é de apontar uma incoerência por parte do falante, algo como “Creio que você pode ter se enganado, porque não há um rei da França”, sugerindo que a afirmação de (13a) revele uma evidência de que o falante carregava uma crença falsa, sustentando sua afirmação em informações que se revelam inapropriadas. Dessa forma, (13b) sugere uma revisão no que é dado como certo quando da afirmação de (13a). Se a afirmação de que existe um rei da França fosse parte do conteúdo assertado em (13a), essas duas proposições deveriam formar uma contradição: em termos técnicos, não podem ser simultaneamente verdadeiras. Mas o que acontece é que, na verdade, não é possível assegurar nem a verdade nem a falsidade da primeira.

A justificativa para isso residiria no fato de que “referir não é assertar” (STRAWSON, 1950, p. 333). Perceba a diferença do diálogo em (14) para aquele presente em (13).

(14a) Existe um rei da França. Ele é sábio.

(14b) Não existe um rei da França.

Agora de fato a contradição entre as duas afirmações é inquestionável, porque, enquanto um falante afirma uma proposição ($P =$ ‘existe um rei da França’), o interlocutor afirma o exato oposto ($\neg P =$ ‘não existe um rei da França’) e não há conciliação que permita que essas duas afirmações sejam simultaneamente verdadeiras. A diferença é que em (14a) a existência faz parte do conteúdo assertado: a existência é afirmada, por assim dizer. Em (13a), a existência advém da descrição definida *o rei da França* – a existência de um rei da França está vinculada ao significado dessa sentença, mas poderíamos dizer que é de uma maneira indireta, pois não é parte do conteúdo assertado.

O argumento de Strawson, então, é que as premissas de existência e unicidade são informações implicadas e, como tal, não são parte do conteúdo assertado pela proposição. Por consequência, a negação do conteúdo pressuposto não leva à falsificação da proposição assertada, apenas afeta as condições de felicidade do proferimento. Em outras palavras, a não existência

de um rei da França não impede que a sentença veicule um significado, mas esse significado não é verdadeiro nem falso, é *nonsense*.

Então, o que na análise de Russell se colocava como duas condições necessárias para a veracidade da sentença, por conta da conjunção, na análise de Strawson se apresenta como duas pressuposições. A sentença em (9), retomada abaixo, apresentaria então essas duas camadas de significação:

(15) O rei da França é calvo.

- a. Pressupõe que existe um rei da França e pressupõe que apenas um referente é rei da França;
- b. Asserta que o indivíduo é calvo.

O conceito de pressuposição, essencial para essa análise, diz respeito a uma informação implícita, tomada como verdade, mas se distingue de um acarretamento. Enquanto o acarretamento se estabelece quando a veracidade de uma sentença assegura a veracidade de outra, a pressuposição é preservada mesmo diante da negação da sentença disparadora. Vejamos como o conceito tem sido formulado.

If A presupposes B, then A not only implies B but also implies that the truth of B is somehow taken for granted, or is treated as uncontroversial. The term pre-supposition reflects the idea that the implication is background information, already part of the knowledge shared by speaker and hearer when the presupposition carrying expression is uttered in the discourse (SWART, 1998, p. 35).⁹

A natureza da pressuposição não se limita ao cálculo lógico, uma vez que ela dá pistas sobre as informações presentes no fundo conversacional compartilhado pelos interlocutores. Diz-se também que ela é vinculada a determinadas expressões linguísticas, que disparam o reconhecimento de informações outras quando estão presentes em uma afirmação. São os chamados “gatilhos pressuposicionais”, dentre os quais se encontram as descrições definidas (BEAVER; GEURTS, 2018).

Dado que o conteúdo pressuposto não é assertado, mas sim implícito, a pressuposição se mantém mesmo se houver uma alteração no valor de verdade da pressuposição. Por isso, o seu diagnóstico costuma ser feito a partir da constatação da preservação da pressuposição mediante a negação da sentença.

(16) O rei da França não é calvo.

Da mesma forma que (9), a sentença em (16) também pressupõe que existe um rei da França e que há um único rei da França. O que a distingue de (9) é apenas a negação, assegurando que, se (9) for verdadeira, (16) será falsa, e vice-versa. Portanto, as condições de verdade de cada uma dessas sentenças são diferentes, de modo que o conteúdo assertado é diferente.

⁹“Se A pressupõe B, então A não apenas implica B, mas também implica que a verdade de B é de alguma forma tomada como certa ou tratada como incontroversa. O termo *pressuposição* reflete a ideia de que a implicação é uma informação de pano de fundo, parte do conhecimento compartilhado pelo falante e pelo ouvinte quando a expressão que carrega a pressuposição é proferida no discurso” (tradução minha).

Veremos ainda, na próxima seção, mais detalhes sobre o papel importante desempenhado pela negação no cálculo do significado dessa sentença.

É comum se estender o teste de preservação da informação pressuposta a outras construções que também manipulam o valor de verdade da proposição, a saber, a interrogação e a subordinação condicional. Voltamos ao caso do deputado-príncipe para testar a família pressuposicional e verificar se a existência e a unicidade do príncipe é uma informação preservada. Vemos em (17) a afirmação da proposição, em (18) a negação da proposição, em (19) a interrogação da proposição e em (20) o condicional da proposição.

- (17) O príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo.
- (18) O príncipe não fez suruba gay e bateu em mendigo.
- (19) O príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo?
- (20) Se o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo, ele não deve ser vice-presidente.

A afirmação (17) é a própria proposição que estamos testando para checar se carrega uma pressuposição. Conseguimos a partir dela mapear a informação candidata a pressuposta: para interpretá-la, sabemos que os predicados se aplicam a um indivíduo, que é um príncipe e que se reconhece como o único príncipe desse contexto. Já (18) assinala exatamente o oposto disso: que os predicados não se aplicam a esse indivíduo, mas ainda partimos da identificação desse indivíduo como um príncipe, único no contexto. Da mesma forma, em (19) se indaga sobre a aplicação dos predicados, sem acessar a denotação desses conjuntos, mas partindo do reconhecimento do indivíduo indagado como príncipe e único. Em (20), por fim, o condicional direciona a verificação da aplicação das propriedades para mundos possíveis, mas também parte do mesmo caminho para identificação do indivíduo. Concluímos, portanto, que, para todas elas, a informação da existência e da unicidade do príncipe se preserva independentemente da mudança ou suspensão do valor de verdade da proposição, em consonância com a literatura sobre descrições definidas, o que permite concluir que essa informação não é parte das condições de verdade da proposição, mas parte do conteúdo pressuposto como conhecimento compartilhado pelos interlocutores.

- (21) O príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo.
 - a. Pressupõe que existe um príncipe (do Brasil) e pressupõe que apenas um referente é príncipe (do Brasil);
 - b. Asserta que o indivíduo fez suruba gay e que o indivíduo bateu em mendigo.

O comentário de Gregório emprega a negação da proposição, como veremos a seguir, e a partir disso manipula as camadas de informações pressupostas.

NEGAÇÃO DE DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Russell (1905, p. 490) já chamava atenção para o fato de que sentenças com negação e descrições definidas resultam em ambiguidade, por conta do escopo da negação. Assim, a sentença (16), repetida em (22), tem duas possibilidades de interpretação.

(22) O rei da França não é calvo.

(23) Existe um indivíduo *x* que é rei da França e *x* *não* é calvo.

(24) *Não* é o caso que existe um indivíduo que é rei da França e é calvo.

Na interpretação (23), a negação está sob o escopo do quantificador existencial e assim o que é negado é o predicado, como mencionamos na análise da família pressuposicional. Já na interpretação (24), é a negação que toma escopo sobre o quantificador existencial e nega-se inclusive a existência de um indivíduo que tenha a propriedade de ser rei da França. Essa diferença é capturada pelas respectivas representações semânticas:

(23') Negação interna:

$$\exists x(Kx \wedge \forall y(Ky \rightarrow x=y) \wedge \neg Bx)$$

(24') Negação externa:

$$\neg \exists x(Kx \wedge \forall y(Ky \rightarrow x=y) \wedge Bx)$$

(HORN, 2001 [1989], p. 106)

Horn (2001 [1989], p. 106) associa essa diferença de escopo a uma diferença terminológica entre negação interna e negação externa. A negação externa é assim chamada porque a posição da negação (\neg) é capaz de abranger todo o resto da proposição. Enquanto a prosódia de (22) associada à interpretação em (23) seria não marcada, a interpretação em (24) viria associada a uma prosódia marcada para (22), que sinaliza para o interlocutor um tipo diferente de negação. Essa negação é a chamada *negação metalingüística* e, além da prosódia contrastiva, ela também apresenta a retificação,¹⁰ que compreende a correção de determinado trecho de informação veiculado anteriormente pelo falante ou por seu interlocutor. Observe que em (25) a negação externa se torna mais saliente por conta da retificação.

(25) O rei da França não é [✓]careca – (porque) não tem nenhum rei da França. (HORN, 2001 [1989], p. 362)

Como Horn (2001 [1989]) aponta, a negação metalingüística é “um recurso para objetar um proferimento anterior por qualquer motivo, inclusive objetar os implícitos convencionais ou conversacionais que sejam gerados por esse proferimento, sua morfologia, seu estilo ou registro, ou sua realização fonética” (HORN, 2001 [1989], p. 363, tradução minha). Em outras palavras, essa negação serve para corrigir ou discordar de algum elemento de um enunciado mencionado anteriormente em diferentes níveis lingüísticos.

Como ilustração de negação metalingüística de implícitos, Horn relembra uma conhecida propaganda de veículo automotivo, e adicionamos ainda um comentário flagrante veiculado em um jornal de mídia televisiva.

(26) Não é um carro, é um Volkswagen.

¹⁰ A negação metalingüística e a retificação são trabalhadas também por Ducrot, uma perspectiva que não abordaremos aqui. Além da prosódia e da retificação, Horn (2001 [1989], p. 368) aponta ainda que a negação metalingüística também tem a característica de não licenciar itens de polaridade negativa, que é uma propriedade elementar da negação trivial. Não discutiremos esse fenômeno aqui porque não há nenhum item de polaridade negativa no dado em análise.

(27) Cidadão, não! Engenheiro civil, melhor do que você.

Nos dois casos, os nomes comuns *carro* e *cidadão*, por seu caráter generalista, disparam uma implicatura de ordinariedade: por ter uma denotação ampla, essas propriedades não trazem uma característica de destaque para os membros do conjunto, então um carro pode ser um carro qualquer e um cidadão pode ser um cidadão qualquer. É certo que a negação aplicada não pode se direcionar estritamente para o predicado, já que não se nega que o indivíduo em questão seja de fato um carro ou um cidadão, inclusive porque há uma relação de subconjunto aí: todos os membros do conjunto dos engenheiros civis são também membros do conjunto dos cidadãos. Por consequência, não se trata de uma negação trivial, mas sim de uma negação metalinguística, dirigida para a implicatura de ordinariedade: não se trata de um *carro* ou *cidadão* qualquer. E daí o termo escolhido para a retificação seleciona um subconjunto que dispara a implicatura de superioridade – um Volkswagen não seria um carro qualquer e um engenheiro civil não seria um cidadão qualquer.

No caso de (25), que contém a expressão definida *o rei da França*, a retificação é dirigida especificamente para o conteúdo implícito da pressuposição. Ao afirmar que não tem nenhum rei da França, o falante ajusta o escopo da negação para a negação externa: não é o caso que existe um indivíduo que é rei da França e é calvo.

É essa também a estratégia do comentário de Gregório, que retomamos abaixo.

(28) É fake que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo. Ele não é príncipe.

Consideremos que é *fake que* aqui tem o mesmo significado de *é falso que/não é o caso que*, expressando o operador da negação nas formulações lógicas costumeiras. É claro que o termo *fake* é empregado nesse contexto mantendo um diálogo com o contexto discursivo do momento, que põe em debate a circulação de *fake news*, e com o fato de o próprio deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança estar acusando Gustavo Bebbiano de divulgar um boato falso. De qualquer maneira, o significado composicional de *é fake que* contribui para o cálculo da sentença com a negação da proposição “o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo”.

A posição inicial desse termo não garante a exclusividade da interpretação como negação externa, ou seja, levando em conta apenas a primeira sentença de (28), a ambiguidade se mantém. É com a presença de uma retificação na frase complementar que se segue, “ele não é príncipe”, que a negação metalinguística se torna saliente. Essa retificação se dirige para a pressuposição disparada pela descrição definida de que existe um príncipe (do Brasil) e que apenas um referente é [príncipe do Brasil], conforme (21a) acima. Só que precisamos discutir qual é o escopo dessa negação porque a retificação nega apenas o predicado que estava contido dentro da pressuposição existencial (*x é príncipe do Brasil*), já que não caberia ao referente de Luiz Phillippe de Orleans e Bragança a predicação de *príncipe* porque ele não é príncipe. Ressaltamos que o movimento de Gregório em (28) não implica na negação da existência por completo e voltaremos a este tópico na seção seguinte.

Antes disso, vale a pena acrescentar que, quando não há a retificação, a sentença continua ambígua e a negação pode ser interpretada de maneira trivial, o que acontece, por exemplo, no relato da entrevista de Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, que pode ser parafraseado como (30).

(29) O príncipe não fez suruba e não bateu em mendigo.

(30) É falso que o príncipe fez suruba e bateu em mendigo.

A interpretação consonante com a declaração dada pelo deputado é a da negação interna, em que ocorre a negação dos predicados e não do quantificador existencial, conforme (23) e (23'). Isso significa que, da perspectiva do deputado, a pressuposição se mantém e assim se toma como informação de *background* do fundo conversacional que existe um (único) príncipe do Brasil.

Do ponto de vista de Gregório Duvivier, no entanto, o que está em jogo é justamente a disputa sobre a pressuposição disparada pela descrição definida. Ao empregar a negação meta-lingüística, Gregório está justamente sinalizando sua indisposição em aceitar a totalidade das informações pressupostas como parte do fundo conversacional compartilhado.

A AFIRMAÇÃO DO BOATO

Afirmamos que a retificação de Gregório não implica na negação completa da pressuposição de existência por conta do fato de que o pronome *ele* encontra o seu referente na descrição definida *o príncipe*, por retomada anafórica.

Para descartar inicialmente a ancoragem dêitica do pronome, recuperamos a situação discursiva de onde o dado foi coletado. Veremos que o *tweet* foi publicado de forma independente – não é uma resposta (*reply*) nem um comentário de compartilhamento de outro *tweet* (*retweet*), de modo que não há nem a presença nem a menção explícita do deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança. Por conta disso, descartamos a ancoragem dêitica como estratégia de indexação do pronome, porque não há um referente dêitico disponível, não há um item animado para o qual se apontar.¹¹

Para que a retomada anafórica aconteça, é necessário que haja correferenciação entre *ele* e *o príncipe*, a descrição definida que está mais saliente no contexto. Se retomamos a diferença entre sentido e referência fregeana (FREGE, 2009 [1892], p. 131), a expressão *o príncipe* é o “modo de apresentação do objeto”, enquanto a referência seria o próprio ente designado pelo sinal linguístico. Assim, a referência de *o príncipe* seria o próprio indivíduo que atende pelo nome de Luiz Phillippe de Orleans e Bragança. E sabemos por conhecimento de mundo que é justamente esse o indivíduo que Gregório afirma não ser príncipe.

Se Gregório rejeitasse a pressuposição de existência, ele estaria abortando também a possibilidade de que a descrição definida *o príncipe* levasse ao referente de *Luiz Phillippe de*

¹¹ Há uma outra opção de indexação dêitica, que de certa forma poderia ser chamada de abstrata, que seria a ancoragem em um referente saliente discursivamente. O raciocínio seria o que se segue. Por mais que Gregório esteja verbalmente desqualificando o termo *o príncipe* como uma descrição pertinente para o deputado, a informação de que o deputado atribui a si mesmo essa descrição não foi descartada do universo discursivo compartilhado nessa situação comunicativa. Ela é acessada pelos falantes e, dentre todos os indivíduos igualmente disponíveis no contexto, é a Luiz Phellipe de Orleans e Bragança que ela se ligaria, porque ele preenche condições mínimas outras, não detalhadas aqui. Esse fato explicaria também a possibilidade de as manchetes jornalísticas empregarem a descrição definida para se referir ao deputado. No universo discursivo, o questionamento da legitimidade da atribuição da descrição definida não equivaleria à negação da existência da categoria a que a descrição definida faz menção no mundo real. Essa problemática é digna de inspeção, mas ultrapassa os limites pretendidos por nossa análise, que se pauta no cálculo pressuposicional da negação metalingüística.

Orleans e Bragança. Assim, a descrição definida em questão deveria ficar vazia de referente e a correferenciação para o pronome *ele* ficaria impossibilitada. Não é o que acontece.

A sentença presente na retificação (“Ele não é príncipe”) é processada normalmente porque *ele* encontra um referente, já que a sentença anterior preserva a informação de que existe um indivíduo tal a quem os predicados *fazer suruba gay* e *bater em mendigo* foram atribuídos, ainda que esse indivíduo não tenha o predicado de *ser príncipe*.

Então, no fim do cálculo de significado desse comentário, é possível concluir que Gregório está reafirmando o boato inicial de Bebbiano, porque seu comentário diz que existe um indivíduo que não é príncipe e esse indivíduo fez suruba gay e bateu em mendigo. O que seu comentário não faz explicitamente é dizer que esse indivíduo é Luiz Phillippe de Orleans e Bragança - essa informação só é acessada indiretamente pelos falantes a partir do seu conhecimento de mundo tanto acerca do boato de Bebbiano quanto acerca da alegação do pretenso príncipe de ser um membro da (suposta) família real brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia argumentativa subjacente ao *tweet* de Gregório Duvivier é sustentada por três movimentos: (i) Bebianno entrega o dossiê a Bolsonaro, afirmando que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo; (ii) Luiz Phillippe de Orleans e Bragança nega, afirmando ser falsa a afirmação de que o príncipe fez suruba gay e bateu em mendigo; (iii) por fim, Gregório reafirma o fato inicial, negando o status de príncipe do protagonista ao afirmar que é falso que o príncipe fez suruba gay e bateu mendigo. Vimos que esses movimentos são possíveis porque partem de uma afirmação inicial que contém uma descrição definida. Vimos ainda que a negação que está por trás do relato do deputado Luiz Phillippe de Orleans e Bragança é uma negação interna, de escopo estreito, que só abrange os predicados e não abrange o quantificador existencial. A negação empregada por Gregório Duvivier, por sua vez, é uma negação metalingüística, que tem escopo sobre o predicado presente na pressuposição de existência e assim afeta a aceitação completa do pressuposto da descrição definida como informação no fundo conversacional.

O dado em questão permitiu, neste artigo, uma revisitação a várias questões pertinentes a descrições definidas. A controvérsia entre Russell (1905) e Strawson (1950), que é particularmente crucial no estudo do significado, foi exposta e discutida considerando um objeto de análise objetivo e familiar para leitores de várias esferas.

Além disso, esse dado também revelou uma complexidade extra, que vem do fato de ser um dado extraído de uma interação real, não forjado. Todos os elementos lexicais, sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos se apresentam aí a partir da rede de relações ativadas na situação comunicativa e é interessante mapear os limites que as análises de laboratório enfrentam. Uma questão remanescente que merece atenção é quais as consequências da negação metalingüística do predicado sobre a definitude, já que a cláusula da unicidade perde validade com a negação do predicado. Assim, o efeito de uma construção semelhante a esta, combinada com outros determinantes, especialmente indefinidos, pode levar a novas reflexões produtivas. Da mesma forma, testar a construção empregando designadores rígidos como nomes próprios pode também elucidar os limites da negação metalingüística.

REFERÊNCIAS

- BEAVER, D. I.; GEURTS, B. Presupposition. In: ZALTA, E. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2018 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/presupposition/>. Acesso em: 14 jul. 20.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Edusp, 2009 [1892], p. 128-158.
- HORN, L. **A natural history of negation**. Stanford: CSLI Publications, 2001 [1989].
- LEWIS, D. Scorekeeping in a Language Game. **Journal of Philosophical Logic**. 8:3. jun. 1979. p. 339-359.
- LUDLOW, P. Descriptions. In: ZALTA, E. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2018 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/descriptions/>. Acesso: 14 jul. 20.
- RAPOSO, E. Orações copulativas e expressões secundárias. In: RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C. da; SEGURA, L.; MENDES, A. (Coord.). **Gramática do Português**. v. 1. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1283-135600.
- RUSSELL, B. On denoting. **Mind**. New series, v. 14, n. 56, out. 1905. p. 479-493.
- STRAWSON, P. F. On referring. **Mind**. New series, v. 59, n. 235, jul. 1950. p. 320-344.
- SWART, H. **Introduction to Natural Language Semantics**. Stanford: CSLI Publications, 1998.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: out. 2020.

REESCRITURAÇÕES DO SENTIDO DE LÍNGUA NO IMAGINÁRIO DO SENSO COMUM: O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO DO (RE)DIZER¹

REWRITING OF THE SENSE OF LANGUAGE IN THE COMMON SENSE IMAGERY: THE SEMANTIC FUNCTIONING OF (RE)SAYING

Rejane Fiepke Carpenedo*

UFSM

Eliana Rosa Sturza**

UFSM

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado que teve como objetivo compreender os sentidos de língua no imaginário do senso comum, na perspectiva linguística da semântica enunciativa. Propõe-se a analisar como se dá o funcionamento semântico do (re)dizer no processo analítico de reescritação. O aporte teórico-metodológico dá-se a partir da Teoria da Enunciação, pelo viés da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002b). Dessa forma, com os operadores enunciativos da reescritação referidos, analisam-se os sentidos de língua presentes no imaginário do senso comum, e, posteriormente, a recorrência dos modos de reescritação e seu funcionamento semântico. Observou-se que os modos de substituição e repetição são os mais usados, movimentando sentidos de especificação, sinonímia e definição. Os modos e os sentidos de reescritação permitem inferir sobre o quanto ainda se confunde, no discurso do senso comum, o uso escrito e falado da língua, em que se atribui a correção e a norma à modalidade oral. Assim, surge um conflito entre o funcionamento linguístico e o funcionamento enunciativo, em que o “bem falar” é idealizado e funciona como critério que qualifica, ou não, o sujeito para ocupar os espaços sociais de poder e visibilidade, bem como os enunciados apresentam o ponto de vista de uma língua imaginária.

Palavras-chave: Enunciação. Sentido de língua. Reescritação.

¹ Este artigo é parte de nossa dissertação de Mestrado intitulada *A reescritação e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum: ideologia e imaginário* (CARPENEDO, 2017), vinculada ao Mestrado em Letras/Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), orientada pela Professora Doutora Eliana Rosa Sturza. Em nossa pesquisa, buscamos compreender quais são os sentidos de Língua no senso comum, a partir da análise de comentários de internautas na rede social *Facebook*. Para este artigo, apresentamos um pequeno recorde que consiste na análise de quatro Sequências Enunciativas mobilizadas na dissertação. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

* Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista da CAPES. Mestra em Letras/Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Bacharela em Jornalismo pela UFSM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7151-666X>. E-mail: rejane.fiepke@hotmail.com.

** Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM e Coordenadora do Núcleo Disciplinar de Ensino de Português e Espanhol como Línguas Segundas e Estrangeiras, da Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu. Possui Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006), Mestrado em Educação pela UFSM (1994), e Graduação em Letras pela UFSM (1988). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4085-0096>. E-mail: listurza@gmail.com.

Abstract: This article is part of a Master's thesis research that aimed to understand the meanings of language in the imagery of common sense, in the linguistic perspective of enunciative semantics. The proposal is to analyze how the semantic functioning of (re)saying occurs in the analytical process of rewriting. The theoretical-methodological support is based on the Theory of Enunciation, in the perspective of the Semantics of the Event (GUIMARÃES, 2002b). In this way, with the enunciative operators of rewriting mentioned, the meanings of language present in the imagery of common sense are analyzed, and subsequently the recurrence of modes of rewriting and its semantic functioning. It was observed that the substitution and repetition modes are the most used, moving directions of specification, synonym and definition. The ways and meanings of rewriting allow to infer about how much the written and spoken use of language is still confused in the discourse of common sense, in which correction and the norm are attributed to the oral modality. Thus, a conflict arises between the linguistic function and the enunciative function, in which "good speech" is idealized and works as a criterion that qualifies, or not, the subject to occupy the social spaces of power and visibility, and the statements present the point of view of an imaginary language.

Keywords: Enunciation. Sense of language. Rewriting.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender os sentidos de língua na perspectiva do senso comum, por meio do funcionamento da reescritação dos enunciados. Para tal, adotamos como apporte teórico-metodológico a Teoria da Enunciação, com ênfase na Semântica do Acontecimento segundo os pressupostos de Guimarães (2002b).

A reflexão suscitada aqui consiste no recorte de uma das perspectivas abordadas em nossa dissertação de Mestrado, intitulada *A reescritação e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum: ideologia e imaginário* (CARPENEDO, 2017) dá-se a partir de enunciados de internautas (locutores) referentes à língua portuguesa, compreendidos como os dizeres do senso comum sobre a língua. Tradicionalmente, as pesquisas no âmbito da linguística voltadas aos discursos sobre a língua detêm-se nos discursos de gramáticos, escritores e instituições, e raras vezes lança-se um olhar para essa questão a partir da perspectiva do imaginário do senso comum.

Assim, defrontamo-nos com novos movimentos de sentidos, oriundos de direções ainda pouco investigadas – o senso comum. Há, nessa esfera, um imaginário amplamente disseminado sobre língua, o de que a língua é homogênea, e apenas uma forma pode ser considerada como correta. Em relação a isso, Dias (2018) afirma que:

No que diz respeito à intolerância linguística produzida entre essa “nova classe trabalhadora” em ascendência e a classe média conservadora é uma disputa no campo da língua, que metaforiza uma disputa política, ética e cognitiva. E podemos dizer que essa divisão se reflete no espaço da língua, há uma língua de “elite” e uma língua do povo. A língua é também, portanto, fator de desigualdade, divisão, poder. (DIAS, 2018, p. 172).

Além disso, estamos mediante o desafio de pensar a enunciação a partir de outro viés, outra materialidade, outro espaço político de funcionamento – o digital. Dias (2018, p. 170) empreendeu um estudo na perspectiva da Análise de Discurso Francesa sobre o discurso digital, e, no sentido dessa nova materialidade, afirma que “[...] o digital produz um novo tipo

de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação de práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade". Desse modo, faz-se necessário pensar essas novas relações enunciativas, a partir da teoria adotada neste estudo, a Enunciação.

Assim, na primeira seção deste texto, discorremos acerca do comentário de *Facebook* como nova materialidade enunciativa, uma vez que se dá em um novo espaço de enunciação. Na segunda seção, apresentamos a Reescrita como teoria e ferramenta analítica que permeia nosso estudo, que se fundamenta em compreender os sentidos a partir do processo da reescrita dos enunciados. Na terceira seção, realizamos o movimento analítico das Sequências Enunciativas que constituem o *corpus*, por meio do aporte teórico-metodológico mobilizado. Por fim, apresentamos as considerações finais com reflexões que a análise possibilitou suscitar.

COMENTÁRIO DE FACEBOOK: UMA NOVA MATERIALIDADE ENUNCIATIVA

Nosso objeto de estudo constitui-se de dizeres do senso comum sobre a língua, em uma página no *Facebook*, a *fanpage* oficial do Palácio do Planalto, mais especificamente, no vídeo de transmissão ao vivo do primeiro pronunciamento oficial de Michel Temer na condição de presidente, em 2 de setembro de 2016. É imprescindível, portanto, que pensemos o comentário como materialidade enunciativa virtual. Com o advento dos suportes comunicacionais e da mídia digital, houve simultaneamente uma diversificação na produção de escrita e de leitura, que perpassaram um processo de intensa mudança, tanto no âmbito formal como de interações, de atitudes e de intenções.

Deparamo-nos com um formato de escritas sucintas, rápidas, e de um ágil compartilhamento de ideias, em número cada vez maior, superando o processo realizado pelos suportes comunicacionais tradicionais, como rádio, jornal e televisão. Nesse sentido, os textos, flexíveis e adaptáveis aos suportes e às formas de escrita, moldam-se conforme os contextos tecnológicos em que se apresentam para os leitores e os produtores dessas novas realidades de escrita, que se dão principalmente na Internet. Surge, assim, outro espaço de enunciação em que circulam esses dizeres sobre a língua. É um espaço de língua falada e escrita em que circula a língua escrita com fortes marcas da oralidade, produzindo sentidos, em temporalidades e perspectivas distintas das que se vinha pensando.

Para fins de melhor compreender a rede social que dá origem ao nosso *corpus*, é válido uma breve contextualização. O *Facebook* foi criado em 2004, nos Estados Unidos, e possui diversas funcionalidades que abrangem diferentes práticas sociais, dentre as quais temos a formação de grupos com interesses específicos, marcação, atualização de *status*, transmissões ao vivo, comentários sobre postagens, convite e confirmação para eventos, as opções curtir e compartilhar conteúdo. Quanto aos comentários, Barton e Lee (2015, p. 59) afirmam que, “[...] por vezes, [o recurso de comentário] age como um site para mini fóruns de discussão”.

Em um estudo realizado por Bertucci e Nunes (2017), afirma-se a importância do comentário, com a tese de que este é o grau mais profundo de interação entre autor, texto e leitor, em uma rede social como o *Facebook*, em termos de texto escrito.

O comentário é o grau mais importante de envolvimento de um usuário, porque exige, além de uma navegação e leitura atentas, disposição e capacidade de contribuir para a ampliação da publicação. É um outro texto, que revela o percurso construído pelo leitor e que soma outros sentidos ao primeiro. (BERTUCCI; NUNES, 2017, p. 323).

O Facebook apresenta uma possibilidade diversa de comentários, podendo ser eles: longos e complexos, curtos, de aprovação ou reprovação sobre alguma temática em discussão, imagem ou informação pessoal, de posicionamento sobre temas como política, religião e esporte. Assim sendo, qualquer assunto de interesse social, positivo ou negativo, é capaz de desencadear uma série de comentários na rede social. E, desse modo, imprevisíveis, oscilam sempre entre um simples e breve enunciado às longas e fervorosas discussões.

Por meio dos comentários, a língua e os dizeres sobre a língua circulam em um novo espaço enunciativo, e, nisso, atravessa o funcionamento político e da historicidade que constituem o sujeito, pois, conforme Dias (2018):

A língua material é a língua em sua historicidade, naquilo que toca a história do sujeito, a história da sociedade em que vive e a história da própria língua. Em outros termos, significa considerar que a relação do sujeito com qualquer língua é atravessada pela história do sujeito e pela história da língua. (DIAS, 2018, p. 171).

Os comentários, como enunciados no espaço de enunciação virtual, tocam a história da língua e do sujeito, uma vez que as relações e os funcionamentos se transformam, sentidos circulam e resultam em novas significações. A natureza inerente à enunciação mantém-se, e transforma-se a materialidade enunciativa.

O FUNCIONAMENTO DA REESCRITURAÇÃO

Como o intuito desta pesquisa foi estudar o imaginário na perspectiva de como o senso comum enuncia sobre a língua e compreender os processos de constituição de sentidos que compõem esse imaginário, consideramos ser adequado operarmos com reescritação como movimento de redizer a palavra, um dos procedimentos analíticos da Semântica do Acontecimento. Assim, foi possível recuperar os sentidos atribuídos à variante de português falada por Michel Temer e enunciados pelos sujeitos internautas.

Partindo da afirmação de Guimarães (2002a, p. 7), de que “[...] não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto”, estamos dizendo que, se algo funciona no enunciado, deve funcionar também no texto, e, portanto, o texto é compreendido como acontecimento enunciativo. Desse modo, uma mesma palavra pode significar coisas diferentes conforme o seu funcionamento no texto possibilita o movimento de sentidos, que pode dar-se pelo processo de reescritação.

A análise por reescritação permite-nos compreender que sentido a palavra tem no acontecimento da enunciação. Com isso, mobilizamos as duas designações de maior recorrência nos enunciados “Português Correto” e “Presidente Alfabetizado”, definimo-las como os dois

grandes eixos de sentido e analisamos como essas designações se reescrevem produzindo novos sentidos. A designação consiste no sentido material de uma expressão ou palavra, e não na palavra ou expressão propriamente dita; assim, “português correto” e “presidente alfabetizado” são determinações semânticas que constituem a designação de língua.

Para Guimarães (2002a), a reescrita é um processo de deriva de sentidos da textualidade. O autor destaca que não há texto em que não haja esse movimento de deriva de sentidos, o que equivale dizer que a reescrita é inerente a toda materialidade textual. Assim, é imprescindível compreender como um nome se relaciona com outros nomes por meio da textualidade, “[...] funcionando sob a aparência da substituibilidade” (GUIMARÃES, 2002b, p. 27). O pesquisador define a reescrita como o procedimento de análise que consiste em identificar o processo de redizer aquilo que já foi dito, e atenta para a delimitação do conceito de textualidade.

Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que pretendo dizer é que as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescrita*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2002b, p. 28).

Dessa forma, a textualidade pode ser descrita como aquela que atribui a um conjunto de enunciados a condição de texto e constitui-se como resultado instantâneo de deriva de sentidos. Essa deriva dá-se pela semelhança, igualdade ou recorrência das palavras no texto. Guimarães (2002b, p. 28) afirma que “[...] o procedimento de reescrita no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicações por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação”. Com isso, os sentidos são produzidos pela constituição de discursos, do senso comum, sobre o português falado pelo presidente Michel Temer.

Uma das possibilidades de movimento analítico por reescrita é pelo mecanismo semântico da sinônima, ou seja, que dizem o mesmo de outro modo por meio de sinônimos; e a irrepetibilidade constitui-se pela sua inscrição em tempo e espaços distintos, que é, em síntese, o sentido da enunciação. No caso do nosso *corpus*, a irrepetibilidade ocorre pelos fatores citados, porque não é o mesmo sujeito a enunciar, e, com isso, temos o atravessamento de uma condição histórica. Dito de outro modo, a reescrita é um movimento analítico de localização dentro de um texto, de palavras que dizem o mesmo, mas de outra maneira, ou seja, é repetir no texto. Assim, nosso procedimento analítico constitui-se pela localização das formas nominais que se reescrevem diversas vezes nos enunciados dos sujeitos que compõem o *corpus*.

Com isso, percebemos que a reescrita é um procedimento analítico textual de funcionamento semântico e funcionamento linguístico em que a língua se reescreve, e o que ela significa pode ser compreendido a partir do estudo da forma e do sentido que constituem a enunciação. Para tanto, não nos detemos à categorização gramatical propriamente dita, mas a compreender os sentidos dessas reescrituras.

Para Guimarães (2002a, p. 28), é o texto que constitui o sentido e a textualidade das expressões, pela “[...] reescrita infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia”. Assim:

A reescritação é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescriturar, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Em síntese, conforme exposto, o movimento analítico de reescritação no texto possibilita que uma expressão ou enunciado seja interpretado de acordo com o seu funcionamento semântico. Após a delimitação do nosso *corpus* e de uma observação minuciosa sobre as recorrências de expressões nas sequências enunciativas, optamos por adotar a reescritação em nosso processo de análise e compreensão dos sentidos, a partir das Sequências Enunciativas selecionadas.

OS SENTIDOS DE LÍNGUA PELA REESCRITURAÇÃO

Os movimentos metodológicos constituíram-se, inicialmente, pela seleção de todos os comentários dos sujeitos internautas que faziam referência ao português falado pelo ex-presidente Michel Temer. Após, realizamos um recorte das Sequências Enunciativas (SEs) a serem analisadas de acordo com o método de sondagem proposto por Guimarães (2018), em que o recorte é feito a partir de uma pergunta – a nossa consistia em analisar as distintas ocorrências de reescriturações, selecionando-as conforme a maior recorrência. Assim, neste artigo, analisamos quatro Sequências Enunciativas.

► SE1: “Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado. Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer”.

A Sequência Enunciativa 1 tem a reescritação na forma de substituição, e a relação de sentido produzida pela reescritação por especificação. A forma nominal Português correto aqui é substituída por “nossa língua”, e traz a especificação “da forma como deve ser falado”. Podemos parafrasear dizendo: há um idioma, que é nosso, ou seja, uma língua comum a todos; há uma maneira correta de se falar essa língua, que é o modo que o presidente a fala, diferente de como os presidentes anteriores falavam.

A especificação remete ao aspecto normativo da língua. Ao determinar “da forma como deve ser falado” o português, faz um recorte justo referindo-se que nem todos fazem uso dessa mesma forma. Pois, se o presidente fala como se deve falar, há os que falam como não se deve falar. Habita também o imaginário do país de uma língua só, ao afirmar “nossa língua”, apagando, assim, toda a diversidade de “idiomas” que circulam, a língua nacional é homogênea.

Scherre (2005) apresenta, em seus estudos, uma das razões que alimentam a crença na correção, descrevendo-a como a ideia de que fala e escrita são, ou deveriam ser, iguais. Nesse sentido, a autora afirma que: “Não se pode confundir fala com escrita, seja no plano das unidades gramaticais seja no plano do desempenho linguístico. Unidades gramaticais da fala não são necessariamente as mesmas que as unidades gramaticais da escrita. Falar é diferente de escrever” (SCHERRE, 2005, p. 100).

A compreensão de que a fala difere da escrita é apenas a ponta do *iceberg* no que se refere ao imaginário de língua, pois há ideologias sustentadas por diferentes âmbitos, conforme explica Moita Lopes (2013). O autor ressalta que “[...] as ideologias linguísticas são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas” (MOITA LOPES, 2013). Assim, como já especificado anteriormente, as crenças puristas que valoram negativamente as variedades de uma língua são também exemplos de ideologias linguísticas.

O imaginário de língua e as ideologias fundamentam-se em um padrão, como mostra a SE1, em “nosso idioma da forma como deve ser falado”, considerando o padrão como modelo de referência para o uso da língua, e tomado como o único correto. No entanto, na prática, o padrão nunca alcançará o seu triunfo, pois, de acordo com Faraco (2016):

O padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e, obviamente, o indesejável): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador das demais normas. (FARACO, 2016, p. 214).

O imaginário de que há uma forma correta apenas de falar a língua portuguesa toca inúmeros sentidos que significam na história. Assim, silenciosamente apaga o movimento, a vivacidade, a natureza mutável, todas as características inerentes a uma língua em uso na sociedade. Também é possível questionar se o nosso idioma é novamente falado da forma como deve ser falado: Quem representa esse “nós” hoje, além da figura presidencial? Seria a classe altamente letreada, detentora do poder social simbolizado no *status*? Uma vez que a língua do povo, em sua maioria, não é a língua do presidente, no sentido que é adotado na Sequência Enunciativa 1.

► SE2: “Parabéns Presidente, fala um português perfeito, com classe, Ow alívio, vamos trabalhar agora”.

Nessa SE, a reescrita dá-se por repetição e sinônímia, uma vez que o sentido de português correto se repete por “português perfeito, com classe”. Essa repetição funciona pela sinônímia, tendo o perfeito e com classe como sinônimos de correto. Em outras palavras, o português que é correto é perfeito e tem classe, significando elegância e educação; logo, quem não fala esse português, como o presidente, fala de modo “imperfeito” e “sem classe”.

A língua falada nos padrões que se espera no imaginário do senso comum é adjetivada por perfeição e classe. A perfeição é compreendida como o estado máximo de excelência das coisas, pois, quando algo está perfeito, então não há mais o que ser moldado ou modificado. A classe qualifica a perfeição, pois não basta o português de Temer ser perfeito, ainda é falado com classe, e, por isso, recebe os parabéns.

Pinto (2013) retrata a língua falada pelo povo e a língua falada pela parcela altamente instruída da população. A autora destaca alguns aspectos que diferem ambas:

Os iletrados e populares falariam uma variedade ou dialeto iletrado e popular de uma mesma língua, ao contrário dos cultos, que falariam um dialeto ou variedade que segue as regras da língua escrita e da gramática tradicional dessa língua. [...]. Espera-se igualmente que esse grupo culto evite vocábulos e expressões populares e gírias. (PINTO, 2013, p. 127).

Dessa forma, o português perfeito e com classe, falado pelo presidente, é aquele português categorizado como o correto, que se aproxima da gramática tradicional, e distancia-se do português “popular”, longe da perfeição e da classe. Novamente, há um padrão que produz sentido, adjetivando e qualificando a língua portuguesa, no viés da estética.

► SE3: “Finalmente, após 13 anos de assassinato ao nosso português, temos um presidente da república que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos... Podemos nos orgulhar apenas por isto. Lembro na época da Anta, quando eu ficava com vergonha em ser brasileiro”.

O modo de reescrita da Sequência Enunciativa 3 é por condensação, e o sentido por enumeração. “Finalmente após 13 anos de assassinato ao nosso português” condensa todo período histórico que antecedeu a atual presidência, por meio do advérbio “finalmente”. O sentido dá-se por enumeração uma vez que qualifica o presidente da república como aquele “que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos...”, e isso é um motivo de orgulho.

Os sentidos políticos que se movimentam no interior do enunciado remetem ao imaginário de língua que estamos observando ao longo de toda a análise. Aqui, o presidente da república não assassina o português porque sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivos e artigos; dessa maneira, possui conhecimento gramatical que reflete em sua fala, consolidando-a como um modelo a ser seguido, já que é razão de orgulho.

A segunda parte da SE3 refere-se a um dos governos anteriores, citado como “época da Anta” que provocava “vergonha em ser brasileiro”, em decorrência dos usos linguísticos desse presidente, que não se aproximaram tanto da norma padrão como Michel Temer. Dessa forma, o uso oral da língua portuguesa pelos sujeitos transita entre o orgulho e a vergonha, conforme se aproxima ou se distancia do modelo gramatical.

Scherre (2005) explica o estigma social que circunda os sujeitos que falam a língua portuguesa sem atentar-se às concordâncias devidas, conforme prega a gramática, e isso acaba resultando em uma segregação entre aqueles “que sabem falar” e os que “não sabem falar” português.

A falta de concordância verbal (nós vai) ou nominal (dois pastel), esta, sim, é denominada erro, e a pessoa que não faz concordância, além de carregar um forte estigma de não saber falar português, de ser um brasileiro que tem dificuldade de se expressar corretamente, pode não só perder o emprego, mas até, dizem (ou diziam), a eleição para a Presidência da República. Isso acontece não porque a falta de concordância acarreta problemas na comunicação, mas porque ela distingue grupos sociais: tendem a fazer mais concordância pessoal de classes com mais prestígio social ; tendem a fazer menos concordância pessoas de comunidades com menos prestígio social, embora todos os brasileiros, em maior ou menor grau, deixem de fazer concordâncias no uso espontâneo da linguagem. (SCHERRE, 2005, p. 123).

O imaginário está nisto: o bom uso gera orgulho, inclusive alheio, pois observamos os locutores dos enunciados expressando esse sentimento em relação ao português do presidente Michel Temer. A língua que é praticada cotidianamente pelos longínquos recantos dessa nação, e que não atenta para as normas da gramática, é uma “língua assassinada”, razão de vergonha.

► SE4: “Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, que o Brasil vença, com a fé, esperança e trabalho”.

A Sequência Enunciativa 4 apresenta o seu modo de reescritação por repetição, e o sentido por especificação, pois “um presidente alfabetizado” é especificado como aquele que “se articula nas palavras com grande maestria”. A forma nominal “presidente alfabetizado” reescriturada por repetição adquire sentido por meio da especificação.

Relaciona-se uma boa capacidade oratória à alfabetização, como se uma fosse consequência da outra. O presidente articula-se nas palavras com grande maestria porque é alfabetizado, e vice-versa. O imaginário presente nessa SE é o mesmo que já percebemos anteriormente, e que se constitui, principalmente, a partir da ausência de distinção entre língua falada e escrita, e do conhecimento de que uma língua jamais será homogênea, em decorrência de uma série de fatores sócio-históricos imbricados.

Leite (2008), em sua obra *Preconceito e intolerância na linguagem*, discute sobre os modos como o preconceito e a intolerância linguística estão camuflados nos discursos e atingem o cerne das individualidades, uma vez que a linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e, por isso, é o que representa a sua subjetividade.

Tratar a língua em uso implica saber interpretá-la sob diversos enfoques, dentre os quais o discursivo, o textual e o gramatical. Isso é muito diferente de entender que a língua se restringe a um punhado de regras da gramática tradicional e que elas são a norma culta! E é essa a batalha, contra o preconceito e a intolerância linguísticos, que se tem de travar para que não se afirme por aí que “A dificuldade com a clareza é um traço cultural do Brasil”. (LEITE, 2008, p. 103).

Assim, compreendemos que se “articular nas palavras com grande maestria” não é uma característica necessariamente decorrente do grau de instrução do sujeito, apesar de serem assim assimilados no senso comum. Na SE em questão, os sentidos movem-se com mais intensidade em relação à boa oratória de Michel Temer, detalhe que chamou atenção dos sujeitos internautas imediatamente após a sua posse, e levou a associação ao seu alto nível de instrução.

Tem-se criado um ideal de língua, que, como já referido, é a língua da gramática, e todas as variedades que se distanciam dela não recebem o mesmo prestígio social. Contudo, o que se ignora no imaginário do senso comum é o fato de que a língua é um todo, independentemente do seu nível empregado na modalidade oral (culto, padrão ou coloquial), e, em decorrência disso, está em sua totalidade suscetível às mudanças condicionadas pelo tempo e pela história. Conforme explica Leite (2008):

A norma culta é, como todas as normas, dinâmica, mutável. Até mesmo autores de gramáticas tradicionais de grande credibilidade reconhecem essa mobilidade da norma e incorporam no bojo do texto de suas gramáticas alguns usos que, em outras épocas, eram considerados inapropriados ao domínio culto. (LEITE, 2008, p. 102).

Dessa forma, uma fala “engessada”, presa à tradição gramatical, não condiz com a realidade, pois, por mais que o sujeito “se articule nas palavras com maestria”, não significa que não possua nenhum “tropeço” à luz das normas. A gramática é sólida, fixa; a língua é viva.

O movimento de sentidos revelou o imaginário de que há uma forma correta de falar e que esta deve ser usada para que se possa legitimar o lugar que o sujeito ocupa na sociedade. Ao encontro desse argumento, Dias (2018, p. 182) afirma que “[...] a boa postura, a boa forma, e boa língua é marca representativa do ‘sujeito letrado’, do ‘bom português’, da autoridade respeitável”. Desse modo, observamos que, a partir dos sentidos reescriturados, a “língua correta” falada pelo ex-presidente Michel Temer o qualifica para o seu posto antes da sua competência política, pois, no imaginário discursivizado pelo senso comum, falar um “bom português” é sinônimo de um alto grau de escolarização, de letramento, de conhecimento normativo da língua, e, portanto, motivo de orgulho para quem é representado por um sujeito dotado dessa qualidade.

Há um imaginário de que todo sujeito escolarizado fará, por consequência, uso de uma língua padrão-culta, e que não cometerá erros de português em seus discursos. Isso ocorre em decorrência de a escola, na maioria das vezes, ignorar a existência das variedades da língua e não ensinar sobre a heterogeneidade linguística. É evidente que cabe à escola o papel de ensinar a língua padrão; no entanto, o erro está no fato de apenas se deter nessa norma, deixando de lado todas as outras, tão presentes na rotina da população. Bagno (2003, p. 27) traz essa situação ao afirmar que: “A escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os quase 190 milhões de brasileiros, independente[mente] de sua idade, de sua origem geográfica, se sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc.”.

É possível observar claramente que o discurso do senso comum é permeado por um imaginário de língua fortemente marcado. Esse imaginário edifica-se sobre uma ideologia fundante, que toma a língua como instrumento simbólico de poder, capaz de colocar sujeitos em espaços inalcançáveis pelos demais, pelo simples fato de terem o domínio da norma, do bem falar. Além disso, esse imaginário revela um pensamento em defesa do purismo linguístico, como se a língua fosse homogênea e as variações no uso, inadmissíveis, conforme explica Faraco (2016):

Embora a defesa purista não tenha nenhum resultado prático – no sentido de difundir a norma padrão, ‘higienizando’ (como desejariam seus paladinos) a norma culta brasileira -, ela tem efeitos negativos sobre o modo como tradicionalmente se representa a língua no imaginário do Brasil, vista aí, com frequência, como cheia de erros e deformações. O país tem tido, ao longo de século e meio, grandes dificuldades para reconhecer seu rosto linguístico e, em consequência, para promover uma educação linguística consistente. (FARACO, 2016, p. 363).

As tantas ideias sem fundamentação científica difundidas no senso comum têm as suas raízes fixadas em âmbitos e ideologias específicas, e causam dissenso na sociedade quando o assunto é língua. Scherre (2005), a partir de uma ampla análise de conteúdos divulgados na mídia sobre questões linguísticas, refere-se à questão afirmando que

[...] a mídia brasileira vem prestando um real desserviço à inteligência e à dignidade humana, ao estabelecer identidade entre gramática normativa e língua ou idioma de um povo; ao reforçar a confusão entre língua falada e língua escrita; ao instigar e fortalecer o preconceito linguístico. Mais do que isto, a mídia brasileira tem faltado com a verdade, ao enfatizar a ideia de que as formas linguísticas de

prestígio são as únicas formas certas do ponto de vista da estrutura linguística. (SCHERRE, 2005, p. 116).

Para Bauman e Briggs (2003, p. 17): “Modos de falar e escrever fazem com que as classes sociais, o gênero, as raças e as nações pareçam reais e os tornem capazes de justificar relações de poder, possibilitando que os subalternos pareçam falar de modos que clamem pela subordinação deles próprios”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do procedimento analítico da reescritação, pudemos observar, neste texto, o movimento de sentidos que ocorre nos enunciados em relação ao português falado pelo ex-presidente Michel Temer. As reescriturações remetem ao pensamento de que, para ocupar a cadeira presidencial, o sujeito necessita ser altamente letrado e conhecedor das normas da língua. O bom uso da língua portuguesa funciona como denominador comum para qualificar o sujeito ao seu posto de presidente, ou seja, ao lugar de poder, de visibilidade e de representação do povo. Nessa perspectiva, Dias (2018, p. 179) afirma que, “[...] no Brasil, a qualidade de um político passa pela capacidade de domínio da língua normativa”, o que se confirma nos enunciados.

Os sentidos giram em torno de uma divisão social, e, nisso, há um funcionamento político. A capacidade de fazer uso de um “português correto” segregá os sujeitos a duas margens totalmente distintas, que não dialogam, pois o lugar da “boa língua” sobrepuja-se imensuravelmente à língua coloquial do povo, à língua fluida, em funcionamento no cotidiano. Assim, solidifica-se um espaço de divisão política entre aqueles que falam bem e os que não falam. Essa divisão é parte de um imaginário de língua e, também, alimenta um preconceito linguístico que, por vezes, é inclusive instigado pela mídia.

Ao considerarmos os equívocos da mídia no que diz respeito à língua portuguesa e de como, na condição de um aparelho ideológico, contribui na disseminação de ideias impertinentes que geram imaginários sem sustentação alguma, que servem apenas para agregar mais preconceito e intolerância às variedades da língua, surge outro cenário midiático que é imprescindível que pensemos: a Internet. É desse meio, hoje em seu auge de utilização no âmbito global, que obtivemos o nosso *corpus*, e é nesse meio que se faz necessário pensar a língua portuguesa também, pois, conforme Oliveira (2013, p. 55): “Na internet, o português alcançou recentemente a cifra de 87 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente do japonês”. Assim, os equívocos oriundos da mídia tradicional, ainda considerada a voz da verdade, alojam-se no imaginário do senso comum e, depois, seguem para a sua disseminação no meio virtual, por meio da Internet.

A análise semântica, a partir dos pressupostos da teoria da Enunciação, na perspectiva da Semântica do Acontecimento, evidencia que o domínio oral da língua portuguesa pelo sujeito chama atenção, seja pelo seu “bom português”, ou “assassinato da língua portuguesa” – nos mesmos sintagmas recorrentes. Trata-se de algo além de uma simples distinção de uso linguístico. Trata-se de poder, de ideologia, de dominação e de subordinação.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **A norma oculta.** Língua & poder na sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online:** textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Language ideologies and the politics of inequality.** Voices of Modernity. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BERTUCCI, R. A.; NUNES, P. Á. Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017. <https://doi.org/10.14393/DL29-v11n2a2017-3>
- CARPENEDO, R. F. **A reescritação e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum:** ideologia e imaginário. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
- DIAS, C. **Análise do discurso digital:** sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido.** Campinas: Pontes, 2002a.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002b.
- GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun., p. 24-28, 2005
- GUIMARÃES, E. Semântica: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.
- MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **O Português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, G. M. de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **O Português no Século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 53-73.
- PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **O Português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 120-143.
- SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle:** variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: set. 2020.

O DEBATE EVOLUTIVO É RELEVANTE PARA A LINGUÍSTICA?

IS THE EVOLUTIONARY DEBATE RELEVANT FOR LINGUISTICS?

Maurício Fernandes Neves Benfatti*

pesquisador independente e membro do grupo de pesquisa Linguagem, Cognição e Comunicação - UFPR/CNPQ

Elena Godoy**

UFPR

Resumo: O programa minimalista propõe um modelo de evolução da linguagem e um programa de pesquisas comparativo, interdisciplinar e empírico para a questão. A concepção de que a linguagem é uma capacidade emergente somente na nossa espécie sugere que os processos de seleção e de adaptação não influenciaram decisivamente na emergência de tal característica. Paralelamente, a pragmática cognitiva de orientação relevantista desenvolve, há mais de trinta anos, uma concepção de evolução de comportamento comunicativo que diverge das posturas centrais do programa minimalista. Este trabalho tem o intuito de apontar para questões epistemológicas e metodológicas que decorrem da confrontação entre ambas as propostas. A afirmação principal defendida aqui é a de que a adoção de uma perspectiva fortemente adaptacionista para a comunicação (viés relevantista) e fracamente adaptacionista para a linguagem/recursividade (viés minimalista), considerando a recursividade, assim como a comunicação verbal, capacidades emergentes da cognição humana, é possível desde que a centralidade da sintaxe, defendida pelo modelo gerativista e sutilmente reafirmada no programa minimalista, seja deixada de lado em prol de um modelo que não se furte a apontar uma explicação natural da comunicação via linguagem.

Palavras-Chave: Evolução da linguagem. Evolução da comunicação. Teoria da relevância. Programa minimalista.

Abstract: The minimalist program proposes a model of language evolution and a comparative, interdisciplinary and empirical research program for the issue. The conception that language is an emerging capacity only in our species suggests that the selection and adaptation processes did not decisively influence the emergence of this characteristic. At the same time, the relevantist-oriented cognitive pragmatics has for more than thirty years developed a conception of the evolution of communicative behavior that diverges from the central postures of the minimalist program. This work aims to highlight epistemological and methodological issues that arise from the confrontation between both proposals. The primary statement defended here is that the adoption of a strongly adaptationist perspective for communication (relevant bias) and weakly adaptationist for language/recursion (minimalist), considering recursion, as well as verbal communication, emerging capacities of human cognition, it is possible since the centrality of the

* Doutor em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mfpandeiro@gmail.com.

** Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: elena.godoi@gmail.com.

syntax, defended by the generative model and subtly reaffirmed in the minimalist program, is left aside in favor of a model that does not shy away from pointing out a natural explanation of communication via language.

Keywords: Evolution of language. Evolution of communication. Relevance theory. Minimalist program.

INTRODUÇÃO

Dennett (1995) considera que, ao formular a Teoria da Evolução, Darwin teve a melhor ideia que uma mente humana já teve. Embora a afirmação pareça conter uma atitude acrítica acerca da teoria em questão, não é incomum que outros acadêmicos a utilizem para se referir ao potencial explanatório possibilitado pelo desenvolvimento de abordagens evolutivas. Grande parte do fascínio que o evolucionismo exerce na ciência contemporânea se deve ao fato de toda a diversidade de formas de vida existentes na face da Terra poder ser explicada em termos materiais de causa e consequência. Assim, o evolucionismo pode ser concebido como uma abordagem naturalista e materialista para a complexificação de características biológicas formais. No entanto, é válido lembrar que, muito embora a postura evolucionista seja comprometida com a explicação de fenômenos naturais e formais, a metodologia empreendida na observação e descrição dos processos de evolução natural biológica é eminentemente funcionalista,¹ visto que os processos de regulação da evolução – seleção e adaptação – são demonstrados a partir da ideia de que um novo traço formal (uma característica fenotípica) aleatório, viabilizando uma melhor eficácia na transmissão de informação hereditária de um indivíduo, tende, ao longo de gerações, a se espalhar por toda a população de indivíduos daquela espécie. Assim, uma característica formal que funcione de maneira a facilitar que um indivíduo deixe descendentes será selecionada pelo processo de adaptação biológica.

Segundo Bickerton (2007), apesar do grande avanço da Linguística dentro de seu próprio território disciplinar de atuação, a área de estudos ignorou solenemente o debate sobre a evolução da linguagem. Este autor ainda enfatiza que cada vez mais acadêmicos de outras áreas têm produzido trabalhos relevantes a respeito de tema. No entanto, devido à própria natureza transdisciplinar da discussão, Bickerton (2007) conclama linguistas a ocuparem seus lugares no debate das diversas questões polêmicas suscitadas pelo tema. Ao que parece, este autor ignora o fato de que, ao menos desde a década de 1970, o debate sobre a evolução da linguagem tem sido posto em pauta por pesquisas não comprometidas com uma suposta autonomia da sintaxe.

Neste trabalho, buscaremos evidenciar que boa parte das posturas que ignoram os avanços do debate sobre a evolução da linguagem se deve à rejeição por parte de alguns teóricos de qualquer pesquisa que não se concentre nas propriedades sintático/recursivas da linguagem. Para tanto, argumentaremos que a sensibilidade ao contexto é uma característica que sistematicamente interage com o sistema linguístico, mas que tem sido negligenciada (embora reconhecida) frente à capacidade de processamento linguístico. Tal distorção do objeto de estudos tem favorecido a

¹ Um dos principais problemas à época da formulação da Teoria da Evolução das espécies era a ausência de uma explicação formal para os mecanismos de transmissão de características hereditárias. Esta aparente deficiência teórica foi suplantada quase meio século depois da edição de “A origem das espécies” (DARWIN, 1964), com o desenvolvimento da genética. No entanto, ressalte-se aqui que ao longo do século XX ambas as posturas, formais/genéticas e funcionais/evolutivas, complementaram-se e embasaram rotas de mútuo e progressivo desenvolvimento.

descrição da linguagem a despeito de toda e qualquer noção de função adaptativa que tal característica possa vir a exercer em um sistema biológico. Dessa forma, tomam-se como empíricos alguns dados que, por estarem presentes nas línguas naturais, são considerados como presentes na mente de maneira inescrutável, ao passo que se exclui de tal *status* de descrição qualquer dado tangível pelo escrutínio da linguagem em uso, mas que não se evidencie ao observar a linguagem de maneira isolada.

Para tanto, buscaremos demonstrar que a Teoria da Relevância (TR, daqui por diante) se constitui numa alternativa empiricamente plausível para o estudo da evolução da comunicação humana. Não apenas da comunicação linguística, mas sim de toda e qualquer forma de comunicação ostensiva. A perspectiva relevantista (SPERBER; WILSON, 1986/1995; WILSON; WHARTON, 2006; WILSON; SPERBER, 2004), que surgiu como uma alternativa ao modelo cooperativo de comunicação inferencial proposto por Grice (1975), tomou rumos mais ambiciosos nas últimas duas décadas por promover decididamente uma integração entre perspectivas antropológicas, psicológicas e linguísticas sobre os mecanismos envolvidos na efetivação da comunicação e da cultura humana. Tal transdisciplinaridade explícita promove a descrição da linguagem em um nível artefactual.

Assim, o relevantismo busca lançar luz aos mecanismos mentais que proporcionam comportamentos ostensivos de interação que nos servem como ferramentas de transmissão de pensamentos. Ou seja, a capacidade biológica à significação e à cultura é posta em escrutínio, não centralizando as análises única e exclusivamente na evolução biológica do sistema linguístico. De tal forma, a performance cultural é considerada como fruto de uma competência pragmática. Consideramos que essa metodologia é um passo crucial na diferenciação da TR das abordagens funcionalistas clássicas (pouco comprometidas com o debate evolutivo), visto que o relevantismo embasa sua proposta em um funcionalismo adaptativo no qual, sendo a linguagem um sistema que evolui autonomamente ou não, observa-se que a capacidade de inferir e derivar informações relevantes a partir do processamento linguístico não é nem trivial, nem tampouco um processo assistemático. Note-se, portanto, que a comunicação é colocada em escrutínio não a partir do reconhecimento de intenções, mas sim, considerando tal capacidade, geralmente chamada de psicologia de senso comum, como decorrente de uma capacidade geral à inferência. De tal maneira, a função biológica da comunicação humana não residiria na codificação/decodificação de informações (como tradicionalmente a comunicação é descrita), mas na capacidade de inferir informações potencialmente úteis, utilizando evidências oriundas de todos os sistemas cognitivos de interface com os sistemas de processamento estrutural. Como veremos, essa postura é totalmente divergente da concepção de que comunicação linguística, como sistema biológico, é inescrutável. Dessa forma, não se desconfia de que a linguagem tenha um processamento sistemático, autônomo e biologicamente enraizado, porém não se exclui a alternativa de que outros sistemas de mesma natureza exerçam influência decisiva nos resultados eficazes obtidos pela mente ao processar linguagem ou comportamentos de comunicação.

LINGUAGEM: SISTEMA AUTÔNOMO OU COMPLEXO?

Persistência parece ser ingrediente fundamental para os empreendimentos científicos bem sucedidos. A tese de que os processamentos sintáticos são autônomos e centrais aos

processamentos linguísticos acompanha Chomsky ao longo de toda a sua carreira acadêmica. Se Chomsky, no apogeu do gerativismo, enfatizando a importância de concentrar esforços científicos na competência linguística, concebia que o desempenho comunicativo é mais um mistério do que um problema científico (CHOMSKY, 1975), atualmente, com o programa minimalista, reafirma essa postura ao sugerir que, apesar de ser a característica distintiva da espécie humana, a linguagem não evoluiu para o uso comunicativo e, portanto, o escrutínio da comunicação verbal não traria conhecimento sistematizável sobre seu objeto (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002; FITCH; HAUSER; CHOMSKY, 2005). Visto que não há, nas proposições de tal viés, nenhuma relevância evolutiva sendo apontada para a cultura e toda a gama de manifestações artefactuais humanas, o minimalismo parece sugerir que a diversidade funcional de estruturas culturais não é relevante do ponto de vista evolutivo, e que somente a diversidade formal da linguagem pode vir a ser explicada cientificamente.

A tese de que apenas o mecanismo recursivo de linguagem pode ser descrito como sistema biológico considera que somente os mecanismos de agrupamento e de deslocamentos de estruturas linguísticas possuem sistematicamente um efetivo funcionamento ótimo, deixando, assim, as supostas imperfeições da comunicação linguística na conta da interferência que os sistemas cognitivos em interface com a linguagem exercem nela. Assim, indiretividade, vaguezza, ambiguidade e a possibilidade da transmissão de informações errôneas ou falsas são decorrentes do fato de o sistema linguístico operar de acordo com dados oriundos do sistema sensório-motor e “algum tipo de sistema de pensamento (concepção, intenção e assim por diante)” (CHOMSKY, 2006, p. 133). Ao assumir que nenhum dos sistemas cognitivos evoluiu para a comunicação ou para o desempenho linguístico, Chomsky supõe que a grande questão não é se a mente evoluiu para o uso da linguagem, mas sim se a linguagem satisfaz as condições de interface com os outros sistemas com os quais ela opera. E assevera:

Por exemplo, se você tentar desenvolver a teoria de um automóvel que não anda, com um projeto péssimo, que pára de funcionar, o carro que você tinha em Amherst, por exemplo. Se você quisesse desenvolver uma teoria desse carro, você ainda tentaria tornar a teoria tão boa quanto possível. O que quero dizer é que você pode ter um objeto péssimo, porém ainda querer tornar a teoria tão boa quanto possível. (CHOMSKY, 2006, p. 119).

Os preceitos minimalistas parecem apontar para a recursividade sintática como a única coisa que efetivamente é funcional (concebendo tal termo dentro de uma ideia de otimalidade biológica). Por sua vez, Reboul (2017, p. 28) observa que a recursividade é uma habilidade relevante, pois fornece uma possibilidade teórica de produzir sentenças infinitamente longas, não importando se as pessoas de fato produzem essas sentenças ou não. Desse modo, para a autora, a infinidade discreta é uma propriedade estrutural e não comportamental. Sendo assim, da mesma forma que o fígado não evoluiu para que se possa tomar vinho, o órgão da linguagem não evoluiu para que se possa comunicar. O único dado a ser tirado da analogia seria o de que os *outputs* do fígado são funcionais, da mesma forma que os *outputs* do sistema linguístico também o são. Dessa forma, não interessaria notar se linguagem sofre interferência ou interfere nos sistemas com os quais faz interface, mas que o órgão da linguagem recebe *inputs* funcionais (que possuam condição de *input*) e processa-os de maneira ótima para que os outros sistemas

operem. Assim, sintaxe e recursividade não seriam apenas as características centrais na evolução da linguagem, mas a própria essência da evolução da nossa espécie.

No entanto, ao menos desde a década de 1970, os argumentos por uma centralidade da sintaxe recebem críticas acentuadas não apenas pelo seu caráter radical e centralizador de uma contenda dita transdisciplinar, mas principalmente por lançar mão de hipóteses que enfraquecem a descrição de qualquer sistema cognitivo que atue diretamente em interface com o sistema linguístico. Pinker (2008) e Lakoff e Johnson (2002), por exemplo, estão entre os que consideram que a linguagem e os sistemas conceituais se encontram muito atrelados em suas formas ótimas de funcionamento para que tenham evoluído de maneiras desvincilhadas. Se o neocartesianismo chomskiano refuta qualquer explicação que advogue por alguma noção de consciência por trás da manifestação linguística, o interesse de Pinker pelas categorias inatas de Kant sugere que, ao menos parte da explicação do processamento linguístico atribuído por Chomsky à estrutura sintática é, de fato, oriunda da organização inata da mente para lidar com questões conceituais e, portanto, não seria uma questão necessariamente linguística. Assim, a hipótese coevolutiva de Pinker considera que a estrutura argumental evoluiu de forma a tornar o mundo dos conceitos acessível ao sistema linguístico. Tal descrição supõe obviamente intensa atuação em interface entre os sistemas de linguagem e conceituais. Dessa forma, o dualismo chomskiano seria deixado de lado por uma visão holística, na qual ao menos os conceitos aos quais as palavras se ligam não seriam mistérios, mas sim problemas esperando por escrutínio científico adequado.

Argumento semelhante parece ser o de Franchi (1992), que considera o aspecto criativo da linguagem descrito por Chomsky descuidado em relação à centralidade que a linguagem parece exercer na constituição da própria atividade humana. Um dos principais problemas do modelo gerativista, segundo Franchi (1992), é a assunção de que um número finito de categorias fixas e pré-determinadas combinadas reiteradamente seria suficiente para explicar o papel que a linguagem ocupa na própria estruturação da criatividade (não apenas linguística) exibida pela nossa espécie. Assim, Franchi (1992) descreve o modelo de criatividade proposto por Chomsky como um modelo horizontal de criatividade em detrimento de um modelo vertical e constitutivo da linguagem que supõe similaridades entre linguagem e outros sistemas, visto que estruturas linguísticas: “suportam o devaneio sem volta das similitudes e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidade de conclusões” (FRANCHI, 1992, p. 27).

De forma geral, não é a modularidade da linguagem que se julga impertinente no modelo gerativista/minimalista, mas a centralidade que a descrição dessa estrutura ocupa nesses modelos. Um exemplo disso são os teóricos da chamada Psicologia Evolucionária, que consideram a mente como um conjunto de sistemas cognitivos que foram esculpidos pela evolução biológica de modo que os efeitos da atuação psicológica individual podem ser explicados em termos naturais (TOOBY; COSMIDES, 1992; SAPOLSKY, 2017; MERCIER; SPERBER, 2017; FISKE; TAYLOR, 2017; HEYES, 2018). Um dos questionamentos mais pertinentes desses teóricos reside na postulação tradicional de autores como Chomsky e Fodor (1983) de que a mente deve ser concebida a partir de uma divisão entre processamentos periféricos e centrais. Esse questionamento parece necessário a uma Psicologia Evolucionária, pois seria tal divisão que proporciona uma visão distorcida dos efeitos da atuação cognitiva como defectivos. Isso ocorre

porque essa postura se choca frontalmente com o preceito básico da perspectiva evolucionária de que a mente é, basicamente, um sistema complexo, constituído de vários sistemas, com a função principal de auxiliar indivíduos em suas tomadas de decisões.

Uma das teses centrais da Psicologia Evolucionária é a de que os circuitos e mecanismos psicológicos de nossa espécie foram selecionados para se ajustarem aos estilos de vida dos nossos ancestrais pré-humanos, habitantes do período Pleistoceno e, consequentemente, não se ajustam necessariamente aos estilos de vida humanos atuais, saturados de hábitos culturais. Aprofundando essa noção dentro de uma Antropologia Cognitiva, Sperber (1996) defende essa postura a partir da distinção de dois conceitos pertinentes a um módulo cognitivo especializado, o domínio específico (*proper domain*) de computações mentais ao qual um módulo foi selecionado e o domínio real/efetivo (*actual domain*), no qual esse módulo nos é útil contemporaneamente (SPERBER, 1996, p. 136). Um dos exemplos dados por Sperber diz respeito aos processamentos mentais necessários à locomoção bípede e automotiva. A locomoção bípede humana envolve desafios específicos da postura ereta peculiar de nossa espécie. É, portanto, natural a suposição de que há mecanismos encapsulados e modulares especializados em calcular as informações necessárias para que se ande de maneira eficaz (de forma que o indivíduo não esbarre em obstáculos a toda hora, chegue aos locais que pretende ir etc.). Se tal hipótese é viável, seria razoável esperar que esses mesmos módulos especializados em computar informações necessárias à locomoção bípede também estejam envolvidos na locomoção automotiva, mesmo que o comportamento de locomoção bípede seja formalmente diferenciado do comportamento de locomoção automobilística. Uma questão relevante aqui diz respeito ao comportamento ótimo de andar (que foi desenhado por evolução biológica) em comparação ao comportamento ótimo de dirigir (que envolve demandas totalmente contemporâneas, portanto, culturais).

Assim, para a Psicologia Evolucionária, muitos dos comportamentos que são concebidos como ineficazes podem, na realidade, ser concebidos como uma roupagem contemporânea que o desenvolvimento sócio-histórico de culturas humanas dá aos comportamentos decorrentes dos nossos processos cognitivos inatos, selecionados em uma era geológica em que as culturas humanas inexistiam (KAHNEMAN, 2011; SCOTT TURNER, 2018). Não custa lembrar que, para tal viés, a própria comunicação linguística desempenha um papel crucial na disseminação de informações relevantes ao próprio desenvolvimento de culturas humanas. No entanto, esse papel é comunicativo e não necessariamente estrutural (quer dizer, antes relacionado aos efeitos interativos em indivíduos que possuem linguagem do que a uma eficácia quanto à transmissão de informações). Obviamente, não estamos propondo que a mobilidade permitida por automóveis possui em si defectividade, mas é necessário apontar para o fato de que nossa espécie não está adaptada a muitas das situações nas quais podemos nos ver ao dirigir. Um boi atravessando uma rodovia representa uma séria ameaça à qual seres humanos não poderiam estar adaptados, visto que a velocidade envolvida no ato de dirigir em estradas é substancialmente uma capacidade cultural e contemporânea. O fato de o trânsito automobilístico ser uma causa frequente de mortes de indivíduos sadios é claramente uma evidência de que o comportamento de direção possui características mal-adaptativas. No entanto, se esse comportamento está mesmo enraizado em módulos mentais, não é difícil compreender porque há pessoas que gostam de dirigir em velocidades altíssimas mesmo em situações nas quais não há nenhuma forma de controle dos riscos. De maneira geral, qualquer comportamento específico de locomoção, seja ele bípede ou não, deve gerar benefícios adaptativos. Assim, qualquer incremento mental ao gosto pela velocidade

(como uma sensação de prazer, por exemplo) pode ajudar a explicar a história evolutiva de uma dada espécie. No entanto, a não ser em casos extremos, locomover-se rapidamente sem o auxílio de máquinas automobilísticas não apresenta sérios riscos à vida. Isso é dramaticamente diferente no caso das velocidades atingidas pelos veículos atuais. Uma refutação óbvia do viés gerativista/minimalista reside na rejeição da assunção de que a mente é dividida em processos periféricos e centrais, dos quais apenas os periféricos estariam ao alcance da ciência moderna. Isso porque muito daquilo que se concebe como efeito de uma atuação obscura de um módulo central pode ser concebido à luz de interações entre módulos especializados a lidar não apenas com informações oriundas do mundo físico, mas também com informações de base conceitual e atributiva. Essa postura concebe que um funcionalismo para a mente é plausível, desde que comprometido com o escrutínio dos mecanismos mentais envolvidos na efetivação dos comportamentos culturais, deixando assim de lado o empirismo puro, que supõe o comportamento cultural efetivo como objeto de estudos.

Vale notar, como pondera Castilho (2007), que uma abordagem meramente funcionalista para a linguagem está fadada ao insucesso se ela não estiver comprometida com uma visão de linguagem que a situe como um objeto dinâmico e complexo. Quer dizer, Castilho (2007) parece apontar para a observação de que um funcionalismo linguístico é possível desde que concentrado em processos que, em interface, possibilitam a emergência de um significado linguístico. Essa postura está em consonância com a maioria das críticas levantadas até aqui sobre a centralidade da sintaxe, inclusive aquela que leva a inferir que a autonomia modular da linguagem obrigatoriamente implica a centralidade da sintaxe. Como veremos, o viés relevantista é uma alternativa para a cognição comunicativa que reserva uma descrição modular e autônoma para a linguagem, mas não considera plausível que os processamentos sintático/recursivos sejam centrais nem no que tange à comunicação linguística efetiva, nem no que tange à evolução da linguagem. Assim, complexidade não demandaria assistematicidade e tampouco a diversidade funcional cultural estaria à margem da discussão, ou ainda pior, seria fruto de uma mente infinitamente plástica e moldável (como gostariam os que negam a modularidade da mente).

Esses exemplos são suficientes para nos fazer supor que tanto os mecanismos mentais de conceituação e de inferências devem fornecer não apenas condições de *input* para os *outputs* do processamento linguístico, mas o próprio processamento linguístico demanda intensa atuação dos demais sistemas para que um indivíduo possa avaliar uma estrutura como linguisticamente bem estruturada ou não. De tal forma, a hipótese de uma coevolução entre os sistemas cognitivos em interface com o sistema linguístico nos parece bastante convincente. Primeiro porque releva a importância da compreensão transdisciplinar do objeto *linguagem*, e, principalmente, porque parece ser corroborada por inúmeras fontes de críticas válidas e pertinentes ao modelo minimalista. O principal compromisso para uma agenda séria de investigações científicas é o de desvencilhar a noção de que a descrição de linguagem como objeto complexo e dinâmico implica a não aceitação de uma especialização modular para a linguagem. Assim, pode ser mantido o *status* tão apreciado de observação empírica em linguística, visto que o sistema possui uma autonomia, porém não se exclui que comunicação, conceito e atribuição sejam fenômenos também a serem explicados, visto que o sistema sintático/recursivo não é considerado como central.

EXAPTAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM

Gould e Vrba (1982) buscaram em Nietzsche (1887/1998) o termo *exaptação* para descreverem um poderoso conceito em ciência evolutiva: o de que há mecanismos biológicos que foram selecionados por causa de uma função para a qual não tinham sido desenhados evolutivamente até então. Um caso clássico seria o dos ossos responsáveis por nossa audição, que teriam sido desenhados evolutivamente por fornecerem melhor articulação à mandíbula de nossos ancestrais, mas que, por fornecerem benefícios individuais favorecendo a audição, acabaram sendo selecionados para outros fins, que não os de sustentação da mandíbula. Dessa forma, a bigorna, o martelo e o estribo teriam chegado à sua conformação formal atual devido a um processo de seleção que agiu sobre outro processo de seleção previamente em decorrência.

É comum assumir como exaptação qualquer forma de cultura humana. A escrita, por exemplo, seria um comportamento para o qual não fomos adaptados, mas somos capazes de utilizar uma série de capacidades biológicas para concretizarmos tal ação. Um dos problemas da concepção de cultura como exaptação reside no fato de se excluir a possibilidade de que seres humanos sejam adaptados a desenvolver culturas diversificadas não apenas quanto à forma, mas também quanto à função. Ou seja, ignora-se que, talvez, sejamos adaptados a exaptar. Pensem, por exemplo, na agricultura, característica à qual evidentemente não estamos adaptados. Teria a nossa espécie alcançado o enorme sucesso de distribuição ecológica atual sem que tivéssemos empreendido coletivamente e sucessivamente uma história cultural do cultivo de alimentos?

Notoriamente, a abordagem minimalista conclama por uma concepção exaptativa para a comunicação linguística. Visto que os efeitos acarretados por tal tipo de comunicação não seriam decorrentes da evolução da nossa espécie, mas sim de um acaso relacionado à emergência da linguagem em nossa espécie. Talvez aí resida o calcanhar de Aquiles da teorização minimalista. Em primeiro lugar, seria necessária uma argumentação mais convincente a respeito de a linguagem, estruturalmente complexa como é (mesmo deixando de lado as interfaces com os demais sistemas cognitivos), ter emergido em nossa espécie sem uma base formal menos complexa. Seria como se uma célula procarionte tivesse emergido sem a ancestralidade de uma célula eucarionte. Além do mais, uma exaptação é um acaso biológico apenas na origem dos processos ontogênicos (de diferenciação biológica entre indivíduos portadores de tal característica e os não portadores), visto que, a partir do momento em que uma característica exaptada é selecionada, é provável que, geração após geração, ela passe por processos de otimização até a estabilização da função ótima de tal característica ao longo de uma população de indivíduos. Então, mesmo que a linguagem, em seus primeiros estágios ótimos de seleção adaptativa, tenha sido um caso único na natureza de emergência casual de uma estrutura biológica complexa, ainda assim, estaria fadada a depender dos efeitos e funções proporcionáveis a algum indivíduo que a possuísse. Resta perguntar, a quem a linguagem teria sido útil, mesmo que internamente ao próprio sistema mental, se ela não fosse tomada para organizar conceitos e formular inferências?

A concepção de que a capacidade à cultura é modeladora de comportamentos culturais que são adaptativos não por seus resultados *a priori*, mas sim pelas possibilidades que se abrem, tanto remete à hipótese da inteligência cultural (HERRMANN *et al.*, 2019, TOMASELLO) quanto à hipótese de que a nossa espécie tem uma característica adaptativa intimamente relacionada ao uso massivo que fazemos de representações (SPERBER, 2000). Segundo a primeira hipótese, chimpanzés têm habilidades cognitivas muito parecidas com as nossas para lidar com estruturas

do mundo físico, porém, a nossa espécie se diferenciaria dos demais grupos de grandes símios porque manifesta, desde muito cedo, habilidades cognitivas mais sofisticadas para lidar com questões sociais. Assim, ao contrário dos primatas, somos cooperativamente *altruístas*. Ou seja, desde a mais tenra idade, entendemos e aprendemos a usar os gestos/sinais ostensivos, que têm o significado de oferecer algo para o outro, chamar a atenção do outro a favor deste outro, enquanto os primatas entendem e usam apenas os gestos/sinais, que significam a oferta/favor para *eu* (TOMASELLO, 2010).

Já a segunda hipótese sugere que a intensa atividade cultural humana é decorrente de nossa sofisticação em usar metarrepresentações (representações acerca de representações). Dessa forma, um estímulo ostensivo (produzido para chamar a atenção de um interlocutor) se diferenciaria de outros estímulos potencialmente significativos.

Para ilustrar o papel da comunicação ostensiva, pondere um quadro, no qual o mesmo tipo de estrutura sonora possa acarretar diferentes redes de relações causais representativas em diferentes contextos, partindo de um contexto não intencional e passando por contextos mais ou menos ostensivos. Suponha que Daniel está andando na rua e escuta algum desconhecido tossindo. Ele pode utilizar o seu próprio conhecimento intuitivo sobre resfriados para inferir que o desconhecido está resfriado. Agora suponha que Daniel está assistindo TV na sala com Ana, sua namorada, e que ambos saibam que ela está resfriada e que há caixas de lenços de papel na despensa. Ana pode simplesmente deixar a caixa de papel utilizada e vazia ao alcance dos olhos de Daniel e esperar que ele, ao ouvi-la tossindo, seja capaz de inferir que seria elegante que ele fosse até a despensa buscar mais uma caixa de lenços. Ou ela poderia ostensivamente emular os sons de uma tosse acentuando a tonalidade e intensidade e ostensivamente apontar para a caixa de lenços vazia enquanto faz cara de quem merece uns mimos de vez em quando. Como fica evidente, o caráter ostensivo da comunicação humana demanda grande sensibilidade aos contextos não só de quem busca tornar pública uma intenção comunicativa, o alvo da comunicação também atua correlacionando as evidências públicas (as estruturas de comunicação) às informações contextuais que lhes são acessíveis (informações mentais previamente processadas e potencialmente relevantes). Assim, a significação natural pode ser descrita como sendo aquela que Daniel pode ter ao ouvir o som de uma tosse, e demanda apenas uma representação interna análoga relacionando espirros e tosse a resfriados. No entanto, no caso em que Ana ostensivamente se comporta de modo a suscitar um significado específico em Daniel, tem-se um caso de significação não-natural, no qual a experiência análoga não é suficientemente concisa para se chegar a conclusões adequadas. Tal demanda por inferências demarca o campo do significado não-natural.

Ambas as concepções acima expostas remetem ao debate iniciado por Premack e Woodruff (1978) sobre se a capacidade de teorizar acerca da mente alheia é uma capacidade distintiva humana. Para os autores, este questionamento é válido visto que, em muitos aspectos, chimpanzés parecem também possuir essa capacidade. Call e Tomasello (2008), em recente revisão dos trabalhos desenvolvidos posteriormente ao questionamento de Premack e Woodruff (1978), sugerem que a aparente inabilidade de chimpanzés em lidar com falsas crenças demarca a especificidade da complexidade do uso dessa capacidade em humanos. Para Call e Tomasello (2008), essas limitações observáveis em chimpanzés (que, embora reconheçam intenções alheias, não reconhecem quando outros indivíduos possuem crenças sobre o mundo que não

coincidem com a realidade) são demonstrativas de que, em um sentido amplo: por mais que chimpanzés possuam algum tipo de teoria da mente, essa consideração deve vir acompanhada da observação de que os graus de complexidade dessa característica são muito menos salientes em chimpanzés do que na nossa espécie.

Nesse sentido, a atividade simbólica e cultural humana parece ser inherentemente uma questão de lidar não apenas com estruturas, visto que seres humanos são intuitivamente capazes de conceber que o comportamento alheio é orientado pelas representações mentais que os indivíduos possuem, mesmo quando tais representações são crenças falsas. Como argumenta Sperber (2000), prever o comportamento alheio eficazmente é uma vantagem adaptativa considerável, o que parece indicar a existência de dispositivos biológicos não apenas para a linguagem, como sugerido por Chomsky, mas também para mecanismos cognitivos especializados em formular hipóteses metarrepresentativas plausíveis.

É a partir de tal consideração que acreditamos que uma abordagem correlacional para a significação depende da compreensão dos mecanismos cognitivos envolvidos na derivação individual de informações potencialmente relevantes. O que está em questão é a visão muito difundida de que é necessário assumir que há algo socialmente tácito acerca do significado de estruturas comunicativas para que se possa colocá-las em escrutínio científico. Esse recorte metodológico exclui a consideração pertinente dos verdadeiros fenômenos a serem explicados. Ou, como questionam Sperber e Wilson (1995, p. 36): “Qual é a lógica por trás do princípio e das máximas cooperativas?”² Afinal, assumindo o significado como tácito e socialmente convencionado, do ponto de vista biológico, ainda falta uma explicação sobre como indivíduos conseguem abstrair o que é convencional, tácito e socialmente difundido. Isso é obviamente necessário para que um indivíduo utilize um significado, seja vinculando-o a uma estrutura, seja interpretando um comportamento ostensivo.

RELEVANTISMO: COMUNICAÇÃO VERBAL COMO SISTEMA OSTENSIVO-INFERENCIAL

A TR foi originalmente planejada como uma reformulação do modelo inferencial de comunicação, proposto inicialmente por Grice (1957) como um esforço concentrado nas inferências, sendo que, posteriormente, este esforço foi deslocado para a descrição da cooperação comunicativa (GRICE, 1975). Se, para a filosofia da conversação griceana, a significação é uma questão de cooperação entre as partes interlocutoras, para a TR, a significação é uma questão de derivação individual de informações. Ou seja, para o relevantismo, a significação comunicativa não reside simplesmente na atribuição intencional do falante, visto que é o ouvinte que significará a evidência linguisticamente codificada de um querer dizer. Há uma rejeição, portanto, da ideia de que conhecimento compartilhado seja um fenômeno natural, mas sim, uma abstração distorcida da natureza do objeto. Segundo Sperber e Wilson (1995, p. 38): “[...] mutual knowledge is a philosopher’s construct with no close counterpart in reality”. Isso porque a base sobre a qual o conhecimento individual se efetiva está atrelada à eficiência individual quanto à percepção e às capacidades inferenciais. Os autores explicam que os motivos que produzem

² “What is the rationale behind the co-operative principle and maxims?” Todas as traduções apresentadas no corpo do texto são nossas.

a constituição dos *ambientes cognitivos*, nos quais representações internas são geradas, serão inevitavelmente diversos de pessoa a pessoa da seguinte forma:

Todos os humanos vivem no mesmo mundo físico. Todos nós estamos envolvidos na empreitada de uma vida em derivar informações desse ambiente comum e de construir a melhor representação mental possível. Nem todos construímos a mesma representação, devido às diferenças em nossos ambientes físicos mais estreitos, por um lado, e em nossas habilidades cognitivas, por outro. As habilidades perceptivas variam em eficácia de um indivíduo para outro. As habilidades inferenciais também variam, e não apenas em eficácia. As pessoas falam línguas diferentes, elas dominam conceitos diferentes; como resultado, elas podem construir representações diferentes e fazer inferências diferentes. Elas também têm memórias diferentes, diferentes teorias que trazem à experiência de diferentes maneiras. Portanto, mesmo que todos compartilhassem o mesmo ambiente físico restrito, o que propomos chamar de ambiente cognitivo ainda seria diferente (*Id.; Ibid.*).³

Desta forma, comunicação humana é descrita como situada no meio de um continuum entre a significação natural e a não-natural. Ou seja, o código utilizado para ostensivamente chamar a atenção de um interlocutor é concebido apenas como uma evidência do significado comunicativo, o que implica que o significado linguístico seria apenas parte da evidência do real significado intencionado pelo falante. Caberia ao ouvinte formular uma hipótese comunicativa plausível tanto no momento de solucionar as vaguezas e indiretividades típicas de enunciados, quanto no momento de atribuir uma intencionalidade plausível à proposição. Para tanto, em tal abordagem, a linguagem é concebida como ferramenta mental de organização estrutural. Dessa maneira, o significado linguístico não seria um atributo da linguagem, mas sim, da comunicação verbal. Neste ponto é possível apontar uma concordância entre o relevantismo e o minimalismo – o fato de a linguagem não ser concebida biologicamente como instrumento de comunicação. Porém, a reação frente a tal constatação é totalmente diferente. O minimalismo julga que a comunicação linguística é a evidência empírica de que a única espécie que apresenta linguagem é a nossa, no entanto, não concebe que a comunicação tenha qualquer relevância para a evolução da linguagem. Tal postura é aparentemente ambígua, visto que, se de fato a linguagem não é uma ferramenta interativa, mas sim de organização estrutural, não é tão segura assim a afirmação de que nenhuma outra espécie possua uma base inata de organização estrutural. Afinal, a diferença pode residir exatamente no fato de outras espécies não se utilizarem da linguagem como formas de comunicação (como no caso do uso de línguas naturais).

Outro ponto a se notar é que, apesar de a linguística tradicionalmente descrever a linguagem a partir da noção de uma dupla-articulação, a não concepção de um papel comunicativo biológico para a linguagem deveria presumir que a articulação significativa não é sistematicamente

³ “All humans live in the same physical world. We are all engaged in a lifetime’s enterprise of deriving information from this common environment and constructing the best possible mental representation of it. We do not all construct the same representation, because of differences in our narrower physical environments on the one hand, and in our cognitive abilities on the other. Perceptual abilities vary in effectiveness from one individual to another. Inferential abilities also vary, and not just in effectiveness. People speak different languages, they have mastered different concepts; as a result, they can construct different representations and make different inferences. They have different memories, too, different theories that they bring to bear on their experience in different ways. Hence, even if they all shared the same narrow physical environment, what we propose to call their cognitive environments would still differ”.

ligada à articulação estrutural, mas que tal somente ocorre no caso das línguas naturais humanas. Neste sentido, o foco do debate recai sobre a comunicação, porém, não sobre a assunção de que a linguagem evoluiu para a comunicação, mas sim concebendo que as línguas naturais oferecem uma ótima brecha de observação indireta dos mecanismos envolvidos na derivação dos significados comunicativos. Segundo os autores:

As atividades que envolvem necessariamente o uso de uma língua (isto é, um sistema representacional governado por gramática) não são comunicativas, mas cognitivas. A linguagem é uma ferramenta essencial para o processamento e a memorização de informações. Como tal, deve existir não apenas em humanos, mas também em uma grande variedade de animais e máquinas com capacidade de processamento de informações. Qualquer organismo ou dispositivo com uma memória deve ser capaz de representar estados passados do mundo ou de si mesmo. Qualquer organismo ou dispositivo com a capacidade de extrair inferências deve ter um sistema representacional cujas fórmulas tenham relações sintáticas e semânticas entre si. Claramente, essas habilidades não se limitam aos seres humanos. O grande debate sobre se os seres humanos são as únicas espécies a ter linguagem baseia-se em um equívoco sobre a natureza da linguagem. O debate não é realmente sobre se outras espécies, além dos humanos, têm idiomas, mas se eles têm idiomas que eles usam como meio de comunicação⁴ (SPERBER; WILSON, 1995, p. 173).

Agora é possível explicar duas coisas na noção relevantista de comunicação: a ideia de que a linguagem é produto de estruturas de organização interna e a de que línguas naturais são fenômenos comunicativos que agregam representações oriundas de outros sistemas mentais. O fato de a TR considerar as representações semânticas como ferramentas da comunicação ostensiva-inferencial pressupõe que a comunicação verbal só poderia ter algum benefício adaptativo em um quadro evolutivo, no qual ostensão e inferência fossem anteriores à comunicação verbal. Nesse sentido, não apenas a linguagem é adaptativa, mas as línguas naturais também o são, mas, no caso, por uma funcionalidade biológica comunicativa. A saber, para a TR, a comunicação verbal é um caso paradigmático de comunicação ostensiva, visto que a utilização de linguagem para a estruturação de informações comunicativas ostensivas é de longe, mesmo com toda a indiretividade e vagueza que lhe é peculiar, o comportamento mais eficaz no que diz respeito à evidenciação de uma intenção comunicativa. Em outras palavras, é menos custoso cognitivamente a um falante expor um pensamento publicamente por meio da comunicação verbal do que por meio dos demais tipos de comportamentos ostensivos. Basta lembrar de um grupo de amigos jogando *Imagen e Ação* para entender o que tal tipo de concepção supõe. A mímica é um meio efetivo de comunicação, porém, as condições estruturais de limitar a

⁴ “The activities which necessarily involve the use of a language (i.e. a grammar-governed representational system) are not communicative but cognitive. Language is an essential tool for the processing and memorizing of information. As such, it must exist not only in humans but also in a wide variety of animals and machines with information-processing abilities. Any organism or device with a memory must be able to represent past states of the world or of itself. Any organism or device with the ability to draw inferences must have a representational system whose formulas stand in both syntactic and semantic relations to each other. Clearly, these abilities are not confined to humans.

The great debate about whether humans are the only species to have language is based on a misconception of the nature of language. The debate is not really about whether other species than humans have languages, but about whether they have languages which they use as mediums of communication”.

significação não-natural por meio de gestos parecem muito mais reduzidas do que no caso do uso da linguagem. Ainda assim, um enunciado sempre oferece uma gama de significados que lhe são possíveis de serem atribuídos. Dessa forma, centrando a atenção na psicologia do interlocutor que busca significar um comportamento comunicativo, Sperber e Wilson julgam que a comunicação deve ser descrita em termos de maximização das expectativas de relevância, ou seja, partindo da ideia de que a mente, como sistema complexo e dinâmico que é, busca derivar o máximo possível de informações relevantes, otimizando os custos de processamento cognitivo. Vale lembrar que teoricamente esta não é uma atitude consciente, ou seja, descrever os aparatos da razão não demanda conceber que o raciocínio é conscientemente buscado pelos indivíduos. Um interlocutor não escolhe a hora de gastar ou não energia para tentar pinçar uma hipótese plausível para um comportamento comunicativo. Ele simplesmente procura por significado até encontrar um que lhe satisfaça, ou a própria mente acaba deixando de lado esta tarefa até que, por acaso, ela possa vir a se completar. Como no caso em que não se comprehende uma piada: ou abre-se a brecha de se perguntar aos interlocutores próximos o significado da piada (e arcar com todas as consequências sociais disso), ou simplesmente a tarefa é deixada de lado sem que conscientemente se faça tal decisão.

ROTAS DE APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Um ponto comum óbvio rumo a uma aproximação teórica entre o minimalismo e o relevantismo é o de que, a princípio, para os dois modelos, a mente funciona computando dados. Em certa medida, a própria pragmática relevantista tem como base a concepção de buscar uma alternativa computacional para a geração e para a interpretação de significados. Não por acaso, Sperber e Wilson (1995; SPERBER, 1994) defendem modelos massivamente modulares não apenas para a comunicação verbal, mas para a própria atuação significativa por trás das culturas humanas. Talvez seja notável que o interesse principal de Sperber (1985) em naturalizar a comunicação resida na possibilidade de naturalizar a própria antropologia, área à qual ele é originariamente filiado. E, obviamente, tal proposta passa pela naturalização dos processos centrais da psicologia da razão.

Como o relevantismo não desconsidera a afirmação de que o papel biológico da linguagem é antes interno ao sistema do que exterior a ele, é natural esperar que a especificidade da linguagem humana possua forte correlação com outras funções do pensamento humano em si. Na realidade, uma visão fortemente adaptacionista para a comunicação inferencial passa pela assunção de que módulos conceituais e atributivos também possuem a forma lógica da linguagem, mas que operam com funções específicas de enriquecimento pragmático ao longo do processamento da comunicação verbal. Dessa forma, é desnecessário assumir um atomismo significativo, sugerido pelas restrições de condições de *input* do produto do processamento linguístico ao sistema central de processamento. Conforme tal proposta, módulos estruturais, conceituais e inferenciais atuam de maneira interdependente. Imaginado um cenário inicial de aquisição de significados, os *outputs* dos módulos estruturais seriam correlacionados em módulos conceituais por meio de mecanismos lógico-causais (por meio de mecanismos chamados pela Lógica Formal como *modus ponens* e *modus tollens*). No processo específico de aquisição de linguagem, um recém-nascido não observaria apenas os sons das línguas naturais, mas sim, correlacionaria todos os estímulos potencialmente significativos do momento da enunciação.

Os *outputs* de um processo como tal ainda seriam conceitos vagos, visto que ainda não haveria sido carregada nenhuma informação de fundo psicológico acerca do enunciador. Esses estímulos vagos passariam pelos processos de inferência significativa e voltariam a estar disponíveis aos outros sistemas mentais. Dessa forma, ao reconhecer padrões comunicativos previamente processados, o sistema conceitual já possuiria representações enriquecidas pragmaticamente acerca do padrão, tornando ainda mais eficiente os sucessivos processamentos conceituais e inferenciais.

A importância de um tal modelo para a comunicação supõe que a mente possui uma característica heurística, visto que faz apostas acerca dos significados ao longo dos processos de conceituação e inferência. Nesse sentido, a noção de cancelabilidade dos cálculos pragmáticos parece promissora, dado que, ao longo da vida, um indivíduo tende a modular seus conceitos e significados de acordo com os efeitos contextuais que tais representações podem vir a desempenhar. Não é incomum, por exemplo, relatos de pessoas que se tornam ateístas depois de vivenciarem a perda de um familiar de um modo muito cruel, incompatível com uma suposta benevolência divina. Pode-se adotar uma explicação pragmática para tal cancelamento de uma determinada rede de relações causais associáveis logicamente e responsáveis pelo conceito de um criador divino e benevolente. Na realidade, o próprio processo de aquisição lexical parece ser intrinsecamente heurístico e cancelável na medida em que um conceito lexical se mostra não totalmente eficiente a um usuário de uma língua. Quer dizer, aparentemente adota-se uma rede de explicações para determinados conceitos lexicalizáveis até que se tenha uma evidência de que partes de nossa explicação significativa sobre aquele conceito eram errôneas ou insuficientes. Basta lembrar que palavras como *relevância, recursão, linguagem* ou *comunicação* podem suscitar reformulações intensas a um estudante de linguística ao longo de sua vida. Nesse sentido, é necessário que fique explícito que *relevância* é uma noção comparativa e explanatória. Comparativa no sentido de que se pode imaginar o mesmo estímulo sendo interpretado em momentos diferentes. Quanto maiores forem os efeitos contextuais positivos acarretados por este estímulo em um indivíduo, maior será relevância relativa de tal estímulo para esse indivíduo. E explicativa porque não possui ambições analíticas ou pedagógicas (com coisas como “aprenda a ser relevante em seu trabalho”, “o significado por trás das canções de Tom Jobim” etc.), mas sim, descriptivas (no caso, da própria atividade inferencial, tida como gatilho da variação funcional da cultura humana).

Este modelo mental supõe que a principal distinção da comunicação humana para a comunicação não-humana reside na complexa capacidade a metarrepresentações que nossa espécie possui. A comunicação verbal possui exemplos dos diferentes níveis de metarrepresentatividade que devem existir na natureza, incluindo as que somente humanos são capazes de articular. Um enunciado é em si uma metarrepresentação, ou seja, uma representação pública de uma representação mental. Mas nem todas as sentenças possuem em si algum nível explícito de metarrepresentação, isto é, algum conteúdo proposicional acerca de algum conteúdo proposicional. Vejamos os exemplos:

- (1) Volto logo.
- (2) Ana acha que eu volto logo.
- (3) O Paulo me disse que a Ana acha que eu volto logo.
- (4) Vou embora porque o Paulo me disse que a Ana acha que eu volto logo.

Em (1), embora exista uma informação linguisticamente estruturada, a proposição é praticamente vazia a respeito de conteúdo representativo, afinal, o que (1) pode representar do mundo? Já em (2), temos, de fato, uma metarrepresentação, ou seja, uma proposição tangível que pode representar algo do mundo. Para o relevantismo, não é negável que ambas estas formas de metarrepresentações existam na natureza de maneira mais ou menos frequente. Porém, conteúdos proposicionais como em (3) e (4), que demandam a correlação entre a representação do falante acerca da representação de Paulo sobre a representação de Ana, seriam casos só encontráveis em seres humanos. Como essas relações metarrepresentativas são ilimitadas linguisticamente, não há por que supor que tais relações também não estejam presentes no próprio sistema mental de maneira ilimitada.

Um caminho de interdisciplinaridade entre minimalistas e relevantistas poderia residir na investigação da relação entre metarrepresentação e recursividade embarcada, que aparenta ser uma propriedade específica da linguagem humana, característica estrutural que nos permite construir sentenças como:

(5) O Paulo, que é amigo da Júlia, que é primo da Ana, me disse que a Ana acha que eu volto logo.

Colocado desta forma, uma concordância entre minimalistas e relevantistas de que linguagem é antes um sistema de organização estrutural do que comunicativo, mas que a comunicação verbal abre brechas, por suas especificidades funcionais, ao escrutínio dos processos conceituais e inferenciais e leva a indicar uma aproximação não só possível, mas também frutífera. Essa rota parece corroborável também por expectativas não lexicalistas para a sintaxe, que buscam reduzir a atuação sintática a traços menores da linguagem, como a morfologia (HARLEY; NOYER, 1999) e traços elementares (STARKE, 2011), e entregam a maior parte do papel de lexicalização a processos pós-sintáticos. Vale lembrar que o reconhecimento/atribuição de informação lexical ocorre de maneira rápida ao longo de processos de interação verbal. Isso sugere mecanismos conceituais e inferenciais tão encapsulados e biologicamente enraizados: tais como um módulo linguístico é tradicionalmente descrito. No entanto, não se espere que tal empreendimento conciliador possa ser forjado de maneira suave. Muitos são os debates que deverão decorrer a partir de uma real confrontação entre essas duas posturas teóricas. No entanto, não deixaria de ser um passo eficaz rumo a uma transdisciplinaridade efetiva em um campo tão marcado pela pluralidade teórica como a linguística contemporânea.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma maneira objetiva de responder à pergunta do título deste texto seria a de que sim, o debate evolutivo é relevante aos estudos linguísticos. Mesmo tendo em vista uma visão na qual se busca desvincilar a descrição da linguagem como um objeto de estudos minimamente afetado pela evolução (porém, ainda assim com um funcionamento ótimo no que concerne unicamente a seu próprio domínio biológico de funcionamento), é possível notar não só que o debate minimalista busca se vincular a uma teorização formal plausível evolutivamente, mas também que tal proposição trouxe um debate novo e promissor à área de estudos. Como salienta Campos (2011, p. 16):

Seja como for, merece um comentário o fato de que a Linguística Evolucionária, expressão sintética da interdisciplinaridade, passa pela justificativa de que tal debate parece abrir caminho para uma futura e frutífera área de pesquisa.

Se a naturalização da linguística começou a se tornar possível por meio de um conceito biológico para a linguagem tal como proposto pelo gerativismo, um debate necessário para tal finalidade não pode escapar ao crivo do evolucionismo. Para uma postura completamente evolucionista, não é possível deixar despercebida qualquer noção de função que a linguagem em uso possa ter. A comunicação verbal demanda uma explicação de função biológica para além da de estruturação interna. Dessa forma, não só linguagem merece o *status* de objeto científico, mas a capacidade à geração infinita de significados também é pertinente. A TR, com todos os problemas evidentes de tal propósito acadêmico, parece ser uma rota plausível para a explicação natural da diversidade significativa observável nas línguas naturais. Talvez, o principal entrave para o relevantismo se articular como uma postura séria acerca da linguagem em uso seja a concepção errônea, porém amplamente difundida, de que toda Pragmática deve supor que a linguagem funciona para a comunicação. Mantendo a linguagem em seu *status* interno ao sistema mental é possível assumir que a comunicação inferencial apresenta regularidades sistemáticas e é também um fenômeno a ser explicado dentro das boas tradições materiais da ciência contemporânea. Dessa forma, o que se põe em escrutínio é o que o fenômeno linguístico propicia: um caso paradigmático de comunicação ostensiva-inferencial, no qual uma espécie é capaz de utilizar um mecanismo interno para tornar mais relevantes as suas manifestações externas de interação e interlocução. Em outras palavras, de certa forma, o objeto de uma Pragmática relevantista não é propriamente a compreensão da linguagem, embora a TR não deixe de ter a perspectiva linguística chomskiana no sentido fraco (em comparação com o chomskianismo forte de sua primeira versão de 1985). A comunicação ostensiva-inferencial, da qual a linguagem é um caso especial, é que passa a ser o foco da atenção teórica.

AGRADECIMENTOS

Os autores são especialmente gratos aos pareceristas pela leitura atenta do texto original e interlocução estabelecida.

REFERÊNCIAS

- BICKERTON, D. Language evolution: a brief guide for linguists. **Lingua**, v. 117, n. 3, 2007. p. 510-526. Disponível em: <http://www.ucd.ie/artspgs/langevo/langevobriefly.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- CALL, J.; TOMASELLO, M. Does the chimpanzee have a theory of mind? 30 years later. **Trends in Cognitive Science**, 12, 2008. p. 187-192. Disponível em: <http://email.eva.mpg.de/~tomas/pdf/TICS30.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- CAMPOS, J.C. Chomsky vs Pinker: na interface entre Linguística e Psicologia Evolucionária. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 12-17, jul./set. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/9739/6666>. Acesso em: 10 fev. 2020.

- CASTILHO, A. T. Abordagem da língua como um sistema complexo: contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: CASTILHO, A. T. et al. (Org.). **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. 1. ed. v. 1, Campinas: Pontes - Fapesp, 2007, p. 329-360.
- DARWIN, C. **On the origin of species**: A facsimile of the first edition. Harvard University Press, 1964.
- DENNETT, D. C. **Darwin's dangerous idea**: evolution and the meaning of life. New York: Simon & Schuster, 1995.
- FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social Cognition**: From Brains to Culture. SAGE, 2017.
- FITCH, W. T.; HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: Clarifications and implications. **Cognition**, v. 97, n. 2, p. 179-210, 2005.
- FODOR, J. **The Modularity of Mind**: an essay on faculty psychology. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1983.
- FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 22, Campinas, 1992. p. 9-39.
- GRICE, H. P. Meaning. **The Philosophical Review**. 66, 1957. p. 377-388.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.) **Syntax and Semantics**, v. 3. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- HARLEY, H.; NOYER, R. Distributed Morphology. **Glot International**, v. 4, n. 4, abr., 1999.
- HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. Tecumseh. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, v. 298, n. 5598, p. 1569-1579, 2002a.
- HERRMANN, E.; et al. The structure of individual differences in the cognitive abilities of children and chimpanzees. **Psychological Science**, 21, 2010. p. 102-110. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/317/5843/1360.full>. Acesso em: 20 out. 2019.
- HEYES, C. **Cognitive Gadgets**. Harward University Press, 2018.
- JAY GOULD, S.; VRBA, E. S. Exaptation; a missing term in the science of form. **Paleobiology**, v. 8, 1982. p. 4-15.
- KAHNEMAN, D. **Thinking, Fast and Slow**. London: Penguin Books, 2011.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução de M. S. Zanotto e V. Maluf. São Paulo: EDUC, 2002.
- MERCIER, H.; SPERBER, D. **The Enigma of Reason**. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 2017.
- NIETZSCHE, F. W. **A genealogia da moral**. Tradução de Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1887/1998.
- PINKER, S. **Do que é feito o pensamento**: a língua como janela para a natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- PREMACK, D.; WOODRUFF, G. Does the chimpanzee have a theory of mind? **Behavioural and Brain Sciences**, 4, 1978. p. 515-26.
- REBOUL, A. **Cognition and communication in the Evolution of language**. Oxford University Press, 2017.
- SAPOLSKY, R. M. **Behave**: The Biology of Humans at Our Best and Worst. Penguin Press, 2017.
- SCOTT TURNER, J. **Purpose and Desire**. Harper Collins Publishers, 2018.
- SPERBER, D. Anthropology and Psychology: Towards an Epidemiology of Representations. In: **Man**, New Series, v. 20, n. 1, 1985. p. 73-89. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2802222>. Acessado em: 27 jun. 2020.
- SPERBER, D. Metarepresentations in an Evolutionary Perspective. In: SPERBER, D. (Ed.) **Metarepresentations**: A Multidisciplinary Perspective. New York: Oxford University Press, 2000. p. 117-137.
- SPERBER, D. The modularity of thought and the epidemiology of representations. In: HIRSCHFELD, L. A.; GELMAN, S. A. (Ed.) **Mapping the Mind**: Domain specificity in cognition and culture, New York: Cambridge University Press, 1994. p. 39-67.
- SPERBER, D. **Explaining Culture**: A naturalistic approach. Oxford: Blackwell, 1996.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: Communication and cognition. Oxford: Blackwell, 1986/1995.
- STARKE, M. **Towards elegant parameters**: Language variation reduces to the size of lexically stored trees, MS. Barcelona, Spain, 2011. Disponível em: <http://ling.auf.net/lingBuzz/001183>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- TOMASELLO, M. **Origins of Human Communication**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2010.
- TOMASELLO, M.; HERRMANN, E. Ape and human cognition: What's the difference? **Current Directions in Psychological Research**, 19(1), 2010. Disponível em: http://email.eva.mpg.de/~tomas/pdf/Tomasello_Herrmann_2010.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
- TOOBY, J.; COSMIIDES, L. The psychological foundations of culture. In: BARKOW; J.; COSMIIDES, L.; TOOBY, J. (Ed.), **The adapted mind**: Evolutionary psychology and the generation of culture. New York: Oxford University Press, 1992.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance Theory. In: HORN, L. R.; WARD, G. (Ed.) **The Handbook of Pragmatics**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 607-632
- WILSON, D.; WHARTON, T. Relevance and prosody. **Journal of Pragmatics**, 38, 2006. p. 1559-1579.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

O GÊNERO TEXTUAL *FAKE NEWS*

FAKE NEWS AS A TEXT GENRE

Marina Chiara Legroski*

UEPG

Resumo: O presente trabalho pretende, em linhas gerais, abordar questões referentes a um gênero textual em circulação na contemporaneidade, as fake news, contemplando aspectos concernentes à Linguística Textual, como fatores de textualidade (KOCH, 2009) e suporte (MARCUSCHI, 2008). Com base nesta discussão, pretendemos elencar pontos sensíveis em relação a essas práticas, bem como proporcionar uma análise de fatores sociais que são colocados em cena com este tipo de texto, na tentativa de sensibilizar a comunidade que recebe estes textos para sua correta identificação.

Palavras-Chave: Fake news. Linguística textual. Gênero textual.

Abstract: This paper intends, generally speaking, to address issues related to a textual genre that circulates in contemporary times, known as ‘fake news’, by contemplating aspects concerning Textual Linguistics, such as textuality factors (KOCH, 2009) and support (MARCUSCHI, 2008). Based on this discussion, we intend to list sensitive points related to these practices, as well as providing an analysis of social factors that are presented with this genre, in an attempt to sensitize the community that receives these texts for their correct identification.

Keywords: Fake news. Textual linguistics. Textual genre.

INTRODUÇÃO

Sendo um assunto bastante em voga na atualidade, falar sobre *Fake News* é se embrenhar em um caminho cheio de possibilidades e desdobramentos complicados, tanto no aspecto social quanto nos aspectos éticos, pois muitas seriam as formas possíveis para abordar esse assunto. A escolha que faço neste trabalho pela abordagem da Linguística Textual não é gratuita: acredito que esta é uma disciplina consolidada com categorias analíticas importantes para abordar o fenômeno em si, mas que também prezam pelo olhar com o texto em relação à sua repercussão e inserção na sociedade.

Neste sentido, este trabalho não pretende colocar *fake news* dentro de uma tipificação de gêneros textuais, mas como mote de uma discussão a respeito de como estas vêm a ser entendidas por seus receptores como verdadeiras a partir de elementos textuais e sociais, bem como de que forma a caracterização e o entendimento desses elementos poderiam nos ajudar a erradicar esse tipo de conteúdo das práticas sociais. Sabemos que não é a primeira vez na história em que notícias enganosas circulam, bem como também não é a primeira vez que a população se sente tentada a acreditar em fatos cuja veracidade e fidedignidade são postas à prova por seus pares

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem (DEEL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: marinalegroski@gmail.com.

sociais, mas talvez seja a primeira vez na história em que esses feitos sejam usados de forma criminosa e que, pelo acesso disseminado a meios de comunicação, qualquer pessoa pode vir a ser criadora e consumidora deste tipo de conteúdo.

O objetivo deste trabalho é analisar *fake news* divulgadas por meio da internet, explicitar aspectos formais desse conteúdo que permitem que identifiquemos que se trata de *fake news*, problematizar e discutir as situações de produção e recepção desses textos e mapear elementos que possibilitem a rápida identificação dessas notícias antes de que elas sejam incorporadas nos discursos e práticas sociais e, portanto, que as pessoas possam agir em relação ao seu conteúdo.

FAKE NEWS E SUA FUNÇÃO COMUNICATIVA

Qualquer teoria que se pretenda a estudar textos, como colocado anteriormente, vai levar em consideração não apenas seus aspectos formais, mas também as suas condições de produção e recepção. Quem produz o texto, com que intenção, onde veicula, quem será o interlocutor, que conteúdos serão mobilizados são aspectos indissociáveis de sua construção linguística. Nada em um texto é por acaso. As estratégias colocadas em jogo, portanto, são multifacetadas. Segundo uma definição clássica, texto é uma

unidade linguística concreta – perceptível pela visão ou audição – que é tomada pelos usuários da língua – falante, escritor/ouvinte, leitor –, em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão (KOCH; TRAVAGLIA, 1991, p. 10).

Para o caso em tela neste texto, as *fake news*, acredito que os aspectos mais centrais serão justamente os exteriores à sua materialidade linguística, ou seja, as situações interacionais e as funções comunicativas envolvidas nestas práticas. É impossível pensar e discutir *fake news* sem se levar em consideração estes aspectos. As *fake news*, seriam, portanto, um novo gênero textual na medida em que inovam na interligação de aspectos formais e sociais nunca antes postos em funcionamento desta forma. Consideremos o que Silva (2007) coloca, a partir de Bazerman (2005), sobre práticas sociais e gêneros textuais ou discursivos:

Em seus estudos linguísticos, Bazerman (2005) parte de uma perspectiva sócio-interativa, revelando que os gêneros estão intimamente ligados a fatos sociais e atividades humana. [...] O que é ressaltado o tempo todo por Bazerman é a relação entre gênero e organização de atividades sociais; já que os textos, segundo o autor, são responsáveis pelo estabelecimento e surgimento de fatos sociais, os quais regem e orientam a vida social (SILVA, 2007, p. 22-23).

Tendo em vista que o comportamento social vem sendo diretamente afetado pelas *fake news*, levando inclusive à eleição de presidentes de nações (como é o caso dos Estados Unidos, em 2016, e do Brasil, em 2018), cabe olhar com certo cuidado para estes textos em circulação.

Evidentemente, elementos de forma são os primeiros que saltam aos olhos quando pensamos em um texto: configuração espacial, tamanho, formato, usos lexicais; enfim, nota-se o aspecto visual e linguístico de um texto. Neste sentido, recentemente, um grupo de alunos e

professores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) da USP criaram uma espécie de manual que identifica “a anatomia das *fake news*”.¹ O material é extremamente interessante e tem o objetivo de dialogar com um público mais amplo o possível, de modo que mistura elementos textuais, visuais e dicas de onde buscar informação de qualidade na sua análise. O manual se concentra em *fake news* divulgadas em grupos de Whatsapp (sobre o que falaremos adiante), e mostra exemplos de análises diagonais, que passam por aspectos linguísticos normativos (algo como “desconfie de erros ortográficos”), bem como aspectos semânticos (“desconfie de afirmações inéditas demais”) e sociais (“participe de grupos de divulgação científica”). Creio que esse é um material extremamente relevante para pensar nos aspectos formais das *fake news*, mas que não as esgota, uma vez que o suporte onde estas informações são veiculadas são diversos e alguns destes aspectos podem ser diferentes a depender do material que temos diante dos olhos.

UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO

A equivalência quase imediata que um falante de português faz de *fake news* com “notícias falsas” é simplista, porque, como veremos, o problema vai além disso. *Fake news* não são apenas notícias falsas, pois não se tratam apenas de textos cujo conteúdo veiculado é falso (em que se pese o contraste com a realidade circundante), mas nos quais este conteúdo é intencionalmente produzido para ser falso. Uma “notícia falsa” pode acontecer por imprecisões jornalísticas, pela alteração no que se sabe sobre os fatos (por exemplo, uma investigação de um crime que aponta para um culpado que, posteriormente, se descobre ser inocente), por uma informação errada que tenha sido passada etc. Enfim, em qualquer um destes casos, em busca de credibilidade, o meio de comunicação ou o autor do texto pode vir a público atualizar as informações, desmentir os fatos ou, de qualquer outra forma, reestabelecer a conexão com a realidade circundante.

Fake news, por outro lado, é um texto criado com a finalidade de ser falsa. Biondo (1994), retomando Coleman e Kay (1981), ao definir “mentira”, estabelece que esta se dá por uma conjunção de 3 fatores:

- (a) P é falso.
- (b) F sabe que P é falso.
- (c) F pretende enganar O.

Desta forma, uma mentira prototípica é aquela em que o falante diz algo deliberadamente falso e com a intenção de enganar (BIONDO, 1994, p. 11).

Tomando por base estes parâmetros, uma *fake news* não é apenas uma “notícia falsa”, e sim uma “notícia” criada deliberadamente com a intenção de enganar o interlocutor, pois seu enunciador/criador sabe que o que está veiculando é falso. Dito de outra forma, o conteúdo veiculado é falso, o produtor do texto que contém esse enunciado sabe que o seu conteúdo é

¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1J1LSiyenP74KkFZ6CiSJs6GyxGMkne59/view>. Acesso em: 11 jul. 2020.

falso e o produz com a finalidade de fazer com que seu interlocutor não o identifique como sendo falso, da mesma forma como ocorre a produção de mentiras.

Contudo, comparar *fake news* à mentira seria bastante simplista e insuficiente, uma vez que existem diversas camadas que fazem dele um fenômeno mais poderoso e multifacetado. Paródias, por exemplo, também são “notícias falsas” (ou “mentiroosas”), também são criadas com o intuito de enganar o leitor, mas seu objetivo é o de causar humor. Sites como The Onion² (em inglês), ou O Sensacionalista³ e o Piauí Herald⁴ (em português) são notórios justamente por esse tipo de produção. É fato que muitas pessoas são confundidas por estes textos, mas o caráter satírico é percebido por parte de seus leitores que prontamente podem desfazer o equívoco. Então, *fake news* ainda não é isso.

A característica mais socialmente danosa que emerge das *fake news* compartilhadas em mídias sociais é justamente seu caráter de rápida disseminação. Somado ao fato de que a notícia é enganosa e criada para tanto, ela precisa se espalhar o mais rápido possível para o maior número de pessoas, uma vez que não basta apenas enganar: seu objetivo é o de levar à desinformação.

Para o seu rápido compartilhamento, as mídias sociais desempenham um papel fundamental. Através da ativação de mecanismos cognitivos que não passam pelos processos racionais, mas pelos mais intuitivos, de tomada de decisão rápida, as *fake news* precisam ser criadas para gerar a maior incongruência possível dentro de uma base relativamente conhecida. Dito de outra forma, são feitas para “gerar engajamento”.

Há ainda uma distância entre a partilha dos links e a sua leitura em si. Estudo divulgado em junho de 2016 pela Universidade de Columbia e o Instituto Nacional Francês mostra que 59% dos links partilhados em redes sociais não chegam a ser clicados de facto (Dewey, 2016). Dessa forma, uma manchete atraente – que normalmente fica explícita na URL do link – já seria suficiente para garantir engajamento (DELMAZO; VALENTE, 2018, sem paginação).

Considerando-se, portanto, que o que está sendo disseminado muitas vezes não foi ou será lido, a intenção deixa a de ser apenas a de enganar, mas de buscar formas de enganar o máximo de pessoas o mais rápido possível, com a menor quantidade de texto possível. Porém, como há diversas fontes de informação com diferentes conteúdos veiculados, no contraste entre o conteúdo de uma *fake news* e o de uma notícia verdadeira, o efeito gerado não tem sido o de confronto entre dois mundos possíveis, mas o de produzir desinformação: quando se desacredita uma fonte, se desacreditam todas as outras.

A credibilidade da informação, ainda, é um ponto a ser salientado: quando pensamos em *fake news* compartilhadas em redes sociais, muitas vezes, com links e urls que somos incapazes de reconhecer ou muito semelhantes aos de portais conhecidos, não estamos ligando a informação passada ao veículo que a produziu, mas a quem o compartilhou. Isso fica ainda mais evidente quando se pensa em *fake news* compartilhadas por Whatsapp, por exemplo. A “informação” chega até nós por meio de uma fonte conhecida, fidedigna (até que se prove o contrário) e,

² Disponível em: <https://www.theonion.com/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

³ Disponível em: <https://www.sensacionalista.com.br/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/herald/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

portanto, com um estofo pragmático e social que nos permite acreditar que se trata de algo relevante. A aceitabilidade do leitor àquele tipo de conteúdo já está minimamente garantida.

FAKE NEWS EM OPOSIÇÃO À NOTÍCIA

Retomando a tradução literal do termo que fizemos no item anterior, outro ponto que não pode ser desconsiderado é o fato de que “notícias falsas” nos leva diretamente à discussão de o que seria uma notícia. Considerar que *fake news* são notícias é uma imprecisão terminológica, uma vez que este é um gênero textual relativamente consolidado nas nossas práticas sociais cotidianas, enquanto aquele ainda é um território incerto que tenta, em parte dos casos, emular o gênero. *Fake news* se disseminam, inclusive, em territórios onde “notícias” não conseguem chegar. Por conta das contingências das redes sociais, os textos que circulam por ali e são, também, chamados de *fake news*, possuem aspectos formais que nem de longe se assemelham ao de uma notícia.

Silva (2007) se propõe a fazer uma tipologia textual do gênero “notícia”. Para esta autora, os aspectos que diferenciam este de outros gêneros textuais são linguísticos, mas estão aliados a aspectos imagéticos:

textos como a notícia, gênero jornalístico de grande ocorrência, [pode] ser constituída ora apenas por signos linguísticos e ora por estes e imagens (fotos, gráficos, mapas, esquemas etc), que auxiliam no estabelecimento da coerência, funcionando como contextualizadores (SILVA, 2007, p. 15-16).

Por ser um gênero textual dos mais presentes no cotidiano, Silva (2007) defende que qualquer usuário da língua (acrescento: um cidadão letrado) tenha condições de reconhecê-la, inclusive entre outros textos da esfera jornalística.

Essa capacidade de identificação do texto noticioso se deve, principalmente, à sua estrutura convencional, a qual permite que reconheçamos uma notícia, mesmo havendo variações regionais e nacionais. Segundo Van Dijk (1986), há uma superestrutura (“*news schemata*”) convencional que organiza as notícias do jornal impresso, definida pelo autor como “propriedades estruturais abstratas do discurso, como representações, e como sistemas de regras, normas ou estratégias socialmente compartilhadas para o uso da notícia (VAN DIJK, 1986, p. 155, *apud* SILVA, 2007, p. 8).

Ou seja, por terem um formato mais ou menos estável, notícias não apresentam grandes modificações em suas estruturas, sejam estas textuais ou imagéticas. É um gênero bastante estável, do qual se esperam mais ou menos as mesmas configurações e a mesma qualidade de informações dispostas mais ou menos na mesma ordem. Sobre isso, a autora complementa:

Existe, portanto, uma superestrutura da notícia, que confere a esse texto uma certa regularidade de forma e conteúdo, uma vez que as categorias esquemáticas são “preenchidas” por proposições semânticas, as quais são responsáveis pelo elo (“link”) entre as categorias da superestrutura, que são abstratas, e a superfície do texto, ou seja, as palavras e sentenças (SILVA, 2007, p. 41).

Essa estabilidade relativa do gênero serve, para as *fake news*, como um “atalho interpretativo”: ao reconhecer o gênero, o leitor do texto se “desobriga” de verificar as informações ali veiculadas, uma vez que acredita que a verificação já foi feita pelo autor do texto. Ora, a expectativa de um leitor de notícias não é ter que verificar seu conteúdo, mas apenas de tomá-lo como verdadeiro e informativo.

O caráter transmídiático das *fake news* que mencionamos acima faz com que este também seja um gênero que faz uso de imagens (principalmente *emojis*, como descrito no manual de identificação citado anteriormente), mas não apenas isso: *fake news* não são apenas notícias em portais, não são apenas textos compartilhados em redes sociais, não são apenas links que chegam aos nossos e-mails: elas são isso e, ainda, outras coisas. Pode haver *fake news* que chegam por áudio, *fake news* que são o uso descontextualizado de imagens ou, ainda, legendas mentirosas para fotos reais, recortes e edições em materiais visuais que destaque determinado aspecto e apaguem outro etc. Para que a aceitabilidade destes textos esteja assegurada, cabe discutir o “suporte” que os traz para a circulação.

SUPORTE

A definição clássica de suporte que trazemos aqui retoma os trabalhos de Marcuschi (2008), que, a partir do trabalho com gêneros, pensou que há

um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como um texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Além disso, para este autor, a relação entre o gênero e seu suporte é tal que não há como um gênero circular sem suporte e este tem um peso importante sobre aquele. “A ideia central é que o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele” (MARCUSCHI, 2008, p. 174). O autor considera que a internet é um “suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos. A internet contém todos os gêneros possíveis” (MARCUSCHI, 2008, p. 186).

Fazendo apenas um esforço interpretativo, é possível afirmar, então, que a internet não só abriga, mas também cria novos gêneros, na medida em que o relacionamento deste suporte com as ocorrências linguísticas ali veiculadas vai moldando e afetando o gênero de forma que ele se remodela, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Acredito que é apenas assim que olhamos para um texto como (01) abaixo, que não possui formato de notícia, não está suportado por um jornal ou portal, e o entendemos como “noticioso”:

(01) Boas notícias:

Informações para todos, o COVID-19 é imune a organismos com um PH maior que 5,5.

VIROLOGY Center, Moscou, Rússia.

Precisamos consumir mais alimentos alcalinos que nos ajudem a aumentar o nível de PH, para combater o vírus.

Alguns dos quais são:

✓ Limão	9,9 PH
✓ Abacate	15,6 PH
✓ Alho.....	13,2 PH
✓ Manga.....	8,7 PH
✓ Tangerina.....	8,0 PH
✓ Abacaxi	12,7 PH
✓ Laranja.....	9.2 PH

Não guarde essas informações apenas, para você.

Passe para toda a sua família e amigos.

Tome cuidado e Deus te abençoe.

O texto em (01) acima chegou até mim por um grupo de Whatsapp. Sendo assim, não há como rastrear a fonte (que pode ou não ter sido o meu contato que enviou). A discussão que tento fazer aqui, contudo, é a seguinte: um jornal, impresso ou virtual, não publicaria uma “notícia” neste formato. O único trecho de (01) que emula o gênero notícia (e, acredito, emula uma notícia oral) é “o COVID-19 é imune a organismos com um PH maior que 5,5. VIROLOGY Center, Moscou, Rússia”. É um trecho bastante semelhante às chamadas orais que ouvimos em noticiários em áudio ou em vídeo, mas nunca por escrito. Porém, como estamos falando de Whatsapp, que, ao mesmo tempo, suporta textos em áudio e escritos, vídeos, links, imagens e diversos outros recursos, coage os textos que circulam por ali a terem determinado formato: não são comuns textos muitos longos; as frases também tendem a ser curtas, normalmente cortadas em mensagens diferentes; o uso de recursos visuais (os *emojis*) são frequentes... enfim, vários são os aspectos que forçam o texto escrito suportado pelo Whatsapp a ser diferente dos presentes em outros suportes. É apenas na interrelação entre gênero e suporte que um texto como (01) pode ser lido como uma “notícia” (notemos, inclusive, a expressão que abre o texto: “Boas notícias”).

Além de circular por redes sociais, podemos também encontrar *fake news* em sites devotados à publicação de notícias. Ou seja, em um suporte convencional. Contudo, como já discutimos anteriormente, ao se perceber que o suporte traz apenas notícias mentirosas, o leitor passa a enquadrá-lo como suporte de outro gênero: a paródia. Sendo assim, para que um portal de notícias possa suportar *fake news*, ele precisa, também, suportar notícias (e anúncios, e colunas e diversos outros gêneros e elementos presentes em um portal de notícias), conseguindo emular um portal com credibilidade.

O que temos visto, com muita frequência, são portais tendenciosos e bastante enviesados ideologicamente (o que compromete, pela avaliação social dos leitores, a aceitabilidade destes textos por pessoas que não compartilhem daquele viés ideológico, mas que engaja os que compartilham) suportando “notícias” que são pontos de vista sobre determinados fatos, mas que, de forma alguma, são textos presentes apenas nestes portais. Não cabe aqui nos aprofundarmos na discussão, mas os estudos do texto entendem que não há gêneros “puros”, mas que as várias práticas textuais e discursivas se mesclam e dão origem a novos gêneros a cada troca enunciativa. Sendo assim, não é uma característica apenas de editorias consideradas “tendenciosas”

que os jornalistas deem suas interpretações dos fatos, o que nos leva, novamente, a perceber como não é simples traçar uma linha que separe o que é “notícia” do que é “fake news” na contemporaneidade.

Retomando o ponto anterior, então, o que temos são portais que criam um ambiente em que o leitor se sente seguro de que está lendo informação de qualidade, o que torna a aceitabilidade do texto maior, que veiculam, ao mesmo tempo, notícias e *fake news*. Um exemplo é o site Terça Livre, que, inclusive, está sendo investigado pela Polícia Federal no presente momento. Nas imagens abaixo, é possível contrastar as características imagéticas e textuais comuns ao portal supracitado e um portal de notícias confiável.

Figura 1: Home do portal Terça Livre.



Fonte: <https://www.tercalivre.com.br/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Figura 2: Home do portal Folha de São Paulo



Fonte: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Comparando as imagens acima, é possível notar a disposição dos elementos do site (ainda que na figura 2 não apareça nenhuma foto por conta da edição de imagens): o nome do portal acima e em destaque; as editorias posicionadas em uma linha logo abaixo do nome;

notícia principal em destaque (fonte maior); links para notícias dispostas ao redor da principal (em fonte menor) etc. Diversas são as características em comum entre os dois, o que os torna, visualmente, muito semelhantes. Neste sentido, a aceitabilidade passa pelo suporte e, inclusive, pelo aspecto visual deste.

INTERAÇÃO ENTRE SUJEITOS E TEXTUALIDADE

A respeito da construção de sentidos, Bakhtin coloca que ambos, falante e ouvinte, escritor e leitor, trabalham juntos:

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) dos discursos, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes, literalmente, a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativa e responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preenchida de resposta, e nessa ou naquela forma que a gera, obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2003, p. 271).

Evidentemente, o que Bakhtin discorre a respeito da fala pode ser entendido a respeito de textos de natureza escrita da mesma forma. Ainda que a resposta não aconteça simultaneamente, ela é dada no momento em que o leitor se encontra com o texto. Neste sentido, o que cabe salientar é que o leitor do texto é também produtor daquele sentido: ele não recebe passivamente, mas interpreta, posiciona-se, responde.

Contudo, há uma sutileza aqui que cabe destacar: pela própria natureza das redes sociais, não se passa adiante uma notícia recebida de forma que esta resposta ao texto fique explícita. Dito de outra forma: em uma situação em que alguém lê e reconta, existe a exteriorização da subjetividade daquele interlocutor que agora é (co)locutor, e esse texto “recontado” traz marcas explícitas da resposta, do posicionamento, da compreensão daquele que repassa. Quando se “compartilha”, “retweeta” ou “encaminha” um texto recebido, a única leitura explícita que se pode fazer a respeito do posicionamento desse leitor-compartilhador é a de que ele julga aquela informação relevante (ainda que relevante para ser desmentida, ou relevante para ser criticada).

Porém, a partir da leitura de Bakhtin, podemos entender que o simples ato de retransmitir a mensagem já é marca da subjetividade daquele interlocutor. Ele “concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo” (BAKHTIN, 2008, p. 271). A mensagem passada adiante é a de que o leitor-compartilhador reagiu àquele texto e, portanto, passa a ser autor, produtor de sentido também. E é justamente aqui que a ideia da credibilidade do suporte se encontra com a responsabilidade ética: repassando uma *fake news*, o leitor-compartilhador empresta aspectos da sua identidade, sua credibilidade, sua leitura de mundo, seus anseios e desejos para aquele texto que leu (se leu) e compartilha. Portanto, a *fake news* ressignifica a partir de cada novo compartilhamento. Sua informatividade é afetada a cada novo compartilhamento.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Para que o que viemos discutindo até aqui não se esgote em elucubrações filosóficas, gostaria de propor uma análise textual, com base nos fatores de textualidade (KOCH, 2009) e nas discussões sobre suporte feitas anteriormente. Esta análise, evidentemente, não pretende esgotar as possibilidades, mas serve para colocar em evidência os aspectos linguísticos e extralingüísticos mobilizados em uma *fake news*.

O texto em questão (em anexo) foi veiculado pelo Facebook e acessado e salvo em fevereiro de 2019. Atualmente, já foi removido. Apesar de estar “assinado”, não foi compartilhado a partir da página “Observatório de Direita Brasileiro”. O texto não tinha links: foi copiado e colado nas postagens das pessoas que o compartilharam, o que torna a sua autoria impossível de ser mapeada. Dito de outra forma, sua origem se perdeu, e o produtor do texto pode ser virtualmente qualquer pessoa. Estando a autoria perdida, contudo, ainda pode-se tecer elucubrações a respeito da intencionalidade do texto: o autor pretende que se tornem autores todos os que compartilharam o texto em suas próprias páginas, sem links, justamente para que a sua autoria não seja rastreada. O efeito de sentido, contudo, é o de que todas as pessoas são autoras do texto também: o endossam, acreditam nele, atribuem a ele alta informatividade.

No outro lado da mesma moeda, a aceitabilidade deste texto está parcialmente garantida quando ele chega ao leitor que já compartilha práticas sociais com aquele emissor. O leitor ideal de um texto como esse é alguém capaz de acreditar nas informações ali expostas, o que pode ser conseguido pelo vínculo social que o locutor e o interlocutor compartilham: seja amizade, seja prestígio, seja posição social, seja a crença de que aquele emissor é fidedigno, enfim: muitas podem ser as razões que tornam a aceitabilidade daquele texto maior. Por outro lado, como aspecto pragmático, é possível que isso seja o contrário: vindo de um locutor de quem se desconfia, qualquer texto passa a perder aceitabilidade. A imagem do emissor está constantemente sendo monitorada justamente em função da aceitabilidade de seus textos pelos leitores.

A situação na qual o texto é produzido é um ponto bastante sensível, uma vez que ela precisa ser bastante precisa: fora de um contexto social e pragmático relevante, a *fake news* não sobrevive. No texto que estamos analisando, por exemplo, o contexto era o rompimento da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. Era o início do mandato do atual presidente, que já chegou ao poder com um alto índice de rejeição para o começo de um mandato (51%, de acordo com IBOPE, 2019), e um contexto, possibilitado pelas eleições, em que países latino americanos passaram a ser vistos como inimigos do atual governo porque seriam, supostamente, aliados ao governo petista. Estas informações são importantes porque possibilitam entender o papel das menções a “cubano” e “venezuelano” (com supostos mandados de prisão na Colômbia) como responsáveis por um atentado que teria causado o rompimento da barragem de Brumadinho com a intenção de dificultar a atuação do presidente.

Portanto, há uma ligação bem evidente entre o contexto no qual o texto foi produzido e a informação que ele pretende passar: seriam informações relevantes para quem, dentro do contexto mencionado, estava se perguntando sobre as causas do rompimento da barragem. Depois de decorrido determinado tempo, a informatividade do texto é nula. Isso não é completamente diferente do que ocorre com notícias verdadeiras, que, em maior ou menor grau, também estão sujeitas a perderem relevância na medida que não informem mais.

Porém, ainda sobre a informatividade, voltamos a um ponto que já abordamos neste trabalho: é necessário que o autor do texto saiba que está veiculando uma informação mentirosa e com a intenção de enganar. Assim, a informação veiculada pelo texto é nula em contraste com a realidade, mas a situação discursiva permite que ela possa ser interpretada como verdadeira. Dito de outra forma, a informatividade das *fake news* vai ser maior quanto maior for a aceitabilidade destes textos em uma inserção discursiva favorável. É necessário que haja uma construção discursiva compartilhada entre os leitores ideais que permita o surgimento de narrativas falsas. Essa formação discursiva vai, além de incentivar o surgimento destas narrativas, incorporá-las como pano de fundo para o surgimento de novas. A situacionalidade, portanto, precisa ser criada de forma discursiva.

Isto que dissemos está completamente de acordo com a visão de Koch (2009), para quem é necessário que exista conhecimento compartilhado entre autor e receptor do texto.

Não só os conhecimentos prévios são de extrema importância no processamento textual e, portanto, para o estabelecimento da coerência, como também os conhecimentos partilhados – ou pressupostos como partilhados – entre os interlocutores, que vão determinar, por exemplo, o balanceamento entre o que precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto (KOCH, 2009, p. 45).

A coerência pretendida pelo texto, portanto, está necessariamente atrelada aos fatores analisados anteriormente. Não se pode pensar na coerência das *fake news* em termos estritamente linguísticos (como não se poderia em nenhum outro texto, é verdade) porque sua intenção, sua recepção e aceitação e, até mesmo, o seu grau de informação dependem do compartilhamento de conhecimentos (falsos, se comparados à realidade) daqueles sujeitos envolvidos na interação. Para uma notícia convencional, o conhecimento compartilhado entre locutor e interlocutor não precisa ser tão grande, pois a notícia se propõe justamente a informar e, assim, aumentar o conhecimento compartilhado entre eles.

Nas *fake news*, no entanto, o que parece haver é o compartilhamento de enunciados que vai servir à desinformação, justamente por ela não trazer conteúdos verdadeiros. Para os interlocutores que compartilham estas crenças sobre o mundo, o texto é informativo e coerente. Para os que não compartilham, o texto é completamente incoerente. Para os interlocutores que se dispõem a ler e interpretar o texto, buscando elementos que possam atribuir coerência a ele, o efeito é ainda maior: na busca de uma coerência que não virá, o interlocutor passa a questionar o locutor, o gênero, a realidade circundante e, por extensão, os gêneros textuais de repasse de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que tentamos fazer neste artigo foi o de mapear alguns pontos relevantes para a discussão das *fake news* como um gênero textual, passando pela análise dos fatores linguísticos e extralingüísticos que concernem a este tipo de texto. Procuramos fazer um paralelo com o gênero “notícia”, apesar de entendermos que não se trata da mesma coisa ou de um subgênero, mas pelos pontos de intersecção possíveis entre as circulações e as práticas sociais.

Entendemos que este é um assunto novo, muito amplo e não esperamos, com isso, esgotar ou encerrar a discussão, mas, pelo contrário, começar a pensar em um horizonte para discutirmos estes textos, sua inserção social e sua repercussão nas práticas cotidianas. Se não for possível identificarmos estes textos apenas por seus aspectos formais, que sejamos leitores críticos e que nosso letramento para o uso de redes sociais passe, também, pelo questionamento dos fatores que apontamos neste artigo.

REFERÊNCIAS

- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2003.
- BIONDO, Delson. A semântica da palavra mentira e o seu protótipo cognitivo: novas evidências empíricas. 1994. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24375>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2020.
- KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça. Introdução à Linguística Textual. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
- SILVA, Pollyanna Honorata. Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15506>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ANEXO

Uma fonte ligada a ABIN confirmaram nessa tarde que a Polícia Rodoviária Federal deteve nessa tarde, próxima a cidade de Itaguará, cerca de 68 km de Brumadinho, um venezuelano e um cubano.

O carro em que viajam estava em alta velocidade, houve troca de tiros e um terceiro homem foi morto durante a perseguição.

Uma funcionária que sobreviveu a tragédia, confirmou ter ouvido uma explosão antes do rompimento da barragem. A fonte informou ainda que o venezuelano é Juan Pablo Mercês, ex guerrilheiro das FARCS, possui 7 mandatos de prisão na Colômbia. O cubano é Antonio Cabalero, conhecido instrutor da Polícia Secreta do Governo Castro, condecorado com a Estrela Vermelha, por sua atuação destacada em ações de sabotagem na guerra civil de Angola.

Até agora o interrogatório apurou que várias células terroristas venezuelanas se infiltraram no território nacional, desde a vitória de Bolsonaro no primeiro turno das eleições, em outubro.

O objetivo das células são promover atentados terroristas visando sabotar as principais atividades econômicas que compõe as exportações brasileiras, aprofundando a crise econômica e, ao mesmo tempo, frustrando a abertura econômica conduzida por Paulo Guedes.

As células tem como alvo estradas, linhas férreas e portos da infraestrutura de exportação de soja e carne bovina. Barragens e estradas de ferro da Vale e plataformas e oleodutos da Petrobrás.

As ações vinham sendo planejadas para início de março, com objetivo defrustrar as votações da reforma da previdência no Congresso, outro item fundamental para recuperação econômica.

No entanto, o reconhecimento do governo brasileiro de Juan Guaidó como presidente da Venezuela, anteontem, as ações foram antecipadas.

A ABIN, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, prosseguem as buscas por mais 5 células terroristas infiltradas.

Fonte: ODB- Observatório Direita Brasileira

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

UMA ANÁLISE DOS COMANDOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL DO LIVRO DIDÁTICO DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SOB A PERSPECTIVA DIALÓGICA E INTERACIONAL DE LINGUAGEM

AN ANALYSIS OF THE TEXTUAL PRODUCTION COMMANDS OF THE 3RD GRADE OF MIDDLE SCHOOL TEXTBOOK FROM THE DIALOGICAL AND INTERACTIONAL LANGUAGE PERSPECTIVE

Fernanda Sacomori Cândido Pedro*

Unioeste

Terezinha da Conceição Costa-Hübes**

Unioeste

Vilson Pruzak dos Santos***

Unioeste

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise dos comandos de produção textual do livro didático *Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem* sob a perspectiva dialógica e interacional de linguagem proposta pelos estudos do círculo de Bakhtin, os quais concebem a linguagem como um produto histórico, marcado cultural e socialmente, e que, desse modo, todo discurso se organiza em diálogo com outros enunciados e com a necessidade de interação com o outro. Diante disso, o objetivo do estudo apresentado neste artigo foi verificar se nas propostas de produção textual, do livro analisado, havia algum indício de trabalho com o texto em uma perspectiva dialógica e interacionista, que considera os gêneros discursivos como instrumentos para o ensino da língua. Selecionou-se o livro didático como objeto de estudo porque considera-se que este é, muitas vezes, o único material orientador da prática de produção textual. Para análise do livro, tomaram-se, como base teórica, a concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2006) e a concepção teórico-metodológica interacionista de linguagem (GERALDI, 1997, 2006). Para sistematizar a análise do material, foram utilizados os encaminhamentos produzidos por Costa-Hübes (2012), os quais possibilitaram constatar que as propostas de produção textual, presentes no livro

* Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6810-9895>. E-mail: fernandasacomori@hotmail.com

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9063-7982>. E-mail: tehubes@gmail.com.

*** Doutorando em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0753-4008>. E-mail: vilsonpruzaksantos@gmail.com.

didático analisado, seguem o viés interacionista e buscam articular a linguagem com seus interlocutores, de modo que o discurso se estabeleça por meio do texto em produção.

Palavras-chave: Produção textual. Gêneros discursivos. Livro didático.

Abstract: This work proposes an analysis of textual production commands of the textbook entitled *Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem* ('*Singular & Plural: reading, production and language studies*') under the dialogical and interactional perspective of language proposed by the studies of Bakhtin's circle, which conceive language as a historical product, culturally and socially marked, and that, in this way, every speech is organized in dialogue with other utterances and with the need of interaction with the other. Therefore, the objective of the study presented in this article was to verify if in the textual production proposals, of the book analyzed, there was any evidence of work with the text in a dialogical and interactionist perspective, which considers discursive genres as instruments for language teaching. The textbook was selected as the object of study because it is considered that it is often the only guiding material for the practice of textual production. For the analysis of the textbook, the dialogical conception of language (BAKHTIN, 2006) and the interactionist theoretical-methodological conception of language (GERALDI, 1997, 2006) were taken as a theoretical basis. In order to systematize the analysis of the material, the referrals produced by Costa-Hübes (2012) were used, which made it possible to verify that the proposals for textual production, present in the textbook analyzed, follow the interactionist tendency and seek to articulate language with its interlocutors, so that the discourse is established through the text in production.

Keywords: Textual production. Discursive genres. Textbook.

INTRODUÇÃO

A educação não é isolada da sociedade; ela se reproduz e produz nas relações sociais que a engendram. Nesse sentido, cada época histórica possui um sistema próprio de educação, uma forma de transmitir às gerações futuras parte do legado do passado, necessário para viver em sociedade, ou seja, os conhecimentos, os valores fundamentais para produzir minimamente sua existência em cada forma social.

Se levarmos em consideração o conhecimento histórico do processo educativo no Brasil, observamos que já houve muitos avanços desde a chegada dos portugueses. Contudo, a educação é, ainda, pauta constante nas discussões em todo o território brasileiro, visto que o que se nota é o descaso do poder público em manter uma educação pública e de qualidade para todos os cidadãos.

Uma educação de qualidade perpassa pela formação dos professores, como também pelo fornecimento de materiais didáticos apropriados para cada faixa etária dos alunos. De acordo com Goldemberg (1993, p. 117): “O fornecimento de material escolar constitui uma das medidas mais importantes para a melhoria da qualidade do ensino, pois pode suprir muitas das deficiências dos professores”. Com base nisso, o que se espera é que todas as escolas possam receber livros didáticos, e que estes contenham conteúdos necessários para a formação humana integral.

Por sabermos que o livro didático (LD, de ora em diante) é um instrumento muito utilizado em sala de aula, o estudo apresentado visa analisar o livro de língua portuguesa intitulado *Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem*, de Figueiredo, Balthasar e Goulart

(2015), o qual foi adotado por muitas escolas da rede pública de ensino do estado do Paraná. O material produzido pelas autoras foi utilizado de 2017 a 2019, visto que os livros didáticos têm três anos de duração. Cumpre ressaltarmos que a escolha desse livro, como *corpus* a ser analisado, ocorreu devido ao fato de este ser utilizado nas instituições de ensino em que um dos pesquisadores atuava no ano de 2019, época em que se iniciou este estudo.

Ao olharmos analiticamente para esse LD, objetivamos compreender as concepções teóricas que embasam as propostas de produção textual das autoras do livro, bem como tecer um paralelo entre tais concepções e os encaminhamentos propostos para trabalhar a produção textual em sua relação com os gêneros discursivos, conforme abordados por Bakhtin (2006).

Segundo os estudos do Círculo de Bakhtin, a linguagem apresenta-se como um espaço de embates e de lutas, refletindo os aspectos da interação social que é promovida pela necessidade de o sujeito dialogar com o outro. Assim, toda linguagem é alicerçada na necessidade de interação entre os sujeitos, que estão inseridos em uma situação histórica e social, que exerce coerção sobre o que dizer e como dizer.

Nessa perspectiva, na escola, a produção de textos é o ato por meio do qual o aluno diz algo a alguém. O texto é o produto de um processo em que sujeitos tomam a palavra para mediar interações sociais. Segundo Geraldi (1997), a produção de textos (orais e escritos) constitui o ponto de partida e também o ponto de chegada para os processos de ensino e de aprendizagem da língua.

Diante da importância desse eixo de ensino para o trabalho com a Língua Portuguesa, consideramos relevante analisar os encaminhamentos metodológicos propostos para o ensino da produção textual, verificando se eles refletem a teoria que o norteia.

Com esse propósito, o presente texto foi dividido em mais quatro partes, sendo elas: discussão teórica, apresentação do livro didático, análise do livro didático e considerações finais.

DISCUSSÃO TEÓRICA: O ENSINO DA PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓPTICA INTERACIONISTA

De acordo com os estudos do Círculo de Bakhtin, a língua não é um ato individual, mas uma forma de interação e de constituição intersubjetiva. Desse modo, todo texto, entendido como enunciado, se constrói da necessidade de interação entre sujeitos e, assim, é possível afirmar que todo ato de interação sistematizado em texto organiza-se em função do diálogo estabelecido entre os interlocutores e entre os enunciados que se entrelaçam na organização do discurso¹, uma vez que, quando falamos ou escrevemos, dirigimo-nos a interlocutores concretos em contextos situados. Assim sendo,

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. **A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.** (BAKHTIN, 2014, p. 127, grifo nosso).

¹ “[...] o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir.” (BAKHTIN, 2006, p. 274).

Na perspectiva de estabelecerem um diálogo, os sujeitos produzem textos que, segundo Bakhtin (2006), são enunciados, compreendidos como toda forma de manifestação da linguagem oral, escrita ou não verbal. Dois elementos determinam um texto como enunciado: a sua intenção, ou seja, o propósito comunicativo da interação, e a sua realização, para quem escreve, seu interlocutor.

Tendo em vista a compreensão da linguagem como ato da interação, não pode haver interlocutor abstrato. Na escola, o aluno precisa aprender a escrever textos/enunciados que vivenciem a língua em sua integridade concreta e viva. Nesse caso, “[...] só o texto pode ser o ponto de partida” (BAKHTIN, 2006, p. 308) para que a linguagem seja compreendida na sua essência. Assim, a prática de escrita na escola deve centrar-se na produção de textos que visem à constituição do aluno como sujeito autor de seus discursos.

Segundo Geraldi (2006, p. 42), “[...] a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução. E é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo”. Logo, estudar as relações que podem ser estabelecidas entre os sujeitos no momento da interação é de suma importância para o trabalho com a produção de texto na escola.

Todavia, a proposta de produção textual precisa ser clara, definindo: seus interlocutores, a esfera social de circulação do texto, o gênero discursivo mais adequado para atingir sua finalidade comunicativa, o tema a ser discutido/apresentado, dentre outros. Entendemos, conforme Bakhtin, que todo texto (enunciado) se configura em um gênero e sempre é produzido em função de sua finalidade discursiva. Nas palavras do autor:

O emprego da língua efetua-se em formas de enunciados. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2006, p. 261, grifos do autor).

Bakhtin entende que os gêneros discursivos são fundamentais na elaboração do discurso, visto que cada texto/enunciado se organiza em um gênero com sua finalidade específica, sua esfera de circulação e seus interlocutores pré-definidos. Logo, produzir texto, nessa perspectiva, significa levar em conta o seu conteúdo temático, o seu estilo e a sua construção composicional, para que cumpra seu papel comunicativo.

Bakhtin (2006) considera que os gêneros do discurso são inesgotáveis, infinitos, pois fazem parte da essência e da produção da vida humana. Cada vez que uma esfera de atividade humana se amplia, ou é suprimida, modificada, ampliada, (re)constituída, são criados novos gêneros do discurso. Como exemplo, podemos citar a quase absoluta extinção dos **telegramas** e

do **fax**, que perderam espaço para o *e-mail*, o qual cumpre o mesmo papel social comunicativo, porém de forma muito mais rápida do que os outros citados.

Com base nesses pressupostos bakhtinianos, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE), da disciplina de Língua Portuguesa do estado do Paraná, citam o trabalho com os gêneros do discurso em momentos diferentes; assim, as DCE direcionam o trabalho dos docentes a partir dos gêneros, como pode ser observado neste excerto:

A forma composicional dos gêneros será analisada pelos alunos no intuito de compreenderem algumas especificidades e similaridades das relações sociais numa dada esfera comunicativa. Para essa análise, é preciso considerar o interlocutor do texto, a situação de produção, a finalidade, o gênero ao qual pertence, entre outros aspectos. (PARANÁ, 2008, p. 64).

O que o documento espera é que os professores tenham conhecimentos da abordagem teórico-metodológica de trabalho com os gêneros discursivos, de modo que possam contribuir para a formação humana de seus alunos. Nesse mesmo encaminhamento, entende-se que o professor deve estabelecer as relações com o contexto de produção, definir sua finalidade, seus interlocutores, o gênero que será mais eficaz para alcançar o objetivo comunicativo em toda proposta de produção textual.

Se o aluno não sabe para quem irá escrever seu texto, nem levar em conta o contexto de produção, não compreenderá qual é o gênero discursivo mais efetivo para atingir seu objetivo, sua finalidade discursiva. Por isso, é de suma importância o trabalho voltado aos gêneros do discurso em sala de aula.

Segundo Geraldi (1997), o aluno, para produzir um bom texto, deve conhecer o tema, ter o que dizer, saber para quem irá escrever, conhecer o gênero no qual seu texto irá se inscrever e ter o domínio mínimo da escrita padrão. Nas palavras do autor, é preciso que:

- a) se tenha o que dizer;
- b) se tenha uma razão para se dizer o que se tem a dizer;
- c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer;
- d) o locutor se constitui como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz [...];
- e) se escolhem as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d). (GERALDI, 1997, p. 160).

O autor entende que estabelecer essas condições equivale a devolver a palavra ao aluno, possibilitando-lhe constituir-se em um locutor efetivo, capaz de interagir com um interlocutor real, em uma situação de interação verdadeira.

Diante desses aportes teóricos que embasam o ensino da produção textual, em uma perspectiva interacionista e dialógica da linguagem, nas próximas seções, apresentamos o LD objeto de estudo e a concepção teórica que o alicerça para, em seguida, analisarmos suas propostas de produção textual, buscando nelas algum(ns) indício(s) de tal concepção de linguagem.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E DE SUA CONCEPÇÃO TEÓRICA

O livro analisado é intitulado *Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem*, de Laura Figueiredo, Maria Balthasar e Shirley Goulart (2015). O livro foi editado e impresso pela editora Moderna. Ele é um livro para o 8º ano do Ensino Fundamental, que foi disponibilizado pelo Governo Federal por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), correspondente aos anos de uso de 2017 a 2019.

O livro do aluno contém 272 páginas e é dividido em três cadernos. O primeiro aborda o processo de leitura e produção; o segundo apresenta práticas de literatura; e o terceiro contempla os estudos da língua e linguagem (gramática). O livro do professor, por sua vez, contém 472 páginas; desse modo, possui 200 páginas a mais do que o livro do aluno. Esse anexo no livro do professor é chamado de: “Suplemento com orientações para o professor”. Nele, o professor encontra as concepções teóricas das autoras, bem como conceitos, explicações, exemplos e modelos de atividades para aplicação com o aluno.

O caderno de leitura e produção textual foi dividido em três unidades, as quais receberam os seguintes títulos: 1º) Comportamento: você vai na “onda” ou tem opinião própria?; 2º) Diversidade cultural; 3º) Corrupção: esse mal tem cura? O caderno de práticas de literatura foi dividido em dois capítulos intitulados: 1º) O jogo começou: contos de enigma; 2º) Contos fantásticos. O Caderno de estudos de língua e linguagem foi dividido em três unidades, sendo elas intituladas: 1º) Língua e linguagem; 2º) Língua e gramática normativa; 3º) Ortografia e pontuação.

As autoras, conforme orientações teóricas do livro, defendem que as propostas de produção textual devem considerar os gêneros que circulam nas diferentes esferas da vida social, a fim de colocar os alunos próximos à realidade extraescolar. Ressaltam, ainda, a necessidade de formar sujeitos (cidadãos) participativos socialmente e, para isso, estabelecem que os alunos produzam textos que se moldem em um gênero discursivo.

Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015) pontuam que:

O cidadão participativo responde criticamente ao que lê, ouve, ou assiste, produzindo textos (escritos, orais ou multissemióticos) para interagir em diversas situações sociais. Assim, se o objetivo da escola é a formação para a participação social, não faz sentido pedir para os alunos a produção de textos que circulam apenas na esfera escolar e que provavelmente não o prepararão para atuar fora da escola. (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 285).

Em outras palavras, as autoras propõem o ensino de textos de diferentes gêneros para circularem em outras esferas, não somente na escolar, pois entendem que, assim, serão formados cidadãos participativos e capazes de agir no mundo letrado.

Além disso, Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015) entendem a produção textual como uma prática social, uma vez que,

[...] para produzir textos eficazes[,] é necessário considerar as características do contexto em que são produzidos. São elas que determinam nossas escolhas em relação ao que e como dizer. Por exemplo, se a finalidade do nosso texto é mostrar insatisfação com algum comercial que nos foi prestado, escolhemos o gênero carta de reclamação e o endereçamos ao sistema de atendimento ao consumidor (nossa

interlocutor) relatando o ocorrido (o que dizer), usando uma linguagem formal e a forma característica do gênero (como dizer). (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 285).

Diante de tal argumento e orientação, podemos compreender, assim como as autoras, que a situação de interlocução e a finalidade da comunicação são o que define o gênero discursivo que será selecionado para moldar o texto/enunciado, pois é ele que promove a interlocução com o outro.

As autoras estabelecem, ainda, os procedimentos de escrita. Elas pontuam que, além da necessidade em conhecer os gêneros e as implicações provocadas pelo contexto de interlocução na produção de textos, eles exigem planejamento, revisão e reescrita. O planejamento, segundo as autoras, estabelece a compreensão do que e como será escrito, ou seja, escolhe-se o gênero adequado para a interlocução na produção textual, em função do tema e do(s) interlocutor(es). A revisão, por sua vez, é o ato de correção, o qual deve ser feito durante e após a produção textual, reescrevendo sempre que for necessário. E a reescrita, segundo as autoras, “[...] deve acompanhar todo o processo de revisão, o que significa que escrever implica várias reescritas” (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 285). As autoras estabelecem também que “[...] todos os textos, do Caderno de Leitura e Produção, estão ali no intuito de auxiliar os alunos na alimentação temática ou na apropriação do gênero para a produção textual oral ou escrita proposta” (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2015, p. 286).

Por fim, na seção de *Produção*, na subseção *Conhecendo o gênero*, e no boxe *Condições de produção*, o gênero discursivo é o fator que move toda a estrutura da proposta para a produção textual.

Ao considerarmos essa premissa teórica das autoras, esperamos que as propostas de produção textual do LD tenham encaminhamentos que reflitam tal compreensão, que sejam baseados nos gêneros discursivos e que promovam a interação.

Durante a análise, atentamo-nos mais especificamente para o caderno de leitura e produção, pois é nele que encontramos o trabalho com gêneros discursivos que culminam em propostas de produção de texto. O referido caderno integraliza a maior quantidade de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, contendo 117 páginas, nas quais são abordados os gêneros discursivos: entrevista, debate, causos, crônica, cordel, esquete, poema e poema visual. Todavia, objetivamos entender e refletir somente sobre os comandos de produção textual que, neste caso, resumem-se em três. Dentre todos os gêneros explorados no LD, observamos que as autoras trouxeram como proposta de produção textual apenas os gêneros discursivos: debate, crônica e esquete.

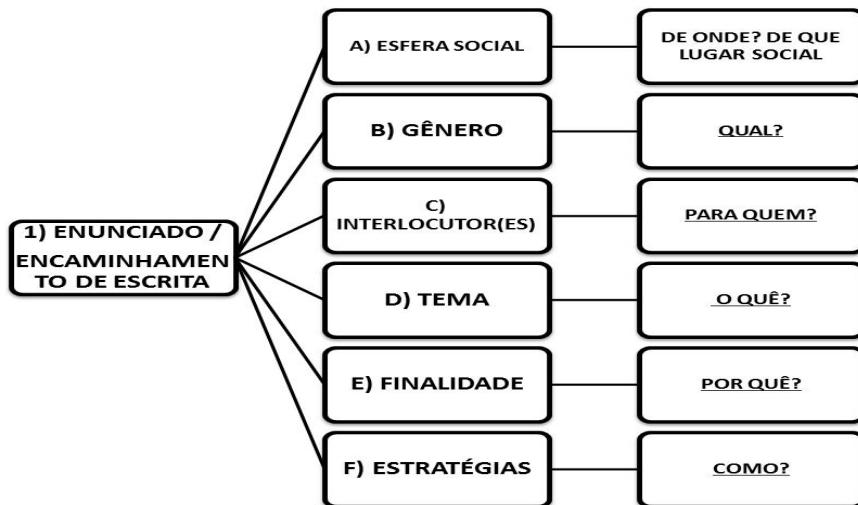
ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

Após apresentação do LD *Singular e Plural: leitura, produção e estudos da linguagem* e da concepção teórica que o subjaz, voltamo-nos, agora, para a análise dos comandos de produção textual organizados por Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015), com base nos princípios teóricos da concepção interacionista e dialógica de linguagem.

Para a sistematização da análise, apropriamo-nos das orientações a seguir (Figura 1), produzidas por Costa-Hübes (2012), as quais se apoiam nas proposições de Geraldi (1997) e de

Bakhtin (2006). Por meio dessas orientações, Costa-Hübes (2012) aponta alguns elementos que minimamente devem constar em um encaminhamento de produção de texto que se diz pautar em uma proposta de interação.

Figura 1: Elementos que encaminham uma proposta de produção de texto para a interação



Fonte: Costa-Hübes (2012, p. 11).

Ao abranger elementos que contemplam a esfera social, o gênero, os interlocutores, o tema, a finalidade e as estratégias discursivas, a proposta está em consonância com as ideias bakthinianas, pois propicia ao aluno-autor inserir-se em uma situação de interlocução. Nesse âmbito, a linguagem é compreendida como forma de interação, por meio da qual o sujeito interage com o outro ao produzir seu texto enunciado.

Segundo Costa-Hübes (2012), a esfera social esclarece, ao aluno, o papel social que ele deve assumir naquele ato de interação (de aluno, de amigo, de cidadão da comunidade etc.), ao discutir/refletir sobre determinado tema (o que dizer), organizando seu discurso em um gênero que atenda àquela finalidade em específico (por que escrever), em função de interlocutor(es) previamente definidos. A partir dessas orientações, estabelecem-se algumas estratégias (como dizer/escrever) para que o texto/enunciado seja produzido adequadamente.

Conforme essas orientações, buscamos verificar nos comandos de produção se os encaminhamentos apresentados contemplavam esses elementos indispensáveis para uma proposta de interação.

O primeiro encaminhamento consta na Unidade 1 do livro, a qual traz a discussão sobre o gênero discursivo “debate” por meio de textos que suscitam o tema, para, em seguida, apresentar uma proposta de produção, que transcrevemos na Caixa de texto 1 a seguir.

Caixa de texto 1: Consigna de produção textual do gênero “Debate”.

Produzindo o texto: Debate

Condições de Produção

O quê? Você e sua turma farão um debate aproveitando o que aprenderam desse gênero para formular soluções para a seguinte situação-problema:

Como combater o bullying na escola?

Para quem? Para participantes da comunidade escolar, com o objetivo de construir conhecimentos que inibam o comportamento de *bullying*. Além disso, com o debate, você apresentará seu ponto de vista a colegas e terá oportunidade de saber quais são as opiniões deles.

Fonte: Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015, p. 27).

Para propiciar uma análise mais efetiva do comando de produção, construímos o Quadro 1, no qual sistematizamos nossa compreensão.

Quadro 1: Análise do encaminhamento para o gênero “Debate” na consigna

Livro didático	Unidade	Elementos para a interação	Sim	Não
<i>Singular & Plural: leitura, produção e estudos de linguagem</i>	1 Comportamento: Você vai na “onda” ou tem opinião própria?	Aponta para a esfera social?		X
		Solicita o gênero?	X	
		Indica os interlocutores?	X	
		Define o tema?	X	
		Esclarece a finalidade?	X	
	Produção: Debate.	Relembra as estratégias de produção do gênero?		X

Fonte: Organizado pelos autores.

Observamos que o comando presente na consigna contempla o gênero (produção de um debate), indica os interlocutores (participantes da comunidade escolar), define o tema (Como combater o *bullying* na escola) e define a finalidade de tal produção (com o objetivo de construir conhecimentos que inibam o comportamento de *bullying*).

Todavia, não contempla explicitamente os elementos da esfera social, nem apresenta estratégias que orientem a produção do gênero “debate”. Contudo, é importante frisarmos que, para iniciar as discussões, foi questionado o que são os debates, para que servem e onde circulam. Diante disso, é possível percebermos que as autoras se preocuparam em fazer a contextualização do gênero, bem como em esclarecer sua esfera de circulação. No mesmo sentido, as autoras propõem uma conversa inicial com a turma, estabelecendo diferenças do debate com outros gêneros discursivos, como, por exemplo, a conversa.

Após essa introdução, as autoras apresentam algumas estratégias com orientações de como organizar os grupos e o debate, elencando alguns combinados, como também indicando leituras que preparam para a elaboração de argumentos.

Ao longo da unidade, Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015) estabelecem, de forma sistemática, uma proposta da produção textual para o gênero “debate”, na qual discutem, de forma ampla, o debate, esclarecendo que este gênero é constituído pela interação com as

diversas vozes que compõem os discursos sociais, fazendo alusão, assim, a uma compreensão dialógica da linguagem.

Para finalizar a análise da Unidade 1, destacamos que o livro destinou doze páginas para trabalhar o gênero debate. Isso mostra que as autoras buscaram, dentro do possível, não apenas colocar o gênero como pretexto de leitura e produção, mas, sim, como norte de produção. Também foi bastante interessante a presença da ficha de avaliação que as autoras propuseram no final da unidade, pois ela contempla as especificidades do gênero “debate” e a compreensão dos alunos sobre ele.

Em função de todos os elementos elencados, entendemos que essa proposta dialoga com a conceção interacionista e dialógica de linguagem, conforme preceitos de Bakhtin (2006) e Geraldi (1997), e atende à base teórica defendida pelas autoras no LD.

Ao analisarmos a Unidade 2, que trouxe como proposta de produção textual o gênero “crônica”, observamos que as autoras dedicaram mais tempo para o trabalho com o gênero discursivo proposto, pois dividiram a explicação em duas etapas: oito páginas de explicação e exemplos em um primeiro momento, e outras doze páginas em um segundo momento, totalizando vinte páginas destinadas somente para a compreensão e a produção de texto do gênero “crônica”.

No que se refere ao encaminhamento da produção textual, este se organiza conforme mostra a Caixa de texto 2:

Caixa de texto 2: Consigna de produção textual do gênero “Crônica”

Produzindo o texto: Crônica

Condições de produção:

O quê? Você irá escrever uma crônica que tenha como mote uma situação vivida ou possível de ser vivida por um adolescente.

Para quem? A sua crônica circulará em um blog ou site destinado a este tipo de texto. Portanto, tratar-se de um público mais amplo, que podem ser de jovens e adultos. Outra possibilidade é planejar a organização de um livro de crônicas da turma que vocês poderão oferecer à biblioteca da escola. Neste caso o principal público serão os jovens.

Fonte: Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015, p. 78).

A seguir, no Quadro 2, apresentamos nossa análise sobre esse comando de produção.

Quadro 2: Análise do encaminhamento do gênero “Crônica”

Livro didático	Unidade	Elementos para a interação	Sim	Não
<i>Singular & Plural: leitura, produção e estudos de linguagem</i>	2 Diversidade Cultural.	Aponta para a esfera social?	X	
		Solicita o gênero?	X	
		Indica os interlocutores?	X	
	Produção: Crônica.	Define o tema?	X	
		Esclarece a finalidade?	X	
		Relembra as estratégias de produção do gênero?		X

Fonte: Organizado pelos autores.

Como podemos ver, a esfera social pode ser definida tanto como a escola (se for produzido um livro de crônicas para a biblioteca) ou a internet (se a crônica for publicada em um blog ou site), o gênero é esclarecido desde o início da Unidade, os interlocutores também são informados, assim como o tema e a finalidade.

Embora na consigna não sejam apresentadas as estratégias, as autoras trazem, logo em seguida, o como fazer, com um roteiro que orienta no planejamento do gênero discursivo “crônica”. Além disso, instrumentalizam o aluno a partir de um trabalho de aprofundamento sobre o gênero em estudo, apontando sua esfera social, seus interlocutores, o tema, a finalidade e relembram as estratégias de produção. Finalizam com fichas de avaliação sobre crônicas com o predomínio da reflexão, depois com o predomínio da narração, e aquelas formadas somente com diálogos. As fichas compõem vários elementos para a reflexão e a fixação do gênero “crônica”.

Logo, entendemos que, tal como é trabalhada no LD, a proposta das autoras está coerente com a base teórica que defendem, assim como com os pressupostos da concepção dialógica e interacionista de linguagem.

Ao analisar o terceiro e último encaminhamento de produção textual, vemos que o trabalho se foca no gênero discursivo “esquete”. Para esse gênero, as autoras destinaram nove páginas do livro didático com explicações e orientações para a produção de um texto, tendo em vista que se trata de um gênero não tão explorado, mas relativamente de fácil compreensão.

Podemos observar na Caixa de texto 3, a seguir, o comando de produção organizado pelas autoras.

Caixa de texto 3: Consigna de produção do gênero discursivo “Roteiro de Esquete”

Produzindo o texto: Esquete

Condições de produção

O quê? Com um ou dois colegas, vocês vão escrever o roteiro de um esquete que terá como tema a corrupção. Ele será criado com base nas discussões realizadas a partir da leitura das charges e dos outros textos lidos neste capítulo.

Depois de realizarem as atividades do capítulo 2, vocês irão encenar o roteiro para participar do festival de esquetes dos alunos do 8º ano.

Para quem? Você们 podem se apresentar apenas para os colegas da classe ou convidar os alunos de outras classes para assistir aos esquetes. O roteiro que você们 escreverão poderá ser doado para a biblioteca da escola ou publicado no blog da classe.

Fonte: Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015, p. 114).

Na sequência, no Quadro 3, apresentamos a análise desse comando de produção.

Quadro 3: Análise do encaminhamento para o gênero “Esquete”

Livro didático	Unidade	Elementos para a interação	Sim	Não
Singular & Plural: leitura, produção e estudos de linguagem.	3 Corrupção: esse mal tem cura?	Aponta para a esfera social?		X
		Solicita o gênero?	X	
		Indica os interlocutores?	X	
	Produção: Esquete.	Define o tema?	X	
		Esclarece a finalidade?	X	
		Relembra as estratégias de produção do gênero?		X

Fonte: Organizado pelos autores.

Ao analisarmos a proposta de produção textual para esse gênero discursivo, constatamos que o comando presente na consigna não aponta a esfera social e as estratégias; todavia, os elementos fundamentais para uma produção textual (indicação do gênero discursivo, dos interlocutores, do tema e da finalidade), de acordo com os encaminhamentos de Costa-Hübes (2012), são contemplados ao longo da unidade, permitindo que o aluno compreenda o gênero e possa manipulá-lo em suas práticas sócias.

Nessa unidade, Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015) explicam que o gênero discursivo esquete “[...] é uma encenação de curta duração, normalmente com um único ato, com poucos atores e um cenário só. Geralmente cômico, pode ser apresentado no teatro, no rádio ou na televisão. Em geral, os programas humorísticos de TV, por exemplo, são compostos de diversos esquetes”.

As autoras propõem que os alunos se juntem em duplas ou em trios para criarem um texto do gênero discursivo esquete sobre corrupção, conforme exemplos disponíveis no próprio capítulo do LD. Após a criação dos textos, os alunos podem apresentar aos demais colegas da turma, promovendo, como citam as autoras, um *show* de esquetes. Além disso, sugerem que os textos sejam doados para a biblioteca da escola ou postados no *blog* da classe, o que requer, de certa forma, mais responsabilidade por parte dos alunos ao escreverem seus textos.

Na parte da produção, as autoras também criaram um roteiro para os alunos, no qual podem escolher, dentre várias possibilidades, alguma situação inicial, pensarem no conflito, em um desfecho surpreendente, imaginarem personagens estereotipadas, situações de humor.

Em certos momentos, Figueiredo, Balthasar e Goulart (2015) sugerem que o professor recorra ao material de apoio que está anexado no final do livro, possibilitando-lhe que traga novos elementos para orientar seus alunos na construção do texto de acordo com o gênero solicitado.

Enfim, como pudemos constatar nas propostas analisadas, as autoras mantiveram uma linha teórica, orientando e conduzindo todo um trabalho de produção textual escrita em torno de um gênero discursivo, sem perder de vista sua finalidade, seus interlocutores, em função do tema e dos objetivos pretendidos. Por isso, entendemos que, nesse LD, as autoras mantêm um diálogo com a concepção interacionista e dialógica de linguagem, conforme discussões apresentadas por Bakhtin (2006) e Gerald (1997).

Destacamos, finalmente, que analisamos os demais cadernos (2 e 3) do LD porque, uma vez que visam trabalhar com a literatura e os estudos da língua e da linguagem, neles não é priorizado o trabalho com os gêneros discursivos da mesma forma que o caderno 1, e, em certos

momentos, o texto é apenas usado como pretexto, servindo de meio para atingir-se determinado conteúdo que está sendo explorado. Entretanto, ainda assim, é possível percebermos, em vários momentos, que as autoras se preocupam em contextualizar o processo de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida deste trabalho, compreendemos, pautados em Bakhtin (2006, p. 307), que “[...] onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento”. Assim, observamos os textos presentes no livro didático como objetos de pesquisa e buscamos fundamentos nos princípios dos gêneros discursivos conforme os estudos bakhtinianos.

Durante a pesquisa, objetivamos verificar se nas propostas de produção escrita apresentadas no LD *Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem*, de Laura Figueiredo, Maria Balthasar e Shirley Goulart (2015), havia algum indício de trabalho com a produção de texto em uma perspectiva dialógica e interacionista, que considera os gêneros como instrumentos para o ensino da língua.

Diante de tal objetivo, constatamos que as autoras abordaram as propostas analisadas de forma dialógica e interacionista, pautadas na conceção de gênero do discurso de Bakhtin (2006), como também seguiram o que propõem as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (PARANÁ, 2008), explicitando o gênero utilizado naquela interlocução, bem com o interlocutor a quem o texto se destina, o tema, a finalidade e, com isso, possibilitaram aos alunos se constituírem como sujeitos autores de seus discursos.

Logo, entendemos que o LD contempla o trabalho com os gêneros discursivos em sala de aula, visto que houve uma preocupação, por parte das autoras, em explorar a prática de produção textual relacionada à linguagem em uso, dentro de contextos significativos de interação.

Por fim, o trabalho, que ora apresentamos, mostra-se relevante tanto para pesquisadores da área dos estudos dialógicos de linguagem, pois traz contribuições para compreender como ocorre o trabalho com os gêneros discursivos em sala de aula; como também para os profissionais da educação, os quais, a cada três anos, são chamados a participarem da escolha do LD e, assim, podem utilizar este estudo para balizar suas escolhas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- COSTA-HÜBES, T. da C. Reflexões sobre os encaminhamentos de produção textual: enunciados em diálogo com outros enunciados. In: ENCONTRO DO CELSUL, 10., 2012, Cascavel. **Anais** [...]. Cascavel: CELSUL, 2012. p. 1-15.
- FIGUEIREDO, L. de; BALTHASAR, M.; GOULART, S. **Singular & Plural: leitura produção e produção de linguagens**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa.** Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_port.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

Recebido em: maio 2020.

Aceito em: jul. 2020.

O EFEITO METAFÓRICO NA AAD-69: UM GESTO DE LEITURA MEDIADO NO DIÁLOGO COM OS ESCRITOS DE LINGUÍSTICA GERAL

THE METAPHORICAL EFFECT IN ADA69: A MEDIATED READING STANCE IN DIALOGUE WITH WRITINGS IN GENERAL LINGUISTICS

Júlio César dos Reis Petter*

UFRGS

Clara Állyegra Lyra Petter**

PUCRS

Luciene Jung de Campos***

UCS

Resumo: Propõe-se uma leitura crítica comparada do conceito de efeito metafórico de Pêcheux (1969) com parte da bibliografia de Saussure: Curso de Linguística Geral (CLG) e Escritos de Linguística Geral. Com a publicação do CLG (SAUSSURE, 1916), o pensamento saussuriano consolidou uma ruptura paradigmática no fazer das ciências humanas. Mais do que influenciar, essa revolução foi base epistemológica e ponto de diferenciação para o florescimento de diversas correntes teóricas. A Análise de Discurso, fundada por Pêcheux, aparece como área de entremeio entre a linguística saussuriana, o materialismo histórico e a psicanálise. Análise Automática do Discurso (1969) é a obra seminal do campo, definindo o panorama teórico no qual se forja o efeito metafórico, mecanismo pelo qual uma substituição de termos mantém o efeito de sentido no fio do discurso. Delineamos com estado de língua o ponto de ancoragem para que relações sintagmáticas e associativas fossem lidas no funcionamento do efeito metafórico, estabelecendo condições para abordarmos a evolução da língua discursivamente com os compromissos do espírito e a analogia. Na esteira do interesse renovado pela AAD-69, objetivou-se proporcionar aos analistas do discurso uma leitura do conceito de efeito metafórico à luz de uma interlocução que resgatasse preceitos basilares da linguística saussuriana.

Palavras-Chave: Efeito metafórico. Análise de discurso. Linguística saussuriana.

Abstract: We propose a critical comparative analysis between the concept of Metaphorical Effect as defined by Pêcheux in 1969 and some concepts in the works of Saussure: Course in General Linguistics and Writings in General Linguistics. The publication of Course in General Linguistics in 1916 caused a widespread rupture in the methods and epistemology of Human Sciences. Not a mere influence, Saussurean linguistics brought a paradigmatic rupture that paved the way for the development of many theories. French Discourse Analysis, proposed by Michel Pêcheux, arises as an in-between area of Saussurean

* Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: juliopetter@outlook.com.br.

** Especialista em Estudos de Tradução pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: ally.gra@gmail.com.

*** Doutora em Letras – Estudos da Linguagem Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ljungdecampos@gmail.com.

linguistics, Historical Materialism, and Psychoanalysis. Pêcheux's Automatic Discourse Analysis is the groundwork of this area and defines its fundamental theoretical framework, where he developed the Metaphorical Effect: a mechanism through which it is possible to replace words and yet maintain the discourse's semantic effects. Evoking the concept of Language State as an anchoring point, we could look into Syntagmatic and Associative Relations functioning alongside the Metaphorical Effect, thus, establishing conditions to approach discursively the evolution of language in relation with the commitments of the mind and the Analogy. With a renewed interest of the academic community in the ADA69, we aim to bring for these analysts a deeper understanding of the Metaphorical Effect through reexamining key concepts in Saussurean Linguistics.

Keywords: Metaphorical Effect. French Discourse Analysis. Saussurean Linguistics.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O produto do esforço empreendido em 1916 por Charles Bally e Albert Sechehaye para a organização e publicação do *Curso de Linguística Geral* (1975; doravante CLG), posteriormente conhecido como vulgata dentro dos estudos saussurianos, surge como uma ruptura paradigmática nas ditas ciências humanas. Arrivé (2007, p. 22-23) afirma que foi por meio da vulgata que “o pensamento de Saussure exerceu sua influência sobre a evolução da linguística e das ciências humanas do século XX”, sendo o único texto lido entre 1915 e 1957 para compreender a linguística saussuriana. Com as fortes reverberações do CLG, linguistas, antropólogos, historiadores, sociólogos, dentre outros pesquisadores, tiveram tanto a relação com as práticas do seu fazer quanto a própria forma de delinear seu objeto irremediavelmente transformadas. A herança saussuriana é de tal impacto e amplitude que reflete a ousadia de seu mestre. Uma amostra da radicalidade da intervenção que propunha Ferdinand de Saussure já pode ser encontrada no escrito, datado de 1891, acerca da primeira conferência na Universidade de Genebra, no qual ele provoca a reflexão sobre o papel do estudo da linguagem ao questionar:

vocês pensam seriamente que o estudo da linguagem teria necessidade, para se justificar ou para se desculpar por existir, de provar que é útil às outras ciências? [...] A que ciência se pede, como condição preliminar para existir, que se empene em fornecer resultados destinados a enriquecer as outras ciências que se ocupam de outros objetos? Isso é recusar a ela qualquer objeto próprio (SAUSSURE, 2004, p. 127).

Vemos aqui uma das primeiras evidências públicas e registradas desta crítica pungente que o autor fazia ao trabalho científico de sua época. A linguística se tornou a ciência modelo das humanidades por excelência, influenciando muitos dos pensadores subsequentes a desenvolverem suas práticas seja em consonância seja em divergência com ela, adotando-a como ponto de partida teórico, metodológico ou mesmo epistemológico. Os estudos conduzidos por Jakobson (na disseminação da Linguística Estrutural e elaboração de sua Teoria da Comunicação) e por Lévi-Strauss (fundador da Antropologia Estrutural) são alguns dos trabalhos notáveis nas ciências humanas com base ou inspiração nesse movimento. Nessa linha, ao comentar sobre a influência de Saussure sobre teóricos da linguística e das ciências humanas no século XX, Arrivé (2007) afirma:

Para citar, em desordem, apenas os nomes evocados acima, Meillet, Trubetzkoy, Hjelmslev e Merleay-Ponty só conheciam o *Curso* por meio da “vulgata”. Jakobson, Benveniste, Martinet, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes e Greimas tiveram conhecimento, em graus diversos, da existência das fontes manuscritas e de suas divergências com o texto padrão. Mas, essencialmente, foi a “vulgata” que deu forma a sua reflexão. (ARRIVÉ, 2007, p. 23, grifos do autor)

Dentre as várias disciplinas fundadas na esteira da ruptura saussuriana, destacamos a Análise de Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux, também reconhecida hoje como Análise de Discurso Materialista. Ressaltamos nossa tomada de posição política ao aderirmos ao movimento que emprega a formulação Análise de Discurso Materialista para demarcar firmemente nossa vinculação e identificação com os textos clássicos da área inaugurada por Michel Pêcheux e seus pressupostos. Diz-se Materialista na acepção do delineamento proposto por Althusser na leitura das obras de Karl Marx, sendo, de forma simplificada, a “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160). Essa demarcação tem estatuto preciso e designa um movimento de resgate frente às derivas teóricas e institucionais que tem ocorrido na institucionalização da AD no Brasil.

A AD se origina nas teses desenvolvidas por Michel Pêcheux na França, a partir de 1966, ao articular três áreas distintas do conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, atravessadas por uma teoria psicanalítica do sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160). Afirma-se que Pêcheux foi um leitor atento da obra de Saussure, tendo não somente estudado a fundo a vulgata, como também as *Sources manuscrites du CLG*, as publicações de Starobinski e o trabalho sobre os *Nibelungen* (GADET et al., 2014, p. 40-42). Além disso, na elaboração de suas propostas, Pêcheux teve, como forte referência, outros autores notadamente influenciados por Saussure, como Jakobson, Benveniste e Lacan. Dessa forma, ao considerarmos os efeitos da influência linguística em AD, não se fala de qualquer linguística, mas do legado saussuriano em suas minúcias.

A *Análise Automática do Discurso* (2019; doravante AAD-69), livro datado de 1969, é a obra seminal de Pêcheux na AD. Logo nas primeiras páginas de seu texto, o autor cita nominalmente a importância do *CLG* e do deslocamento saussuriano nos estudos da linguística e do texto:

ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela se torna um objeto do qual uma ciência pode descrever *funcionamento* (PÊCHEUX, 2019, p. 18, grifos do autor).

A partir desse deslocamento, uma teoria da linguagem que pode ter seu funcionamento analisado e descrito, Pêcheux aponta em seus trabalhos para um espaço abandonado pela trajetória do cientificismo corrente na linguística de seu tempo. Ele vai se propor a trabalhar “no terreno deixado livre pela linguística”, visando examinar diferentes tipos de respostas a questionamentos como “o que quer dizer este texto?” e “que significação contém esse texto?” (PÊCHEUX, 2019, p. 19). Pode-se notar que, desde os primórdios da AD, a linguística saussuriana é parte do

panorama epistemológico irredutível e, ao mesmo tempo, é ponto de inflexão necessário para o desenvolvimento da teoria do discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 159-160).

Cabe aqui uma observação importante: é pacificado na AD seu estatuto como disciplina situada no entremeio conflituoso da tensão dos três campos que a constituem. Assim, ela não se constitui como uma colagem multidisciplinar das características chave dessas áreas. Dessa forma, podemos estender com tranquilidade o entendimento apresentado anteriormente acerca da linguística saussuriana para a psicanálise e o materialismo histórico, no entanto esses não são o foco e escopo deste trabalho.

Antes de prosseguirmos, faremos algumas ponderações sobre as opções teóricas, bem como sobre os nossos limites neste exercício de leitura mediada. Partimos do lançamento de uma nova edição da *AAD-69* no IX Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD 2019), o qual reacendeu a centelha do interesse da comunidade acadêmica nessa época da AD, a dita maquinaria discursivo-estrutural do período até 1975, resultando em tentativas de recontextualização de conceitos e abordagens. O efeito metafórico é um desses conceitos parcialmente relegados no período pós-maquinaria discursiva, pois, quando o processo de produção discursiva deixa de ser visto como fechado e autodeterminado em si mesmo, a ideia de estabilidade que permitia a justaposição das unidades é parcialmente desmontada. Como parte integrante da lógica de *software* concebida por Pêcheux, com o fim do analisador automático, as minúcias operacionais do conceito foram esvaziadas, sobrevivendo hoje, à comunidade acadêmica, somente na forma de uma construção vaga. Atermo-nos ao período da *AAD-69* nessa leitura mediada é um esforço tanto para nos inserirmos no movimento global de retomada desta, quanto para evitarmos a homogeneização decorrente de seu apagamento no passar dos anos.

Sob o risco de incidirmos neste artigo tanto em anacronismo quanto em projeção, também é imprescindível reiterarmos que não pretendemos, em momento algum, rastrear os percursos ou definir origens para qualquer construção. Os escritos foram descobertos apenas em 1996, de forma que não é possível legitimar qualquer posição teórico-metodológica de Pêcheux a partir de enunciados que ele nunca leu. Procuramos, neste artigo, tão somente efetuar uma justaposição crítica de partes da obra de Ferdinand de Saussure com a *AAD-69*, de Michel Pêcheux, num gesto de leitura mediado. Neste esforço, buscou-se sobretudo estabelecer um diálogo direto entre o “efeito metafórico” desenvolvido por Pêcheux e noções centrais em Saussure, como analogia e relações sintagmáticas e associativas, de forma a contribuirmos com os esforços de recontextualização dos conceitos e abordagens da *AAD-69*.

Para além do diálogo direto, é imprescindível advertir ao leitor sobre a recorrente presença transversal de conceitos, por exemplo, o valor linguístico, os estados de língua, dentre tantos outros. Reconhecemos o estatuto e o lugar precisos dos conceitos saussurianos, porém, mesmo que haja uma tentativa de delimitação do escopo, a organização da linguística saussuriana se estrutura firmemente em forma de uma rede complexa de relações interdependentes. No sistema saussuriano, a própria existência desses estatutos só pode ser concebida como o é, devido a esse imbricamento de colaboração mútua, em outras palavras, uma orquestra bem arranjada na qual cada verdade individualmente carrega em seu âmago toda a essência do pensamento saussuriano, pois:

parece impossível, de fato, dar preeminência a tal ou tal verdade da linguística, de maneira a fazer dela o ponto de partida central: mas há cinco ou seis verdades fundamentais tão ligadas entre si que se pode partir indiferentemente de uma ou de outra que se chegará logicamente a todas as outras e à mais ínfima ramificação das mesmas consequências, partindo de qualquer uma dentre elas (SAUSSURE, 2004, p. 23).

Tendo em vista a abrangência e a dispersão que a recepção das ideias de Saussure teve, e ainda tem, nas ciências humanas, conceber a influência de seu pensamento em autores posteriores se mostra uma tarefa de difícil execução. Dito isso, não se faz necessário limitarmo-nos àquilo que sabemos por meio de registros formais que um autor leu sobre o outro. Adotar essa limitação seria uma postura potencialmente equivocada e essencialmente redutora, pois nela se negligencia a rápida troca de conhecimentos e a atividade pulsante nas comunidades científicas, nos grupos acadêmicos e a fluida circulação de ideias que ocorria com vigor na primeira metade do século XX (KUHN, 2013). Especialmente quando se considera o caso de Ferdinand de Saussure e sua linguística, muito pouco de sua produção foi formalmente registrada. Não é a vulgata de 1916 (ou as edições comentadas), nem sua pequena bibliografia autográfica, tampouco os materiais achados posteriormente, que necessariamente refletem integralmente o pensamento do linguista. É devido à existência desse todo já-dito circulante do pensamento linguístico – ou seja, o fluxo de desenvolvimento dos paradigmas científicos, como desenvolvido por Kuhn (2013) – nessa temporalidade histórica do início do século XX que permite a instauração de desenvolvimentos paradigmáticos decorrentes, como: a edição do *CLG* por Charles Bally e Albert Sechehaye; os desdobramentos e proposições estruturalistas; as contribuições psicanalíticas no campo da linguagem; e a teoria de Michel Pêcheux. Inseridos neste panorama, concordamos e seguimos os questionamentos de Arrivé (2010) sobre como considerar a obra de Saussure:

é preciso levar em conta estritamente a versão padrão? Isso seria ficar cego diante de certos aspectos decisivos, apesar de seu relativo ocultamento, do pensamento de Saussure. Ou seria indispensável recorrer exclusivamente às fontes manuscritas? Isso seria, então, impedir-se de entender alguns aspectos da influência exercida pelo *Curso*. Não seria preferível levar em consideração, ao mesmo tempo, as duas tradições, não sem antes distingui-las com o máximo de rigor? (ARRIVÉ, 2010, p. 26, grifo do autor).

Ao se retornar aos clássicos e explorar as premissas teóricas basilares tanto em Ferdinand de Saussure quanto em Michel Pêcheux, arranja-se um movimento com propósito primordial de proporcionar uma compreensão expandida, mas ainda assim firmemente fundamentada do efeito metafórico à comunidade acadêmica da AD. Iniciaremos abaixo este que é um gesto de leitura mediado pelo diálogo íntimo com o material autográfico presente nos *Escritos de Linguística Geral* (2004) e, no entanto, sem nunca cogitar, como já apontado, renunciar ao *CLG* e suas numerosas contribuições ao campo.

ESTADO DE LÍNGUA COMO ANCORAGEM SEMÂNTICA NO JOGO DE DESLIZAMENTOS

Na formulação e estruturação desse campo singular que é a AD, Pêcheux se preocupa extensivamente com a ideia de fornecer um instrumento científico às ciências sociais. Nos trabalhos assinados em 1967 e 1968 sob o pseudônimo de Thomas Herbert, seu questionamento é centrado numa compreensão singular do estado, dito pré-científico, das ciências sociais e sua apropriação dos instrumentos científicos. Ao criticar duramente a psicologia social, ele lança mão de uma elaborada estratégia para sustentar, numa comunidade acadêmica de inclinação dissonante à sua, a tese de que metáfora e ideologia não são desvios, mas o próprio cerne da produção de sentidos. Na AAD-69, há o interesse explícito a respeito das problemáticas ao redor da semântica e da metáfora, tratadas nesse momento por meio da conceituação do efeito metafórico. Este, por sua vez, é peça essencial na maquinaria, pois permitirá “extrair os *domínios semânticos*” para analisar cada forma discursiva possível (PÊCHEUX, 2019, p. 63, grifo do autor). É somente no concatenamento desses esforços que seria possível delinear uma teoria completa na qual se esboçasse “uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 168) provocados na articulação e no uso dos diferentes discursos.

O efeito metafórico é um dos dispositivos desenvolvidos na trama conceitual interdependente da AD para operar sobre o seguinte enunciado: “sejam dois termos *x* e *y*, pertencentes a uma mesma categoria gramatical em uma língua dada \mathcal{L} . Existe pelo menos, um discurso no interior do qual *x* e *y* possam ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso?” (PÊCHEUX, 2019, p. 52, grifos do autor). É definido como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” pelo qual dois grupos de termos ou expressões “produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado mantendo a relação de sinonímia no discurso” (PÊCHEUX, 2019, p. 54).

Ao escolher prosseguir com a hipótese da substituição contextual – na qual substituições são possíveis somente às vezes – como regra geral, Pêcheux o faz em observância àquilo que considera ser “característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’” (PÊCHEUX, 2019, p. 54, grifo do autor). Assim, molda a teoria ao entender as muitas particularidades e limitações impostas pela fluidez do jogo de negatividades entre os valores no imbricado sistema ordenado dos signos linguísticos. A partir dessa asserção, podemos contribuir para um melhor entendimento, resgatando o questionamento e a subsequente discussão a respeito da natureza do objeto em linguística, elencados pelo próprio Saussure nos *Escritos de Linguística Geral* (2004):

Será que a lingüística encontra diante de si, como objeto primeiro e imediato, um objeto dado, um conjunto de coisas evidentes [...]? De maneira alguma e em momento algum [...]. Não há nenhuma entidade linguística, que possa ser dada, que seja dada imediatamente pelo sentido; nenhuma que exista fora da idéia que lhe possa ser vinculada; [...] não há nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa (SAUSSURE, 2004, p. 23).

Nem os objetos, tampouco os sentidos, podem ser dados *a priori* pois não existe uma amarração que os une de forma unívoca na natureza: é necessário que haja a vinculação dos significados e significantes, respeitando as relações vigentes do sistema dado, num momento específico. A própria significação é “apenas uma maneira de exprimir o valor de uma forma”

(SAUSSURE, 2004, p. 41), evidenciando o *status secundário* do sentido frente à constituição do sistema e suas relações. Há respaldo para essa constatação em Saussure ao expor que “o sentido pode variar numa medida infinita sem que o sentimento de unidade do signo seja, nem mesmo vagamente, atingido por essas variações” (SAUSSURE, 2004, p. 41). Em outras palavras, o reconhecimento de um estado de língua estabelecido é criado, respeitando o “princípio das OPOSIÇÕES, ou dos VALORES RECÍPROCOS, ou das QUANTIDADES NEGATIVAS e RELATIVAS” (SAUSSURE, 2004, p. 27, grifos do autor), engendrado no sistema de signos da língua.

Entretanto, é essencial reconhecer que, mesmo sem sentidos dados *a priori*, essas vinculações, ocorridas em dado estado de língua e respeitando as relações de negatividade, não significam que inexiste um ordenamento aceitável dentre o todo possível das relações. Na realidade, encontra-se exatamente o oposto:

de maneira geral, a língua repousa sobre um certo número de diferenças ou de oposições que ela reconhece, sem se preocupar essencialmente com o valor absoluto dos termos opostos, que poderá variar consideravelmente, sem que o estado de língua seja destruído (SAUSSURE, 2004, p. 37).

Por mais que a variação dos valores seja considerável, a própria língua não aceita qualquer diferença: ela impõe um limite das possibilidades reconhecíveis, limite esse que não é dado *a priori*, só podendo começar a ser delineado após análises. A conformação deste limite existe em um estado de língua, “um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima” (SAUSSURE, 1975, p. 119-120). Ou seja, podemos afirmar que a composição do sistema da língua com um estado bem delimitado das condições de produção é esse estado de língua, no qual é possível colocar em evidência pontos de ancoragem semânticos para o jogo de deslizamentos das metáforas.

RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E ASSOCIATIVAS E AS NECESSIDADES IRREMEDIÁVEIS ÀS SUBSTITUIÇÕES UM A UM

Consideradas as vastas possibilidades das relações de negatividade do valor em um único estado de língua, é improutivo buscar qualquer relação de sinônímia que transcendia entre estados diversos, pois desrespeitaria o que vimos anteriormente. Sendo cada estado radicalmente diferente um do outro, não há ponto de ancoragem comum que permita estabelecer algum parâmetro estável para se efetuarem comparações.

É sensato, então, abordar o objeto por outro panorama e tomar por regra geral que a substituição que preserva a interpretação original é uma dentre muitas possibilidades existentes e que, necessariamente, precisa ser comprovada no contexto dado. Pêcheux vai por esse caminho ao reconhecer as impossibilidades trazidas com as noções de vinculação de sentido dependentes de relações negativas, inexistência de significado *a priori* e impossibilidade de comparação entre estados de língua diversos.

Dessa forma, a existência de efeito metafórico entre termos de discursos diversos requer que eles possuam entre si “interpretação semântica idêntica”. Em outras palavras, para se provar a existência do efeito metafórico, duas necessidades devem ser atendidas: que os lexemas em

questão possuam “contexto comum de substituição” entre si e que os enunciados que os contêm tenham “posição funcional” similar frente a outro igual número de enunciados com interpretação semântica idêntica já estabelecida (PÊCHEUX, 2019, p. 59). Para ambas as necessidades, todos os discursos mobilizados (e suas respectivas materialidades, os enunciados) precisam partir de um mesmo processo de produção.

Na AAD-69, um processo de produção específico necessariamente implica a operação de composição entre as condições de produção e um sistema linguístico dado (PÊCHEUX, 2019, p. 45). Entendem-se condições de produção, conforme a AAD-69, como o fenômeno de funcionamento não integralmente linguístico pelo qual há a colocação dos protagonistas e do objeto no discurso (PÊCHEUX, 2019, p. 35). Satisfazemo-nos com essa definição devido ao recorte temporal e escopo material escolhidos para este artigo, bem como não ser nosso foco debater as minúcias das particularidades de outros elementos da rede conceitual da AD. Neste gesto de leitura mediado, a justaposição crítica nos permite deduzir que esse elemento limitador imposto foi projetado para proporcionar um espaço-tempo estável ao analista do discurso para operar com a língua na maquinaria discursiva da AAD-69 e tornar o efeito metafórico um constructo possível.

Propomos a exploração do “contexto comum de substituição”, retomando as relações associativas, ou como apresentada nos *Escritos de Linguística Geral* (2004): a “*paralelie* ou fala potencial, [...] regime no qual um elemento leva uma existência em meio a outros elementos possíveis” (SAUSSURE, 2004, p. 58, grifo do autor). As relações em *paralelie* são existências potenciais vinculadas sempre a uma dada presença concreta na língua, possibilidades num dado estado de língua, afinal “um signo em linguagem só existe pelo estrito fato da existência de outros” (SAUSSURE, 2004, p. 47). Pêcheux (2019, p. 55) reconhece essas realidades inescapáveis do signo e conforma sua teoria ao requisito imposto pela linguística saussuriana ao preconizar que qualquer operação de substituição ou equivalência na ordem do discurso deve sempre ser feita termo a termo, um a um, entre o presente e o potencial.

Buscando clarificar o nosso percurso até aqui, resgatemos de forma despretensiosa parte do exemplo de Pêcheux (2019, p. 61) no qual ele propõe a investigação sobre a ocorrência do efeito metafórico entre os termos “raio”, “tiro” e “clarão” dentro de um dado sintagma A:

(A1)	tiro
	↓
(A) (A2)	Um <u>clarão</u> atravessou a noite
	↑
(A3)	raio

O autor nos afirma que essas três possibilidades (a substituição no sintagma entre “raio”, “tiro” e “clarão”) preenchem a “condição de proximidade paradigmática”, visto que podem ser substituídas com êxito umas pelas outras nesse contexto comum (“atravessou a noite”), resultando em interpretação semântica idêntica em todas as combinações (A1, A2 e A3). O que permite isso é a relação associativa, já que todo e qualquer “termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida” (SAUSSURE, 1975, p. 146).

A respeito da “posição funcional” dos enunciados nos quais se inserem os termos, complementa Pêcheux (2019, p. 59) que esses lexemas precisam conseguir desempenhar o mesmo papel na estrutura interna dos enunciados com relação ao seu contexto imediato em cada um dos discursos em comparação. Essa restrição evidencia a necessidade de se levar em consideração as relações limitadas de função – internas ao enunciado e relativas à sintaxe –, bem como convoca um diálogo com a noção saussuriana de sintagma, pois segue a mesma forma básica deste: “um sintagma suscita [...] a idéia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos” (SAUSSURE, 1975, p. 146).

A função desempenhada decorre da posição do elemento em determinado ordenamento, é o engendramento no conjunto de regras permitidas pela estrutura da língua. Estabelecida a conexão, é possível verificar que as características básicas do sintagma delineiam as formas como posições funcionais semelhantes que podem ser observadas, sendo um retorno às relações de valor decorrentes de oposições: “Colocado num sintagma, um término só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos. [...] A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais têrmos igualmente presentes numa série efetiva” (SAUSSURE, 1975, p. 142-143, grifo nosso).

Considerando isso e voltando ao exemplo de Pêcheux (2019, p. 61), deve-se notar a dependência da relação entre possibilidades *in absentia* e sintagma posto, pois, quando incorporamos mais contexto, as relações discursivas se alteram:

(B1) O xerife avançava em direção ao *saloon*, um clarão atravessou a noite.

(B) ↑
 ↓

(B2) O xerife avançava em direção ao *saloon*, um tiro atravessou a noite.

Assim, o sintagma B1 poderia ter igual efeito metafórico que o sintagma B2. Porém, aqui a substituição associativa em A3 com “raio” já não possui mais interpretação semântica idêntica. Da mesma forma ocorre com o termo “tiro” de A1, se considerarmos o sintagma:

(C1) A tempestade ribombava, um clarão atravessou a noite.

(C) ↑
 ↓

(C2) A tempestade ribombava, um raio atravessou a noite.

Disto resulta o efeito metafórico de que “tiro = clarão” em B e que “clarão = raio” em C, mas que só se prova verdadeiro em cruzamentos específicos de relações sintagmáticas e associativas. Disso, Pêcheux (2019, p. 62) nos ensina que “as relações de interpretação semântica não são transitivas”, logo dizer que “tiro = clarão” e “clarão = raio” não implica que “tiro = raio”, pois, apesar de cumprida a “condição de proximidade paradigmática”, não está cumprida a “condição de identidade das posições funcionais”. Assim, a interpretação semântica em B é diferente da interpretação semântica em C.

Defendemos a associação direta com as relações em presença organizadas no sintagma quando considerada a atribuição de sentido desses lexemas, pois na “delimitação qualquer de outros termos existentes no mesmo momento [um termo] só assume *aquele* sentido no enunciado

específico pela delimitação imposta pela presença dos outros termos concomitantes na relação sintagmática” (SAUSSURE, 2004, p. 70, grifo do autor). Assim como os conceitos saussurianos são mutuamente interdependentes em sua concepção e uso, o mesmo se observa na relação dicotômica constituinte da “interpretação semântica idêntica” necessária ao efeito metafórico.

Ressaltamos o entendimento que a operação de composição presente no processo de produção comum aos discursos em análise fará com que as condições de produção ajam como elemento limitador perante o sistema linguístico. Isso imporá ao analista de discurso a necessidade de corretamente situar as condições de produção em análise em seu trabalho com a língua. A questão da conjuntura e a sua conexão material no espaço-tempo ressoa com a constatação, nos *Escritos de Linguística Geral* (2004), de que “há, em cada região do globo, um estado de língua que se transforma lentamente” (SAUSSURE, 2004, p. 134), mostrando que esse recorte não é, de forma alguma, descabido e que a relativa estabilidade do estado de língua também supõe um componente tanto geográfico quanto populacional. Desse modo, a operação de composição e a subsequente limitação que se impõe são arquitetadas por Pêcheux (2019) no reconhecimento de que a língua e seus elementos, como preconizados na linguística saussuriana, são indivisíveis e devem sempre ser tomados de empréstimo em sua totalidade.

OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO ESPÍRITO E A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA ATRAVÉS DA ANALOGIA E DOS ESQUECIMENTOS

Na relação entre dois discursos oriundos de um mesmo processo de produção, Pêcheux (2019, p. 62) nos adverte que é altamente improvável que o todo ali possível dos efeitos metafóricos seja equivalente, isomorfo. Uma possível intenção do sujeito falante não é um ponto de interesse no panorama epistemológico da AD. De fato, seu objeto se situa nos tensionamentos ocasionados pela sujeição constitutiva do psicológico – o dito espírito – no efeito de transparência presente na própria materialidade linguística em análise. Essa observação nos impõe que resgatemos as noções dos esquecimentos nº 1 e nº 2, conforme definido por Pêcheux e Fuchs (2014, p. 176-177), para traçarmos novos diálogos:

na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente, pode se dizer que esta zona [esquecimento] nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque [...] é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente *inconsciente* dela mesma (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 176-177).

Ou seja, o esquecimento nº 1 resulta que o sujeito acredita que tem controle sobre os sentidos que enuncia, e o esquecimento nº 2, que ele acredita que é fonte do seu dizer. A sintaxe da língua se impõe ao sujeito, que hesita, cerceia, adjetiva e precisa se corrigir enquanto enuncia para tentar conter deslizamentos próprios da fala (como o chiste e o zeugma). Esses deslizamentos evidenciam, no fio do discurso, aqueles elementos além de seu controle, que são dependentes dessa subjetividade e afetam singularmente o sentido do que está ali dito. É com

os esquecimentos nº 1 e nº 2 que ocorre o processo de composição do sistema linguístico com a Ideologia no qual o discurso adquire forma material. É nesse contínuo jogo de forças entre a língua, a Ideologia e o inconsciente que as relações entre os efeitos metafóricos dentro de um mesmo processo de produção se deformam e escorrem, dando origem, assim, a relações de dominância desiguais para essas metáforas.

Em nosso movimento de justaposição crítica, o prisma dessa mesma confluência pode ser explorado numa posição centrada na língua, nos *Escritos de Linguística Geral* (2004), quando encontramos que:

a linguagem é, a cada momento de sua existência um produto histórico, isso é evidente. Mas que, em momento algum da linguagem, esse produto histórico representa outra coisa que não seja o último compromisso que o espírito aceita com certos símbolos, eis aí uma verdade mais absoluta ainda, já que sem este último fato não haveria linguagem (SAUSSURE, 2004, p. 180).

Até um novo compromisso ser forjado, um processo de tensão para mudança e evolução vai se formando na figura das analogias: “eu quero lembrar, de dois agentes distintos, um psicológico, que se concentra na ‘operação de analogia’, o outro mecânico, fisiológico [...]” (SAUSSURE, 2004, p. 144-145). As operações de analogia se encontram na massa de falantes, “esse fenômeno [analogia] representa uma *associação de formas* no espírito, citada pela *associação das ideias representadas*” (SAUSSURE, 2004, p. 140, grifos do autor), que dominarão as associações das formas com as ideias, mesmo que cerceadas pelas regras do sistema. A evidência dessa interdependência é resgatável quando se admite que:

uma língua qualquer num momento qualquer nada mais é do que um vasto enredamento de formações analógicas, [...] esses fatos: não são fatos excepcionais ou anedóticos, não são *curiosidades* ou anomalias, mas a substância mais clara da linguagem, em qualquer parte e em qualquer época (SAUSSURE, 2004, p. 140-141, grifos do autor).

Se um estado de língua não é nada além desse “vasto enredamento de formações analógicas” – fruto das associações sancionadas pelo espírito – e está em constante reorganização e evolução – resultando em novos compromissos aceitos com certos símbolos –, é de se questionar: o polimorfismo das relações metafóricas pode ser intencionalmente controlado? Sendo essas relações da ordem do discurso parcialmente linguísticas, pode-se refletir:

os fatos lingüísticos podem ser tidos como resultado de atos de nossa vontade? Tal é, portanto, a questão. A ciência da linguagem, atual, lhe dá uma resposta afirmativa. Só que é preciso acrescentar, imediatamente, que há muitos graus, como sabemos, na vontade consciente ou inconsciente; ora, de todos os atos que se poderia por em paralelo, o ato lingüístico, se posso chamá-lo assim, tem a característica [de ser] o menos refletido, o menos premeditado e, ao mesmo tempo, o mais im-pessoal de todos (SAUSSURE, 2004, p. 132).

Mais do que mera convenção histórica, o sistema da língua impõe ao sujeito a submissão a um estado de interdependência, de forma que é só nos compromissos aceitos pelo espírito, em

cada estado de língua, que os símbolos são efetivamente aceitos e a linguagem efetivamente ganha vida. Como que por um pacto, é na aceitação e no reconhecimento de uso, em cada funcionamento da língua, que ela é materialmente situada numa temporalidade pela comunidade falante e sua subjetividade. Em um ciclo contínuo, o “discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima” (PÊCHEUX, 2019, p. 33-34), de forma que a Ideologia e o inconsciente estão sempre presentes, são assim partes constitutivas de cada estado de língua.

POR UM ESFORÇO DE FECHAMENTO

Explicamos estado de língua e efeito metafórico. Abordamos o processo pelo qual dois termos *x* e *y* quaisquer são submetidos ao teste das necessidades irremediáveis – posição funcional semelhante e condição de proximidade paradigmática – para que exista interpretação semântica idêntica entre eles, e dialogamos extensamente com as relações em presença (sintagmáticas) e em *paralelie* (associativas). Em seguida, explicamos os compromissos do espírito e seu papel na evolução da língua por meio das operações de analogia, tudo isso pautados nas relações extra sujeito constituintes dos sentidos.

Mediados pela teoria do discurso e seus meandros, propomos, neste gesto de leitura, explicitar que é somente com a estabilidade do estado de língua, como teorizada por Saussure, que podem ocorrer tanto as substituições contextuais do efeito metafórico quanto a atuação do espírito na própria evolução da língua. Assim, o processo de produção dos discursos possui conexão direta sempre com uma sincronia determinada, em relação que julgamos ser de dependência. Pois é nessa sincronia que “as propriedades gerais do signo podem ser consideradas” (SAUSSURE, 1975, p. 117) e na qual o analista pode se colocar “diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo”, abordando “necessariamente esse objeto por tal ou tal lado, que jamais será toda a linguagem” (SAUSSURE, 2004, p. 24).

O analista de discurso não é autorizado pela teoria pecheutiana da AAD-69 a reteorizar nem assimilar partes da linguística saussuriana e seu objeto, mas cabe a ele, em sua prática, operar com o todo do sistema da língua e condicionar uma perspectiva desse sistema a certa estabilidade para se ter o discurso fixado em sua base material. Dito isso, é impreterável que as prescrições teóricas concernentes tanto às condições de produção quanto ao sistema da língua sejam ambas obedecidas em sua integralidade pelo analista, pois somente dessa forma é que o tecido de elementos solidários se estrutura e permite que seja possível formular questões discursivas acerca do efeito metafórico e da evolução da língua. Dessa maneira, encaminhamo-nos a um efeito de fechamento dessa discussão.

No constructo montado por meio deste gesto de leitura mediado, evidenciamos que os processos inerentes ao efeito metafórico tensionam a relativa estabilidade do sistema da língua numa sincronia especificada. Na teoria do discurso, é inconcebível considerar a construção, a transformação, os esquemas de valor e as possibilidades de encadeamento semântico dos termos e suas significações como fatos meramente linguísticos, pois seria ignorar a presença constituinte da Ideologia e do inconsciente.

Dessa forma, o diálogo com as fontes autográficas nos *Escritos de Linguística Geral* (2004) foi especialmente proveitoso, pois, assim, tornou-se possível notarmos contribuições que

estreitam o laço entre a AD e a linguística saussuriana por uma via muito pouco ressaltada – os aspectos psicológicos, o dito espírito – os pontos de fuga mais próximos da fala, o ato individual do sujeito. Essa relevância é materialmente demarcada em várias instâncias nos escritos autográficos saussurianos, como bem explicitado na observação colocada entre parênteses por ele ao tratar de “forma”:

chama-se *forma* uma figura vocal que é determinada *para a consciência dos sujeitos falantes*. (A segunda menção é, na realidade, supérflua, porque *nada existe* além do que existe para a consciência; então, se uma figura vocal é determinada, ela o é imediatamente) (SAUSSURE, 2004, p. 47, grifos do autor).

Como já debatemos no curso deste artigo, a AD não se presta a absorver características de suas bases epistemológicas, mas funciona pelas frestas e pontos de deriva dessas teorias. Michel Pêcheux, como leitor atento de Ferdinand de Saussure, entendia bem o escopo e a abrangência do deslocamento saussuriano constitutivo da linguística moderna. Entretanto, como analistas do discurso, não podemos imputar à Saussure o que ele não disse, tampouco projetarmos em Pêcheux o que ele não teve acesso durante sua vivência nos círculos acadêmicos, como é o caso dos *Escritos de Linguística Geral* (2004).

Pêcheux não visava, com a AAD69, expandir a linguística, assim ele não a fragmenta, não a incorpora nem a reduz, mas a toma por inteiro como necessidade irremediável ao trabalho dos analistas do discurso. No caso específico, é parcialmente se aproveitando dos objetos de não-estudo, das descontinuidades e dos espaços vazios definidos na linguística saussuriana pelo CLG, a vulgata, que ele monta o panorama epistemológico para delinear o objeto da AD, o discurso. Essa conformação epistemológica era necessária para que fosse possível a criação de uma teoria que propusesse investigar, com base na língua, os processos de produção discursiva pelos quais os efeitos de sentido tanto se estabelecem quanto deslizam.

Fundado um campo no qual se tem como etapa primeira se debruçar sobre o sistema da língua para sua prática, toma-se que “para cada ordem, com efeito, sente-se a necessidade de determinar o objeto; e, para determiná-lo, recorre-se, maquinamente, a uma segunda ordem” (SAUSSURE, 2004, p. 27). O discurso como objeto só pode ser mais bem determinado e compreendido quando o pesquisador, em sua prática-teórica, toma nota das minúcias dessas outras ordens que estão ali colocadas no campo, sendo elas tomadas como base epistemológica ou então como pontos de inflexão. Assim, é relevante traçar diálogos com esses diferentes “Saussures” quando buscamos nos inserir neste esforço de renovação do interesse pela AAD69 frente à comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, Michel. **Em busca de Ferdinand de Saussure.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010 [2007]. 253 p.
- GADET, Françoise *et al.* Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada aos estudos dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel**

Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1990]. 5. ed. 320 p. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.*

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 12. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1962]. 323 p.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso.** Tradução de Eni Pulccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019 [1969].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1990]. 5. ed. 320 p.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 1975 [1916], 279 p. 7. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de linguística geral.** Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004 [2002]. Organização de Simon Bouquet e Rudolf Engler.

Recebido em: jun. 2020.

Aceito em: set. 2020.

COMO TRABALHAR (N)A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E DIREITO NO BRASIL? CAMINHOS, DESAFIOS – E UMA QUESTÃO DE CLASSE

HOW TO WORK (ON) THE RELATIONSHIP BETWEEN LINGUISTICS AND LAW IN BRAZIL? PATHS, CHALLENGES – AND A CLASS ISSUE

Jael Sânera Sigales-Gonçalves*

Unicamp

Resumo: Este artigo objetiva expor caminhos e desafios para o trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional na/da relação entre a Linguística e o Direito. Primeiramente, identificam-se e distinguem-se três caminhos principais na definição de objetos linguístico-jurídicos: Linguística Forense; fala-em-interação e análises do discurso em contexto jurídico; e Direito Linguístico. A partir dessa identificação, destacamos desafios que podem ser enfrentados e, por fim, refletimos sobre uma questão de classe: como ocupar o lugar do “linguista” nos trabalhos possíveis na/da relação entre a Linguística e o Direito.

Palavras-Chave: Linguística Forense. Fonética Forense. Interação em contextos legais. Análise do Discurso Jurídico e Linguagem Jurídica. Direitos Linguísticos.

Abstract: This article aims to expose the primary paths and challenges for academic-scientific and/or technical-professional work in/of the relationship between Linguistics and Law. First, three main paths are identified and distinguished in the definition of linguistic-legal objects: Forensic Linguistics; speech-in-interaction and discourse analysis in a legal context; and Linguistic Rights. Based on this identification, we highlight possibly faced challenges and, finally, we reflect on a class issue: how to occupy the place of the “linguist” in the possible works in/of the relationship between Linguistics and Law.

Keywords: Forensic Linguistics. Forensic Phonetics. Interaction in legal contexts. Analysis of Legal Discourse and Legal Language. Linguistic Rights.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem o objetivo de refletir acerca do seguinte questionamento: como trabalhar (n)a relação entre Linguística e Direito?¹ A formulação dessa questão reflete duas preocupações. A primeira diz respeito ao *trabalho profissional* na relação entre a Linguística e o Direito, e a segunda preocupação está relacionada ao *trabalho teórico* da relação entre a Linguística e o seu objeto, a língua, e a ciência jurídica e o seu objeto, o direito.

*Doutora, Mestre e Licenciada em Letras; Mestre e Bacharel em Direito. E-mail: jaelgoncalves@gmail.com.

¹Versão deste texto foi apresentada em palestra ministrada em 17 de maio de 2019 no Laboratório de Teoria e Análise Linguística (LABTAL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Nossos pontos de partida para esta reflexão são dois documentos recentemente editados no Brasil: o Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019;² e o Despacho SEI nº 9087621, de 3 de maio de 2019 do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.³ Os dois documentos têm em comum o fato de regularem o uso da língua, e essa coincidência entre o jurídico e o linguístico nos motiva a tomá-los como *objetos linguístico-jurídicos*. Compreendemos objetos linguístico-jurídicos como objetos relativos a fatos de língua (objeto linguístico) levados à esfera jurídica (objeto jurídico), seja para a aplicação na transformação de práticas de instituições jurídicas e de operadores do direito, seja para a compreensão da estrutura e do funcionamento do Direito.

O Decreto presidencial regula o uso das formas de tratamento entre agentes públicos da administração pública federal e determina que o pronome “senhor” é o único que pode ser utilizado nesse âmbito, independentemente de nível hierárquico. O ato normativo proíbe, portanto, o uso das formas conhecidas *Vossa Excelência, Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre, ilustríssimo, digno, digníssimo e respeitável*. Já o Despacho SEI nº 908761 é uma manifestação por meio da qual o Ministério da Saúde posiciona-se contra o emprego da expressão *violência obstétrica*. Nosso objetivo neste trabalho não é analisar esses objetos linguístico-jurídicos, mas partir deles para dar contorno à pergunta central da nossa reflexão e apresentar caminhos e desafios impostos à ocupação, pelo linguista, do seu lugar profissional e teórico nessas práticas institucionais que põem em contato a ciência linguística e a ciência jurídica.

Para tanto, primeiramente, identificamos e distinguimos três caminhos na definição de objetos linguístico-jurídicos: a Linguística Forense; a interação em contextos jurídicos e as análises do discurso jurídico; e o Direito Linguístico. Desde já, salientamos que apontamos esses três caminhos a partir da nossa experiência acadêmico-científica e técnico-profissional na articulação entre a Linguagem e o Direito; não se trata, portanto, de um rol taxativo ou exaustivo que pretenda esgotar as possibilidades dessa articulação. A partir dos caminhos traçados, apontamos desafios enfrentados no trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional na articulação entre a Linguística e o Direito, formulando-nos no interior de reflexão sobre a questão de classe que os envolve.

Neste trabalho, concentramo-nos no que se tem produzido mais recentemente na literatura brasileira sobre essa articulação, mas isso não significa que o trabalho na relação entre Linguagem e Direito seja recente no Brasil. Pelo contrário, já nas décadas de 80 e 90 se podem identificar estudos nesse entremeio, como os de Virgínia Colares, Valda de Oliveira Fagundes, Edson Carlos Romualdo e Ricardo Molina, indicando a existência de uma tradição dos estudos da relação entre Linguagem e Direito na literatura brasileira. Na esteira dessa tradição, desde os anos 2000 está em funcionamento o Grupo de Pesquisa Linguagem & Direito, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), sob a coordenação de Virgínia Colares; em 2012, foi criada a Associação Linguagem e Direito (ALIDI), que em 2013 promoveu sua primeira conferência internacional.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

³ Disponível em: https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=9087621&codigo_crc=1A6F34C4&hash_download=c4c55cd95ede706d0b729845a5d6481d07e735f33d87d40984dd1b39a32d870fe89dcf1014bc76a32d2a28d8f0a2c5ab928ff165c67d8219e35beb1a0adb3258&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 10 maio 2019.

Assim, os caminhos, desafios e questões que propomos atravessam o trabalho na/da relação entre a Linguística e o Direito; não são, portanto, exaustivos nem excludentes entre si. Sem pretender enfrentar transversalmente os pontos aqui lançados, este texto está voltado principalmente a estudantes e profissionais das Letras, da Linguística e do Direito que tenham interesse acadêmico-científico e/ou técnico-profissional de trabalhar (n)a relação entre esses dois campos.

LINGUÍSTICA FORENSE: A LÍNGUA COMO PROVA PARA A RESOLUÇÃO DA DISPUTA JURÍDICA

Antes de justificá-la e de apresentar algumas de suas possíveis aplicações, fazemos uma breve apresentação da Linguística Forense e de outras definições de escopo possíveis assim como um apanhado da institucionalização da disciplina – centros de pesquisa e trabalho no Brasil e no exterior, associações e eventos.

Malcolm Coulthard e Alison Johnson, na primeira edição de *Uma introdução à Linguística Forense: Língua em evidência*,⁴ de 2007, apresentam um breve histórico da Linguística Forense. Reconhecendo que, em 1949, a expressão “Inglês forense” já circulara no livro *Linguagem e Direito: a Semântica do Inglês forense*,⁵ de F. A. Philbrick, sobre *legal English*, os autores reportam a emergência da área ao trabalho *As declarações de Evans: um caso para a Linguística Forense*,⁶ de Jan Svartvik, publicado em 1968:

Nesse trabalho, ele demonstrou que partes contestadas e incriminadoras de uma série de quatro declarações feitas por Timothy Evans a policiais sobre as mortes de sua esposa e filha tinham um estilo gramatical metricamente diferente daquele de partes não contestadas das declarações e assim nasceu uma nova área de perícia forense. (COULTHARD; JOHNSON, 2007, p. 5).⁷

Esse trabalho de Philbrick não inaugurou, no entanto, a expansão rápida de trabalhos em Linguística Forense, a disciplinarização ou o desenvolvimento de uma metodologia própria da área (COULTHARD; JOHNSON, 2007). Segundo os autores, foi a partir do início dos anos 1990 que as instâncias judiciais de diferentes países passaram a evocar a expertise de linguistas, o que levou ao desenvolvimento de metodologia e de um corpo de profissionais que passaram a atuar profissionalmente no campo. No contexto dessa profissionalização, Coulthard e Johnson (2007) mencionam a existência de duas associações profissionais – a *Associação Internacional de Linguística Forense*⁸ (IAFL) e a *Associação Internacional para a Fonética e Acústica Forense*⁹ (IAFPA) – e o lançamento do periódico *Forensic Linguistics*, em 1994, renomeado para *The International Journal of Speech, Language and the Law* em 2003.

⁴No original: *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*.

⁵No original: *Language and Law: the Semantics of Forensic English*.

⁶No original: *The Evans Statements: A Case for Forensic Linguistics*.

⁷No original: *In it he demonstrated that disputed and incriminating parts of a series of four statements which had been made to police officers by Timothy Evans about the deaths of his wife and baby daughter, had a grammatical style measurably different from that of uncontested parts of the statements and thus a new area of forensic expertise was born.*

⁸No original: *International Association of Forensic Linguists*.

⁹No original: *International Association for Forensic Phonetics and Acoustics*.

Além de nos apresentar esse breve histórico, a divisão da primeira edição de *Uma introdução à Linguística Forense: língua em evidência*, dividida em *Part I – The language of the legal process* e em *Part II – Language as evidence*, indica que a Linguística Forense pode ser dividida em dois temas, a linguagem do processo legal e a linguagem como prova, os quais contemplam os seguintes objetos, relacionados tanto à linguagem escrita como à linguagem falada:

A linguagem de documentos legais; a linguagem de policiais e operadores do direito; entrevistas com crianças e testemunhas vulneráveis no sistema legal; interação em contextos legais; prova linguística e depoimento como testemunha especializada em contextos legais; atribuição de autoria e plágio; fonética forense e identificação de falante (COULTHARD; JOHNSON, 2007, p. 5).¹⁰

A bipartição que dividia a Linguística Forense em linguagem do processo legal e linguagem como prova foi revista pelos autores em *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*, de 2010, no qual se propôs uma divisão tripartite para a disciplina:

Essa distinção binária obscurecia as fronteiras entre linguagem escrita e linguagem falada e há várias boas razões para agora subdividir o campo em três áreas: i) o estudo da linguagem escrita do direito; ii) o estudo da interação no processo judicial, que em casos criminais inclui tudo desde a chamada inicial para os serviços de emergência até o sentenciamento de alguém que tenha sido considerado culpado; e iii) a descrição do trabalho do linguista forense quando este atuar como uma testemunha especializada (COULTHARD; JOHNSON, 2010, p. 7).¹¹

Em sentido amplo, então, podemos dizer a partir dos autores que a Linguística Forense é uma disciplina aplicada da Linguística que busca intervenções em diferentes práticas do mundo jurídico e se divide no estudo (i) da linguagem do direito; (ii) das interações em contextos jurídicos; e (iii) da possibilidade de uso da língua oral e/ou escrita como prova para a resolução de disputas jurídicas. Neste trabalho, assumimos sob a designação “Linguística Forense” o campo específico que toma o conhecimento linguístico como prova na resolução de disputas jurídicas; os demais elementos da tripartição proposta por Coulthard e Johnson (2010) são tratados por nós sob o escopo amplo das relações possíveis entre a linguagem e o direito.

Podemos didaticamente dividir a possibilidade de uso da língua como prova para a resolução de disputas jurídicas entre os trabalhos de Linguística Forense propriamente dita, que tomam predominantemente o material escrito, e os trabalhos de Fonética Forense, que tomam

¹⁰ No original: *The language of legal documents; the language of the police and law enforcement; interviews with children and vulnerable witnesses in the legal system; courtroom interaction; linguistic evidence and expert witness testimony in courtrooms; authorship attribution and plagiarism; forensic phonetics and speaker identification*. Sobre essa tradução, chamamos a atenção para dois aspectos: preferimos traduzir “courtrooms” para “contextos jurídicos”, no lugar de “tribunais” ou “salas de audiência”, porque assumimos que o material linguístico para o trabalho do linguista pode advir de múltiplos contextos jurídicos, que podem ou não ser judiciais e/ou legais; preferimos traduzir “evidence” para “prova”, porque entendemos que essa palavra tem mais circulação no contexto jurídico probatório brasileiro.

¹¹ No original: *This binary distinction blurred the boundary between written and spoken language and there are several good reasons for now sub-dividing the field into three areas: i) the study of the written language of the law; ii) the study of interaction in the legal process, which in criminal cases includes everything from an initial call to the emergency services to the sentencing of someone who has been found guilty; and iii) the description of the work of the forensic linguist when acting as an expert witness*.

predominantemente o material sonoro. Abordaremos as distinções entre ambas tão logo tenhamos apresentado exemplos de uma e de outra.

LÍNGUA ESCRITA COMO PROVA

Reconhecida como possibilidade de atuação na Linguística Forense, a análise da língua escrita como meio de prova em contexto jurídico brasileiro é bem ilustrada em casos de atribuição de autoria (ALMEIDA, 2015) e verificação de plágio (SOUZA-SILVA; ABREU, 2015), de tradução (FRÖHLICH, 2014) e de disputa por nomes de marcas (*trademarks*).

A disputa entre as marcas *Dove vs. Dave*, julgada no Recurso Especial do Processo nº 2011.00.27392-9, já é conhecida na literatura (COULTHARD; JOHNSON; WRIGHT, 2016), e a ela se juntam as disputas entre as marcas *Vanish vs. Vantage* (Processo nº 2011.0223769-3), *Corpelle vs. Cortelle* (Processo nº 2012.01.87813-1) e *Aerolite vs. Aeroyte* (Processo nº 0014689-72.1991.4.02.0000).¹²

A análise do caso *Vanish vs. Vantage* contribui para observar o lugar do conhecimento linguístico e do linguista no trabalho técnico-profissional como especialista – *expert, perito* – na relação entre Linguística e Direito no Brasil. Nesse caso, a questão linguístico-jurídica a ser respondida no contexto jurídico é a seguinte: considerando que ambos os nomes dizem respeito a produtos no ramo de alvejantes de roupas, a diferença entre as palavras *vanish* e *vantage* leva o consumidor do produto da marca mais famosa – *Vanish* – a se confundir e a consumir por equívoco o produto da marca menos famosa – *Vantage*?

A resposta a essa questão foi dada pelo Relator:

Efetivamente, seja no que diz respeito à grafia, seja no que se refere à fonética dos vocábulos em confronto, não se constata qualquer similaridade, apta a induzir a erro o consumidor; II - No ponto, as ora recorrentes, apegam-se ao fato de que os vocábulos em cotejo possuem as três primeiras letras iguais, o que, em sua compreensão, gráfica e foneticamente em muito os aproximaria. [...] Aliás, decompondo-se em sílabas os vocábulos, percebe-se que as três primeiras letras, no vocábulo ‘vantage’, integram a primeira sílaba, enquanto na palavra ‘vanish’, diversamente, a primeira sílaba é composta apenas pelas duas primeiras letras ‘va’. Tal constatação, é certo, tem relevância na própria fonética dos vocábulos, cuja distinção, da mesma forma, revela-se bem evidenciada na compreensão deste Relator, quando se pronuncia: “VÉNICH” e “VÂNTAGE” (BRASIL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Recurso Especial 1284971/SP; 2011/0223769-3, grifos nossos).

Destacamos no trecho da decisão algumas afirmações feitas pelo Relator sobre a estrutura da língua portuguesa e o seu funcionamento na oposição das palavras *Vanish* e *Vântage*: o Relator assume que as três primeiras letras de cada palavra são iguais – *van* –; “decompõe” os

¹² Incentivamos os interessados a um *trabalho acadêmico-científico* sobre os processos judiciais mencionados, principalmente à luz de literatura em Linguística Forense dedicada à questão da disputa de marcas, como Shuy (2002), em *Linguistic Battles in Trademark Disputes*, e Coulthard, Johnson e Wright (2017), em *An Introduction to Forensic Linguistics: language in evidence*, em que os autores dedicam um capítulo a tratar da importância do aspecto morfológico e fonético na abordagem do tema. Os autores indicam casos marcantes em diferentes países e reportam literatura internacional de interesse para o trabalho na questão.

vocábulos em sílabas; constata que, em *Vanish*, as três primeiras letras se distribuem em duas sílabas diferentes – va. e ni. –, enquanto em *Vantage* se concentram na primeira sílaba – *van.*; relaciona essa constatação à “própria fonética dos vocábulos”, ao fazer um rápido autoteste de “compreensão” ao pronunciar os dois vocábulos – e transcrevê-los logo ao final.

Essa decisão mostra, de um lado, a importância do conhecimento linguístico para a solução de controvérsias em caso de disputa de marcas no Brasil; de outro, o julgado flagra a situação típica em que o jurista – nesse caso, o julgador Relator – atua como *expert*, como especialista em linguagem – em léxico, em morfofonologia, fonética acústica, em fonética perceptual. No entanto, não há qualquer indicação de que um profissional com formação linguística tenha *trabalhado* na produção da decisão.

FONÉTICA FORENSE

Casos como esses de disputa judicial por nomes de marca mostram que o trabalho em Linguística Forense mobiliza uma multiplicidade de níveis de análise linguística para a descrição e a análise de objetos linguístico-jurídicos. Quando o material linguístico a ser considerado como prova é eminentemente sonoro, situa-se o trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional no âmbito da Fonética Forense.

Como já mencionamos, a Fonética Forense tem uma associação internacional própria, a IAFPA, criada em 1991 e que, desde 1992, anualmente reúne profissionais forenses que analisam a voz, a fala e gravações de áudio. No Brasil, desde o trabalho seminal de Ricardo Molina de Figueiredo, em 1993, sobre aspectos teóricos e metodológicos da identificação de falantes com dados do português, a institucionalização de pesquisas na área ganhou impulso a partir dos anos 2000. Destacam-se trabalhos realizados e orientados por Cláudia Brescancini na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); por Maria Lúcia Gomes na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); por Plínio Barbosa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e por Sandra Madureira e Zuleica Camargo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

Nesse contexto, a Fonética Forense brasileira tem dado conta de diferentes preocupações, como da apresentação da área em si (GOMES; CARNEIRO, 2014), das contribuições da Sociofonética à comparação de locutores (GONÇALVES; BRESCANCINI, 2014), dos aspectos fonético-acústicos do disfarce na voz (GOMES; CARNEIRO; DRESCH, 2016), do uso de técnicas acústicas para verificação de locutor (MACHADO; BARBOSA, 2014), do efeito do telefone celular no sinal de fala (PASSETTI; BARBOSA, 2015); das características prosódicas de diferentes variedades dialetais do português (CONSTANTINI; BARBOSA, 2015); da percepção da qualidade de voz em contexto de verificação de falante (VIEIRA, 2018).

É importante refletir, diante desses trabalhos acadêmico-científicos que se têm realizado, se as instituições jurídicas e os operadores do Direito têm se valido desses conhecimentos e de especialistas na área quando a disputa envolve o aspecto fonético. A análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aponta a predominância nessa instância judiciária de disputas sobre a necessidade ou não de transcrição do inteiro teor dos materiais de áudio, sobre a necessidade ou não de realização de perícia de voz e sobre a realização de transcrição ou perícia por profissional especializado (SIGALES-GONÇALVES, 2015).

A decisão no Recurso Especial nº1.501.855-PR julgado pelo STJ em 2017 em ação penal em que os réus foram processados por tráfico internacional de drogas e por associação para a prática de tráfico internacional de drogas ilustra essa disputa,¹³ que envolvia agentes do Paraguai e do Brasil. Entre outras alegações, os réus argumentaram em favor da nulidade das provas obtidas via interceptação telefônica porque não foi realizada perícia e porque os diálogos obtidos não foram integralmente transcritos e a tradução para o português das interceptações telefônicas de conversas realizadas em guarani foi feita por agentes policiais paraguaios nomeados *ad hoc* pela autoridade policial, e não por tradutor público ou juramentado ou nomeado pelo juiz.

Sobre a alegação dos réus de que deveria ter havido perícia no material de áudio, destacamos o seguinte trecho da decisão do recurso:

É descabido falar em nulidade nas degravações ou traduções dos diálogos interceptados. Nos termos da Lei n. 9.296/1996 e segundo precedentes desta Corte Superior, **por não se tratar de perícia**, não é exigido que sejam feitas por peritos oficiais ou de que seja prestado compromisso (BRASIL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Recurso Especial nº1.501.855-PR, grifos nossos).

Esse trecho da decisão nos mostra a posição do STJ no sentido de entender prescindível a realização de perícia sobre material de áudio obtido via interceptação telefônica, sustentado no argumento de que inexiste obrigação legal de fazê-lo. Não é, portanto, a natureza do material linguístico de áudio e/ou o parecer de um profissional especializado em Fonética Forense que justificam a decisão pela não realização de perícia. Nesse mesmo sentido, segue a decisão ao tratar do fato de a transcrição e a tradução dos áudios do guarani terem sido feitas por agentes policiais:

São válidas, portanto, as degravações e traduções efetivadas pelos agentes da polícia paraguaia que atuavam em conjunto com a Polícia Federal brasileira, por força de convênio entre os dois países. Além disso, nesse ponto, extrai-se, também, do acórdão recorrido (fl. 19.853): 2.11. [...] Assim como cabe aos agentes policiais realizar a degravação dos áudios interceptados e não a peritos, **descabe exigir peritos ou tradutores oficiais para tradução dos diálogos interceptados em outra língua para o português. Razoável o emprego de agentes policiais paraguaios com domínio da língua. Vislumbro, aliás, dificuldade para que fosse encontrado no Brasil algum tradutor oficial do guarani para o português.** Ademais, os questionamentos feitos pelas Defesas a esse respeito são **meramente formais**. Tendo elas acesso aos áudios em guarani, deveriam, se há algum problema na tradução, apontar os erros substanciais, não se justificando mera impugnação de forma. Sendo os diálogos em guarani dos próprios acusados, é evidente que qualquer erro de tradução seria facilmente identificado. No ponto, o magistrado sentenciante bem tratou do tema: ‘Os agentes paraguaios não têm interesse na causa, inexistindo razões para se levantar sua suspeição ou impedimento. Assumiram a função por nomeação nos autos e interceptação telefônica, por força do vínculo funcional entre as forças de polícia paraguaia e brasileira. **É certo que ligeiras variações linguísticas entre orações, períodos e trechos entre o idioma ‘guaraní’ e a sua tradução para o espanhol/português podem, em tese, até ser**

¹³ Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201403296318&dt_publicacao=30/05/2017. Acesso em: 10 maio 2019.

admitidas. No caso dos autos, porém, as defesas não contestam a essência dos diálogos, **apenas detalhes na migração das falas de um idioma para outro.** Neste contexto, não há nulidade no presente caso quanto a tradução de áudios. [...]’ (fl. 60 da sentença) (BRASIL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Recurso Especial nº 1.501.855-PR, grifos nossos).

Destacamos na decisão trechos em que os magistrados de diferentes instâncias processuais do caso se manifestam claramente acerca da questão linguística que envolve a transcrição e a tradução do material de áudio no processo. Não há o que se questionar em relação à complexidade da tarefa de transcrever e traduzir do guarani para o português material de áudio captado em interceptação telefônica. Juntam-se à possível baixa qualidade do sinal aspectos lexicais, sintáticos, morfológicos e fonético-fonológicos do trabalho no contato entre os dois sistemas linguísticos. É razoável que se cogite a atuação de um profissional especializado nas línguas em questão e, ainda mais, na tarefa de transcrição e tradução entre tais línguas.

Diferentemente, os juristas entenderam pela prescindibilidade da atuação de especialistas na questão e da razoabilidade de que o trabalho fosse feito por agentes policiais “com domínio da língua”. Não há indicações no processo de qual tenha sido o critério utilizado para aferir esse domínio, nem tampouco a fonte para autorizar a afirmação de que seria difícil encontrar no Brasil tradutor oficial do guarani para o português.¹⁴ Também, não é claro na decisão o que se entende por “ligeiras variações linguísticas” entre as línguas e qual a medida para admiti-las ou não na tarefa de “migração das falas de um idioma para outro”.

Esse caso envolvendo tema de interesse da Fonética Forense assim como o da disputa entre os nomes de marca mostram caminhos do linguista na Linguística Forense, de modo a lançar mão do conhecimento linguístico especializado adquirido por meio de *trabalho acadêmico-científico* para auxiliar a justiça com o *trabalho técnico-profissional* na produção de provas em contextos jurídicos. Em ambas as decisões, os juristas se pronunciaram acerca da língua sem fazer referência a qualquer profissional especializado nos temas em questão. Apontado o caminho, emerge o desafio do convencimento dos juristas de que há profissionais especialistas em língua, que podem oferecer referência científica às decisões relativas a objetos linguístico-jurídicos em disputas.

A seguir, tratamos de outro caminho que entendemos aberto no trabalho na/da relação Linguística e Direito no Brasil, o das interações em contextos legais que, sob diferentes aportes teóricos e metodológicos, podemos observar em análises da conversa e em análises do discurso jurídico.

INTERAÇÃO EM CONTEXTOS LEGAIS E ANÁLISES DO DISCURSO JURÍDICO

Não necessariamente a descrição e a análise da língua em contextos jurídicos está relacionada à produção de provas. Pode ser do interesse do profissional um trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional de descrição e análise do funcionamento das diferentes práticas discursivas possíveis nas instituições jurídicas e entre os operadores do direito. Essa busca por compreender o funcionamento da linguagem jurídica pode ou não pretender transformar

¹⁴ Para referências de linguistas especialistas em línguas indígenas no Brasil, ver Ivo (2018), em tese intitulada *Características fonéticas e fonologia do guarani no Brasil*.

as práticas institucionais, e isso depende das filiações teórico-metodológicas e dos recortes específicos operados pelos especialistas.

São muitas as instituições e os agentes entre os quais pode haver interações relacionadas ao contexto jurídico. Essas interações não se restringem, portanto, às salas e às audiências de julgamento, mas ocorrem em múltiplos espaços institucionais e situações. Ilustram esse caminho estudos de fala-em-interação social em contextos institucionais no Brasil, entre os quais se podem mencionar os trabalhos sobre interações telefônicas entre usuários e agentes dos serviços de emergência 190 (DEL CORONA, 2011; DEL CORONA; OSTERMANN, 2013), interações nos interrogatórios policiais (KONRAD, 2018) e interações em audiências de conciliação, mediação e outras formas consensuais de resolução de conflitos jurídicos (GAGO, 2017).

É importante considerar que o Novo Código de Processo Civil brasileiro, de 2015, estimula a conciliação, a mediação e outros métodos de solução de conflitos. Na esteira dessa busca por soluções alternativas ao protagonismo do litígio judicializado no Brasil, tem havido iniciativas institucionais de implementação da justiça restaurativa, como via alternativa ou concorrente do processo criminal convencionalmente adotado pela justiça criminal.

A justiça restaurativa é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como processo no qual todas as pessoas afetadas pela infração penal – vítima, infrator, familiares, amigos, membros da comunidade, por exemplo – atuam, com auxílio de facilitadores, para a resolução do conflito e de suas consequências, fundamentalmente pautados no diálogo (IRIBARREM, 2019).¹⁵ A observação de casos de justiça restaurativa já conduzidos no Brasil evidencia a importância da fala-em-interação nessas práticas institucionais.¹⁶ Trata-se, portanto, de contexto jurídico em que o trabalho acadêmico-científico do linguista especializado em fala-em-interação em contextos institucionais jurídicos brasileiros deve ser tomado como altamente relevante, principalmente ao se pensarem as possibilidades de aplicação de seus resultados para a transformação de práticas institucionais.

Se essa possibilidade de trabalho na/da relação entre Linguística e Direito toma como objeto linguístico-jurídico a fala em interação, há diferentes correntes teórico-metodológicas de análises de discurso que tomam como objeto o discurso.¹⁷ Podemos dividir as diferentes correntes de análises de discurso que têm sido mobilizadas por pesquisadores brasileiros em Análises de Discurso de matriz anglo-saxã e Análises de Discurso de matriz francesa.

Estudos discursivos brasileiros que se identificam com a área Linguística Forense filiam-se à Análise Crítica do Discurso (ACD), de matriz anglo-saxã, principalmente a trabalhada nos termos de Norman Fairclough. Ancorada na ACD, a Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ) (COLARES, 2011) tem se ocupado de analisar diferentes objetos linguístico-jurídicos envoltos

¹⁵ Sobre a justiça restaurativa no Brasil, ver *Justiça Restaurativa e prisões: uma perspectiva de combate e prevenção à violência institucional*, de Aline Iribarrem (2019). Por lá, obtemos informações sobre a regulação da justiça restaurativa no país, como a existência do Projeto de Lei nº 7.006/2006 – para alterar o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei dos Juizados Especiais, da Resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário –, e do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

¹⁶ Recomendamos aos interessados assistir aos casos exibidos na edição de 31 de outubro de 2018 do programa de televisão Profissão Repórter.

¹⁷ Não é objetivo deste trabalho detalhar o que diferencia os estudos discursivos que se identificam ou não com a disciplina “Linguística Forense”. Esse detalhamento exige investimento de cunho epistemológico e teórico sobre como tais trabalhos mobilizam as noções de “língua”, de “direito” e, propriamente, de “discurso”, o que deve ser feito em trabalhos futuros.

no contexto institucional brasileiro, como decisões judiciais (BRAGATO; COLARES, 2017) e projetos de lei (COLARES; COSTA, 2018). Também se identificam à Linguística Forense trabalhos vinculados à análise do discurso escrito de base interacionista e etnometodológica, dedicados a decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (PÁDUA, 2017).

Outros trabalhos também identificados com a Linguística Forense se filiam a perspectivas discursivas e argumentativas consideradas de matriz francesa, fundadas em autores como Ruth Amossy, Dominique Maingueneau, Patrick Charadeau e Michel Foucault, e tratam de distintos objetos linguístico-jurídicos: das imagens discursivas do perito em contexto de quesitação (AZZARITTI *et al.*, 2014); das estratégias argumentativas em crimes de extorsão (SILVA; MELO, 2013); da construção da imagem de refugiado na legislação e na mídia (CORRÊA, 2018).

Muitos trabalhos acadêmico-científicos sobre o discurso jurídico também têm sido realizados sob a perspectiva da Análise materialista de Discurso, de Michel Pêcheux, sem se identificarem com a área da Linguística Forense. Com essa filiação, podem-se considerar análises materialistas do discurso realizadas na articulação entre Linguística e Direito não apenas trabalhos que tomam para análise práticas discursivas realizadas no interior de instituições judiciais, mas também estudos dedicados à compreensão das sobredeterminações operadas na/pela instância jurídica em diferentes práticas sociais e discursivas e dos processos de constituição do sujeito de direito na sociabilidade capitalista.

Ilustram essa perspectiva um conjunto de estudos debruçados sobre diferentes objetos de análise: o funcionamento do juridismo do cotidiano como resistência do sujeito-de-direito (LAGAZZI, 1987) e da resistência do sujeito no espaço discursivo dos assentamentos do Movimento Sem Terra (LAGAZZI, 1998); a construção do arquivo jurídico (ZOPPI-FONTANA, 2005) e a prática de legislar sobre a língua (ZOPPI-FONTANA, 2010); a voz de mulheres presas no espaço discursivo do cárcere (VINHAS, 2014); o funcionamento discursivo da denúncia (MODESTO, 2015); a forma-sujeito de direito mediante as mudanças de textos jurídicos sobre os direitos autorais a partir do advento da fotografia e do cinema (ADORNO de OLIVEIRA, 2015); a voz no espaço discursivo do Supremo Tribunal Federal e o discurso de divulgação jurídica (SIGALES-GONÇALVES, 2017); as leis bolivianas da Madre Tierra (RODRIGUES, 2017); e o discurso de ódio na democracia brasileira (JANTSCH, 2017).

Os trabalhos acadêmico-científicos mencionados são indicativos das múltiplas abordagens teórico-metodológicas que se podem mobilizar para o trabalho na/da relação entre a Linguística e o Direito tomando como objetos linguístico-jurídicos a fala em interação ou o discurso. O leitor interessado em se apropriar dessas leituras poderá identificar que esses estudos adotam diferentes concepções de língua e pretendem ou não que seus trabalhos promovam aplicações transformadoras da realidade social.

Um caso que entendemos interessante para trabalhar essas diferentes perspectivas é o artigo 1022, do Novo Código de Processo Civil brasileiro, que trata de um recurso processual chamado de *embargos de declaração*:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

(BRASIL, 2015, grifos nossos).

Como vemos, esse dispositivo legal prevê que é possível recorrer processualmente caso alguma das partes entenda que houve *obscuridade* ou *contradição* na decisão judicial. Prevê, portanto, que, uma vez embargada a decisão, a próxima manifestação do jurista julgador em juízo será transparente, livre de qualquer contradição. Diante dessa possibilidade, na prática jurídica-processual, uma vez convocado a realizar *trabalho técnico-profissional*, o linguista especialista pode trabalhar ao lado da parte embargante, oferecendo pareceres linguísticos nos pontos da decisão consideráveis obscuros e contraditórios, ou do lado do jurista que proferiu a decisão embargada, demonstrando que não há subsídios linguísticos para o embargo da decisão. Ainda, em trabalho acadêmico-científico, o linguista pode dedicar-se à compreensão da própria formulação desse artigo da lei e questionar a concepção de língua adotada pelo diploma processual ao supor que há decisões judiciais de significação transparente, inequívoca, livre de obscuridade e de contradição.

Com esse exemplo, alcançamos um outro tema igualmente relevante que atravessa o caminho do trabalho com a fala em interação e com a análise de discursos jurídicos: a linguagem jurídica. Nossa trabalho acadêmico-científico e técnico-profissional na/da relação entre a Linguística e o Direito nos ensina que, em diferentes espaços institucionais de circulação, “linguagem jurídica” é entendida como a linguagem que caracteriza o universo jurídico, como o conjunto de palavras, expressões e jargões comumente empregados pelos operadores do direito – como “juridiquês”.

Desde meados dos anos 1990, temos assistido a um movimento internacional que milita a favor da simplificação da linguagem jurídica, conhecido como *plain language* (cf. COULTHARD; JOHNSON; WRIGHT, 2016). Em 2015, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Acórdão 0000869-29.2013.5.04.0241 acendeu o debate da questão no Brasil:

Para julgar **de novo**, **vou ler** as declarações de todos mais uma vez e **olhar** os documentos. **Pode ser que** me convença do contrário. Mas pode ser que não.

Vamos ver (BRASIL, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Acórdão 0000869-29.2013.5.04.0241, grifos nossos).

Como podemos observar no trecho do Acórdão, o jurista julgador utilizou recursos lexicais – “de novo”, “olhar” –, morfossintáticos – “vou ler”, “vamos ver” – e semânticos – “pode ser que” – comumente não encontrados em peças processuais. O tema é controverso: os favoráveis alegam que o juridiquês prejudica o acesso dos cidadãos à justiça; os contrários argumentam que é a metalinguagem do Direito que garante segurança jurídica ao processo.

Na esteira dessa questão da simplificação da linguagem jurídica, temos sido expostos a um recente movimento chamado *visual law*, que promove a inserção de recursos visuais – imagens, gráficos, mapas – nos documentos jurídicos, de modo a fazer dessa visualização instrumento para a compreensão do conteúdo de tais documentos – petições iniciais, recursos, memoriais e outras peças jurídicas (DUCATO, 2019). O movimento *visual law* tem sido considerado consequência dos avanços obtidos da área do *legal design*, “um campo interdisciplinar emergente que aplica uma abordagem humano-centrada para prevenir ou resolver problemas jurídicos” (DUCATO, 2019, p. 2, tradução nossa).¹⁸

¹⁸No original: *An emerging interdisciplinary field that applies a human-centred approach to preventing or solving legal problems.*

A revista internacional JOAL, cujo propósito é promover a pesquisa internacional sobre o acesso aberto ao direito, dedicou suas duas mais recentes edições ao tema. No Brasil, porém, não temos conhecimento de muitos estudos científicos na área, apesar da intensa divulgação que temos acompanhado, pelo menos desde o início de 2019, de cursos e eventos voltados para as práticas jurídicas pública e privada. De nossa parte, em Sigales-Gonçalves (2020), situamos a questão *visual law* em uma discussão sobre a inovação no Direito, relacionando essa inovação ao movimento de metalização da divulgação jurídica, no encontro entre o discurso jurídico e o discurso digital no “Direito 4.0”. Ao linguista interessado na relação entre Linguística e Direito, tem-se aí um campo aberto para o trabalho acadêmico-profissional, na elaboração de pesquisas sobre os aspectos linguísticos que envolvem o movimento *visual law*, como para o trabalho técnico-profissional na área, já que se presume relevante a expertise técnica do linguista na elaboração de documentos que, aliando recursos verbais a não-verbais, se pretenda simplificador da linguagem jurídica, facilitador de sua compreensão e, consequentemente, promotor do acesso ao Direito e à justiça.

Esse movimento guarda relação com o Direito Linguístico, outro caminho possível de trabalho na/da relação entre a Linguística e o Direito.

DIREITO LINGUÍSTICO

O Direito Linguístico, ainda carente de estudos, sistematização e definição de escopo no Brasil, tem sido objeto de trabalhos em âmbito internacional tanto por linguistas como por juristas. Destacamos, na literatura internacional, os trabalhos seminais de Joseph-G Turi (1990), Tove Skutnabb-Kangas e Phillipson (1994) e Tove Skutnabb-Kangas (2015), Xabier Arzoz (2007), Will Kymlicka e Alan Patten (2007) e Hamel (1995).

No Brasil, temos reunido esforços de pesquisa, ensino e extensão no sentido de desenvolver e fortalecer o campo do Direito Linguístico no país enquanto trabalho acadêmico-científico e técnico-profissional com distintas abordagens teórico-metodológicas e objetos (OLIVEIRA, 2003; RODRIGUES-ALCALÁ, 2010; ABREU, 2016a, 2016b, 2019, 2020; RODRIGUES; 2018; SILVA, 2019; SIGALES-GONÇALVES, 2018, 2019), que se distribuem na articulação com os estudos em Sociolinguística, Políticas Linguísticas, Análise materialista do Discurso e História das Ideias Linguísticas.

Temos pensado o Direito Linguístico como caminho na articulação entre Linguística e Direito que se ocupa de direitos linguísticos e de deveres linguísticos. Essa definição de escopo, reconhecidamente ampla, abre espaço para que se considere sob o Direito Linguístico diferentes práticas de regulação da língua e dos falantes em relação à língua, de modo a contemplar as chamadas línguas minoritárias e grupos linguísticos minoritários.

Situamos o Direito Linguístico na articulação com os estudos de políticas linguísticas em uma perspectiva que articula Análise materialista do Discurso com a História das Ideias Linguísticas no Brasil, com base em objetos linguístico-jurídicos para o nosso trabalho acadêmico-científico no campo, de ordem teórica e empírica: o processo histórico de constituição da língua como objeto de tutela do Direito e de constituição do sujeito de direitos linguísticos; o acesso aos direitos linguísticos como acesso a direitos humanos fundamentais sociais e individuais; as práticas de constituição de deveres jurídicos considerando diversidades linguísticas

múltiplas, envolvendo, por exemplo, migrantes, falantes de línguas de sinais, de Braille, povos indígenas, quilombolas, falantes da língua oficial considerada dominante, alfabetizados ou não.

O trabalho acadêmico-científico contribui para o trabalho técnico-profissional, por exemplo, na concepção de práticas de políticas linguísticas, como assessoria na elaboração de projetos de lei com objetos linguístico-jurídicos, como os projetos de cooficialização de línguas, e em decisões judiciais direta ou incidentalmente afetas à questão linguística. Apresentamos alguns casos que ilustram essas possibilidades de trabalho na/da relação entre a Linguística e o Direito no campo do Direito Linguístico, relativos a direitos e deveres linguísticos dos povos indígenas no Brasil – a Resolução nº 23.274, de 1º de julho de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Projeto de Lei 3074/2019, corrente na Câmara dos Deputados – e aos direitos e deveres linguísticos dos migrantes em território brasileiro.

Na Resolução do TSE, o Tribunal é instado a se manifestar em consulta feita por juiz eleitoral sobre possível incompatibilidade entre a Constituição Federal, de 1988, e o Código Eleitoral brasileiro, de 1965, em matéria referente aos requisitos para alistamento eleitoral. A Constituição faculta o alistamento de analfabetos, enquanto o Código proíbe o alistamento de quem não sabe exprimir-se em língua nacional (artigo 5º). A preocupação do juiz que fez a consulta tinha por contexto sua circunscrição territorial, que, por fazer fronteira com o Peru, tem forte presença de indígenas e brasileiros nascidos no Brasil e filhos de pais peruanos, que não falam fluentemente a língua portuguesa.

Trazemos para reflexão o seguinte ponto do documento:

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (presidente): Senhores Ministros, **faco uma distinção, como a lei fez, entre analfabetos e os que não sabem exprimir-se na língua nacional.** Os analfabetos não escrevem, não dominam a grafia, não precisam dominar o português, não articulam palavras idiomáticas por escrito. Já em referência aos que não sabem exprimir-se na língua nacional – é diferente a situação dos analfabetos, que não escrevem, mas falam a língua portuguesa e se comunicam em português –, entendo que são aqueles que não falam português e também não escrevem. Ou seja, o analfabeto não escreve, mas domina a língua, e o que não sabe exprimir-se na língua nacional também não domina o alfabeto, não escreve (BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral, Resolução nº23.274, de 1º de julho de 2010, grifo nosso).

Destacamos esse trecho da Resolução para demonstrar o exato ponto em que o trabalho técnico-profissional na articulação Linguística e Direito, especialmente no campo do Direito Linguístico, pode intervir: oferecendo subsídios e referências teóricas, construídas a partir de uma tradição de estudos linguísticos, sobre o que seja alfabetização, diferença entre oralidade e escrita, língua nacional, relação entre alfabeto e escrita.

O Projeto de Lei 3074, apresentado em 22 de maio de 2019 na Câmara dos Deputados, reforça essa reflexão. Trata-se de proposta legislativa que dispõe sobre a cooficialização das línguas indígenas nos municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas. O Projeto já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da casa legislativa e, no momento, aguarda posicionamento da Comissão de Cultura. Segue trecho da justificação da proposta:

Em um país com tamanha diversidade linguística e cultural, a cooficialização das línguas indígenas nos municípios que possuem comunidades indígenas significa dar visibilidade e, consequentemente, a garantia de direitos aos seus falantes. O processo de cooficialização reforça, ainda, a luta contra o preconceito sofrido por essas línguas, tidas muitas vezes apenas como dialetos ou gírias. [...]

Importante ressaltar que a cooficialização das línguas indígenas dirime os obstáculos à relação e à integração dos indivíduos na comunidade linguística de acolhimento e confere o pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial (BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei 3074/2019).

Sem pretender discutir o mérito da proposta, queremos chamar a atenção para a falta de referência técnica ao profissional linguista especializado que eventualmente tenha trabalhado na elaboração da justificação do Projeto de Lei.

DESAFIOS E UMA QUESTÃO DE CLASSE

Os caminhos apontados para o trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional na articulação entre a Linguística e o Direito – Linguística Forense, análise da fala em interação e do discurso jurídico e Direito Linguístico – evidenciam desafios de diferentes ordens que, para serem superados, dependem de ações nas duas áreas em relação.

Um primeiro ponto que queremos destacar é a importância de haver nos cursos de Letras e de Linguística, em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, ações voltadas à formação do estudante para o trabalho em contextos jurídicos. Isso já tem acontecido em várias instituições brasileiras, como pudemos apontar ao longo deste trabalho. Entendemos que uma medida interessante é a inserção nos currículos de graduação em Letras e Linguística de componente curricular voltado à articulação entre a linguagem e o Direito. Há cursos na área do Direito e nas áreas de Letras e Linguística em que são obrigatórias disciplinas sobre a relação entre Linguagem e Direito, o que por si só justificaria a formação de estudantes da área de linguagem para assumirem como professores esses componentes curriculares.¹⁹

Defendemos, justamente, que as licenciaturas na área de Letras e Linguística não restrinjam a atuação profissional ao ensino. Sobre esse ponto, é necessário ressaltar que a formação em nível de graduação na área de Letras e de Linguística não se restringe à formação para a licenciatura – há os bacharelados em Letras (da Universidade Federal da Bahia, por exemplo) e os bacharelados em Linguística. Se há tradição em pesquisa da relação entre Linguagem e Direito no Brasil e se o propósito é fortalecer o lugar do linguista na práticas acadêmico-científicas e técnico-profissionais nessa relação, não se deve depositar apenas na pesquisa e no ensino em nível de pós-graduação o trabalho sobre a temática. Pelo contrário, defendemos que a curricularização de disciplinas sobre a relação Linguagem e Direito nos cursos de graduação na área de Linguagem é contributiva e necessária para o incentivo de práticas de ensino, pesquisa e extensão de modo verticalizado, na graduação e na pós-graduação.

¹⁹ São exemplos os cursos de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e o curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Está em desenvolvimento trabalho de mapeamento de oferta de cursos na relação entre Linguagem e Direito em cursos de graduação nas áreas de Letras, Linguística e Direito no Brasil (SIGALES-GONÇALVES, no prelo).

Também, práticas de extensão universitária, que envolvam transversalmente estudantes de graduação e pós-graduação, podem ser pensadas para uma ação de *advocacy* em prol da sensibilização das instituições jurídicas e dos operadores do Direito para reconhecer a possibilidade de recorrer ao conhecimento especializado do linguista para a atuação em diferentes situações. Tais práticas de extensão, realizadas necessariamente no contato com a comunidade externa à Universidade, apontarão caminhos para a pesquisa na articulação entre a Linguística e o Direito e para a inovação curricular que contemple as demandas absorvidas do contato com as instituições jurídicas e seus operadores.

Nesse sentido, queremos destacar a inovação curricular promovida pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, que desde 2018 prevê a possibilidade de os estudantes obterem Certificados de Estudos. Um dos Certificados possíveis é justamente o de Assessoria Linguística e Políticas Públicas de Linguagem. Medidas como essa apresentam aos estudantes outras possibilidades de atuação, além da docência e/ou da pesquisa acadêmica, caminhos mais conhecidos.

Um outro ponto que queremos destacar é a importância de inserção do linguista nos espaços institucionais reconhecidamente jurídicos, em colaboração com outros profissionais atuantes nessas instituições, de diferentes áreas. Nesse sentido, desde 2018, temos conseguido propor Grupo de Trabalho sobre Direito e Linguagem no Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. Isso pode produzir como efeito a mudança de práticas institucionais jurídicas que apagam a existência do profissional linguista e do conhecimento técnico produzido no interior da Linguística. Um efeito positivo dessa transformação é a possibilidade de o profissional linguista poder participar de concursos para peritos; atualmente, os editais não preveem a graduação em Linguística ou em Letras como titulação possível.

Por fim, é importante situar que os desafios aqui apresentados – de formação por meio da extensão, do ensino e da pesquisa e de sensibilização das instituições e dos operadores do direito – é atravessada por uma questão de classe. Há de se considerar, nesse sentido, que essas práticas de apagamento da língua pelo direito e do linguista pelo jurista não é recente, nem localizável pragmática e empiricamente num lugar do tempo e do espaço. Recordamos que os fundadores da Academia Brasileira de Letras eram, em sua maioria, juristas; que muitos produtores de conhecimento sobre a língua são juristas. Trata-se, inegavelmente, de uma questão de classe, em relação à qual movimentos de todos os profissionais mencionados neste texto têm produzido transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, tivemos o objetivo de oferecer subsídios para responder à questão sobre como trabalhar (n) a relação entre Linguística e Direito.

Apresentamos três caminhos possíveis de trabalho acadêmico-científico e/ou técnico-profissional nessa articulação: a Linguística Forense, que nos mostrou as possibilidades de utilização da língua como prova em disputas jurídicas e da atuação do linguista como especialista nessas disputas, seja em caso de materiais escritos, como nas disputas por nomes de marcas, seja em casos de materiais que envolvam a voz, a fala ou áudio, na Fonética Forense.

Também, apresentamos as possibilidades de trabalho com a fala em interação e com o discurso jurídico, em diferentes perspectivas, o que nos conduziu a tratar da linguagem jurídica,

do juridiquês e da *visual law*. Ainda, trouxemos o Direito Linguístico como caminho possível para tratar das diferentes práticas de regulação dos direitos e dos deveres linguísticos, com a possibilidade de trabalho em prol da gestão de políticas linguísticas. Há de se reiterar que esses três caminhos não circunscrevem, encerram ou limitam as possibilidades de trabalho no campo do entremeio entre Linguagem e Direito.

Por fim, mostramos os desafios que se impõem diante desses caminhos possíveis, articulando-os a uma questão fundamental, sobre a qual devemos seguir refletindo: a importância de fortalecer o reconhecimento do conhecimento linguístico e dos profissionais especialistas em linguística nas diferentes práticas possíveis no trabalho com objetos linguístico-jurídicos na articulação entre a Linguística e o Direito. Para concluir, pretendemos com este texto contribuir para a continuidade dessa articulação no Brasil e para o fortalecimento dos diálogos entre os profissionais nela interessados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. **Os direitos linguísticos:** possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Dissertação (Mestrado em Direito). Aracaju: Universidade Federal de Sergipe. 2016a.
- ABREU, R. N. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In: FREITAG, R. M. et al. (Org.). **Sociolinguística e Política Linguística:** Olhares Contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016b, p. 161-188.
- ABREU, R. N. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 30 jun. 2019.
- ABREU, R. N. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. **A cor das letras**. UEFS, v. 21, p. 172-184, 2020.
- ADORNO de OLIVEIRA, G. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs.** Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2015.
- ALMEIDA, D. C. **Análise forense de Autoria Textual:** Estilos Sociais e individuais. 254 F. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- ARZOZ, X. The nature of language rights. **European Centre for Minority Issues**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26536934_The_Nature_of_Language_Rights. Acesso em: 5 maio 2019.
- AZZARITI, M. et al. Linguística Forense: saberes implícitos e imagens discursivas do perito em contexto de quesitação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 12, p. 237-254, 2014.
- BRAGATO, F.; COLARES, V. Indícios de descolonialidade na Análise Crítica do Discurso na ADPF 186/DF. **REVISTA DIREITO GV (ONLINE)**, v. 13, p. 949-980, 2017.

COLARES, V. Análise Crítica do Discurso Jurídico: o caso da vasectomia. In: TFOUNI, L.V., INDURSKY, F., INDURSKY, F, Monte-Serratn, D. M. (Org.). **A Análise do Discurso e suas Interfaces**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011, p. 97- 124.

COLARES, V. S. F. A. S; COSTA, F. O. da. Análise Crítica do Discurso Jurídico (acdj): o caso do projeto de lei nº. 3.842/2012 e a tutela da dignidade do trabalhador. **DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS**, v. 18, p. 31, 2018.

CONSTANTINI, A. C.; BARBOSA, P. A. Prosodic characteristics of different varieties of Brazilian Portuguese. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 4, p. 44-53, 2015.

COULTHARD, M.; JOHNSON, A. **An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence**. 1. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

COULTHARD, M.; JOHNSON, A. **The Routledge handbook of forensic linguistics**. London: Routledge, 2010.

COULTHARD, M.; JOHNSON, A.; WRIGHT, D. **An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence**. 1. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

DEL CORONA, M. **O universo do 190 pela perspectiva da fala- em-interação**. São Leopoldo, RS. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2011.

DEL CORONA, M.; OSTERMANN, A. C. -Eu não aguento mais!-: a produção de accounts narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190). **Calidoscópio**, v. 11, p. 178-191, 2013.

DUCATO, R. De iurisprudentia picturata: brief notes on law and visualization. **JOAL**. v. 7, n. 1.: Special Issue on “Visual Law”, 2019.

FRÖHLICH, L. R. Tradução forense: O Mais Difícil dos desafios Linguísticos?. **Tradução em Revista (Online)**, v. 17, 2014, p. 57-68.

GAGO, P. C. Narrative accounts and conflict escalation in legal family mediation. **Journal of Applied Linguistics and Professional Practice**, v. 10, p. 361-387, 2017.

GOMES, M. L. C.; CARNEIRO, D. O. **A FONÉTICA FORENSE NO BRASIL: CENÁRIOS E ATORES. LANGUAGE AND LAW / LINGUAGEM E DIREITO**, v. 1.1, p. 22-36, 2014.

GOMES, M. L.; CARNEIRO, D.; DRESCH, A. Análise perceptiva e acústica em fonética forense: uma pesquisa em disfarce de voz. **Domínios de Lingu@Gem**, v. 10, p. 559-589, 2016.

HAMEL, R. E. Derechos lingüísticos como derechos humanos: debates y perspectivas. **Alteridades**, México, v. 5, n. 10, p. 11-23, 1995.

IRIBARREN, A. **Justiça Restaurativa e prisões**: uma perspectiva de combate e prevenção à violência institucional. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

LAGAZZI, S. **O juridismo marcando as palavras**: uma análise do discurso cotidiano Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

LAGAZZI, S. **A discussão do sujeito no movimento do discurso.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MACHADO, A. P.; BARBOSA, P. A. Uso de técnicas acústicas para verificação de locutor em simulação experimental. **Language and Law**, v. 1, p. 100-113, 2014.

MODESTO, R. A denúncia na textualização do social no enlace das materialidades significantes. **Línguas & Letras** (Online), v. 16, p. 158-176, 2015.

OLIVEIRA, G. M. de. (Org.) **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos:** novas perspectivas em política linguística. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

PÁDUA, J. P. C. V. ‘Apenas encaminhado’: categorizações como estratégias discursivas de (in)efetivação de garantias fundamentais em uma decisão do Supremo Tribunal Federal. **LANGUAGE AND LAW / LINGUAGEM E DIREITO**, v. 4, p. 60-72, 2017.

PASSETTI, R. R.; BARBOSA, P. A. O Efeito do Telefone Celular no Sinal da Fala: uma análise fonético-acústica com implicações para a verificação de locutor em português brasileiro. In: V Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala, 2015, Brasília, DF. **ANAIIS DO V COLÓQUIO BRASILEIRO DE PROSÓDIA DA FALA**, 2015. v. 3.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Políticas Públicas de Direito à Língua e Consenso Etnocultural: Uma Reflexão Crítica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas:** A Fabricação do Consenso. Campinas: RG Editora, 2010, p. 127-160.

RODRIGUES, C. Z. Aquilo que nomeia lei: a Madre Tierra. **Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2419-2427, 2017.

RODRIGUES, F C. A noção de direitos linguísticos e a sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Língua e instrumentos linguísticos**, n. 42, jul.-dez. 2018.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. ‘Fonética’ e ‘voz’ na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). In: 20º INPLA, 2015, São Paulo. **Caderno de Resumos do 20º INPLA**, 2015.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. **Sentido(s) no/do “Mensalão”:** contribuições da materialidade prosódica. Tese (Doutorado em Letras). Pelotas. Universidade Católica de Pelotas. 2017.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. **Direitos linguísticos no acesso ao direito à educação por migrantes forçados no Brasil:** Estado, práticas e educação superior. Dissertação. Mestrado em Direito. Pelotas. Universidade Federal de Pelotas. 2018.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. Discurso de divulgação jurídica na sociedade do espetáculo: o encontro incontornável entre os aparelhos jurídico e midiático. In: FLORES, G. B. et al. (Org.). E-book do IV SEDISC - Seminário Discurso, Cultura e Mídia. 449. ed. Santiago: Oliveira Books, 2019.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. Direito 4.0: notas sobre a metalização da linguagem da divulgação jurídica. In: TULLIO, C. M.; GAVIOLI-PRESTES, C. M. (Org.). **Linguística Forense:** reflexões e debates. 1ed. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, v. 3, p. 126-138.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. Apresentação. In: SIGALES-GONÇALVES, J. S. **Língua, Direito, Estado e Sociedade**. v. 1. No prelo.

SILVA, J. I. **Direitos linguísticos dos povos indígenas no acesso à justiça:** a disputa pelo direito ao uso das línguas indígenas em juízo a partir da análise de três processos judiciais. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2019.

SILVA, W. P.; MELO, M. S. S. As estratégias argumentativas em crimes de extorsão: uma análise de discursos patêmicos em golpes de falso sequestro. **Diálogo das Letras**, v. 2, p. 374, 2013.

SKUTNABB-KANGAS, T. Language Rights. In: WRIGHT, W.; BOUN, S.; GARCÍA, O. **The handbook of bilingual and multilingual education**. 1. ed. John Wiley and Sons, Inc., 2015.

SKUTNABB-KANGAS, T; PHILLIPSON, R. (1994). Linguistic human rights, past and present. In: SKUTNABB-KANGAS, T; PHILLIPSON, R. (Org.) **Language rights**. v. 1. p. 71-110.

SOUZA-SILVA, R.; ABREU, B. B. Plágio: um problema forense. **LANGUAGE AND LAW / LINGUAGEM E DIREITO**, v. 2, p. 90-113, 2015.

TURI, Joseph-G. Le droit linguistique et les droits linguistiques. **Les cahiers de Droit**. v. 31. n. 2, jun. 1990.

VIEIRA, R. C. **Identificação de falante:** um estudo perceptivo da qualidade de voz. 2018. 164 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

VINHAS, L. **Discurso, corpo e linguagem:** Processos de subjetivação no cárcere feminino. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. **Sentido e Memória**. Campinas, Pontes, 2005.

ZOPPI FONTANA, M. G. Legislar sobre la lengua. In: XXV ENANPOLL, 2010, Belo Horizonte-MG. GT ANÁLISE DE DISCURSO-ANAIS DE RESUMOS EXPANDIDOS. São Paulo - SP: Depto de Letras Modernas-USP, 2010.

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: set. 2020.

DIALETOLOGIA: DE GILLIÉRON À ATUALIDADE

DIALECTOLOGY: FROM GILLIÉRON TO NOWADAYS

Rictor de Oliveira Dantas*

UEPG

Valeska Gracioso Carlos**

UEPG

Resumo: Devido ao interesse do ser humano pela língua, e posteriormente pela sua variação, este trabalho tem, por objetivo, aprofundar a discussão sobre a variação linguística de acordo com três ramos dos estudos linguísticos: a Sociolinguística (LABOV, 2008 [1972]); a Dialetologia (COSERIU, 1957; FERREIRA, 1994; CARDOSO, 2010); e a Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998). Para tanto, recorremos a uma retomada histórica dos referenciais teóricos de cada área. Com isso, conseguimos perceber a importância dos estudos sobre a variação linguística, e como a Dialetologia, por exemplo, incorporou métodos de análise da Sociolinguística, e vice-versa. Por fim, concluímos que tanto os estudos dialetológicos quanto os estudos sociolinguísticos estão imbricados e em constante desenvolvimento.

Palavras-chave: Dialetologia. Sociolinguística. Dialetologia Pluridimensional.

Abstract: Due to the human's interest for the language, and after that for its variation, this paper aims to deepen the discussion about linguistic variation according to three areas of linguistics studies: Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]); Dialectology (COSERIU, 1957; FERREIRA, 1994; CARDOSO, 2010); and Pluridimensional Dialectology (THUN, 1998). Therefore, we resort to a historical review of the theoretical references from each area. Thereby, we manage to notice the studies about linguistic variation importance, and how Dialectology, for instance, has incorporated Sociolinguistics analysis method, and vice-versa. Lastly, we concluded that dialectological studies and sociolinguistic studies are imbricated and constantly developing.

Keywords: Dialectology. Sociolinguistic. Pluridimensional Dialectology.

INTRODUÇÃO

O interesse pela linguagem sempre foi inerente ao ser humano, seja pela literatura e poesia, seja pela religião, pela filosofia, pela história, pelo estudo das línguas, pela sua organização, pela descrição, pela variação etc. No entanto, esse interesse tampouco tem sido única e exclusivamente uma preocupação dos linguistas.

Os estudos da variação linguística são relativamente recentes enquanto ciência. Todavia, a diversidade linguística já é relatada em trechos do Antigo Testamento, conforme Chambers e Trudgill (1994, p. 35-36):

* Mestrando em Estudos da Linguagem. E-mail: rycktor@gmail.com.

** Professora Doutora em Estudos da Linguagem. E-mail: vgarlos@uepg.br.

Una de las muestras más venerables y quizás la más sangrienta de una diferencia dialectal aparece en el Antiguo Testamento, cuando los galaaditas combatían con los efraimitas en el Jordán. Algunos efraimitas habían infiltrado en las líneas galaaditas y se hacían pasar por aliados. Un jefe galaadita inventó un medio de detectar a los impostores: llamaba a un sospechoso y le hacía pronunciar el nombre dado a la espiga de trigo, que los galaaditas denominaban *shibboleth*. Según el relato bíblico (Jueces 12, 6), <<decía *sibboleth* porque no podía pronunciarlo correctamente. Entonces lo agarraban y lo degollaban>>¹.

Outro linguista que traz contribuições nesse sentido é Camacho (2013), quando cita a passagem bíblica do Gênesis (11:1-9) que relata o mito da torre de Babel,² segundo o qual, anteriormente, o mundo era harmônico, pois só havia uma língua, porém, ao desafiar a autoridade de Deus, os homens receberam como punição “a diversidade linguística” (CAMACHO, 2013, p. 17).

Em ambos os casos bíblicos citados, a referência à diversidade linguística é apresentada como algo negativo. No entanto, para a Linguística, toda língua, todo dialeto, toda variedade é um sistema de signos estruturados capaz de transmitir a realidade histórico-social de uma comunidade.

O caráter variacionista da língua é inherente à sua estrutura, ou seja, ela muda porque se concretiza na interação linguística delimitada por um tempo e um espaço definidos socialmente. Conforme Coseriu (1988, p. 69),

La lengua cambia justamente porque no está hecha sino que se hace continuamente por la actividad lingüística. En otros términos, cambia porque se habla: porque sólo existe como técnica y modalidad del hablar. El hablar es actividad creadora, libre y finalista, y es siempre nuevo, en cuanto se determina por una finalidad expresiva individual, actual e inédita. El hablante crea o estructura su expresión utilizando una técnica y un material anterior que le proporciona su saber lingüístico. La lengua, pues, no se impone al hablante, sino que se le ofrece: el hablante dispone de ella para realizar su libertad expresiva.³

¹ “Uma das mais veneráveis e talvez sangrenta da diferença dialetal aparece no Antigo Testamento, quando os galaaditas lutavam contra os efraimitas no rio Jordão. Alguns efraimitas tinham se infiltrado nas linhas galaaditas e se faziam passar por aliados. Um chefe galaadita inventou um meio de detectar aos impostores: chamava o suspeito e lhe fazia pronunciar o nome dado a espiga de trigo, que os galaaditas denominavam de *shibboleth*. Segundo o relato bíblico (Juízes 12, 6), ‘dizia *sibboleth* porque não podiam pronunciá-lo corretamente. Então o agarravam e o degolavam’”.

² “E era toda a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala. E aconteceu que, partindo eles do oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: Eia, façamos tijolos e queimemo-los bem. E foi-lhes o tijolo por pedra, e o betume por cal. E disseram: Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. Então desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; E o Senhor disse: Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro. Assim o Senhor os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra”. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/>. Acesso em: 12 abr. 2014.

³ “A língua muda justamente porque não está pronta e acabada, mas, sim, fazendo-se continuamente pela atividade linguística, em outros termos, muda porque se fala: porque só existe como técnica e modalidade de falar. O falar é uma atividade criadora, livre e finalista, e é sempre novo, enquanto determinado por uma atividade expressiva individual, atual e inédita. O falante cria ou estrutura sua expressão utilizando uma técnica e um conhecimento anterior que lhe proporciona seu saber linguístico. A língua, desse modo, não se impõe ao falante. Mas sim lhe é imposta, pois o falante se dispõe dela para realizar sua liberdade expressiva”.

Nessa perspectiva, há variação porque a língua é viva e dinâmica. Se, por um lado, ela é social e coletiva, por outro, é individual, psicológica e dependente do sujeito para se concretizar (SAUSSURE, 2012 [1916]).

Para aprofundar os estudos de variação linguística, julgamos necessário passar pelos ramos da Linguística que, no decorrer da história, têm se dedicado à busca de respostas para os problemas da variação e da mudança linguísticas: a Dialetologia e a Sociolinguística.

A DIALETOLOGIA

Os primeiros trabalhos de cunho dialetológico, ou seja, que se preocupavam com o estudo da linguagem pelo viés da variação e da diversidade dos usos, surgem no final do século XIX. Chambers e Trudgill (1994, p. 39-45), por exemplo, esclarecem que as primeiras tentativas para sistematizar as diferenças dialetais surgiram em resposta às leis fonéticas, que postulavam que as mudanças ocorriam de forma regular e para todas as línguas, simplesmente motivadas pela configuração fonética das palavras. Nesse contexto, a Dialetologia configurou-se como o ramo da Linguística que busca identificar diferenças dialetais de falantes da mesma língua. Um dos principais objetivos dessa área de investigação é o de determinar isoglossas.⁴ Contudo, a representação das variantes regionais, em mapas, mostrou que os limites espaciais para a variação linguística não eram tão nítidos como se esperavam. Além disso, as respostas do mesmo informante podiam variar até de um dia para outro.

Esses primeiros estudos mostraram que os dialetos não estavam enquadrados em barreiras intransponíveis e, se as isoglossas para cada palavra envolvida numa mudança sonora fossem coincidentes, a hipótese dos neogramáticos teria sustentação. Em consequência disso, desenvolve-se um conjunto de métodos de coleta sistemática de dados das diferenças dialetais: a Geografia Linguística.

A primeira tentativa foi realizada por Wenker, na Alemanha, em 1876, por meio de inquéritos enviados a professores por correspondência. Os resultados foram publicados em dois volumes, feitos a mão, em 1881, sob o título de *Sprachatlas des Deutschen Reichs*. Com o intuito de aprimorar os métodos de Wenker, Gilliéron escolheu apenas um inquiridor, Edmond Edmont, para realizar a tarefa de recolha dos dados *in loco*. Treinado pelo próprio Gilliéron para empregar adequadamente a transcrição fonética, Edmont percorreu 639 localidades e coletou aproximadamente 700 entrevistas. Os dados deram origem ao *Atlas Linguistique de la France* (ALF), publicado entre 1902 e 1912. Esse foi o primeiro estudo geolinguístico que cartografou fenômenos morfológicos e lexicais, além dos fonéticos.⁵ A eficácia do projeto de Gilliéron incentivou novos estudos na área da Dialetologia e consolidou uma nova metodologia de recolha de dados: a Geografia Linguística ou Geolinguística (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994).

Os princípios metodológicos da Geografia Linguística foram se aprimorando e tornando-a o método de pesquisa e de coleta de dados específica da Dialetologia. Segundo Radtke e Thun (1996, p. 32), a chamada *crise do método geolinguístico* se deu basicamente pelo seu distanciamento em termos de descrição da realidade linguística, principalmente por não levar em conta

⁴Entendemos por isoglossa “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12-13).

⁵Cf. García Mouton (2010 [1996], p. 64).

o mundo moderno refletido pela mobilidade populacional e com os meios de comunicação em massa. Os estudos geolinguísticos que recebiam destaque somente pela descrição das línguas em seu espaço areal foram, aos poucos, incorporando aspectos extralingüísticos, inerentes aos falantes, assim, unindo, à perspectiva diatópica, o enfoque sociolinguístico.

Desse modo, a Dialetologia tem, por objetivo, “estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas” (CARDOSO, 2010, p. 45).

A perspectiva diatópica é essencial para recriar, a partir do estado sincrônico da língua, a sua história em determinado local. No entanto, não podemos deixar de mencionar que, num primeiro momento, a individualidade geográfica e, consequentemente, a linguística, estavam, de algum modo, mais salvaguardadas pela dificuldade de comunicação e interação entre as comunidades de fala, pela dificuldade de locomoção, ou mesmo pela falta de meios tecnológicos. Atualmente, os avanços tecnológicos, a facilidade de locomoção, as mudanças ocorridas nos papéis sociais devem ser considerados para a pesquisa dialetológica. Essas mudanças de cunho social se refletem na língua falada por uma comunidade e, portanto, também é tarefa da Dialetologia apurar diferenças entre falas de homens e mulheres, entre diferentes classes sociais, entre diferentes faixas etárias. Ademais, não se pode negar que a população é cada vez menos estática, o que atribui um caráter dinâmico e mais passível de variação à língua.

Se, num primeiro momento, os estudos dialetológicos estavam pautados na busca da língua de uma época passada, uma fala pura e sem interferências e, por isso, pautou-se na escolha de informantes homens, adultos, rurais e sedentários, contudo, essa opção foi alvo de críticas nas últimas décadas.

Conforme Ramírez (2010), um dos maiores problemas dos métodos de investigação da Dialetologia (tradicional/monodimensional) foi o da seleção dos informantes: idosos, que tendem a utilizar as formas vernáculas mais tradicionais e menos contaminadas pelo contato com outras variedades linguísticas. No entanto, tais respostas podem distorcer a realidade linguística da região, pois é possível que alguns adultos da mesma zona apresentem variantes diferentes em seu repertório linguístico. Frente do exposto, é inegável que a sociedade contemporânea trouxe muitos desafios às pesquisas dialetológicas.

Esse tipo de pesquisa está embasado em alguns princípios essenciais, a saber: a rede de pontos (área a ser submetida à investigação dialetal), os informantes (número estatisticamente representativo de falantes da língua na área de estudo, selecionados segundo o perfil previamente definido, considerando as variáveis como *sexo, idade e escolarização*) e o questionário linguístico (instrumento de recolha de dados), cada qual definido e elaborado de acordo com os objetivos estabelecidos para o estudo.

No entanto, mesmo com tantos trabalhos dialetológicos realizados em âmbito nacional e internacional, não há um consenso com relação ao número ideal de pontos, de informantes, ou com relação à extensão do questionário, pois estes variam de acordo com os objetivos da pesquisa (SILVA-CORVALÁN, 1989). Porém, podem-se seguir orientações para a seleção do informante como a utilização de parâmetros sociais, como, por exemplo, *sexo, idade e escolaridade*.

A escolha da área geográfica da pesquisa está diretamente relacionada à rede de pontos, que deve ser reveladora dos fenômenos de variação. A seleção das localidades deve estar embasada na relação entre a extensão territorial e a população da área do estudo. Ainda, devem-se considerar aspectos históricos (povoamento, migrações), econômicos e sociais de cada localidade.

A seleção dos informantes é de fundamental importância para a representatividade da fala da localidade, portanto, o controle de variáveis deve ser considerado, tais como: naturalidade, idade, escolaridade, profissão, domicílio, viagens efetuadas, estado civil, naturalidade dos pais e do cônjuge, entre outros. Ainda, essa seleção deve ser realizada com vistas a dois parâmetros, que, por vezes, estão relacionados: o número de informantes por localidade e o perfil dos mesmos. A escolha das variáveis sociolinguísticas acaba por definir esse número. Por exemplo, se incluímos a variável *sexo*, automaticamente teremos dois informantes, um homem e uma mulher; se incluímos, à variável *sexo*, duas faixas etárias, teríamos quatro informantes, ou seja, uma mulher da primeira faixa, uma mulher da segunda faixa, um homem da primeira faixa, um homem da segunda faixa, e assim, sucessivamente, conforme o acréscimo das variáveis sociolinguísticas.

A preparação do questionário linguístico está também pautada nos objetivos da pesquisa. Deste modo, deve ser elaborado com vistas a extrair as variantes a que o estudo se dedica. Assim, conforme Ferreira e Cardoso (1994, p. 30),

O questionário que se destina a uma investigação de natureza dialetal convém que tenha a sua elaboração regida pelos objetivos que se pretende atingir. Se trata de um levantamento geral das características do dialeto da região, o questionário precisará ser amplo e abrangente, tocando nas diferentes áreas semânticas que informam o mundo bio-social.

Uma vantagem dos trabalhos diaetais produzidos atualmente é que, com a publicação de vários atlas regionais e outros trabalhos diaetais, muitos dados podem ser comparados, se houver a utilização, na coleta de dados, de questões e de perfil de informantes similares. Essa conduta permite a comparabilidade dos dados e, com isso, identifica pistas de que caminho seguir para que o trabalho seja produtivo e retrate com fidelidade a fala viva da área pré-estabelecida.

De acordo com o tipo de dado a ser coletado, o questionário pode ser fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, prosódico, pragmático-discursivo e metalinguístico. Segundo Silva Neto (1957, p. 30), a aplicação do questionário é uma “tarefa que precisa ser ‘verificada’ e ‘testada’, experimentada em recolhas de dados preliminares, a fim de se lhe corrigirem defeitos e sanarem as lacunas”. Sanados os possíveis problemas e reelaborado o questionário, é papel do inquiridor fazer a coleta.

O inquiridor assume um papel fundamental na pesquisa de campo. É sua a responsabilidade de garantir o rigor científico da pesquisa dialetológica para que se tenha, de fato, uma representação espacial e social da fala viva. Para Silva Neto (1957), existem certas condições necessárias ao inquiridor:

- a) ter bom ouvido e gosto pela linguagem popular; conhecer bem a região e a língua, sobretudo se se tratar de um estrangeiro; c) ter tato e simpatia pessoal, para merecer a confiança e a boa vontade dos informantes que, em caso contrário, podem

não responder ou, o que é bem possível, e pior, responder propositalmente errado; d) conhecer bem o questionário que se vai aplicar (SILVA NETO, 1957, p. 31).

Ainda, segundo o mesmo autor, é preferível que os dados sejam recolhidos *in loco*, gravados e transcritos pelo próprio pesquisador (SILVA NETO, 1957, p. 27).

O material recolhido pode dar origem a diferentes trabalhos como glossários, monografias, cartas linguísticas, etc. Assim, a divulgação dos resultados de uma pesquisa de cunho dialetológico está basicamente dividida: (i) em trabalhos de análise linguística: trabalhos monográficos; e (ii) em trabalhos de descrição linguística: atlas linguístico (MORENO FERNÁNDEZ, 1990, p. 41).

Ferreira e Cardoso (1994, p. 36) chamam a atenção para a diferença entre a publicação dos resultados de trabalhos dialetais e outros de outra natureza, pois os dialetais, muitas vezes, ao serem concluídos, convertem-se em um “marco inicial para um trabalho de análise de dados e de conclusões sobre os fatos que são considerados”. É o que acontece com os Atlas Linguísticos, pois quando estes são editados, uma etapa está concluída, porém, é quando “começam todas as possibilidades de investigação sobre a região em si mesma e/ou confronto com outras, com a utilização do que no atlas se tem documentado” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 36)

Os atlas linguísticos representam a distribuição de variantes linguísticas em determinada área geográfica por meio de mapas/cartas linguísticas. Para Silva Neto (1957, p. 37),

os atlas lingüísticos são reuniões de cartas em que o material lingüístico está distribuído topogràficamente. Cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, tôdas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que se dispõe o grupo humano estudado.

As cartas linguísticas podem registrar a variação fonética, lexical ou morfossintática da língua. Se, originalmente, as cartas linguísticas apresentavam apenas as variantes distribuídas diatopicamente, sem controle de variáveis sociais e sem notas complementares, com o passar do tempo e com a experiência na produção de atlas, os dialetólogos começaram a incluir, nas cartas, aspectos etnolinguísticos e variáveis sociolinguísticas, possibilitando assim uma melhor interpretação dos dados.

De acordo com Cardoso (2010, p. 67), “os atlas linguísticos, no curso da história, espelham orientação diversa e metodologias particulares, seja pela maneira de focalizar os espaços geográficos, seja pelo modo de registrar os dados ou ainda pela forma de tratá-los cartograficamente”.

Com relação ao espaço geográfico, todos os atlas, a partir do *Atlas Linguistique de la France* (ALF), podem ser divididos em quatro tipos diferentes: regionais, nacionais, de grupo linguístico e continentais (ALINEI, 1994 *apud* CARDOSO, 2010, p. 67). Já Karl Jaberg (1955 *apud* GARCÍA MOUTON, 2010 [1996], p. 67-68) os divide em atlas de grande domínio e atlas de pequeno domínio, ressaltando a utilidade e os distintos alcances dos tipos diferentes de atlas.

Os atlas de grande domínio, como os nacionais, justificam-se à medida que trazem uma visão geral do conjunto dos fenômenos linguísticos de uma área geopolítica. No entanto, os atlas regionais, por abrigarem um território mais reduzido, apresentam a vantagem de documentar com maior profundidade a língua oral de uma região específica. Contudo, um atlas nacional não

exclui a necessidade da existência de atlas regionais e vice-versa, pois têm alcances distintos, e, portanto, complementam-se. Conforme Alvar (1969, p. 165),

los Atlas nacionales y los Atlas regionales deben coexistir y en modo alguno excluirse. El Atlas nacional dará sentido a lo que queda, como garabato de dudas, en los Atlas regionales, y éstos – no he dicho otra cosa – llegan al por menor que debe ser desatendido en aquéllos”.⁶

Se, na França, o empreendimento de Gilliéron, por meio do ALF, forneceu uma imagem linguística geral do país e, posteriormente, com Albert Dauzat, que se aprofundou na fala regional francesa com o *Nouvel atlas linguistique de la France* por regiões (NALF), no Brasil, ocorreu o inverso, pois, devido à dimensão territorial do país, às dificuldades financeiras e à falta de pesquisadores capacitados para a função, surgiram, primeiramente, os atlas regionais, para, posteriormente, depois de sedimentada a Dialetologia brasileira, a partir de 1996, ser lançado e desenvolvido o projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (FERREIRA; CARDOSO, 1994).

No Brasil, ainda conforme Ferreira e Cardoso (1994, p. 37-62), a primeira fase dos estudos dialetais, de 1826 a 1920, foi caracterizada por trabalhos voltados para o português do Brasil, sobretudo o léxico regional. A segunda fase tem seu início com a obra *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920) e culmina com *O Linguaçar carioca* (1922), de Antenor Nascentes. Essa fase se caracteriza por trabalhos, em sua maioria, de cunho gramatical. Assim como na primeira fase, ainda registra-se ausência de trabalho sistemático de campo, mas surge a preocupação com a metodologia e com a observação direta. A terceira fase dos estudos dialetológicos no Brasil inicia-se com a preocupação em fazer um atlas nacional. Nessa fase, são publicadas obras teóricas de fundamental relevância para a solidificação de uma “mentalidade dialetológica” no Brasil, tão ansiada por Serafim da Silva Neto:⁷ *Guia para estudos dialetológicos* (1957), de Serafim da Silva Neto, *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958), de Antenor Nascentes, *A Dialetologia* (1967), de Nelson Rossi, *Uma política do idioma* (1968), de Celso Cunha, dentre outros.

No III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em 1957, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha reconhecem a impraticabilidade de realização de um único atlas nacional, questão retomada posteriormente por Antenor Nascentes, em *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958, p. 7):

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se a elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação.

Nelson Rossi, na Bahia, inicia um trabalho em equipe que deu origem ao primeiro atlas produzido no Brasil: *O Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), publicado em 1963. O trabalho

⁶ “Os Atlas nacionais e os Atlas regionais devem coexistir e de modo algum se excluir. O Atlas nacional dará sentido ao que fica, como um gabarito de dúvidas, nos Atlas regionais, e estes – não dito outra coisa – podem chegar detalhes não registrados naqueles”.

⁷ “No Brasil, terra onde estão em princípio os estudos de Filologia Romântica, é preciso, antes de mais nada, criar uma mentalidade dialetológica, preparando um ambiente favorável às pesquisas de campo” (SILVA NETO, 1957, p. 9).

pioneiro, dirigido por Rossi, contou com um grupo de nove inquiridores, recém-licenciados e devidamente treinados por ele. O APFB recobre todo o estado da Bahia, com uma rede de pontos constituída por 50 localidades. A importância atribuída a esse trabalho não evoca somente seu pioneirismo, mas principalmente a sua relevância para o registro do falar regional da Bahia e, consequentemente, grande parte do falar nordestino.

Após a publicação do APFB, surgem vários outros atlas linguísticos estaduais e um de caráter regional: *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), em 1977; o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ALPB), em 1984; o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS), em 1987; o *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), em 1994; o *Atlas Linguístico-ethnográfico da Região Sul* (ALERS), em 2002; o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (2004); *Atlas Linguístico de Sergipe-II* (ALS-II), em 2005; o *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), em 2007, e o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* (ALECE), em 2010. Além disso, foi publicada nova edição do *Atlas Linguístico-ethnográfico da Região Sul* (ALERS), em 2011. Ainda há vários projetos de atlas em andamento e outros já produzidos, como dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, ainda inéditos.

Ainda no Brasil, com relação ao percurso metodológico, a Dialetologia foi consolidando seus métodos de pesquisa e evoluindo conforme novas possibilidades de pesquisa e diferentes focos de análise. Antes preocupada apenas com os dialetos rurais e informantes analfabetos ou de baixa escolaridade, a Dialetologia interessou-se também pela fala dos grandes centros urbanos.⁸

Com o passar dos anos, os trabalhos dialetológicos foram incluindo algumas variáveis anteriormente não consideradas nesse tipo de pesquisa, como *sexo, idade, escolaridade, nível social* e os diferentes usos da língua em variadas situações sociais. Assim, o método geolinguístico ganha um enfoque sociolinguístico nos estudos dialetológicos. De acordo com Cardoso (2006, p. 215),

[...] a Dialectologia não pôde deixar passar ao largo a consideração de fatores extralingüísticos, inerentes aos falantes, nem relegar o reconhecimento de suas implicações nos atos de fala. Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal.

A retomada da proposta de realização de um atlas linguístico nacional, por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia em novembro de 1996, pode ser vista como o início de uma quarta fase na história da Dialetologia brasileira (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 19). O Projeto ALiB, idealizado desde 1952, é sediado na UFBA e conta com um grupo de pesquisadores de 16 universidades brasileiras. O objetivo central do ALiB é a descrição da realidade linguística da Língua Portuguesa no Brasil e, como metodologia, atende aos princípios da Geografia Linguística Pluridimensional. No ano de 2014, foram publicados os primeiros dois volumes do ALiB. O primeiro volume introdutório apresenta a história do projeto, a metodologia, a rede de pontos, dados sobre o questionário e o perfil do informante, além de informações

⁸Em 1969, por iniciativa de Nelson Rossi, surge o Projeto de Estudo Conjunto da Norma Culta no Brasil, o Projeto NURC. Desenvolvido em cinco capitais brasileiras, o projeto tinha como principal objetivo descrever o uso normal culto brasileiro (FERREIRA; CARDOSO, 1994).

sobre a cartografia dos dados. O segundo volume traz, em cartas linguísticas, os dados fonéticos, morfossintáticos e semântico-lexicais, obtidos nas 25 capitais brasileiras.

O estudo da variação diatópica, ou seja, o conhecimento das variedades regionais de uma língua se consolida com a Dialetologia, no entanto, a Sociolinguística traz contribuições fundamentais à disciplina, sobretudo com relação ao método geolinguístico.

A Dialetologia tradicional ou monodimensional, que se ocupava apenas da variação espacial, com a variação linguística em áreas rurais e centralizava seu interesse no homem com pouca ou nenhuma escolaridade, incorporou um caráter pluridimensional ao incluir variáveis sociolinguísticas em sua orientação metodológica.

Vejamos as contribuições da Sociolinguística para a compreensão dos fenômenos que podem acarretar a variação linguística.

A SOCIOLINGUÍSTICA

Para Moreno Fernández (1990), oascimento e o desenvolvimento da Sociolinguística se devem às muitas incursões realizadas dentro da Dialetologia. “Puede decirse que la metodología de la primera es resultado parcial de una desgajadura de la segunda” (MORENO FERNÁNDEZ, 1990, p. 41).⁹

Os vazios teóricos referentes à mudança linguística começaram a ser preenchidos, na década de 60 do século XX, pela Sociolinguística Variacionista, que muda o foco do objeto de estudo da Linguística a partir de uma nova concepção de língua, que busca contemplar de maneira sistemática a dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico. Essa nova concepção nasce em 1964, quando vinte e cinco pesquisadores se reuniram na Universidade da Califórnia em Los Angeles em uma conferência, promovida por William Bright, que iniciou a discussão sobre a Sociolinguística (CAMACHO, 2013). Contudo, existiam linguistas que:

[...] já desenvolviam em seus trabalhos teorias de natureza claramente sociolinguística, como é o caso de Meillet (1866-1936), e Bakhtin (1895-1975) e membros do Círculo Linguístico de Praga. Esses são pensadores que levavam em conta o contexto sociocultural e a comunidade de fala em suas pesquisas linguísticas, ou seja, não dissociavam o material da fala do produtor dessa fala, o falante – pelo contrário, consideravam relevante examinar as condições em que a fala era produzida (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 11).

Inicialmente, para os sociolinguistas, a língua, independentemente de ser analisada sincrônica ou diacronicamente, deve ser entendida, para fins de análise, como objeto de estudos constituído de uma heterogeneidade ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Entendemos, então, que “[...] a língua [...] é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável, e está sempre em desconstrução e em reconstrução” (BAGNO, 2007, p. 36). É importante frisar que essa “desconstrução” e “reconstrução” acontecem na comunidade de fala, e os responsáveis por elas, são, justamente, os falantes de tal comunidade. Não podemos separar língua e falante. Ainda, outro ponto importante que precisamos compreender melhor é

⁹“Pode-se dizer que a metodologia da primeira é o resultado parcial de um desdobramento da segunda”.

o uso da palavra “instável”. Quando o autor se refere ao fato de a língua ser instável, quer dizer que ela não é estática, estacionária.

Assim sendo, “essa nova visão da variação nos permite entendê-la como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas e atribui à variação um caráter sistemático e controlado. Nessa perspectiva, a variação já não pode ser vista como aleatória e irregular e a língua como um sistema estático e homogêneo” (CARMO; CARLOS, 2019, p. 116). Dessa forma, a variação linguística se tornou objeto de estudo sistemático, ou seja, se não ocorre de forma aleatória, é possível analisá-la.

Sendo, assim, o principal modelo teórico que estuda a variação linguística pretende descrever essa heterogeneidade ordenada a partir da língua em uso pelos falantes de determinada comunidade de fala.¹⁰ Ou seja, entendendo que a língua e o falante (e, consequentemente, a sociedade) são indissociáveis, só faz sentido o estudo da língua se este for por meio dos próprios falantes que a utilizam. Segundo Labov (1982, p. 18), “o objeto da descrição linguística é a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social”. A fim de exemplificarmos nossa posição, utilizamos a fala de Labov:

A condição normal da comunidade de fala é a da heterogeneidade: podemos esperar encontrar uma larga gama de variantes, estilos, dialetos e linguagens usados por seus membros. Mais ainda, esta heterogeneidade é parte integrante da economia linguística da comunidade, necessárias para satisfazer as demandas linguísticas da vida cotidiana (LABOV, 1982, p. 17).

A partir da compreensão da heterogeneidade linguística, teremos, também, de pensarmos na heterogeneidade do próprio falante (como vimos acima, uma das peças principais na descrição sociolinguística), isto é, se a língua é heterogênea, faz sentido que o falante também o seja para que possa lidar com a dita heterogeneidade. Então, não consideramos mais o usuário da língua, ou seja, o falante como um sujeito passivo perante ela, pelo contrário, esse sujeito agirá utilizando-a, mesmo que seja de forma mais ou menos consciente. Existem alguns fatores que determinarão as escolhas linguísticas que o falante ativo faz, a saber: o interlocutor que interagirá com o falante; as intenções comunicativas do próprio usuário, o ambiente em que esse usuário se encontra; entre outros. Esses fatores, em conjunto, acabam formando a situação comunicativa que guiará a escolha do usuário. Ou seja, em determinada situação que exige uma variedade mais monitorada da língua, é essa variedade que o falante utilizará, mesmo que de forma não totalmente consciente, assim o é, para situações que exigem menos monitoramento. Em suma, o falante acaba por assumir seu papel diante de sua comunidade de fala, e, com isso, constrói e reconstrói a língua. Diante do exposto, podemos dizer então que:

A sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico. Nesse sentido, qualquer

¹⁰ Conforme Moreno Fernández (1990, p. 54, tradução nossa), o conceito de comunidade de fala é constantemente revisado e está definido a partir de quatro perspectivas: “i) Perspectiva linguística: pessoas que utilizam uma dada variedade; ii) Perspectiva interativa: rede de interação que controla os usos linguísticos; iii) Perspectiva da sociologia do conhecimento: grupo que compartilha o conhecimento de umas regras de conduta e de interpretação da fala; iv) Perspectiva psicossociológica: formada por membros que julgam e avaliam do mesmo modo as variáveis que permitem diferenciar sociolinguisticamente os falantes”. Segundo o autor, Labov segue o último critério.

tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente – se valer de oposições como “língua e fala”, ou competência e *performance* – significa uma redução na compreensão do fenômeno linguístico. O aspecto formal e estruturado do fenômeno linguístico é apenas parte do fenômeno total (ALKMIM, 2000, p. 35).

É a partir dos estudos de Labov em Martha's Vineyard (1963) e em Nova York (1966), que a sociolinguística variacionista começa a tomar forma, a surgir como modelo de descrição. Também, com os estudos citados, pode-se comprovar a possibilidade de análise da mudança linguística em curso, e não somente quando finalizada, como acreditava-se. Afinal, Labov (1963), em seu estudo na ilha de Martha's Vineyard, percebeu a competição de duas variantes ocorrendo na ilha, levando em conta a centralização, ou não, dos ditongos /ay/, como em *right*, e /aw/, como em *house*. De forma breve, “o estudo dos dados mostra que a alta centralização de (ay) e (aw) está intimamente correlacionada a expressões de grande resistência às incursões dos veranistas [na ilha]” (LABOV, 2008 [1972], p. 48). Dessa forma,

o estudo em Martha's Vineyard mostrou uma mudança linguística em curso. No caso do ditongo /ay/, houve aumento de centralização em relação a dados anteriores, provindos dos Atlas Linguísticos. Quanto à centralização do ditongo /aw/, foi considerada um fenômeno novo no inglês usado na ilha, ao qual William Labov deu uma explicação de natureza psicossocial. Apoiado em dados qualitativos, provenientes de depoimentos de seus colaboradores, ele interpretou a mudança linguística como uma reação dos moradores tradicionais, especialmente residentes nas áreas rurais que se consideram típicos ianques, à invasão da ilha pelos veranistas. A população local luta para manter sua identidade, enfatizando suas diferenças em relação aos habitantes do continente. Entre os jovens estudantes, a maior centralização foi observada na fala dos que pretendem continuar na ilha (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 57).

Ou seja, levando em conta que a ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, era um destino turístico de vários visitantes, em época de temporada, vindos do continente, havia duas variantes em competição, a centralização ou não dos ditongos supracitados. Essa competição se dava entre aqueles moradores que queriam ficar na ilha, e acabavam adotando a variante mais utilizada na comunidade de fala, e os moradores que tinham o desejo de sair da ilha e ir para o continente, adotando, assim, a variante mais utilizada entre os veranistas. Podemos conceber então que, “[...] as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

A Sociolinguística, então, tem interesse na investigação não apenas dos usos linguísticos que os falantes fazem, mas, também, dos fatores sociais que interferem nesses usos. Levando isso em consideração, o objeto de estudo adotado pela disciplina científica é a língua falada em situações reais de uso. Sendo assim, podemos inferir que

la sociolingüística es una disciplina independiente, con una metodología propia, [...] que estudia la lengua en su contexto social y se preocupa esencialmente en explicar la variabilidad lingüística, de su interrelación con factores sociales y del

papel que esta variabilidad desempeña en los procesos de cambio lingüístico¹¹ (SILVA-CORVALÁN, 1989, p. 1).

Com relação à metodologia de pesquisa sociolinguística, não há uma regra fixa a ser seguida. Conforme Moreno Fernández (1990, p. 14), “por fortuna o desgracia, dentro del ámbito de la sociolingüística no existe ni unidad teórica ni uniformidad metodológica”.¹²

Todavia, há o consenso de que se almeja estudar a língua falada em situações reais/naturais,¹³ razão pela qual o pesquisador deve se aproximar da comunidade de falantes a ser pesquisada e participar diretamente da interação, ou seja, observar de perto o uso da língua nessa comunidade.

A seleção dos informantes depende dos objetivos, das hipóteses de trabalho e das variáveis sociolinguísticas estabelecidas: *sexo, idade, escolaridade*, entre outras. Diferentemente das pesquisas de cunho dialetológico e geolinguístico, a seleção de informantes pode vir depois da coleta de dados. A pesquisa sociolinguística pode ser realizada com a seleção aleatória de informantes para posterior enquadramento, ou seja, depois de realizadas as entrevistas, o pesquisador separa o informante homem da informante mulher, o informante jovem do idoso e assim por diante. Por exemplo, uma entrevista pode ser realizada só com mulheres, contudo, elas posteriormente podem ser diferenciadas por classe social, idade, ocupação profissional etc., dependendo do objetivo do estudo. Contudo, não há um consenso sobre a quantidade ideal de informantes que assegure a validade e a representatividade das pesquisas sociolinguísticas (MORENO FERNÁNDEZ, 1990).

A coleta de dados pode ser realizada por meio de questionário, conversação, leitura de um texto, leitura de lista de palavras, por meio de narrativas, gravadas, visando à boa qualidade sonora. Conforme o método de entrevista sociolinguística, o pesquisador tem por tarefa minimizar o efeito negativo¹⁴ na fala espontânea do entrevistado causado por sua presença durante a coleta de dados. Dessa forma, o pesquisador, de preferência, deve ser introduzido à comunidade por uma pessoa já pertencente ao grupo e apresentar-se não como linguista ou pesquisador da língua, mas, sim, como um pesquisador da cultura e dos costumes do lugar. Ainda, é importante adequar o comportamento social e linguístico do pesquisador ao da comunidade estudada, quando possível (TARALLO, 2007).

Após a coleta de dados, estes devem ser transcritos e analisados. Em muitos trabalhos sociolinguísticos, a maioria de caráter quantitativo, os dados analisados são codificados e calculados por meio de programas computacionais.

Já no Brasil, de acordo com Mota e Silva (2019), a Sociolinguística advém dos estudos dialetológicos feitos no país anteriormente. Porém, ainda de acordo com as autoras, a preocupação desses estudos dialetológicos era somente com a variação diatópica, ou seja, de acordo com o espaço geográfico do falante.

¹¹ “A Sociolinguística é uma disciplina independente, com uma metodologia própria, [...] que estuda a língua em seu contexto social e se preocupa essencialmente em explicar a variação linguística, de sua inter-relação com fatores sociais e do papel que essa variação desempenha nos processos de mudança linguística”.

¹² “Por sorte ou azar, dentro do âmbito da Sociolinguística não existe nem uma uniformidade teórica nem uma uniformidade metodológica”.

¹³ Considera-se uma situação de comunicação real ou natural quando o falante fala espontaneamente, utilizando a variante mais próxima de sua fala cotidiana e sem monitoramento por parte do entrevistador.

¹⁴ Labov (2008 [1972]) chama esse efeito negativo do pesquisador na fala do informante de “paradoxo do observador”.

O marco da Sociolinguística em terras tupiniquins seria o Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC)

Quanto aos estudos sociolinguísticos, é possível admitir como marco precursor a implantação, em 1969, do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC), primeiro projeto que, embora conservasse interesse pelo levantamento de dados diatópicos e se restringisse apenas a falantes de nível universitário, já se pautava, metodologicamente, por parâmetros sociolinguísticos, como o interesse por normas urbanas, o significativo número de informantes estratificados quanto a três faixas etárias – 25 a 35 anos; 36 a 55 e de 56 em diante – e ao sexo, assim como registro de amostras diversificadas quanto ao grau de espontaneidade do entrevistado – diálogo entre informante e documentador (DiD) e entre dois informantes (D2); elocuções em situações formais (EF); e elocuções sem o conhecimento prévio do(s) entrevistados, tipo que não chegou a ser implementado, face ao regime político no país, na década de 1970 (MOTA; SILVA, 2019, p. 23).

Porém, Freitag (2016) entende que o NURC não se encaixaria na classificação como um trabalho sociolinguístico, tendo em vista que, segundo a autora, o banco de dados não havia seguido a metodologia de pesquisa sociolinguística. Sendo assim, cita outro banco de dados como possível marco para a Sociolinguística no Brasil.

Originalmente como Projeto Censo da Variação Linguística no Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – Peul, sob coordenação de Anthony Naro, foi o pioneiro na adoção desses aspectos da metodologia da Sociolinguística Variacionista no Brasil, com o objetivo de estudar o português falado no Rio de Janeiro (FREITAG, 2016, p. 8).

Podemos entender que essa discordância entre as autoras ocorre no nível da metodologia utilizada para o estudo do banco de dados. No entanto, podemos perceber, sim, que os estudos dialetológicos estão ligados aos estudos sociolinguísticos no Brasil, tendo em vista que, posteriormente, “mesmo os estudos dialetológicos são afetados e passam a fazer inúmeras concessões à sociolinguística [...] todos os maiores projetos que eram antes pensados no âmbito da dialetologia, como o projeto NURC, por exemplo, são repensados à luz da sociolinguística” (MOREIRA E SILVA, 2015, p. 133). Além disso, precisamos entender a validade e contribuição do NURC, pois,

no Brasil, identificamos a implementação dos estudos sociolinguísticos, a partir dos desdobramentos dos estudos dialetais. O Projeto NURC, a esse propósito, é considerado um expoente não somente por ter sido a partir dele que se fundaram preocupações variacionistas no país, mas principalmente por ter fomentado a configuração de outros projetos [...]. Atualmente, muitos desses projetos continuam operantes e são responsáveis pelo entendimento da situação sociolinguística do português do Brasil (MOTA; SILVA, 2019, p. 30).

O pesquisador encontra, no mundo contemporâneo, um grande desafio diante das mudanças de ordem histórico-social, como, por exemplo, o papel da mulher na sociedade, da escolaridade ou do bilinguismo. Dessa maneira, seria camuflar a realidade linguística da sociedade atual

não incluir, nos estudos de variação, por exemplo, a variável *sexo*. Conclui-se que as variáveis sociais são de extrema importância na descrição da variação e mudança linguística. Dessa forma, compreendemos que

a sociolinguística [...] estuda a língua em uso no seio da comunidade de fala, voltando a atenção pra um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precípua mente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo” (MOLLICA, 2003, p. 9).

Em suma, se a Sociolinguística foi fundamental para científicar que a variação é inerente à língua e para demonstrar a relevância dos fatores sociais na variação linguística, foi tarefa da Dialetologia Pluridimensional, no curso da história, descrever e situar os usos da língua não só no espaço geográfico, mas também em sua distribuição sociocultural e cronológica (MARGOTTI, 2004).

DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL

A Dialetologia, como ramo da Linguística, foi desenvolvida por estudiosos preocupados com o percurso histórico das línguas, ou seja, seu primeiro objetivo era trazer à tona a história social de uma língua por meio da variação sofrida por ela no decorrer do tempo em determinado espaço geográfico. Portanto, a Dialetologia estava diretamente relacionada à Linguística Diacrônica, cuja tarefa era a de registrar e averiguar os processos de mudança linguística (THUN, 2009). Diante disso, ocupava-se da variação espacial e preocupava-se com a variação linguística em áreas rurais, centralizando seu interesse no homem com pouca ou nenhuma escolaridade. No entanto, a partir desses princípios, conseguia-se visualizar as mudanças linguísticas como resultado de processos passados, não permitindo a percepção dessas mudanças em seu processo de produção. Ao considerar apenas a variação diatópica, na tentativa de chegar ao passado por meio do presente, possibilitava a análise de dados relativamente homogêneos. A Sociolinguística, por sua vez, como disciplina que estuda a variação, considera a variação linguística em suas distintas dimensões sociais, contudo, em apenas um ponto, limitando a extensão areal dos dados recolhidos. Conforme Thun (2009, p. 536),

Se a Dialetologia monodimensional, e com ela a Geolinguística tradicional, podem-se considerar como má Sociolinguística porque reduzem a variação vinculada à estratificação social, à variação que se dá num estrato só, a Sociolinguística é também uma má Dialetologia porque reduz a variação diatópica à variação de um só ponto.

Se a Dialetologia tradicional trazia, como grupo de informantes, homens, idosos, com nível sociocultural baixo, rurais, com restrito movimento no espaço e com pouco contato com os de fora, consequentemente, estava se distanciando de uma realidade que trouxe mudanças significativas à estrutura social e, sobretudo, aos precursores da mudança linguística. Atualmente, é inegável o espaço ocupado pelas mulheres e pelos jovens na sociedade. Ainda, podemos considerar a escola como um fator primordial à formação sociocultural do cidadão.

Tampouco pode-se desconsiderar a grande migração da população rural para os centros urbanos. Finalmente, não podemos deixar de mencionar a facilidade, nos dias de hoje, de locomoção de uma cidade a outra, além da evolução dos meios de comunicação. Assim, podemos afirmar que a Dialetologia tradicional sofreu transformações para adequar-se às exigências das mudanças sociais ocorridas na virada do milênio.

Chamada de Dialetologia Pluridimensional e Relacional,¹⁵ essa “nova” Dialetologia, em seu escopo, combina a variação diatópica (horizontal) com a variação diastrática (vertical), convertendo o estudo tradicional da superfície bidimensional em estudo do espaço tridimensional da variação linguística. Dessa forma, estuda o comportamento linguístico, nas suas diferentes variedades, diante de dimensões de ordem social e linguística. Ainda, a Dialetologia Pluridimensional e Relacional abrange outros fatos que pertencem a outras disciplinas, como a Pragmática e a Psicolinguística (THUN, 1998).

Não se pode precisar o momento exato em que a Dialetologia Pluridimensional passa a existir, o que se pode afirmar é que a Dialetologia Tradicional/Monodimensional foi acrescentando aos poucos, à sua estrutura diatópica, as variantes sociolinguísticas para acercar-se da realidade social e linguística.

Conforme Thun (2000, p. 189-190), a Dialetologia Pluridimensional considera dimensões da variação linguística: a dimensão dialingual (duas ou mais línguas em contato); a dimensão diatópica (variação atribuída a distintas localidades); a dimensão diastrática (diferentes estratificações sociais); a dimensão diageracional (diferentes faixas etárias); a dimensão diafásica (diferenciação entre respostas de questionários e conversas livres, entre outros estilos de fala), a dimensão diatópico-cinética (grupos sociais estáticos em comparação à mobilidade de outros grupos sociais), a dimensão diassexual (modo de falar de homens e mulheres) e a dimensão diarreferencial (modo de falar do informante contrastado à sua consciência linguística).

Ainda o autor, a respeito da Dialetologia Pluridimensional, esclarece que:

[...] o espaço variacional da Dialetologia Pluridimensional não comprehende somente os dialetos “puros” preferidos pela Dialetologia tradicional ou os socioletos da Sociolinguística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato linguístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e maiorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastando com o dos grupos topostáticos (com pouca mobilidade do espaço), a atitude metalinguística dos falantes comparada com seu comportamento linguístico, e outros parâmetros mais (THUN, 1998, p. 706).

Além disso, não podemos entendê-la apenas como uma junção metodológica da Dialetologia tradicional e da Sociolinguística, pois também engloba aspectos e técnicas da análise de línguas em contato (THUN, 2010).

¹⁵ Conforme Moreno Fernández (1990, p. 203), devido à chamada “crise” da Dialetologia Tradicional /Monodimensional, muitos autores propuseram novas teorias e metodologias de estudo. Trudgill menciona a ideia de uma “nova” Dialetologia, Rona, de uma sociodialetologia. Thun (1998) opta pela nomenclatura de Dialetologia Pluridimensional e Relacional, diante da proposta terminológica de M. D’Agostinho e A. Pennisi de Sociolinguística Espacial. Seguimos para este artigo a nomenclatura utilizada por Thun (1998).

A Dialetologia Pluridimensional considera o parâmetro contatual na descrição da variação linguística, dada a importância de serem consideradas também as línguas minoritárias, o bilinguismo, além das condições em que realiza o contato linguístico.

Também pondera, em suas análises, as alternâncias de estilos (dimensão diafásica) durante situações reais de interação social, por isso, normalmente, são selecionados três estilos de fala,¹⁶ a saber: a leitura (L), respostas às perguntas dos questionários (R), e a conversação livre ou dirigida (C). Durante a leitura, o informante está mais tenso e tem maior controle sobre sua fala, durante as respostas ao questionário ele pode se sentir um pouco mais livre, mas ainda está muito atento às respostas e, finalmente, durante a conversação livre ou dirigida ele pode até esquecer que está sendo entrevistado, e, nessa fase, obtém-se o maior grau de espontaneidade (THUN, 1996).

Ainda investiga o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) em contraste com os grupos topostáticos (pouco móveis no espaço). Como dito anteriormente, os movimentos migratórios exigem nova metodologia de pesquisa, uma vez que deixa de existir o informante nascido na localidade e sem mobilidade. Além disso, se não levarmos em conta o informante topodinâmico, como explicar o avanço ou o retrocesso de uma variante linguística em determinada área? A comparação entre informantes topodinâmicos e topostáticos também pode ser frutífera, pois pode ser reveladora de manutenção ou mudança de comportamento linguístico (THUN, 1996).

É características da Dialetologia Pluridimensional a utilização de algumas técnicas e métodos na coleta dos dados, que passaremos a descrever na sequência.

A técnica em três tempos (sugestão/sugerência)¹⁷ busca registrar não apenas a primeira resposta e espontânea do informante, mas também outras respostas conhecidas, que podem ser usadas por ele ou não. Dessa forma, perguntamos, insistimos, para depois sugerir. Com as sugestões, podemos conseguir comentários metalingüísticos acerca dessas respostas. No entanto, para isso o inquiridor deve estar preparado, realizando um estudo anterior à coleta de dados, com uma lista de possíveis variantes para aquela variável a ser documentada. De acordo com Thun (1998, p. 483), “com as sugestões procura-se registrar também os dados que, momentaneamente, na situação da entrevista ou com permanência na cabeça do entrevistado, pertencem a estratos não espontaneamente ativados ou de disponibilidade só passiva”.

A pluralidade de informantes durante a entrevista é outra técnica recorrente da Dialetologia Pluridimensional, cujo intuito é aumentar a representatividade dos dados. Existem dois tipos de entrevistas com mais de um informante: a primeira é a pluralidade simultânea, na qual dois ou mais informantes participam da entrevista ao mesmo tempo. A segunda é a pluralidade de informantes sucessiva, que consiste em começar a entrevista com um informante e terminá-la com outro. No entanto, ao realizar o inquérito com mais de um informante, estes devem apresentar perfis idênticos. Nesse sentido, podem ser apuradas as convergências e divergências nas respostas dos informantes, além de seus comentários metalingüísticos (RADTKE; THUN, 1996).

¹⁶ Cf. Thun (1995)

¹⁷ O termo sugerência tem sido amplamente usado, ainda que não esteja presente nos dicionários de língua portuguesa. Oriundo da língua espanhola, significa sugestão. Optamos pelo uso do termo sugestão neste trabalho, assim como Thun (1998).

Explanada a teoria, a técnica e os métodos que expusemos com relação à Dialetologia Tradicional/Monodimensional e à Sociolinguística, passaremos aos tipos de cartografia que nos permitem correlacionar a variação linguística diatópica com as distintas dimensões sociais.

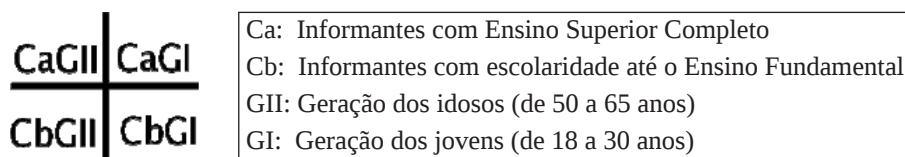
CARTOGRAFIA PLURIDIMENSIONAL

Segundo os pressupostos da Dialetologia Pluridimensional quanto à representação cartográfica dos dados em cartas, adotaram-se três tipos de carta,¹⁸ a saber:

- a) cartas fenotípicas sintéticas – com gráfico em formato de pizza, que apresenta a porcentagem das ocorrências distribuídas por localidade (mapa 1);
- b) cartas pluridimensionais – com os dados cartografados separados pela forma de uma cruz, apresenta todas as ocorrências por localidade, distribuídas pelo perfil social de cada informante (mapa 2);
- c) cartas fenotípicas sintéticas por informante – com gráfico em formato de pizza, que apresenta a porcentagem das ocorrências distribuídas por informante, ou pela quantidade de ocorrências com marcas [+Sulistas] ou [+Nortistas] distribuídas na cruz pluridimensional para cada localidade (mapa 3).

A sistematização da macroanálise nas cartas pluridimensionais se dá por meio da representação de uma célula em forma de cruz¹⁹ para cada ponto, na qual os dados foram cartografados com a devida indicação das diferentes dimensões selecionadas para a pesquisa. Os quatro compartimentos da cruz representam os quatro grupos sociais pesquisados por ponto. Na parte superior da linha horizontal, posicionam-se os dados dos informantes que cursaram o Ensino Superior e, na parte inferior, os daqueles que cursaram o Ensino Fundamental; à esquerda da linha vertical, situam-se os da segunda faixa etária (50 a 65 anos) e, à direita, os da primeira faixa etária (18 a 30 anos). Desse modo, com o intuito de contemplar a dimensão diassexual, teremos, para cada localidade, uma cruz para os informantes do sexo masculino e outra para os do sexo feminino. A figura 1 ilustra a cruz pluridimensional:

Figura 1: Sistematização por meio de cruz - pluridimensional



Fonte: Carlos (2015, p. 107) com base em Thun (2008)

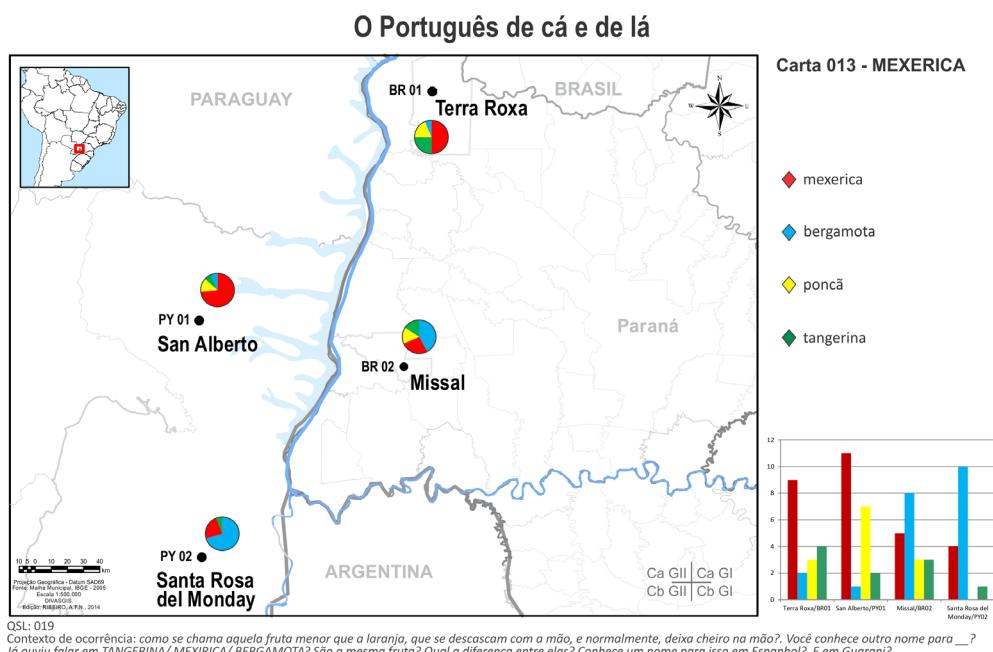
Como mencionamos, os dados aqui utilizados para a exemplificação da cartografia pluridimensional são resultado de uma tese desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina (UEL), cujo propósito foi o de descrever a língua portuguesa falada na região da fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente em duas localidades do Estado do Paraná: Terra Roxa e Missal, e duas do Departamento de Alto Paraná: San Alberto e Santa Rosa del Monday,

¹⁸ As cartas apresentadas aqui fazem parte da tese de doutorado de Carlos (2015).

¹⁹ Cf. Thun (2008)

buscando apurar não só a questão do contato entre grupos sociais da fronteira, mas também a interinfluência da variedade linguística de migrantes do Sul do Brasil (variante sulista) contrastando com os que vieram das outras regiões, como a Sudeste e a Nordeste (variante nortista). As entrevistas, baseadas no questionário do ALIB (2001), abarcaram três tipos de questionários: Fonético-fonológico (QFF), Semântico-lexical (QSL), Morfossintático (QMS), além de propostas de duas narrativas, um texto para leitura, e questões de atitudes linguísticas. Entrevistamos homens e mulheres de duas faixas etárias (18-35 e 50-65). Os dados para as localidades brasileiras são apresentados em duas cruzes: uma para homens e outra para mulheres, porém, nas localidades paraguaias, como contemplamos também os paraguaios da primeira faixa etária, acrescentamos uma nova coluna à direita da cruz.

Mapa 1: Carta fenotípica sintética/ carta semântico-lexical (Mexerica)

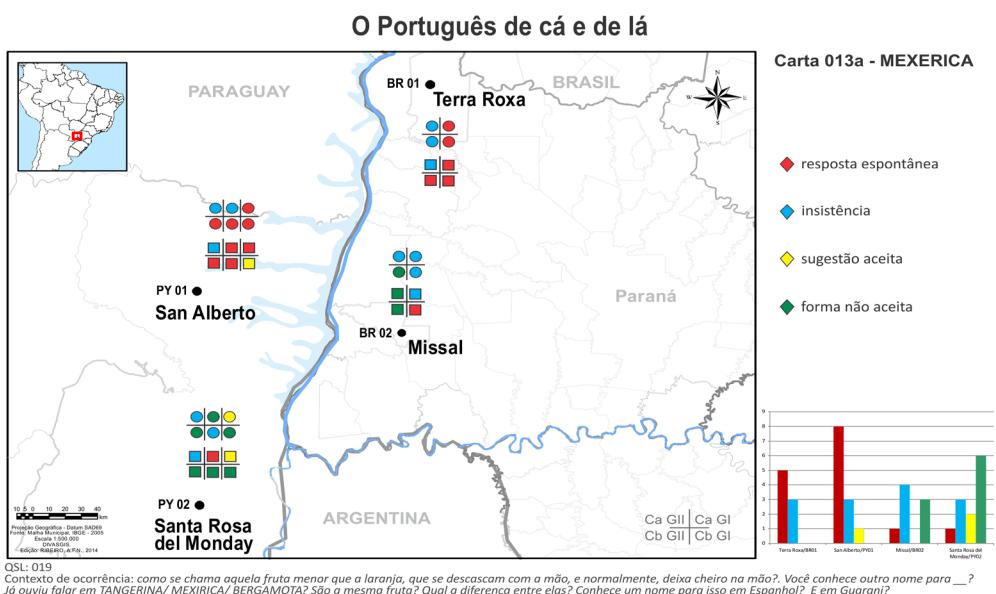


Fonte: Carlos (2015, p. 172)

Como podemos verificar, a carta fenotípica-sintética demonstra, em sua totalidade, as ocorrências de cada variante por localidade, independentemente de fatores sociais, apenas dia-tópicos. Nitidamente, podemos notar que a variante *mexerica* é mais recorrente nas localidades ao norte e que a variante *bergamota* é a mais produtiva ao sul.

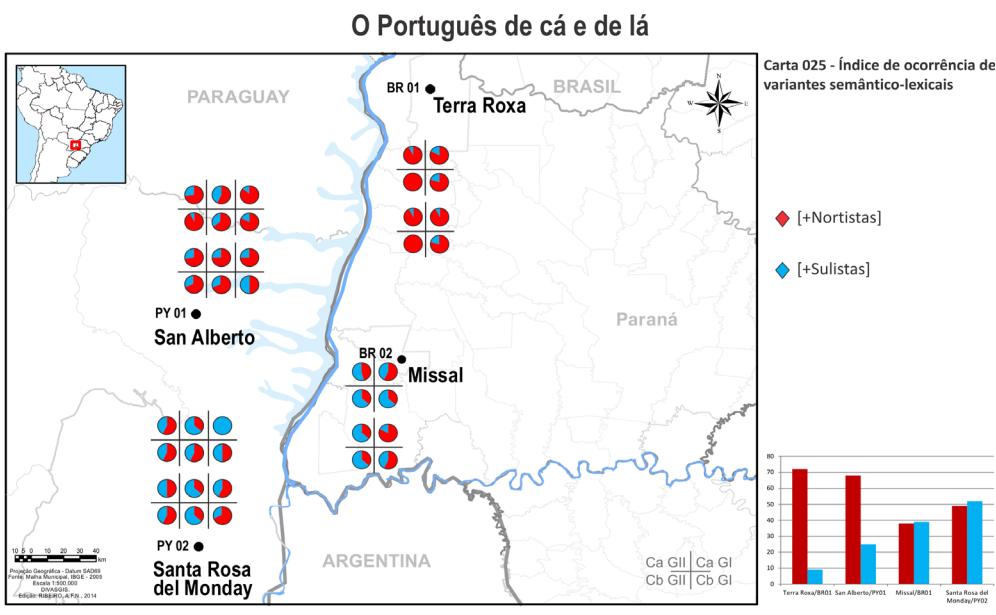
Já na carta seguinte (mapa 2), carta pluridimensional, os resultados nos são apresentados por meio da cruz, o que nos permite averiguar, na resposta de cada informante, além de sua localização espacial, também o seu perfil social. Como exemplo, podemos afirmar que, para as mulheres de terra roxa, independentemente do nível social, as mais velhas responderam “para a fruta menor que a laranja que descasca com a mão”, como primeira resposta e espontaneamente *mexerica*, porém essa não foi a resposta dada pelas mulheres mais jovens. Inferimos que elas conhecem a variante, no entanto não a utilizam.

Mapa 2: Carta pluridimensional/semântico-lexical (Mexerica)



Fonte: Carlos (2015, p. 174)

Mapa 3: Carta fenotípica sintética por informante/carta com todos os itens semântico-lexicais



Fonte: Carlos (2015, p. 248)

Finalmente, a partir de estudos prévios, podemos deduzir as variantes mais utilizadas no sul e também ao norte (entendemos, para este estudo, qualquer estado que não pertença à região Sul do Brasil), e a partir delas que montamos os questionários. Assim que, na Carta Semântico-Lexical fenotípica sintética por informante, comprovamos que as cidades que estariam mais ao norte teriam maior influência de um falar nortista, ao passo que as do Sul, um falar mais sulista, assim representado no mapa 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse percurso sobre os estudos de variação linguística, podemos afirmar que muito já foi realizado e, ao mesmo tempo, muito há de se realizar. Os dados que colhemos há 50 anos não são e nunca serão os mesmos de agora, pois a língua é viva e social, assim como o ser humano, que se transforma a cada dia, a cada interação com os contatos linguísticos e com o passar do tempo. Lembramos que a descrição de dados linguísticos é apenas o começo de um estudo, pois a partir da cartografia é que devemos nos debruçar para compreender a mudança linguística ou mesmo a manutenção de certas variantes. Parte de uma quantidade de dados muito maior poderá e deverá ser explorada futuramente a partir de Atlas Linguísticos publicados.

Esperamos que este estudo tenha colaborado, com todas suas limitações, para a compreensão dos caminhos trilhados pelas ciências que se dedicam ao estudo da variação linguística. Desde Gilliéron, com o Atlas Linguístico da França, até o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em desenvolvimento desde 1996, com dois volumes publicados.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística domínios e fronteiras**. São Paulo, SP: Cortez, 2012.
- ALVAR, M. ¿Qué es un dialecto? In: ALVAR, Manuel. (Dir.) **Manual de dialectología hispánica**: el español de España. Barcelona: Ariel, 2010 [1996], p. 5-14.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhambi, 1955.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: SP. Parábola, 2007.
- BORTONI-RICARO, S. M. **Manual de sociolinguística**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal a linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CARDOSO, S. A. M. A Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE (UFC)**, Fortaleza, v. 4, n. 1/2, p. 215-223, 2006.
- CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARLOS, V. G. O português de cá e de lá: variedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai. 2015. 289 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CARMO, M. C.; CARLOS, V. G. Alçamento Vocálico Sem Motivação Aparente: as vogais médias pretônicas no noroeste do estado de São Paulo. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 114-144, ago. 2019.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **La Dialetología**. Madrid: Visor Libros SL, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO AliB. **Atlas linguístico do Brasil: Questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, E. **Sincronía, diacronía e historia**. El problema del cambio lingüístico. Madrid: Gredos, 1988 [1957].

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. M. **A Dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: SP. (58.3). p. 1-16. set/dez. 2016.

GARCÍA MOUTON, P. Dialectología y geografía lingüística. In: ALVAR, M. (Dir.) **Manual de dialectología hispánica: el español de España**. Barcelona: Ariel, 2010 [1996].

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982, p. 17- 92.

MARGOTTI, F. W. **Difusão sociogeográfica do português em contato com o italiano no Sul do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística o tratamento da variação**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

MOREIRA E SILVA, L. H. **Sentidos para uma história da sociolinguística no Brasil na década de 1970**. Campinas, SP: [s.n.]. 2015. 147 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Metodología Sociolingüística**. Madrid: Gredos, 1990.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. **Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Documentos 2**. Salvador: ILUFBA – EDUFBA, 2006.

MOTA, J. A.; SILVA, A. dos R. Sociolinguística, uma disciplina histórica: retrospectivas, desenvolvimento e aplicações. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**. Cariri: PB. v. 8., n. 2., jul.-dez. 2019, p. 11-35.

NASCENTES, A. **Bases para elaboração do atlas linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958.

RADTKE, E.; THUN, H. (Ed.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialetkologie**. Kiel: Westensee-Verl, 1996.

- RAMÍREZ, A. G. Dialectología y sociolingüística. In: ALVAR, M. (Dir.) **Manual de dialectología hispánica**: el español de España. Barcelona: Ariel, 2010 [1996]. p. 37- 48.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].
- SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística**: teoría y análisis. Madrid: Alhambra, 1989.
- SILVA NETO, S. da. **Guia para estudos dialectológicos**. 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- THUN, H. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevideanos en Rivera. In: RADTKE, E.; THUN, H. (Org.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik**: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.
- THUN, H. La géographie linguistique romane à la fin du XX e siècle. In: ENGLEBERT, Annick et al. (Org.). **Actes do XXII e Congrès International de Linquistique et de Philologie Romanes**. Bruxelas: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 367-388.
- THUN, H. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt a M.: TFM, p. 185-227, 2000.
- THUN, H. A Geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). **Para uma história do português brasileiro**. v. VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL. Tomo II, 2009. p. 531-558.
- THUN, H. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, P.; SCHMIDT, E. (Org.). **Language and Space**: an International Handbook of Linguistic Variation. v. 1: Theories and methods. Berlin, De Gruyter Mouton, 2010. p. 706-723.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, L. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: jul. 2020.

Aceito em: nov. 2020.

IMMIGRATION AND THE CONTEXT OF BREXIT: COLLOCATE NETWORK AND MULTIDIMENSIONAL FRAMEWORKS APPLIED TO APPRAISAL IN SFL

IMIGRAÇÃO E O CONTEXTO DO BREXIT: REDES DE COLOCADOS E ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL APLICADAS À AVALIAÇÃO NA SFL

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes*

UNICAMP

Abstract: This article aims to discuss how three conservative UK newspapers (The Sun, The Telegraph and The Daily Star) represent the immigration issue during the days that preceded Brexit. The theoretical framework is based on Systemic-Functional Linguistics (appraisal system) and Corpus Linguistics (factor and collocates analysis). Collocates and network representation were calculated using two programmes (COWO and Gephi), and factor analysis and concordancing were based on R programming language. The results reveal a series of evaluation strategies related to immigrants and to the UK government and its policies. It was also possible to calculate how such strategies co-occur in the texts, obtaining a profile of the newspapers in terms of the most present dimensions and also of which strategies co-occur during instantiation.

Keywords: Brexit. Immigration. Systemic-Functional Linguistics. Corpus Linguistics.

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir como três jornais conservadores do Reino Unido (The Sun, The Telegraph and The Daily Star) representam a questão da imigração durante os dias que precederam o Brexit. A base teórica está na Linguística Sistêmico-Funcional (sistema de avaliatividade) e na Linguística de Corpus (análise fatorial e de colocados). Foram utilizados programas para cálculo de colocados e representação em rede (COWO e Gephi), sendo que a análise fatorial e análise de concordância foi baseada na linguagem de programação R. Os resultados revelam uma série de estratégias de avaliação, relacionadas aos imigrantes, ao governo do Reino Unido e suas políticas. Foi possível também levantar como tais estratégias co-ocorrem nos textos, formando não apenas um perfil dos jornais em termos das dimensões mais presentes, como também de quais estratégias são conjuntamente utilizadas na instanciação de significados.

Palavras-chave: Brexit. Imigração. Linguística-Sistêmico Funcional. Linguística de Corpus.

* Doctor in Applied Linguistics (UNICAMP), MA in Applied Linguistics (PUCSP). Lecturer in the Department of Applied Linguistics at the University of Campinas. E-mail: rll307@unicamp.br.

INTRODUCTION

This article discusses how three conservative UK newspapers (*The Sun*, *The Telegraph* and *The Daily Star*) represent the immigration issue during the days that preceded Brexit in 2020. The main theoretical background is the appraisal system (MARTIN; WHITE, 2005), part of the Systemic-Functional Linguistics (SFL) discourse analysis framework (HALLIDAY, 1978), and Corpus Linguistics (BIBER, 1988). In order to fulfil this main objective, this paper will answer the following research questions:

1. What are the most common appraisal choices present in the texts?
2. Is it possible to observe any positive or negative correlation between such choices?
3. Is it possible to profile each newspaper and their texts according to the presence (or absence) of such choices?

Bateman et al. (2019) conduct an extensive review of the many software-driven studies in the scope of SFL. According to the authors, there has been a long tradition in computational research, especially in the use of annotated corpora. Such an association is particularly fruitful due to the common origin shared by SFL and Corpus Linguistics (CL) (STUBBS, 1996), as both view linguistics as an applied social science and assume that form and meaning are inseparable (MARTIN, 2016; STUBBS, 1996; HASAN, 2014). Consequently, the analysis of real data is a concern of both (BEAUGRANDE, 2008; HALLIDAY, 1991; SINCLAIR, 1991), as they are refractory to exclusively structural linguistic analysis based on intuitive facts. In this sense, both CL and SFL rely on data collected in the real world, seeking to establish patterns of the language within the various contexts and their linguistic practice. As a result, the analysis reflects the different contexts of language use, in addition to their specific grammars (STUBBS, 1996).

For CL, the construction of meaning is the result of the interaction of a word with its linguistic environment: meaning is constituted only from the collocation and association that different words have in each register (BIBER; GRAY, 2016). In the case of SFL, this relationship occurs through the instantiation of functions within each context of the situation. Such instantiations would lead to the construction of patterns that would manifest themselves in terms of choices which differ in likeness within each communicative situation (BEAUGRANDE, 1991; HALLIDAY, 2005; LUKIN, 2019).

Despite this long tradition of analysing real language, the use of computers and corpus tools in SFL is still in its infancy, as the use of semi-automatic or automatic computational tools is not extensively present within the scope of most SFL studies. The only exception is the set of tools developed by Mick O'Donnell,¹ which is one of the few continuously maintained suites in use in the last few years. O'Donnell's SysCoder allows the qualitative classification of data in a semi-automatic way and offers some basic statistics and the retrieval of examples.

This paper follows a mixed approach (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007), investigating the co-occurrence of lexicogrammatical choices which would translate into appraisal meanings. Such an approach combines the qualitative classification of appraisal choices, the

¹<http://www.wagsoft.com/>

analysis of collocates (BREZINA; MCENERY; WATTAM, 2015; WILLIAMS, 1998), and Factor Analysis (BIBER, 1988).

The analysis is twofold. First, a network of collocates was processed. Such collocates aided in recognising the main aboutness, appraisal and linguistic features of each set of newspaper articles. This network of collocations worked as an initial survey of the categories and lexicogrammatical choices that would represent them within the corpus. This approach made it possible for the categories of analysis to emerge from the corpus, instead of being defined beforehand. Although the theory of appraisal proposes a series of possible lexicogrammatical elements for analysis, it is believed that the texts, within their specific register, would reveal their own particular features. As the aim of this paper is to analyse how immigrants and the UK immigration system are represented in three conservative UK newspapers, the survey will take into account lexicogrammatical categories which might translate into appraisal meanings. This is because, in some cases, the expression of the evaluation process was instanced by choices at both levels of analysis. To some extent, fear of immigration and EU policies might translate such frameworks into some linguistic choices. The understanding of such choices would contribute to the analysis of roles they might play in this representational scenario.

The tools for this analysis were COWO (LEVALLOIS, 2012), a tool responsible for creating the networks of collocates, Gephi (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009), which plots networks, and a set of scripts written in the R language for statistical analysis, concordancing and statistical plotting.

After this initial analysis, the texts underwent semi-automatic tagging using the categories elicited in the cluster analysis, the tagged text was the basis for the factorial analysis (BIBER, 1988) of the appraisal system in the 98 texts collected. The lexicogrammatical choices were statistically grouped into dimensions which would represent their positive (and negative) co-occurrence within the texts. The factor analysis was also the basis for profiling each newspaper in terms of the appraisal meanings they actualise.

Some specific characteristics of SFL and the appraisal system motivated this approach. SFL is a theory that defines meaning as context-dependent, as it explains how instantiation occurs through socially motivated choices. Meaning and structure could not be analysed separately, as grammar would be a paradigmatic system that allows the speaker to make socially and contextually motivated language choices (Halliday, 1994; Halliday; Matthiessen, 2014). Such choices could be defined as a systematic use of signs within a communicational context, a result of the communicational functions the speakers perform (Kress, 2010; van Leeuwen, 2005); form and meaning have the same importance within a system that sees them as inseparable (Halliday, 1994, p. 15). Therefore, as we express meaning, any choice at the structural level would also reflect at the semantic level and vice-versa (KRESS, 1993; STUBBS, 1996). Thus, for SFL, the relationship between language choices and representation of meaning occurs within what Halliday (1994) defined as semiotic potential. This relationship would create a system of choices that would be semantically and contextually motivated (Halliday, 1994; GEE, 1999).

Therefore, as the choices are non-arbitrary and context-dependent, it would be unwise to predetermine a set of lexicogrammatical choices *a priori* and search for them in the corpus. Both the classification of the appraisal meanings and the elicitation of the lexicogrammatical choices that instantiate them have to occur within the linguistic and social contexts represented

by these three newspapers. Hence, collocation and network analysis might offer an initial and necessary understanding of the appraisal system choices.

The factor (or multidimensional) analysis seeks to observe whether these appraisal meanings elicited in the collocation analysis co-occur in the texts as well as in the newspapers. The lack of specific tools might be a result of SFL qualitative tradition, especially in appraisal studies. In most cases, the interpretation of this system is subjective, as SFL considers choices as a result of the individual's interaction with his/her contexts of culture and situation (FAWCETT, 2013; HALLIDAY, 1978). Notwithstanding such a tradition, some appraisal studies have used computational and quantitative analysis, such as Taboada and Grieve (2004), Bednarek (2006) and Lima-Lopes (2018), to name just a few. Taboada and Grieve (2004) present a method for automatically classifying texts based on appraisal choices. The authors apply and improve a model of semantic classification by assigning scores to adjectives according to their function performance in the appraisal system. Their system distinguished different types of subjective texts, as the scores helped to classify such texts according to their appraisal resources. Bednarek (2006) discusses the possible classification of attitudinal lexis according to patterns of use. Such patterns would lead to a further extension of the system, according to the kind of assessment present. Lima-Lopes (2018) discusses how clustering and network analysis of lexis can be a tool to elicit meaningful patterns regarding aboutness and affect.

However, these researchers do not focus on the correlation of such strategies in a large set of texts, as this study does. The multidimensional analysis provided evidence of how such strategies would couple and how they would materialise into the discourse, at both text and media-specific levels. Therefore, this paper tries to shed some light on the hypothesis that appraisal meanings do not co-occur freely but might follow a pattern motivated by each newspaper's social representation regarding immigrants and the UK immigration system.

Consequently, the contribution of this research is also methodological. In addition to trying to understand how immigration is represented, it seeks to create an analysis and data collection methodology that allows us to investigate the appraisal system in a more significant number of texts. This study relies on open-source software for data analysis, as it enables the replication of this study in any computational platform. All the scripts are available to the community in the researcher's website² and Github repository.³

As the results will illustrate, a corpus-based analysis made it possible to understand the general aboutness of the text, in addition to isolating clusters with the main collocational patterns related to the theme of immigration. The results pointed to a series of appraisal choices which were common to all three newspapers. Such choices led to four dimensions which represent the aspects of the immigration issue in the Brexit context. As such dimensions represent the use of the appraisal choices, it was possible to observe how these choices relate to each other across the texts. Finally, each newspaper presented a different profile in terms of the presence of such dimensions.

The following sections of this paper reflect the approach taken as the basis for this research. Section 1 tries to establish the social relevance of the theme, as it also offers a general

²<http://www.iel.unicamp.br/rll307>

³<https://github.com/rll307>

understanding of the entities that are present in the Brexit context. Section 2 discusses the system of appraisal and its place within SFL. The third section discusses the methodological approach, including data collection and the description of the R packages present in this research. The following section presents the results and the final remarks close the article.

CONTENT METAPHOR, IMMIGRATION AND BREXIT

Immigration is a theme that has drawn some attention in the context of Brexit. Cap (2017a) studies the discourse of UK politicians and its representation in the conservative media, and his results show that the anti-immigration discourses address immigration as a threat to UK sovereignty and democracy. Such risks seem to pronounce the dissatisfaction of society regarding the adverse outcomes of the UK's participation in the EU. In this sense, the country is portrayed as losing its economic freedom and, to some extent, depleting its welfare state. As a consequence, the immigration problem might be one of the most relevant themes that influenced constituents to vote YES in the 2016 referendum (CAP, 2017a). It would, therefore, create a feeling that “[...] *the country [UK] is thus under a real and growing threat [and] the only way to offset the threat is to force the government [UK] to ignore the ‘orders’ and maintain a tough immigration policy* (CAP, 2017a, p. 76)”.

The discourse of such representation relies on the cultural and economic delegitimisation of EU countries, more specifically those from Eastern Europe. This brings an idea that the UK has given up control of its borders as well as of its economic policies, as it has to accept unwelcome non-UK citizens (CAP, 2017a). In general terms, the country is represented in a container metaphor:

- *The country [UK] has a limited capacity;*
- *Continued immigration could cause the country [UK] (the ‘container’) to ‘rupture’;*
- *Immigration will continue as, ‘under orders from the EU’, the government is ‘throwing open’ the country’s ‘borders’;* (CAP, 2017a, p. 76)

Such a metaphor embodies a time-space representation since the immigration issue is discussed in terms of ‘here and now’ and not as a problem which is about to happen. This creates a legitimisation device, a fear-generating event based on poorly elaborate arguments (CAP, 2017a, p. 81). Gietel-Basten (2016) observes that such discourse translates into what the author calls ‘a toxic mix of immigration and austerity’, a general message in which ‘immigration was straining infrastructure and public services’ (GIETEL-BASTEN, 2016, p. 673–674). As a result, there is a general campaign by the media pointing out that Europe has failed in its economic, political and social projects, as the UK has been indirectly portrayed as successful in hers. This success would, then, be responsible for the continued immigration from European countries.

Abrams and Travaglino (2018) tested an aversion-amplification hypothesis in two broadly representative samples of the UK electorate in an online survey. For the authors, both the mistrust in the political system, as well as in the nation’s entrusted representatives, and the growing fear that immigration would wear out the country’s resources could have contributed significantly to the YES vote. As they stood together in the same argument for Brexit, they were likely to

produce a catalytic effect. Therefore, fear of the government's inability to deal with the present immigration threat might have driven several constituents to vote in favour of leaving the EU (ABRAMS; TRAVAGLINO, 2018).

Goodwin and Milazzo (2017) observed the same correlation yet adding a new element to the equation. To them, the idea that the UK is unable to control its borders due to EU policies was also a key factor to consider. Their survey observed that an anti-immigration/migration vote might be the consequence of an association between the perception of more ethnic diversity in one's immediate context and the media discourse which frames EU immigration policy as responsible for increasing the number of foreigners in the country. Viskanic's (2017) results point to the same perception of lack of control: "increase in Polish immigration post-2004 led to a statistically significant increase in votes in favour of Brexit" (VISKANIC, 2017).

In conclusion, the political and economic interpretation of the UK's role in Europe seemed to have influenced public opinion in a context in which fear of the 'immigrant problem' catapulted the votes in favour of Brexit.

Gietel-Basten (2016), Goodwin and Milazzo (2017), Abrams and Travaglino (2018) and Viskanic (2017) corroborate the results of Cap (2017a), as they identify different social trends in which the container metaphor seems to be present. They help us to understand that it is a result of the association of some factors, mostly social perceptions which are amplified by media propaganda in favour of Brexit. Such propaganda seems to have succeeded in creating fear of an unknown scenario (CAP, 2017b) caused by growing immigration (CAP, 2017a) and its consequences to a policy based on the economic balance of welfare (GIETEL-BASTEN, 2016). This sort of legitimisation by fear is defined by Cap (2017b) as Proximisation: 'a construal operation meant to evoke closeness of the external threat, to solicit legitimisation of preventive measures' (CAP, 2017b, p. 16). In this discursive context, Brexit is presented as a remedy for this fear of growing immigration and its outcomes, as it would restore the economic and social balance represented by a tighter control of the borders (GIETEL-BASTEN, 2016).

APPRAISAL AND SFL

The appraisal system (MARTIN; WHITE, 2005) can be a useful tool for analysing the role of immigration in the Brexit scenario. This is because it can provide the necessary framework for understanding how these entities are characterised in terms of their relationship to the container metaphor (CAP, 2017a).

As Martin and White (2005) define it, an analysis of this system should describe how language is structured for evaluative representation. Otherwise speaking, we would try to understand how the different participants are represented and represent others in the texts they produce or receive. Such representations ought to be linguistically performed by instances of the attitude subsystems, concerning what those entities represent in Brexit's social and discursive frameworks.

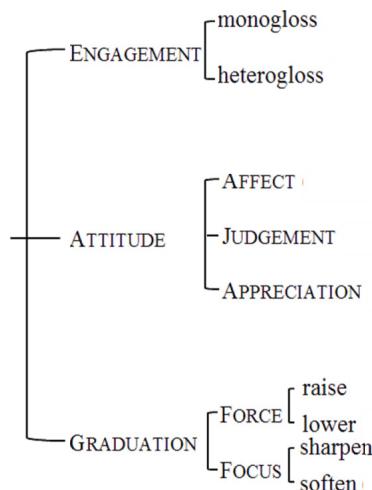
Martin and White (2005) develop an evaluation framework with three main domains: attitude, engagement and graduation (figure 1).

The system of attitude (figure 1) could be defined as the mapping of feelings and the way they are expressed in ethical, emotional and aesthetic terms. It seeks to analyse the different types

of feelings involved when expressing attitude and affection in language, through mechanisms of judgment and appreciation. Although Martin and White (2005) point out that the canonical realization of these meanings occurs through adjectives, they may also be expressed by means of processes (verbal elements) and other language choices.

Attitude is subdivided into three main semantic regions: affect, judgment and appreciation. The first is related to the way we express positive or negative feelings towards people or things. The instantiation of attitude would take place by means of adjectives and adverbs. There are two kinds of judgment: judgment of esteem and judgment of social sanction. Judgment of esteem would instantiate meanings related to *normality* (how frequent something is), *capacity* (how capable one is) and *tenacity* (how resolute someone is), while that of social sanction would instantiate meanings of ‘*veracity*’ (if something/someone is trustworthy) and propriety (how ethical something/someone is). Appreciation would be evaluation in aesthetic terms, including people, things and attitudes. In other words, it would be responsible for describing people’s ‘reactions’ in relation to something (does that please us?), to the ‘composition’ of things (are we dealing with something simple or complex?) and their ‘value’ (is it something innovative?).

Figure 1: System of Appraisal



Source: Martin and White (2005)

The system of attitude (figure 1) would be responsible for the ways we express our feelings towards someone or something. Such a system is constituted of the other subsystems: affect, judgment and appreciation. Affect deals with the expression of positive and negative feelings, while judgment is in the domain of ethics or our attitude towards some behaviour. Lastly, appreciation encompasses evaluations of the semiotic phenomena and how our culture values them.

Engagement (figure 1) is about the interpersonal relationship established in the interaction, as it translates our negotiation and the interactants’ dialogic relationship into language choices. That is to say, one would identify the source of the attitudes identifying the traces of monoglossia and heteroglossia in the discourse (MARTIN; WHITE, 2005). As Martin and White (2005)

define it, such a system would be responsible for the writer/speaker's acknowledgement of other discourses or different positions.

Finally, the graduation system (figure 1) has an ancillary function regarding the other two. It makes it possible to lower or raise the value of a judgment, an attitude or the weight that external voices have in the discourse. The system would then be responsible for sharpening, softening or intensifying the boundaries of some attitude or behaviour.

According to Oteiza (2017), the purpose of the appraisal framework would be to magnify the traditional accounts of how meaning is negotiated within a text. This system would do so by considering the textual voices concerning the many entities present in discourse. It would mean that appraisal is a system that might explain how the meanings produced by those participating in a communicative event render their language choices into processes of expressing ideological alignment or antagonism.

Such a framework is relevant because language is part of a system of values by which people construct their representations about the world around them (ALBA-JUEZ; THOMPSON, 2014). There is, then, a dialectic relationship between language and social context as they mutually influence one another in equal proportion (HALLIDAY, 1978). So, the appraisal framework affords a resource for systematising the language used to construct the values of social experience across discourse (OTEIZA, 2017) and translate them into language. The linguistic analysis would concern how evaluative prosodies are expressed within the texts (OTEIZA, 2017, p. 460).

Alba-Juez and Thompson (2014, p. 13) define evaluation – or appraisal in Martin and White's (2005) terms – as a dynamical subsystem of language. It would permeate all linguistic levels, which would express one's attitude and feelings towards other entities represented. In many situations, such entities may have some functions or representations ascribed in the text (THOMPSON; THETELA, 1995). Because appraisal is at the level of discourse semantics (HALLIDAY, 1978; TANN, 2017), it would allow meanings to unfold towards many systems in the lexicogrammar (OTEIZA, 2017). In many situations, such entities may have some functions or representations ascribed in the text (THOMPSON; THETELA, 1995). Because appraisal is at the level of discourse semantics (HALLIDAY, 1978; TANN, 2017), it would allow meanings to unfold towards many lexicographical systems (OTEIZA, 2017).

METHODS⁴

CORPUS COMPILATION AND DESCRIPTION

The corpus is a set of 98 articles from three UK newspapers: *The Sun*, *The Daily Star* and *The Telegraph*. After a search for the term immigration in each newspaper webpage, a list of possible addresses was saved to enable web scraping.

The data were collected using R, a statistical programming software that is also able to perform web scraping and language processing. The data were automatically scraped from the

⁴All scripts written for this paper will be available at: <http://www.iel.unicamp.br/rll307>

newspaper's webpage using a package called Rvest⁵ (WICKHAM, 2019). This package reads the CSS information of a webpage and extracts pieces of information as requested. In the case of this study, the title and the text of the main article.

Table 1: Articles per newspaper

Newspapers	Articles
Telegraph	27
Sun	21
Daily Star	50
Total	98

Source: Data

A software script was written for each newspaper, due to HTML and CSS code differences. The final product of the data collection process was a CVS table containing the article text, the newspaper name and the access link.

Table 2: Types/token distribution.

	Telegraph	Sun	Daily Star
Types	9106	8058	8543
Tokens	20468	15982	15378
Ty/To Ratio	0.45	0.50	0.55
Tokens/article	758	761	307

Total Types: 2507/Total tokens: 51828

Source: Data

The main concern was to keep the total number of types and tokens similar across the subcorpora (table 2). So, although the number of articles is different in each subcorpora, the number of words is similar amongst them. In order compare the corpus on an equal basis, all lexical occurrences were normalised (BREZINA, 2018) by 1000 words. The corpus design also considered only complete articles, avoiding maculating the analysis of the appraisal meanings due to the presence of abridged texts.

The corpus has 98 articles, 50 from *The Daily Star* (DS), 21 from *The Sun* (S) and 27 from *The Telegraph* (T). A cross observation between tables 1 and 2 would tell us that the DS articles tend to be shorter in comparison to the other newspapers. In contrast, the T articles tend to be slightly shorter than those in S. The DS articles tend to have the highest types/tokens ratio, while the T articles tend to have the lowest numbers.

PROCEDURES

As discussed earlier, the methods of analysis are twofold. The first step was to study the collocational network of the articles in order to elicit which lexicogrammatical patterns

⁵<https://github.com/tidyverse/rvest>

stantiate appraisal meanings in the text. This initial explorative analysis was also important to understand the main semantic prosody in the texts.

The collocational network results were the basis for the multidimensional analysis. This analysis aimed at discussing how meaningfully the appraisal meanings and lexicogrammatical choices co-occurred in the texts and newspapers studied.

Word clustering

Network clustering was obtained using two software programs. The first was COWO (LEVALLOIS, 2012),⁶ which calculates collocates and clustering using mutual information (BREZINA, 2018; BREZINA; MCENERY; WATTAM, 2015). COWO exports a file with the calculation results but does not produce any visual representation. Gephi (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009)⁷ plotted the collocate network. The software can also calculate clusters and display them separately.

Gephi (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009) is a network analysis programme which offers a number of statistical calculations and plotting options. Each word of the corpus was considered as a one within the network and the size of each node represents its centrality (SCOTT, 2013). Centrality is calculated in terms of the connections a given element has within a network; as it relates to more elements, it tends to get a higher score (SCOTT, 2000). The network graphics also has a topological meaning, the proximity of the nodes expresses how close they are in terms of co-occurrence. If we translate such an approach into language features, the direction of a collocation would represent the network connection within the graphics, the size of the words (or nodes) would indicate its importance within the network and the colour would indicate the co-occurrence cluster it belongs to. The software also calculates a clustering component based on the connection of two or more items (BLONDEL et al., 2008). The objective of clustering was to elicit the choices that would tend to be around words like *immigration* or *immigrants*.

It is essential to mention that this exploratory phase was necessary because many of the articles do not have immigration as a single theme. In many cases, they also discuss some other Brexit issues. This exploratory analysis had two main functions. One was to recognise the general aboutness of the texts, to understand how immigration relates to the other themes they discuss. The second was to isolate the clusters related to immigration to then use such collocates as a starting point for the semi-automatic tagging. Naturally, the clusters could be represented more traditionally, as tables or dendograms. Nevertheless, some of the hierachal relationships are much clearer in network graphics, which makes it easier to recognise lexical and semantic relations within the clusters (BREZINA, 2018; BREZINA; MCENERY; WATTAM, 2015). Each appraisal meaning was subjectively categorized in term of its lexicogrammatical instantiation.

The procedures for the network analysis were:

1. All HTML information was extracted from the texts, using R scripts;
2. All texts were saved in simple text format in the same directory;

⁶<https://github.com/seinecle/Cowo/blob/master/README.md>

⁷<https://gephi.org/>

3. Collocations were obtained using COWO:
 - a. The study considered only words that occurred at least five times in the corpus;
 - i. Such a cut excluded one-time collocations and made the statistical processing possible due to hardware limitations;
4. Collocations were processed using Gephi.

Semi-automatic tagging, concordancing and factor analysis

The next step was to tag the corpus in order to enable factor analysis (BIBER, 1988; BREZINA, 2018). Three R packages were used for this task:

- Quanteda (BENOIT et al., 2018):⁸ It offers a set of tools intended to perform quantitative textual analysis. In this research, I used its KWIC feature to map the appraisal in the corpus;
- RQDA (HUANG, 2016):⁹ It is a package for qualitative data analysis. It integrates qualitative coding with various R programming features;
- Psych (REVELLE, 2019):¹⁰ A set of tools for Psychology and Human Sciences Statistics.

Concordancing aimed at classifying patterns of appraisal according to their function in the corpus. Afterwards, the corpus was tagged in order to perform factorial calculation, using RQDA (HUANG, 2016) command line. Such patterns were organised as lists for tagging texts semi-automatically. Then, each file was manually reviewed to either correct any mistagging or to tag any appraisal meaning that was not mapped by collocation analysis.

Subsequently, the number of occurrences of each lexicogrammatical choice within each text was exported to a table and normalized by 1000. The normalization aimed at making it possible to compare the occurrences of each feature without falling into the pitfall of possible differences in terms of absolute values, a standard procedure in corpus analysis (BREZINA, 2018). This table was the basis for the factor analysis using the package (REVELLE, 2019).

These procedures could be summarised as:

1. Classifying lexicogrammatical choices observed in the network/cluster analysis according to POS (Part of Speech) categories;
2. Concordancing each lexical or collocation pattern in order to classify them in the appraisal system;
3. Using RQDA to tag lexicogrammatical choices within the texts;
4. Reading each tagged text in order to correct errors (mistagging or unaccounted for choices);
5. Quantifying the occurrence of each lexicogrammatical choice in each text;
6. Normalising the occurrences by 1000;
7. Applying factor analysis to the resulting normalised table.

⁸<https://quanteda.io/>

⁹<http://rqda.r-forge.r-project.org/>

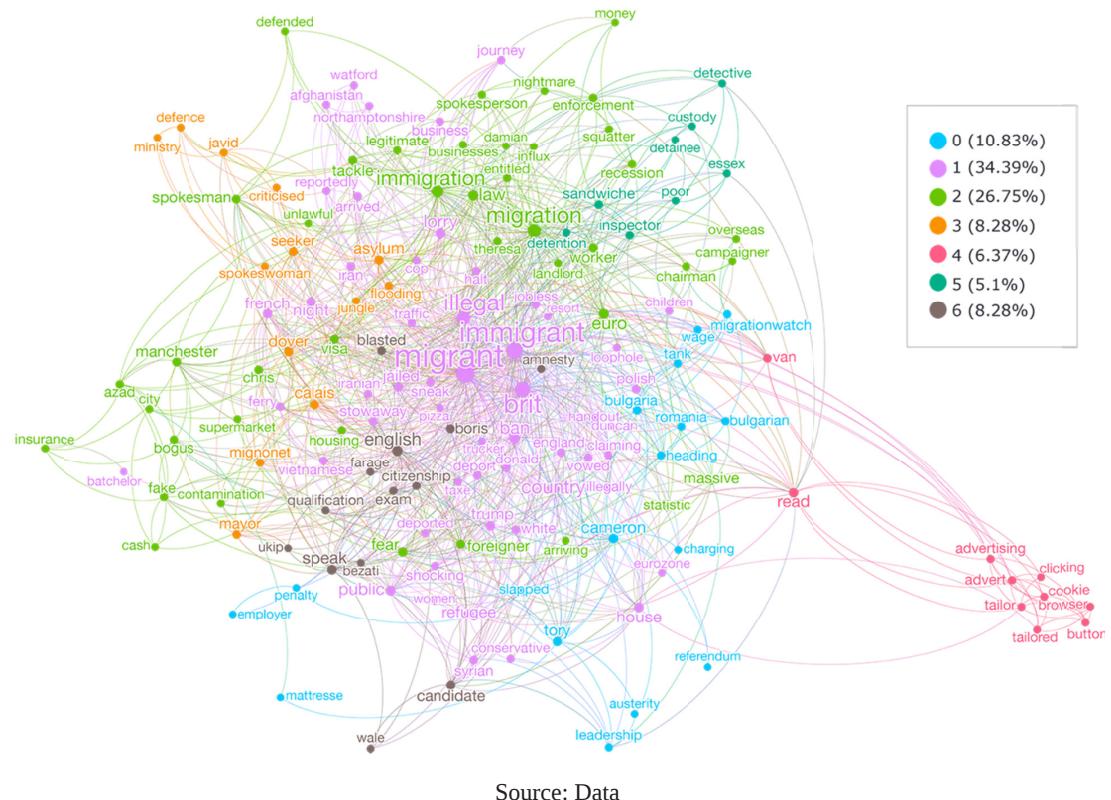
¹⁰<https://personality-project.org/r/psych/>

RESULTS

ABOUTNESS AND COLLOCATES

Figures 2 through 4 display a collocation network obtained by processing all articles. Each lexical item – in this case single words – represents a node in each network. The size of the nodes represents how important that word is in the newspaper collocational context and the colours display the clustering based on co-occurrence. The figures also have a topological meaning: the more central position represents importance, as central items have more collocates, while lexical items that are closer also tend to co-occur more frequently. Each figure also has a key with the percentage of items in each cluster.

Figure 2: Network of collocations in the Daily Star



Source: Data

The *Daily Star* (figure 2) has seven clusters, with cluster 1 and cluster 2 featuring the most items. Both have the words *migration*, *immigration*, *migration* and *migrant* in their central positions. They seem to connect to words meaning nationalities (French, Iran) and legal issues (legal, illegal, loophole). Politicians — like *Trump*, *Boris* and *Theresa* — are also present in these clusters. Some verbs like *sneak* and *squat* represent actions instantiated by immigrants. The most distant cluster (04, far left) features information regarding the newspaper's internet policy and was not considered. Cluster number 2 (green) seems to congregate words.

The Daily Star seems to emphasise legal issues (unlawful, bogus), with immigrants being treated as ‘foreigners’, in addition to being negatively assessed by squatting (table 3, lines 1, 2 and 3). Public health issues also seem to affect how the newspaper views immigrants (contamination, table 3, line 7). Origin identification not only shifts the focus of criticism towards some individuals but also to the UK immigration system. This is mainly due to the nationality of those who obtain entry visas (table 3, line 8).

Table 3: Daily Star Collocations (1)

1	Bell admitted one count of assisting in	unlawful	immigration
2	Many immigrants with	bogus	documents
3	Jobless immigrants	squatting	in filthy hovels across Britain
4	European migrants could now be much <i>higher</i> after	the numbers arriving	in Britain has continued to soar.
5	European Union nations in response to the crisis in the	Euro	
6	immigrants a month came to Britain from the former Eastern Bloc nation before the	recession	, then the numbers began to dwindle
7	NHS drugs are being destroyed amid fears of	contamination	after migrants broke into trucks.
8	Indian nationals from Goa can obtain	Portuguese citizenship	if their parents were Portuguese citizens prior to 1961

Source: Data

Discussion on economics addresses the employability of immigrants, mostly related to recession or economic problems in the eurozone (table 3, lines 5 and 6) or their lack of contribution to the official UK pension funds. This economic discussion seems to be a form of criticism of immigrants and the UK immigration system.

Several voices seem to be brought into the articles. In the absolute majority, they appear to be representatives of the UK government (spokesman, spokesperson) or of studies that demonstrate immigration ‘statistics’. The latter seem to give a tone of objectivity to the discourse (table 4) in addition to justifying criticism.

Table 4: Daily Star Collocations (2)

1	[...] low-paid immigrants	made	no contribution to the state pension pot [...]
2	A Home Office	spokesperson	said today [...]
3	Most recent figures from the Office for National	Statistics	Showed a net flow of 176,000 migrants

Source: Data

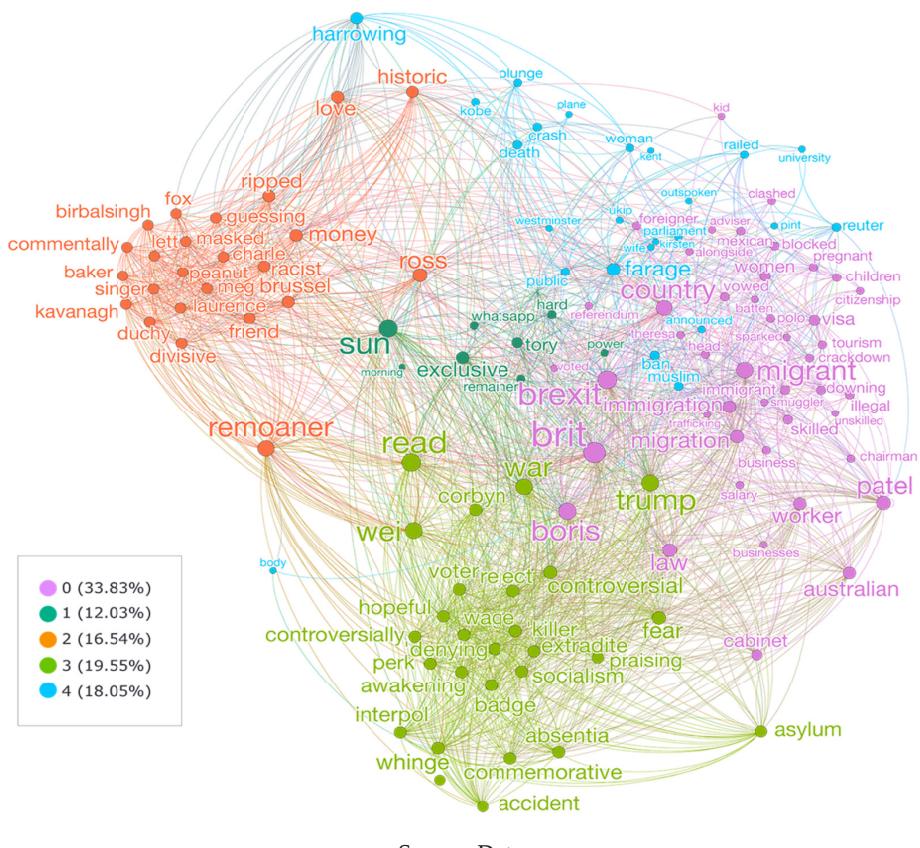
The collocations in *The Sun* are in figure 3. There are five clusters topologically well divided. Cluster 0 is responsible for the most frequent collocations regarding the immigration phenomenon. References to politicians (*Boris, Patel, Theresa*) are frequent, plus references to the kind of visas available (*tourism, business*), the legal status of immigrants (*illegal*) and their professional skills (*unskilled*). Cluster 1 is central and features information about the newspaper,

mostly from the headings. Cluster 2 focuses on some political issues of Europe, featuring the names of politicians (*Laurence, Meg*) and European cities (*Brussels*). Cluster 3 focuses on the controversy of the issue (*controversial, socialism*), on justification or characterisation of phenomena that might cause immigration (*war, asylum*), and on actions that might be taken against immigrants (*extradite, denying*).

There is the same concern about illegal immigrants, mostly in the context of the trafficking and smuggling of people into the UK (table 5, line 7). Immigrants also seem to be treated according to the nature of their professional skills, particularly when discussing new immigration policies (table 5, lines 4 and 5). This skills-related classification is present in the speech of politicians, who seem to place immigrants in two categories: skilled and unskilled. The former are welcome in the UK and comprise specialised workers and scientists, while the latter are not clearly defined. Their place as undesirable immigrants is not something openly presented, but rather inferred from the context when compared to the first category.

It is noticeable that *The Sun* frequently makes references to the United States and Australia (table 5, lines 1, 2 and 3), as it features policy examples carried out by their governments. It also introduces some cases of illegal immigration in the USA and quotes Australia as an example of a skills-based migration programme.

Figure 3: Network of collocations in The Sun



Source: Data

Reported speech is frequent, as *The Sun* relies on other voices to express its feelings towards immigrants and immigration (table 5, line 7). Here the names of politicians are frequently present before the reproduction of their speeches, and there are a few references to official positions. Brexit is present in most of the texts, usually as a temporal timestamp for new UK policies (table 5, line 8).

Table 5: *The Sun* Collocations

1	DONALD	Trump	is planning to restrict travellers from Nigeria and six other countries
2	Trump has also turned away	pregnant	women coming over to the US.
3	[...] rule for immigrants coming to Britain and replace it with an	Australian-style	system.
4	Another group of unskilled	workers	could be granted short-term visas
5	Skilled	workers	including health and NHS staff would need a job lined up [...]
6	[...] illegal entries by sending people	smuggled	in straight back [...]
7	[...] new system is enforced after	Brexit	
8	[...]	Mr Farage	added: They're beginning to say the same

Source: Data

Figure 4 shows the network of collocations in *The Telegraph*, with seven clusters. Clusters number 1 and 3 concentrate references to *immigration* and *migration* and are the ones with the highest number of words. Besides references to Brexit and to a number of politicians (*Theresa, Cameron, Farage*), the newspaper expresses its concerns about the legal situation of immigrants, the intensity of the immigration phenomenon (*uncontrolled, massive*) as it makes reference to other countries in Europe (*Portugal*). The immigration issue is in two different clusters because they seem to represent two different facets of the matter. The first (cluster 3) features political discussions and actions regarding immigrants and their characterisation, while the second (cluster 1) is about the legality of immigrants.

Table 6 shows the results of *The Telegraph*. The economic issue is also present, represented by words like ‘Euro’ (table 6, line 1) and ‘Eurozone’ (table 6, line 3). ‘Euro’ is in propositions that discuss problems related to the economy in foreign countries. At the same time ‘Eurozone’ identifies these countries, generalising them as a single economy. To some extent, it also seems to classify the origin of immigrants indirectly.

Figure 4: Network of collocations in The Telegraph

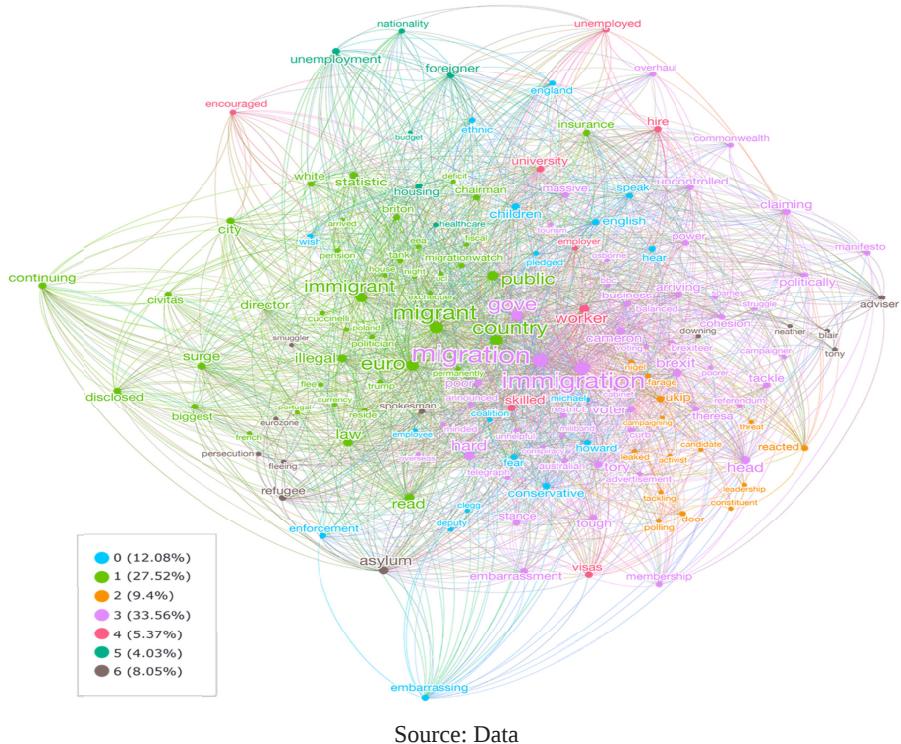


Table 6 - The Telegraph Collocations

1	May: we'll stop migrants if	euro	collapses
2	The authors warn that Brexit could lead to a	surge	of illegal immigrants
3	This suggests that the economic problems faced by	Eurozone	countries
4	Every	illegal	immigrant in Britain costs the taxpayer up to £ 4,250 a year
5	China provides the	biggest	number of new immigrants to the UK
6	The report also	disclosed	the advertising campaign, which encouraged illegal immigrants
7	they had the biggest impact on industrial towns with high levels of	unemployment	such as Rotherham and Oldham
8	You can't turn away a genuine	refugee	fleeing persecution.
9	Europe People	smugglers	using Facebook to find migrants Syrians flee chaos
10	a surge in migrants coming to the UK from countries like	Spain and Portugal	

Source: Data

The subject of economics mixes up with personal assessment at different times. If the difference between skilled and unskilled workers already pointed to this possibility, this becomes even clearer when the newspaper classifies immigrants as having or not having jobs in their country of origin (table 6, line 7). In a way, this type of speech contributes to the idea that the eurozone is collapsing (table 6, line 1), which would justify a ‘surge’ of immigration to the UK (table 6, line 2).

The issue of legality is also present in the data; however, it seems to contrast two types of immigrants. The first are illegal (table 6, line 4), and as such, they have high costs for the UK citizen, while the second are ‘genuine’ since they are fleeing political persecution in their country (table 6, line 8).

The newspaper identifies European citizens as people ‘smugglers’ (table 6, line 9), making them responsible for human trafficking. Country names (Spain and Portugal) determine the origin of immigrants, as in other newspapers (table 6, line 10). *The Telegraph* also features other voices, mostly politicians and immigration specialists (table 6, line 6), as the latter also contribute some sound of objectiveness to the discourse. The use of adjectives to characterise the immigration scenario is also common (table 6, line 5).

This initial analysis made it possible to recognise some of the evaluation strategies within the texts, as it brought up some basic categories to be surveyed in the multidimensional analysis. Some of the possible categories one observes are:

- Judgment of immigrants based on their origin;
- Judgment of immigrants based on their skills;
- Judgment of immigrants according to the legality of their entry;
- Presence of external voices, such as politicians from UK and other countries;
- Economic evaluation of European countries;
- Evaluation of the immigration system;

The next step was tagging semi-automatically the lexicogrammatical choices which would instantiate such meanings within the texts. If any new categories emerged during this process, they were also considered in the analysis.

MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS

A summary of Multidimensional categories is shown in table 7. The challenge in this approach is to translate the appraisal meanings into a set of lexicogrammatical items. Results pointed out that most of the choices would instantiate more than one meaning as, most of the time, appraisal is a result of the general prosody (MARTIN; WHITE, 2005). For example, there are adjectives used to evaluate immigrants in terms of their legal status and in terms of their social and economic behaviour. On the other hand, the origin of the immigrants — a discourse tool for negative evaluation — is expressed by nouns phrases, adjectives and prepositional phrases. As table 7 reads, the lexicogrammatical choices were grouped according to three main

criteria: 1) the meaning they instantiated; 2) the entity they evaluated; and 3) the appraisal functions they actualised.

The analysis showed that the negative semantic prosody (BEDNAREK, 2008; HUNSTON, 2007) regarding the theme of immigration is a result of a system that evaluates not only the immigrants but also the countries in the eurozone, as it relies highly on the voices of politicians and external research. The articles tend to evaluate it as two specific entities: the first is the immigrants and the second is the immigration system. Immigrants are assessed in terms of their legal status. They are classified in terms of their place of origin. This place of origin approach might be a sharpening strategy since, by determining the immigrants' nationalities, it creates a pre-selected group that poses more risk to the UK financial or border system.

Immigrants also suffer sanctions on three main points: their behaviour, their economic contributions and their employability. The first may be related to manners that differ from what the newspaper considers to be part of normality, as well as those imposed by adverse life situations in the UK. There is a clear division of immigrants according to their professional capacity. The skilled and those who suffer political persecution are considered for immigration. The unemployed and unskilled, in turn, are unwanted, represented as trespassers and criminals, and associated with unsanitary acts.

Table 7: Categories for Multidimensional analysis

Category	What it means	Appraisal Function(s)	Examples	Tag
Adjectives - I (immigrants or immigration)	Immigrants' social and economic behaviour	Judgment (social sanction) Propriety Affect (negative) Appreciation (negative)	Bogus, Awful, Destitute, Dangerous	ADJ_I
Adjectives – II (Immigrant skills)	Quality of professional skills	Judgment (social esteem) Capacity	Unskilled migrants, low-skilled, skilled-worker, Brightest minds	ADJ_II
Adjectives – III (Legal status)	Whether immigration is legal or morally accepted	Judgment (social sanction/esteem) Normality/propriety	Legal, illegal, unlawful	ADJ_III
Mixed categories - I (Noun phrases, adjectives and prepositional phrases)	Where immigrants are from	Intensification (Focus) Sharpness	Ethnic minorities, Portugal, from Eastern Europe, from poorer EU countries, Iran, Polish	MC_I
Mixed categories - III (Adverbs and adjectives)	How immigration (system) is	Judgment (social esteem) Normality Appreciation (negative)	dramatically, passionately, absurd, uncontrolled	MC_III

continua

conclusão

Category	What it means	Appraisal Function(s)	Examples	Tag
Mixed categories – II (Proper nouns and noun phrases)	Politicians and other entities voices for support	Heteroglossia	Nigel Farage, Boris Johnson, say, Official statisticians	MC_II
Verb phraseologies	Processes (with collocates) that withhold some evaluation	Judgment (social esteem) Property (immigration) Capacity (government) Heteroglossia	Stop illegal immigrants, squat, stow	VP
Modals	Modal verbs	Heteroglossia	May, Must, Can	Modal
Noun phrases – I	Evaluating economic processes	Intensification (focus) Sharpness Judgment (social esteem) Normality	European economies, eurozone, economic refugees, welfare	NP_I
Noun phrases – II	Control over UK borders	Judgment (social esteem) Normality (immigration)	student visas, proper border controls	NP_II

Source: Data

The issue of economics is treated from the perspective that the eurozone is in complete financial collapse, which would lead to immigration to the United Kingdom. It would not only lead to costs for the taxpayer but also ruin the welfare system.

There are several voices present in the text. They can be either from UK politicians, like Boris Johnson and Nigel Farage, or statistical studies that would prove the surge of immigrants towards the country. The embedded discourse of politicians provides information about the country's scenario, as well as actions related to the economy and migration policies. In a way, the presence of politicians and statistical studies show with which voices the three newspapers are aligned.

The voice of the immigrant is not present at any time. This means that although a great deal of Appreciation, Judgment and Affect are directed towards these people, they do not have the right to be heard by the newspaper or its readers. The use of 'we' is a way of excluding the other non-UK voices. In this sense, 'we' includes the reader if she/he is a UK citizen and shares the writer's concern with immigration as in '*We live in a world where China wants your lunch and India wants your dinner*' (*Daily Star*).

Although the initial appraisal theory does not afford the analysis of processes (verbal elements in SFL terminology), it is impossible not to notice that they are essential for this research. First, because this choice tends to reinforce the semantic prosody already established by nouns, adverbs and intensification adjectives, and second because some of them already carry an intrinsic evaluation. Examples would be 'squat', which in itself represents a negative action concerning property, and 'stowaway', which despite being a noun also occurs as a verbal form in the articles. The processes have some collational patterns, such as 'stop immigrants',

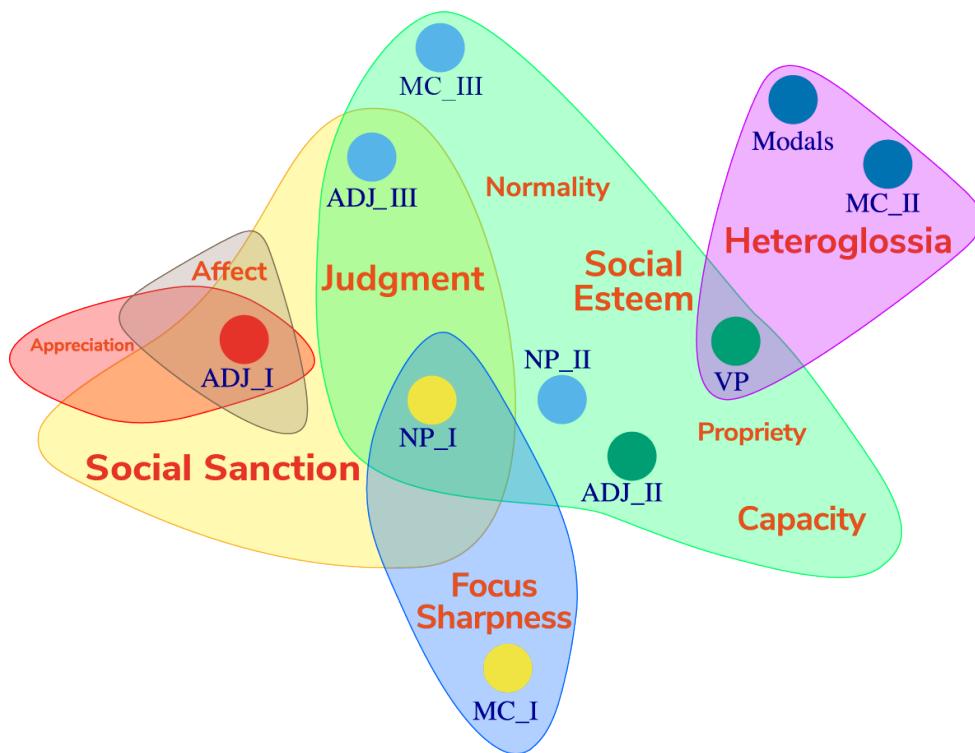
which focus their meaning on the prosody. There are also verbal patterns that evaluate economic performance, such as ‘stagnate’, which necessarily shows a negative assessment. Modal verbs were commonly present. While the use of modal verbs in themselves does not indicate any specific judgment, they occur exclusively in the politicians’ reported speech. Such a pattern seems to ascribe an important role to external voices, which not only justify the political position of the newspaper but are also responsible for any expression of possibility/probability. Besides, since modals occur exclusively in this context, it also might be seen as a lexicogrammatical pattern that identifies heteroglossia.

An important topic was the control of UK borders. In many propositions, the system of immigration was evaluated as inefficient and not adequately controlled by local authorities due to EU interference. Finally, several adverbs are present in the texts. They are mostly marking strong personal judgment towards all the entities I have discussed above. Unfortunately, this subjective category could not be broken down into smaller groups due to the size of the texts. Adjectives and adverbs are fairly common strategies for evaluation. In some cases, bigrams occur in many texts to maintain the discourse patterns recognisable for the reader.

One of the hypotheses of this research is that newspapers might use differently the Appraisal strategies presented in table 7. Two steps were taken to confirm whether this hypothesis is correct or not. The first would be to understand the correlation between these different lexicogrammatical choices and, secondly, to observe how each newspaper uses them.

Figure 5 shows the qualitative relationship between the lexicogrammatical choices and the system of appraisal, translating graphically some of the information present in table 7. It is possible to observe that judgment plays an important role in the texts, as it instantiates meanings of both social esteem and social sanction. The former is actualised by adjectives (ADJ_I and ADJ_III) and noun phrases (NP_I), while the latter is also actualised by adjectives (ADJ_II, ADJ_III), noun phrases (NP_II), verbal phrases (VP) and mixed categories (MC_III). Affect and appreciation are mostly entirely instantiated by adjectives (ADJ_I) while heteroglossia is instantiated by modals, mixed categories (MC_II) and verbal phrases (VP). Finally, focus instantiates by means of mixed categories (MC_I) and noun phrases (NP_I).

Figure 5: Relationship amongst strategies and the appraisal system



Key: NP_I: Noun Phrase I, NP_II: Noun Phrase II, MC_I: Mixed categories I, MC_II: Mixed categories II, MC_III: Mixed categories III; ADJ_I: Adjective I; ADJ_II: Adjective II; ADJ_III: Adjective III
(for function correspondence, see table 7)

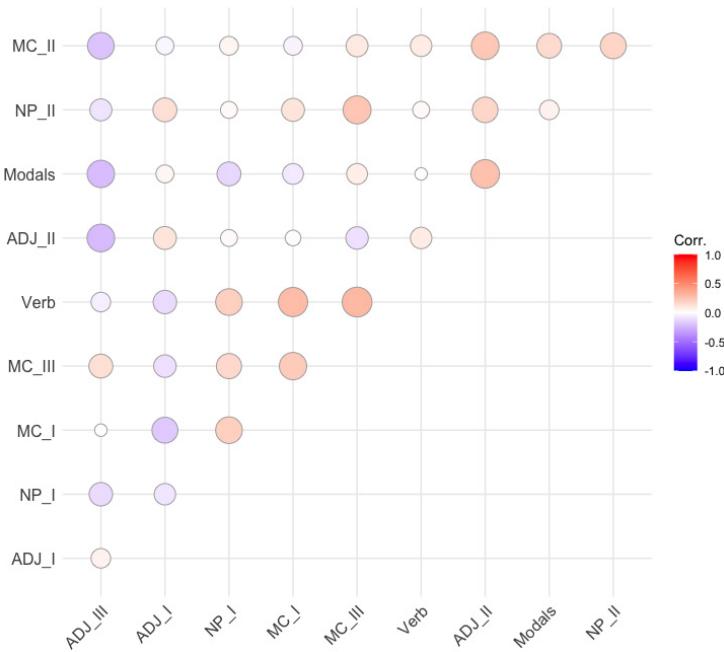
Source: Data

These results also bring two vital conclusions to this research. The first is that there is no possibility to observe a simple and sharp relationship between lexicogrammatical elements and the appraisal system. This might be so because appraisal is a semantic concept which seems to be expressed by a multiple set of choices and oriented towards a general prosody at a discursive level (MARTIN; WHITE, 2005). It was possible, nonetheless, to classify evaluative meanings throughout a discursive prosody regarding the entities present in the texts.

The second is an overlap brought about by this multiple relationship. Some overlaps amongst lexicogrammatical choices and appraisal meanings represented by the sets and their colours can be observed in figure 5. Some meanings such as social esteem and social sanction overlap in two categories, as focus overlays with them in one category. Heteroglossia and focus instantiate only one common grammar category, while appreciation and affect are actualised by only one kind of choice. Regardless of the fact that figure 5 does not represent any statistical testing, but a simple co-occurrence of the features within the texts, it might indicate that some meanings and choices do not co-occur randomly.

Figure 6 provides a correlation matrix amongst the lexicogrammatical choices within the texts. This matrix recursively correlates the occurrences of each choice in each text, offering a summary of this correlation in a graphical representation.

Figure 6: Correlation Matrix



Key: NP_I: Noun Phrase I, NP_II: Noun Phrase II, MC_I: Mixed categories I, MC_II: Mixed categories II, MC_III: Mixed categories III; ADJ_I: Adjective I; ADJ_II: Adjective II; ADJ_III: Adjective III
(for function correspondence, see table 7)

Source: Data

First, it corroborates the results observed in figure 5, as the statistical analysis shows that some lexical choices seem to co-occur more significantly than others. Since each set of choices represents some appraisal meaning, one might conclude that these meanings also co-occur significantly.

Figure 6 shows that there are both positive and negative relationships. The positive, on the one hand, are those closer to 1, which means a 99% or higher chance of them co-occurring consistently in the texts. On the other hand, the negative correlation shows just the opposite, a consistent possibility of not co-occurring. Numbers close to zero indicate that the co-occurrence has a high probability of happening by chance.

Amongst the most significant positive relationships are:

- VP, MC_I, MC_III and NP_I
 - Property, capacity, heteroglossia, normality sharpness and normality
- ADJ_I, MC_I, NP_II, NP_I and ADJ_III
 - Propriety, affect, appreciation, sharpness, normality
- NP_II, NP_I, ADJ_II, ADJ_I and MC_III
 - Normality, sharpness, capacity, affect, appreciation and heteroglossia

Some of the most significant negative correlation results would be:

- VP and ADJ_I
 - Property, affect and appreciation
- MC_I and modals
 - Sharpness and modals
- ADJ_III and MC_II
 - Sharpness and heteroglossia
- ADJ_III and NP_I
 - Normality/propriety and sharpness

These results point to a relationship not yet observed in appraisal analysis. Such associations can be motivated by choices in the discursive context, as the presence of specific strategies tends to be what characterises a particular textual typology of discourse. It is important to note that such an association of appraisal meanings cannot be dissociated from the lexicogrammatical choices which actualise them. The relationship amongst different language strata is a fundamental element in SFL (Halliday, 1978, 1994), as meaning and form are seen as part of the same phenomenon.

One implication of these results is that discursive strategies and lexicogrammar choices might follow a combinatory logic. Otherwise speaking, they do not correlate freely in or across texts but tend to create some common groups of strategies which could point to some meaning-making patterns. This is why both positive and negative correlations are equally significant.

Table 8: Dimensions of Appraisal in the corpus

	D1	D2	D3	D4
	Immigrants and border control	Legal status, heteroglossia and immigration	Heteroglossia and job skills	Origin and economic issues
Features	NP_II	0.984		
	NP_I			0.430
	MC_II		0.378	
	ADJ_II	-0.112	0.527	
	ADJ_III	0.178	-0.453	-0.147
	Modals	-0.101	0.174	-0.180
	MC_I			0.521
	ADJ_I	0.152		-0.279
	MC_III	0.936		0.179
	VB	0.139	0.104	0.474

Key: NP_I: Noun Phrase I, NP_II: Noun Phrase II, MC_I: Mixed categories I, MC_II: Mixed categories II, MC_III: Mixed categories III; ADJ_I: Adjective I; ADJ_II: Adjective II; ADJ_III: Adjective III
 (for function correspondence, see table 7)

Source: Data

As I discussed in section 3, the multidimensional approach uses analysis of factors, which is responsible for grouping linguistic features into factors or dimensions. The positive

correlations would mean a kind of ‘attraction’ or proximity amongst some features, while the negative would mean rejection or distance.

According to Biber (1988) the dimensions should be named according to the meaning they instantiate in the corpus. In this corpus, four dimensions were found (table 8). The first dimension, named ‘immigrants and border control’, is centred on meanings that discursively criticise immigrants and express the need to close the borders, with a negative occurrence of modals.

Some propositions in dimension 1 evaluate immigrants negatively in terms of social esteem (table 9, line 1) or in terms of affection and appreciation (table 9, lines 2 and 3). The immigration system (table 9, lines 4 and 5) and the consequences of the immigration phenomenon (table 9, line 6) are also appraised negatively. UK borders are depicted as out-of-control, while the system is not considered fair for the country. Immigrants are portrayed as committing crimes that maculate their ethics (table 9, lines 7 and 8), as they use loopholes in the immigration system to stay in the country.

Table 9: Examples Dimension 1 *DS= Daily Star, S= Sun, T= Telegraph

1	T	Second-generation Muslims have not only failed to integrate; a small,	dangerous	minority are so filled with hatred for our country
2	DS	There was no electricity or hot water. In one room four	dirty	mattresses lay next to each other
3	S	Women carrying small children who looked tired and	hungry	can be seen at the front of the bridge
4	T	If Britain wants to be able to control its own	borders	
5	S	Fair and	legitimate	immigration rules have their place but this nasty.
6	T	This is a measure of the massive impact that	uncontrolled	immigration is having on our population
7	T	a Nigerian man who had overstayed his	Visa	
8	DS	THOUSANDS of immigrants are abusing the UK's student	Visa	system to sneak into the country

Source: Data

Dimension 2, ‘Legal status, heteroglossia and immigration’, congregates the presence of evaluations concerning judgment of normality, propriety, the appreciation of the legal system and heteroglossia. These elements seem to combine in a context in which the legality of immigrants (table 10, lines 1 and 2) is evaluated and related to the UK political system. In this dimension, adjectives for immigrants occur close to modal verbs such as ‘will’ (table 10, line 2), in contexts whose situation justifies some legal actions and social consequences. As the modal verbs occur almost exclusively in the context of heteroglossia (representing the UK or foreign politicians), determining future possible sanctions to illegal immigrants is one of the themes commonly ascribed to external voices. Such a pattern relates the immigrants’ legal status to possible changes in the UK immigration system, besides projecting a negative prosody on European

immigrants. There is, then, a tone of reaction against illegal immigration, as measures will be taken to regain the border control lost due to participation in the EU (table 10, line 1 and 4).

Such control is discussed in terms of normality, sometimes in an indirect way. As the controls are not adequate (table 10, line 4) and the illegal, therefore unethical, immigrants cannot be blocked (table 10, line 1), border control is suffering the consequences, as it is not as it should be.

Adverbs and adjectives seem to be related not only with the characterisation of immigrants but also with political situations. The semantic prosody brought by words like ‘dramatically’ or ‘absurd’ (table 10, lines 3 and 6) represent an emotional reaction within the scope of negative affection. Adverbs also seem to be responsible for amplifying the judgment of immigration, as they add a personal and dramatic tone to the issue. Adjectives also create categories of immigrants, as some of them are considered genuine (table 10, line 5), although there is no definition of what would define such a status.

Table 10: Examples Dimension 2 *DS= Daily Star, S= Sun, T= Telegraph

1	T	EU citizens in a member country must have the same rights, so it is	illegal	to stop migrants from the rest of the EU
2	DS	Tough new rules for	illegal immigrants	will ban them opening a bank account
3	T	European migrants coming to Britain has risen	dramatically	in the past five years
4	T	If we do not implement the	proper	controls, communities can be damaged
5	S	And none are genuine	refugees	, they would stay put in the EU [...]
6	DS		It is absurd	that EU citizens should be in a more favourable position than our own citizens

Source: Data

Dimension 3 (Heteroglossia and job skills) has in External Voices a means to criticise immigrant Job Skills and a system of immigration which does not favour the UK. In general, these external voices characterise an immigration system that is more positive for the UK (table 11, lines 1, 2 and 3), which should take into account the skills of the people to be accepted in the country (table 11, lines 4 and 5). There is no clear definition of what these skills might be or what areas would be privileged in this type of program, just something almost anecdotal in a single example (table 11, line 6).

‘Say’ or ‘indicate’ are invariably related to politicians’ quotes (table 11, line 2) and introduce their speech in an environment of heteroglossia. As observed earlier, this strategy tends to add such voices as a central argument in the newspaper’s view of immigration. The most common modals are ‘will’, ‘need’ and ‘would’ (table 11, lines 7 to 9), which instantiate three meanings. In the first they instantiate a hypothetical selection of genuine immigrants, leaving the others outside UK borders. The second reflects concern about future problems regarding uncontrolled migration while the third relates immigration to actual UK needs. The function of modal verbs here is to outline a possible reality in which immigration to the UK would be under control, as it selects the best possible immigrants. The modal verbs do not evaluate the

system *per se* but are an important tool for creating a discursive context in which it would be under control as it serves the country.

Table 11: Examples Dimension 3 *DS= Daily Star, S= Sun, T= Telegraph

1	S		Unskilled	migrants will be filtered out
2	DS	During the Tory leadership campaign Boris indicated he would like to see a system where only	skilled	workers who are needed in certain areas of the economy are allowed to come to the UK.
3	DS	'We will continue to welcome the	brightest	and best migrants who want to contribute to our economy and society and play by the rules.'
4	S	And a new points-based system will keep us open to the	brightest	and best.
5	T	This map will tell you Britain's	brightest	leaving in brain drain and replaced with low skilled migrants
6	S	Mr Johnson has promised that migrants with '	exceptional	talents such as violinists, nuclear physicists, prima ballerinas' would be given visas
7	DS	[...] none are genuine refugees	would	or they stay put in the EU [...]
8	T	"take back control" of our borders, as the prime minister has promised. It	will	be a surge in illegal immigration
9	DS	[...] our rules on immigration	need	to reflect the need to meet skills shortages [...]

Source: Data

Dimension 4 (Origin and economic issues) is the one with the most significant number of correlated strategies.

In general, immigrants are judged subjectively based on their possible contributions to the UK economy. The relationship between this type of assessment is presented in verbs such as squat, fail, deter and contribute (table 12, lines 1, 2 and 4). The first verb evaluates economic issues related to the presence of immigrants, while the other three are in a cause and consequence relationship. As such immigrants do not have jobs and would not contribute to the UK economy, they should not be in the country.

The evaluation also portrays immigrants as deserving of entering the UK only if they reach a certain level of professional skills or based on their merit (table 12, line 6). Although not directly expressed or clearly explained, this merit is related to possible economic contributions. Non-productive immigrants are characterised not only by their legal status but also for not finding a suitable job. Students, for example, are considered an economic hazard if they do not see a job after graduation (table 12, line 3). This type of meaning seems to be related to the retaking of a UK identity, which would be lost and could only be recovered if these non-productive foreigners were repatriated (table 12, line 7).

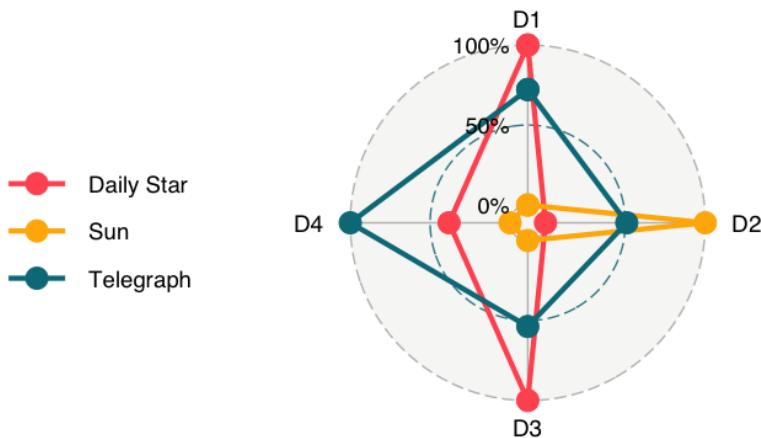
Table 12: Examples Dimension 4 *DS= Daily Star, S= Sun, T= Telegraph

1	T	Immigration laws to 'deter'	foreigners	who will not contribute to UK
2	DS	Jobless	immigrants	squatting in filthy hovels across Britain
3	S		Foreign	students will get two years to find a job after graduating [...]
4	DS	EU	migrants	who fail to find work within six months face having their handouts axed [...]
5	T	EU's freedom of movement rules that have so far allowed hundreds of thousands of EU	migrants	to live and work in the UK [...]
6	S	Economic	migrants	from the EU, like everywhere else, can come in on merit
7	T	The strengthening of our national identity	demands	a programme of assisted repatriation
8	DS	This is a measure of the massive impact that	uncontrolled	immigration is having on our population
9	S	Any normal and fair-minded person would have a perfect right to be concerned if a group of	Romanian	people suddenly moved in next door

Source: Data

Naturally, the origin is an essential element for this discursive scenario. In this context, adjectives positively modify British citizens in contrast to people from different nationalities, who cause the immigration problem (table 12, line 9).

Figure 7: Dimensions and Newspapers



Key: D1: Immigrants and border control; D2: Legal status, heteroglossia and immigration;
 D3: Heteroglossia and job skills; D4: Origin and economic issues
 (for function correspondence, see table 7)

Source: Data

One of the questions this research would answer was to observe whether each newspaper could be profiled according to the presence (or absence) of such choices. This type of analysis would help to determine the extent to which each newspaper builds its own identity, despite sharing a common core. One way to do this is to compare how *The Sun*, *The Telegraph* and *The Daily Star* score in each dimension (figure 7).

The Sun has the most significant occurrence of dimension 2 (Legal status, Heteroglossia and immigration) and the lowest presence of the other three dimensions. *The Daily Star* has the highest scores in the use of strategies linked to dimension 1 (Immigrants and border control) and 3 (Heteroglossia and job skills), in addition to having a moderate number in dimension 4 (Origin and economic issues) and fair use of dimension 1 strategies. In general, *The Telegraph* is the one that has a more balanced use of all the references, with average numbers in three dimensions and with the highest use of dimension 4.

Such results allow us to draw a profile for each newspaper. *The Sun* is related to judgment based on the legality of immigrants, *The Daily Star* stands out for criticising the behaviour of immigrants and for different judgments, and *The Telegraph* uses all functions but is centred on judging immigrants by economic criteria and social sanctions.

FINAL REMARKS

This article aimed at studying the evaluation of immigrants and the immigration system in the context of Brexit, while developing a methodology for data analysis based on quantitative and qualitative approaches.

As a general framework for understanding such evaluation, some social sciences studies (ABRAMS; TRAVAGLINO, 2018; CAP, 2017a, 2017b; GIETEL-BASTEN, 2016; VISKANIC, 2017) were taken as a basis to understand how the issue of immigration is built as a social and political construct in the UK context. The main theory of data analysis was Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1978), with a primary focus on the Appraisal System (MARTIN; WHITE, 2005).

The data were collected and analysed using software scripts, responsible for the tabulation and representation of the results. The analytical framework was the multidimensional approach (BIBER, 1988) and the calculation of networks of collocates (BREZINA; MCENERY; WATTAM, 2015).

The results show that there are several strategies that positively and negatively correlate. This demonstrates that motivated patterns create a specific evaluation profile in each newspaper.

The immigrants seem to be evaluated by unclear economic and social criteria. Negative appraisal is based on immigrants' nationality, level of specialisation and their legal status in the country. Besides, each newspaper has had a different profile regarding the use of the appraisal strategies in each dimension.

There is a semantic prosody that holds international students, unemployed immigrants and those with low professional qualifications as responsible for the depletion of UK economic resources and welfare. Legal issues, origin and immigrants' capacity of insertion in the economic system seem to portray them as either 'real' or not-worth-having immigrants. The identification

of certain nationalities as economically unproductive is indirectly present. At no time are such immigrants directly identified as unproductive; otherwise, they are commonly associated with crimes, unemployment or unhygienic and anti-social habits. Thus, the semantic prosody describes the UK as a place of limited resources, therefore unable to accommodate everyone. A policy for ‘choosing’ the ones who deserve to stay in the country is, then, a reflection of the container metaphor (CAP, 2017a; 2017b).

The methodology brought about positive results for research in the appraisal theory. First, it showed that it is possible to map strategies to classify their co-occurrence in a statistically relevant way. Second, the mapping of the most common patterns in each newspaper led to the determination of a specific profile for them. It is crucial, however, to emphasise that much remains to be developed. More studies of this nature need to be carried out to refine the methodological processes, in particular the tagging system.

Despite the reduced corpus size, I believe this research contributes to the analysis of the appraisal system as it discusses methodological processes and strategies for the production of meaning through mixed methodologies.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to express my gratitude to 1) Cardiff University (Wales-UK) and CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development) for financing this research; 2) to Dr. Lise Fontaine for supporting this project; 3) to Espaço da Escrita – Pró-Reitoria de Pesquisa – UNICAMP – for the language services provided.

REFERENCES

- ABRAMS, D.; TRAVAGLINO, G. A. Immigration, political trust, and Brexit – Testing an aversion amplification hypothesis. **British Journal of Social Psychology**, v. 57, n. 2, p. 310–326, 2018.
- ALBA-JUEZ, L.; THOMPSON, G. The many faces and phases of evaluation. In: THOMPSON, G.; ALBA-JUEZ, L. (Ed.) **Evaluation in context**. Pragmatics & beyond new series. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 3–27.
- BASTIAN, M.; HEYMANN, S.; JACOMY, M. Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks. **Third International AAAI Conference on Weblogs and Social Media**, p. 361–362, 2009.
- BATEMAN, J. et al. Systemic Functional Linguistics and Computation: New Directions, New Challenges. In: THOMPSON, G. et al. (Ed.) **The Cambridge Handbook of Systemic Functional Linguistics**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2019. p. 561–586.
- BEAUGRANDE, R. **Descriptive linguistics at the millennium: Corpus data as authentic language**. 2008. Available at: <http://beaugrande.com>.
- BEAUGRANDE, R. **Language, discourse, and cognition: Retrospects and prospects**. Disponível em: <http://beaugrande.com>.

- BEDNAREK, M. **Evaluation in media discourse analysis of a newspaper corpus.** London: Continuum, 2006.
- BEDNAREK, M. Semantic preference and semantic prosody re-examined. **Corpus Linguistics and Linguistic Theory**, v. 4, n. 2, jan. 2008.
- BENOIT, K. et al. Quanteda: An R package for the quantitative analysis of textual data. **Journal of Open Source Software**, v. 3, n. 30, p. 774, 6 out. 2018.
- BIBER, D. **Variation across speech and writing.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BIBER, D.; GRAY, B. **Grammatical complexity in academic English: linguistic change in writing.** Cambrige: Cambrige University Press, 2016.
- BLONDEL, V. D. et al. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, v. 2008, n. 10, p. 1–13, 2008.
- BREZINA, V. **Statistics in corpus linguistics: a practical guide.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.
- BREZINA, V.; MCENERY, T.; WATTAM, S. Collocations in context: A new perspective on collocation networks. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 20, n. 2, p. 139–173, 2015.
- CAP, P. Immigration and Anti-migration Discourses: The Early Rhetoric of Brexit. In: CAP, P. (Ed.) **The Language of Fear.** London: Palgrave Macmillan UK, 2017a. p. 67–79.
- CAP, P. Proximization: A Threat-Based Model of Policy Legitimization. In: CAP, P. (Ed.) **The Language of Fear.** London: Palgrave Macmillan UK, 2017b. p. 15–27.
- FAWCETT, R. P. Choice and choosing in Systemic Functional Grammar: What is it and how is it done? In: FONTAINE, L.; BARTLETT, T.; OGRADY, G. (Ed.) **Systemic Functional Linguistics: Exploring Choice.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 115–134.
- GEE, J. **An introduction to discourse analysis.** London/New York: Routledge, 1999.
- GIETEL-BASTEN, S. Why Brexit? The Toxic Mix of Immigration and Austerity. **Population and Development Review**, v. 42, n. 4, p. 673–680, 2016.
- GOODWIN, M.; MILAZZO, C. Taking back control? Investigating the role of immigration in the 2016 vote for Brexit. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 19, n. 3, p. 450–464, ago. 2017.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar.** London: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. **Computational and quantitative studies.** London: Continuum, 2005.
- HALLIDAY, M. A. K. Corpus Studies and probabilistic grammar. In: AIJMER, K.; ALTENBERG, B. (Ed.) **English corpus linguistics: studies in honour of Jan Svartvik.** London ; New York: Longman, 1991. p. 30–43.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning.** London: University Park Press, 1978.

- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar.** Fourth Edition ed. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.
- HASAN, R. Towards a paradigmatic description of context: systems, metafunctions, and semantics. **Functional Linguistics**, v. 1, n. 9, p. 1–54, 2014.
- HUANG, R. **RQDA: R-based qualitative data analysis**, 2016 [s.l.: s.n.].
- HUNSTON, S. Semantic prosody revisited. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 12, n. 2, p. 249–268, 27 jun. 2007.
- JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUIZE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112–133, abr. 2007.
- KRESS, G. Against Arbitrariness: The Social Production of the Sign as a Foundational Issue in Critical Discourse Analysis. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 169–191, 1993.
- KRESS, G. **Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication**. London: Routledge, 2010.
- LEVALLOIS, C. **Cowö**. Lyon: [s.n.], 2012.
- LIMA-LOPES, R. E. DE. O Conservadorismo como ideologia: Contribuições da ciência das redes para a linguística sistêmico funcional. **Letras**, v. 28, n. 56, p. 43–69, 2018.
- LUKIN, A. **War and its ideologies: a social-semiotic theory and description**. Singapore: Springer, 2019.
- MARTIN, J. R. Meaning matters: a short history of systemic functional linguistics. **Word**, v. 62, n. 1, p. 35–58, 2016.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- OTEIZA, T. The appraisal framework and discourse analysis. In: BARTLETT, T.; O'GRADY, G. (Ed.) **The Routledge Handbook of Systemic Functional Linguistics**. 1. ed. London/New York: Routledge, 2017.
- REVELLE, W. **Psych: Procedures for Personality and Psychological Research**. Evanston: [s.n.], 2019.
- SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. 2. ed. London/Thousands Oaks/Calif: SAGE Publications, 2000.
- SCOTT, J. **What is social network analysis?** London; New York: Bloomsbury Academic, 2013.
- SINCLAIR, J. **Corpus, Concordance, Colocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- STUBBS, M. British Traditions in Text Analysis: Firth, Halliday and Sinclair. In: **Text and corpus analysis**. London: Blackwell, 1996. p. 23–50
- TABOADA, M.; GRIEVE, J. **Analysing appraisal automatically**. Proceedings of AAAI Spring Symposium on Exploring Attitude and Affect in Text, Stanford University, CA, pp. 158q161. AAAI Press. **Anais**. 2004.

- TANN, K. Context and meaning in the Sydney architecture of systemic functional linguistics. In: O'GRADY, G.; BARTLETT, T. (Ed.) **The Routledge Handbook of Systemic Functional Linguistics**. London/New York: Routledge, 2017. p. 438–456.
- THOMPSON, G.; THETELA, P. The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse. **Text**, v. 15, n. 1, p. 103–127, 1995.
- VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics**. London: Routledge, 2005.
- VISKANIC, M. Fear and Loathing on the Campaign Trail: Did Immigration Cause Brexit? v. SSRN Electronic Journal, 24 out. 2017.
- WICKHAM, H. **Easily Harvest (Scrape) Web Pages**. [s.l: s.n.], 2019.
- WILLIAMS, G. Collocational Networks: Interlocking Patterns of Lexis in a Corpus of Plant Biology Research Articles. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 3, n. 1, p. 151–171, 1998.

Recebido em: maio 2020.

Aceito em: jul. 2020.

ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

POLÍTICA EDITORIAL

A revista Muitas Vozes é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. O periódico se constitui como um espaço de reflexão sobre questões de linguagem em suas múltiplas manifestações, sendo sua missão divulgar artigos, resenhas, documentos relevantes para os estudos da área.

A revista aceita colaborações vinculadas ao dossiê temático de cada número, de acordo com os prazos divulgados no início de cada ano. Os textos dirigidos às demais seções – Artigos de temática livre, Resenhas e Documentos – são recebidos em fluxo contínuo.

Trabalhos de alunos de graduação, de graduados e de mestrandos são aceitos, desde que em co-autoria com o orientador doutor.

ADEQUAÇÕES AO FORMATO DA REVISTA

Todas as colaborações devem ser inéditas (não publicadas ou que **não estejam sendo avaliadas** para publicação em **outra revista ou livro**). Os trabalhos serão submetidos à avaliação de pareceristas, que verificarão a adequação do material à proposta da revista.

Os trabalhos podem ser submetidos em português, espanhol, inglês ou francês. Os textos em português podem ser publicados também em uma das outras três línguas, desde que a tradução seja enviada em um prazo máximo de 15 dias após o aceite e, junto com ela, uma declaração do profissional que realizou o trabalho.

O arquivo deverá ser submetido sem identificação de autoria, via sistema de submissão online. Um documento com a identificação dos autore(a)s deve ser inserida no link **Documentos suplementares**.

Os autores devem preencher o cadastro completo (metadados).

Trabalhos de alunos de graduação, de graduados e de mestrandos são aceitos, desde que em co-autoria com o orientador doutor.

Os Editores não se responsabilizam por conceitos ou opiniões emitidos pelos autores.

Entre uma publicação e outra de um mesmo autor, deve haver um intervalo de um ano; é vedada a submissão de dois artigos, ainda que em co-autoria, na mesma edição. Cabe aos editores a escolha da edição na qual serão publicados os textos aprovados que tenham sido submetidos em fluxo contínuo. Os editores podem sugerir a publicação de artigos em seção diferente daquela da submissão inicial. As provas para ajustes de conteúdos e/ou correção de erros de digitação na preparação da versão final para publicação serão enviadas ao(s) autor(es) correspondente(s) e deverão ser desenvolvidas dentro de um prazo máximo de 72 horas por *e-mail*.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UEPG a reproduzi-lo e publicá-lo na *REVISTA MUITAS VOZES*, entendendo-se os termos "reprodução" e "publicação" conforme definição respectivamente

dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW - Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UEPG responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

NORMAS GERAIS PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS

Os artigos devem ter extensão mínima de 12 páginas e máxima de 20 páginas.

Os trabalhos submetidos à análise do Conselho Editorial da Revista devem obedecer rigorosamente todas as normas de publicação, pois o padrão de formatação é um critério avaliativo e, em caso de desconsideração das normas, o texto será devolvido ao autor(a) e não será encaminhado aos pareceristas até que as pendências sejam resolvidas . O Conselho Editorial da Revista Muitas Vozes se reserva o direito de recusar os artigos que não atendam às regras estabelecidas.

O(a)s autore(a)s poderão submeter apenas um trabalho para publicação por ano.

Trabalhos em co-autoria devem ser escritos, no máximo, por três autore(a)s.

No texto submetido não deve aparecer nenhum dado de identificação. As informações de todos os autores e de orientação devem ser reunidas em arquivo único separado, postado no site da revista como “Documento Suplementar” (em formato “Word” e modo de compatibilidade).

Dados de cada autor(a) que devem constar no arquivo de identificação:

- Título do artigo:
- Nome completo do(a) autor(a) (sem abreviações):
- E-mail:
- Titulação:
- Caso se aplique, que nível está cursando (Graduação, Mestrado ou Doutorado):
- Nome do Curso:

- Instituição de origem:

Os artigos devem ser escritos em fonte Times New Roman, na seguinte sequência e formatação:

1. **TÍTULO** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entre linhas e fonte tamanho 12;
2. **TÍTULO em inglês na mesma fonte, dimensão e disposição, logo abaixo;**
3. Após a aprovação do artigo pelo Conselho Editorial da Revista Muitas Vozes, deverá ser inserida a identificação do(a) autor(a) ou do(a)s autore(a)s abaixo do título, antecedido de um espaço simples, no formato: Maria da SILVA (UEPG). Vinculada a esse texto, deverá ser inserida uma nota de rodapé, a partir do sobrenome de cada autor(a), que traga as seguintes informações: titulação e e-mail para contato;
4. Precedido da palavra **RESUMO**, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do(a) autor(a), sem adentramento e em espaçamento simples, texto, de, no mínimo, 50 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão;
5. Precedida da palavra **ABSTRACT**, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês, versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês e espanhol), em itálico;
6. De 03 a 05 palavras-chave, separadas por ponto, precedidas do termo **PALAVRAS-CHAVE**, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do **RESUMO**;
7. Precedida da expressão **KEYWORDS**, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do **ABSTRACT**, versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês e espanhol), em itálico;
8. O corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das **KEYWORDS**, em espaçamento simples entrelinhas e em fonte Times New Roman, tamanho 12;
9. As páginas do artigo não devem ser numeradas;
10. Subtítulos correspondentes a cada uma das seções (se houver) do trabalho devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, com apenas a primeira letra em maiúsculo, sem numeração, em fonte Times New Roman, tamanho 12, com dois espaços simples depois do texto que os precede e um espaço simples antes do texto que os segue;
11. Epígrafes devem ser inseridas após o título da parte a que se destinam, alinhadas à direita, em itálico, sem aspas. Na linha seguinte, informar o nome do(a) autor(a), entre parênteses, sem itálico e alinhado à direita. Caso o(a) autor(a) queira informar nome e ano da obra, bem como a página de onde a epígrafe foi tirada, incluir isso em nota de rodapé, e não nos parênteses;

12. Agradecimentos, quando houver, ao final do corpo do texto, seguindo a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
13. Quando imprescindíveis à compreensão do texto, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo a formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as **REFERÊNCIAS**;
14. Aspas simples devem ser utilizadas apenas em citações no corpo do texto, para sinalizar termos que estão entre aspas duplas no texto original. Ex: “O significado do termo ‘estético’, nesse contexto (...);”
- | 15. Todas as referências de trechos citados devem ser inseridas no texto. Essa informação deve aparecer depois das citações (e não antes delas) entre parênteses, no seguinte formato: sobrenome do(a) autor(a) em letras maiúsculas, ano de publicação e número da página. Não informar o ano da obra antes da citação, para não repetir a informação. Se a referência de uma obra já tiver sido mencionada de forma completa no parágrafo, basta colocar o número da página nas demais referências do mesmo parágrafo: (p. 45). Entretanto, ao iniciar um novo parágrafo, a referência deve novamente ser informada de modo completo;
16. Referências da citação de um(a) autor(a) em obra de outro(a) autor(a) devem seguir o modelo: (PESSOA, citado em MOISÈS, 1978, p. 101);
17. As citações de diversas obras de um(a) mesmo(a) autor(a), publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autore(a)s, todo(a)s poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autore(a)s, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960);
18. Citações de até 03 linhas devem ser incluídas no próprio texto, entre aspas duplas, em fonte Times New Roman, tamanho 12. Citações com mais de 03 linhas devem ser destacadas do texto, alinhadas a 04 cm da margem esquerda da página, digitadas com espaçamento simples, fonte Times New Roman, tamanho 10, e não ser colocada entre aspas. Não colocar ponto depois dos parênteses que indicam a referência nas citações longas;
19. Citações em língua estrangeira devem ser traduzidas e o texto original apresentado em nota de rodapé, precedido da expressão *Do original*. Se a tradução tiver sido realizada pelo próprio(a) autor(a) do texto submetido, inserir a expressão *tradução nossa* em itálico, na referência da passagem traduzida. Ex: (LE GUIN, 1994, p. 25, *tradução nossa*);
20. Para a supressão de trechos nas citações, utilizar reticências entre parênteses (...), as quais devem ser usadas inclusive nas citações que iniciam com letra minúscula, o que indica que houve a supressão do início do trecho transcrito;
21. Citações indiretas, ou seja, aquelas nas quais é redigida uma paráfrase do texto original, devem ser antecedidas pelo sobrenome do(a) autor(a) e o ano da edição da obra entre parênteses. Ex: Segundo Jauss (1989)...;
22. Usar notas de rodapé (não são admitidas notas de fim) apenas quando realmente necessário, em fonte Times New Roman, tamanho 10 e espaçamento simples. Caso haja

transcrição de trechos de outras obras nas notas, usar aspas e informar a referência logo após a citação, incluindo, entre parênteses, sobrenome do(a) autor(a) em letras maiúsculas, ano e número da página. As notas não devem ser usadas para indicar as referências completas das citações;

23. Destaques nas citações devem ser apontados por meio das expressões “ênfase acrescentada” ou “ênfase no original”, as quais devem ser inseridas logo após o número da página na referência. Ex: (LIMA, 1999, p. 89-90, ênfase acrescentada) ou (LIMA, 1999, p. 89-90, ênfase no original). Para ambos os tipos de ênfase, utilizar *italico*;

| 24. As figuras devem vir centralizadas e trazer legenda, também centralizada, em fonte Times New Roman, tamanho 10 e espaçamento simples, com as seguintes informações: número da figura, título e fonte. É necessário remover o hiperlink dos endereços eletrônicos citados nas legendas. As fontes das imagens devem ser citadas, de modo completo, na lista de **REFERÊNCIAS** ou em uma seção específica intitulada **Lista de ilustrações**, inserida antes das **REFERÊNCIAS**. Quando houver figuras em sequência, elas devem ser dispostas uma abaixo da outra;

Ex. de legenda para figura cuja fonte é eletrônica:

Figura 1: *Il perro*.

Disponível em: <site consultado>.

Ex. de legenda para figura cuja fonte é impressa:

Figura 2: *Lavadeiras*. (ANDERSEN, 1983, p. 302);

25. Os artigos submetidos à análise do conselho editorial devem atender a norma culta e seguir as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa;

26. Sob o subtítulo **REFERÊNCIAS**, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, as referências bibliográficas devem ser dispostas seguindo as normas da ABNT. Caso a obra seja traduzida, deve-se informar o tradutor.

Seguem abaixo os modelos de referenciação:

- **Livros**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1986.

a) **Coleção:** Deve ser informada ao final da referência, entre parênteses. CARTAL, D. **Arte contemporânea**, v. 1. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção Arte de todos os tempos).

b) **Edição:** Deve ser informada logo após o título, neste formato: GOMES, C. **Metodologia científica**. 2. ed.

c) **Editora:** Apenas o nome da editora deve ser citado..

- **Capítulos de livros**

| PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. cap. 3, p. 15-50.

- **Dissertações e teses**

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulistas (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- **Artigos em periódicos**

POSSENTI, Sírio. Indícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.105-124, jan./jun. 2002.

- **Trabalho de congresso ou similar (publicado)**

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais** [...] São Paulo: UNESP, 1990. p. 114-8.

- **Filmes**

A MARVADA carne. Direção de André Klotzel. BRA: Cláudio Kahns e Tatu Filmes; Embrafilme, 1985. 1 DVD (77 min).

Observar a ordem das informações: nome do filme com a primeira palavra em letras maiúsculas (ou as duas primeiras, se a primeira for artigo), direção, país de origem, nome do produtor, nome do distribuidor, ano, quantidade e tipo de mídia e número de minutos entre parênteses.

- **Textos eletrônicos:**

LIMA, G. **A importância das formas.** Disponível em: <http://www.format.com.br>. Acesso em: 21 set. 2006. Remover o hiperlink dos endereços eletrônicos citados nas referências. Para isso, basta selecionar o endereço eletrônico e seguir os comandos: Inserir > Hiperlink > Remover link.

No corpo do artigo, para citar a fonte de textos eletrônicos, utilizar, entre parênteses, apenas o sobrenome do(a) autor(a) e a data de acesso (não usar a data de publicação do texto). Ex.: (LIMA, 2006).

- **E-books:**

SMITH, V. L. **Hosts and guests:** The anthropology of tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1989. Disponível em: <http://abc.net-plublication>. Acesso em: 16 abr. 2007. (Edição Kindle).

No corpo do artigo, para citar a fonte de *e-books*, utilizar, entre parênteses, apenas o sobrenome do(a) autor(a) e a data de publicação. Ex: (AARSETH, 1989).

- **Séries:**

GLITCH. Direção: Emma Freeman. AUS, 2015. Matchbox Pictures; Netflix (2 temporadas).

Observar a ordem das informações: nome da série com a primeira palavra em letras maiúsculas (ou as duas primeiras, se a primeira for artigo), direção, país de origem, ano, nome do produtor, nome do distribuidor e número de temporadas entre parênteses.

- **Faixas de CD (1) e para CD inteiro (2):**

Exemplo 1: MONTE, M. Vilarejo. In: _____. **Infinito particular**. EMI Music Brasil, 2006, faixa 2.

Exemplo 2: MONTE, M. **Infinito particular**. EMI Music Brasil, 2006, 1 CD.

Caso a música ou o CD seja de uma banda, apenas o primeiro nome desta deve vir em letras maiúsculas. Exemplos:

CAPITAL Inicial.

ROLLING Stones.

- **Outros aspectos de referenciação:**

a) Organização: Em coletâneas, o nome do organizador deve abrir as referências. Nesse caso, depois do nome, deve-se incluir “(Org.). Ex: SEVERO, T. (Org.). *Estudos sobre textualidade*.

b) Referências duplas: Não devem ser usadas. Em caso de artigos publicados em periódicos, mas acessados eletronicamente, deve-se seguir o modelo para a referenciação de textos eletrônicos”.

c) Títulos: Devem ser grafados em negrito. As iniciais maiúsculas devem ser usadas apenas na primeira palavra dos títulos e nos substantivos próprios. Ex: **Metodologia científica**.

d) Subtítulos: Não devem ser grafados em negrito. As iniciais maiúsculas devem ser usadas apenas na primeira palavra dos títulos e nos substantivos próprios. Ex: **O pós-dramático: Um conceito operativo?**

e) Tradução: Após o título, citar o nome do tradutor da obra, que deve ser antecedido pelos termos “Tradução de”. Ex:

LEHMANN, H. **Teatro pós-dramático**. Tradução de Pedro Süsskind. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

f) Volume: Deve ser informado logo após o título, neste formato: CARTAL, D. Arte contemporânea, v. 1.

**Os casos omissos serão avaliados e orientados pelo Conselho Editorial da Revista
Muitas Vozes**